



ALÉM DAS NUVENS:  
EXPANDINDO AS FRONTEIRAS DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO

Isa M. Freire, Lilian M. A. R. Alvares,  
Renata M. A. Baracho, Mauricio B. Almeida,  
Beatriz V. Cendon, Benildes C. M. S. Maculan  
(Org.)



ALÉM DAS NUUVENS:  
EXPANDINDO AS FRONTEIRAS DA CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO

ISSN 2177-3688

BELO HORIZONTE

ECI/UFMG

2014

## DIREITO AUTORAL E DE REPRODUÇÃO

Direitos de autor ©2014 para os artigos individuais dos autores. São permitidas cópias para fins privados e acadêmicos, desde que citada a fonte e autoria. E republicação desse material requer permissão dos detentores dos direitos autorais. Os editores deste volume são responsáveis pela publicação e detentores dos direitos autorais.

E56a  
2014      Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação : além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação (15. : 2014 : Belo Horizonte, MG).

Anais [recurso eletrônico] / XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação : além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação, 27-31 de outubro em Belo Horizonte, MG. / Organizadores: Isa M. Freire, Lillian M. A. R. Álvares, Renata M. A. Baracho, Maurício B. Almeida, Beatriz V. Cendon, Benildes C. M. S. Maculan. – Belo Horizonte, ECI, UFMG, 2014.

ISSN 2177-3688

Evento realizado pela Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB) e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-ECI/UFMG).

1. Evento – Ciência da Informação. 2. Evento – Pesquisa em Ciência da Informação. I. Título.

CDU: 02(063)(81)

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho – UFMG: Presidente  
Profa. Dra. Lillian Alvares – UnB  
Profa. Dra. Icléia Thiesen – Unirio  
Profa. Dra. Brígida Maria Nogueira Cervantes – UEL  
Profa. Dra. Giulia Crippa - USP  
Profa. Dra. Emeide Nóbrega Duarte – UFPB  
Prof. Dr. Clóvis Montenegro de Lima – IBICT  
Profa. Dra. Aida Varela - UFBA  
Profa. Dra. Leilah Santiago Bufrem – UFPE  
Profa. Dra. Plácida Amorim da Costa Santos – Unesp/Marília  
Profa. Dra. Luisa M. G. de Mattos Rocha – IPJB/RJ  
Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto – UFPB  
Profa. Dra. Maria Cristina Soares Guimarães - IBICT/Fiocruz

## **PARECERISTAS DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO XV ENANCIB**

### **GT 10 INFORMAÇÃO E MEMÓRIA**

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira  
Carmem Irene Correia de Oliveira  
Eduardo Ismael Murgia Marañon  
Evelyn Goyannes Dill Orrico  
Giulia Grippa  
José Mauro Matheus Loureiro  
Leila Beatriz Ribeiro  
Marcos Galindo Lima  
Maria Leandra Bizello  
Maria Lucia Niemeyer Matheus Loureiro  
Valdir Jose Morigi  
Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei

Realização



Agências de Fomento



Grupos de pesquisa



Apoio



GT 10

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>6</b>
<b>GT 10 – INFORMAÇÃO E MEMÓRIA .....</b>	<b>4686</b>
<b>Modalidade da apresentação: Comunicação oral.....</b>	<b>4686</b>
MEMÓRIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL .....	4686
<i>Evelyn Goyannes Dill Orrico</i> <i>Eliezer Pires da Silva</i>	
IMAGINÁRIOS URBANOS EM REDE: MEMÓRIA VIRTUAL NO <i>FLICKR</i> .....	4705
<i>Valdir Jose Morigi</i> <i>Luis Fernando Herbert Massoni</i>	
ARQUIVO E PATRIMONIO INDUSTRIAL: DOCUMENTOS REMANESCENTES DAS PRIMEIRAS USINAS HIDRELÉTRICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO....	4725
<i>Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano</i> <i>Telma Campanha Carvalho</i>	
OS RETRATOS DOS REITORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E SEUS ASPECTOS MEMORIAIS (1946-1971).....	4744
<i>Fábio Assis Pinho</i> <i>Ana Cláudia Araújo Santos</i>	
A REDE MEMORIAL E SUA MISSÃO INFORMACIONAL: SISTEMAS MEMORIAIS E REDES DE COLABORATIVIDADE.....	4759
<i>Marcos Galindo</i> <i>Mário Gouveia Junior</i> <i>Sandra Maria Veríssimo Soares</i> <i>Ângela Cristina Moreira do Nascimento</i>	
O DILEMA ENTRE A RECUPERAÇÃO E O APAGAMENTO DA INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: PERSPECTIVAS EM CONSTRUÇÃO.....	4776
<i>Ricardo Medeiros Pimenta</i>	
MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL: OBJETOS, PALAVRAS E REPRESENTAÇÕES.....	4794
<i>Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro</i> <i>Carlos Xavier Azevedo Netto</i> <i>Ana Beatriz Soares Cascardo</i>	
MEMÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA E INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: PERCEBENDO LIMITES.....	4812
<i>Izabel França de Lima</i> <i>Sergio Rodrigues de Santana</i> <i>Henry Poncio Cruz de Oliveira</i> <i>Mirian de Albuquerque Aquino</i>	

“OS LABIRINTOS DA BIBLIOTECA NACIONAL”: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO LUGAR DE MEMÓRIA BRASILEIRO .....	4828
<i>Luciana Grings</i>	
<i>Vera Dodebei</i>	
O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ .....	4848
<i>Renata Silva Borges</i>	
<i>Eduardo Ismael Murguia</i>	
INFORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL NO ACERVO IMAGÉTICO DA EVOT – PARAÍBA .....	4868
<i>Sandra Maria Barbosa Lima</i>	
MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO EM MINAS GERAIS .....	4889
<i>Rubens Alves Silva</i>	
<i>Vanilza Jacundino Rodrigues</i>	
TEORIA DE ROLAND BARTHES E A ANÁLISE DA IMAGEM NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DAS FOTONOVelas DAS DÉCADAS DE 1960-1980 .....	4909
<i>Edvaldo de Souza</i>	
<i>Lídia Brandão Toutain</i>	
REFLEXÕES SOBRE OS REGISTROS DOS CONGADOS DE BELO HORIZONTE E BETIM.....	4923
<i>Aline Pinheiro Brettas</i>	
A ARTE DE NARRAR E INFORMAR EM “A CAMAREIRA DO TITANIC”.....	4943
<i>Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei</i>	
<i>Leila Beatriz Ribeiro</i>	
<i>Evelyn Goyannes Dill Orrico</i>	
MEMÓRIA INSTITUCIONAL E RECURSOS DIGITAIS .....	4959
<i>Simone de Assis Alves da Silva</i>	
<i>Gabriel Felipe Candido Novy</i>	
<i>Ana Maria Pereira Cardoso</i>	
REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA TEORIA ATOR-REDE .....	4971
<i>José Mauro Matheus Loureiro</i>	
<i>Débora Adriano Sampaio</i>	
INFORMAÇÃO E MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NA CONTEMPORANEIDADE .....	4984
<i>Simone Borges Paiva</i>	
INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PARAÍBA .....	5002
<i>Maria da Vitoria Barbosa Lima</i>	
MEMÓRIA E IDENTIDADES NIPO-BRASILEIRAS: CULTURA POP, TECNOLOGIAS E MEDIAÇÕES .....	5017
<i>Mariany Toriyama Nakamura</i>	
<i>Giulia Crippa</i>	



ENTRE A MEMÓRIA E A INFORMAÇÃO: CIENTISTAS PERSEGUIDOS NA DITADURA MILITAR.....	5037
<i>Alfredo Tiomno Tolmasquim</i>	
<i>Ricardo Medeiros Pimenta</i>	
<i>Gilda Olinto</i>	
A MEMÓRIA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFPB: HISTÓRIA DE VIDA DOS SERVIDORES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO .....	5050
<i>Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira</i>	
<i>Izabel França de Lima</i>	
MEMÓRIA, PRODUÇÃO E USO DOS DOCUMENTOS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE) .....	5069
<i>Májory Karoline Miranda</i>	
<i>Vildeane Borba</i>	
<i>Evaldo Rosas</i>	
<i>Marcos Galindo</i>	
<i>Angela Nascimento</i>	
MEMÓRIA, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E FILATELIA: PERNAMBUCANIDADES EM MAPAS CONCEITUAIS .....	5083
<i>Májory Karoline Miranda</i>	
<i>Diego Andres Salcedo</i>	
<i>Stphanie Sá Leitão Grimaldi</i>	
O DIÁRIO DE HELENA MORLEY COMO ARTEFATO INFORMACIONAL E “LUGAR” ESPITÊMICO DE MEMÓRIAS .....	5098
<i>Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira</i>	
<i>Mariza de Oliveira Pinheiro</i>	
<b>Modalidade da apresentação: Pôster .....</b>	<b>5116</b>
ENSINO DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS DISCIPLINAS E BIBLIOGRAFIAS .....	5116
<i>Rafael Silva da Câmara</i>	
NAS FONTES, A MEMÓRIA: A BIBLIOFILIA NAS AVENTURAS DE CLIFFORD JANEWAY .....	5123
<i>Kelly Castelo Branco da Silva Melo</i>	
<i>Leila Beatriz Ribeiro</i>	
O LIVRO COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA: O CASO DA COLEÇÃO AMIDICIS TOCANTIS .....	5130
<i>Admeire Silva Santos</i>	
<i>Maria Leandra Bizello</i>	
O LUGAR DE MEMÓRIA: O INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	5137
<i>Maítha Elena Tosta Graciano</i>	
<i>Maria Leandra Bizello</i>	
O DOCUMENTALISTA COMO ETNÓGRAFO: UMA REFLEXÃO SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA E ANTROPOLOGIA .....	5144
<i>Maristela Costa Martiniano</i>	
<i>Rubens Alves Silva</i>	

DISCURSO DOCUMENTAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOMÍNIOS: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ANÁLISE DE DOMÍNIO .....	5150
<i>Cynthia Maria Kiyonaga Suenaga</i>	
<i>Brígida Maria Nogueira Cervantes</i>	
BICO DE PENA: TRACEJANDO A ARTE E A VIDA DE NIVALSON MIRANDA .....	5158
<i>Suellen Barbosa Galdino</i>	
<i>Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira</i>	
A IMPORTÂNCIA POLÍTICA E SOCIAL DO ACERVO DO INSTITUTO MIGUEL ARRAES.....	5164
<i>Maria Cristina Guimarães Oliveira</i>	
<i>Maria Falcão Soares da Cunha</i>	
A PROTEÇÃO DO PATRIMONIO BIBLIOGRAFICO NO BRASIL: O CASO DAS COLEÇÕES DE LIVROS RAROS EM INSTITUIÇÕES PUBLICAS FEDERAIS EM OURO PRETO (MG) .....	5172
<i>Renata Ferreira Santos</i>	
<i>Maria Conceição Carvalho</i>	
RESGATANDO A MEMÓRIA PELA IMAGEM FOTOGRÁFICA .....	5179
<i>Lucineia Maria Bicalho</i>	
<i>Gerson Antonio Pianetti</i>	
<i>Betânia Gonçalves Figueiredo</i>	

## PREFÁCIO

A Ciência da Informação é um campo científico de natureza interdisciplinar devotado à busca por soluções para a efetiva comunicação da informação, bem como de seus registros, [contexto social não é entre pessoas?] no contexto social, institucional ou individual de uso e a partir de necessidades específicas. A evolução da Ciência da Informação está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação, uma vez que o imperativo tecnológico tem gerado transformações que culminaram em uma sociedade pós-industrial, a sociedade da informação. Nesse contexto, a Ciência da Informação desempenha importante papel na evolução da sociedade da informação por suas fortes dimensões social e humana, as quais vão além das fronteiras da tecnologia.

O tema do ENANCIB 2014 – Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação – remete ao cenário atual caracterizado pelo contínuo desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, assim como pela evolução constante do ambiente Web, os quais têm proporcionado novas formas de acessar, recuperar, armazenar e gerir a informação. Telefonia móvel, nuvens, big data, linked data, dentre outras formas de interagir com a informação têm exigido novas abordagens para os estudos em Ciência da Informação. O ENANCIB 2014 oferece a oportunidade para refletir sobre essas mudanças, as quais impactam na interação humana com a informação, bem como sobre suas implicações para o futuro da Ciência da Informação.

Promovido pela Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), o ENANCIB, em sua décima quinta edição, foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-ECI/UFMG) e realizado na Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG), em Belo Horizonte, Minas Gerais, no período de 27 a 31 de outubro de 2014. O evento foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela UFMG e outras organizações apoiadoras.

Pesquisadores em Ciência da Informação foram convidados a submeter pesquisas teóricas e empíricas, de acordo com a orientação temática dos onze Grupos de Pesquisa (GTs) da ANCIB. A chamada de trabalhos foi aberta para duas categorias de submissões. A primeira categoria é a comunicação oral (máximo de 20 páginas), que consiste de artigo escrito em português, descrevendo trabalho original com demonstração efetiva de resultados. As

comunicações orais aprovadas foram convidadas para apresentação no evento. A segunda categoria é o pôster (máximo de 7 páginas), que consiste de artigos curtos escritos em português, descrevendo pesquisa em desenvolvimento. Os pôsters aceitos foram convidados para exposição nas dependências em que ocorreu o evento.

O ENANCIB 2014 recebeu mais de 600 trabalhos, dos quais mais de 300 foram aceitos para publicação nos Anais, sendo cerca de 240 para apresentação oral e 80 para exibição em pôsters. Este volume é então constituído por 74% de comunicações orais e 26% de pôsteres, selecionados pelo comitê de programa dos GTs, os quais são compostos por pareceristas especializados, definidos no âmbito de cada GT.

Agradecemos à Comissão Organizadora e à ANCIB pelo seu comprometimento com o sucesso do evento, aos autores por suas submissões e à Comissão Científica pelo intenso trabalho. Agradecemos ainda aos alunos, funcionários e colaboradores que contribuíram para a efetivação do evento.

Belo Horizonte, outubro de 2014

Isa M. Freire  
Lilian M. A. R. Alvares  
Renata M. A. Baracho  
Mauricio B. Almeida  
Beatriz V. Cendon  
Benildes C. M. S. Maculan

## GT 10 – INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

Modalidade da apresentação: Comunicação oral

### MEMÓRIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL

*MEMORY AND THE INSTITUTIONALIZATION OF THE ARCHIVAL FIELD IN BRAZIL*

Evelyn Goyannes Dill Orrico  
Eliezer Pires da Silva

**Resumo:** Atualmente, há um movimento de institucionalização científica da Arquivologia no Brasil, no qual podemos ver uma perspectiva clara sobre a criação campo disciplinar em estudos arquivísticos. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de institucionalização da Arquivologia e da profissão de arquivista no país. Os recursos teóricos e metodológicos são desenhados a partir da Memória Social e da Arquivologia. A base de dados utilizada foi o banco de dissertações e teses da CAPES, que faz parte do Portal Capes e visa facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações desenvolvidas nos Programas de Pós-graduação no Brasil. A busca do reconhecimento como uma área de conhecimento envolve inúmeras disputas de autoridade nesta área. No que diz respeito às oportunidades profissionais, o debate é sobre quem é o arquivista. No contexto da produção de conhecimento, a questão é como pesquisadores podem legitimar sua participação na área e também como é possível caracterizar a produção científica em Arquivologia.

**Palavras-chave:** Campo arquivístico. Arquivista. Arquivologia. Memória. Institucionalização.

**Abstract:** Currently, there is a movement of scientific institutionalization of Archival Studies in Brazil, in which we can see a clear perspective on the disciplinary field creation in archival studies. This research aims to analyze the process of the archival science institutionalization and the archivist profession. The theoretical and methodological resources are drawn from social memory and archival science. The database used was the Bank of Dissertations and Theses from CAPES, which is part of the Capes Portal and aims to facilitate access to information on theses and dissertations associated with postgraduate programmes in Brazil. The quest for approval of Archival Studies, as a knowledge area, is challenged by numerous disputes of authority in this area. As far as professional opportunities are concerned, the debate is about the identity of the archivist itself, what the requirements of the degree are, what the need for legal reserves in the market is. In the context of knowledge production, the question is how researchers legitimize their participation in the area and, also, how is it possible to characterize scientific production in Archival Studies.

**Keywords:** Archival field; archivist; archival science; memory; institutionalization.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar como a institucionalização da Arquivologia e do arquivista no Brasil tem sido explicada em teses e dissertações com temáticas arquivísticas. Constitui-se de uma revisão de literatura, construída sobre estudos anteriores, que revela o estado da arte do tema da institucionalização do campo arquivístico no país. Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Memória Social da

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e está estruturado em duas partes: na primeira são apresentadas as pesquisas anteriores nas quais se apontou a presença do tema da institucionalização do campo arquivístico, identificando os autores bem como o contexto de suas investigações. Na segunda parte buscou-se organizar uma trajetória com as explicações sobre a institucionalização da Arquivologia e do arquivista no Brasil, com base nos argumentos encontrados nas pesquisas que resultam de cursos de mestrado ou doutorado.

## 2 OS ESTUDOS ANTERIORES

O primeiro dos nove estudos anteriormente realizados por nós analisados apresenta as relações entre teoria e prática no trabalho arquivístico sendo esse o aspecto principal para compreender a constituição da Arquivologia no Brasil. Claudio Dutra Crespo, graduado em Ciências Sociais, defendeu sua dissertação em 2000, no Programa de Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense. Investigou a distância entre a arquivística ensinada e a praticada no Brasil, tomando por base os arquivos setoriais fluminenses, precisamente, do BNDES, da Dataprev e da FGV, sua hipótese central é a de que o trabalho arquivístico não aproxima teoria e prática.

Sua metodologia de pesquisa pautou-se na observação *in loco* dos arquivos selecionados, resultando em uma análise dessas realidades com a literatura arquivística. Os resultados indicaram que a arquivística no Brasil representa, efetivamente, um campo de trabalho, com fragilidade teórica, limitação dos profissionais como produtores de conhecimento e exclusão sócio-econômica desses atores.

As preocupações com a afirmação de um corpo de agentes, responsáveis por lei, pelos serviços de organização dos arquivos foram mais evidentes, na época, do que seu desenvolvimento no aspecto científico. As questões do poder e das relações formais e da legalização inerentes à constituição de um campo de trabalho sobressaíram frente aos problemas de caráter teórico-prático da disciplina. O projeto de construção de uma profissão se voltou para a conquista de espaços mais institucionais do que cognitivos. Essa trajetória tem significativa relevância nas características deste campo no Brasil (CRESPO, 2000, p. 82).

Para esse autor o marco inaugural do campo no Brasil é a gestão de José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional, incluindo os estrangeiros que convidou para diagnosticar a situação arquivística do país.

Nossa opinião, ao contrário, não compreende que tal gestão seja o marco inicial ou tenha participado da institucionalização do campo arquivístico, tendo em vista as características do modelo que se concretiza a partir de 1978. Na opinião de Crespo a organização da arquivística brasileira na década de 1970, nos moldes do status universitário

da Arquivologia e da legalização da corporação dos arquivistas, não é algo positivo, o que entendemos ser fundamental para o fortalecimento do campo; para Crespo o importante foram os diagnósticos produzidos pelos estrangeiros durante a gestão de Jose Honório Rodrigues no Arquivo Nacional. Esse autor acredita ainda que a fragilidade do campo arquivístico tem a ver com seus integrantes, “devido a sua condição econômico-social, em geral os formandos são das classes sociais mais pobres” (CRESPO, 2000, p. 90).

O segundo estudo analisado enfatiza a interdisciplinaridade da Arquivologia caracterizando a sua institucionalização no Brasil. Maria Odila Kahl Fonseca (1953-2007), graduada em História, defendeu sua tese em 2004 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Analisou as relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, esta como campo de conhecimento vinculado à formação do Estado moderno, dedicado à busca da solução de problemas relacionados à administração de arquivos públicos.

A autora identifica a institucionalização da Arquivologia no Brasil a partir da década de 1970, apontando a sua emergência através da produção do conhecimento arquivístico tanto nas instituições arquivísticas quanto, depois, nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Apesar de reconhecer uma história dos arquivos anterior a 1970, essa autora afirma que os parâmetros definidores do campo hoje no país foram estabelecidos sob a “indiscutível” liderança da Associação dos Arquivistas Brasileiros. Chama atenção para as seguintes conquistas: Congressos Brasileiros de Arquivologia; revista *Arquivo & Administração*; graduação em Arquivologia; lei da profissão de arquivista.

O terceiro estudo analisado apresenta a formação do primeiro curso de nível superior em Arquivologia implantado no Brasil, ressaltando a antecedência do Arquivo Público do Império, em 1838, a sua transformação em Arquivo Nacional após o advento da República e a trajetória institucional percorrida até 1977. Augusto Moreno Maia, graduado em Administração Pública, defendeu sua dissertação em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O autor desenvolve reflexões sobre as iniciativas de capacitação para o trabalho arquivístico dentro do Arquivo Nacional desde o início do século XX, enfatizando as diferentes estruturas curriculares construídas, até o primeiro curso de nível superior em arquivologia no país, na década de 1970. O marco fundamental seria a criação do Curso de Diplomática no Arquivo Nacional em 1911.

Esse autor também destaca a gestão de Jose Honório Rodrigues a frente do Arquivo Nacional, inclusive na comparação com gestores anteriores, enfatizando aspectos inovadores do projeto desse diretor para a principal instituição arquivística do país.

Para Maia a cronologia de institucionalização do campo arquivístico é a seguinte: 1911, o Curso de Diplomática do Arquivo Nacional; 1922, a proposta de curso técnico comum ao Arquivo Nacional, ao Museu Histórico Nacional e à Biblioteca Nacional; 1960, o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional; 1972, a aprovação do curso superior pelo Conselho Federal de Educação; 1977, a graduação em Arquivologia nas universidades.

Esse autor apresenta uma frágil conexão evolutiva entre um simples curso de técnicas da Diplomática realizado no Arquivo Nacional em 1911 com a organização acadêmico-universitária da Arquivologia na década de 1970.

O quarto estudo analisado descreve a institucionalização da Arquivística como disciplina científica no Brasil, identificando os cursos de graduação, a formação dos docentes, os eventos de caráter científico e a produção científica. Angélica Alves da Cunha Marques, graduada em Arquivologia, defendeu sua dissertação em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

A configuração atual da Arquivologia seria decorrente dos diálogos estabelecidos com outras disciplinas. Esses aspectos indicariam uma intensa proximidade entre a Arquivística e Ciência da Informação. Nessa trajetória o papel central teria sido exercido pelo Arquivo Nacional ao organizar o Curso Permanente de Arquivo em 1960.

A autora acredita num processo evolutivo pelo qual uma atividade eminentemente prática obteve sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como uma subárea da Ciência da Informação, instituindo-se como disciplina científica. As análises sobre a trajetória da Arquivologia no Brasil supõem, em primeiro lugar, que a constituição da área foi consequência direta e imediata da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos brasileiros, enfatizando um protagonismo do Arquivo Nacional. Apresenta uma configuração atual em que a dimensão científica do campo arquivístico seria o fato de fazer parte da Ciência da Informação e isso estaria nos seguintes indicadores: predominância da formação/titulação dos docentes e vinculação dos cursos a departamentos e faculdades de Ciência da informação.

A pesquisa sobre o processo de formação e configuração da Arquivologia como disciplina científica no Brasil destaca que as relações do campo arquivístico com a História teria dado espaço à Ciência da Informação, propiciando um “casamento”. Essa compreensão não tem aceitação irrestrita por parte dos atores acadêmicos do campo arquivístico e diverge



da interpretação apresentada por Fonseca (2004) que observa diálogos entre Arquivologia e Ciência da Informação no Brasil e não a junção entre as duas áreas.

O quinto estudo analisado foi também de Marques, que defendeu seu doutorado em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, demonstrando aspectos das interlocuções internacionais na institucionalização da Arquivologia no Brasil. Tal objetivo foi alcançado ao mapear as principais obras e autores da área na biblioteca do Arquivo Nacional. Desse modo, a pesquisadora buscou identificar obras arquivísticas estrangeiras que circulam no país. Mapeou também os grupos de pesquisa brasileiros que congregam os pesquisadores da área, identificando as suas experiências internacionais.

A análise do mapeamento feito na biblioteca do AN [Arquivo Nacional] nos remete a uma amostra significativa da produção arquivística mundial e brasileira. [...] Quanto aos autores estrangeiros, observamos as contribuições de vários que aqui estiveram nos visitando (Cortés Alonso, Duchein, Schellenberg, Hill, Ribeiro e Tanodi) a partir do final da década de 1950 (MARQUES, 2011, p. 260).

Em relação à influência dos especialistas estrangeiros no desenvolvimento do campo arquivístico no Brasil, Marques (2011, p. 296) informa que

[...] professores e pesquisadores de outros países como Estados Unidos (Schellenberg e Evans), França (Duchein e Kecskeméti), Itália (Lodolini e Salvatore Carbone), Espanha (Cortés Alonso) e Argentina (Tanodi), citando os nomes estrangeiros que mais se destacaram na história da Arquivologia brasileira. Suas palestras, cursos, mapeamento e organização de acervos, elaboração de instrumentos de pesquisa, diagnósticos e relatórios técnicos marcam não somente o contexto das suas visitas: dentre outras iniciativas, orientam a construção e implantação de edifícios de arquivo (Cortés Alonso, Evans, Kecskeméti, Carbone e Duchein) e o estabelecimento de uma política de arquivos (Schellenberg e Duchein); divulgam os avanços dos arquivos e da Arquivologia brasileira em outros países (Lodolini); e prestam assistência aos estágios de formação de arquivistas (Duchein).

Em suas considerações finais Marques (2011, p. 303) resume sua opinião sobre as interlocuções internacionais observadas no processo de institucionalização do campo arquivístico no Brasil, “Da Europa e dos Estados Unidos vêm profissionais e pesquisadores que visitam nossos arquivos, produzem relatórios técnicos, ministram palestras e cursos e nos deixam recomendações que explicitam nossas necessidades, em especial acerca da formação regular de arquivistas”.

As pesquisas de Marques, tanto a dissertação de mestrado defendida em 2007 quanto a tese de doutorado defendida em 2011, revelam exercícios extensos de descrição de trajetória de institucionalização científica do campo arquivístico no Brasil, mas associados ao entendimento de junção à Ciência da Informação.

O sexto estudo analisado investiga a trajetória do campo arquivístico no Brasil confundida com a institucionalização de uma disciplina científica, isso a partir das práticas de manutenção e uso dos registros no Laboratório de Genômica Funcional e Bioinformática do Instituto Oswaldo Cruz. Paulo Roberto Elian dos Santos, graduado em História, defendeu sua tese em 2008 no Programa de História Social da Universidade de São Paulo. Entende que a racionalidade técnica de processar documentos estaria impregnada de pressupostos da pesquisa histórica e das ações e das estratégias de seus principais atores sociais.

A arquivística institucionaliza-se como uma disciplina detentora de estatuto científico, na medida em que seu conhecimento técnico-científico historicamente produzido revela-se dinâmico e voltado à interação com outras disciplinas. [...] A arquivística, a exemplo de outras disciplinas, também participa do processo social da ciência (SANTOS, 2008, p. 221-222).

O autor identifica a criação e a implementação do Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas, no final da década de 1950, como origem da institucionalização da arquivística como disciplina no Brasil. Afirma que, a partir desse marco, além do processo de estruturação da gestão dos arquivos na Divisão de Documentação do Estado Guanabara, fica ainda estabelecida a dinâmica da arquivística no país pelas décadas seguintes. Os marcos de institucionalização na argumentação de Santos (2008) são os seguintes: a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); pioneirismo da Fundação Getúlio Vargas na administração de arquivos; a gestão inovadora de Jose Honório Rodrigues no Arquivo Nacional.

Embora esse autor constate a falta de estudos sobre o assunto, assume que a década de 50 revela-nos o lançamento das bases de uma disciplina. Enfatiza que a despeito da FGV ser uma instituição de direito privado exercia uma função pública na capacitação de técnicos para as agências do Estado. Observa nesse contexto o desenvolvimento de agentes que serão responsáveis pela criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros em 1971.

O processo de institucionalização da arquivística a partir da segunda metade da década de 50 revela-nos elementos comuns no que refere ao lançamento das bases de uma disciplina associada a um 'saber de Estado'. A FGV, embora fosse uma instituição de direito privado, desempenhava uma função pública na formação de quadros técnicos profissionais, sobretudo para as agências do Estado. Observa-se também, nesse processo, a combinação de influências sobre os profissionais brasileiros, com a prevalência de uma matriz anglo-saxônica sobre determinados agentes (indivíduos e instituições) que lideraram processos de institucionalização da disciplina (SANTOS, 2008, p. 119-120).

Santos (2008), apesar de objetivar discutir os padrões de constituição e os procedimentos de organização de arquivos pessoais de cientistas, apresenta processos

históricos de institucionalização da arquivística no país envolvendo o estatuto científico da disciplina. No entanto, relativizamos a unidade que parece ser sugerida entre a atuação do DASP, a iniciativa da Fundação Getúlio Vargas na administração de arquivos, a gestão de Jose Honório Rodrigues no Arquivo Nacional e as iniciativas da Associação dos Arquivistas Brasileiros, uma vez que as movimentações anteriores à década de 1970 não apresentaram o delineamento claro de um corporativismo que deseja instituir seu status acadêmico-universitário combinado com a reserva legal de seu mercado. É em virtude desse delineamento que depositamos na AAB a matriz fulcral da institucionalização do campo.

O sétimo estudo analisado descreve a trajetória do Arquivo Central da Fundação Getúlio Vargas, desde o momento de sua criação. Analisa as posições ocupadas por esse arquivo dentro do contexto histórico, político e cultural em que se desenvolveu a Arquivologia brasileira. “Este arquivo serviu de modelo para a organização dos documentos administrativos em diversas instituições, em todo o território nacional” (SILVA, 2010, p. 67). Maria Leonilda Reis da Silva, graduada em Arquivologia, defendeu sua dissertação em 2010 no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Aponta a importância da criação, em 1944, da FGV como uma organização paraestatal, embora a mesma ter sido estabelecida por um decreto do poder federal e seu dirigente fosse também presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP. A finalidade daquela instituição seria atender as necessidades de formação na área administrativa buscando qualificar o profissional do serviço público. Salienta o papel da FGV e do DASP na disseminação do saber e das práticas arquivísticas no Brasil, ainda nas décadas de 1940 e 1950.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Arquivo Central da FGV era considerado um modelo, uma referência em relação aos procedimentos técnicos adotados. Como eram produzidas poucas publicações na área, Marilena [responsável por aquele arquivo] era convidada, constantemente, para ministrar cursos sobre técnicas de arquivo e proferir palestras e participar de congressos, [...] Os profissionais que trabalhavam com arquivos, visitavam o Arquivo Central para conhecer suas atividades e os procedimentos técnicos adotados na organização dos documentos [...] Deste modo, o Arquivo Central serviu para disseminar boas práticas arquivísticas em outras instituições que careciam de bons profissionais na área (SILVA, 2010, p. 100).

A autora acredita que o contexto histórico-político do Estado Novo fornece elementos como a modernização e o controle informacional, característicos dos regimes ditatoriais, para a compreensão dos fatos que levaram à criação da FGV, bem como a preocupação com os arquivos e os documentos administrativos no Brasil. Silva (2010) apresenta alinhamento com os pressupostos da pesquisa de Santos (2008).

O oitavo estudo analisado apresenta a criação, os objetivos e as disciplinas ministradas nos 16 cursos de Arquivologia existentes no Brasil em 2010, bem como o número atual das associações e índices sobre os profissionais de arquivo no país. Katia Isabelli Melo de Souza, graduada em Arquivologia, defendeu sua tese de doutorado em 2010 na área de Documentação, no Programa Archivos y Bibliotecas en el entorno digital, da Universidad Carlos III de Madrid, Espanha. Destacam-se os seguintes indicadores encontrados por sua pesquisa:

Os dados revelam que os 452 arquivistas que responderam estão distribuídos pelas cinco regiões brasileiras ainda que concentrados no Rio de Janeiro, Brasília e Rio Grande do Sul. O perfil desenhado indica que a maioria exerce a profissão, 343 arquivistas, sendo do sexo feminino, com 64% de mulheres na faixa de idade pertencente ao grupo de 20-29 anos, com um tempo de formação de 3-5 anos, exercício em instituições públicas e de até 5 SM [Salário Mínimo] (SOUZA, 2011, p. 225).

No tocante à importância do associativismo arquivístico, Souza formulou a sua compreensão:

No Brasil, o papel das associações se fundamenta *ultimamente* na defesa do espaço de atuação do arquivista. Nesse intento, uma das atuações das associações profissionais que tem revelado maior efeito no seio dos arquivistas é a fiscalização das ofertas apresentadas pelo mercado, tanto dos editais públicos para contratação dos profissionais [... quanto da iniciativa privada], quando se considera que as atividades são pertinentes aos arquivistas (SOUZA, 2011, p. 161, grifo nosso).

A autora busca relacionar os cursos de formação em Arquivologia, os coletivos profissionais e o trabalho do arquivista. Tais elementos são os principais componentes para o estudo da formação e a análise do diálogo entre os profissionais arquivistas e o mercado de trabalho, abordando três aspectos da constituição do campo arquivístico: a formação profissional representada pelos cursos de graduação; o coletivo profissional representado pelo associativismo; o mercado laboral pelos prismas das instituições e dos profissionais.

A pesquisa de Souza (2011) indica que a visibilidade do arquivista no mercado de trabalho e na sociedade é “pouca ou nenhuma”, em função de três motivos: da pequena quantidade de formados, tendo em vista as dimensões do país; do baixo índice de interação desse profissional com outros setores das instituições; da parte do seu trabalho que é “desconhecida ou escondida”. Essa autora aborda o associativismo arquivístico no Brasil, mas não privilegia o período de nosso interesse, que é a década de 1970, nem o aponta como elemento fundamental na construção do campo arquivístico.

O nono e último estudo analisado assume a noção de processos de institucionalização do campo arquivístico recuperando uma trajetória de relação entre documento, memória, arquivo e história ao longo dos tempos e das civilizações desde a Antiguidade. Yuri Queiroz

Gomes, graduado em Arquivologia, defendeu sua dissertação em 2011 no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O autor utilizou conceitos de associativismo e movimento social para apresentar a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, bem como a organização dos Congressos Brasileiros de Arquivologia a partir de 1972. No seu trabalho, estão em destaque as entrevistas realizadas com atores importantes do campo arquivístico na década de 1970: os dois primeiros presidentes da AAB, José Pedro Pinto Esposel e Helena Corrêa Machado; a representante da AAB em Brasília naquele momento, Astréa de Moraes e Castro; e Nilza Teixeira Soares.

Gomes (2011) acredita que a institucionalização do campo arquivístico no Brasil resulta da ação política e técnica do movimento associativo, envolvendo o apoio de outros setores da sociedade, profissionais e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, e do Governo.

A ação da AAB, durante quase uma década, contribuiu para a institucionalização do campo arquivístico, num ciclo de desenvolvimento no qual surgiram o curso superior de Arquivologia, as profissões Arquivista e Técnico de Arquivo, uma comunidade técnica e científica com os Congressos e a Revista. O papel do associativismo junto ao Estado, tendo inclusive sido abrigada na sede do Arquivo Nacional durante os primeiros anos, evidenciam importância do período (1971-1978) para a institucionalização do campo, a exemplo do que ocorreu em outros países (GOMES, 2011, p. 140-141).

Apesar da convergência temática, nos distanciamos do trabalho de Gomes (2011) na medida em que nos atemos ao processo histórico de institucionalização da Arquivologia e do arquivista no Brasil nos anos de 1970.

Hoje esses nove trabalhos apresentados acima, provenientes de pesquisas em programas de pós-graduação, representam – e também reivindicam – explicações sobre a trajetória acadêmico-institucional e profissional do campo arquivístico no país. Os trabalhos analisados são distintos em seus objetivos específicos de pesquisa, mas realizam interpretações sobre a trajetória da área arquivística no Brasil. Os posicionamentos vão desde uma origem identificada na criação do Arquivo Nacional, em 1838; nas duas iniciativas da instituição, de 1911 e 1960, dos cursos de diplomática e depois de arquivo; no papel do DASP e da FGV na modernização do Estado; no movimento associativo da década de 1970; no projeto de modernização do Arquivo Nacional nos anos de 1980; e, na configuração do campo a partir de 1991 com os cursos universitários e as leis da profissão e dos arquivos.

Compartilhamos do posicionamento que reconhece realizações do movimento associativo, na década de 1970, sobre o modelo nacional de institucionalização da arquivologia (curso universitário) e do arquivista (profissão legalmente de quem cursou essa

graduação), na medida em que implanta – ou amplia e reforça – uma agenda que se transforma como pauta de formação da institucionalização do campo arquivístico no Brasil.

### **3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO ARQUIVÍSTICO NO BRASIL**

De acordo com Souza (2011), no Brasil, a função de arquivista já era assim denominada desde o século XIX em órgãos como o Exército e a Secretaria de Negócios de Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Nesse sentido, antes que houvesse a regulamentação da profissão de arquivista em 1978 pode-se supor que tal carreira existiu de maneira pontual em algumas instituições públicas brasileiras.

Para Maia (2006) a história da Arquivologia no país começa com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, desencadeando providências de organização e de armazenamento em relação aos documentos oficiais a serem preservados. A criação do Arquivo Público do Império teria implicado no desenvolvimento de técnicas de conservação do vasto acervo documental até então produzido e a se constituir. O autor observa que somente em 1911 a missão do Arquivo Nacional é realmente definida por regulamento, no mesmo ano em que foi instituído o Curso de Diplomática na instituição, visando à capacitação de seus funcionários.

Segundo Marques (2011) o Curso de Diplomática no Arquivo Nacional foi instituído pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911, com duração de dois anos e conteúdos de Paleografia, Cronologia, História e Classificação. Marques (2007) identifica ainda o Decreto 15.596, de 2 de agosto de 1922, criando um curso técnico comum ao Arquivo Nacional, à Biblioteca Nacional e ao Museu Histórico Nacional, mas que não se efetivou, por isso, supõe a inexistência de cursos para a formação específica em arquivística no país até o final da década de 1950.

O argumento de Silva (2010) é diferente e aponta o surgimento da área na realização do Curso Avulso de Preparação de Pessoal para Organizações de Serviços, do DASP em 1943, e do Curso de Arquivologia e Administração de Documentos, da FGV em 1947. Assim, destaca o papel dessas instituições na construção de parâmetros de organização dos documentos em diversos arquivos, em todo o território nacional, inclusive na importação do modelo norte-americano que irá privilegiar a gestão de documentos.

O Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP foi criado em 1938 com a finalidade de equipar o Estado com racionalidade administrativa. Tratava-se de modernizar a burocracia e estabelecer a avaliação da capacidade no recrutamento do funcionalismo. Suas atribuições constitutivas foram: seleção de candidatos aos cargos públicos federais;

aperfeiçoamento dos funcionários civis da União; especificações de materiais para uso nos serviços públicos; auxílio à presidência da República no exame dos projetos de lei submetidos à sanção; inspeção aos serviços públicos.

Ao DASP é atribuído o papel de ter valorizado a função dos arquivos na administração pública, especialmente porque possibilitou a ida de funcionários a outros países com o objetivo de se especializarem no assunto, e de ter criado as carreiras de Arquivologista e de Assistente de Documentação na administração federal em 1944. Nesse período o tema da documentação na administração moderna foi enfatizado no seu periódico, a Revista do Serviço Público.

O DASP era o órgão do governo federal responsável por viabilizar a reforma administrativa do serviço público, mas, na verdade, promovia uma forma de neutralizar as disputas políticas, ao implantar na seleção do servidor público os concursos, visando valorizar a capacidade técnica e o mérito, em detrimento da indicação política (SILVA, 2010, p. 55).

Como primeiro presidente do DASP e da FGV, o engenheiro agrônomo Luiz Simões Lopes contribuiu para a área de documentação, o seu posicionamento envolveu a organização da Biblioteca e do Arquivo Central da FGV, o apoio à criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD e a participação na constituição da Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB.

A interpretação de Santos (2008) indica a origem da institucionalização da arquivística no Brasil a partir da experiência do sistema de arquivo da Fundação Getúlio Vargas, mas ressalta que a racionalização administrativa na Era Vargas, entre 1930 e 1945, representa um contexto de reformas e expansão das funções estatais incluindo serviços de bibliotecas e arquivos. Destaca ainda a trajetória de três profissionais relacionados com esse processo:

- A bibliotecária Nilza Teixeira Soares, recrutada pelo DASP para fazer cursos sobre arquivos permanentes nos Estados Unidos, e posteriormente na Inglaterra e na França, atuou como arquivista e publicou textos premiados sobre avaliação arquivística de documentos.
- A professora primária Maria de Lourdes Costa e Souza, admitida pelo DASP, obtendo treinamento sobre arquivos correntes nos Estados Unidos, atuou como consultora na estruturação do Arquivo Central da FGV.
- A bibliotecária Helena Corrêa Machado, que assumiu a diretoria de documentação do Estado da Guanabara em 1963 e conduziu o processo de estruturação da gestão dos arquivos nesse âmbito de governo, instituindo um modelo que ficou vigente até a década de 1980 no Brasil.

Especialmente no caso da Divisão de Documentação do Estado da Guanabara, Santos (2008, p. 111) acredita que “Helena Machado conduziu um processo de estruturação e institucionalização da gestão dos arquivos que acompanhou a dinâmica da arquivística no Brasil pelas décadas seguintes”. Esse autor supõe a emergência de um conhecimento arquivístico nessa experiência na década de 1960 que foi capaz de ocupar um lugar importante na conformação do campo no país.

Segundo Santos (2008), entre 1958 e 1964, os projetos da FGV e do DASP mais a atuação inovadora de José Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional têm relações orgânicas e complementares no tocante à experiência prática e ao conhecimento teórico e metodológico do trabalho arquivístico. Crespo (2000) é incisivo, entendendo que, na verdade, a emergência de um pensamento arquivístico estruturado no Brasil se confunde com aquele gestor no Arquivo Nacional.

O historiador Jose Honório Rodrigues (1913-1987) após um ano como diretor da instituição produziu um diagnóstico com o qual militou pela superação da condição de mero depósito de documentos sem controle técnico. A gestão ficou marcada por relatórios feitos por especialistas estrangeiros sobre a situação dos arquivos brasileiros, apontando seus problemas e orientando as ações de desenvolvimento da disciplina. Merece destaque a vinda do arquivista norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg [http://pt.wikipedia.org/wiki/Theodore Roosevelt Schellenberg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Theodore_Roosevelt_Schellenberg) - cite note-0#cite note-0 (1903-1970), que elaborou um texto sobre os problemas arquivísticos do governo brasileiro, demonstrando a importância dos arquivos públicos como lugar de memória nacional.

A chamada gestão inovadora do historiador Jose Honório Rodrigues no Arquivo Nacional (1958-1964) é entendida como um conjunto de iniciativas de modernização das atividades arquivísticas no país, e foi assim contextualizada por Santos (2008, p. 120): “[...profissionais brasileiros foram] responsáveis pelo conhecimento que se construiu nas décadas de 50 e 60, esses e novos agentes se articularam na década seguinte, entorno da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)”.

Marques (2011) privilegia as iniciativas do Arquivo Nacional buscando orientação técnica de profissionais internacionais e afirma que tais diagnósticos exerceram impacto na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Ao destacar o relatório do Schellenberg, enumera algumas de suas sugestões: necessidade de legislação federal sobre as questões arquivísticas; transferência da sede do Arquivo Nacional para a capital do país; coordenação dos arquivos correntes pelas instituições arquivísticas; organização arquivística dentro de cada



poder e esfera de governo; necessidade de literatura arquivística especializada; aperfeiçoamento dos instrumentos de pesquisa para os usuários; desenvolvimento do ensino em Arquivologia.

Em 1960, concretamente, o Arquivo Nacional estabeleceu uma ação regular de ensino em Arquivologia, o Curso Permanente de Arquivos - CPA com dois anos de duração. O projeto era uma Escola Brasileira de Arquivística dentro do programa de reorganização da instituição, buscando se voltar também para os objetivos administrativos dos arquivos. Crespo (2000) concluiu que há uma propulsão da arquivística provocada por conjunturas políticas e atuações dos agentes envolvidos neste campo, fundamentalmente, pela presença de estrangeiros, pelos levantamentos dos problemas arquivísticos e pelas publicações de textos de interesse para área, capitaneados pelo Arquivo Nacional.

Maia (2006) destaca que o CPA anunciava, em seu regimento, os seguintes objetivos: formar arquivistas, incentivar pesquisas em arquivologia e desenvolver técnicas para o trabalho em arquivos. Em relação à organização didática havia a previsão dos níveis de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão, ainda que, na prática, tenha ficado restrito à graduação que posteriormente, em 1977, foi transferida para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), posteriormente, após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ, atual UNIRIO.

O aluno formado pelo CPA em 1965, José Pedro Esposel, também bacharel em Direito, Geografia e História, chefe do arquivo do Banco Central no Rio de Janeiro, tornou-se a liderança central na criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, em 20 de outubro de 1971. Tanto Fonseca (2004), quanto Marques (2007) e Gomes (2011) apontam a importância desse movimento associativo para a institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Na opinião de Santos (2008, p. 121) “No início dos anos 70, a necessidade de criação do Sistema Nacional de Arquivos continuava na agenda da principal instituição arquivística do país [Arquivo Nacional] e da comunidade de profissionais, reunida, desde 1971, entorno da AAB”.

Souza (2011) reafirma a importância do movimento associativo dos arquivistas, enfatizando o papel exercido por José Pedro Esposel, nas conquistas do currículo mínimo da graduação em Arquivologia e da regulamentação da profissão.

Antes da AAB, em 15 de dezembro de 1970, foi fundada a Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística - APHA, na sala de conferência do Arquivo Nacional, com o objetivo de divulgar informações e publicar trabalhos, auxiliando a preparação de pessoas habilitadas

para os serviços nos arquivos. A posição dos diretores da APHA era de difundir uma “tecnologia arquivística” suficiente para lidar com arquivos correntes, ainda que frágil para os arquivos de custódia, como lugar de excelência da historiografia.

Nessa visão, os trabalhos de historiadores e arquivistas se distinguiriam na medida em que, diante dos documentos, estes se dedicariam ao acondicionamento, à sua classificação, e os historiadores, a suas interpretações e busca do dado que importa para a comprovação do fato histórico. O trabalho do arquivista seria uma preparação para a tarefa heurística do historiador.

Para Marques (2007) essa proposta dialogava com o anseio de que não desaparecessem os profissionais “de alto nível” necessários aos arquivos de custódia, “indispensáveis” à pesquisa histórica nas fontes.

A criação da AAB, seguida da constituição de seu instrumento periódico de divulgação – a revista *Arquivo & Administração* – e da organização do seu fórum bianual – o Congresso Brasileiro de Arquivologia – são elementos que revelam as características de um plano coordenado de ações. A finalidade foi dignificar o trabalho arquivístico, delineada estatutariamente em três dimensões: formação para a ocupação nos arquivos, legalização profissional da competência e regulação nacional dos arquivos.

Na perspectiva de Santos (2008, p. 125), “o surgimento de uma associação com aquelas características só viria fortalecer a ação do Arquivo Nacional que vivia um processo de descaracterização, perda de prestígio e capacidade de intervenção na formulação de políticas públicas para a área”.

No primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1973, com 1.300 participantes, a comunidade congratulava-se pela aprovação do curso superior de arquivo, e seu currículo mínimo, pelo então Conselho Federal de Educação. Hoje, o congresso conta com 16 edições e a revista *Arquivo & Administração* firmou-se como o primeiro periódico brasileiro especializado na área. Tanto a designação *arquivista* presente no nome da associação, como *arquivologia* na denominação do congresso e *administração* no título da revista sugerem encaminhamentos escolhidos nesse contexto de sociedade civil organizada. O termo arquivista e arquivologista até então eram utilizados indistintamente, a denominação do campo como arquivologia ou arquivística era igualmente utilizada indiscriminadamente, e administração estava sendo reconhecida como área relacionada. Parece-nos que a escolha por determinados termos era uma forma de delimitar o campo.

Silva (2010) destaca o apoio prestado pela FGV à AAB para sediá-la quando ainda não tinha adquirido a sua sede própria. Assinala o tratamento dado ao acervo da FGV, pelo

seu Arquivo Central, a partir da década de 1970, servindo de modelo para outras instituições. A bibliotecária Marilena Leite Paes, cedida para participar de trabalhos na associação, ministrava o curso sobre o papel da arquivística na documentação, entre 1968 e 1971, na FGV.

O apoio prestado pela FGV à Associação dos Arquivistas Brasileiros, através da cessão de Marilena Leite Paes para participar de trabalhos na associação, da cessão de dependências para a realização de reuniões para a sua criação e também para sediar a AAB, quando ainda não tinha adquirido a sua sede própria e da concessão de apoio financeiro para a realização de eventos, demonstra, mais uma vez, o envolvimento da instituição (SILVA, 2010, p. 74).

Em relação à aprovação do currículo da graduação pelo Conselho Federal de Educação em 1972, Maia (2006) enfatiza a sua proximidade com o quadro de disciplinas do Curso Permanente de Arquivos – CPA do Arquivo Nacional.

Ao final de 1973 a AAB comemorou o acordo entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Arquivo Nacional, para validar o nível superior dos diplomas do Curso Permanente de Arquivo, conferindo status universitário ao ensino profissional ministrado de maneira regular há mais de 10 anos.

A regulamentação da profissão ainda significava um ideal a ser perseguido quando, em 1977, o CPA foi absorvido pela federação de escolas que deu origem a atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano implantou-se a graduação em Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria, o que aponta para uma repercussão nacional e não restrita ao Rio de Janeiro. O modelo de formação defendido pelo movimento associativo emplacou a Arquivologia no ambiente de ensino e pesquisa da universidade, marco de institucionalização do campo.

Silva (2010) reconhece o associativismo arquivístico como relevante fórum de reflexão e intercâmbio de experiências, através de cursos ministrados, dos congressos organizados e do periódico publicado. Entretanto, Crespo (2000) observa um projeto de construção da área no Brasil, mas apenas como categoria profissional que adquiriu reconhecimento político-burocrático da profissão de arquivista. Para o autor, os aspectos formais e da legalização sobre o campo de trabalho sobressaíram frente à questão da disciplina.

Estes esforços marcaram a ampliação da arquivística enquanto categoria profissional e desencadearam no reconhecimento político-burocrático da profissão de arquivista. As preocupações com a afirmação de um corpo de agentes, responsáveis por lei, pelos serviços de organização dos arquivos foram mais evidentes, na época, do que o seu desenvolvimento no aspecto científico. As questões do poder e das relações formais e da legalização

inerentes à constituição de um campo de trabalho sobressaíram frente aos problemas de caráter teórico-prático da disciplina. O projeto de construção de uma profissão se voltou para a conquista de espaços mais institucionais do que cognitivos. Esta trajetória tem significativa relevância nas características deste campo no Brasil (CRESPO, 2000, p. 82)

Na opinião de Souza (2011) o associativismo arquivístico não ficou sem agenda quando a graduação em Arquivologia e a regulamentação da profissão de arquivista no Brasil se tornaram uma realidade, a partir de 1978, isso porque tais institucionalizações não foram acompanhadas pela criação de um Conselho Profissional, logo, as associações poderiam assumir responsabilidade no lugar de instâncias governamentais em prol dos direitos dos arquivistas e do reconhecimento de seu papel na sociedade, exercendo a fiscalização do exercício da profissão.

Para a institucionalização do campo no Brasil Fonseca (2004) enumera, na sua opinião, quais foram as principais conquistas: a promoção dos Congressos Brasileiros de Arquivologia; a publicação da revista *Arquivo & Administração*; a criação da graduação em Arquivologia; a regulamentação da profissão de arquivista.

Nessa direção, Gomes (2011, p. 87) sistematiza sua compreensão sobre a institucionalização do campo arquivístico no Brasil na década de 70:

A fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, possibilitou que profissionais de arquivo passassem a refletir, debater e propor ações para o desenvolvimento e construção de uma pauta identificada com o campo arquivístico. Esses profissionais de arquivo no Brasil, principalmente aqueles que desempenharam papel central no processo de fundação e posteriormente nas ações associativistas entre 1971 e 1978, eram servidores públicos em sua maioria. Assim, quando observamos as ações promovidas pela AAB nos anos de 1970 notamos que a entidade indissociava matérias próprias do campo da política pública com reivindicações de caráter corporativista. Protagonista dos processos de institucionalização do campo nesse período, alguns de seus membros (corpo social da AAB) nas décadas de 1950 e 1960, participaram de programas do governo federal – DASP, Ministério da Fazenda, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Museu Nacional – de formação e capacitação de pessoal em técnicas e procedimentos próprios do campo arquivístico.

Posteriormente, a gestão da socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto no Arquivo Nacional de 1980 a 1990, incluiu a elaboração e a execução do projeto de modernização da instituição, reforçando sua liderança entre os arquivos públicos e na comunidade profissional. Para Fonseca (2004) até então as instituições arquivísticas no Brasil e nos países latino-americanos ainda não existiam efetivamente, apesar de suas instalações e presença nos organogramas das administrações públicas.

Em 1981, o Arquivo Nacional, sob a direção de Celina Vargas do Amaral Peixoto, que tinha sido a criadora do CPDOC na FGV, iniciou o Programa de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional, através

de convênio realizado entre o Ministério da Justiça, ao qual o AN estava subordinado, e a Fundação Getulio Vargas (SILVA, 2010, p. 81).

Nesse momento em que o corporativismo profissional tinha uma ação forte e vitoriosa em relação ao ensino universitário e à legalização da ocupação, Celina Vargas enfrentou pressão ao insistir em se declarar socióloga, sem aceitar o enquadramento como arquivista pelo tempo de trabalho em arquivos, o que era permitido nos primeiros anos da regulamentação da profissão de arquivista. A materialidade dessa disputa no campo pode ser observada no depoimento abaixo<sup>1</sup>.

Havia, naquela época, muito corporativismo no campo das bibliotecas, dos arquivos, das associações de classe. Diziam que nós não tínhamos competência, que não tínhamos formação. Quando assumi a direção do Arquivo Nacional a pressão foi muito maior, porque eu me declarava socióloga — nunca me declarei arquivista, nunca fiz curso de arquivo. Houve a regulamentação da profissão de arquivista e, como eu tinha um tempo de trabalho no CPDOC, poderia ser considerada arquivista. Queriam que eu me enquadrasse, mas respondi que não ia me enquadrar, ao contrário: ‘No dia em que me enquadrar, estou liquidada’ (D'ARAUJO, 1999, p. 236).

Os desdobramentos mais evidentes dessa gestão seriam a cooperação entre instituições arquivísticas brasileiras, o debate em torno de um projeto de lei para os arquivos brasileiros, a produção de conhecimento arquivístico e a qualificação internacional do pensamento arquivístico brasileiro, no entanto, nota-se um paralelo enfraquecimento do movimento associativo nas bases da década anterior. Sobre o contexto histórico mais amplo, Santos indica que

O intenso movimento de recuperação e resgate do patrimônio e da memória, vivido a partir da década de 1980, alcançou as mais diversas instituições, como as universidades, onde surgiram centros de documentação que abrigariam arquivos das mais diversas procedências. Se analisarmos os diversos projetos de criação desses centros, é possível perceber que eles se basearam nos seguintes fatores: a necessidade dessas instituições possuírem centros de referência para o desenvolvimento da pesquisa nas suas áreas de atuação; o crescimento do sistema de pós-graduação no país a partir da década de 1970, que ampliou a demanda pela sistematização de informações e fontes documentais, despertando o interesse pela guarda de documentos relativos ao seu universo de atuação; e o crescimento do ensino e da pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais, sobretudo a partir da década de 1980 (SANTOS, 2008, p. 139).

Embora se reconheça um processo de fortalecimento da comunidade arquivística, inicia-se no final da década de 1980 uma desmobilização do movimento associativo unificado, ao tempo em que ocorre a institucionalização do terceiro aspecto das realizações

---

<sup>1</sup> PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. O CPDOC e a redescoberta da história do Brasil contemporâneo. In: D'ARAUJO, Maria Celina. **Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

que orientaram a formação do movimento: a legislação arquivística brasileira. A partir de 1991, o país passou a contar com uma lei federal que legalizou a organização e a função das instituições e dos serviços arquivísticos públicos nas diferentes esferas de governo.

O momento de consolidação do espaço da universidade é na década de 1990. O número de cursos de Arquivologia no país dobrou. Fonseca (2004) demonstra que esse processo coincide com a perda de liderança da AAB na área mais a desmobilização das instituições arquivísticas, inclusive do Arquivo Nacional, no contexto de desmonte do Estado brasileiro no quadro neoliberal de Estado mínimo.

Souza (2011) sistematizou os objetivos estatutários das associações de profissionais de arquivo no Brasil: congregar profissionais de arquivo; publicação de literatura arquivística; organização de eventos científicos no campo da arquivologia; promoção de cursos técnicos.

Ainda segundo Fonseca (2004), assiste-se, nos anos 1990, a uma configuração do campo arquivístico com base na produção de conhecimento em *arquivologia* instalada na universidade, no crescente número de *arquivistas* diplomados por essa graduação específica e na implementação de mecanismos legais, e nacionais, de coordenação dos *arquivos* – previstos pela Lei de Arquivos.

Os trabalhos analisados, ao apresentarem os assinalados pontos de concordância e discordância, estabelecem uma paisagem de estudos da área sobre si no contexto brasileiro.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final desta explanação, nota-se, a partir da revisão de literatura, que a noção de campo arquivístico apreende as práticas discursivas e a distribuição de posições relacionadas entre trabalhadores dos arquivos, instituições custodiadoras de acervos arquivísticos, associações de profissionais da área, instituições de ensino de arquivologia, produtores de conhecimento arquivístico, usuários de arquivos e organizações servidas pelas funções arquivísticas. Na verdade, esse conjunto de entidades aponta para o *locus* em que se reproduz o campo arquivístico.

Os argumentos de Fonseca (2004), Souza (2010) e Gomes (2011), ao afirmarem que o papel da Associação dos Arquivistas Brasileiros nos anos de 1970, reforçam a condição determinante do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. Refere-se a uma instância de ação coletiva em que se pode observar o trabalho de lembrança e esquecimentos sobre a institucionalização do arquivista e da arquivologia no país, constituindo um campo como lugar em que se produz e se reproduz tanto a preocupação com os arquivos, como a competência para o trabalho arquivístico.

## REFERÊNCIAS

- CRESPO, Cláudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação)– IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- ESPOSEL, Jose Pedro. Primeiros tempos e estado atual. In: CASTRO, Astrea de Moraes e. **Arquivologia**. Sua trajetória no Brasil. Brasília, DF: Stilo, 2008.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação: (Re) definição de marcos interdisciplinares**. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história**. 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social)- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MAIA, Augusto Moreno. **A construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Pedagogia)– Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)– Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)– Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2011.
- PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. O CPDOC e a redescoberta da história do Brasil contemporâneo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina. **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. 2008. Tese (Doutorado em História)– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA, Maria Leonilda Reis da, **História e Memória do Arquivo Central da FGV**. 2010. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais)– Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.
- SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

## IMAGINÁRIOS URBANOS EM REDE: MEMÓRIA VIRTUAL NO *FLICKR*

### *URBAN IMAGINARIES IN NETWORK: VIRTUAL MEMORY IN FLICKR*

Valdir Jose Morigi  
Luis Fernando Herbert Massoni

**Resumo:** Aborda os imaginários urbanos e suas representações sobre a cidade construídas e compartilhadas pelos cidadãos. Conceitua os estudos sobre imaginários urbanos e sua importância para a construção do sentimento de pertencimento da população com o local. Discute o papel dos ambientes virtuais a partir de postagens e compartilhamentos de fotografias em rede, responsáveis pela constituição da memória virtual sobre a cidade. Através de estudo qualitativo realizado em julho de 2014, analisa as informações que circulam no ambiente virtual *Flickr* compartilhadas no Moinhos de Vento – Porto Alegre, grupo criado para mostrar, através de fotos, as características do bairro Moinhos de Vento. A pesquisa identificou as temáticas de que tratam as fotos compartilhadas no grupo. Percebe que as imagens sobre o bairro que circulam no ambiente virtual retratam os edifícios, casas, ruas, pontes, parques, monumentos e objetos considerados patrimônios culturais da cidade. Conclui que os imaginários em rede, através dos ambientes virtuais, possibilitam não apenas o compartilhamento de documentos e de informações sobre o bairro e a cidade, pois auxiliam na construção da memória virtual do seu patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** Cidade e Imaginário. *Flickr*. Memória Virtual. Moinhos de Vento. Porto Alegre.

**Abstract:** Addresses the urban imaginaries and its representations in life and social shared citizenship. It conceptualizes the studies of urban imaginaries and its importance in the belonging feeling of the gentile population with the place. Discusses the role of virtual environments from postage and shared of photographs in network, in the constitution of the virtual memory of the city. Through a qualitative study conducted in July 2014, the paper analyzes the virtual main stream information circuit. Tools like Flickr shared on Moinho de Vento district – Porto Alegre, group were created to show through pictures the characteristics of Moinhos de Vento district. The research identified the themes dealt in group of shared photos. Perceive that the images on local virtual environment depict buildings, houses, streets, bridges, parks, monuments and objects considered cultural heritage of the city. Concludes that the imaginaries in network, across the virtual environments, enable sharing of documents and information about the district and the city, because they help forming a virtual memory of cultural heritage.

**Keywords:** City and Imaginary. Flickr. Virtual Memory. Moinhos de Vento. Porto Alegre.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao transitarmos na cidade e interagirmos com o espaço urbano, atribuímos sentidos e valores diferenciados aos elementos que o constituem, pois nossas experiências com ela moldam a forma como nos relacionamos com os lugares. A concepção que adotamos deles, muitas vezes, diverge da realidade concreta, pois depende das informações que recebemos ou acessamos. É a partir da relação intersubjetiva que construímos as representações sobre as coisas, os objetos, os acontecimentos e os lugares que, ao circularem em diversos suportes de



informação, auxiliam os grupos sociais a produzirem múltiplos sentidos, fortalecendo as suas construções identitárias.

Há múltiplas mediações que definem os variados imaginários dos cidadãos sobre a cidade, configuram as relações entre os cidadãos e a sua vivência, ao mesmo tempo em que as percepções sobre ela se constituem em um processo incessante de criação e recriação simbólica. Ao compartilharmos esses imaginários, assimilados pelo grupo social, eles acabam afetando as nossas percepções e memórias sobre a urbe e seus lugares. Entretanto, para alcançarem uma abrangência global, os imaginários necessitam do processo comunicacional, pois precisam ser amplamente divulgados para se constituírem como imaginários sociais.

O uso das ferramentas e dispositivos tecnológicos potencializa inúmeras interações e, através deles, compartilhamos informações com pessoas do mundo inteiro. A informação e a comunicação em rede ampliam a nossa visão sobre os objetos, os acontecimentos e os fenômenos. Os dispositivos midiáticos originários da *web* 2.0 possibilitaram àqueles que, até então, atuavam como meros consumidores, tornarem-se produtores de informação. Esse processo tem se caracterizado como multimidiático, uma vez que vários são os recursos e as linguagens de que dispomos para nos expressar, tais como o texto, as imagens dos vídeos e das fotografias. Essas últimas adquiriram uma centralidade em nosso cotidiano, especialmente em ambientes virtuais, alguns criados apenas com o intuito de compartilhá-las, como é o caso do *Flickr*.

As imagens fotográficas fazem circular diversas representações sobre o mundo e suas relações. A fotografia é um olhar, um enquadramento que o sujeito faz da realidade, articulando e mesclando elementos do ambiente com os sociais. A seleção dos ângulos e dos valores políticos, sociais e culturais interferem no ato de fotografar. A linguagem fotográfica se constitui em uma narrativa sobre a realidade social. A narrativa é um ato comunicativo mediado por outras instâncias construtoras de sentido no mundo social. Os processos de construção, reconstrução e mobilização da memória estão entrelaçados no ato narrativo, onde se entrelaçam as representações e o imaginário.

Neste artigo, propomos as seguintes reflexões: que informações sobre a cidade e seus lugares são mobilizadas nos ambientes virtuais através do compartilhamento de fotografias? Como as narrativas fotográficas auxiliam na construção dos imaginários urbanos e da memória virtual da cidade?

Visando responder a essas questões, o presente estudo – realizado em julho de 2014, a partir de abordagem qualitativa – analisa o *Moinhos de Vento – Porto Alegre*, grupo criado no ambiente virtual *Flickr* com o objetivo de mostrar, através de fotos, as características do

bairro. Nosso objetivo é identificar que representações sobre os lugares (prédios, ruas, casas, pontes, parques), bem como os demais elementos e situações cotidianas, são destacadas sobre o bairro Moinhos de Vento<sup>2</sup>, em Porto Alegre. As narrativas fotográficas enquadram as diversas memórias sociais, tanto individuais como coletivas. Entendemos que as fotografias, ao serem publicadas e compartilhadas pelos usuários do grupo, auxiliam no processo de mediação da construção dos imaginários urbanos e de uma memória virtual do bairro.

## **2 IMAGINÁRIOS URBANOS E REPRESENTAÇÕES NA REDE: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA VIRTUAL**

Existem diversas abordagens que ancoram os estudos sobre o urbano e a visão de cidade. Dentre elas, destacamos três: a primeira percebe a cidade como um sistema complexo na qual se forma uma rede de relações sociais que se auto-organiza; a segunda concebe ela como imaginário social, pois a sua existência depende das representações simbólicas dos seus habitantes; a terceira se refere à cidade como espaço construtor de sentidos para os sujeitos que nela residem (RIZZO, 2006).

A perspectiva teórica que embasa esse estudo compreende a cidade para além da sua dimensão geográfica ou física, pois incorpora a dimensão subjetiva derivada das experiências dos sujeitos que nela vivem. Nesse espaço, forma-se uma rede simbólica na qual se estabelecem interações com os sujeitos entre si, com o ambiente e com os outros. Isso envolve a rede de sociabilidade na qual se constroem as projeções, as expectativas, os desejos, as frustrações – responsáveis pelos afetos – sentimentos, emoções e sentidos que se constroem a partir dessas relações sociais. Assim, a cidade gera e reproduz identidades culturais.

Sobre o espaço físico se incorpora o vivido, o projetado, o imaginal, o emocional, pois nas representações dos sujeitos sobre os lugares, acoplam-se esquemas classificatórios e formas de cognição que permitem a sua orientação valorativa no qual se estruturam práticas culturais. As representações sociais são construções simbólicas que se criam e recriam constantemente através da sociabilidade. Conforme Maffesoli (1994), existe uma sinergia entre espaço e sociabilidade que se manifesta nos sujeitos através do sentimento

---

<sup>2</sup> A cidade de Porto Alegre possui 81 bairros oficiais, sendo o Moinho de Vento um dos mais antigos, criado pela Lei nº 2022 de 7 de dezembro de 1959. Segundo o censo do IBGE de 2010, a população do Moinhos é de 7.264 moradores, distribuída em 3.127 domicílios (PORTO ALEGRE, 2014). É um bairro de 82 hectares (BISSÓN, 2009), de classe média, arborizado e residencial, com comércio de alto padrão, além de diversas opções de lazer, cultura e diversão, como clubes, *shopping*, parques, bares e restaurantes, considerados *points* da cidade.

e da experiência da vivência do mundo comum. Nele, os outros exercem um papel fundamental, pois são parte da constituição do mundo de que participamos.

Nessa perspectiva, cidade como um espaço de sociabilidade é uma espécie de “meio” – condição na qual possibilita a existência da vida social e natural, ao mesmo tempo em que acomoda as formas de ver o ambiente e os processos interativos do qual compartilhamos uns com os outros e nos habituamos a ver. A cidade é “[...] o olhar, e podemos acrescentar o ‘dizer’ dos outros que me constitui e delimita, o território onde nos reconhecemos, onde nascemos, sempre e de novo, juntos.” (MAFFESOLI, 1994, p.62). A cidade como uma “nebulosa noética” se manifesta na dimensão espiritual com que o homem interage com o meio e com os outros através dos fluxos afetivos, movimentos éticos, estéticos, nos quais se expressa toda a ordem sensível, sensual, colorida, festiva e brilhosa.

Conforme o autor (1994), o território das cidades é constituído por uma série de “espaços de celebração” (do corpo, do sexo, da imagem, entre outros): lugares e espaços de sociabilidade onde se espalham uma rede simbólica no qual se emaranham as emoções e os afetos comuns solidificados pelo cimento cultural, sendo que “[...] eles são feitos para e pelas tribos que os elegeram como domicílio. Aqueles que os habitam transformam o espaço físico em ‘lugares emocionalmente vividos’.” (p.65). Neles, estão ancoradas representações que formam os mundos imaginais. Assim, cada lugar possui seu espírito.

A análise das representações do espaço vivido pelos cidadãos ultrapassa o modo de pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade de forma dicotomizada. Conforme Lefèbvre (1983), as representações se constituem do que é percebido, vivido e concebido pelos sujeitos sociais, em uma constante e incessante dialética, permeando os interstícios entre o vivido e o concebido. De acordo com o autor, as representações são compostas de fatos, de palavras e de práticas sociais, o que caracteriza sua natureza psicossocial e também política.

Entretanto, conforme a abordagem de Lefèbvre (1983), o espaço vivido se caracteriza também como um lugar de ambiguidades e tensões sociais, no qual residem as representações, espaço cujos mundos se entrelaçam com os saberes instituídos com as memórias, com os sonhos e com os imaginários. Nessa perspectiva, o vivido, por ser um cenário de práticas socioculturais e de sociabilidade – onde os sujeitos interagem e representam estas interações – constitui-se o espaço das relações sociais do mundo cotidiano. Nele, a casa, a rua, o bairro, a cidade, o país e o mundo são dimensões simbólicas que expressam as subjetividades dos sujeitos construídas a partir das suas percepções sobre o mundo vivido, experimentado ou imaginado.

Como lembra Jodelet (2005), a teoria das representações acentua sua base social no campo das interações sociais. São as representações que asseguram a comunicação entre os homens. Como uma ação comunicativa, elas abrangem as trocas simbólicas, as atribuições e uma compreensão em consonância com o contexto social que as recebe. Assim, as representações acabam se constituindo a partir de imagens veiculadas por um suporte qualquer. A sua construção, as suas imagens, os seus conteúdos e os seus sentidos estão vinculados às práticas socioculturais. O seu alcance prático pode ser objetivado através das “[...] propriedades do verdadeiro conhecimento, que diz alguma coisa sobre o estado do nosso ambiente e guia nossa ação sobre ele. É preciso, pois, estudá-las como conhecimentos sociais [...]” (2005, p.41). Dessa forma, é possível entendermos sua ligação com os imaginários grupais e os comportamentos dos grupos e dos indivíduos.

Nessa abordagem, a linguagem possui particular importância, pois é através dela que os discursos se objetivam, colocando em prática os saberes e as experiências partilhadas dentro de uma mesma esfera cultural ou contexto sociocultural. As representações, os conhecimentos enquanto estruturas refletem os processos interativos entre os dados da experiência e os quadros sociais de sua apreensão e memorização. Por esse motivo, a dimensão social da comunicação precisa ser considerada, pois está presente em todo modelo do conhecimento. Segundo Jodelet (2002, p.22), as representações sociais são definidas como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.”

De acordo com Jodelet (2005, p.50), o “[...] conhecimento social, cuja gênese, propriedades e funções devem ser relacionadas com os processos que afetam a vida e a comunicação sociais, com os mecanismos que concorrem para definição da identidade e a especificidade dos sujeitos sociais.” Assim, o conhecimento social pode ser definido como um conjunto de informações, crenças e opiniões em relação a um determinado objeto, ordenadas a partir das trocas de experiências entre os sujeitos sociais (indivíduos ou grupos), que compartilham dos mesmos códigos linguísticos e culturais e participam de um mesmo contexto sociocultural.

Segundo a autora, as propriedades do cognitivo estão nos processos de modelização do pensamento e na noção de “estruturas formais”, que são responsáveis pela ancoragem das narrativas sociais e dos “esquemas organizadores”, expressos através das práticas discursivas – ao mesmo tempo, são responsáveis pela constituição de imaginários – que estão condensadas e materializadas na forma de camadas, semelhantes às sedimentações de blocos geológicos. Por entre essas camadas, atravessam as palavras – instituidoras de sentidos –, bem

como as imagens que circulam nas práticas discursivas, dando forma aos pensamentos sociais e aos imaginários. Dessa forma, é possível falar em imaginários de épocas.

Neste ponto, nos remetemos a Silva (2001) quando enfatiza que as instâncias que tocam as fronteiras entre a psique individual e o estado coletivo são chamadas de construtos imaginários, sendo que o imaginário pode ser entendido como “[...] um conjunto de imagens e signos, de objetos, de pensamentos, cujo alcance, coerência e eficácia podem variar e cujos limites se redefinem sem cessar.” (2001, p.17). Esse imaginário é responsável por afetar a simbolização do que conhecemos como realidade, aderindo a todas as instâncias de nossa vida social. Desse modo, ele afeta, filtra e modela nossas percepções de vida e apresenta grande impacto na elaboração de nossos relatos do cotidiano (SILVA, 2001).

As representações que constituem a memória são geridas por processos de mobilidade da própria memória e pelas transformações da subjetividade dos sujeitos sociais. As lembranças são fragmentos que resultam de diferentes camadas temporais em permanente mudança. A memória é produto do intenso e variado jogo das vivências e das interações sociais, das rememorações e das representações dos sujeitos, que são incitados sempre por novas situações e pelo fluxo dos fatos.

As representações sociais, ao mesmo tempo em que constituem o acervo da memória, são responsáveis pelo fornecimento de conteúdos que compõem os imaginários dos sujeitos, que se objetivam através das narrativas de um espaço vivido no presente (lugar onde se vive), no passado (momentos compartilhados, celebrações, entre outros rituais da vida coletiva) e também das expectativas sobre o futuro (projeções de um lugar a ser conhecido, experimentado).

As representações sobre os lugares da cidade e de um tempo experimentado ou vivido no seu espaço são responsáveis pela construção dos imaginários urbanos, pois elas enquadram as diversas memórias sociais (individuais e coletivas) que circulam em diferentes lugares e suportes. O espaço urbano reflete a história, as marcas das intervenções sobre a cidade e os seus lugares e, ao mesmo tempo, possibilita ações de múltiplas leituras a partir das redes intertextuais e seus atravessamentos de sentidos em disputa que circulam pelo espaço citadino.

Conforme Certeau (1994, p.176), “[...] os jogos dos passos moldam espaços. Tecem os lugares, onde [...] os processos de caminhar podem reportar-se em mapas urbanos de maneira a transcrever-lhes os traços (aqui densos, ali mais leves) e as trajetórias (passando por aqui e não por lá).” Desse modo, as múltiplas formas de ler e de trilhar os espaços das cidades vislumbram a diversidade de formas de representá-las e imaginá-las, uma vez que as narrativas sobre a cidade são sempre parciais e relativas a um recorte selecionado pela própria

memória, possibilitando a construção de diversas narrativas que confluem para inúmeras redes de sentido que agem no imaginário e nos trajetos urbanos.

Nessa perspectiva, surgem os estudos sobre imaginários urbanos, que objetivam compreender a cidade subjetiva que os cidadãos carregam em suas mentes e modos de vida, de modo a entender memórias coletivas sobre as temáticas urbanas (SILVA, 2004). Sob esse viés, nos deparamos com o ponto de vista cidadão (SILVA, 2011), que são as estratégias discursivas pelo meio das quais os cidadãos narram as diversas histórias sobre a cidade, mesmo que isso ocorra através de imagens visuais. Para o autor, há de se considerar que “[...] na percepção da cidade há um processo de seleção e de reconhecimento que vai construindo esse objeto simbólico chamado cidade; e que em todo símbolo ou simbolismo subsiste um componente imaginário.” (SILVA, 2011, p.47). O ponto de vista do cidadão marca uma noção espacial – em que algo é reconhecido porque é visto – e uma noção narrativa, em que algo é contado porque é reconhecido. A articulação entre esses pontos de vista, para o autor, compõe uma leitura simbólica da cidade.

As cidades são os espaços públicos de convivência. Nelas, interagimos uns com os outros e com o próprio ambiente – interações essas que interferem na construção dos imaginários acerca do espaço urbano. É necessário termos em vista que “[...] mesmo existindo suportes concretos e contínuos do que se concebe como nação (o território, a população, seus costumes, etc.), em boa parte, o que se considera como tal é uma construção imaginária.” (GARCÍA-CANCLINI, 1994, p.98). Esse é um processo marcado pela subjetividade, pois não representamos a cidade como ela é, mas como imaginamos que ela seja.

Sendo assim, a cidade precisa ser estudada tendo em conta como ela é e como seus cidadãos imaginam que ela seja. A esse respeito, Cuty (2009) ressalta que a cidade é observada em sua materialidade, e isso ocorre pela mão ou pela voz de seus moradores ou nos remete a eles, pois o espaço se justifica e se representa na maneira como é visto, sentido, criado e recriado pelos cidadãos enquanto narradores. Nesta perspectiva, os locais são guardiões de memórias, e o contato com eles interfere em nossos atos de lembrar e esquecer:

Mesmo quando os locais não têm em si uma memória imanente, ainda assim fazem parte da construção de espaços culturais da recordação muito significativos. E não apenas porque solidificam e validam a recordação, na medida em que a ancoram no chão, mas também por corporificarem uma continuidade da duração que supera a recordação relativamente breve de indivíduos, épocas e também culturas, que está concretizada em artefatos. (ASSMANN, 2011, p.318).

Já sabemos que a cidade produz informações sobre si mesma (BURKE, 2003), mas esse fenômeno se torna mais complexo no momento em que seus cidadãos passam a também

produzirem informações sobre ela, tendo em vista que elas se entrelaçam nos imaginários. Nessa linha de pensamento, Cuty (2009) lembra que o que ocorre na urbe é produto da ação humana e, portanto, se desejarmos compreendê-la, faz-se necessário que interpretemos seus moradores, consumidores e produtores, mantendo no próprio texto científico as sutilezas de suas narrativas sobre a cidade.

Como afirma Roxo (2011), a interação com os diferentes meios de comunicação nos permite uma nova forma de imaginar e de interpretar a realidade, que gera uma imaginação virtual, que tem o potencial de nos vincular ou nos distanciar do mundo. Ao discutir as transformações identificadas no perfil dos indivíduos a partir das TICs, Rosas Mantecón (2009) nos apresenta uma nova categoria de público, a qual é denominada de *cibercidadão*, caracterizado por interagir virtualmente de uma maneira completamente distinta do até então observado. Se antes éramos meros consumidores de informação, a *web 2.0* nos fez produtores e, mais do que isso, compartilhadores, pois ajudamos a disseminar a informação que nos interessa.

Desse modo, concordamos com Vannini (2011), quando alega que as TICs transformaram a capacidade produtiva do ser humano ao mesmo tempo em que aceleraram a comunicação e geraram novos espaços para a produção de cultura. Vivemos em um mundo marcado pela tecnologia, sendo que nesse mundo o patrimônio também se encontra no virtual, dinâmica que lhe dá presença na ausência, pois o torna desenraizado e com a mobilidade que caracteriza a contemporaneidade (ARARIPE, 2004).

O processo de acesso, criação e recriação da cultura está imerso em significação, pois compartilhamos o que nos interessa e da forma como concebemos. Sendo assim, ao partilharmos uma informação nos ambientes virtuais, estamos demonstrando nossa visão sobre o mundo – ou seja, nossas representações. Nesse processo, incluem-se textos, vídeos, fotografias, bem como os demais produtos midiáticos disponíveis em rede. Todos esses artifícios são úteis no compartilhamento de nossas representações, que, dentre outros assuntos, abrangem os imaginários que construímos a respeito do espaço urbano.

Percebemos o destaque da fotografia como uma fonte de informação sobre os imaginários que os cidadãos constroem acerca do espaço urbano, uma vez que a imagem fotográfica não necessariamente relata o real. Nos embasamos na afirmação de Vieira (2013), ao salientar que as câmeras fotográficas e seus *softwares* (cada vez mais modernos) não são utilizados pelos fotógrafos para registrar de maneira fidedigna o mundo real. Para o autor:

As pessoas ficam encantadas com as novas possibilidades de registros e se acostumam com o espetáculo visual das novas imagens e ampliam o que

pode ser chamado de tolerância visual. O que pode ser considerado como todos estando engajados no processo de produção e consumo das fotografias. (VIEIRA, 2013, p.5).

A fotografia se constitui em uma narrativa na qual é possível a virtualização dos imaginários e da memória da cidade. Nesse viés, a imagem fotografada tece uma história, que é o oposto da ideia de um “congelamento” do real, pois se entrosa de maneira dinâmica com as necessidades do processo social (MARTINS, 2008). O foco do fotógrafo não é o registro do mundo visível e sim a exploração de novos olhares e representações do mundo – que são possíveis através dos aparelhos fotográficos e seus *softwares* (VIEIRA, 2013). Sob essa perspectiva, as imagens fotográficas também entrelaçam o processo cognitivo ao articularem as produções mentais e as dimensões materiais e funcionais da vida coletiva, transformando a concepção da produção social dos conhecimentos e da sua relação com as práticas. Embora as fotografias não contenham elementos textuais explícitos, não necessariamente representam a realidade tal qual ela é, tendo em vista que as compomos através da escolha de um determinado ângulo, mesclando elementos do ambiente, com baixa ou alta resolução, bem como outras escolhas inerentes ao ato de fotografar.

A fotografia contribui [...] para a semantização do monumento-sinal. Com efeito, é cada vez mais pela mediação de sua imagem, por sua circulação e difusão, na imprensa, na televisão e no cinema, que esses sinais se dirigem às sociedades contemporâneas. Eles só se constituem signo quando metamorfoseados em imagens, em réplicas sem peso, nas quais se acumula seu valor simbólico, assim dissociado de seu valor utilitário. Toda construção, qualquer que seja o seu destino, pode ser promovida a monumento pelas novas técnicas de ‘comunicação’. (CHOAY, 2006, p.22).

A fotografia, como sabemos, serve como registro – tendo funções técnicas e artísticas – mas também faz parte do lazer e da memória do homem comum. Desse modo, ela “[...] pode contribuir para desvendar aspectos do imaginário social e das mediações nas relações sociais que, de outro modo, seriam encarados sociologicamente com maior déficit de informação.” (MARTINS, 2008, p.36).

A fotografia reforça a necessidade de representar. Nas fotografias, as pessoas fazem supor. Ao mesmo tempo, a fotografia se propõe como apontamento da memória, e não como memória, como lembrete do que se perdeu no cotidiano, na banalização, na secundarização de certos acontecimentos, e não se quis perder. (MARTINS, 2008, p.43).

Desse modo, entendemos que ao compartilharmos fotografias que representam a cidade, estamos dividindo com os outros as nossas visões sobre ela. Ou seja, através delas, virtualizamos nossos imaginários sobre o ambiente urbano. Essas imagens, por sua vez, povoam através das lembranças nossa memória e incidem sobre o cognitivo. A memória depende da construção cultural dos indivíduos – resultado das múltiplas experiências,



sociabilidades e lembranças de cada um de nós, influenciando na construção de nossos princípios e valores éticos e culturais, pois conforme Gondar (2005, p.25): “não existem [...] memórias fora de um contexto afetivo”. Para a autora, ela é concebida como um processo no qual as representações coletivas interferem na sua construção.

A memória conserva os vestígios de algo que pertence a uma época passada e, a partir dela, o ser vivo remonta no tempo, relacionando-se com o seu passado, de sua espécie ou de outros indivíduos (POMIAN, 2000). É a partir dela que exercitamos a capacidade de repetir comportamentos aprendidos. Ressuscitamos impressões, saberes e sentimentos vividos, e por conta dela podemos descrevê-los (POMIAN, 2000). Entretanto, é uma ilusão pensar que a memória nos conduz a uma origem autêntica, mesmo em nível pessoal (GASTAL, 2006), pois ela é construída em um constante ato de lembrar e esquecer.

A memória elucida o sentimento de pertencimento que temos com uma comunidade ou grupo social. Desse modo, ela atua como um fenômeno que cria vínculos entre os indivíduos. Nesse processo, a tecnologia tem um papel de destaque, ao alterar a relação com a memória, pessoal e coletiva, tornando-a cada vez mais sofisticada, o que altera sua relação com o tempo (GASTAL, 2006). Conforme Roxo (2011, p.40), a memória é interpretativa e constituída por símbolos imagéticos, pois ela cria sentidos por meio da experiência vivida pelo homem. Lembrar não é apenas “[...] trazer à memória certa imagem de um acontecimento ou vivência, pelo contrário, é antes resultado de uma série de relações interpretativas em que o fato ou experiência presente em imagem se apresenta significativamente”.

Como afirma Mangan (2010), é necessária a memória digital para que exista a memória virtual. No entanto, um registro digital somente possui significado como memória coletiva ou social caso se torne virtual. A virtualização do documento, nesse sentido, está atrelada a um processo de comunicação, ou seja, de divulgação daquele material, sendo que “[...] quando o privado se torna público e passível de reescrita coletiva, tem-se um registro de memória.” (MANGAN, 2010, p.183). No momento em que o documento digital se torna também virtual, ele passa a poder ser acessado por um número infinito de pessoas dos mais distantes lugares do mundo. Nesse processo, conforme Mangan (2010), criam-se novos espaços de memória (virtuais), que atuam como repositórios de memória digital, socializando a informação através da internet. Para a autora: “Embora sejam espaços virtuais, seu conteúdo é real, assim como os sujeitos responsáveis por construir e comunicar as memórias.” (p.176). São espaços construídos em um mundo *online* (ciberespaço), que retratam memórias individuais e coletivas do mundo *online* e do mundo *offline* (fora do ciberespaço).

Na concepção de Dodebei (2011), a reprodutibilidade parece ser necessária à permanência de uma memória, que é um recorte momentâneo do social. O ciberespaço, agindo sobre a memória, reproduz e dinamiza suas representações, corroborando na construção de memórias virtuais as quais são coletivas, interativas e processuais.

A memória virtual no ciberespaço possui, até onde se pode inferir, algumas aproximações com a memória da sociedade oral, como o uso do discurso narrativo, o uso das imagens, e as possibilidades de esquecimento; no entanto, está consolidando-se como um novo tipo de memória. Não mais as mnemotécnicas, não mais a memória externalizada preservada na materialidade dos livros, e o saber em estoque, mas a dinâmica do signo em favor do saber em fluxo. Tais mudanças afetariam a noção da memória entendida como conservação e preservação dos saberes. (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2006, p.122).

Na concepção de Monteiro, Carelli e Pickler (2006), no ciberespaço a memória virtual está mais relacionada ao pensamento, à produção de signos de múltiplas semióticas e aos esquecimentos e menos ligada às possibilidades físicas de conservação da produção humana, como é o caso dos registros impressos. Desse modo, como ressaltam as autoras, trata-se de uma memória engendrada nela mesma, em tempo real e em constante transformação.

A memória virtualizada se apresenta de forma exteriorizada, como uma maneira de experimentar o mundo real através do virtual midiático e tecnológico (ROXO, 2011). Os dispositivos da internet possibilitam a formação de comunidades, ou seja, grupos de pessoas que se unem devido a uma característica ou em torno de um objeto ou de um fenômeno que demonstram interesse. Como aponta Schittine (2009), a memória é feita através da interação entre o coletivo e o individual, sendo que na internet a questão das coletividades também tem espaço:

Se um número de pessoas possui algo em comum, rapidamente se reúnem ‘embaixo’ de um www e formam uma comunidade. Os textos, informações e conteúdos que aparecerem na página desta comunidade fazem parte de uma memória coletiva. A memória é uma condição importante para a formação de uma comunidade, senão seriam apenas pessoas em torno de um objetivo. (SCHITTINE, 2009, p.160).

Nesse sentido, o ciberespaço nos possibilita a interação com pessoas que tenham interesses em comum conosco e, além disso, nos dá a oportunidade de compartilharmos com o outro os documentos que possuímos e que carregam consigo um pouco de nossa memória, ocorrendo assim a socialização de informações e de memória (MANGAN, 2010). Nesse processo, essa memória – inicialmente individual – adquire uma abrangência global, interagindo e passando a compor uma outra maior e mais multifacetada, que é a coletiva, da comunidade virtual da qual fazemos parte. Essa interação, por sua vez, transforma as

concepções de mundo, tanto do ‘eu’ como do ‘outro’, pois entramos em contato com esses documentos que compõe a memória coletiva virtualizada.

Essa memória também é composta por representações do espaço urbano, acarretando na criação e recriação de imaginários urbanos. O que percebemos, nesse sentido, é a virtualização de imaginários sobre o espaço urbano, que são dinamizados devido à abrangência grupal assumida pela memória virtual. Assim, o espaço urbano opera como um catalisador social, pois possibilita que os lugares se manifestem a partir de frações da memória urbana virtual da cidade. A narrativa fotográfica se constitui em uma ação comunicativa e uma fração capaz de articular os saberes, as informações sobre a cidade e os seus lugares com a memória social e o contexto histórico e cultural.

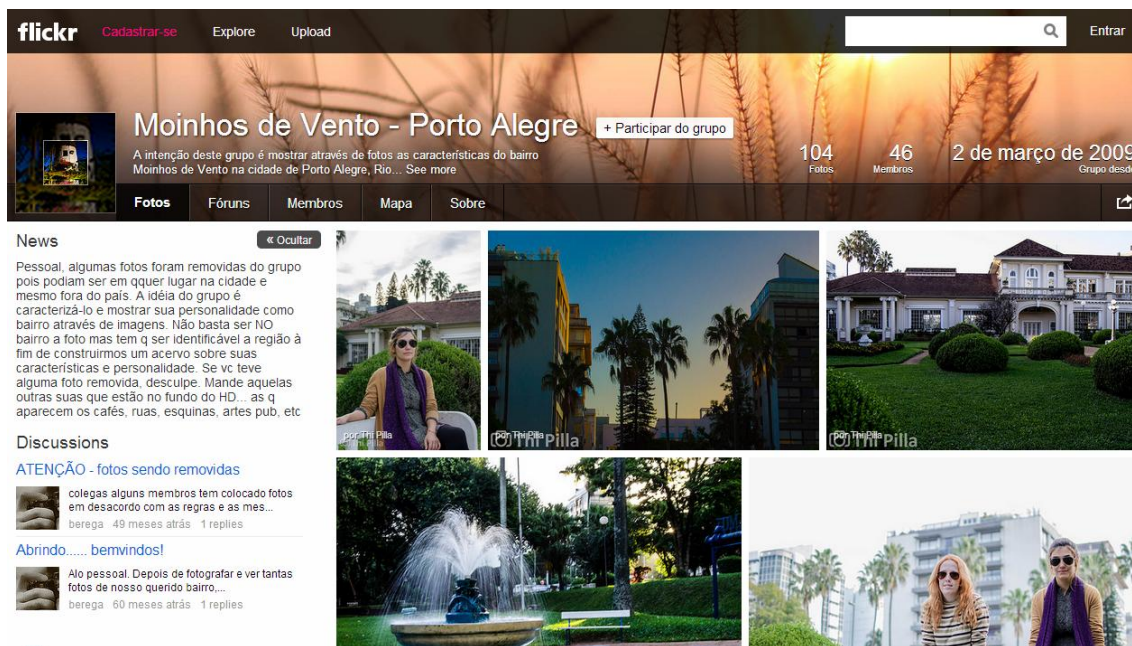
### **3 MOINHOS DE VENTO EM REDE: AS FOTOGRAFIAS PARTILHADAS NO FLICKR E A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA VIRTUAL**

O *Flickr* é um *site* da *web* que possibilita aos seus usuários hospedar e compartilhar fotografias, desenhos, gráficos e vídeos (embora esses apareçam em menor quantidade). Criado em 2004 – o ambiente utiliza Ajax –, está disponível no endereço [www.flickr.com](http://www.flickr.com) e é gratuito, qualquer pessoa pode ter acesso, embora seja necessário ter cadastro para publicar fotos. Além do título e da descrição das fotos, o gerenciamento do *site* é interativo, permitindo aos usuários também classificar as fotos através da atribuição de *tags*<sup>3</sup>, que auxiliam na posterior localização das fotografias, bem como comentar as suas próprias fotos e as dos outros (FLICKR, 2014). Uma peculiaridade é que o *Flickr* permite situar em um mapa o local em que foi tirada a fotografia, facilitando a identificação dos lugares por parte dos usuários. Eles podem criar álbuns para hospedar suas fotografias, além de participarem de grupos com interesses comuns, que permitem que o compartilhamento delas seja organizado em torno temática específica.

---

<sup>3</sup> *Tags* são palavras, siglas ou códigos pessoais atribuídos pelos usuários aos recursos da *web*, de maneira livre e de acordo com a sua conveniência (LACERDA; VALENTE, 2007).

Figura 1 – Layout do Grupo *Moinhos de Vento – Porto Alegre*, do Flickr



Fonte: MOINHOS de Vento – Porto Alegre.

Dentre os vários grupos, há alguns que reúnem fotografias de países, estados, cidades, bairros, dentre outros espaços geográficos. Nesse estudo, realizado em julho de 2014, analisamos as fotografias compartilhadas no Moinhos de Vento – Porto Alegre (Figura 1) – um grupo público criado e administrado por Rodrigo Beheregaray que se propõe a “[...] mostrar, através de fotos, as características do bairro Moinhos de Vento na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.” (MOINHOS DE VENTO – PORTO ALEGRE<sup>4</sup>). Esse grupo foi criado em 2 de março de 2009 e é formado por pessoas que moram, trabalham ou possuem algum interesse pelo bairro. A relação afetiva entre os membros participantes com o bairro é enfatizada pelo administrador:

Alo pessoal. Depois de fotografar e ver tantas fotos de nosso querido bairro, com tanto assunto nele a ser registrado, resolvi fazer essa homenagem de criar este grupo do Moinhos de Vento. Incrivelmente ainda não havia um grupo aberto para postar com essa temática aqui no Flickr. Assim, pra puxar um papo, coloquem aqui o que mais gostam do bairro, o que acham mais relevante nele para ser registrado, etc. Abraço Rodrigo. (BEHEREGARAY, 2009a<sup>5</sup>).

Percebemos, a partir da colocação do criador do grupo, que o seu propósito está relacionado com a afetividade dos cidadãos com o lugar. As expressões como “nosso querido bairro” e “que mais gostam do bairro” destacam esse aspecto. A partir do grupo, os usuários

<sup>4</sup> Documento eletrônico, sem paginação.

<sup>5</sup> Documento eletrônico, sem paginação.

têm a oportunidade de dialogar e trocar experiências, perspectivas e informações sobre o bairro. Nesse sentido, o *Flickr* auxilia no fortalecimento do vínculo identitário entre os seus membros, pois ao fazer circular as imagens fotográficas, dinamiza e reativa as lembranças sobre o bairro, configurando-se como um lugar de memória.

Na data de coleta dos dados, o grupo possuía 46 membros e 104 documentos compartilhados, sendo 103 fotos e um vídeo. As fotos – coloridas e preto e branco – foram analisadas com a finalidade de verificar quais elementos do cenário do bairro são destacados nas fotografias. Além disso, outras informações complementares foram utilizadas na análise, como os títulos das fotografias, as *tags* atribuídas a elas e os comentários dos usuários.

Das 103 fotos, 37 são do Parque Moinhos de Vento – ou “Parcão”, como é popularmente conhecido. Ele se localiza no centro do bairro e é o mais conhecido da região, sendo ponto de encontro para lazer, atividades físicas, dentre outros eventos que dinamizam a vida no bairro. As fotos registram diversos elementos que caracterizam o local – seus bancos, a ponte que une os dois lados do parque (que é dividido por uma avenida), seu lago e suas árvores. Em várias fotos percebemos a presença de pessoas, principalmente sentadas em bancos, sozinhas ou acompanhadas – o que fortalece a concepção do lugar como um espaço de lazer e de sociabilidade. Em especial, percebe-se um destaque às duas construções do local, símbolos do bairro, as quais são a réplica de um moinho açoriano (Fotografia 1), que é público e significativo na história do local. Ele aparece em 15 fotos; e o Monumento a Castelo Branco, em 7.

Fotografia 1 – Moinho do Parque Moinhos de Vento



Fonte: IOCHIMS, 2011.

O segundo espaço mais recorrente nas fotos do bairro é a Estação de Tratamento de Água (ETA) do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE), popularmente conhecida como “Hidráulica Moinhos de Vento”. São 17 fotos que registram o local, sendo 5

delas (dentre elas, um desenho) destacando a grande torre hidráulica (Fotografia 2) que há no lugar. Além da torre, também há fotos de jardins, de flores, de bandeiras, de bancos, de luminárias, do chafariz, do prédio principal e dos decantadores d'água.

Fotografia 2 – Torre da ETA do DMAE



Fonte: BRANCHI, 2014.

Vale destacar que não apenas prédios históricos ganham visibilidade nas fotos, mas também os prédios modernos e “arrojados” – como é o caso do hotel Sheraton, presente em 6 fotos, visto sob vários ângulos diferentes. Como indica Bissón (2009), o Moinhos é um *mix* de “tradição e modernidade”. A esse respeito, Jodelet (2005) nos lembra que a materialização das narrativas que compõem a memória é constituída de materiais do passado e do presente. No caso das fotos do bairro, misturam-se os prédios antigos e novos, testemunhas da história do local. Semelhantes a sedimentações de blocos geológicos, vislumbram-se as representações dos cidadãos sobre a cidade na composição dos imaginários urbanos. Assim, se formam os conhecimentos sociais sobre o bairro e a cidade.

Várias fotos mostram as ruas do bairro, tais como a Santo Inácio, Padre Chagas, Luciana de Abreu, Hilário Ribeiro, Barão de Santo Ângelo, Vinte e Quatro de Outubro, Dinarte Ribeiro, Engenheiro Álvaro Nunes Pereira e Félix da Cunha. Essas fotos registram calçadas, comércio, casas, árvores, dentre outras características das ruas. O bairro também é conhecido pelos seus casarões antigos. Hoje, há uma polêmica em torno deles, pois a especulação do setor imobiliário tem interesse em demoli-los para construir edifícios novos e altos no lugar. Entretanto, há moradores que resistem à demolição, pois desejam manter os

traços “originais” do local. A esse respeito, Bissón (2009) explica que os preservacionistas trabalham no sentido de conscientizar os moradores “mais antigos” do bairro para que defendam o patrimônio arquitetônico do local. Dentre esse conjunto de casas, a que mais aparece, em cinco fotos, está situada na rua Santo Inácio (Fotografia 3).

Fotografia 3 – Antiga casa na rua Santo Inácio



Fonte: BEHEGARAY, 2009b.

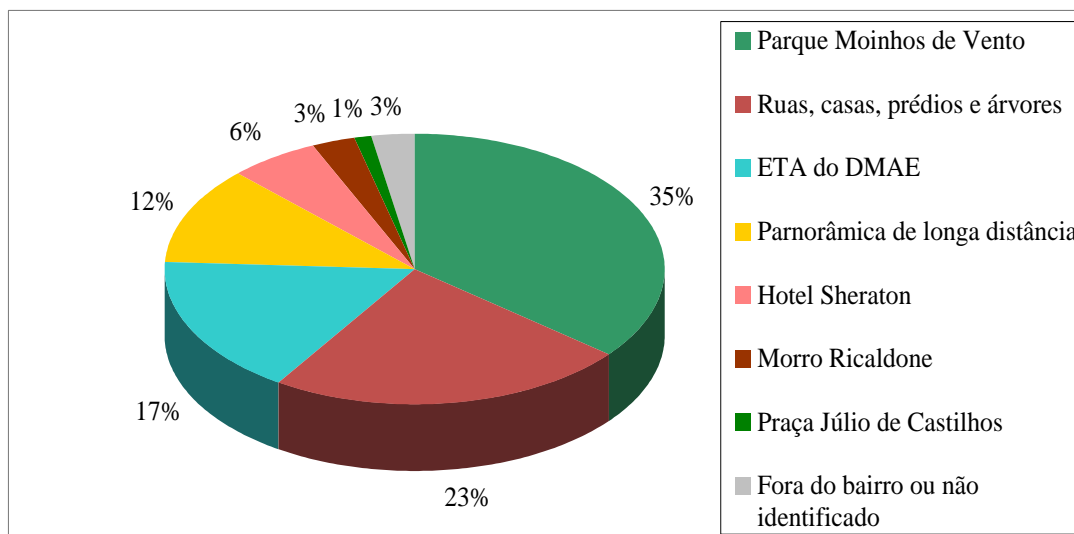
Há também fotografias que dão visibilidade a outros espaços do bairro, como as longas escadarias do Morro Ricaldone – que atualmente encontra-se fechado devido a problemas de violência urbana. Embora o imaginário sobre o lugar seja construído pelo seu passado e pelas suas riquezas – grandes casarões e belos espaços de sociabilidade frequentados predominantemente pela elite da cidade –, observa-se que hoje, o lugar da cidade convive com os problemas sociais característicos das grandes aglomerações urbanas. No conjunto das fotos, há uma fotografia<sup>6</sup> que revela essa contradição: ela mostra um mendigo sentado em um banco da Praça Júlio de Castilhos.

Além dos lugares e prédios acima citados, também percebemos que os registros das fotos do Moinhos de Vento possuem um enquadramento do alto, de cima, das janelas dos grandes edifícios. Algumas são fotografadas de prédios de locais próximos, de onde são vistas diversas edificações do bairro com vista panorâmica de longa distância. Dentre as fotos compartilhadas, duas não apresentavam cenários do lugar e sim de outras regiões da cidade. Além dessas, uma foto não possibilitava a identificação do lugar fotografado nem havia qualquer informação como título, comentários ou *tags*. O Gráfico 1 apresenta os percentuais de ocorrência dos lugares representados nas fotos compartilhadas no grupo.

---

<sup>6</sup> O autor não respondeu *e-mail* autorizando a reprodução da fotografia.

GRÁFICO 1 – Locais Representados nas Fotografias do Grupo *Moinhos de Vento* – Porto Alegre



Fonte: dados da pesquisa

Como podemos perceber, o grupo Moinhos de Vento – Porto Alegre se configura como um espaço de representações, ao possibilitar o compartilhamento de fotografias que tratam do bairro. É um ambiente interativo, através do qual os cidadãos podem partilhar uns com os outros os seus múltiplos olhares sobre a cidade. Para Nogueira (2009), a narrativa fotográfica incorpora os processos intersubjetivos, emocionais e afetivos, pois traz imagens reais da própria história de vida do narrador. Assim, a cidade é enredada por um universo infinito de símbolos estabelecidos por cada indivíduo em trajetórias singulares nas relações com os lugares. As fotografias disponibilizadas no espaço virtual, a partir da sua operacionalidade, potencializam a construção de uma memória coletiva do bairro. O grupo analisado, nesse sentido, constitui uma memória virtual do espaço urbano, um ponto de encontro que rememora e articula imagens cotidianas da vida no bairro.

Assim, a construção da memória virtual, ao alimentar com imagens as informações sobre o bairro e a cidade, estabelece a ligação social entre o passado e o presente, projetando também perspectivas para o futuro. Ao realizar o reencontro das representações, dos significados e seus fragmentos, ela ajuda a situar e identificar os diferentes grupos sociais na manutenção de um sentimento de pertença a sua identidade cultural.

#### 4 CONCLUSÕES

O compartilhamento das fotografias do Moinhos de Vento, em Porto Alegre, por parte dos usuários do *Flickr*, ao fazer circular as imagens sobre o bairro, mobiliza em seus frequentadores sentimentos, sonhos, imaginários e lembranças, reativando os próprios



esquecimentos. Tradicionais ou inusitadas, as imagens que circulam no *Flickr* sobre o bairro e a cidade captam uma dimensão dos imaginários urbanos elaborados pelos cidadãos. Ao compartilharem no ambiente virtual suas fotografias, os usuários partilham suas visões sobre o lugar, o que está diretamente relacionado com suas experiências e memórias. Porto Alegre se manifesta por seus cenários, afetos, acontecimentos, personagens, mitos e percepções que fundem as memórias individuais à coletiva. Dessa forma, as narrativas visuais do grupo *Moinhos de Vento – Porto Alegre* constroem a memória virtual do bairro.

O compartilhamento de fotografias da cidade via *Flickr* possibilita acessibilidade e visibilidade da memória virtual do bairro, da cidade e dos seus imaginários. Entretanto, o caso analisado, do grupo *Moinhos de Vento – Porto Alegre*, é um dentre os vários ambientes virtuais que se encontram disponíveis livre e gratuitamente. Com o uso cada vez mais constante das tecnologias de informação e comunicação, a produção do conhecimento em rede é a tendência, pois possibilita o compartilhamento das experiências, das lembranças e das utopias com os outros.

As imagens mais recorrentes que circulam na rede sobre o bairro Moinhos de Vento são seus monumentos: a Caixa d'água imponente do DMAE, os casarões, o Moinho do Parcão, o Monumento a Castelo Branco e o Hotel Sheraton – que simbolizam a forte relação do imaginário com a história da cidade, pois são as mesmas que estão nos cartões postais de Porto Alegre. O registro fotográfico mostra as múltiplas memórias que se entrecruzam e constituem a cidade. Dessa forma, a narrativa fotográfica, através dos conteúdos das informações que circulam nas imagens, realiza a mediação dos sentidos que sustentam as representações sobre Porto Alegre que ancoram os imaginários instituídos da cidade e a identidade cultural dos seus cidadãos. O patrimônio virtualizado, em rede ou nas nuvens, não rompe com a concepção da memória social oficial ou enquadrada, mas ajuda a perpetuá-la.

## REFERÊNCIAS

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BEHEREGARAY, R. **Abrindo..... bemvindos!** [mensagem em lista de discussões]. 2009a. Disponível em: <[www.flickr.com/groups/moinhospoa/discuss/72157614657354293/](http://www.flickr.com/groups/moinhospoa/discuss/72157614657354293/)>. Acesso em: 3 jul. 2014.

BEHEREGARAY, R. **Filmagem do curta A Maldita**. 2009b. 1 fotografia. Disponível em: <[www.flickr.com/photos/berega/3682102966/in/pool-moinhospoa/](http://www.flickr.com/photos/berega/3682102966/in/pool-moinhospoa/)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

BISSÓN, C. A. **Moinhos de Vento: histórias de um bairro de Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura; IEL, 2009.

BRANCHI, P. H. [**Torre da ETA do DMAE**]. 2014. 1 fotografia. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/branchi/13044185604/in/pool-moinhospoa>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BURKE, P. O lugar do conhecimento: centros e periferias. In: \_\_\_\_\_. **Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. P. 54-77.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2006.

CUTY, J. A. A preservação cultural sob a ótica do imaginário e da memória coletiva. **Illuminuras: série de publicações eletrônicas do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, LAS, PPGAS, IFCH e ILEA, UFRGS**. Porto Alegre, v. 10, n. 24, p. 1-10, 2009.

DODEBEI, V. Cultura digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 12, n. 2, p. 1-12, abr. 2011.

FLICKR. Disponível em: <[www.flickr.com](http://www.flickr.com)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

GARCÍA-CANCLINI, N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 95-115, 1994.

GASTAL, S. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio**. São Paulo: Papyrus, 2006.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: \_\_\_\_\_. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

IOCHIMS, M. **Parque Moinhos de Vento (Parcão) - Porto Alegre, RS – Brazil**. 2011. 1 fotografia. Disponível em: <[www.flickr.com/photos/miochims/6411794463/in/pool-moinhospoa](http://www.flickr.com/photos/miochims/6411794463/in/pool-moinhospoa)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LACERDA, J. A. C.; VALENTE, P. G. A emergência em sistemas baseados em folksonomias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 59-67, jul./dez. 2007.

LEFEBVRE, H. **La Presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

MAFFESOLI, M. O poder dos espaços de celebração. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 59-70, jan./mar. 1994.

MANGAN, P. K. V. Construção de memórias digitais virtuais no ciberespaço. In: FRANÇA, M. C. C. C.; LOPES, C. G.; BERND, Z. (Org.). **Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura**. Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilasalle, 2010.

MARTINS, J. S. A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOINHOS DE VENTO – Porto Alegre. [Grupo do Flickr]. Disponível em: <[www.flickr.com/groups/moinhospoa/](http://www.flickr.com/groups/moinhospoa/)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

MONTEIRO, S.; CARELLI, A.; PICKLER, M. E. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006.

NOGUEIRA, M. A. L. A cidade imaginada ou o imaginário da cidade. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 1, p. 115-123, mar./jun. 1998.

POMIAN, K. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, v. 42, p. 507-516.

PORTO ALEGRE. Urbanismo. **Moinhos de Vento**. Disponível em: <[www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=47&p\\_secao=131](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=47&p_secao=131)>. Acesso em: 19 maio 2014.

RIZZO, M. Conceptos para pensar lo urbano: el abordaje de la ciudad desde la identidad, el habitus e las representaciones sociales. **Bifurcaciones**, n. 6, outono 2006.

ROSAS MANTECÓN, A. Consumo cultural na cidade. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (Org.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

ROXO, L. C. Memória e imaginação: o passado e o futuro convergindo em imagem. In: BERND, Z.; SANTOS, N. M. W. (Org.). **Bens culturais: temas contemporâneos**. Porto Alegre: Movimento, 2011. P. 34-56.

SCHTTINE, D. V. Memória virtual: construção de arquivos e instrumentação de leitores na internet. **Artefactum: Revista de Estudos em Linguagem e Tecnologia**, v. 2, n. 3, P. 152-171, jul. 2009.

SILVA, A. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SILVA, A. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva; Bogotá: Convenio Andres Bello, 2001.

SILVA, A. **Imaginarios urbanos: hacia la construcción de un urbanismo ciudadano**. Metodologia. Bogotá: Convenio Andrés Bello/Universidade Nacional de Colombia, 2004.

VANNINI, P. A. La cultura de las TICS. In: AMEIGEIRAS, A.; ALEM, B. (Org.). **Culturas populares y culturas masivas: los desafíos actuales a la comunicación**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento/ImagoMundi, 2011.

VIEIRA, C. B. M. Fotografia: o registro de uma realidade visível ou apenas um pretexto para se fazer fotografias? In: ENCONTRO HISTÓRIA, IMAGEM E CULTURA VISUAL, 2., 2013, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre: ANPUH-RS, 2013.

## ARQUIVO E PATRIMONIO INDUSTRIAL: DOCUMENTOS REMANESCENTES DAS PRIMEIRAS USINAS HIDRELÉTRICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

*ARCHIVE AND INDUSTRIAL HERITAGE: REMAINING DOCUMENTS OF EARLIEST  
POWER PLANTS IN SÃO PAULO*

Márcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano  
Telma Campanha Carvalho

**Resumo:** Este trabalho apresenta resultados preliminares do projeto de pesquisa temática História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo (1890-1960): patrimônio industrial, paisagem e meio-ambiente, no eixo temático Arquivologia. Neste eixo estão contemplados dois objetivos. Um de ordem formal, com o levantamento, pesquisa e identificação dos acervos documentais relativos a aproximadamente 50 pequenas centrais hidrelétricas construídas no estado de São Paulo na primeira metade do século XX e a produção de um vocabulário controlado para indexação dos termos utilizados no projeto. Outro objetivo refere-se ao levantamento e análise das condições de preservação desses acervos, em diferentes condições de uso, ou seu desaparecimento. Como resultado esperado, apresentamos o projeto de implantação do Inventário de Patrimônio Industrial da Indústria de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a ser publicado no final do projeto. Instrumento híbrido, estruturado em uma base de dados relacional, que reunirá informações coletadas em todos os eixos temáticos, visando criar um instrumento de referência que articule dados sobre os diferentes eixos temáticos do projeto, de modo a ampliar as possibilidades de pesquisa sobre os dados coletados e abrir novas perspectivas aos pesquisadores do tema.

**Palavras-chave:** Patrimônio Industrial; Preservação documental; pequenas centrais hidrelétricas, energia elétrica; Descrição arquivística.

**Abstract:** This work presents preliminary results of the thematic research project called History of Electric Energy in the State of São Paulo (1890-1960): industrial heritage, landscape and environment, in the thematic line of Archival Science. In this line two objectives are included. A formal order objective, to the survey and identified of documental archives relating to 50 small hydroelectric plants, built in São Paulo at the first half of the 20th century and production of a controlled vocabulary for indexing terms used in the project. Other purpose refers to the analysis of the preservation conditions to these archives groups, under different conditions of use, or its disappearance. As expected result, we present the project of Industrial Heritage Inventory of Electric Energy Industry in State of Sao Paulo, to be published at the end of the project. An hybrid instrument, structured in a relational database, that will bring together information collected, aiming to create a reference tool that links data on the different themes of the project in order to expand the possibilities of research on the collected data and provide new insights to researchers of the subject.

**Keywords:** Industrial Heritage. Preservation. Small Hydroelectric Plant. Electric Energy. Archival description.

### INTRODUÇÃO

O projeto temático História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo (1890-1960): patrimônio industrial, paisagem e meio-ambiente, também denominado Projeto Eletromemória 2, é a segunda fase de um projeto de pesquisa voltado ao levantamento do patrimônio histórico do setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no

estado de São Paulo ao longo do século XX. É um projeto multidisciplinar e interinstitucional, formado por professores, pesquisadores e estudantes das três universidades paulistas – Unicamp, USP e UNESP das áreas de História, Geografia, Museologia, Arquivologia, Biblioteconomia e Arquitetura.

Especificamente, esta segunda fase do projeto se destina a estudar um conjunto extremamente representativo de usinas e pequenas centrais hidrelétricas construídas durante o período inicial da eletrificação do Estado de São Paulo, abrangendo unidades produtivas instaladas entre as décadas de 1890 e 1960, em uma abordagem interdisciplinar, que considera aspectos históricos, documentais, ambientais e de patrimônio industrial.

Como universo de pesquisa foram selecionadas cerca de 50 unidades de geração de energia elétrica, a maioria composta por pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)<sup>7</sup> e algumas usinas hidrelétricas (UHEs) representativas do período estudado.

Como objetivo geral do projeto pretende-se analisar a evolução dessas unidades produtivas dentro do contexto social, histórico e geográfico, para evidenciar as transformações advindas do processo de eletrificação, bem como os beneficiários e os impactos urbanos e na paisagem do Estado no período de construção, com ênfase para a territorialização, a paisagem e o ambiente, juntamente com a análise do potencial atual e futuro dessas instalações como integrantes de esforços de revitalização de patrimônio industrial e constituição de acervo museológico.

Durante o primeiro ano do projeto, estão sendo realizados levantamentos junto a unidades produtivas pertencentes a grandes conglomerados empresariais de geração de energia como a CPFL Energia, Companhia Metropolitana de Águas e Energia – EMAE, entre outras empresas com unidades geradoras de sua propriedade. Além dessas, há uma grande quantidade de companhias locais, privadas ou municipais, dispersas pelo Estado, que também serão visitadas.

A maior parte das unidades estudadas mantém-se em operação, muitas delas tendo sido modernizadas e repotenciadas ao longo dos anos. Também há aquelas que deixaram de operar, mas suas instalações, mesmo que parcialmente preservadas, mantém-se como vestígio patrimonial na paisagem cultural e física do ambiente. Essas unidades testemunham o esforço

---

<sup>7</sup> Uma pequena central hidrelétrica – PCH - é definida como um “empreendimento hidrelétrico com potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3,0 km<sup>2</sup> (ANEEL,2009). .

de industrialização que levou o estado de São Paulo a uma posição de liderança industrial no cenário nacional durante a primeira metade do século XX.

O projeto vem sendo desenvolvido em quatro eixos temáticos de forma interdisciplinar: História, Patrimônio Industrial/Cultura Material/Museologia, Paisagem/Meio-Ambiente e Ciência da Informação.

O eixo temático **História** tem como objetivo pesquisar as transformações das usinas e seus equipamentos, envolvendo também a história da tecnologia de geração elétrica, bem como trabalhos de história oral, com enfoque preferencial para a identificação de trabalhadores, seus familiares e demais moradores das localidades das usinas estudadas, que vivenciaram sua operação em diferentes momentos.

O eixo temático **Patrimônio Industrial, Cultura Material e Museologia** tem como objetivo realizar o inventário do patrimônio representado por edificações, equipamentos e demais elementos de cultura material, que forem eventualmente identificados nas usinas estudadas. As pesquisas vêm sendo realizadas por equipe multidisciplinares interessadas em identificar as condições do patrimônio industrial de São Paulo e realizar análise sobre o potencial museológico dessas unidades.

O eixo temático **Paisagem e Meio Ambiente** privilegia o estudo do meio no entorno dos locais de implantação das usinas estudadas, numa abordagem de estudo descritivo-comparativo, considerando a situação no período de instalação de cada usina e sua condição atual. Dentre os temas estudados citamos a comparação entre a cobertura vegetal, o regime de águas, o histórico de uso e ocupação humana do solo, a análise da paisagem em diferentes momentos históricos e a representação cartográfica das principais transformações.

No caso do eixo temático **Ciência da Informação**, objeto deste trabalho, há um objetivo duplo, representado por dois grupos de pesquisadores. A primeira equipe vem realizando estudos na área de Arquivologia, com o levantamento da produção documental e de acervos existentes relativos às unidades estudadas, visando identificar entre outras questões as condições de preservação de documentos em diferentes contextos, como no caso de usinas de propriedade de grandes empresas geradoras de energia elétrica, prefeituras e produtores independentes de energia para consumo próprio, até unidades fora de operação, cujo edifício e documentação são preservados a título de patrimônio cultural. Considerando a idade das unidades industriais envolvidas, com mais de 60 anos e algumas delas centenárias, o acervo documental identificado apresenta uma abrangência temporal significativa. As sucessivas alterações na propriedade das unidades produtivas fez com que os documentos transitassem por uma série de empresas e entidades diferentes, ocasionando considerável dispersão do

acervo original. Por outro lado, a abrangência geográfica do projeto, representada pela seleção de unidades produtivas localizadas em regiões do Estado, possibilita o estudo comparativo das condições dos acervos em condições geográficas e de desenvolvimento econômico e social diversos.

Paralelamente, outra equipe de pesquisadores está trabalhando no levantamento de termos e estudo para formalização de um instrumento de pesquisa – uma base de dados de descrição de documentos e de conteúdos relativos a cada unidade pesquisada, contemplando além de dados do acervo documental, informações históricas, patrimoniais e ambientais. A criação de uma ferramenta de controle de vocabulário específica para a área de geração de energia elétrica, no contexto do patrimônio industrial paulista, deve agregar termos das áreas do conhecimento presentes no projeto: energia elétrica, patrimônio industrial, museologia e meio ambiente.

Este trabalho apresenta os resultados preliminares do projeto de pesquisa no eixo Ciência da Informação, relativos às expedições realizadas durante o primeiro ano do projeto e ao desenvolvimento do instrumento de pesquisa.

## **DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA**

### **1. Expedições e levantamento documental**

Durante o primeiro ano do projeto 2013/2014, foram realizadas três expedições, com a visita a 19 unidades produtivas, sendo 12 pertencentes ao grupo CPFL Energia, quatro pertencentes à EMAE, uma pertencente à Cia. Docas de Santos – Codesp, uma pertencente à Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento e uma pertencente à Prefeitura Municipal de Salto. Do ponto de vista arquivístico, constatamos que os locais visitados não costumam conter documentos de valor histórico. Em todos os casos, a documentação foi retirada e encaminhada para as sedes das empresas ou doada, em momentos de mudança institucional. Também há casos de documentos extraviados durante a transição entre proprietários. Por isso, nas três empresas pesquisadas até o momento, identificou-se a necessidade de realizar expedições de pesquisa específicas para coleta de dados nos arquivos gerais.

A EMAE possui documentos em três locais, principalmente. Uma parte, originária da antiga Light foi doada à Fundação Patrimônio Histórico da Energia na época de sua criação. Outra parte encontra-se guardada dentro de um galpão na área da Usina Elevatória de Traição, em São Paulo. Em algumas de suas usinas foram encontrados poucos, mas significativos

documentos textuais e fotográficos, como os primeiros livros de ocorrências e o álbum de construção de usina.

A CPFL, proprietária de um grande número de usinas participantes do projeto, reuniu, nos últimos anos, os documentos históricos remanescentes de suas unidades em dois locais. Um depósito em edifício industrial na cidade de Jundiaí, que funciona como Reserva Técnica resultante do projeto de organização de documentos históricos da empresa realizado para as comemorações de 100 anos da companhia. Ali estão documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, recolhidos em diversas unidades. Neste local, também estão centralizados os livros contábeis mais antigos das empresas formadoras da CPFL. Além desse depósito, a Biblioteca institucional vem cumprindo o papel de local de preservação de documentos técnicos e jurídicos, já sem utilidade corrente. Por último, uma série de arquivos técnicos da empresa mantém documentos sobre as unidades em operação, como é o Caso da Engenharia, onde foram identificados os dossiês de todas as subestações de distribuição da empresa.

A Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, proprietária da Usina Itatinga vem realizando, nos últimos anos, esforços para reunir e organizar a documentação relativa à operação da usina e à vila operária mantida por ela nos primeiros anos de atividade.

Além dessas unidades, duas usinas visitadas nessa fase pertencem a entidades que não tem como objetivo direto a geração de energia. No caso da Fundação Patrimônio Histórico da Energia, a Usina Salesópolis, tem como atividade principal, a ação educativa, contemplando uma unidade do Museu da Energia. Salesópolis, que estava desativada desde os anos 1980, foi repotenciada por uma empresa parceira da Fundação e voltou a gerar energia. Por fim, a Prefeitura Municipal de Salto, proprietária da Usina de Lavras, que mesmo desativada, segue preservada, como parte do Parque de Lavras, implantado pelo município.

## **1.1 EMAE**

### **Henry Borden**

A Usina Henry Borden, localizada no município de Cubatão/SP, iniciou sua operação no final de 1925, construída pela Light. Seus arquivos estão distribuídos entre a Fundação Energia e Saneamento, sua sede, no bairro de Pedreira, em São Paulo e o Arquivo na Usina de Traição. Porém, alguns documentos permanecem na usina. Na sala de operação, o supervisor da usina guarda em sua escrivaninha os primeiros livros de ocorrência da operação, como o de 1926, primeiro ano efetivo de operação e o de 1932, quando a usina foi bombardeada pelas forças federais durante a Revolução Constitucionalista.



Ao lado desta sala se encontram duas outras que servem de depósito, com documentos operacionais antigos, sem organização e sem uso. Além disso, em um galpão de almoxarifado foi localizada uma série de mapotecas de aço contendo desenhos técnicos antigos, alguns com legenda em inglês. Não há catalogação nem controle desses documentos.

### **Porto Góes**

Também inaugurada pela Light, em 1928, não foram localizados documentos de valor histórico na Usina de Porto Góes. Assim como ocorre com a usina Henry Borden, parte da documentação histórica foi doada para a Fundação Energia e Saneamento, parte está na sede localizada no Bairro de Pedreira, em São Paulo, e o restante no depósito da Usina de Traição. Uma das situações comumente identificadas em usinas hidrelétricas e que várias vezes foram identificadas durante o Projeto Eletromemória 1 repete-se em Porto Góes. Embora o arquivo permaneça em outros locais, o álbum de construção da Usina é mantido na sala de comando. Além de fotos da obra, também foram identificadas outras fotos de uma grande enchente, que atingiu a usina em 1929. Como esses documentos também foram encontrados em outros locais (no arquivo da Fundação Energia e Saneamento e na própria sede da EMAE), entendemos que se tratam de ampliações produzidas especificamente com a finalidade de permanecer na usina, como referência construtiva e memória da obra.

### **Edgard de Souza**

Inaugurada em 1901, com o nome de Usina Parnaíba, no rio Tietê, em Santana de Parnaíba/SP, funcionou como usina hidrelétrica até 1949. A partir daí, sua função no sistema de controle de cheias do rio prevaleceu e ela deixou de gerar energia, sendo utilizada como estação elevatória até 1984, quando passou a operar como barragem de controle. Por se tratar de uma usina muito antiga e tendo parado de operar antes da década de 1990, os documentos e fotos da usina, estação elevatória e barragem foram doados para a Fundação Energia e Saneamento.

### **Rasgão**

Assim como as demais usinas da EMAE, na Usina Rasgão, localizada em Pirapora do Bom Jesus/SP, não foram localizados documentos históricos. Os documentos e fotos da usina, barragem e vila residencial foram doados à Fundação Energia e Saneamento durante o processo de privatização. No entanto, o diário de operação nº 1 (1925 a 1926), permanece na mesa de trabalho do supervisor da usina.

## **1.2 CODESP**

### **PCH Itatinga**

A CODESP mantém em Santos a documentação histórica sobre a Usina e a antiga vila operária de Itatinga. Parte dessa documentação foi utilizada para produção de um livro sobre a história da usina de Itatinga e transferida para o Museu do Porto, também da CODESP. Há informações sobre a existência de documentos históricos em armazéns de uso administrativo da empresa, próximo à usina. Na usina foram encontrados manuais técnicos, plantas e desenhos técnicos da primeira metade do século XX. Apesar de não haver local adequado para preservação, os documentos seguem em bom estado de conservação. Na vila operária foram encontrados documentos e objetos de forma totalmente inadequada com risco de deterioração. Há projeto da empresa para retirar a documentação desses locais e realizar a organização.

## **1.3 CPFL**

Conforme relatado anteriormente, a CPFL tem a tradição de centralizar a documentação de suas usinas. Desde o advento da operação por telecomando, em que a necessidade de um operador na localidade foi reduzida significativamente, em meados dos anos 2000, a empresa eliminou a maioria dos arquivos nas PCHs. Com a exceção de locais designados especificamente para recolher documentos, não foram encontrados documentos nas unidades visitadas até o momento.

### **Salto Grande**

Durante alguns anos, a PCH Salto Grande, construída em 1906, em Itatiba, manteve em uma das casas da antiga vila de operários, documentos e objetos com os quais a CPFL pretendia montar um museu. Em 2011, essa documentação foi identificada e acondicionada por equipe técnica da Fundação Energia e Saneamento. Atualmente o acervo foi transferido para edifício da CPFL em Jundiaí/SP. Na casa há ainda alguns documentos remanescentes que, em virtude de seu avançado estado de deterioração não puderam ser tratados naquele projeto.

### **Cariobinha e Carioba**

A usina Cariobinha, localizada em Americana, iniciou suas operações em 1936 e está paralisada desde 1996, em virtude de problemas ambientais no rio que abastecia a usina. Devido ao abandono da usina Cariobinha, não há qualquer vestígio de documentação. Na

visita à usina Carioba, termelétrica próxima à PCH, foram localizados documentos e um álbum de fotos antigas. Esses documentos estavam abandonados e foram retirados serem entregues à CPFL.

### **PCHs Americana, Jaguari, Socorro, Eloy Chaves, Pinhal.**

Em nenhuma das unidades visitadas foram encontrados documentos ou outras referências documentais.

### **PCH Salto de Pinhal**

Na sala da subestação, anexa à sala de máquinas, foi encontrado um armário desconhecido dos funcionários da CPFL, contendo vários desenhos das divisas da propriedade, projetos das edificações (usina e casas da vila residencial), esquemas hidráulicos, estudos diversos, contendo informações diversas sobre a história das instalações e equipamentos da usina.

### **Santa Alice**

Não havia documentação no local. Segundo informações, o proprietário da antiga Companhia Paulista de Energia Elétrica – CPEE, responsável pela construção da usina, fazendeiro de São José do Rio Pardo, estaria de posse dessa documentação. No entanto, em casa anexa, construída há poucos anos para abrigar um futuro museu da eletricidade, há documentos esparsos, reunidos por funcionários da usina.

### **PCH Rio do Peixe I e II**

Assim como nas demais, não há arquivo de documentos. Porém, no andar superior da usina Rio do Peixe 2 há um depósito com armários e caixas, onde foi encontrada grande quantidade de documentos, inclusive plantas e fotos, relativos à ampliação da represa e construção da usina nova. O local é totalmente inadequado para manutenção de documentos, com temperatura de cerca de 32° C e umidade relativa de 46%, além de haver muito pó.

## **1.4 Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento**

### **PCH Salesópolis**

A PCH Salesópolis é uma das usinas doadas à Fundação Energia e Saneamento, em 1998, durante o processo de privatização das empresas de energia. Atualmente, ali funciona uma unidade do Museu da Energia da entidade. Por isso, não há documentação preservada no

local. Todo o acervo arquivístico é mantido no Núcleo de Documentação e Pesquisa, em São Paulo. Além desse conjunto, há informações de que um antigo fotógrafo da cidade teria uma coleção de fotos herdadas do pai, com negativos de vidro, incluindo a região da usina.

## **1.5 Prefeitura Municipal de Salto**

### **Usina de Lavras**

Construída em 1906, pela Companhia Ituana de Força e Luz para suprir de energia as regiões de Salto, Itu e Porto Feliz, a usina foi desativada em 1956 e abandonada, com o sucateamento dos equipamentos. Na época, o ator Anselmo Duarte se interessou em comprar as terras da usina para ali instalar um grande estúdio cinematográfico, mas a ideia não foi à frente. Em 1971 a propriedade foi comprada pela prefeitura de Salto, sendo desde 1991 transformada no Parque das Lavras. A documentação remanescente encontra-se no Museu da cidade de Salto.

## **ANÁLISE DE DADOS**

A análise dos dados coletados pelos pesquisadores do eixo temático Ciência da Informação utiliza como base de comparação os resultados alcançados no Projeto Eletromemória 1, quando foi realizado um diagnóstico da situação dos documentos das grandes usinas hidrelétricas construídas nas décadas de 1950 a 1980.

A partir do levantamento dos documentos existentes nas unidades produtivas e nos arquivos das sedes das empresas proprietárias, foi possível identificar o problema da dispersão dos documentos durante a remodelação do sistema, principalmente ao longo da década de 1990 (PAZIN, 2012). Em cada empresa estudada, as soluções encontradas estiveram diretamente relacionadas aos modelos administrativos e à diversidade de unidades existentes por todo o Estado. Além disso, a complexidade da questão da gestão documental nas empresas de infraestrutura de serviços públicos também foi condicionante no movimento de transferência dos documentos entre os diversos proprietários das unidades estudadas.

Ao contrário do que ocorre em outros setores da economia, não regulados, onde a composição e a recomposição das empresas terá uma variedade de possibilidades, nos setores de infraestrutura, regulados de acordo com as concessões de serviços públicos, ao adquirir a concessão, a concessionária recebe também o ônus da prova da ação técnica da unidade produtiva, inclusive nos (às vezes muitos) anos anteriores ao período de concessão propriamente dito, o que se traduz na necessidade de recolher a documentação técnica relativa à produção de energia de longos períodos. Isso significa criar arquivos de grandes dimensões e com prazos de guarda bastante longos, o que interferiu significativamente nas condições de

preservação dos acervos e na política de gestão documental em cada empresa (PAZIN, 2012, p. 253).

Esse é um problema sensível para os arquivos privados. Não havendo regras efetivas para recolhimento e preservação de acervos históricos de origem empresarial, mesmo que de serviços públicos, a gestão permanece sob responsabilidade dos proprietários ou, eventualmente, de entidades que os recebem em doação. Ao tratar dos arquivos privados, Heloísa Bellotto dá uma dimensão do problema.

As questões de recolhimento, sonegação e destruição de papéis apresentam facetas mais complexas quando se trata da área privada. Isso porque atos ligados aos deslocamentos de fundos, aos critérios de avaliação, à proibição de expurgo por leis municipais, estaduais e federais, com validade nas suas respectivas jurisdições, quando o que está em causa são documentos produzidos pelo poder público. No caso dos acervos privados é apenas por sensibilização, por persuasão, por especiais interesses e concessões que certos acervos podem ser resgatados para a pesquisa histórica (BELLOTTO, 2004, p.258).

Embora no caso de arquivos de empresas de concessão de serviços públicos, o Decreto 4.073/2002, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no que se refere à destinação dos documentos das empresas privatizadas ou em processo de privatização”, tenha identificado como públicos os documentos de empresas privadas que exercem serviços públicos, na prática a ação para efetivo recolhimento e preservação desses documentos permanece sem solução clara.

No caso do projeto de pesquisa em andamento, o acervo documental possui uma abrangência temporal significativamente maior do que ocorria no projeto anterior, pois a idade média das unidades participantes do projeto atual também é maior - todas têm mais de 50 anos e boa parte delas é centenária. Isso é especialmente relevante, considerando as sucessivas alterações na propriedade das unidades produtivas, o que fez com que os documentos transitassem por uma série de empresas e entidades diferentes, ocasionando considerável perda. Nesse ponto, o problema da dispersão e as dificuldades de preservação demonstram a importância de se realizarem projetos de pesquisa dessa natureza visando levar ao conhecimento da sociedade a existência desses arquivos, de modo a lançar luz sobre as potencialidades de pesquisa e necessidades de preservação.

Por outro lado, a abrangência geográfica do projeto, representada pela seleção de unidades produtivas localizadas em diferentes regiões do Estado, possibilita o estudo comparativo das condições dos acervos documentais em condições geográficas e de desenvolvimento econômico e social diversos.

Durante as primeiras expedições de levantamento de dados, percebemos que, assim como no projeto anterior, há documentos dispersos entre diversas unidades. No caso da EMAE, parte da documentação de valor histórico das usinas provenientes da antiga Light, antecessora da empresa, foi doada para a Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, em 1998, durante o processo de desestatização das empresas de energia de São Paulo. Além desse conjunto, um grande volume de documentos, principalmente plantas e desenhos técnicos, relativos às atividades das unidades produtivas desde sua implantação continua nos arquivos das empresas, muitas vezes sem tratamento arquivístico adequado.

Em outros casos, como a CPFL, em que a documentação permaneceu na empresa, vem sendo realizado o diagnóstico e o mapeamento do acervo existente, o que permite identificar a complementaridade dos documentos nos arquivos e a ocorrência ou não de processos de gestão documental.

Há outras situações em que a transição entre diversos proprietários (privados e públicos) e as mudanças técnicas ocorridas durante a existência da unidade propiciaram o desaparecimento de parcela significativa da documentação. Várias unidades produtivas estudadas tiveram uma história marcada por mudanças administrativas, ao passar da propriedade de empresas privadas de geração de energia para empresas de outras atividades econômicas e até mesmo para prefeituras, de acordo com as condições e interesses econômicos de cada período.

Nesse sucessivo processo de transmissão de propriedade e consequente dispersão dos documentos, ocasionada também pelo tempo decorrido desde a produção documental, um dos grandes desafios deste eixo temático é identificar a existência de documentos nos arquivos dos diversos proprietários, organizar e registrar as informações sobre o conteúdo, as condições de preservação e a possibilidade de acesso para pesquisa.

Além das questões formais, o levantamento documental em curso tem subsidiado a discussão sobre a produção documental arquivística do setor elétrico paulista do ponto de vista de sua inserção no conceito de patrimônio industrial. Definido pela Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, na Carta de Nizhny, em 2003,

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação (TICCIH, 2003)

Na abordagem proposta nesta pesquisa, embora a documentação arquivística não esteja explicitamente presente na definição do TICCIH, consideramos que o conjunto dos documentos produzidos e acumulados no desempenho das atividades relativas à produção das unidades, deva ser tratado como parte integrante de seu patrimônio industrial. Isso se justifica pela característica intrínseca dos documentos de arquivo como testemunho das ações realizadas em cada unidade participante do projeto.

Estudos específicos sobre o patrimônio industrial necessitam de fontes de pesquisa em que se apoiem, como documentos históricos, registros fotográficos, registros de depoimentos de pessoas que vivenciaram, ao menos em parte, a vida do bem estudado.

Os documentos produzidos ou acumulados fornecem informações relevantes para o estudo de aspectos técnicos e administrativos, e contribuem para a decodificação de parte dos demais aspectos estudados no projeto. A existência de documentos técnicos, especialmente projetos e desenhos, possibilitará à equipe de pesquisadores identificar os remanescentes de cultura material de maneira mais consistente.

Seu estudo permitirá identificar e compreender as funções originais de edificações e equipamentos remanescentes, explicitando em que condições a preservação da edificação manteve-se fiel ou não a essas funções. Isso possibilita a análise do percurso cumprido por aquela unidade produtiva dentro de conceitos adequados, tanto do ponto de vista das funções originais quanto do ponto de vista da museologia.

Outro ponto importante, que impacta diretamente a pesquisa relatada acima, é a questão do caráter orgânico da documentação arquivística. A dispersão do acervo entre diversas entidades retira cada documento de seu contexto de produção e prejudica a compreensão do pesquisador sobre os motivos de criação do documento e sobre as funções desempenhadas por ele. Se a dispersão dos fundos é muitas vezes incontornável por questões administrativas ela deve ser, tanto quanto possível, revertida na fase permanente da documentação, mesmo que por meios indiretos, utilizando-se as ferramentas disponíveis. A recomposição da organicidade existente na produção documental permite assegurar o valor de patrimônio cultural dos documentos arquivísticos de valor permanente (BELLOTTO, 2004, p.170).

Essa recomposição, embora não seja viável do ponto de vista físico, pode ser realizada virtualmente com a elaboração do Inventário do Patrimônio Industrial da Energia Hidrelétrica. Ao associarem-se os dados levantados em cada unidade, na pesquisa documental ou empírica, à pesquisa comparativa, será possível fornecer ao pesquisador um instrumento completo, do

ponto de vista da reunião de referências técnicas e documentais sobre cada unidade produtiva participante do projeto.

Por outro lado, o estudo do acervo documental integrado ao acervo patrimonial amplia a possibilidade de formulação de hipóteses de atuação na gestão desses acervos, de modo a garantir a preservação futura tanto dos documentos remanescentes, quanto das próprias edificações a que se referem.

No caso das unidades que ainda estão em operação e que, por isso, produzem documentos regularmente, ao integrar documentos passados e presentes, a manutenção da lógica interna dos conjuntos documentais é um mecanismo mais eficiente de preservação do histórico da unidade ao longo de sua vida produtiva.

## **RESULTADOS ESPERADOS - INVENTÁRIO DE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL**

Como resultado da fase de estudos prévios para realização dos levantamentos nas expedições de coletas de dados, teve início a elaboração da estrutura da base de dados para catalogação das informações sobre das usinas estudadas.

O Inventário do Patrimônio Industrial da Energia Elétrica em São Paulo terá a configuração de um instrumento de pesquisa que reúna as informações sobre todos os eixos temáticos para cada unidade produtiva. Esse instrumento será dividido em seis grandes áreas informacionais:

Identificação da unidade: incluindo os dados básicos de identificação, contemplando dados construtivos e de operação, localização geográfica, datas de início e fim de operação;

Histórico da unidade, contemplando informações sobre a história da unidade produtiva, motivos da criação, influência e importância para a região onde está instalada, entre outros, incluindo uma linha do tempo de conteúdo informacional coletado junto a depoentes, no projeto de História Oral;

Patrimônio Industrial / Museologia, com a descrição da estrutura física remanescente;

Paisagem / meio ambiente: contendo as características físicas do ambiente do entorno da unidade produtiva, e estudos comparativos com documentação anterior, quando for possível;

Acervo arquivístico: contendo informações sobre a localização de documentos de valor histórico, suas condições de preservação e acesso, conforme descrito a seguir;

Vocabulário controlado: contemplando o instrumento de controle terminológico, elaborado ao longo da realização do projeto, a partir dos termos levantados das diversas áreas, adequadamente processados pelos pesquisadores.



### Área acervo arquivístico

Para implantação do Inventário, no que se refere aos documentos de arquivo identificados, a primeira etapa foi a definição da estrutura de uma ficha de coleta de dados para realização do diagnóstico dos conjuntos documentais identificados em cada uma das usinas.

Foram elencadas 05 grandes categorias de informações a serem coletadas:

- Identificação do estágio dos documentos, informando as fases corrente, intermediária ou permanente e a existência de documentos para eliminação.
- Identificação da utilização dos documentos: contendo informações sobre a consulta ao acervo e a possibilidades de reprodução e empréstimo.
- Identificação do valor dos documentos, incluindo:
  - informação sobre a existência de valores técnico, administrativo, legal ou histórico,
  - especificação de datas-limite do acervo;
  - Aplicação de tabela de temporalidade;
  - Ocorrência de transferência do acervo;
  - Volume de documentos;
- Identificação de tipos documentais, gêneros e organização, incluindo
- Identificação dos gêneros documentais (textual, fotográfico, audiovisual, cartográfico etc) e respectivo volume;
- Identificação da estrutura de agrupamento dos conjuntos (se por tipologia, por suporte, tematicamente ou inexistência de agrupamento)
- Identificação dos tipos documentais existentes
- Conservação e Preservação, incluindo:
  - Índices de temperatura e umidade relativa;
  - Presença de infestações (agentes biológicos, insetos, roedores)
  - Relato das condições de manutenção do edifício
- Condições de preservação dos documentos, incluindo tipos de acondicionamento (caixas, pacotes, embalagens e estado de conservação dos conjuntos).

Na sequência, está sendo estudado o melhor formato para apresentação das informações gerais sobre cada conjunto documental. Embora entendamos que os conjuntos representados nem sempre se configurem como fundos de arquivo, a independência relativa de cada uma das unidades produtivas é um fator a ser considerado. Por isso, e na ausência de normas específicas que tratassem do tema, considerando a interdisciplinaridade do projeto, o

grupo decidiu utilizar como ferramenta básica de descrição, o guia de acervo característico da Arquivologia. O conceito de um instrumento de pesquisa que forneça informações gerais sobre fundos ou coleções existentes em um acervo pareceu-nos adequado para a implantação de um guia de referência sobre as unidades estudadas. Sendo assim, cada unidade produtiva será considerada um conjunto independente, de modo que seja possível individualizar informações que, de outro modo, seriam unificadas do ponto de vista descritivo, sob a égide da empresa proprietária.

É importante compreender que ao tratarmos de unidades de infraestrutura de serviços básicos, como é o caso das grandes obras de instalações de geração de energia elétrica há dois enfoques possíveis de análise. De um lado a questão da memória institucional, com a organização dos arquivos institucionais, de modo a garantir a preservação do acervo de cada uma das empresas, mesmo que seus ativos sejam vendidos, visando manter a articulação histórica do setor elétrico paulista.

Por outro lado, há a memória técnica, representada pelos documentos técnicos do empreendimento em si, que deve ser considerada como o foco principal de preservação. No caso, muito comum, de fusões e aquisições, a história das instalações, aqui consideradas como patrimônio industrial, deve ser preservada do ponto de vista da preservação da integridade do arquivo de cada empreendimento, de modo a garantir a manutenção da organicidade do conjunto de documentos ligados àquela unidade.

Sendo assim, a estrutura básica do instrumento de pesquisa, a ser estruturado em base de dados, seguirá a divisão preconizada pelas normas internacionais (ISAD/G) e brasileiras (Nobrade) para descrição de fundos de arquivo.

## **Identificação**

- 1.1 Título: indicação do título dado ao conjunto (será usado o nome da unidade produtiva)
- 1.2 Datas-limite: contemplando data inicial e final do acervo
- 1.3 Nível de descrição: contendo informação relativa ao grau de aprofundamento da descrição (fundo)
- 1.4 Dimensão e Suporte: contendo ados relativos ao volume documental e suportes existentes, de acordo com a ficha de levantamento de dados;
- 1.5 Natureza: indicação de tratar-se de arquivo pessoal ou institucional
- 1.6 Caracterização: indicando tratar-se de fundo aberto ou fundo fechado

1.7 Localização do acervo: contemplando o(s) local(is) onde a documentação está alocada no momento do levantamento.

### **Contextualização**

2.1 Nome do produtor: contemplando o nome do titular atual do acervo e de seus antecessores quando for o caso;

2.2 História Administrativa: incluindo dados históricos da entidade (incluindo alterações de nome, propriedade, entre outros). Este campo será compartilhado com o eixo temático de história, visando unificar dos dados históricos numa mesma estrutura;

2.3 História arquivística: contemplando dados históricos sobre a documentação ao longo dos anos (por onde passou, que problemas sofreu etc)

2.4 Procedência: contendo informações sobre onde estava localizada anteriormente

### **Conteúdo e estrutura**

3.1 Âmbito e Conteúdo: com a indicação de tipos documentais existentes e a que funções / departamentos correspondem.

3.2 Existência de Classificação: contemplando informações sobre a realização de classificação arquivística;

3.3 Nível de Organização: contendo a descrição da organização da documentação, ou das condições visíveis no momento do levantamento;

### **Condições de acesso e uso**

4.1 Condições de acesso: utilizado para indicar se há ou não possibilidade de consulta;

4.2 Condições de reprodução: utilizado para indicar se há ou não possibilidade de reprodução;

4.3 Idiomas: para indicar os idiomas existentes no acervo

4.4 Características físicas e requisitos técnicos: utilizada para indicar as características físicas da documentação e requisitos técnicos para acesso (ex: fitas magnéticas VHS necessitam de equipamentos específicos para leitura)

4.5 Instrumentos de Pesquisa e Controle: utilizado para indicação da existência de documento / base de dados de registro da documentação;

4.6 Notas sobre conservação: utilizado para indicar o estado de conservação do acervo

### **Fontes relacionadas**

5.1 Existência de originais: utilizado para indicar a existência de acervos com originais da documentação. Ex: A Fundação Energia tem os originais das fotos da construção da Usina de Cubatão.

5.2 Existência e localização de cópias: utilizado para indicar a existência de acervos com cópias da documentação. Ex: a Fundação tem microfilmes de uma parte dos desenhos da CPFL.

5.3 Fontes bibliográficas: indicação de fontes utilizadas para pesquisa;

5.4 Acervos relacionados: indicação de outros acervos complementares à documentação - Ex: a CESP ainda possui em seus arquivos documentos sobre unidades vendidas para outras empresas

### **Notas**

6.1 Observações gerais: utilizados para outras observações não contempladas nos itens anteriores.

### **Elaboração do Vocabulário Controlado**

O segundo foco de pesquisa do eixo temático de Ciência da Informação e Arquivologia é representado pela elaboração de um instrumento de controle terminológico, que possibilite a ampliação da compreensão sistemática da lógica da informação contida nos documentos estudados. Um dos resultados significativos do projeto Eletromemória 1 foi o Vocabulário Controlado de Energia Elétrica, elaborado a partir dos descritores existentes na base de dados ENERWEB da Fundação Energia e Saneamento, responsável pelo controle, representação e gerenciamento de acervos referentes ao patrimônio arquivístico, bibliográfico e museológico da eletrificação dos fundos de arquivo daquela instituição. Neste segundo projeto, ampliaremos este instrumento de controle terminológico, incluindo termos referentes ao patrimônio industrial e à paisagem geográfica do setor elétrico que são utilizados para descrição das unidades produtivas de característica histórica.

Principalmente a partir da década de 1990, no ambiente empresarial de concessões, a própria regulação da atividade econômica trouxe uma padronização mínima das referências terminológicas dos acervos. A existência desses padrões documentais mínimos para atendimento à legislação fiscalizatória possibilitou a interlocução entre acervos de distintas empresas do ponto de vista da terminologia utilizada. Porém, a ocorrência desse tipo de controle para os acervos do início da implantação da energia elétrica, entre o final do século

XIX e meados do XX, ainda é extremamente limitada, não existindo o controle de terminologia para a produção documental ou para outras questões técnicas do patrimônio, como equipamentos e técnicas construtivas.

Uma das características dos instrumentos de controle de vocabulário é, também, a possibilidade de integração terminológica em diferentes áreas do conhecimento. A associação da pesquisa nos dois eixos – informação e documentos – possibilitará a criação de um instrumento mais abrangente, tanto do ponto de vista dos conteúdos informados quando do controle terminológico da informação, possibilitando ao pesquisador acesso amplo e qualificado ao acervo. A coleta dos termos referentes ao patrimônio industrial de energia elétrica e a consequente ampliação do escopo do Vocabulário Controlado de Energia Elétrica possibilitarão o compartilhamento das informações coletadas pelas demais linhas de pesquisa do projeto, História, Paisagem e Patrimônio Industrial/Museologia, assim como sua futura disponibilização para consulta pública.

## **CONCLUSÕES**

A pesquisa de campo ora em curso, ao identificar as condições das unidades produtivas, de seu entorno e da documentação produzida ao longo de sua existência tem possibilitado a realização de uma análise global do patrimônio representado por cada unidade, e a recomposição, até certo ponto, da organicidade dos documentos identificados.

É importante ressaltar que os dois enfoques utilizados neste projeto para o estudo de acervos documentais de unidades produtivas de infraestrutura são complementares. Quando pensamos na memória empresarial, com a preservação de acervos relativos à memória de cada empresa concessionária, mesmo daquelas que já tenham desaparecido ou que após um período de atuação no setor elétrico tenham encerrado suas atividades nesse setor, pressupõe-se o estudo de cada grupo empresarial e sua articulação histórica com os demais operadores do sistema elétrico no estado de São Paulo, numa perspectiva da preservação da memória da composição empresarial do setor.

Por outro lado, o enfoque dado à preservação da memória técnica considera a história da tecnologia do setor elétrico paulista, e por isso, o empreendimento deve ser a unidade de preservação por excelência. No caso do projeto em andamento, as unidades produtivas estão sendo estudadas sob os dois pontos de vista. Independentemente dos processos de fusões e aquisições empresariais pelas quais cada uma das PCHs participantes do projeto tenham passado, interessa garantir que o acervo de cada unidade, ou ao menos, o conhecimento sobre

ele, “permaneça integrado, preservando-se a organicidade do conjunto de documentos, independentemente das novas configurações empresariais” (PAZIN, 2012, p.253).

Do ponto de vista arquivístico, essa é a proposta atual do Projeto Eletromemória: atuar de forma a criar mecanismos de registro, como o inventário proposto, que auxiliem na preservação das informações sobre cada unidade considerada patrimônio industrial e influenciar, na medida do possível, a criação de políticas, sejam elas públicas ou privadas, de preservação desse patrimônio.

A questão da preservação no Brasil inclui diferentes ações, como a intervenção direta nos bens, educação patrimonial, leis de tombamento e inventários. No caso de um inventário, ele pode ser considerado como o primeiro passo para o desenvolvimento das outras ações mencionadas. Afinal, somente a partir do momento em que se tem conhecimento, de forma sistematizada, sobre um mínimo de informações sobre os bens considerados relevantes é que se podem desenvolver tais ações. O grande desafio que se coloca para este Projeto é a inexistência de um levantamento dos patrimônios industrial, cultural, ambiental, documental e os respectivos potenciais museológicos, integrados pela perspectiva histórica social e econômica do Estado de São Paulo nos decênios decisivos para sua transformação em liderança nacional.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Manual de controle patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE** – Anexo à resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União em 26/06/2009. p.170. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/cedoc/aren2009367\\_2.pdf](http://www.aneel.gov.br/cedoc/aren2009367_2.pdf)> Acesso em 10/06/2014.

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. “O Arquivo e sua área de jurisdição”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10º, 1994. São Paulo. **Anais do X Congresso Brasileiro de Arquivologia**, São Paulo: AAB-SP, 1996, 1 CD-ROM.

BELLOTO, Heloísa L. **Arquivo Permanente: tratamento documental**. 2ª Ed. RJ: Editora FGV, 2004.

PAZIN, Marcia C C. - Fontes para a história do setor elétrico de São Paulo: dispersão e descentralização dos acervos após a privatização. In: MAGALHÃES, Gildo (org.) **História e Energia: memória, informação e sociedade**. São Paulo: Alameda, 2012 p.245-258.

TICCIH – THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF INDUSTRIAL HERITAGE. **Carta de Nizhny Tagil**, 2003. (versão em português)

Disponível em:

<<http://www.patrimoniointustrial.org.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=8>>. Acesso em 10/06/2014.

## OS RETRATOS DOS REITORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E SEUS ASPECTOS MEMORIAIS (1946-1971)

*THE PORTRAITS OF THE RECTORS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF PERNAMBUCO AND ITS MEMORIALS ASPECTS (1946-1971)*

Fábio Assis Pinho  
Ana Cláudia Araújo Santos

**Resumo:** A documentação é uma atividade que compreende o processamento técnico que vai desde a identificação até a disponibilização ao público e, nesse sentido, ela se fundamenta por um conjunto de informações acerca do documento que reflete sua forma física e seu conteúdo, que culmina em sua representação. Este trabalho apresenta e analisa o enfoque tradicional dado às fotografias, discute a problemática acerca da sua descrição e representação através da documentação e seu reflexo nos aspectos memoriais de uma instituição. Parte da concepção da fotografia como documento passível de ser analisado, interpretado e representado, apresentando os aportes teóricos que tangem essa temática. A metodologia aplicada consistiu-se na aplicação da NOBRADE associada ao SEPIADES a partir da elaboração de um conjunto de metadados visando à organização e disponibilização do conjunto de informações extrínsecas aos documentos fotográficos. Para demonstrar essa correlação aplicou-se a referida metodologia aos retratos dos reitores da Universidade do Recife/Federal de Pernambuco elaborados no período de 1946-1971. De maneira que este trabalho contribui para a elaboração de um sistema documental, através de uma nova metodologia, voltada para retratos fotográficos, não apenas como uma atividade técnica institucional, mas como uma atividade necessária e imprescindível a preservação da memória, além de contribuir para a reflexão sobre a prática da documentação adotada no processo de descrição e representação dos documentos fotográficos considerando suas informações extrínsecas. E ainda contribuir para a divulgação e fomento de pesquisas tendo como objeto de estudo o conjunto fotográfico pertencente à Universidade.

**Palavras-chave:** Acervo fotográfico. Documentação. Memória.

**Abstract:** Documentation is an activity that comprises the technical processing ranging from identification to the public disclosure and, accordingly, it is based on a set of information about the document that reflects its physical form and its content, which culminates in their representation. This paper presents and analyzes the traditional focus given to photographs, discusses the problem about its description and representation through the documentation and its reflection in the memorial aspects of an institution. Part of the conception of photography as can be analyzed, interpreted and represented, presenting the theoretical framework that concern this issue document. The methodology consisted in applying the associated NOBRADE SEPIADES from the elaboration of a set of securing the organization and provision of information to the set of extrinsic photographic documents metadata. To demonstrate this correlation applied this methodology to the portraits of the presidents of the University of Recife / Federal of Pernambuco produced in the period 1946-1971. So that this work contributes to the development of a paper-based system, using a new methodology aimed for photographic portraits, not only as an institutional technical activity, but as a necessary and essential to preserving the memory activity, besides contributing to the reflection on the practice of documentation adopted in the description and representation of the photographic process documents considering its extrinsic information. Besides contributing to the dissemination and promotion of research having as its object of study the photographic collection belonging to the University.

**Keywords:** Photographic collection. Documentation. Memory.

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 50, do século XX, com o aumento exponencial da informação, é crescente a preocupação com o tratamento e organização da informação. A Ciência da Informação surgida no âmbito dessa transformação, tendo como seu objeto de estudo, a informação registrada e socializada, busca gerir meios para o seu tratamento, organização, recuperação e acesso aos usuários. Contudo, a efetivação desse objetivo não é tão fácil, pois vários são os tipos e suportes portadores de informações, que apresentam características peculiares a cada tipo de documento, por exemplo, os em meio eletrônico, os textuais e os iconográficos, destacando desse último os fotográficos, e a sua documentação.

A documentação é uma atividade que compreende o processamento técnico e intelectual que vai desde a identificação até a disponibilização ao público e, nesse sentido, ela se fundamenta por um conjunto de informações acerca do documento que reflete sua forma física e seu conteúdo, que culmina em uma representação que norteará um instrumento de pesquisa. A definição de processamento técnico, que para essa pesquisa equivale à documentação, elaborada pelo Arquivo Nacional (2005, p. 139) refere-se ao conjunto de “atividades de identificação, classificação, arranjo, descrição e conservação de arquivos, também chamado processamento arquivístico, tratamento arquivístico ou tratamento técnico”. O processamento intelectual, por sua vez, de forma empírica, corresponde à identificação do contexto em que o documento se insere, bem como a determinação de suas temáticas central e periférica.

A identificação é a primeira etapa realizada nesse processo, onde são definidos os fundos, que compreendem o conjunto de documentos produzidos, ou acumulados por uma instituição, de esfera pública ou privada ao longo do desenvolvimento de suas atividades, dessa maneira culmina na organização física do conjunto documental. A classificação é a subdivisão em séries, cuja fundamentação básica é relacionada à função, tipologia documental e as atividades. Ao classificar um conjunto de documentos é necessário elaborar um plano de classificação, em que consiste na distribuição de todo conjunto documental a partir de sua subdivisão hierarquizada, com ênfase no seu produtor. Essa distribuição contribui para a realização de uma descrição que, por sua vez, é o conjunto de informações que representam os documentos através da decodificação das informações. Convém ressaltar que esse aspecto é compreendido pelo conjunto de informações internas e externas ao documento, as



informações de conteúdo, e os elementos formais, que quando correlacionados resultam na representação do documento.

O processo de documentação realizada no âmbito das instituições memoriais constitui um conjunto de atividades, que organiza os documentos desde a sua identificação, localização, tratamento conservativo, bem como sua disponibilização. Para essa abordagem são considerados os documentos fotográficos. Que ao longo dos anos, foram produzidos e demandaram novas técnicas para seu tratamento, o que tem culminado na elaboração de metodologias para sua representação informacional.

Os acervos fotográficos por vezes são documentados, de maneira variada, como exemplo, através do Código de Catalogação Anglo-Americano, Norma Brasileira de Descrição Arquivística e Programa Europeu de Salvaguarda de Imagens Fotográficas para Acesso, de tal maneira, não havendo uma padronização, no que concerne a sua descrição, sobretudo, em relação às informações de conteúdo ou contextuais também denominadas de extrínsecas.

A problemática resultante da maneira variada como a documentação fotográfica é representada irá refletir nas instituições que a tratam, em particular, pela transposição de metodologias elaboradas para acervos textuais, que não contemplam as especificidades do documento fotográfico, principalmente as informações técnicas. Essas metodologias resultam num fator que merece destaque, ou seja, o conjunto de elementos para descrever as fotografias. Esses elementos são muitas vezes de difícil identificação, como por exemplo, descrever uma imagem e entender ou até mesmo interpretar o que está sendo visto no documento fotográfico. Muitas vezes essa ‘descrição’ se restringe apenas ao que a imagem apresenta, e isso foi denominado por Manini (2007, p. 06) de conteúdo informacional, ou conteúdo semântico, que são informações presentes na imagem, em detrimento da informação não visual.

De maneira empírica, essas questões podem ser notadas no acervo fotográfico, sob a guarda do Memorial Denis Bernardes<sup>8</sup>, composto por cerca de cinco mil fotografias em suporte de papel e cerca de dez mil em digital referentes às atividades, dessa universidade, desenvolvidas ao longo dos anos, que contemplam a sua história presente nas imagens cujas temáticas são relacionadas à construção dos três *campi*: Recife, Caruaru, e Vitória. Esse

---

<sup>8</sup> O Memorial Denis Bernardes é espaço criado pela Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação da UFPE (Segic) e pela Biblioteca Central com o objetivo de preservar a memória institucional da universidade através de pesquisas, guarda e preservação de documentos.

acervo fotográfico é composto de registros de eventos comemorativos, protestos, posse dos reitores, entre outros, o que constitui a documentação da sua memória. Essa documentação fotográfica pode vir a contribuir para o registro de aspectos memoriais dessas instituições.

Analisar e tratar esse acervo composto por quinze mil imagens fotográficas se configura como um desafio e dessa maneira destaca-se o tema desse trabalho, ou seja, a documentação de acervos fotográficos, visando organizar e representar as informações extrínsecas do referido conjunto documental, produzido na Universidade do Recife, e depois de federalizada, Universidade Federal de Pernambuco, no campus do Recife.

Um item interessante que compõe esse acervo são os retratos dos reitores<sup>9</sup>, pois enquanto dirigentes da instituição estiveram à frente de grandes desafios. Por isso, a análise e o tratamento desses retratos poderão revelar aspectos da memória dessa instituição. Para tanto, toma-se como definição de retrato àquela apresentada por Agustín Lacruz (2006, p. 45, tradução nossa):

o retrato é considerado como um gênero, em que o sujeito – o artista – representa sobre uma superfície bidimensional ou tridimensional, mediante técnicas muito diversas - pintura, mosaico, escultura, fotografia, fotomontagem – a si mesmo, outra pessoa, ou grupo de pessoas, determinando seus traços físicos particulares com um propósito definido.

Dessa maneira, delimitou-se o período de 1946 a 1971 dos retratos desses gestores, pois, identifica e representa vinte e cinco anos da história e memória da universidade através dos seus dirigentes. Além disso, emerge a necessidade de organizar e representar a informação extrínseca desse acervo fotográfico.

A partir da problemática apresentada, a questão de pesquisa surgiu da seguinte indagação: como os aspectos memoriais são identificados através da documentação de acervos fotográficos, em particular dos retratos? Para responder a essa pergunta objetivou-se identificar os aspectos memoriais presentes nos retratos dos reitores da Universidade do Recife/Federal de Pernambuco (UR/UFPE), de maneira a contribuir para a memória da instituição.

## **2 FOTOGRAFIA E MEMÓRIA**

---

9 Há uma discussão acerca da problemática em classificar os gêneros fotográficos, que perpassa pela inserção de uma mesma imagem em mais de uma categoria. Frente a isso, toma-se o retrato como uma categoria temática, cujos critérios utilizados para a classificação partem da definição de retrato como sendo a representação de uma pessoa ou de um grupo de pessoa, como afirma Agustín Lacruz (2006, p. 44), onde a temática principal da composição é a representação de pessoa(s).

O termo memória apresenta várias acepções e significados, que podem ser subdivididos em três categorias, a saber: a primeira categoria está relacionada com o ato de conservar, recordar e transmitir informações, sentimentos e experiências, bem como sua relação com os processos cognitivos, essa seria a memória humana. A segunda está relacionada ao dispositivo tecnológico, como uma memória exterior à memória humana, sendo assim, um suporte tecnológico onde serão armazenadas informações. E a terceira, como a memória social que é a memória socialmente construída e compartilhada por um grupo, podendo estar institucionalizada e armazenada nas instituições de memória – museus, bibliotecas, arquivos (RODRIGUES, 2011). Esse armazenamento se daria a partir da diversidade de documentos – iconográficos, textuais, tridimensionais - presentes em cada uma dessas instituições, o que, por conseguinte, constituiria uma memória institucional.

A essa outra ramificação da memória atribui-se o conjunto de documentos produzidos em uma instituição que reflete o conjunto de suas atividades, sua trajetória e sua história. Cujo objetivo é sistematização e disponibilização das informações para a sociedade, de maneira que se preservem os registros memoriais dos que contribuíram com seu desenvolvimento, que reflete a memória individual e coletiva.

Num primeiro momento, a memória parece ser um fenômeno individual, pessoal, relativamente íntimo, próprio da pessoa. A memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a diversas transformações. Sendo assim, a memória individual é constituída de acontecimentos vividos exclusivamente pelo indivíduo, pela pessoa. Enquanto que a coletiva é constituída de acontecimentos vivenciados por um grupo, por uma comunidade a qual o indivíduo pertence (FELIZARDO; SAMAIN, 2007, p. 214).

Por isso, não se define memória como um processo de repetição de fatos passados, mas sim como uma ressignificação que ocorre no momento presente. A ideia de registrar e guardar uma quantidade de documentos, como sendo um meio para o não esquecer, para a não perda das memórias e as lembranças, também está presente no ato de fotografar. Com essa possibilidade de retratar o mundo em seus diversos tamanhos, associa à fotografia sua constituição enquanto elemento da memória. Esse talvez seja a maneira de se fazer ‘eternamente’. Este é o grande valor pertencente à fotografia. A fotografia “revolucionou a memória”, pois, de imediato, a fotografia pode ativar a memória, falar sobre um passado, permitir revivê-lo no presente, mesmo não sendo ela pertencente ao indivíduo que a observa, mesmo que não seja ela a rememoração de seu passado (LE GOFF, 2003, p. 462). Talvez o

exemplo mais nítido para compreender essa afirmação, é a produção dos Álbuns de Família, e o papel que desempenhava como reconstrutor da memória dos parentes.

A memória é composta por criação e recriação de imagens a todo instante. Não há um distanciamento entre presente e passado, há um misto de recordação, lembrança e ficção reavivadas no momento da rememoração. A lembrança se refere a um acontecimento do passado carregado de emoção do presente. Dessa forma, destaca-se a fotografia enquanto passível de registro da memória de um indivíduo e, ainda, seu uso e construção como produto dessa memória socialmente construída. Para Manini (2011, p. 04) a fotografia se constitui num objeto da memória, ela é um recorte de um tempo e espaço, que traz em si um fato passado. Desse modo, Vieira (2009, p.305) destaca que o processo de rememorar funciona como uma lógica de seleção e organização, pois o processo da memória também funciona segundo essa lógica similar de seleção e organização.

No âmbito desta pesquisa convém ressaltar que Kossoy (2007, p. 139) menciona que, as fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou, pois são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória.

## **2.1 Retrato na fotografia**

O processo para a representação de pessoas era demorado e nem sempre o resultado final era tido como satisfatório. As questões técnicas, como a velocidade, abertura e o tempo de exposição da câmera eram fatores imperativos na representação das pessoas. Em 1840 foi realizado o primeiro retrato, e a partir disso, essa tipologia de fotografia se difundiu em vários lugares do mundo. Casas e estúdios fotográficos foram abertos e passaram a comercializar retratos, sobretudo da classe nobre, que ansiava por se ver representada.

Com a difusão do retrato, inúmeras foram as pessoas retratadas em diversas situações, algumas mais formais e outras menos como, por exemplo, o retrato do príncipe Lobkowitz, em trajes não convencionais. Frente a essa produção de retratos, vários são os que não possuem identificação, entretanto, essa não era a preocupação primeira dos fotógrafos. Uma particularidade dos retratos em daguerreotipia reside no fato de que um grande número das imagens preservadas foram produzidas por indivíduos que, provavelmente, não serão identificados (LEWIS, 2012, p. 37).

No Brasil, um dos incentivadores da produção de retratos, e da fotografia de uma maneira geral, foi D. Pedro II, primeiro cidadão brasileiro a ser registrado através de uma fotografia. O imperador, ainda com 14 anos, no ano de 1840, adquiriu um daguerreótipo para

compreender o processo fotográfico (LIMA, 2013, p. 05), se tornando um consumidor e produtor sistemático de fotografias.

Os retratos, e a fotografia de maneira geral, tiveram utilização em diversas áreas e com diversos fins. Destaca-se sua utilização na área clínica, no registro das culturas de outros povos. O uso e função da fotografia no decorrer dos anos, foram modificados e adaptados às necessidades impostas pela sociedade. Como preconiza Kossoy (2007, p. 35) “os documentos fotográficos constituem-se enfim, as fontes primordiais para as diferentes vertentes de investigação, disso resultando numa retroalimentação contínua de informações, na medida em que consideramos a interdisciplinaridade das abordagens”.

Segundo Agustín Lacruz (2006, p. 85) “o retrato é um dos temas que alcançou uma sobrevivência ininterrupta ao longo de diferentes épocas e correntes estéticas, até o ponto de se converter em uma das atividades artísticas mais universais”. Essa característica de longevidade e permanência pode ser associada a duas necessidades mais singulares do ser humano: desejo de ser imortal e o desejo de poder e diferenciação, e ambas estão correlacionadas.

A primeira reflete o desejo da sacralização da imagem humana, representa-se para não esquecer, para perpetuar a figura do indivíduo, e, por conseguinte, para manutenção de sua imagem. A segunda traz em si, a unicidade, a diferenciação, que demonstram a autoridade e o poder do retratado – os primeiros retratos eram de pessoas nobres que desempenhavam funções/cargos de destaque. Uma característica marcada pela sua evolução histórica, como destaca Agustín Lacruz (2006, p. 86) “ao longo de sua evolução histórica, o retrato – e muito especialmente o pictórico – se desenvolveu dentro de uma marcada oficialidade, pois está extremamente vinculado com aqueles autores sociais que detêm algum tipo de autoridade – política, econômica, social, militar, religiosa”.

Dessa forma, nesta pesquisa os retratos foram os objetos de estudo para que fosse possível identificar os aspectos memoriais dos gestores da universidade no período investigado.

### **3 MÉTODO**

A abordagem apresentada no desenvolvimento da pesquisa foi de caráter qualitativo o que permitiu uma observação direta com o objeto de estudo. Em se tratando dos procedimentos, a pesquisa é de base bibliográfica, pois foi possível conhecer o que se tem publicado acerca do tema estudado, além de se realizar uma pesquisa no Jornal Universitário e nas Atas do Conselho Universitário.

O corpus da pesquisa foi formado por vinte retratos dos reitores da UR/UFPE, produzidos no período de 1946 a 1971, compreendendo os reitorados de: Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima e Murilo Humberto de Barros Guimarães. Visando à contextualização desse período destacaram-se alguns dos acontecimentos ocorridos no Brasil, e que, sobremaneira, influenciaram os ambientes acadêmicos, durante o Período Democrático e o Regime Militar, como será abordado.

A identificação e registro desses acontecimentos foram organizados e contemplados, na etapa de descrição do conjunto fotográfico, que foi realizado a partir do conjunto de metadados resultantes da interação entre Nobrade e Sepiades.

Na etapa de classificação dos retratos, utilizou-se a categorização elaborada por Agustín Lacruz, em que estabelece oito categorias classificatórias para o gênero apresentado. Dada a especificidade do acervo fotográfico em questão, algumas das categorias propostas por essa autora foram excluídas, pois não se aplicavam aos retratos dos reitores, sendo exclusivamente voltadas para a produção pictórica.

A técnica utilizada para a coleta de dados foi o questionário. Este foi aplicado à Assessora de comunicação da ASCOM, objetivando compreender a funcionalidade da instituição e, sobretudo, a formação do acervo fotográfico. Nesse sentido, os dados levantados possibilitaram uma contextualização das fotografias culminando na identificação de seu produtor.

No que concerne à análise dos dados coletados, realizou-se com base na interação da Nobrade e Sepiades, de maneira, a identificar e observar o conjunto de informações extrínsecas, verificando sua validade para a organização dos aspectos memoriais.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

As próprias relações estabelecidas entre os retratos dos reitores possibilitou estabelecer correlações entre as imagens, de maneira que se identificou que eram de contextos de produção diferentes, isto deduzido da própria imagem. Como, por exemplo, as características das roupas utilizadas, a identificação de refletores e lâmpadas, o que possibilitou inferir que as imagens foram feitas em local com pouca luminosidade – parte interna -, ou que pelo menos em horário diferente das outras imagens. Essas características se constituíram como elementos identificadores importantes, uma vez que todas as imagens são em preto e branco.

Quando da correlação com os textos, foi possível identificar uma datação relativa para os suportes fotográficos, quando associado ao período dos reitorados e a documentação exógena: publicação da UFPE, atas do Conselho. Muito embora, estas não se reportavam

diretamente a imagem, mas ao período e aos acontecimentos em que possivelmente foram produzidas.

Esta última observação, em dado momento se constitui num obstáculo, haja vista, as próprias imagens que constavam na documentação textual, não possuíam identificação ou contextualização. Esse aspecto, só ratifica a visão, pelo menos para o período em questão, de que os suportes imagéticos, em especial a fotografia era utilizada para a ilustração de textos.

No que concerne ao formulário descritivo, foram necessárias algumas alterações, em duas áreas específicas: dados administrativos e dados da imagem. No primeiro, notou-se a falta de um metadado que informasse as condições de acesso a imagem, como que o pesquisador pode acessá-la. Esta área pode ser relacionada à área de origem da Nobrade, intitulada: condições de acesso. Destinada ao preenchimento de informações referentes ao tipo de acesso que o usuário terá e as condições de reprodução, se houver. Principalmente, no que concerne a utilização de fotografias, devido aos direitos autorais.

A outra área está relacionada com a inexistência de um campo específico, para observações, onde o documentalista contemple as informações que não foram agrupadas em outro campo. Convém destacar que este campo não deve constar apenas, para o preenchimento de qualquer informação, mas sim, uma informação eminentemente importante para a compreensão do documento. Esta área compreende a outra área da Nobrade, intitulada: notas gerais.

Por exemplo, o acervo estudado provém de dois fundos diferentes, e pertenceu, pelo menos, a duas unidades diferentes da UFPE. É necessário evidenciar que esses documentos tiveram essa trajetória até chegar à localização atual. E que possivelmente em outras unidades da UFPE existem registros fotográficos que se correlacionem diretamente com os mesmos, completando assim, seu sentido.

Em se tratando do conjunto de descritores constantes no formulário, ele atende todas as necessidades de registro de uma fotografia. Dessa maneira, a representação fotográfica dos retratos foi realizada através de um conjunto de informações administrativas, de produção, contextos e construção de forma: a dimensão expressiva.

A dimensão expressiva das imagens foi fundamentada nas categorias e variáveis elaboradas por Manini. Essas categorias foram distribuídas em sete conjuntos de informação: ótica - que está relacionada ao tipo de lente utilizada. Nesse caso, a maioria dos retratos foi elaborada com a utilização de uma grande angular ou uma lente normal. Para a primeira, há uma amplitude maior da cena representada, captam-se mais informações de onde foi realizado o registro, o ângulo de visão é mais amplo. Enquanto que uma lente normal o ângulo de visão

é comparado com a de um olho humano. Há uma captura com qualidade muito boa e está relacionada com a distância entre o fotógrafo e a cena a ser retratada.

O tempo de exposição presente nos retratos foi em sua grande maioria o instantâneo, o que significa dizer, que os cliques foram disparados sem que o observador estivesse posando, dessa forma, havia uma preocupação em registrar a cena, para que não se perdesse nenhum detalhe. Característica fortemente presente nos registros profissionais, de maneira que depois é selecionada a cena de maior interesse.

Em relação à luminosidade as fotografias foram elaboradas com a utilização de luz artificial – flash- ainda que o registro tivesse sido feito a noite, como é o caso dos retratos dos 25 anos da UFPE, no Aeroporto Internacional dos Guararapes. Essa informação é perceptível pelas lâmpadas utilizadas, na parte externa, após a porta de vidro. Essa foi uma das características observadas nas imagens para afirmar o horário em que o registro foi realizado. Ao passo que, a utilização de flash, com luz diurna também se fez presente no conjunto analisado, como é o caso da imagem de João Alfredo, em que é possível identificar um ponto de luz em seus óculos, e outra entrada de luz pela grade de ferro, na parte de trás da imagem. Ambas sinalizando flash e dia, respectivamente.

O tipo de enquadramento realizado foi o geral, médio, americano e o close. O primeiro era possível identificar o ambiente em que o registro foi realizado e havia certo distanciamento entre objeto e fotógrafo. No plano médio, há uma aproximação maior entre o objeto e fotógrafo, ainda é possível identificar aspectos do ambiente. O plano americano é uma aproximação, em que comumente o indivíduo/cena aparece ‘cortada’. E o close, a cena ou o indivíduo é o objeto central do registro, há uma aproximação entre o objeto e o fotógrafo. Este último foi o que apareceu em menor proporção.

Outro aspecto observado foi à posição da câmera. A que distância o fotógrafo estava e a altura da câmera. Todas as imagens foram elaboradas com distância focal o que constitui a equivalência=fotógrafo/objeto.

A composição apresentada nesse conjunto documental foi a de retrato o que coaduna diretamente com o objetivo proposto para o desenvolvimento da pesquisa. Todos os retratos são do tipo profissional, ou seja, todos estão relacionados às atividades e atribuição dos reitores. E todos eles são em grupo, não havendo nenhum individual, uns com grupo maior de pessoas quando comparado a outros. As outras categorias não foram descritas, por não fazerem parte do escopo desse trabalho.

E por último, as informações referentes à profundidade de campo, que indicam a nitidez da imagem. Pode ser explicada dessa maneira: diafragma fechado = profundidade de



campo maior<sup>10</sup> e maior nitidez do campo de fundo; diafragma aberto = profundidade de campo menor e campo de fundo com menor nitidez e desfocado. Todos os retratos contêm profundidade maior e as imagens estão nítidas, umas mais que outras, mas essa situação pode ser associada à questão de conservação das mesmas.

Em síntese, os critérios utilizados para a descrição da dimensão expressiva, são orientados pelos aspectos que constituem a imagem final, envolvendo uma prática e técnica específicas desenvolvidas por cada fotógrafo.

O foco da pesquisa recai no conjunto de informações advindas do descritor, notas explicativas, onde são contempladas as informações extrínsecas que contextualizam o retrato. Para esse, identificaram-se características de eventos históricos importantes ocorridos na UFPE, a fim de possibilitar a sistematização de novas informações. Esse item se coaduna com o descritor referências em que possibilita o leitor/usuário aprofundar-se nos acontecimentos que foram registrados. Na maioria das imagens, a ideia central partiu da própria imagem, através de um registro de uma informação escrita: legendas manuscritas ou impressas, para a busca de informações exógenas. Ao analisar-se uma das imagens (nº 2398) verificou-se que a seguinte informação: “er vestida de sol” (sic). Trata-se do espetáculo de Ariano Suassuna escrito no ano de 1947, que aborda uma “tragédia com traços da religião cristã desde o próprio título, que faz uma alusão a um trecho bíblico do Apocalipse. Em 1957, após sua conversão ao catolicismo, Suassuna reescreveu a peça na versão atualmente conhecida” (MORETTI, 2010, p. 5).

Ainda seguindo essa perspectiva, em uma das imagens analisadas (nº 2360) foi possível identificar onde foi realizado o registro da cena, através da placa de metal, que consta: “Ministério da Aeronáutica, Centro Meteorológico de Recife”, e do painel do pintor Luis Cardoso Ayres como sendo o Aeroporto Internacional de Guararapes. Dessa maneira, o objetivo da pesquisa foi alcançando, ao passo que as informações externas foram registradas, e que caracterizam os aspectos memoriais da UR/UFPE, organizados a partir das imagens dos reitores.

A organização das informações exógenas se deu a partir da organização das publicações da UR/UFPE, que esteve basicamente voltada para as Atas do Conselho Universitário. Aqui se faz uma ressalva de alguns problemas identificados: a ilegibilidade,

---

<sup>10</sup> As categorias com profundidade de campo e sem profundidade de campo foram alteradas, para maior profundidade de campo e menor profundidade de campo, pois a imagem não deixa de ter profundidade ela tem em maior ou menor proporção.

estado de conservação e o detalhamento das informações. Várias atas não estavam legíveis não sendo possível sua leitura na íntegra, que também se associou ao seu estado de conservação, que apresenta rasgos, e por último o detalhamento das informações que em alguns anos era um registro de tópicos, necessitando assim, de outra busca externa.

Essa busca se deu de forma complementar com a coleta de dados através da realização do questionário com Assessora de Comunicação da ASCOM/UFPE possibilitou a contextualização daquele órgão através das perguntas que intencionavam identificar a origem e o pertencimento dos documentos. Ademais, a partir das respostas postas, foi possível identificar que esse acervo fotográfico é representativo da história da UR/UFPE e que o levantamento de informações acerca deles é necessário, uma vez que os retratados, em sua maioria, não estão mais vinculados à instituição, ou não se encontram vivos. Outra informação necessária foi em relação à identificação dos fotógrafos, não havia uma função estabelecida, que tomava esse tipo de atividade, e sim um profissional que desenvolvia outra atividade e fazia esse tipo de registro, sendo intitulado de fotógrafo de evento, para o período em questão.

Dessa forma, a coleta de informações possibilitou identificar a autoria – enquanto instituição – dos retratos, a identificação dos retratados e a caracterização dos dois órgãos que produziram os registros fotográficos. Essas informações são fundamentais para compreender o contexto de produção das imagens destacando sua origem.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em relação aos procedimentos utilizados, eles foram suficientes para a inserção de informações pertinentes ao conjunto documental. A única ressalva, a se fazer é uma adaptação ao formulário descritivo, com a inclusão de duas outras áreas descritivas, voltadas para o tipo de acesso e outras informações que não foram relacionadas em outro grupo. Essa indicação se fundamenta na importância e necessidade do registro de informações que são genéricas, mas que compõem os documentos.

Acredita-se que o trabalho desenvolvido se constitui numa ferramenta de controle e divulgação do acervo fotográfico, agora pertencente ao Memorial Denis Bernardes. E que o registro e levantamento das informações possibilitaram a valorização do período compreendido entre 1946-1971, bem como, a representação dos aspectos memoriais dos reitores, ocorridos na UR/UFPE. Esses aspectos compreendem um conjunto de informações que são referentes aos acontecimentos registrados durante o período de cada de reitor. Na maioria das fotografias esses aspectos não estavam voltados exclusivamente para a fotografia

que se analisava, mas sim para o conjunto de informação – internas e externas- que ela emanava que foi organizada, sobretudo, a partir das Atas do Conselho Universitário. Acrescenta-se a isso que a abordagem apresentada não se constituiu de uma historicização sobre a UR/UFPE, que para isso é necessária um levantamento sistemático de outros documentos, não apenas a fotografia.

Dessa forma, constatou-se que a temática da organização da informação é necessária para a preservação da memória, e contribui para a continuidade da pesquisa na área em questão. Bem como a intensificação do debate sobre o assunto na área de Ciência da Informação, possibilitando um intercâmbio na construção de linguagens documentárias e vocabulários que darão suportes para a organização da informação contida nas imagens fotográficas.

## REFERÊNCIAS

AGUSTÍN LACRUZ, María del Carmen. Análisis documental de contenido del retrato pictórico: propuesta epistemológica y metodológica aplicada a la obra de Francisco de Goya. Cartagena: 3000 Informática, 2006. 271 p. (Tendencias, 3).

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em 17 mar. 2014.

FELIZARDO, Adair; SAMAIN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. Discursos fotográficos, Londrina, v.3, n.3, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1500/1246>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LEWIS, Jacob W. O nascimento da fotografia. In: HACKING, Juliet; CAMPANY, David. Tudo sobre fotografia. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

LIMA, Manuel Roberto Nascimento. A fotografia nas metrópoles: urbanização e cotidiano no Séc. XIX. Natal: ANPUH, 2013.

KOSSOY, Boris. Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

MANINI, Miriam Paula. A dimensão expressiva na indexação de documentos fotográficos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE IMAGENS, 2007, Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1012/1/EVENTO\\_DimensaoExpressivaIndexacao.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1012/1/EVENTO_DimensaoExpressivaIndexacao.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Imagem, memória e informação: um tripé para o documento fotográfico. Domínios da Imagem, Londrina, ano IV, n. 8, p. 77-88, 2011. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/dominiosdaimagem/index.php/dominios/article/view/127/90>>.

Acesso em: 28 mai. 2014.

MORETTI, Tacyana Muniz Caldonazzo. A problemática do herói trágico em uma mulher vestida de sol. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 2010, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2010.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. **Análise e tematização da imagem fotográfica:** determinação, delimitação e direcionamento dos discursos da imagem fotográfica. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

VIEIRA, Daniela Martorano. **Recordatórios:** notas sobre memória e fotografia. Unisul: Crítica Cultural, 2009. Disponível em:

<<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/critica/0402/040223.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

## ANEXO

Dados Administrativos	
Código:	BR.UFPE IU.PFR.2398
Tipo de código:	Atribuído pelo documentalista
Código relacionado:	Não identificado
Unidade relacionada:	Não identificado
Data limite do item:	01 de agosto de 1964 a 31 de agosto de 1971
Dimensão do item:	01 positivo em papel
Local de guarda:	Laboratório de Tecnologia e do Conhecimento - Liber
Guia de recolhimento:	Não identificado
Data do recolhimento:	2013
Difusão:	Não identificado
Referência da difusão:	Ainda não identificado
Descrito por:	Ana Cláudia Santos e Conceição Wanderley
Data da descrição:	18/11/2013
Dados de Proveniência	
Fundo:	Universidade Federal de Pernambuco
Grupo:	Tv Universitária
Série:	Fotografia
Subsérie:	Retratos dos reitores
Dois:	Retratos dos reitores produzidos 1946-1971
Nota explicativa:	Murilo Humberto de Barros Guimarães foi o terceiro reitor da Universidade do Recife no período compreendido entre 1964-1971. Seu reitorado foi marcado pelas Reformas Universitária e Administrativa, culminando em uma nova reorganização da Universidade, inclusive a sua federalização - no ano de 1965 - passando a se intitular Universidade Federal de Pernambuco. Foi efetivada a mudança no Regimento da Universidade, medida tomada no reitorado anterior. Foram inaugurados novos cursos e institutos, a exemplo do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Destaca-se também a construção e inauguração da Tv Universitária, que leva o seu nome. No dia 11 de agosto de 1971, se comemorou os 25 anos da UFPE - jubileu de prata -, tendo como parte das atividades comemorativas uma exposição, que aconteceu no Aeroporto de Recife, objetivava a divulgação da UFPE. Fizeram parte desse evento o reitor Murilo Guimarães, sua esposa, Zita Guimarães e o professor Marcionilo Lima.
Dados Técnicos do Suporte	
Fotógrafo:	Não identificado
Denominação:	Fotografia
Tradição documental:	Original
Data do suporte:	Agosto de 1964 a agosto de 1971
Material:	Papel
Formato:	Horizontal
Técnica:	Negativo em película
Dimensão do suporte:	13x 25,5 cm
Nitidez:	Ótima
Cromia:	Preto e branco
Polaridade:	Positivo
Inscrições:	Constam no verso da imagem as seguintes inscrições: 3 reitores, 2398 no canto superior direito e Murilo Guimarães 101.
Conservação:	Estado de conservação bom. Contém sujidades nas bordas, com inscrições manuscritas a lápis e a caneta. Consta também marca de adesivo na parte superior. Foi realizado procedimento de conservação preventiva, através de higienização mecânica com utilização de pó de borracha. O acondicionamento e armazenamento foram realizados em jaqueta de poliéster e caixa acid free, respectivamente.

Dados da Imagem	
Título da imagem:	Inauguração do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Tipo do título:	Atribuído pelo documentalista
Data da imagem:	Fevereiro a dezembro de 1967
Local da imagem:	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – atual CFCH
Personagens:	Murilo Guimarães, Marcionilo Lins, Paulo Miranda
Dimensão expressiva:	Grande angular, instantâneo, luz artificial, vista geral, plano médio, distância focal, retrato, com profundidade.
Termos relacionados:	Murilo Guimarães, obra de Ariano Suassuna.
Conteúdo Informacional:	Retrato profissional, a meio corpo, de grupo predominantemente masculino. No primeiro plano, lado esquerdo, encontra-se figura masculina, não identificada, de perfil, veste terno gravatá escuros e camisa branca. Ao seu lado esquerdo, encontra-se o professor Paulo Miranda, com corpo voltado para esquerda, braço direito flexionado à altura do abdômen, tendo na mão, um fragmento de papel branco, veste terno médio escuro e gravata escura. Ao seu lado esquerdo, encontra-se o reitor Murilo Guimarães, em posição frontal com a cabeça fletida para a esquerda, veste terno e gravata escuros, camisa branca, a mão esquerda sobrepõe à direita, na altura do baixo ventre. À sua esquerda, encontra-se figura masculina não identificada, em posição frontal, com cabeça ligeiramente voltada para direita. Veste terno escuro, gravata estampada e camisa branca, a mão esquerda encontra-se sobre o punho direito, que segura nesta mão, uma pasta. No segundo plano, parte de figura feminina. À sua esquerda, figura feminina com cabeça ligeiramente voltada para a direita, cabelos penteados para trás. À sua esquerda, professor Marcionilo Lins, vestindo terno de cor clara, gravata escura e camisa branca. À sua esquerda figura masculina não identificada, calva, vestindo terno claro. No terceiro plano, cabeça de figuras femininas, usando óculos escuros, cabelos curtos, tipo Chanel com franja. À sua esquerda, figura masculina com óculos de grau e colarinho branco. No quarto plano, encontra-se painel em cor clara, no qual se visualiza fragmento do cartaz da obra de Ariano Suassuna: “Uma mulher vestida de Sol”, impressa no formato vertical (atribuído por meio de pesquisa e visualização da imagem com lupa de aumento).

## A REDE MEMORIAL E SUA MISSÃO INFORMACIONAL: SISTEMAS MEMORIAIS E REDES DE COLABORATIVIDADE

Marcos Galindo  
Mário Gouveia Junior  
Sandra Maria Veríssimo Soares  
Ângela Cristina Moreira do Nascimento

**Resumo:** Esse texto debate a importância da formação e consolidação de uma rede de instituições de missão memorial em prol da preservação de informação, de sua disseminação e do seu franco e irrestrito acesso. Ilustram nossas considerações a ideia de sistema memorial pensada enquanto categoria de trabalho que preza pela protocooperação e pelo compartilhamento de informação. Contemplamos a perspectiva de que, trabalhando em conjunto, as instituições podem contribuir de modo mais eficaz no tocante ao compartilhamento de conteúdos informacionais. Da mesma forma, ainda abordamos a formação da Rede Memorial – a busca por uma integração nacional que teve por base uma carta de princípios para sustentar uma política de preservação e acesso aos acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho.

**Palavras-chave:** Sistemas Memoriais. Rede Memorial. Colaboratividade. Acesso à Informação.

**Abstract:** This work discussed the importance of the formation and consolidation of a network of institutions memorial mission for the preservation of information, its dissemination and its frank and unrestricted access. Our considerations illustrate the idea of memorial system designed as a category of work that values the proto and the sharing of information. We contemplate the prospect that, working together, institutions can contribute more effectively regarding the sharing of information contents. Likewise, contemplate the formation of Memorial Network – the search for a national integration which was based on a letter of principles to support a policy of digitizing the collections of memorials and procedures for forming a collaborative work space.

**Keywords:** Memorials Systems. Memorial Network. Collaborativity. Access to Information.

### 1 INTRODUÇÃO

Segundo especialistas de vários campos do conhecimento a linguagem se tornou necessária quando os primeiros homens iniciaram relações de cooperação e intencionalidade de comunicação e compartilhamento de informação. Quando esses grupos humanos se tornaram hábeis em conceber e manipular ferramentas extensoras de suas limitadas capacidades e associaram tais competências ao domínio da linguagem, alcançaram maiores chances de subsistência frente às ainda adversas condições do meio (GALINDO; MIRANDA; BORBA, 2011). Ademais, a familiarização com as habilidades de entender e de se fazer entender contribuíram sobremaneira para a disseminação do conhecimento existente, que, por sua vez, engendrou cada vez maiores possibilidades de se aprender com experiências do outro e aprimorar noções e expectativas (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012).

A memória dos grupos humanos e suas produções intelectuais abrigaram-se na oralidade, contando com a inteligência daqueles que fossem capazes de se expressar através da fala. Todavia, quanto mais o volume de informações a serem armazenadas crescia, mais essa se tornava a prerrogativa de poucos; os homens-memória registravam os eventos contemporâneos com a mesma habilidade com que recordavam à comunidade os eventos passados (GOUVEIA JUNIOR, 2012). E tal função, naturalmente geradora de distinção, era devidamente transmitida a outro elemento daquele grupo antes da morte do sábio.

A partir do momento em que a quantidade de informação acumulada tornou-se significativa, cada morte, por exemplo, de um velho *griot* – categoria de contadores de histórias que viviam em várias partes da África – representava a perda de muita informação, sendo mais do que válido o provérbio indo-africano: “quando morre um velho, arde uma biblioteca”. Nesse particular:

[...] a tradição de manutenção do conhecimento como algo da ordem do sagrado atravessou os séculos até chegar às sociedades ocidentais, sendo a curadoria do conhecimento considerada como um tipo de sacerdócio. Funções religiosas e de poder se associaram àqueles que dominavam o conhecimento, enquanto no universo laico se incluíam os homens comuns sem acesso ao código escrito (GALINDO, 2012a, p.16).

Com o advento da escrita, e, sobretudo, com as inovações tecnológicas que permitiram a invenção e a posterior popularização da imprensa, as pessoas passaram a comunicar ideias através de signos visuais e a produzir um registro perene destes, criando, assim, uma memória exterior à mente (GOUVEIA JUNIOR, 2012). As memórias de papel e as necessidades por lugares de memória (NORA, 1993), detentores de documentos e monumentos históricos e culturais, dilatavam-se de modo diretamente proporcional à complexificação das sociedades e suas relações.

Surgiram arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação. Medidas que visavam o acúmulo de testemunhos materiais dos grupos humanos movidos pelo sonho de armazenar em tais suportes o conhecimento produzido, e, em tese, torná-los passíveis de recuperação. Entretanto, em muitos lugares, durante muito tempo, a lógica do acesso à informação se configurava como uma espécie de privilégio concedido a poucos. Em prol da preservação e da conservação a maioria das pessoas estava excluída dessa lógica custodialista. Até porque deixar que documentos caíssem nas mãos de *qualquer um* assombrava os guardiões da memória e da informação (SILVA; RIBEIRO, 2011).

Esse estado de coisas tem-se transformado à medida que os gestores e os indivíduos que compõem as instituições de missão memorial assumem o entendimento e o compromisso de que a sua função e o seu valor social estão alocados em práticas de disseminação e

compartilhamento de informação. Busca-se, desse modo, e cada vez mais, superar as práticas de salvaguarda e retenção de conteúdos informacionais. Outro entendimento importante é o de atuação conjunta, isto é, o desenvolvimento de trabalhos que integram e incentivam instituições distintas, que se aproximam e conseguem benefícios mútuos. É justamente acerca dessas relações de colaboração e trabalho integrado que trataremos neste artigo.

Na primeira parte deste trabalho é abordada a ideia de Sistemas Memoriais, como categoria de trabalho que preza pela protocooperação e pelo compartilhamento de informação.

No segundo momento, invocamos a ideia de rede, pensada enquanto conjunto interconectado de vias e meios de transporte, equipamentos de comunicação e prestação de serviços. Percebendo, ainda, a rede a partir do seu viés social, compartilhamos com o pensamento de Milton Santos (2006) de que as redes são compostas por pessoas, mensagens e valores.

Por fim, aproveitando as discussões acerca de Sistemas Memoriais e redes, inserimos um breve histórico sobre a formação da Rede Memorial, um conjunto de princípios que sustentam uma política de preservação e acesso para os acervos memoriais de instituições de vários lugares do Brasil.

## **2 SISTEMAS MEMORIAIS**

De acordo com Aldo Barreto (2005), a liberdade do fluxo de informação e seu compartilhamento amplo e irrestrito é um projeto que remonta o século XVII. Desde então, visava-se erigir uma sociedade integrada por redes de distribuição do saber. Nesse particular, a Enciclopédia representou uma série de esforços empreendidos em conjunto em torno da compreensão semântica e da organização do conhecimento de uma época. Seu intento era facilitar e socializar o acesso à informação disponível a um número de pessoas tão grande quanto possível.

Desde então, a chamada sociedade do conhecimento está sustentada pelo ideal da universalização do acesso ao conhecimento, entendido como o principal recurso econômico. Os séculos se passaram e diante de gerações se descortinaram significativos progressos tecnológicos ao ponto de nos encontrarmos em plena *Era do Acesso*. Vivemos uma realidade na qual os mercados, cada vez mais, têm aderido ao sistema de redes; até o conceito de propriedade tem se transformado, já que se tem valorizado mais o consumo do que a posse do produto (RIFKIN, 2005).

Para Manuela Azevedo Pinto e Armando Malheiro da Silva (2005), o desenvolvimento das instituições e organizações depende tanto de uma eficiente utilização do recurso



*informação* quanto da capacidade de armazená-lo e recuperá-lo. Os desafios que se apresentam às organizações, neste caso, demandam, para além de uma aparelhagem tecnológica, um reequacionamento da estrutura organizacional (PINTO; SILVA, 2005). Essa quase que transformação necessária se apresenta como:

Resultado inevitável e incontornável da integração das organizações na Sociedade de Informação, na qual a componente da informação e do conhecimento desempenha um papel nuclear em todos os tipos de atividade humana em consequência do desenvolvimento da tecnologia digital, e da Internet em particular, induzindo novas formas de organização da economia e da sociedade, criando um modelo de desenvolvimento social e económico em que a aquisição, o armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação da informação conducente à criação de conhecimento e à satisfação das necessidades dos cidadãos e das organizações, através das novas tecnologias da informação e comunicação, desempenham um papel central na atividade económica, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais (PINTO; SILVA, 2005, p.2).

No entendimento de Castells (1999), as culturas se manifestam basicamente através de sua inserção nas organizações – sistemas específicos de meios focados na execução de objetivos específicos – e instituições – organizações investidas de autoridade capaz de desempenhar atividades específicas em prol da sociedade. Isso porque:

Formas de organização económica não se desenvolvem em um vácuo social: estão enraizadas em culturas e instituições. Cada sociedade tende a gerar os próprios sistemas organizacionais. Quanto mais historicamente distinta é uma sociedade, mais ela se desenvolve de forma separada das outras e mais específicas são suas formas organizacionais (CASTELLS, 1999, p.233).

A partir dessa linha de raciocínio, podemos pensar que um conjunto de instituições e/ou organismos que interagem e trocam experiências, materiais e métodos, em torno de um objeto comum, denotam a ideia de sistema. E se tal sistema está ligado à memória e à informação – com base na ideia de que “os sistemas são fontes de informação e a informação é capaz de construir um sistema” (ROBREDO, 2003, p.110) –, então podemos introduzir em nossas considerações a ideia de sistemas memoriais.

Para Silva e Ribeiro (2002), os chamados *sistemas artificiais convencionais* implicam a intervenção humana e suas relações organizativas e dinâmicas, dispostas de modo a tecer uma rede. De forma análoga, Pinto e Silva (2005) acrescentam que o elemento caracterizador da Sociedade da Informação é o produto da ação humana e reflexo das condições estruturais – políticas, técnicas, económicas e culturais – nas quais as ações se desenvolvem a fim de concretizar os diferentes objetivos.

Nessa perspectiva, a informação, enquanto fenômeno e processo, impõe-se às organizações e nas organizações. E nesse contexto, uma organização forte, com um sistema

de informação bem estruturado, poderá encontrar na cooperação, na construção de redes de organizações, no uso efetivo do conceito de “rede” a plataforma para responder à economia global, quer a partir da própria capacidade de iniciativa quer como resposta a incentivos estatais (PINTO; SILVA, 2005).

Da mesma forma, devemos acrescentar a ideia de Sistema de Informação como o fruto da relação transdisciplinar suscitada pela lógica sistêmica. Um sistema de informação, nessa perspectiva, é definido como:

A capacidade de toda e qualquer Organização (baseada ou mediada por estrutura administrativa e funcional ou orgânico-funcional) agir em todos e diversos níveis para atingir, concretizar e rentabilizar objetivos centrais/genéricos e específicos ou ligados à natureza do ‘segmento’ público-político, político-social e sócio-económico da Organização (PINTO; SILVA, 2005, p.7-8).

Em conformidade com essa linha de pensamento o modelo *Sistema Memorial* sugere a leitura do conjunto de segmentos interoperantes<sup>11</sup> de missão memorial alocado no universo de arquivos, bibliotecas e museus, bem como outros serviços públicos e privados operantes no resgate, na preservação e no acesso à herança cultural registrada (GALINDO, 2012b).

Enfatizamos, nesse particular, que os sistemas memoriais se apresentam como uma teoria em desenvolvimento que busca a compreensão integrada daqueles equipamentos de missão memorial que atuam a serviço da sociedade. Desse modo:

Vê-se que o sistema aqui tratado foge da lógica cartesiana e se apresenta como um organismo aberto e entrópico. O que sugere ininterruptas transformações e trocas com o meio externo, cuja influência pode até modificar a estrutura do sistema. Desse modo, é apropriado afirmar que o meio e o sistema se complementam em suas distinções (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012, p.216).

Vale considerar, ainda, que pensar sistemicamente significa defender uma visão não-mecanicista e pós-cartesiana, afastando-se das noções reducionistas, deterministas e analíticas de se pensar o universo-como-máquina. Significa pensar em redes, em teias de interconexões. O universo, então, é percebido como um todo dinâmico, indivisível, cujas partes estão interrelacionadas, enquanto que a ordem, a reversibilidade e o equilíbrio estático também tendem a ser evitadas pelo fato de não corresponderem às realidades das ciências, muito menos às dinâmicas sociais.

Essa tessitura orgânica engendra a perspectiva de que nenhuma sociedade é capaz de sobreviver como sistema de ação se o organismo não se adapta a um meio ecológico, além do

---

<sup>11</sup> A interoperabilidade, aqui apresentada, define-se como aquela habilidade desenvolvida por dois ou mais sistemas no sentido de compartilhar dados e informações de modo coerente e eficiente, buscando a maximização dos resultados esperados, mesmo atuando em diferentes ambientes.

que lhe é destinado. Tal concepção pode ser traduzida a partir do entendimento de que um organismo que não se reinventa ante a adversidade está fadado ao desaparecimento.

É pertinente anotarmos que a noção de sistema memorial começou a fazer parte da agenda política nacional ao mesmo tempo em que novos marcos conceituais e práticos começavam a ser estabelecidos para a gestão da cultura brasileira, tirando-a das margens políticas governamentais<sup>12</sup> (GOUVEIA JUNIOR; GALINDO, 2012). Nesse contexto, tal ideia se soma ao advento do novo paradigma tecnológico anunciado por Castells (1999), pautado no poder das novas tecnologias da informação. Este pensamento vem agindo no sentido de tornar a própria informação o produto do processo produtivo.

### 3 REDES DE INFORMAÇÃO E COLABORATIVIDADE

Entre os muitos significados do termo *rede*<sup>13</sup>, advém a ideia de um conjunto interconectado de vias e meios de transporte; de canais de escoamento ou distribuição; de fios ou circuitos entre uma fonte de eletricidade e as unidades de consumo; de meios e equipamentos de comunicação; ou de locais e agentes de prestação de serviços (FERREIRA, 2010).

Essa seria uma noção mecanicista de rede pouco aplicável à ideia que defendemos; uma trama interconectada de inteligências que trabalham nos substratos dos sistemas memoriais, dando-lhes vida. Trata-se, portanto, de uma rede que tem natureza humana. Essa noção aproxima-se mais do conceito defendido por Milton Santos (2006) acerca do viés social – e também político – da rede; necessariamente formada por pessoas, mensagens e valores.

Para Edgar Morin (2007), o homem é um ser evidentemente biológico. É ao mesmo tempo um ser evidentemente cultural, metabiológico e que vive num universo de linguagem, de ideias e de consciência.

De acordo com Fritjof Capra (2008), as redes são capazes de engendrar uma massa de conhecimento compartilhável que envolve informações, ideias, habilidades, valores e crenças. Essa lógica social de tramas e trocas, evidenciada tanto pela teoria dos sistemas quanto pelo pensamento em rede, guarda estreita relação com o universo da Biologia. Um desses

---

<sup>12</sup> A confecção da Carta do Recife e a própria realização da *Conference on Technology Culture and Memory* – CTCM são exemplos desse conjunto de ações de relevância para o fortalecimento da compreensão e da aplicabilidade dos conceitos de rede de compartilhamento de informação e de sistemas memoriais tratados neste artigo.

<sup>13</sup> Uma ferramenta de análise; um operador de leitura; um modo de raciocínio, uma tecnologia do espírito; uma matriz técnica; uma metáfora; um sólido cristal; um sistema de circulação de fluidos; um diagrama; uma árvore; um labirinto (MUSSO, 2004).

conceitos biológicos é o mutualismo; relação entre duas espécies que gera benefícios a ambos os agentes.

Para Bruno Latour (1994), a disposição em rede é uma forma de organização que não é uma prerrogativa humana, tendo em vista que os animais também vivem e demonstram um comportamento interespecies em forma de rede<sup>14</sup>. O comensalismo e a protocooperação são tratamentos que podem ser anotados e aplicados nas relações humanas e interinstitucionais. E nesse caso, valem, a título de exemplo, as anotações de Maturana e Varela (1995) em relação aos *insetos sociais*, aos *vertebrados sociais* e aos *babuínos*<sup>15</sup>.

A rede representa, nesse sentido, o fio de Ariadne<sup>16</sup> que nos conduz em meio ao universo híbrido das trocas sociais, por mais que ainda nos percebamos compartimentados entre a ciência, a filosofia ou a política. E essa trama invisível, naturalmente tributária da interdisciplinaridade, e por isso defensora da supressão de fronteiras, apresenta-se como real, coletiva e discursiva (LATOURE, 1994).

O mesmo Latour (2004) percebe a biblioteca não como uma fortaleza isolada, mas como um nó de uma vasta rede por onde circula a matéria passível de ser tornada em signos. No seu entendimento de rede social, então, há ênfase no processo e não na matéria. E nessa perspectiva, a informação não é um signo, mas uma relação que se estabelece entre dois lugares – centro e periferia<sup>17</sup> – desde que entre estes circule uma *inscrição*.

Desse modo, tal instituição se apresenta como um receptáculo provisório de onde emanam fluxos e trocas contínuas. Todavia, deve-se salientar que:

[...] as instituições como as bibliotecas, os laboratórios, as coleções não são simples meios que se poderiam dispensar facilmente, sob pretexto de que os fenômenos fariam por si mesmos à simples luz da razão. Adicionamos uns aos outros, eles compõem os fenômenos que só têm existência por esta exposição através das séries de transformações (LATOURE, 2004, p.59).

---

<sup>14</sup> De forma mais ampla, possuir uma organização não é uma característica exclusiva dos seres vivos, mas de todas as coisas que podemos analisar enquanto sistema (MATURANA; VARELA, 1995).

<sup>15</sup> Em relação ao primeiro grupo, representado por formigas, cupins, vespas e abelhas, estes denotam forte interação de grupo a partir de características inatas, que determinam sua função e obrigações para com a sua comunidade. No segundo caso, animais distintos cumprem papéis da mesma forma distintos, o que lhes permite a dedicação a atividades, em benefício do grupo, que lhes seriam impossíveis se estivessem sozinhos. No terceiro caso, cada indivíduo está continuamente ajustando sua posição na rede de interações do grupo segundo sua própria dinâmica (MATURANA; VARELA, 1995).

<sup>16</sup> A partir de suas configurações, a rede se presta a orientar o nosso por onde ir para chegar onde se quer.

<sup>17</sup> Vale a ressalva, anotada pelo próprio Latour (2004), de que os fenômenos não se situam nem no exterior nem no interior das redes. Eles residem numa certa maneira de se deslocar que otimiza a manutenção das relações constantes, apesar do transporte e da diversidade dos observadores.

A noção de capital social vem ao encontro e complementa as noções apresentadas sobre teoria dos sistemas e pensamento em rede. Embora esse conceito possua diversas significações, derivadas de outras tantas orientações teórico-metodológicas, estamos mais ou menos convencidos de que tratamos aqui de um conceito relacional, que é norteado a partir do entendimento de capital social como interação que une indivíduos em torno de objetivos comuns e evidencia relações de colaboração, reciprocidade e confiança mútua que os torna mais fortes.

Ainda nessa perspectiva, podemos acrescentar que o capital social reside na estrutura das suas relações. É, então, a partir do relacionamento com o outro que o indivíduo obtém capital social. Ademais, estes novos tempos demandam a formação de parcerias e colaborações com base na percepção de que, através da integração de instituições de missão memorial, será possível a prestação de um serviço abrangente e de qualidade. Essa integração é tributária, contudo, da superação dos modos tradicionais de delimitação territorial (MARQUES, 2010).

A força das relações reticulares, por sua vez, depende de que cada ponto da rede se apoie nos outros pontos da rede, “[...] e é porque a rede local adiciona, junta essas fraquezas umas com as outras, que ela engendra força” (CALLON, 2004, p.77). Se pensarmos essas teias de relacionamento e troca de informação em um nível maior, isto é, entre comunidades e/ou instituições, o capital social é capaz de conceder benefícios à sociedade, bem como potencializar a aprendizagem, a mobilidade social e o desenvolvimento econômico, desde que exista um conjunto de instituições e sujeitos comprometidos com essa finalidade.

As argumentações até agora levantadas dão conta de um corpo teórico dos sistemas memoriais. E este se apresenta como uma apreensão lógica a partir da teoria dos sistemas, que dá visibilidade a um conjunto interconectado de instituições que operam em sistema. Em suma, é uma abordagem teórica. A rede memorial, por sua vez, que passamos a abordar, é uma instância pragmática dessa visão teórica, que, ao mesmo tempo, é o laboratório e o experimento onde testamos e avaliamos as construções do sistema memorial.

#### **4 A REDE MEMORIAL: UM BREVE HISTÓRICO**

Podemos citar como exemplo pela busca da construção de um sistema memorial a disposição de vários representantes de instituições memoriais do Brasil no sentido de estabelecer uma rede. Trata-se da Rede Nacional das Instituições Comprometidas com Políticas e Digitalização dos Acervos Memoriais do Brasil. A chamada *Rede Memorial* se

baseia em princípios que sustentam uma política de preservação e acesso aos acervos memoriais, em prol de um espaço colaborativo de trabalho.

No início de 2009, o Museu da Cidade do Recife, a Biblioteca Pública de Pernambuco, o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano e o Laboratório Liber da UFPE, de comum acordo, iniciaram diálogos sobre problemas comuns em locais de memória. Seus representantes compreenderam, então, que poderiam somar pela semelhança e não separar pela diferença. Essa rede local objetivava a promoção da cooperação interinstitucional mediante a realização de programas estratégicos de promoção, preservação e acesso ao patrimônio memorial e à informação de natureza histórica, custodiados por instituições de missão memorial de Pernambuco (GALINDO, 2010).

Entre os dias 13 e 15 de setembro de 2011 aconteceu, no Recife - PE, a *Conference on Technology Culture and Memory* – CTCM. Evento que contou com a participação de palestrantes nacionais e internacionais, especialistas em gestão do patrimônio cultural e pesquisadores. Seus objetivos eram: refletir sobre o papel das instituições de patrimônio cultural nas sociedades em rede; debater o impacto da digitalização sobre as organizações; e trocar impressões acerca das tendências da digitalização nas instituições públicas e privadas e da influência das novas mídias na formatação do conhecimento.

Durante o evento, realizou-se como atividade paralela à *Primeira Reunião de Gestores de Arquivos Públicos e Centros de Documentação dos Estados Brasileiros*, com representantes de 30 instituições públicas e privadas envolvidas (ou desejosas de se envolverem) com projetos de digitalização de acervos para discutir caminhos práticos na contribuição dos processos em curso de valorização da cultura brasileira. Os representantes decidiram estabelecer uma rede nacional, denominada Rede Memorial, tendo por base uma carta de princípios<sup>18</sup> para sustentar uma política de digitalização de acervos memoriais e de procedimentos para a conformação de um espaço colaborativo de trabalho.

Foi criado um Comitê Gestor da Rede Memorial com objetivos de implantar uma plataforma colaborativa, criar grupos de trabalho, preparar um plano de atividades para os anos 2011 e 2012, buscar permanente diálogo com a Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, divulgar a formação da Rede e preparar uma nova reunião deste Fórum para maio de 2012.

---

<sup>18</sup> Essa carta nacional foi criada com base nos princípios de criação da Rede Memorial de Pernambuco.

Etapa importante desse processo foram os esforços empreendidos em torno da definição de diretrizes para uma política pública de apoio à produção de conteúdos digitais. No segundo semestre de 2007, ocorreram dois encontros promovidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, onde diversas entidades públicas e privadas assinaram um memorando de intenções.

Através deste documento, tais instituições se comprometiam a, utilizando-se das novas tecnologias digitais, revalorizarem os seus acervos ao mesmo tempo em que os preparavam para representar-se enquanto grandes produtores de conteúdo indispensável às culturas brasileiras e essenciais à consolidação de identidades neste novo século (CARTA DO RECIFE, 2011).

Em abril de 2010, durante o Simpósio Internacional de Políticas Públicas para Acervos Digitais, realizado em São Paulo, discutiram-se as políticas públicas de digitalização de acervos e a formulação de um modelo sustentável de preservação e acesso universal do patrimônio cultural brasileiro. Quase que simultaneamente a esse evento, o Conselho Nacional dos Arquivos estabeleceu as diretrizes gerais para o processo de digitalização dos acervos – ferramenta indispensável ao seu acesso, disseminação e preservação, já que se restringe à utilização dos documentos originais (CARTA DO RECIFE, 2011).

Vale lembrar, nesse contexto, que o Plano Nacional de Cultura estabelece o direito à informação, à comunicação, à crítica cultural e à memória, promovidos por meio dos museus, arquivos e coleções; determina a articulação de políticas públicas de cultura e a promoção à organização de redes e consórcios para a sua implementação de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia; demanda ampla publicidade e transparência para as informações declaradas e sistematizadas, preferencialmente em meios digitais, atualizados tecnologicamente e disponíveis na rede mundial de computadores; e ainda determina a necessidade de implementação de uma política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, restauro e reprodução de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em museus, bibliotecas e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos (BRASIL, 2010).

Nesse particular, parece lícito anotar a realização das conferências de cultura ocorridas em nível nacional. A primeira delas, realizada em 2005, teve como tema central a interação do Estado e da sociedade na construção da política pública de cultura.

Em 2010, a segunda edição do evento, entre outras deliberações, tratou de discutir a criação de dispositivos de atualização da lei de direitos autorais em consonância com os novos

modos de fruição e produção cultural, que têm surgido a partir das novas tecnologias garantindo o livre acesso a bens culturais compartilhados sem fins econômicos desde que não cause prejuízos aos titulares das obras.

A capital federal abrigou, em novembro de 2013, a 3ª Conferência Nacional de Cultura, cujo tema escolhido foi *Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Nacional de Cultura*. Nessa ocasião, reuniram-se representantes da sociedade civil e membros do governo. Foram discutidos também a produção simbólica e a diversidade cultural, a cidadania e os direitos culturais e o desenvolvimento econômico.

Essas políticas para a produção e disseminação de cultura, memória e informação, tal como têm se apresentado, devem contar, ainda, com a *expertise* dos agentes envolvidos com os programas de digitalização de seus acervos. Nesse particular, é fundamental que sejam preestabelecidos padrões de procedimento a serem adotados pelos membros da rede. Rede esta que ganha mais vigor a partir da colaboração de um tão grande quanto impreciso número de atores individuais ou coletivos. Atenta a essa intensa atividade, a Rede Memorial tem-se dedicado à tarefa de impulsionar esse esforço de cooperação entre instituições e projetos (CARTA DO RECIFE, 2011).

Conforme já pontuamos, a reunião na qual foi elaborada a Carta do Recife tinha por principal objetivo, a discussão de caminhos práticos para contribuir com os processos em curso de valorização da cultura brasileira. Para tanto, os envolvidos na confecção dessa rede estão convencidos da importância da adesão a seis princípios básicos<sup>19</sup> para que se defina uma política de digitalização dos acervos memoriais. Em tempo, o compromisso com o acesso aberto, público e gratuito; o compromisso com o compartilhamento das informações e da tecnologia; o compromisso com a acessibilidade; criação de padrões de captura e de tratamento de imagens; a definição de padrões de metadados e de arquitetura da informação dos repositórios digitais; e a criação de padrões e normas de preservação digital de longo prazo, que se harmonizam, inclusive, com os padrões universais estabelecidos para documentação digital adotados pela Comunidade Européia<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Ver Carta do Recife em: [http://www.redememorial.org.br/Carta\\_do\\_Recife\\_%5BPT%5D.html](http://www.redememorial.org.br/Carta_do_Recife_%5BPT%5D.html).

<sup>20</sup> Nesse sentido, devemos ressaltar a emergência da *The European Library*. Trata-se de uma organização chamada superfície operacional que tem por objetivo agregar todo o conteúdo digitalizado da herança cultural europeia: livros, pinturas, filmes, objetos de museu, arquivos audiovisuais e documentos de arquivo digitalizados. Por meio desta iniciativa, desde 2005, tem sido propiciado aos usuários acessos multilíngüísticos comuns a diferentes padrões de herança cultural, da Pré-história à atualidade, distribuídos digitalmente. Os objetos digitais localizáveis a partir da Europeana não são armazenados em um computador central, mas permanecem com a



O que ficou claro neste congresso foi a necessidade de se somarem esforços para discutir políticas públicas com objetivo de orientar as iniciativas de patrocinadores, agências financiadoras e fundos que oferecem recursos para a reprodução digital dos acervos (SOARES, 2011).

Entre os dias 21 e 22 de junho de 2012, aconteceu o II Fórum da Rede Memorial na Cinemateca Brasileira em São Paulo. Evento este que contou com a presença da Coordenação da Cultura Digital do Ministério da Cultura. O Comitê Gestor apresentou uma proposta para o Projeto Documenta e o Projeto Memorial Digital. Nessa ocasião, foram divididos os grupos para dar início aos trabalhos: 1. Digitalização e Preservação Digital; 2. Metadados e Arquitetura da Informação de Repositórios da Rede; 3. Diagnóstico das Instituições e Estruturação da Rede.

A Rede Memorial de Pernambuco continuou suas atividades e hoje conta com a participação do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), Memorial da Justiça, Instituto Ricardo Brennand (Instituto RB), Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Paço do Frevo.

No tocante à entrada da SUDENE na Rede Memorial, e sua parceria com a UFPE, destacamos a toma de consciência, em 2012, da necessidade de se digitalizar as atas de reuniões produzidas, entre 1959 e o ano 2000, pelo Conselho Deliberativo<sup>21</sup> da instituição. A iniciativa implementada<sup>22</sup> não se limitava a conservar documentos em novos suportes, mas a viabilizar o seu acesso. O que revela a tendência a se afastar do custodialismo ao mesmo tempo em que se efetiva o valor social de uma organização deste porte e importância histórica para a sociedade e para a (re)construção de sua identidade e memória, mediante discussões e

---

instituição cultural e estão hospedados em suas redes. Desse modo, abrigam-se os metadados de cada conteúdo em um padrão comum, e, o pesquisador é direcionado para o *site* original, caso este deseje acessar o conteúdo completo. O principal desafio da Europeia (The European Library, 2014).

<sup>21</sup> Composto por governadores, ministros, técnicos, representantes das classes trabalhadora e empresarial, e, nos primeiros anos, presidido pelo Presidente da República.

<sup>22</sup> O Projeto de Preservação e Disponibilização do Acervo do Conselho Deliberativo da SUDENE (PROCONDEL) tem como metas: digitalização, edição e organização da informação do acervo textual; digitalização do acervo sonoro; identificação e digitalização do acervo iconográfico; pesquisa e elaboração de banco de dados de notícias publicadas em jornais; coleta de depoimentos de ex-conselheiros, ex-servidores e ex-colaboradores; produção de documentário; produção de um site; seminários, debates e publicações de livros. O acervo textual do período de 1959 a 1970 já está disponível no site [www.sudene.procondel.org](http://www.sudene.procondel.org).

formulações de novos conhecimentos, de políticas públicas e fixação de diretrizes de desenvolvimento social.

No bojo deste processo de consolidação da Rede Memorial, a Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação (SEGIC) e Biblioteca Central (BC) da UFPE criaram o Memorial Denis Bernardes<sup>23</sup>. O espaço, aberto em 2013, e que se destina a preservar a memória institucional da UFPE, abriga em seu acervo discos de vinil, fitas de programas da TV Universitária, bem como arquiva as coleções de Paulo Freire, o Acervo João Alfredo, Marcos Freire e Padre Daniel Lima.

A ênfase de suas ações está na guarda e digitalização de documentos, que contribuem no sentido de revelar um pouco da cultura regional e nacional, fundamental para qualquer pesquisador que se dedique à referida temática. A parceria entre o Memorial e o Laboratório de Tecnologia da Informação da UFPE, através de investimentos em servidores web, garantem o acesso a arquivos digitalizados.

Mais um fruto de um importante convênio de cooperação técnica firmado entre duas instituições de missão memorial de nosso estado foi o Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano<sup>24</sup> (APEJE) e a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). As duas instituições dedicaram-se à digitalização de Jornais dos séculos XIX e XX e no Jornal Diário da Manhã (1927 a 1985), e, através desse trabalho em conjunto de preservação e disseminação de informação, colocaram a tecnologia a serviço da memória pernambucana.

Ainda sobre o APEJE, devemos enfatizar que este teve cinco projetos aprovados pelos editais Multiusuário da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE)<sup>25</sup> de 2010 e 2012, totalizando um investimento de mais de um milhão

---

<sup>23</sup> O nome do Memorial é uma homenagem ao professor Denis Bernardes, que atuou nos Departamentos de Economia e de Serviço Social e se destacou pelo interesse na guarda de documentos da Universidade, bem como nas relações entre memória, informação e sociedade.

<sup>24</sup> Criado pelo Decreto Estadual n. 1265 de 04 de Dezembro de 1945, o APEJE apresenta-se à sociedade, desde então, como um dos principais guardiões da memória histórico-administrativa deste estado, tendo em vista que abriga o terceiro maior conjunto documental público do país – composto por documentos textuais, impressos, iconográficos, bibliográficos e folhetos raros, plantas arquitetônicas e periódicos – e recebe desde estudantes até pesquisadores locais, nacionais e estrangeiros.

<sup>25</sup> A FACEPE, no âmbito de sua missão de promover o desenvolvimento científico e tecnológico de Pernambuco, desde 2008, lança, a cada dois anos, um edital de Apoio à Disponibilização para a Pesquisa de Laboratórios Multiusuários e de Acervos de Interesse Científico – Multiusuários. Esse edital tem por objetivo o incentivo e o apoio a projetos de implantação, recuperação, conservação e disponibilização de laboratórios multiusuários ou de acervos de interesse científico. Desse modo, visa-se a ampliação de sua disponibilidade e acessibilidade por pesquisadores em geral, bem como a maximização dos benefícios dessas estruturas, equipamentos e acervos para a geração de conhecimento no estado de Pernambuco.

de reais. Em tempo, em 2010, o APEJE recebeu financiamentos para os projetos de *Preservação do Acervo Documental da Casa de Detenção do Recife – Prontuários; Catalogação do Acervo Iconográfico do APEJE; e Retratos da Cultura Política – Ofícios do Governo*. Em 2012, esta mesma instituição conseguiu subsídios para o projeto de *Catalogação do Acervo do Instituto de Medicina Legal Antônio Percivo Cunha (1925-1979)*. Em todos os casos, como se pode perceber, as ações envolveram tratamento, organização, digitalização e disponibilização da informação ao franco acesso do usuário.

### 5 Considerações Finais

Tendo discorrido acerca da ideia de Sistemas Memoriais e como esta tem se apresentado de modo a priorizar a cooperação e o compartilhamento de informação e de boas práticas entre instituições envolvidas, ao mesmo tempo em que se defende a concepção reticular dessa categoria de trabalho, que envolve pessoas, mensagens e valores, devemos ainda anotar algumas ressalvas importantes.

Conscientes de que o ato de compartilhar, aparentemente elementar, representa um exercício delicado para muitas organizações marcadas por uma lógica mais econômica (competição) que ecológica (colaboração), e que percebem o controle da informação como sinônimo de poder, as ações pensadas e realizadas sob a lógica da Rede Memorial tendem a se aproximar das relações ecológicas. Estas se fazem importantes em virtude da percepção de um novo paradigma, que engendra uma visão holística do mundo, e o apreende não como a reunião das partes dissociadas, mas como um todo integrado.

Começamos, então, a perceber que o sucesso na gestão partilhada da memória depende da combinação entre mudanças tecnológicas e comportamentais e do intercâmbio e socialização de experiências. Esse conjunto de princípios sustentam a intenção coletiva de se construir uma política de preservação e acesso para os acervos memoriais de instituições, não apenas de Pernambuco, mas de vários lugares do Brasil.

Apesar dos esforços de articulação interinstitucional, ainda não se atingiu um modelo de política de memória para Pernambuco. Com essa finalidade, tem-se iniciado negociações entre instituições desejosas de se envolverem nessa tarefa. Nesse sentido, é fundamental que se discutam políticas públicas específicas para o patrimônio e a memória nas esferas municipal e estadual.

Um importante capítulo desse conjunto de iniciativas aconteceu no dia 20 de maio deste ano, quando ocorreu a audiência pública sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 1932/2014, que cria o Conselho Estadual de Política Cultural e o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural no âmbito do Estado de Pernambuco. O que nos faz pensar que outras

iniciativas devem se desenvolver nessa perspectiva, de modo a intensificar as nossas conquistas em prol da preservação e compartilhamento de memória.

Essa política deve ser construída não só mediante profunda reflexão e planejamento, mas também através da experiência acumulada pelos atores efetivamente envolvidos com a digitalização dos seus acervos. Nesse particular, a fixação dos padrões e procedimentos devem, necessariamente, estar atrelados ao cotidiano da produção desta dimensão da cultura digital, conforme pontua a Carta do Recife 2.0<sup>26</sup>.

As instituições ligadas à cultura, à memória e ao patrimônio responsáveis pela preservação e pelo acesso de acervos que conformam e permitem a existência da memória nacional têm desenvolvido diversas iniciativas de reprodução e publicação na Internet de seus acervos. Cabe à Rede Memorial impulsionar um esforço de cooperação e de genuína solidariedade entre instituições e projetos. O que caracteriza um movimento essencial para a cultura brasileira no século XXI.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, A. de A. As tecnoutopias do saber: redes interligando o conhecimento.

**Datagramazero – Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v.6, n.6, dez. 2005, p.1-13. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/dez05/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/dez05/Art_01.htm). Acesso em: 6 jun. 2014.

BRASIL. Lei n. 12343, de 2 de dezembro de 2010. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm)>. Acesso em: 8 maio 2014.

CALLON, M. **Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercad. O papel das redes sócio-técnicas**. In: PARENTE, A. (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 64-79.

CAPRA, F. **Vivendo redes**. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. *O tempo das redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARTA DO RECIFE. Rede Memorial – Rede Nacional das Instituições Comprometidas com Políticas de Digitalização dos Acervos Memoriais do Brasil. Recife, 11 set. 2011, p.1-7.

Disponível em:

<[http://www.redememorial.org.br/Carta\\_do\\_Recife\\_%5BPT%5D\\_files/REDE\\_MEMORIAL\\_Carta\\_do\\_Recife\\_br\\_1.pdf](http://www.redememorial.org.br/Carta_do_Recife_%5BPT%5D_files/REDE_MEMORIAL_Carta_do_Recife_br_1.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2014.

CARTA DO RECIFE 2.0. Disponível em: <http://redememorial.org.br/carta-do-recife-2-0/> . Acesso em 9 jun. 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999 ( A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1).

---

<sup>26</sup> Vide Carta do Recife 2.0. <http://redememorial.org.br/carta-do-recife-2-0/>

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8.ed.Curitiba: Positivo, 2010.

GALINDO, M. Tecnologia & Memória. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.50, p.179-190, set./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rieb/n50/a09n50.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

GALINDO, M. **Conhecimento: custódia e acesso**. In: FERREIRA, S.M.S.P.; TARGINO M. das G. (org.). **Conhecimento: custódia e acesso**. 2.ed. São Paulo: SIBiUSP, 2012a.

GALINDO, M. O Dilema de Pharmacon. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.41, n.1, p.36-50, jan./abr., 2012b. Disponível em: <<file:///C:/Users/Mario/Desktop/dilema%20de%20pharmacon.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

GALINDO, M.; MIRANDA, M. O.; BORBA, V. da R. A memória e os sistemas memoriais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília, 2011, p.3328-3339.

GOUVEIA JUNIOR, M. Memórias e seus suportes: da fala à virtualização e suas necessidades por próteses e lugares. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.9, n.2, p.64-74, jan./jun.2012a. Disponível em: <[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/526/pdf\\_20](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/viewFile/526/pdf_20)>. Acesso em: 2 jun. 2014.

GOUVEIA JUNIOR, M. **A economia da memória**: um estudo do sistema pernambucano. 2012b, 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

GOUVEIA JUNIOR, M.; GALINDO, M. Sistemas memoriais como disseminadores de informação. **Transinformação**, Campinas, v.24, n.3, p. 207-217, set/dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/index.php>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções**. In: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.39-63.

MARQUES, I. da C. **O museu como sistema de informação**. 170 p. Dissertação de Mestrado em Museologia. Universidade do Porto. Porto, Setembro de 2010. Disponível em: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/55282/2/TESEMESISABELMARQUES000124492.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

MATURANA, H.R.; VARELA, F.G. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Workshopsy, 1995. Disponível em: <<http://materiaapoioaoacc.pbworks.com/f/Arvore+do+Conhecimento+Maturana+e+Varela.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUSSO, P. **A filosofia da rede**. In: PARENTE, A. (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p.17-38.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n.10, p.7-28, 1993. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51219446/Entre-Memoria-e-Historia-a-Problematica-Dos-Lugares-Pierre-Nora>>. Acesso em: 16 maio 2014.

PINTO, M. A.; SILVA, A. M. da. Um modelo sistêmico e integral de gestão da informação nas organizações. 2005. In: 2º Congresso Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2014.

RAABE, A.; POHLMANN FILHO, O. Estudo comparativo entre sistemáticas de digitalização de documentos: formatos HTML e PDF. **Ciência da Informação**, Brasília, n.3, p.300-310, set./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a08.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

RIFKIN, J. **A era do acesso** – transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 2005.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. In: ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

SANTOS, M. **Por uma geografia das redes**. In: \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica, razão e emoção*. 4.ed.2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.geociencia.xpg.com.br/dwd/Milton\\_Santos\\_A\\_Natureza\\_do\\_Espaco.pdf](http://www.geociencia.xpg.com.br/dwd/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2014.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, A.M.; RIBEIRO, F. **Paradigmas, serviços e mediações em ciência da informação**. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, E. L. da; CAFÉ, L.; CATAPAN, A. H. Os objetos educacionais, os metadados e os repositórios na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.39, n.3, p.93-104, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n3/v39n3a08.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2014.

SOARES, S. M. V. **O microfilme e o digital**: as duas faces da preservação. 2011, 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

THE EUROPEAN LIBRARY. 2014. Disponível em: <<http://www.theeuropeanlibrary.org/tel4/>>. Acesso em: 16 jul. 2014.

## O DILEMA ENTRE A RECUPERAÇÃO E O APAGAMENTO DA INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: PERSPECTIVAS EM CONSTRUÇÃO

*THE DILEMMA BETWEEN INFORMATION RECOVERY AND ERASING IN DIGITAL ERA: BUILDING PERSPECTIVES*

Ricardo Medeiros Pimenta

**Resumo:** Este trabalho é um artigo de revisão cujo objetivo é a realização de um relato parcial, de corte temático, referente à pesquisa em andamento intitulada “dimensões tecnopolíticas do esquecimento: usos e abusos da memória na era digital”. De cunho teórico, a pesquisa busca compreender a dialética existente entre a recuperação e o apagamento da informação; entre a lembrança e o esquecimento da memória ambos no ambiente eletrônico do ciberespaço. Utilizando-se de recursos de análise gratuitos da internet, este artigo busca criar meios de visualização das tendências apontadas no texto sobre a escalada do interesse em recuperação e apagamento da informação na produção literária e científica global e do impacto da notícia do fim das atividades da rede social *Orkut*. Com isso, buscou-se, através do emprego destes elementos de análise, averiguar a possível hipótese de uma realidade dialética presente nos binômios recuperar/lembrar e apagar/esquecer; enquanto marcas da cultura digital de memória contemporânea em escala global.

**Palavras-chave:** Recuperação da informação, Apagamento da informação, Memória, Ciberespaço, Orkut.

**Abstract:** This paper is a review article whose purpose is to perform a partial report, a thematic cutting referring to the ongoing research entitled "tecnopolitics dimensions of forgetting: uses and abuses of memory in the digital age." Of a theoretical nature, the research seeks to understand the existing dialectic between recovery and erasure of information, remembering and forgetting of memory, both within the electronic environment of cyberspace. Using free analysis resources from the Internet this article uses ways of trends visualization in the text about the increase of interest in information retrieval and deletion in the global literary and scientific production. And also the impact of the news about the end of its activities by the social network: Orkut. Thus, through the employment of these elements of analysis we attempted to investigate the possible hypothesis of a dialectic reality present in the binomials recover/remember and delete/forget; as marks of contemporary digital culture of memory on a global scale.

**Keywords:** Information recovery, Deletion of information, Memory, Cyberspace, Orkut.

### 1 INTRODUÇÃO.

Este artigo é um relato parcial, de corte temático, referente à pesquisa em andamento, intitulada “dimensões tecnopolíticas do esquecimento: usos e abusos da memória na era digital”<sup>27</sup> e, portanto, de revisão. Neste texto buscamos dar lugar a um debate teórico, ainda em andamento, e a algumas resoluções parciais acerca da dialética existente entre a recuperação e o apagamento da informação no ambiente eletrônico do ciberespaço e como tal dinâmica interfere na memória social contemporânea.

---

<sup>27</sup> Pesquisa em realização com apoio do CNPq via edital de ciências sociais aplicadas.

A pesquisa em andamento realiza análise qualitativa de dados extraídos do ciberespaço com a utilização do software de análise qualitativa NVivo 10; e de ferramentas gratuitas como o *Google Ngram Viewer*, para medir a incidência de termos na bibliografia mundial indexada pelo projeto *Google Books*; *Topsy*, motor de busca e análise de redes sociais na web; e *DIIGO - social bookmarking*, ferramenta de indexação online de material da web. Para este artigo utilizamos as ferramentas gratuitas acima mencionadas. O objetivo era o de criar meios de visualização das tendências apontadas no texto sobre a escalada do interesse em recuperação e apagamento da informação na produção literária e científica global e do impacto da notícia do fim das atividades da rede social *Orkut*. Busca-se com estes elementos justificar a análise teórica iniciada, e suas possíveis hipóteses, e em contínuo processo de verificação durante o andamento da pesquisa em curso.

### **1.1 a Era Digital: desafio ao esquecimento?**

É notório que testemunhamos *grosso modo* uma percepção coletiva em nossa cultura informacional de que a preservação de toda a informação produzida pelo homem, hoje, seria possível. Nos dias correntes aprendemos a “arquivar” nossa própria vida em inúmeros dispositivos eletrônicos que nada mais são que os atuais artefatos tecnológicos que possibilitam a transmissão da expressão humana.

Contudo, a amplificação dos meios eletrônicos de produção, estocagem e recuperação de informação contribuiu para que depositássemos na mediação, a expectativa da preservação. Ilusão “narcísica” que, segundo McLuhan (2011), pode nos levar à amputação de nossa própria capacidade inata de lembrar.

Na atualidade temos produzido e guardado uma quantidade de informação jamais vista sobre nós mesmos, de sorte que “o armazenamento e a recuperação de informações digitais transformaram a lembrança no estado-padrão do conhecimento, e o esquecimento tornou-se acidente ou exceção”. (VAIDHYANATHAN, 2011, p. 195). Tal fenômeno possui, contudo, suas singularidades capazes de nos apresentar potenciais novos problemas.

Na Internet, a intenção biográfica ganha o espaço público e, tendo-o como destinatário, constrói uma “significação” (VOLLI, 2012, p. 18) de natureza comunicativa com a intenção de informar. Tal potencial, no entanto, carrega consigo novos problemas. A dissolução de algumas barreiras entre o público e privado figura como um desses problemas, já que a superexposição dos usuários nas redes sociais cria históricos, registros em cache e, por conseguinte, memórias “indesejáveis”. Aprender a pressionar a tecla “*delete*” em nossos



aparelhos, hoje todos conectados via *wi-fi*, parece ser importante para evitarmos um “futuro distópico no qual o indivíduo se constrange pelo seu passado digital” (SMITH, 2009, p. 369).

## **2 DA ACELERAÇÃO E DA RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ASPECTOS FUNDAMENTAIS AO DEBATE SOBRE A MEMÓRIA NO CIBERESPAÇO**

Como ponto de partida, consideramos a dialética entre o desejo de memória e o direito ao esquecimento enquanto espaço comum da distopia informacional presente na atualidade. Na maior parte da história humana, o esquecimento tem sido o parâmetro básico e a lembrança, o desafio. Cânticos, canções, livros, bibliotecas e até mesmo universidades foram criados fundamentalmente para superar nossa tendência ao esquecimento e à produção do conhecimento. Mnemotécnicas foram criadas desde sempre na história do homem. Da Grécia antiga à idade média, passando pelo renascimento e adiante. As obras de Raimundo Lúlio ou os sistemas de Giordano Bruno e o teatro da memória de Giulio Camillo (YATES, 2007), por exemplo, explicitam o constante desafio e necessidade do homem ser capaz de fazer uso de sua memória e, para tanto, dominar meios de recuperar a informação. Contudo, não seria totalmente incorreto dizer que, séculos depois, o excesso de informação presente em nossa atualidade pelo ciberespaço torna cada vez mais árdua a tarefa de apagamento da mesma, interferindo drasticamente em nossas atuais e futuras relações com a memória.

Atualmente, produzimos diariamente uma quantidade sem igual de dados sobre nossas próprias atividades comerciais, políticas e privadas. Produzimos até mesmo sem saber um histórico de nosso trânsito, de nosso consumo, de nossos gostos e humores. Ratificamos, portanto, a perspectiva de Pimenta (2013a) ao compreendermos que no atual horizonte global novos suportes da memória, idealizados e destinados às grandes corporações internacionais e ao controle do Estado, tornam-se reais devido à rastreabilidade de nossa navegação no ciberespaço. Dessa maneira, em nosso horizonte político e tecnológico, a memória se construirá em grande medida por estas mediações cujas funções e utilidades também são as de vigilância e monitoramento.

O ciberespaço é o mais novo local de "*disponibilização*" de informações possibilitado pelas novas tecnologias. Uma nova mídia que absorve todas as outras e oferece recursos inimagináveis, há algumas décadas. Trata-se de um espaço que ainda não se conhece completamente, cheio de desafios e incertezas, tanto na sua práxis, quanto em suas formulações filosófico e teóricas. Um espaço aberto, virtual, fluido, navegável. Um espaço que se constrói em cima de sistemas, e, por esse mesmo fato, é também o sistema do caos, como Lévy (2000) o caracteriza. (MONTEIRO, 2007, p. 5).

O paradoxo reside entre a facilidade e a dificuldade, que teremos em sociedade uma sociedade em rede, de recuperar e de apagar a informação; tornando a experiência do excesso

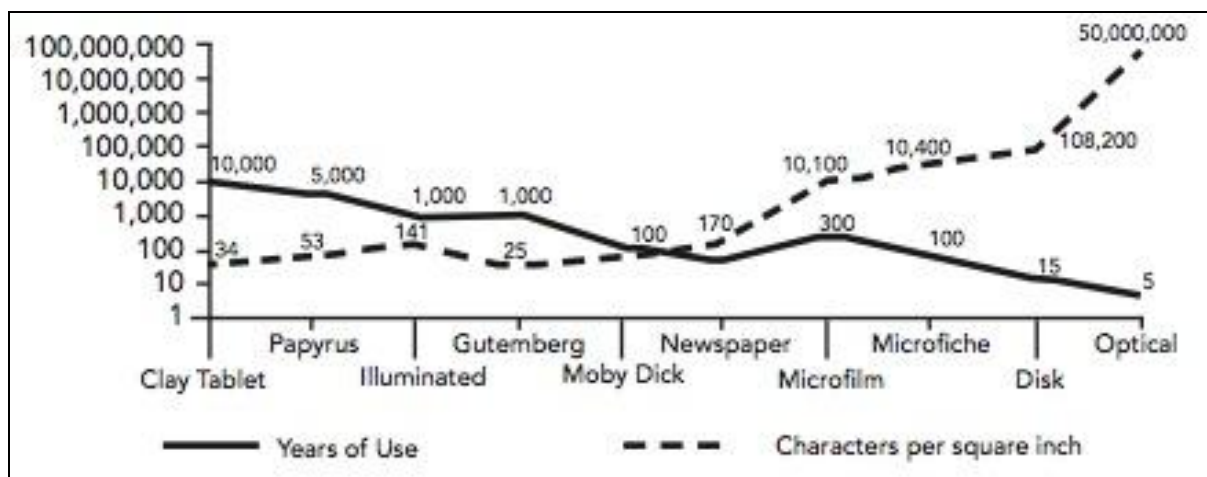
informativa de nossa sociedade global aspecto delicado aos estudos da ciência da informação e da memória em seus aspectos interdisciplinares.

O avanço tecnológico nos impele a acreditar ser possível que nossas informações não sejam mais perdidas por completo. Uma vez que as mediações produzidas pelo homem o auxiliaram cada vez mais neste empenho, o poder de jamais perder, apagar ou esquecer algo parece mais próximo de todos. Contamos com uma memória mediada pelos objetos, pelas coisas que, não apenas atribuímos significado e correlação aos eventos passados, agem como uma mídia. De fotografias e fitas K-7 à DVDs, compact discs ou pen-drives, entre tantos outros objetos, estamos a testemunhar o surgimento de uma “nova materialidade da memória” (VAN DIJCK, 2007, p. 47), mais “plástica” e paradoxalmente mais fácil de perdermos seu acesso. Contudo, é fato que grande parte dos dados e informações que julgamos apagados da rede, não está completamente perdida no ciberespaço. Mas e o movimento inverso? Seria um truísmo crer na possibilidade de se armazenar e recuperar toda a informação produzida no ciberespaço?

Segundo Dery (1998) a cibercultura teria se aproximando de sua “velocidade de escape”. Algo como quando uma nave espacial, devido a sua crescente velocidade, rompe o campo gravitacional da terra; poderíamos também romper com os limites de nosso mundo real; chegando ao ponto de sermos capazes de armazenar tudo, de recuperarmos todas as informações e dados sobre o que produzimos no ciberespaço? Os tópicos a seguir buscarão contribuir para a formulação de uma resposta a este questionamento.

Assim como quaisquer suportes informacionais criados pelo homem, as plataformas eletrônicas da rede mundial de computadores também se tornaram “lugares de informação” (JARDIM, 1998), uma vez que é por meio da própria world wide web que a organização e transferência da informação se torna possível; além de um espaço de registro de saberes e do conhecimento do homem contemporâneo. Seus suportes eletrônicos, digitais, transformaram “as capacidades de transmissão e armazenamento” (JORENTE, 2012, p. 163) enquanto diminuiu drasticamente sua perenidade frente ao tempo.

FIGURA 1: O dilema das mídias (suportes) modernas.



Fonte: Conway (1996).

Há, nitidamente, uma aceleração quanto à intenção/desejo do registro. Segundo Flusser (2010, p. 69), com a revolução informacional as pessoas estariam desenvolvendo em paralelo à escrita alfabética uma escrita através do código binário. Ou seja, a escrita para a comunicação permanece a mesma enquanto silenciosamente no tocante às formas e sistemas responsáveis pelo registro, recuperação e circulação da informação nos meios eletrônicos e digitais ela dá lugar ao binarismo característico dos programas, prescrições, que compõem as linguagens computacionais, permitindo o armazenamento, a recuperação e a transferência da informação.

Com efeito, se tal fato acelera, na mesma medida que se expande, exponencialmente as capacidades informativas dos suportes informacionais atuais, por outro lado, extingue a durabilidade ou a vida útil dos mesmos conforme vemos em Conway (1996). E este conflito afeta a relação humana com o passado e com sua memória. Retomamos Flusser (2010, p. 32-33), ao reiterar que passamos do aspecto monumental das inscrições antigas, desferidas contra um suporte material duro, para o aspecto documental das sobrescrições, riscadas, impressas ou desenhadas em um suporte cuja transmissão ao leitor é o foco central; e agora testemunhamos os fenômenos marcados pelo aspecto eletrônico, cuja compreensão se dá apenas pela via da eletrônica e da programação matemática, retirando do próprio homem a capacidade de interpretação daquilo que se torna fulcral para a produção e transmissão da informação na atualidade: os dados. Dados que sem a tecnologia capaz de sintetizá-los, de lê-los, de intermediá-los ao homem, se apagarão em velocidade muito maior que qualquer papiro consumido pelo fogo. Esta nova forma de registro, de produção de informações marca não somente a nossa era digital, mas a própria fundação da sociedade da informação na segunda metade do século XX.

Sabemos que a intenção do registro é comumente o foco quando nos questionamos sobre os motivos e objetivos por trás das diferentes formas de expressão do homem em sociedade. Cartas, livros, fotos, pinturas; palavras de ordem em muros, folhetins e demais periódicos, mesmo alternativos; entrevistas de todo o tipo. Mas também os fóruns, blogs, sítios eletrônicos de toda sorte e plataformas eletrônicas da web 2.0 são igualmente formas de mediação da comunicação entre indivíduos e grupos que atendem a um dado regime de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

O ato de registrar representa *grosso modo* uma ação na qual utilizamos de algum meio para inserirmos determinada informação em um dado suporte. Não importando a tecnologia empregada, todo registro deixa traços de sua existência. O assentamento das atividades humanas em sociedade não apenas informam aos seus contemporâneos, como podem ser de extrema importância para o conhecimento futuro. E é nesse ponto que o papel da tecnologia em nossa cultura contemporânea é indelével.

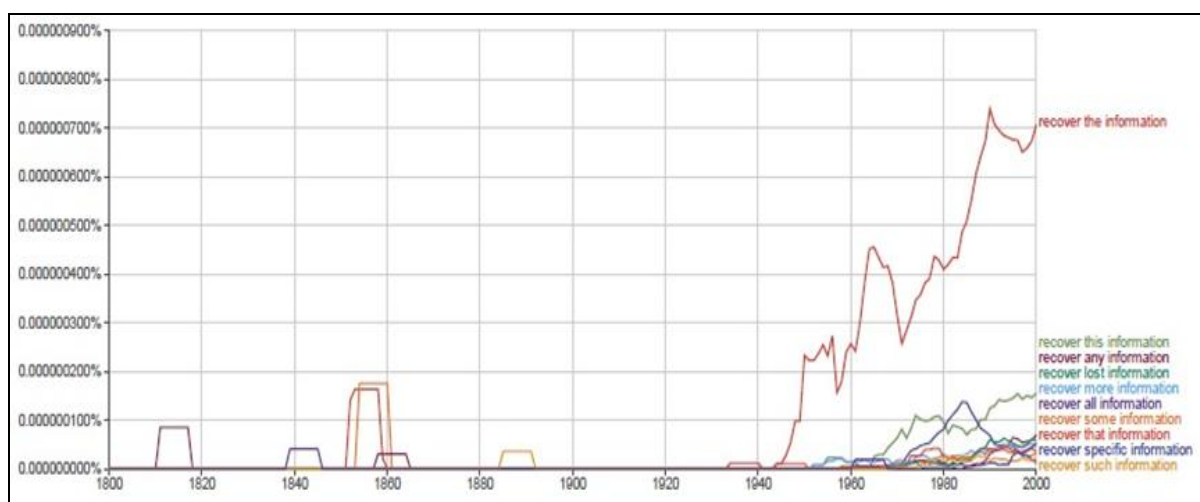
Sejam em papéis, documentos legalmente reconhecidos por instituições como cartórios e tribunais; seja em um disco rígido cujo acesso torna-se possível pela mediação do computador; as formas de registro de informações são diversas. Um grafite em um muro da cidade, uma intervenção artística em um local inusitado ou um sítio eletrônico são todas formas de registro e, portanto, meios de comunicar-se em a sociedade. Expressões de uma memória cultural (ASSMANN, 2011, p. 17) a qual sua exterioridade marca o aspecto por vezes institucional e por outras, tecnológico dependente; onde a memória a ser utilizada pela sociedade, necessita de meios capazes de depositá-la, circulá-la e recuperá-la. De fato, todos estes meios de expressão e impressão do conhecimento traduzem-se pela tecnicidade utilizada enquanto produção social; capaz de influenciar o próprio lugar da cultura na sociedade contemporânea (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54).

O registro da informação, não importando qual seja sua forma, é etapa prévia necessária à recuperação da informação. E, como vimos no gráfico proposto por Conway (1996), o aumento dos suportes informacionais e de suas capacidades denota o interesse, ou urgência, em se lidar com um volume informacional cada vez maior. É igualmente notória que, junte-se a esta dinâmica a crescente necessidade pela gestão da informação, a recuperação é condição *sine qua non* para tal realização.

De fato, todo registro provê em seu ato, a possibilidade da recuperação. Recuperar informação tornou-se uma questão de crescente interesse e urgência na própria produção literária e científica contemporânea. E podemos averiguar isso ao constatar pela ferramenta *Ngram Viewer*, do *Google*, a incidência dos termos “*recover*” e “*information*” junto às suas

variáveis gramaticais e verbais no universo de livros e publicações indexadas e digitalizadas pelo projeto *Google Books*. No gráfico é possível perceber que desde meados dos anos 1940, coincidindo com o final da segunda guerra mundial, a recuperação da informação, em termos gerais, torna-se assunto, tema ou ação comum e crescente na produção bibliográfica humana coberta pelo projeto *Google Books*.

FIGURA 2: Gráfico gerado, em 29 de maio de 2014, pelo *Google Books Ngram Viewer* a partir dos termos “recover” e “information”.

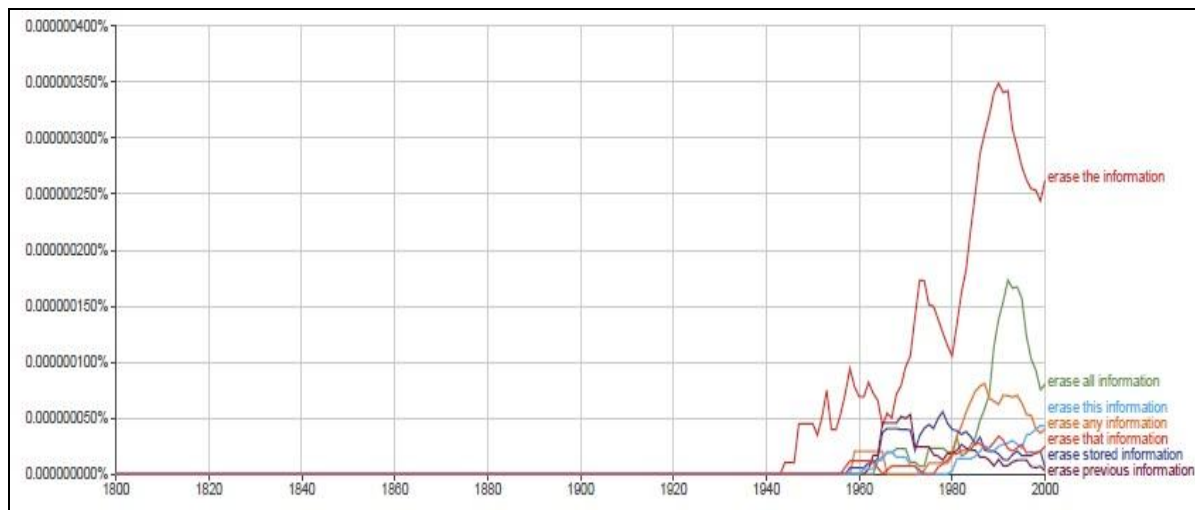


Fonte: *Google Books Ngram Viewer*. Disponível em <<https://books.google.com/ngrams>>. Acesso em 29 mai. 2014.

É nítido pelo gráfico da figura 2 que no pós-segunda guerra mundial a recuperação da informação tornou-se tema de interesse e necessidade para a ciência, como destacado em Oliveira (2005, p. 14), e para o cenário político mundial; tornando premente o desenvolvimento de uma área transversal, interdisciplinar, cujo nome seria conhecido posteriormente como Ciência da Informação (NACIONAL SCIENCE FOUNDATION, 1961, 1962). O que não esteve claro até o momento é o aspecto relacional possível de ser percebido quando mudamos o termo de busca para o de “apagamento da informação”, conforme abaixo (figura 3); percebe-se que este acompanhou razoavelmente a produção sobre “recuperação” na mesma base bibliográfica.

A urgência em se recuperar respondia a demanda em se apagar, suprimir ou em se manter em segredo a informação. Demanda esta já conhecida das relações de poder implícitas à dinâmica pública produtora de informação e de memória, segundo Almino (1986). E que evidenciam o pano de fundo relacional entre o homem e sua memória em cenários do conhecimento diversos a partir da segunda metade do século XX.

FIGURA 3: Gráfico gerado, em 29 de maio de 2014, pelo *Google Books Ngram Viewer* a partir dos termos “*erase*” e “*information*”.



Fonte: *Google Books Ngram Viewer*. Disponível em <<https://books.google.com/ngrams>>. Acesso em 29 mai. 2014.

Mais do que isso, é evidente que a recuperação da informação, somente possível pelo desenvolvimento de “sistemas automatizados (...) que começaram a surgir em meio ao boom informacional presente após a segunda guerra mundial” (RUSSO, 2010, p. 49), empreendida pelo crescimento da ameaça de perda da mesma, foi um dos pilares fundamentais para o que mais tarde tornar-se-ia “ciência da informação”. Sua importância, juntamente com a documentação, se deve ao fato de consolidar alguns dos aspectos da base fundamental da ciência da informação (C.I.). E ainda hoje, quando nos remetemos aos fenômenos socioeconômicos, culturais e políticos atuais da internet e do ciberespaço; mais precisamente aqueles concernentes à própria gestão da informação produzida na própria *web* e por ela circulante, não escapamos às mesmas preocupações fundamentais que erigiram o campo estudos, debates e pesquisas da C.I.

Quanto ao ato de documentar, parece possível afirmar que este ganhou, no século XXI, novos contornos extremamente permeáveis em decorrência da tecnologia que o suporta. E o maior avanço não está no hardware, mas sim no software. Ou seja, não é ditado pelos *datacenters* cada vez maiores, ou pelos computadores pessoais cada vez menores e mais velozes; mas sim pela programação, pela potência conectora e processadora de dados e informações que acabam por demandar máquinas mais velozes e capacidades de estocagem maiores em espaços menores.

O futuro da memória na era digital passará pela capacidade de mediação dos registros, informações e dados, por nós e sobre nós produzidos; e sua respectiva circulação. Mediação esta tangível pela tecnologia que parece intermediar cada vez mais nossos recursos mnemônicos, do individual ao coletivo. O fato é que transformamos em informação nossas memórias para melhor guardá-las do esquecimento; damos a elas forma com o objetivo de melhor recuperá-las de pronto. Sistemas, *hardwares* e demais estruturas físicas ou virtuais têm comumente servido como uma espécie de “prótese” ao desejo de manter vivos depoimentos, imagens, discursos, experiências. Segundo Robin (2003, p. 19), parte de uma saturação ascendente, característica de nosso mundo virtual.

Nos últimos dez anos muito da computação se desenvolveu, ainda mais a partir da chamada computação em nuvem. Novas questões a serem respondidas tomaram a cena em meio a dois desafios fundamentais. O primeiro diz respeito ao papel da memória no âmbito da sociedade da informação presente e futura (PIMENTA, 2013b). O segundo trata de refletir sobre as dificuldades de se manter o recurso e o espaço digital de forma a propiciar um real acesso e conseqüente recuperação da informação no ambiente eletrônico; do ciberespaço enquanto parte de um espaço público.

Sabemos que neste conjunto de dinâmicas muitas informações se perdem, sem dúvida, promovendo lacunas a qualquer memória que delas dependam. Neste interim, não é coincidência que a experiência de projetos como o *Internet Archive* tenha ganhado mais e mais visibilidade, uma vez que as páginas eletrônicas se tornarão os documentos preciosos do futuro; os objetos de uma “arqueologia digital” possível (ROGERS, 2013).

Toda esta tecnologia não poderia ser estéril às formas como lidamos com nosso passado e como intentamos representa-lo no presente. Afinal, se nossas memórias tem se tornado cada vez mais midiáticas (VAN DIJCK, 2007), graças a um conjunto de objetos e tecnologias mediadoras à nossa memória, é fato que nossa cultura também passa por um amplo movimento de autodescoberta, marcado por novas formas e dinâmicas comunicacionais e informacionais. *Grosso modo* nossa cultura informacional, responsável pela produção de conhecimento, tem reconhecido ingenuamente os motores de busca como uma forma plena e suficiente de se obter acesso à informação sem, com isso, ponderar mais profundamente sobre o que se mantém de fora do rol de opções disponíveis.

Há diversos motores de busca disponíveis na *world wide web*: *Google*, *Yahoo*, *Sapo*, *Bing* – antigo *MSN* –, *Ask*, entre outros. Mesmo o maior motor de busca da atualidade, o *Google* – que em 2005 indexava 68,2% da web – ainda não possui condições de indexar todo o conteúdo da rede mundial (GULLI; SIGNORINI, 2005). Dessa forma, se a limitação do

conteúdo disponível na web é um fato, também o é a impossibilidade de preservação de toda a informação, ou de uma memória digital total de todo o ciberespaço. Com efeito, também se torna limitada e insuficiente a indexação realizada por meio de diferentes motores de busca e suas respectivas plataformas.

### **3 ACESSO À INFORMAÇÃO NA WEB: SELETIVIDADE COMO OBSTÁCULO À UTOPIA DE ACUMULO E RECUPERAÇÃO DE TUDO.**

Vimos acima que o acesso à informação na rede mundial de computadores é, portanto, limitado, em primeira instância, ao conteúdo daquilo que se escolhe indexar para disponibilizar na própria web. É igualmente sabido que os motivos que norteiam tal seletividade são diversos; e que a diversificação dos suportes de informação na sociedade contemporânea, por meio do investimento e desenvolvimento da tecnologia, são igualmente expressões de uma sociedade e sua cultura em amplo movimento. Não obstante, tais mudanças interferem na forma como concebemos e legitimamos nossas memórias coletivas e individuais, pois as maneiras pelas quais nos tornamos capazes de registrar, salvar e compartilhar esta ou aquela experiência, ao passo que se aceleraram e se diversificaram entre mídias e formatos variados, tornaram-se múltiplas em um mundo interconectado.

Com efeito, os crescentes meios de produção e propagação da informação no âmbito da era digital afetarão as maneiras de se compreender e representar o passado; influenciando não somente o conhecimento produzido como a memória em constante construção. (PIMENTA, 2013b, p. 148).

Há, portanto, uma via de mão dupla que torna capaz a promoção do acesso à informação tanto quanto é capaz de atomizar mais e mais referências e fontes de maneira a levar-nos todos à extrema dificuldade em se organizar e partilhar um volume de informação jamais visto e que se apresenta cada vez maior à medida que o conhecimento científico e a tecnologia desenvolvem-se juntamente com suas respectivas indústrias.

Tais desafios já foram expostos por Bush (1945) há pouco mais de setenta anos, ao apontar que as formas de registro realizadas na sociedade de meados do século XX já vinham encontrando grandes mudanças pelo avanço tecnológico e que tais transformações não implicavam apenas nas formas de se produzir e registrar informação, mas sim no desafio de se recuperar tais registros. Bush estava certo no tocante a sua análise. Assim como esteve correto Saracevic (1992; 1996) ao destacar o papel da dimensão tecnológica nas subjetividades da cultura contemporânea. E por meio dela que *lato sensu* acredita-se ser possível vencer a total e irremediável perda da informação já que aparentemente “tudo” está na rede. Qual a necessidade de lembrar, de construir e imaginar dada experiência pretérita, se podemos recuperar? Os próximos estudos sobre a memória na era digital precisarão lidar com um



possível fato, não exposto por Saracevic, de que a dimensão tecnológica na cultura contemporânea talvez possa vir a “fagocitar” a dimensão subjetiva interferindo drasticamente na forma como nos relacionamos com a memória.

Sabemos que produzir conteúdo na internet é hoje uma prática ordinária tanto de indivíduos como de instituições. Ainda assim, é importante frisar que a informação “digital” ou “digitalizada” não está isenta do apagamento. Crer na perenidade da informação em meio digital seria um risco grande uma vez que a obsolescência tecnológica (PALHARES, 2011) é uma constante na contemporaneidade.

Segundo Garcia (2008), o papel ainda é um suporte possivelmente mais seguro e de vida mais longa para se registrar uma informação. Recuperá-la, pois, requer apenas o acesso à prateleira, ou às pastas onde estão acondicionadas. Nas mídias eletrônicas, quedas ou oscilações da rede elétrica podem comprometer o suporte. Mudanças constantes de tecnologia sugerem um constante investimento na renovação e atualização de máquinas e sistemas. Recuperar a informação *a priori* parece ser mais “seguro” quando tratamos de suportes de papel e prateleiras repletas de pastas. Pelo menos quando a obsolescência tecnológica é a único desafio. Mas poderíamos falar de uma “obsolescência social” do suporte ou plataforma informacional utilizada? Ou seja, de seu esgotamento enquanto espaço e instrumento social, levando conseqüentemente a não atualização tecnológica de sua tecnologia? Ao deixar de atualizar e, portanto, investir economicamente em determinado sistema, ou plataforma, não estaríamos entregando ele mesmo “às margens do rio *Lethe*”<sup>28</sup> (WEINRINCH, 2001) de nossa cultura digital?

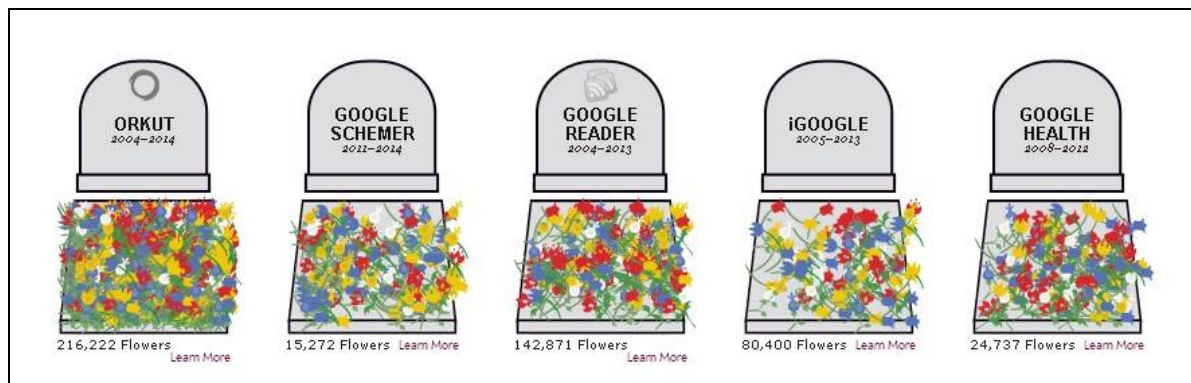
#### **4 A “DESORKUTIZAÇÃO” COMO FENÔMENO DO APAGAMENTO DA INFORMAÇÃO NA *WORLD WIDE WEB*.**

Recentemente o *Google* anunciou o fim do *Orkut*, uma das principais redes sociais na primeira metade dos anos 2000 e, conseqüentemente, o apagamento de toda informação dos milhões de perfis dos seus usuários. Já em relação às comunidades públicas do *Orkut*, estas serão preservadas em um arquivo eletrônico digital em seu conteúdo textual, gráfico e imagético (ROCHA, 2014). Apesar de ser um manancial fértil para futuras pesquisas na área da história digital (PIMENTA, 2013b), por exemplo, parece não haver garantias de que tal arquivo estará disponível permanentemente e se o mesmo será amplamente acessado.

---

<sup>28</sup> Da mitologia grega, o rio *Lethe*, ou *Lete*, é um dos cinco rios do *Hades*. Suas águas causavam o total esquecimento a aquele delas bebesse ou se banhasse.

FIGURA 4: Imagem do cemitério virtual de produtos do *Google* que foram “descontinuados”, criado por uma revista digital americana.



Fonte: (KIRK; BRADY, 2014).

Tal evento é de interesse para a ciência da informação uma vez que a própria web pode ser vista como um complexo sistema de informação e de sua mediação entre atores/usuários/produtores diversos. Com efeito, se a ciência da informação é parte inerente da própria experiência do homem em buscar compreender os papéis atribuídos ao seu conhecimento e às formas de registros do mesmo ao longo do tempo (WERSIG, 1993), a reflexão sobre os fenômenos relacionados ao ciberespaço e as suas formas de produção, registro, circulação e apagamento da informação nada mais são que etapas sequentes e necessárias a serem debatidas pelo campo.

Neste sentido, consideramos que o tema sobre o apagamento da informação é sensível, uma vez que o ato de “apagar” significaria justamente, impossibilitar a ação da recuperação da informação; uma das razões de ser da ciência da informação (SARACEVIC, 1992).

Tal aspecto “sensível” se torna mais ainda premente quando nos indagamos sobre os motivos que levam uma rede mundialmente reconhecida como o Orkut à “morte”, além de suas possíveis consequências.

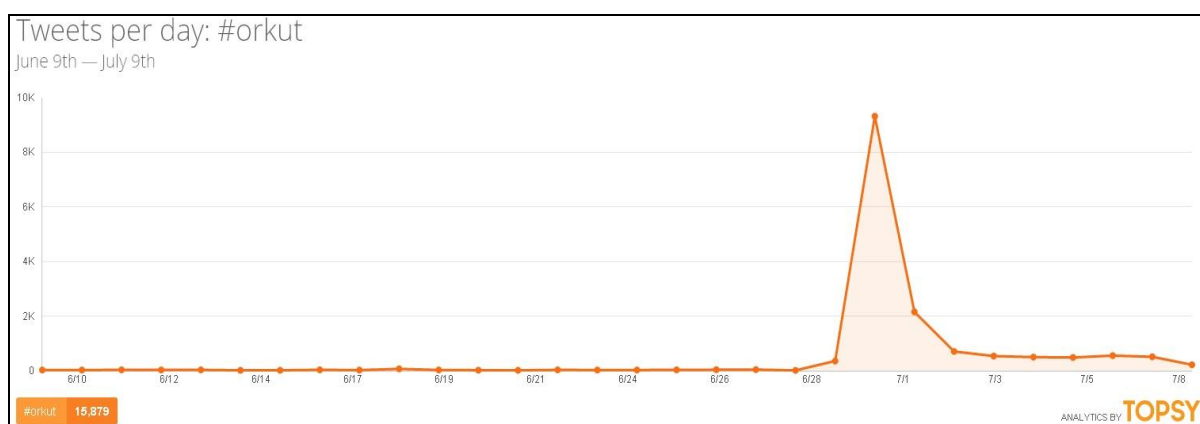
Até aqui, uma possível resposta parece relacionar-se ao status do conteúdo destes *websites* e redes sociais. Enquanto alguém provê conteúdo, a rede social permanece viva (ROGERS, 2013, p. 61). Se não há conteúdo a ser atualizado, posto, a rede está inabitada e estática. Inerte e sem vida assim como a velha cidade de Flint, em Michigan, nos Estados Unidos da América, documentada e retratada no filme “Roger e eu” (MOORE, 1999). Repleta de imóveis residenciais, industriais e comerciais, Flint tornou-se uma espécie de “cidade fantasma”. Sem habitantes; sem vida. Deixou de ser um espaço de sociabilidade e interação política, econômica e cultural. O que muda é a permanência de seus habitantes. No caso da rede social *Orkut*, guardada as devidas proporções, podemos afirmar que a “obsolescência

social”, que cunhamos acima, tornou-a gradativamente menos “viva” na web, levando-a à outra forma de obsolescência que é a perceptiva. Onde apesar da funcionalidade e utilidade preservadas de algum produto, seus usuários tendem a preferir versões mais atualizadas e com algum grau de inovação ainda que mínimo. Tal fenômeno é comumente percebido no campo da moda, mas já é claramente legitimado pela cibercultura contemporânea.

Neste escopo, é possível afirmar que um número significativo de usuários do *Orkut* abandonou seu espaço de produção e circulação de informações, de conteúdo, e cessaram a interação, o convívio, naquele lugar virtual uma vez que possivelmente adotaram outras plataformas de interação. Em 2013 ele já perdia a terceira posição no ranking brasileiro de popularidade em redes sociais (AGUILHAR, 2013). Ranking onde por muito tempo ocupou o primeiro lugar.

Retomando a análise sobre o anunciado fim das atividades do *Orkut*, cabe sabermos o que ocorrerá com o volume informacional produzido durante todos os anos de existência da rede. A própria especulação sobre o destino daquela rede social no ciberespaço parece ressignificar o estatuto das informações ali contidas e que até então pareciam mais esquecidas que nunca. Entre os meses de junho e julho de 2014, período no qual o anúncio da descontinuidade do *Orkut* foi veiculado pelo *Google*, é possível visualizar um aumento significativo do termo “#orkut” na rede social *twitter*, como assunto. Utilizamos a ferramenta gratuita de busca e análise em redes sociais, *Topsy*. Ao lançar o termo “#orkut” no motor de busca da referida ferramenta.

FIGURA 5: Gráfico aponta aumento de *tweets* e *retweets* sobre o *Orkut* após a notícia (30 de junho) de seu desligamento pelo *Google*.



Fonte: TOPSY, *real-time search engine*. Disponível em <<http://topsy.com/>>. Acesso 09 jul. 2014.

O gráfico logo acima é importante para se pensar o papel da memória na era digital, pois é informação necessária às compreensões presentes e futuras sobre a própria história da interação humana via redes sociais de plataformas digitais. O *Orkut* foi um dos grandes precursores que marcaram esta experiência e, portanto, parte de uma memória coletiva em escala global. A notícia de seu fim gerou um pico no gráfico acima, correspondente aos *retweets*, por representar um “lugar comum” na inter-relação de milhões de jovens e adultos nos últimos anos.

Nesse sentido, o *Orkut* representa uma das formas de exterioridade da memória por ser ele próprio um suporte, uma mediação, um repositório que desde o dia 30 de junho teve sua morte anunciada. Seu uso, e os registros nela criados, no entanto, devem ser alvo de próximos questionamentos e constantes reflexões para que não sejamos vítimas de certa ingenuidade de que o acesso a tudo e a reprodução indiscriminada de fontes, dados, documentos, informações em nuvem poderá garantir a perenidade de uma dada informação e da memória no futuro.

O que se sabe é que esta memória será preservada até a próxima atualização de sistema operacional, ou até o próximo movimento das grandes empresas de tecnologia, que vem formando verdadeiras corporações de dados, quando se descobrirá um *bug* inesperado ou simplesmente a desativação de uma dada conta. No gráfico acima o *tweet* de maior compartilhamento, no dia 30 de junho de 2014, é o de uma agência de notícias indiana com a mensagem “E agora? Como vou dizer para os meus filhos como conheci a mãe deles?”.<sup>29</sup> O *tweet* diz respeito ao anuncio de encerramento das atividades do *Orkut* e mostra uma relação das melhores reações de usuários do *Twitter* sobre o caso.

Embora a notícia seja tratada com humor pelo referido sítio eletrônico e por seus seguidores na rede social *Twitter*, é fato que aquilo que é produzido já digital acaba por se tornar completamente dependente de uma tecnologia, de sua gestão, e atualização mais intensa.

Quando o assunto trata da preservação da memória por meio de suportes digitais e mesmo, de uma política instituída de preservação daquilo que se produz já em meio eletrônico, é notório que as instituições responsáveis pela informação digital produzida e armazenada em seus servidores precisam encontrar de forma factível os meios de gerar em seu espaço próprio o conhecimento necessário e desejável para manter-se um determinado legado (HEYMANN, 2009) dessa mesma informação.

---

<sup>29</sup> Tradução livre do autor. Extraído de “*how will I tell my kids how I met their mother now?*” (IBN Live, 2014).

O caso do *Orkut* é significativo, pois o anúncio de suspensão das atividades na referida plataforma nos convida a pensar sobre o grande volume de registros realizados naquela rede social e seu risco de apagamento. Será este processo parte de uma “destruição criativa” (BURKE, 2012 *apud* SCHUMPETER, 1978)? Necessária ou banal? Reside aí o problema a se inferir nos estudos sobre os papéis da memória frente à “paisagem” de excesso informacional de nossa era digital.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DEFININDO PERCURSOS FUTUROS AO PROJETO EM CURSO

Ao longo deste artigo, discorreremos de maneira sintética sobre o papel da recuperação e do apagamento da informação no ciberespaço tendo como foco os possíveis desdobramentos para as políticas de memória, e mesmo dos debates recentes acerca do “direito ao esquecimento”, como parâmetro da cultura informacional da sociedade global (BOUTANG, 2011).

O caso do término anunciado do *Orkut* apresenta um recorte claramente perceptível do campo, mais extenso e heterogêneo, da pesquisa em andamento. De fato, diariamente encontramos notícias, postagens e *tweets* nas redes sociais, análises e toda sorte de registros na web sobre a temática da memória e do esquecimento associada à informação no ciberespaço.

Recuperação e apagamento da informação são temas fulcrais à ciência da informação, mas este artigo busca alertar que este debate não deve ser realizado sem ter em conta o aspecto da memória enquanto aspecto duplo: o de deflagrador e até mesmo consequência das ações impetradas na recuperação e no apagamento da informação no ambiente virtual.

## REFERENCIAS

AGUILHAR, L. Orkut perde posto de 3º rede social mais popular. **O Estado de São Paulo**. Caderno Link [versão on-line] Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/link/orkut-perde-posto-de-3a-rede-social-mais-popular/>>. Acesso em 26 jul. 2014.

ALMINO, J. **O Segredo e a informação: ética e política no espaço público**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ASSMANN, J. Communicative and Cultural Memory. In: MEUSBURGER, P.; HEFFERNAN, M.; WUNDER, E. (Eds.) **The Geographical Point of View**. Series: Knowledge and Space, Vol. 4, 1º ed. Dordrecht: Springer, 2011.

BOUTANG, Y. M. Wikipolítica e economia das abelhas. Informação, poder e política em uma sociedade digital. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento II: da enciclopédia à Wikipédia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2012.

BUSH, V. As we may think. **The Atlantic Monthly**. 01 de Julho 1945. 112-124. Disponível em <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>>. Acesso em 04 fevereiro 2014.

CONWAY, P. **Preservation in the digital world**. Washington: Commission on Preservation and Access - CPA, 1996. Disponível em <<http://www.clir.org/pubs/reports/reports/conway2/index.html>>. Acesso em 21 jul. 2014.

FLUSSER, V. **A escrita: há futuro para a escrita?** São Paulo: Annablume, 2010.

GARCIA, J. C. R. Gestão e tecnologia da informação: desafios do profissional da informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, vol. 9, nº 5, outubro de 2008. Disponível em <[http://www.dgz.org.br/out08/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/out08/Art_01.htm)>. Acesso em 20 fevereiro, 2014.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, 2012.

DERY, Mark. **Velocidad de escape: la cibercultura en el final del siglo**. Trad. Ramón Montoya Vozmediano. Madri: Siruela, 1998.

GULLI, A.; SIGNORINI, A. The indexable web is more than 11.5 billion pages. *Special interest tracks and posters of the 14th international conference on World Wide Web (WWW '05)*. ACM, New York: 2005. pp. 902-903. Disponível em <[http://www.di.unipi.it/~gulli/papers/f692\\_gulli\\_signorini.pdf](http://www.di.unipi.it/~gulli/papers/f692_gulli_signorini.pdf)>. Acesso em 12 dezembro 2013.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. Vol.2. Trad. Flávio Beno Siebeneichler, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HAYLES, N. Katherine. **How we think: digital media and contemporary technogenesis**. Chicago, USA: University Chicago Press, 2012.

HEYMANN, L. Q. Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos. In: **VIII Reunião de Antropologia do Mercosul**. GT 33 – processos de patrimonialização da cultura do mundo contemporâneo. Buenos Aires: 29 de setembro a 09 de outubro de 2009.

IBN Live. **How will I tell my kids how I met their mother now?** 2014. Disponível em <<http://ibnlive.in.com/news/how-will-i-tell-my-kids-how-i-met-their-mother-now-the-best-twitter-reactions-to-orkut-shutting-down/482968-79.html>>. Acesso 27 jul. 2014.

JARDIM, J. M. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990 - 1995). **Ciência da Informação**. v. 27, n.3, Brasília: 1998.

JORENTE, M. J. V. **Ciência da informação: mídias e convergência de linguagens na Web**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidade, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis. (org.) **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MCLUHAN, M. **Understanding media: the extensions of man**. [Edited by W. Terrence Gordon – Critical Ed.] Berkeley, CA: Gingko Press, 2011.

MONTEIRO, S. D. O Ciberespaço: o termo, a definição e o conceito. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**. v.8, n.3, junho de 2007. Disponível em <[http://www.dgz.org.br/jun07/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/jun07/Art_03.htm)>. Acesso em 08 nov. 2013.

MOURA, M. A. Cultura informacional, redes sociais e lideranças comunitárias: uma parceria necessária. In: \_\_\_\_\_. (org.) **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2011. Disponível em: <<https://www3.ufmg.br/proex/cpinfo/cultura/>>. Acesso em: 18 de fevereiro, 2013.

NATIONAL SCIENCE FOUNDATION. Science Information specialists. **Proceedings of the Conference on Training Science Information specialists**, 1961, october, 1962, april, 12-13. Atlanta: Georgia Institute of Technology, 1961, 1962.

OLIVEIRA, M. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PALHARES, I. O consumo de tecnologia no rastro da aceleração da obsolescência. **Com Ciência**, Campinas, n. 131, 2011. Disponível em <[http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151976542011000700003&lng=en&nrm=iso](http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151976542011000700003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 23, fevereiro, 2014.

PIMENTA, R. M. Big Data e controle da informação na era digital: tecnogênese de uma memória a serviço do mercado e do Estado. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. v.6, nº 2, 2013a. Disponível em <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/117/159>>. Acesso em 29 ago. 2014.

PIMENTA, R. M. O futuro do passado: desafios entre informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, S. (org.) **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: IBICT, 2013b. Disponível em <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1020>>. Acesso em 02 fev. 2014.

ROBIN, R. **La mémoire saturée**. Paris: Stock/Un ordre d'idées, 2003.

ROCHA, C. Google anuncia fim do Orkut. **O Estado de São Paulo**. Coluna Link: notícias de tecnologia. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/link/google-anuncia-fim-do-orkut/>>. Acesso em 07 jul. 2014.

ROGERS, R. **Digital Methods**. Cambridge: MIT Press, 2013.

RUSSO, M. **Fundamentos em biblioteconomia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SARACEVIC, T. Information science: origen, evolution and relations. In: VAKKARI, P., CRONIN, B. (eds.) **Conceptions of Library and Information Science. Proceedings of the COLIS Conference Tampère**, 1991. Los Angeles, Taylor Graham, 1992. p. 5-27.

\_\_\_\_\_. Relevance reconsidered. Information science: Integration in perspective. In P. Ingwersen & N.O. Pors (eds.). **Proceedings of Second International Conference on Conceptions of Library and Information Science (CoLIS)**. Copenhagen: The Royal School of Librarianship, 1996.

SCHUMPETER, J. **The theory of economic development**. Oxford: Oxford University Press, 1978.

KIRK, C.; BRADY, H. The Google graveyard: leave a flower for a deceased Google product. **SLATE**. Disponível em [http://www.slate.com/articles/technology/map\\_of\\_the\\_week/2013/03/google\\_reader\\_joins\\_graveyard\\_of\\_dead\\_google\\_products.html](http://www.slate.com/articles/technology/map_of_the_week/2013/03/google_reader_joins_graveyard_of_dead_google_products.html). Acesso em 06 jul. 2014.

VAN DIJCK, J. **Mediated memories: in the digital future**. Stanford, California: Stanford University Press, 2007.

YATES, F. A. **A arte da memória**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2007.

WEINRICH, H. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**. vol. 29, p. 229-239, mar. 1993. Oxford, UK.



## MEMÓRIA E CULTURA MATERIAL: OBJETOS, PALAVRAS E REPRESENTAÇÕES<sup>30</sup>

*MEMORY AND MATERIAL CULTURE: OBJECTS, WORDS AND REPRESENTATIONS*

Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro  
 Carlos Xavier Azevedo Netto  
 Ana Beatriz Soares Cascardo

**Resumo:** O texto aborda a relação entre cultura material e transmissão da memória, destacando questões relacionadas a entidades verbais e não-verbais em diferentes domínios, particularmente nas práticas de documentação. Cita estudos de cultura material que tratam da relação entre construção cultural, memória e esquecimento, práticas de transmissão de objetos para futuras gerações e relação entre objetos e memórias. Discute a distinção entre entidades verbais e não-verbais, ressaltando a tradução de entidades não-verbais em sistemas de recuperação de informação (basicamente verbais). Reflete sobre a adequação ou inadequação das palavras para transmitir experiências, particularmente memórias. Aponta questões relacionadas à indexação de objetos e à possibilidade ou impossibilidade de lhes atribuir assuntos e traduzi-los em palavras-chave. Discorre sobre a linguagem utilizada na descrição de objetos em sistemas de informação, confrontando-a com descrições poéticas e científicas.

**Palavras-chave:** Cultura Material. Memória. Objeto. Documentação.

**Abstract:** This paper addresses the relation between material culture and memory transmission, highlighting questions related to verbal and non-verbal entities in different domains, particularly in documentation practices. Mentions material culture studies that investigate the connection between cultural construction, memory and forgetting, practices of transmission of objects to future generations and the relation between objects and memory. Discusses the distinction between verbal and non-verbal entities, emphasizing the translation of non-verbal entities into information retrieval systems (basically verbal). Reflects on the adequacy or inadequacy of words to convey experiences, particularly memories. Raises issues related to the indexing of objects, and the possibility or impossibility of assigning them subjects and translate them into keywords. Discusses the language used for describing objects in information systems, comparing it with poetic and scientific descriptions.

**Keywords:** Material Culture. Memory. Object. Documentation.

### 1 INTRODUÇÃO

Em um influente livro intitulado “*How societies remember*”, Paul Connerton (1989, p. 39) afirma que “estudar a formação social da memória é estudar aqueles atos de transferência que tornam possível a lembrança em comum”.

O autor aborda os experimentos sobre memória individual realizados pela Psicologia Experimental (parte de um empreendimento científico que buscou compreender o cérebro como um sistema capaz de selecionar organizar, estocar e recuperar informação), enfatizando o uso de materiais pertencentes a dois principais grupos: verbais e não-verbais. Os primeiros

---

<sup>30</sup> Para a realização deste trabalho os autores receberam o apoio do CNPq.

incluíam séries de substantivos, adjetivos, verbos, narrativas, poesias e outros textos literários, e os últimos incluíam formas geométricas, desenhos, pinturas e fotografias de pessoas, cenas e objetos. A descrição e classificação desses materiais colocavam os sujeitos em situações experimentais esvaziadas, na medida do possível, de conteúdos culturais específicos. Ao reconhecer que memórias individuais variam em diferentes contextos culturais e que o código semântico – chave para as operações da memória – é adquirido na infância e coletivamente compartilhado, a Psicologia Experimental admitiria a aplicação de seus resultados em diferentes domínios. (CONNERTON, 1989, p. 27-28)

Este texto nasce das inquietações trazidas pela leitura do livro de Connerton, que trouxeram à tona duas grandes questões, tratadas nos tópicos que se seguem: a primeira refere-se à relação entre cultura material e transmissão da memória, enquanto a segunda aponta para questões relacionadas a entidades verbais e não-verbais em diferentes domínios, particularmente nas práticas de documentação.

## **2 CULTURA MATERIAL, CONSTRUÇÃO E TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA**

Inúmeros estudos de cultura material vêm abordando a relação entre construção cultural, memória e esquecimento, processos em constante devir (cf. MILLER, 2013). Tais estudos ressaltam a forma como um mundo de coisas herdadas e transmitidas a gerações futuras contribui para materializar identidades e ancorar memórias.

O esquecimento do passado, como observa Christopher Tilley (2006, p. 24), é um “processo inevitável a menos que seus traços materiais sejam preservados”. Práticas de salvaguarda desses traços materiais e construções de monumentos, no entanto, preservam memórias “sempre de modo seletivo”, uma vez que “eliminam ao mesmo tempo parte do passado”.

Andrew Jones (2007) nota que os discursos de diferentes disciplinas como Psicologia, Antropologia e Arqueologia incorporaram a idéia da memória humana como uma capacidade frágil, finita e imprecisa. Essa deficiência teria levado as sociedades a armazenarem memórias em dispositivos extras corporais - de tabletes de argila a computadores, passando pelos mapas, desenhos, fotografias e objetos. Para Jones, objetos são uma força constitutiva da sociedade e a natureza de seu papel mnemônico não deve ser interpretada como puramente simbólica. Da mesma forma, não podem ser tratados simplesmente como algo objetivo, meros elementos do mundo aguardando pela experiência do sujeito pensante.

Entre outros estudos de cultura material que tratam da relação entre objetos e memórias, destacamos o de Gabriel Moshenska (2010, p. 609-610), que aborda as máscaras de

gás como “objetos evocativos” da infância na Inglaterra da Segunda Guerra Mundial. Tais objetos não apenas teriam papel crucial como mediadores entre crianças e o mundo, mas também como “atores” capazes de dar forma à experiência estética e às memórias desse mesmo mundo e desempenhar poder de ação sobre atores humanos. Enfatizando que as memórias dos horrores do gás venenoso teriam permanecido não só nas representações literárias e artísticas da Guerra, mas também nos próprios corpos de suas vítimas, o autor se concentra na importância dos sentidos nas lembranças infantis de um mundo em guerra. Fiona Kerlogue (2011) explora a relação entre memória e cultura material na Província de Jambi (Sumatra), onde objetos materiais figuram com frequência em lendas sobre mitos fundadores e em provérbios, através dos quais perspectivas são compartilhadas e transmitidas entre gerações. Em um estudo que aborda a relação entre arte e memória em uma sociedade da Melanésia, Susanne Küchler (1987, p. 239) investiga as implicações da impermanência na transmissão de esculturas utilizadas em cerimônias mortuárias. Esculturas Malangan têm caráter efêmero e, após terem sido expostas em túmulos, são abandonadas, queimadas ou vendidas para turistas. Sua produção supõe, portanto, a evocação de imagens memorizadas, e não implica em sua conservação física e transmissão para gerações futuras. “Ao invés de serem sujeitas à permanência ou inovação persistente, os objetos são reproduzidos de tal forma que cada um é a reminiscência de um objeto visto no passado”.

Retomando a obra de Küchler em um estudo que aborda o papel da memória na transmissão da cultura, Mike Rowlands (1993, p. 141) propõe que a distinção tradicional entre sociedades letradas e não letradas seja substituída pelo confronto entre diferentes modos de transmissão cultural:

Um modo de transmissão que enfatize a duração dos objetos como dispositivos mnemônicos é talvez mais familiar aos herdeiros de uma tradição monumental de ambiente construído que aquela em que objetos são intencionalmente destruídos e suas imagens evocadas em um momento posterior. (ROWLANDS, 1993, p. 141)

Práticas de transmissão de objetos para futuras gerações podem ser associadas à concepção linear do tempo e, assim como as sequências de objetos ou formas, têm raízes profundas na tradição ocidental. Rowlands observa que lembrar é inseparável do motivo a ser fixado na memória. Assim como a construção de monumentos é parte da “cultura material da lembrança”, queimar e destruir seriam práticas relacionadas ao esquecimento. (ROWLANDS, 1993, p. 143-144)

Em uma tese sobre coleções de objetos, Rebecca Morrison (2010) registra a existência de um grande corpo de literatura que relaciona nostalgia e memória, do qual uma pequena

parte aborda o uso de bens materiais. Tais abordagens manifestam, para a autora, “uma diferença em relação ao tempo, ao passado e ao papel da nostalgia em nossa relação com objetos” (p. 152). Baseada em Alan Radley, para quem a lembrança é uma “atividade construtiva”, ressalta que os artefatos não são meros receptáculos onde a memória é fixada e congelada, mas “meios de memória” que integram processos através dos quais o passado é evocado (p. 157).

Processos de construção de identidades são integrados por práticas nas quais entidades não-verbais desempenham papel fundamental - como fazer, usar, trocar e consumir coisas. Os objetos que nos cercam, cabe enfatizar, são “agentes ativos de identidade e não pálidos reflexos de idéias pré-existentes e relações sócio-políticas” (TILLEY, 2006, p. 17-18). Ian Hodder (1993, p. 270-271) ressalta que, tal como ocorre com a linguagem verbal, a cultura material possui também uma retórica. Metáforas que envolvem o uso de palavras ou frases em novos contextos para expressar relações de similaridade ou analogia - como “a cortina da noite” (*the curtain of night*), “o oceano da vida” (*the ocean of life*) ou “toda a natureza sorriu” (*all nature smiled*) — teriam seu equivalente na cultura material: vasos em forma de mulher e túmulos neolíticos em forma de casas são alguns dos exemplos citados. Também a figura da metonímia – substituição da referência a alguma coisa por uma idéia ou objeto associado, como na expressão “amante da garrafa” (*fond of the bottle*) para designar “amante de bebida alcoólica” (*fond of alcoholic drink*), “pelos e penas” (*fur and feathers*) para se referir a grandes mamíferos e aves (*beasts and birds*) – encontraria paralelo na cultura material: Hodder cita o uso de um objeto no lugar de seu proprietário, como um cachimbo ou bengala no lugar de um avô morto, ou de uma coroa ou machado no lugar de um líder poderoso. Além das figuras de linguagem, o autor menciona exemplos de ironia (ou seja, a negação no nível figurado daquilo que é afirmado no nível literal), como o uso de uma bandeira americana em um *jeans hippie*.

A distinção entre entidades verbais e não-verbais, de suma importância em estudos da área de Ciência da Informação, fica bastante evidente entre teóricos ligados ao Movimento da Documentação. O reconhecimento de objetos como documentos por Paul Otlet e Suzane Briet influenciou inúmeros estudos nas últimas décadas do século 20 (cf. Meyriat, 1981, Buckland, 1997).

### 3 O VERBAL E O NÃO-VERBAL

A oposição verbal / não-verbal aponta para a questão da tradução de entidades não-verbais (sobretudo objetos) em sistemas de recuperação de informação, e, portanto, sobre a

adequação ou inadequação das palavras para transmitir experiências, particularmente memórias. Deve ser ressaltado aqui que a questão transcende o domínio da Documentação / Ciência da Informação. Para Pierre Lévy (1996, p. 85), “no centro da significação acha-se a operação de substituição. Se a palavra ‘árvore’ significa é, sobretudo, porque, em certas circunstâncias e para usos determinados, ela *faz as vezes* da árvore real”.

No quadro da “Teoria da Informação”, Abraham Moles (1969, 192-194) distingue dois conjuntos de mensagens que representariam pontos de vista opostos. De um lado estaria a “informação semântica” - lógica, estruturada, passível de ser enunciada e traduzida; de outro, a “informação estética” - não apenas intraduzível para outra língua, como também “específica ao canal que a transmite”. Ao contrário da informação semântica, comutável de um canal para outro e passível de ser traduzida para outras línguas por ser resultante de leis comuns a diferentes idiomas, a informação de natureza estética seria transportável apenas aproximadamente.

Michael Buckland (1991, p. 586) adverte que, embora os sistemas de informação tenham tradicionalmente privilegiado registros textuais, “necessidades de recuperação de informação devem ser consideradas em relação a qualquer fenômeno que alguém possa desejar observar: eventos, processos, imagens e objetos, assim como textos”. No âmbito da Informação em Arte, Deirdre Stam e Angela Giral (1988, p. 117-118), ressaltam uma questão que é central na construção de bases de dados de obras de arte: o fato de que lidam com uma “entidade não-verbal, ou seja, a própria obra de arte”, cujo vocabulário necessário para descrevê-la e caracterizar seus diferentes aspectos não está contido nem é sugerido pelo objeto, mas é parte do próprio processo de pesquisa. Essa condição, extensível às bases de dados de objetos de modo geral, torna-se um dilema na medida em que sistemas de informação têm caráter basicamente verbal e métodos de recuperação são, por isso, dependentes de palavras.

Conforme F. W. Lancaster (1993, p. 8), a indexação de assuntos é realizada em duas etapas principais - análise conceitual e tradução – que, por ocorrerem simultaneamente, não são sempre percebidas com clareza como distintas. A primeira etapa consiste em “decidir do que trata um documento – isto é, qual o seu assunto”, sempre considerando o “provável interesse de um grupo de usuários”. A etapa de tradução, por sua vez, implica na...

(...) conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação. A esse respeito, faz-se uma distinção entre indexação por extração (indexação derivada) e indexação por atribuição. Na indexação por extração, palavras ou expressões que realmente ocorrem num documento são selecionadas para representar seu conteúdo temático. (...) A indexação por atribuição envolve a atribuição de termos a um documento a

partir de uma fonte que não é o próprio documento. (LANCASTER, 1993, p. 13- 14)

Ao contrário de bibliotecas e arquivos, que lidam primordialmente com documentos textuais (os quais, na maior parte das vezes, fornecem elementos para sua representação), os museus precisam lidar com um universo diversificado de documentos dos quais apenas raramente é possível extrair informação textual. Assinaturas (geralmente em obras de arte) e marcas de fabricante são relativamente raras no universo de objetos passíveis de serem encontrados em coleções de museus.

No domínio das discussões sobre indexação de obras de arte, Elaine Svenonius (1994, p. 600) questiona a possibilidade ou não de indexar obras de arte, ou seja, põe em dúvida a capacidade das palavras traduzirem assuntos de entidades não-verbais. Segundo Susanne Langer (1948, p. 66), a linguagem verbal requer que as idéias sejam encadeadas “como peças de roupas” dispostas “lado a lado em um varal”. Por conta dessa propriedade do simbolismo verbal – ou “discursividade” – só pensamentos passíveis de ser arranjados nessa ordem peculiar poderiam ser ditos, e qualquer idéia que não se preste a essa “projeção” seria “inefável, incomunicável por meio de palavras”. Baseada em Langer, Svenonius (1994, p. 600-602) aborda a questão da tradutibilidade entre diferentes mídias na indexação de assuntos. Ressaltando que a operação é realizada por meio de linguagem verbal, questiona também a capacidade das palavras para expressar o tema de uma obra de arte não-verbal, como a pintura e a música, por exemplo. Para Svenonius, se assumirmos que o simbolismo representacional da arte não é capaz de expressar proposições da mesma forma que a linguagem verbal, é preciso questionar em que sentido se pode atribuir um assunto a uma obra ou afirmar que elas se referem a alguma coisa. Ainda que algumas obras busquem retratar ou representar a realidade, é necessário reexaminar a suposta existência de uma “ligação entre a capacidade de representar de uma obra e a existência de um assunto, e, portanto, sua indexabilidade”.

Langer (1948, p. 211) distingue a "emoção estética" e o “conteúdo emocional” de uma obra de arte. A primeira seria caracterizada pela “superação de barreiras do pensamento ligado à palavra”, e pelo alcance de “uma visão sobre realidades literalmente indizíveis”. O último, entretanto, tende a ser “algo muito mais profundo que qualquer experiência intelectual, mais essencial, pré-racional e vital”. Para Svenonius (1994, p. 605), a imposição de limites à indexação pela “realidade indizível” não é exclusiva da música, artes plásticas e outras linguagens não-verbais. A questão chave não é tanto o meio utilizado, mas principalmente o propósito para o qual a linguagem foi usada. Há inúmeros exemplos em que

o meio textual não é usado com propósitos documentários ou descritivos, o que se constitui um desafio para a indexação. A linguagem poética (verbal), por exemplo, busca muitas vezes ser intencionalmente “não-referencial” ou “alterar a função referencial convencionalmente compreendida das palavras”. Parece produtivo, neste ponto, confrontar essa questão posta por Svenonius com a linguagem utilizada para a representação de objetos em sistema de informações - particularmente no âmbito de museus - particularizando sua capacidade de transmitir experiências e memórias relacionadas a objetos.

#### 4 OBJETOS E REPRESENTAÇÕES

No universo dos museus, o material parece representar a dicotomia entre sua existência concreta / objetiva e sua existência subjetiva, aquela sobre a qual o homem lança seu olhar interpretativo. Neste viés o objeto existiria enquanto signo, ou seja, representaria algo exterior a sua existência sólida, e substituiria uma realidade que na prática é impossível de ser revivida tal como existiu.

A linguagem utilizada na documentação de objetos afasta-se em essência da empregada nos textos literários, apresentando mais semelhança com a linguagem utilizada pelas ciências para nomear e, sobretudo, descrever seus objetos. Essa questão torna-se mais clara ao confrontarmos diferentes tipos de descrições de objetos (cabe sublinhar que o termo objeto está sendo empregado aqui em sentido amplo, englobando não apenas artefatos produzidos pela ação humana, mas também coisas naturais simbolicamente apropriadas e re-significadas pelo homem).

As descrições técnicas, de caráter operacional (entre as quais aquelas que integram as bases de dados de coleções musealizadas) assemelham-se às descrições produzidas pela ciência no sentido de que nelas prevalece o sentido denotativo do signo linguístico. Na linguagem poética, por sua vez, prevalece o sentido conotativo, e a utilização das palavras é dependente do contexto. Essa questão pode ser exemplificada pela descrição botânica do milho, confrontada com a poesia “Oração do Milho”, de Cora Coralina:

Milho: Descrição Botânica

Nome Científico: *Zea mays mays* L.

Família: Graminae (Poaceae)

Nome Vulgar: milho

O caule do milho é do tipo colmo (com nós e entrenós). As folhas apresentam nervação paralela e bainha larga, aberta, provida de lígula na base do limbo. Uma única folha insere-se em cada nó. As folhas são ricas em sílica e envolvem as espigas conferindo proteção ao sol tropical. A estrutura de reprodução básica é a espícula (ou espiguiilha). Cada espiguiilha contém

até 50 flores, unissexuais. O fruto é do tipo cariopse. A semente apresenta endosperma abundante.

### **Oração do Milho<sup>31</sup>**

#### **Cora Coralina**

Senhor, nada valho.

Sou a planta humilde dos quintais pequenos e das lavouras pobres.

Meu grão, perdido por acaso,

nasce e cresce na terra descuidada.

Ponho folhas e haste e se me ajudares, Senhor,

mesmo planta de acaso e solitária,

dou espigas e devolvo em muitos grãos

o grão perdido inicial, salvo por milagre,

que a terra fecundou.

Sou planta primária da lavoura.

Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo

e de mim não se faz o pão alvo universal.

O Justo não me consagrou Pão de Vida, nem lugar me foi dado nos altares.

Sou apenas o alimento forte e substancial dos que trabalham na terra, onde não vinga o trigo nobre.

Sou de origem obscura e de ascendência pobre,

alimento de rústicos e de animais de jugo.

Quando os deuses da Hélade corriam pelos bosques

coroados de rosas e de espigas,

quando os hebreus iam em longas caravanas

buscar na terra do Egito o trigo dos faraós,

quando Rute respigava cantando nas searas de Booz

e Jesus abençoava os trigais maduros,

eu era apenas o bró nativo das tabas ameríndias.

Fui o angu pesado e constante do escravo

na exaustão do eito.

Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante.

Sou a farinha econômica do proletário.

---

<sup>31</sup> CORALINA, Cora. Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965.



Sou a polenta do imigrante e a miga dos que começam  
a vida em terra estranha.  
Alimento de porcos e do triste mu de carga.  
O que me planta não levanta comércio, nem vantagem dinheiro.  
Sou apenas a fartura generosa e despreocupada dos paióis.  
Sou o cocho abastecido donde ruma o gado.

Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece.  
Sou o cacarejo alegre das poedeiras à volta de seus ninhos.  
Sou a pobreza vegetal agradecida a Vós, Senhor,  
Que me fizestes necessário e humilde.  
Sou o milho.

O confronto entre as duas descrições acima – uma científica, outra poética - coloca instigantes questões relacionadas às propriedades e características de diferentes formas textuais. A primeira é uma linguagem construída, artificial, baseada em convenções e no uso de um vocabulário controlado em que cada palavra deve apontar para um único significado. A observação vale não apenas para o nome da espécie como também para sua descrição. O nome *Zea mays mays* L. é usado universalmente, ao contrário do termo “vulgar” espacialmente variável (milho, *corn*, *blé*, *maiz*...). A descrição do caule (do tipo colmo), da estrutura de reprodução básica (espiguiha) e do fruto (do tipo cariopse), deve ser compreendida claramente e não deixar margem para interpretações.

Com o poema de Cora Coralina o mesmo não ocorre. Escrito na primeira pessoa e em forma de oração, possibilita múltiplas leituras - no limite, uma para cada leitor. Ao contrário da descrição botânica, a descrição poética do milho vale-se de figuras de linguagem e adjetivos que expressam juízo de valor: “*Sou a planta humilde dos quintais pequenos e das lavouras pobres*” (...); “*planta de acaso e solitária*” (...); “*angu pesado e constante do escravo na exaustão do eito*” (...); “*broa grosseira e modesta do pequeno sitiante*” (...); “*alimento de porcos e do triste mu de carga*” (...); “*fartura generosa e despreocupada dos paióis*” (...); “*canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece*” (...); “*cacarejo alegre das poedeiras*” (...); “*pobreza vegetal*”. As múltiplas dimensões da representação poética permitem que a poetisa expresse a ação do milho sobre si e seus leitores.

No exemplo a seguir temos a descrição de um objeto cotidiano (um lenço) por meio do poema “Este é o lenço”, de Cecília Meireles.

Este é o Lenço<sup>32</sup>

Cecília Meireles

Este é o lenço de Marília,  
pelas suas mãos lavrado,  
nem a ouro nem a prata,  
somente a ponto cruzado.  
Este é o lenço de Marília  
para o Amado.

Em cada ponta, um raminho,  
preso num laço encarnado;  
no meio, um cesto de flores,  
por dois pombos transportado.  
Não flores de amor-perfeito,  
mas de malogrado!

Este é o lenço de Marília:  
bem vereis que está manchado:  
será do tempo perdido?  
será do tempo passado?  
Pela ferrugem das horas?  
ou por molhado  
em águas de algum arroio  
singularmente salgado?

Finos azuis e vermelhos  
do largo lenço quadrado,  
- quem pintou nuvens tão negras  
neste pano delicado,  
sem dó de flores e de asas  
nem do seu recado?

Este é o lenço de Marília,  
por vento de amor mandado.  
Para viver de suspiros

---

<sup>32</sup> MEIRELES, Cecília. Mar absoluto e outros poemas. Porto Alegre: Globo, 1945.

foi pela sorte fadado:  
breves suspiros de amante,  
- longos, de degredado!

Este é o lenço de Marília  
nele vereis retratado  
o destino dos amores  
por um lenço atravessado:  
que o lenço para os adeuses  
e o pranto foi inventado.

Olhai os ramos de flores  
de cada lado!  
E os tristes pombos, no meio,  
com o seu cestinho parado  
sobre o tempo, sobre as nuvens  
do mau fado!

Onde está Marília, a bela?  
E Dirceu, com a lira e o gado?  
As altas montanhas duras,  
letra a letra, têm contado  
sua história aos ternos rios,  
que em ouro a têm soletrado...

E as fontes de longe miram  
as janelas do sobrado.

Este é o lenço de Marília  
para o Amado.

Eis o que resta dos sonhos:  
um lenço deixado.

Pombos e flores, presentes.  
Mas o resto, arrebatado.

Caiu a folha das árvores,  
 muita chuva tem gastado  
 pedras onde houvera lágrimas.  
 Tudo está mudado.

Este é o lenço de Marília  
 como foi bordado.  
 Só nuvens, só muitas nuvens  
 vêm pousando, têm pousado  
 entre os desenhos tão finos  
 de azul e encarnado.  
 Conta já século e meio  
 de guardado.

Que amores como este lenço  
 têm durado,  
 se este mesmo está durando?  
 mais que o amor representado?

Na poesia de Cecília Meireles, assim como na de Cora Coralina, verifica-se o uso de linguagem figurada e de adjetivos que expressam juízo de valor: “*quem pintou nuvens tão negras neste pano delicado*” (...); “*Para viver de suspiros foi pela sorte fadado*” (...); “*breves suspiros de amante*” (...); “*tristes pombos*” (...); “*Marília, a bela*” (...); “*altas montanhas duras*”. Alguns versos sugerem o lenço como vestígio de memória: “*Eis o que resta dos sonhos: um lenço deixado*”; bem como questões relacionadas à memória e à passagem do tempo: (...); “*Caiu a folha das árvores / muita chuva tem gastado / pedras onde houvera lágrimas / Tudo está mudado*”; (...) “*As altas montanhas duras, / letra a letra, têm contado/ sua história aos ternos rios, / que em ouro a têm soletrado...*”. . Outros apontam para questões relacionadas à permanência dos objetos e à sua capacidade de sobreviver às pessoas: “*Que amores como este lenço / têm durado, / se este mesmo está durando / mais que o amor representado?*”. De alguns versos, entretanto, podem ser extraídas alguns dados que informam sobre autoria, técnica, data e estado de conservação, e permitem uma descrição objetiva do objeto: “*lenço de Marília, pelas suas mãos lavrado*” (...); “*ponto cruzado*” (...); “*Conta já século e meio de guardado*” (...); “*bem vereis que está manchado*” (...); “*Em cada ponta, um raminho, / preso num laço encarnado;/ no meio, um cesto de flores, / por dois pombos transportado*”.

Ao retirarmos do poema dados para uma descrição do objeto para uma hipotética base de dados de museu, teríamos uma descrição objetiva como a que se segue: Lenço quadrado, bordado em ponto de cruz nas cores azul e vermelho. Apresenta em cada uma das pontas um ramo arrematado por um laço e, ao centro, um cesto de flores transportado por dois pombos, sobre fundo de nuvens negras. A linguagem empregada na documentação de objetos em museus deve buscar a objetividade e evitar ao máximo juízo de valor. A descrição física de um objeto produz um registro que, entre outros objetivos, deve permitir seu reconhecimento visual entre coisas similares.

A descrição, entretanto, é apenas uma das etapas da documentação de objetos musealizados. Como museus tratam como únicos cada um dos seus exemplares, a documentação de um objeto fabricado em série, por exemplo, pode diferir da de outro aparentemente idêntico não apenas por informações extrínsecas ao objeto (proprietários, trajetória, contexto de uso, entre outros), mas também por informações intrínsecas como marcas - do fabricante, do artista, do uso, do tempo (cf. FERREZ, 1992; MENSCH, 1994). Tais diferenças, entretanto, não se baseiam em atributos que ressaltem sua beleza, elegância ou outros aspectos subjetivos, ao contrário do que pode ser observado em contexto comercial – uma vez que museus, por definição, não têm fins lucrativos<sup>33</sup>.

A descrição de um objeto em um contexto comercial não obedecerá necessariamente à lógica museológica, podendo se pautar em características atribuídas ao objeto com o fim de transformá-lo em objeto de desejo, torná-lo especial e único em relação aos outros. Essa unicidade, entretanto, não é conferida por aspectos objetivos como ocorre no contexto dos museus. A comercialização de um vaso Ming, por exemplo, envolve não apenas o objeto material, mas igualmente (ou principalmente) o status social e econômico a ele atribuído. Não se compra um objeto desse tipo apenas para colocar água e flores, mas para possuir um raríssimo exemplar, confeccionado em uma dinastia gloriosa, com pigmentos valiosos. Essa característica pode ser ilustrada pelas descrições de duas peças da mesma tipologia (leões guardiões) disponíveis na página de um museu e na de uma firma especializada em leilões de antiguidades e obras de arte. O site do Museu de Arte da Universidade de Michigan

---

33 “Hoje em dia as definições de museu obedecem, com um grau maior ou menor de conformidade, à proposição do ICOM elaborada em 1974, (...) ‘O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, e que faz pesquisas relacionadas com os testemunhos materiais do ser humano e de seu ambiente, tendo em vista a aquisição, conservação, transmissão e, principalmente, exposição desse acervo com a finalidade de estudo, educação e deleite’”. (POULOT, 2013, grifo nosso)

(*University of Michigan Museum of Art*) apresenta a descrição a seguir para uma escultura de leão guardião de origem Khmer (Camboja) que integra seu acervo:

Escultura em arenito castanho amarelado de um leão sentado ereto com suas patas dianteiras estendidas, sobre uma plataforma de pedra. As pernas são totalmente independentes da pedra, enquanto a detalhes na superfície como a juba encaracolada e a cauda são entalhadas em baixo relevo. De acordo com seu papel como uma figura guardiã, o leão tem olhos arregalados, e seus lábios são retraídos para revelar dentes afiados.<sup>34</sup>

A descrição acima contrasta com a encontrada na página da empresa “Roberto Haddad” (leiloeiro público), que atribui a um par de esculturas de leões guardiões os qualificativos “monumental, raríssimo e sólido”<sup>35</sup>.

Os limites impostos pelo caráter operacional dos sistemas de informação em museus, entretanto, não impedem iniciativas voltadas a articular objetos e memórias. O *Science Museum* (Londres, UK) produziu e disponibilizou na Internet, em caráter de teste, um website denominado “*Science Museum Object Wiki Archive*”<sup>36</sup>. O projeto reuniu informações sobre objetos de seu acervo (em exposições ou reservas técnicas) e, por ter sido criada como “*wiki*”<sup>37</sup>, incentivou seus usuários a acrescentarem informações sobre memórias relacionadas aos objetos. A página do projeto disponibiliza informações sobre 624 (seiscentos e vinte e quatro) itens do acervo do Museu em diferentes categorias, entre as quais “Objetos com memórias”.

Cabe ressaltar aqui que o acervo da instituição é constituído, em sua maior parte, por objetos técnicos. Em virtude de seu caráter trivial, entretanto, tais objetos são comumente desprezados pelo “discurso filosófico tradicional”, como observa Susan Pearce (1992, p. 21), que os define como “inscrições intencionais no mundo físico que incorporam significado social”. No website citado acima, objetos cotidianos como torradeiras, chaleiras elétricas e

---

<sup>34</sup> “A buff sandstone sculpture of a lion, sitting erect with its front legs extended, all on a stone platform. The legs have been fully released from the stone, while surface details such as the curly mane and the tail are carved in low relief. In keeping with its role as a guardian figure, the lion has bulging eyes and its lips are drawn back to reveal sharp teeth.” [http://quod.lib.umich.edu/m/musart/x-2004-sl-2.12/2004\\_2\\_12vw1\\_\\_\\_jpg](http://quod.lib.umich.edu/m/musart/x-2004-sl-2.12/2004_2_12vw1___jpg)

<sup>35</sup> “Monumental, raríssimo e sólido par de esculturas italianas do séc. XIX de mármore Carrara, representando “Leões Guardiões”. Med. 110 x 150 x 55 cm (A X L X P). Modelo similar decorava a entrada do Palácio Monroe.” <http://robertohaddad.lel.br/peca.asp?ID=39835&ctd=3&tot=58&tipo=4>

<sup>36</sup> A página informa que o período de teste já foi finalizado, e que o conteúdo foi “arquivado em forma estática para a posteridade”. <http://objectwiki.sciencemuseum.org.uk/wiki/>

<sup>37</sup> Não há tradução portuguesa para o termo “*wiki*”, que designa um sítio na internet que permite a edição colaborativa de seu conteúdo e estrutura por seus usuários.

amostras de penicilina, entre outros, são associados a memórias. Na página dedicada à torradeira da marca “*Morphy Richards*”, por exemplo, pode-se ler, entre outros comentários:

Não apenas lembro dela, mas ainda tenho uma e está funcionando! Infelizmente o termostato parou de funcionar. Gostaria de receber idéias sobre como conseguir uma peça sobressalente.

(...) Meus pais ganharam uma dessas como presente de casamento em janeiro de 1959 e ela tem durado além de suas bodas de ouro!

(...) Meus pais tiveram uma por muitos anos, comprada no início da década de 60.<sup>38</sup>

Outro objeto bastante comum, sobretudo em lares ingleses, é a chaleira elétrica. Na página da chaleira da marca “*Russel Hobbs*”, os usuários registram memórias sobre a forma de aquisição, uso e mesmo defeitos do objeto:

Lembro que essa foi a primeira chaleira elétrica que minha mãe teve. Nós a adquirimos através do catálogo do cigarro Kensitas (...). Antes tivemos uma chaleira de alumínio para grandes quantidades e uma chaleira menor de apito, ambas para fogão. A tampa leve dessa chaleira algumas vezes não se encaixava firmemente e permitia que o vapor escapasse e queimasse suas mãos se você não fosse cuidadoso. Mas ela foi um sucesso de design e nós compramos pelo menos outras duas antes que as jarras elétricas fossem introduzidas.<sup>39</sup>

Comentários referentes a “amostras de penicilina” ilustram o modo como objetos triviais são capazes de disparar um processo mnemônico que não se limita ao objeto:

Lembro de ter usado a penicilina em forma de unguento por volta de 1947. Havia uma apresentação de dança prestes a acontecer e eu tinha um ferimento que parecia grave. Visitei o querido Dr Wilson em Feltham e ele teve pena; da gaveta de sua mesa retirou uma pequena caixa mágica e me deu uma porção – fazendo da dança um sucesso. T J Wilson, eu acho, homem simpático que não cobrava dos pobres quando os visitava. Era canadense de nascimento, e me mostrou manchas pretas em seus olhos, resultado de um experimento com pólvora que deu errado. Ele teve que se sentar diante de um cirurgião de olhos que lhe dizia para onde olhar enquanto extraía as manchas de sua linha de visão, utilizando um palito. Funcionou.<sup>40</sup>

Ainda que museus tratem como únicos os itens de suas coleções, a abordagem adotada no Projeto “*Object Wiki*” do *Science Museum* evidencia uma visão dos objetos como

---

<sup>38</sup> [http://objectwiki.sciencemuseum.org.uk/wiki/Morphy\\_Richards\\_Toaster.html](http://objectwiki.sciencemuseum.org.uk/wiki/Morphy_Richards_Toaster.html)

<sup>39</sup> [http://objectwiki.sciencemuseum.org.uk/wiki/Russell\\_Hobbs\\_Electric\\_Kettle.html](http://objectwiki.sciencemuseum.org.uk/wiki/Russell_Hobbs_Electric_Kettle.html)

<sup>40</sup> <http://objectwiki.sciencemuseum.org.uk/wiki/Penicillin.html>

representativos de uma série. A torradeira “Morphy Richards” do acervo equivale, nesse caso, a outras torradeiras similares e, assim como as chaleiras elétricas “*Russel Hobbs*” e amostras de penicilina, ancoram memórias e desencadeiam processos mnemônicos.

Como ressalta George Basalla (1989, p. 6), objetos técnicos não podem ser compreendidos apenas em termos de satisfação das necessidades básicas dos seres humanos, e é nossa familiaridade com muitos desses objetos que constituem o mundo fabricado que nos impede de perceber sua rica diversidade. Gilbert Simondon (1980), por sua vez, discorda da crença de que objetos técnicos não contêm realidade humana.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE OBJETOS E COISAS

Nossa relação com o mundo, como observa Tilley (2006, p. 27), é sempre situada a partir de um ponto de vista, e essa condição torna impossível esgotar a descrição de objetos. Sendo a experiência sempre parcial, incompleta e ambígua, representar objetos em imagens e palavras implica inevitavelmente em representar sempre e apenas um de seus aspectos.

Para Tim Ingold (2012, p. 27-29), não só os produtos humanos, mas todos os elementos que compõem a realidade desempenham ações e reações entre si e com os indivíduos e, de forma autônoma, agenciam o mundo por meio de processos de interação. O autor desafia a noção estabelecida de “objeto”, propondo que se retome a noção de ‘coisa’ - “porosa e fluida, perpassada por fluxos vitais, integrada aos ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente”. Insistindo que o mundo que habitamos não é povoado por objetos, mas por coisas, defende uma clara distinção entre coisas e objetos. Baseado em Heidegger, afirma que “a árvore não é um objeto, mas um certo agregado de fios vitais”, ou seja, uma “coisa”, que “tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós”. A distinção entre coisa e objeto é exemplificada no trecho a seguir:

Com certeza, você talvez diria, a pedra é um objeto. Mas ela só o é se a extrairmos do processo de erosão e deposição que a levou até aquele lugar, e lhe conferiu seu presente tamanho e forma. Uma pedra que rola, diz o provérbio, não junta musgo. Mas no próprio processo de juntar musgo, a pedra em repouso torna-se uma coisa; por outro lado, a pedra que rola – como um seixo na correnteza de um rio – torna-se uma coisa no ato mesmo de rolar. Assim como a árvore que responde através de seus movimentos às correntes de vento é uma árvore-no-ar, a pedra que rola levada pela corrente do rio é uma pedra-na-água. (INGOLD, 2012, p. 29-30)

A figura de pedra-que-rola parece apropriada para o fechamento (provisório) deste texto, uma vez que remete ao clássico ensaio em que Suzanne Briet (1951) aborda a



documentação e, por extensão, o documento, conceito que reformula como “todo indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 1951, p. 7). Se, conforme Ingold, a pedra é coisa na medida em que rola ou que junta musgo, ao ser processada e tratada como documento ela se torna objeto. “Um seixo levado pela torrente é um documento?”, indaga Briet (1951, p. 7), que responde negativamente, acrescentando que “as pedras em um museu de mineralogia” são documentos. As duas abordagens não se opõem, ao contrário, obedecem à mesma lógica. É o olhar e a atribuição de sentidos que faz de uma coisa um documento. O documento é “produto de uma vontade, a de informar ou a de se informar”, adverte Meyriat (1981, p. 54). É o tratamento que as pedras recebem no museu que as torna documentos e, portanto, objetos. Coisas podem tornar-se objetos que, por isso mesmo, podem retornar ao estado de coisas.

## REFERÊNCIAS

BASALLA, George. **The Evolution of Technology**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1989. 248 p.

BUCKLAND, Michael K. Information Retrieval of More than Text. **Journal of American Society for Information Science**, v. 42, n. 8, p. 586-588, 1991.

BUCKLAND, Michael K. What is a document? **Journal of American Society for Information Science**, v. 48, n.9, p. 804-809, 1997.

CONNERTON, Paul. *How Societies Remember*. Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

CORALINA, Cora. **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1965.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma boa prática. **Estudos de Museologia** – Caderno de Ensaio. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.2, p. 65-74, 1994.

HODDER, Ian. The narrative and rhetoric of material culture sequences. **World Archaeology**, v. 25, n. 2, p. 268-282, 199.

INGOLD, Tim. Caminhando com dragões: e, direção ao lado selvagem, in STEIL, C.; CARVALHO, I.C.M. (org.). *Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold*, São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2012.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais, in **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

- JONES, Andrew. **Memory and Material Culture**. Cambridge : Cambridge University Press, 2007.
- KERLOGUE, Fiona. Memory and Material Culture: a case study from Jambi, Sumatra. **Indonesia and the Malay World**, v. 39, n. 113, p. 89–101, 2011.
- KÜCHLER, Susanne. Malangan: Art and Memory in a Melanesian Society. **Man**, v. 22, n. 2, p. 238-255, 1987.
- LANCASTER, F. W. **Indexação e Resumos: Teoria e Prática**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1993.
- LANGER, Susanne. **Philosophy in a New Key: A Study in the Symbolism of Reason, Rite, and Art**. New York: Mentor Books, New American Library, 1948.
- LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed.34, 1996
- MEIRELES, Cecília. **Mar absoluto e outros poemas**. Porto Alegre: Globo, 1945.
- MENSCH, Peter Van. The object as data carrier. In: -. Towards a methodology of museology (Phd Thesis). University o Zagreb, 1992. Disponível em: <http://www.xs4all.nl/~rwa/boek12.htm>. Acesso em: jun 2002.
- MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, n. 14, p. 51-63, 1981.
- MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre cultura material**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MORRISON, Rebecca Lynne. Bringing the Collection to Life: A Study in Object Relations (Tese). University of Alberta, 2010. Edmonton, Alberta (Canadá).
- MOSHENKA, Gabriel. Gas masks: material culture, memory and the senses. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 16, p. 609-628, 2010.
- PEARCE, Susan. **Museums, objects and collections**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.
- POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- ROWLANDS, M. The Role of memory in the transmission of culture. *World Archaeology*, v. 25, n. 2, p. 141-151, 1993.
- SIMONDON, Gilbert. **On the mode of existence of technical objects**. University of Ontario, 1980. p. 77-109.
- STAM, Deirdre, GIRAL, Angela. Introduction. **Library Trends – Linking Art Object and Information**, v. 37, n. 2, p. 117-264, 1988.
- SVENONIUS, Elaine. Access to Nonbook Materials: The Limits of Subject Indexing for Visual and Aural Languages. **Jounal of American Society for Information Science**, v. 45, p. 600-606, 1994.
- TILLEY, Christopher. Introduction: Identity, Place, Landscape and Memory. **Journal of Material Culture**, v. 11, n. 1, p. 7–32, 2006.

## MEMÓRIA DA POPULAÇÃO NEGRA E INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: PERCEBENDO LIMITES

*MEMORY OF BLACK POPULATION AND ETHNIC-RACIAL INFORMATION: REALIZING  
LIMITS*

Izabel França de Lima  
Sergio Rodrigues de Santana  
Henry Poncio Cruz de Oliveira  
Mirian de Albuquerque Aquino

**Resumo:** A Sociedade da Informação ainda produz diferenças em relação ao (à) negro (a) brasileiro (a). Estas diferenças estão marcadas pelo teor dos fenômenos ambíguo e ambivalente da Sociedade da Informação. O objetivo desta pesquisa centrou-se na busca da Informação Étnico-Racial referente ao período de 2000-2013, nas Fontes de Informação que são as Bibliotecas Digitais, Repositórios Digitais e Periódicos Eletrônicos, relacionados aos Cursos de Graduação em Arquivologia, Programas de Pós-Graduação em Arquivologia. Com a intenção de fazer análise acerca do acesso e uso das temáticas que constituem a Informação Étnico-Racial pela população negra brasileira. Entende-se por Informação Étnico-Racial um conjunto de elementos (dado, informação, conhecimento, Memória) retido em suporte analógico e/ou digital, passivas de significação parte dos sujeitos que a acessa e usam. Esta informação tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico de forma positiva. O estudo situa-se na abordagem mista quantitativa-qualitativa, o aprofundamento da análise seguirá o método compreensivo-descritivo-interpretativo como predominante para uma nova compreensão sobre o fenômeno. A partir dos resultados infere-se que a fragilidade da memória do grupo Negro Brasileiro é uma implicação das relações de poder entre brancos (as) e negros (as) que se figuram de forma silenciosa. Acontece por duas razões, pela de produção insuficiente de Informação Étnico-Racial no contexto na Sociedade da Informação, e pelas dificuldades econômicas de acesso aos aparatos tecnológicos do paradigma sócio-tecnológico vigente. Neste sentido, o sujeito negro ainda é antagonista no paradigma Sociedade da Informação e as Tecnologias de Informação e Comunicação ainda não fazem parte de suas práticas cotidianas.

**Palavras-chave:** Memória. Negro (a). Informação étnico-racial. Acesso. Uso.

**Abstract:** The Information Society still produces differences in relation to Brazilian black men/women. These differences are marked by the content of ambiguous and ambivalent phenomena of the Information Society. The objective of this article focused on the search of Ethnic-Racial Information between years 2000 to 2013, from the sources of information which are the Digital Libraries, Digital Repository and Journal Electronics, related to Degree Courses in Archival, Programs Graduate in Archival. With the intention of doing analysis about access and use process of the themes that constitute the Ethnic-Racial Information by Brazilian black people. It is understood by Ethnic-Racial Information as set of elements (data, information, knowledge, and memory) printed in analogic and / or digital support, passive of signification for subjects that access it and use it. In this information has the potential to produce knowledge about the historical and cultural elements of an ethnic group in the perspective positively. The study located on the quantitative-qualitative mixed approach, and further analysis was followed through comprehensive-descriptive-interpretative method as prevalent to a new understanding about this phenomenon. From the results it is inferred that the fragility of memory of the Brazilian black people group is an implication of the power relations between white men/women and blacks men/women which appear silently. This it

happened through two reasons, the insufficient production of Ethnic-Racial Information in the context of the Information Society, as economic difficulties of access to technological devices of the current social paradigm. In this sense, the black men/women are still antagonists in the Information Society paradigm and Information and Communication Technologies are not yet part of their daily practices.

**Keywords:** Memory. Black Men/Women. Ethnic-Racial Information. Access. Use.

## 1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade se figura um fenômeno ambíguo e ambivalente, ambas as forças estão presentes nas “Relações de Poder”, que podem enobrecer os sujeitos, mas outras vezes controlam e discriminam estes mesmos (DEMO, 2000). Para Demo (2000) as “Relações de Poder” estão presentes na Sociedade da Informação (SI) que se aproveita da sombra do falso altruísmo (do falso teor benéfico) para prosperar. Demo (2000) elenca alguns fatores que sustentam o caráter ambíguo e ambivalente da SI:

a) a SI se fortalece também através do objetivo de (des)informar os sujeitos nela inseridos. “Desinformar faz parte da informação, assim como a sombra faz parte da luz. Trata-se do mesmo fenômeno, apenas com sinais inversos” (DEMO 2000, p.38);

b) a SI é um paradigma baseado também nas ideias capitalistas;

c) a informação como produto/bem confeccionado pelas mãos humanas nunca será um serviço, produto e bem neutro. Vai sempre haver interferências humanas, em especial, a intencionalidade (“Relações de Poder”).

A produção, a disseminação de Informação e os processos de memória e esquecimento são carregados por vieses, ideologias, filosofias, aspectos culturais de onde, de quem, e como produz. Para Demo (2000, p.38), fugir da manipulação, significa montar estratégias, tendo a “reflexão” como questão fundamental e crucial.

No campo científico da pós-modernidade as Ciências Sociais, em especial a Ciência da Informação, são instituições produtoras de informação, seus agentes são estudantes, pesquisadores (as), teóricos (as) que contribuem por meio da produção de conhecimento de forma restrita.

Ora ligada aos interesses de um grupo seletivo (na maioria pesquisadores/as brancos/as) produzindo grupos acadêmicos que tendem a investigar temáticas que mais tarde venham a melhorar a vida dos (as) brancos (as). Essa tendência reforça o (a) pesquisador (a) branco (a) a fazer a manutenção da preservação de sua memória na história da humanidade e a aplicar teorias em seu favor e contra grupos minoritários.

Ora ligado às regras das agências de fomento - os grupos acadêmicos seguem as regras das agências de fomento que alimentam a hiperespecialização, por meio da produção de informação feita em linhas de estudos determinadas e estanques.

Santos (2010) argumenta que ambas problemáticas citadas refletem efeitos negativos às minorias, forçando o confinamento dos grupos minoritários na direção de localidades às margens da sociedade.

Situados (as) na Sociedade da Informação indagamos: Como a memória da população negra tem sido construída por meio da informação étnico-racial?

## **2 MEMÓRIA, IDENTIDADE E INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL**

Apesar da manipulação que se dá por meio das “Relações de Poder”, como revela Demo (2000), há um avanço na tentativa de construção de uma sociedade mais justa e democrática. Sendo reflexos deste avanço a criação de políticas públicas, as leis de discriminação racial e outros mecanismos de coerção e proteção de minorias, o aumento na produção de informação e da Memória em que as minorias são protagonistas, em especial, os (as) negros (as). Ao discutir memória e identidade, Candau (2012, p.16) revela que: “[...] é a memória, faculdade primeira, que alimenta a identidade. [...] assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade.” Comungado como o pensamento Anne Muxel e Isac Chiva, Candau (2012, p.16) ainda afirma que:

[...] o trabalho da memória atua na construção da identidade do sujeito, é ‘o trabalho de reaproximação e negociação que cada um deve fazer em relação a seu passado para chegar a sua própria individualidade. [...] ao definir identidade como “a capacidade que cada um tem de permanecer consciente de sua vida através das mudanças, crises e rupturas”, enraíza igualmente a identidade em um processo memorial.”

Contudo, é possível que esse avanço na manutenção da memória da população negra brasileira, esteja imbricada da inserção de alguns sujeitos negros e negras e também sujeitos brancos sensíveis às causas étnico-raciais, que pesquisam, debatem, afirmam sua cultura e memória nas esferas de poder por meio da informação étnico-racial, inclusive nas Ciências Sociais Aplicadas e na CI.

Saracevic (1996, p. 47) afirma que a CI é o campo de conhecimento que se dedica também aos “[...] problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação [...]”. Se prendendo a essa premissa, pesquisadores (as) têm investigado e produzido conhecimento acerca das políticas informacionais; dos aparatos legais de coerção e proteção, e, sobretudo, na produção da memória de grupos minoritários.

Verificando como estes grupos e sujeitos são atendidos e como os mesmos se apropriam dos serviços, produtos e bens, ou seja, da informação para o crescimento individual e coletivo.

De acordo com Le Coadic (1996, p. 26), a CI tem por “objetivo o estudo das propriedades gerais da informação ‘natureza, gênese e efeitos’”. O verbete “efeitos” pode ter significado no que se refere à apropriação da informação pelos sujeitos.

Segundo Oddone (1998), a CI também tem procurado se legitimar incorporando em seus programas de estudos análises contextuais de grupos e sujeitos, bem como suas problemáticas no que refere à informação, acesso e uso, uma vez que essas análises permitem entender a posição estratégica destes mesmos grupos e sujeitos em relação à informação como serviço, produto ou bem. O que faz transcender a CI, a Biblioteconomia e a Arquivologia da instância técnica para dar sentido ao papel social dessas áreas de conhecimento no contexto pós-moderno, sugerindo o compromisso ético e social que, por sua vez, atribui sentido também à existência deste campo do saber.

Sendo assim, o papel da CI e suas estratégias de desconstrução do teor ambíguo/ambivalente da Sociedade da Informação consiste em dois princípios. Primeiro, partindo do caráter interdisciplinar da CI, deve se intensificar a produção de Informação focando às temáticas que engloba os grupos minoritários, inclusive o negro (a) na perspectiva da afirmação. Uma vez que já dispomos do conceito de Informação étnico-racial, postulado na Sociedade da Informação. De acordo com Oliveira (2010, p.56), a informação étnico-racial se figura em

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana (OLIVEIRA, 2010, p.56).

Lima e Aquino (2013) acreditam na CI como sistema de conhecimento interdisciplinar e pós-moderno que pode focar as problemáticas sociais, e que as temáticas étnico-raciais, tendo o conceito de informação étnico-racial tratado no epicentro de seus discursos teóricos, epistemológicos e pragmáticos. Pois como afirmam Borko (1968) e Saracevic (1996, p. 42) a CI tem um “componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos [...], quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços”. Além das questões técnicas, a CI transita pela cultura da abstração, pela sensibilidade dos problemas sociais que tem base no preconceito, na discriminação e no racismo que afeta a sociedade brasileira. As autoras ainda revelam que esta sensibilidade às temáticas sociais citadas por parte da CI, centram-se também na entrada de sujeitos sensíveis aos problemas sociais na cena da CI.

Contudo, mesmo se atendo ao caráter interdisciplinar, pós-moderno, de Ciência pura e aplicada, faz-se necessário entender que qualquer temática que pretenda ser trabalhada no campo da CI necessita estar em consonância com os processos estudados pela área. Sendo elas, a “Disseminação da Informação”, que se entende como a forma de divulgação contínua e regular dos conteúdos informacionais (ROMANI e BORSZCZ, 2006); a “Recuperação da Informação”, que se trata dos aspectos intelectuais da descrição dos conteúdos informacionais e sua especificação para a busca, seja ela de um dado sistema, técnicas utilizadas ou máquinas (computadores) que são empregadas para a realização da operação (MOOERS, 1951). E especial, ao Acesso e Uso da Informação, sendo esta uma questão estratégica no diz respeito a construção das memórias dos grupos sociais.

Assim, o acesso à informação, à diversidade das fontes de informação, digitais ou tradicionais como os acervos das bibliotecas e arquivos, bem como o uso da informação tem o potencial de dissolver o teor restrito das publicações acadêmicas sobre grupos majoritários, implicando em mudanças sociais, individuais e coletivas no que tange a memória dos grupos minoritários.

Em outras palavras, não basta produzir e restringir, nem disseminar a informação utilizando as fontes de informação que grupos específicos ainda não utilizam. De acordo Fonseca (2007, p.180) apud Néri (2003), “O apartheid racial e digital caminham juntos no Brasil, mesmo quando consideramos brancos (as) e negros (as) que obtêm as mesmas condições de educação e emprego” (FONSECA, 2007, p. 180 apud NÉRI). Em 2003 entre sujeitos os negros (as), apenas 4% tinham computador em casa, enquanto entre sujeitos brancos (as) o percentual era de 15,14%. E quanto ao acesso a internet, a chance para o (a) branco (a) ter acesso era 167% maior que do que o negro (a).

De acordo com o site *To Be Guarany*, dados de 2011 demonstram que entre os 10% dos sujeitos mais pobres, apenas 0,6% têm acesso à Internet. E entre os 10% dos sujeitos mais ricos este número é de 56,3%. Partindo para questão étnico-racial quanto à utilização das TIC, o grupo dos sujeitos negros (as), apenas 13,3% usa a Internet. Índice que se configura duas vezes menos do grupo dos sujeitos brancos (as), que fica em torno de 28,3%<sup>41</sup>. Assim, pode-se afirmar que os modelos paradigmáticos sociais estruturados sobre pilares da lógica capitalista não atendem as minorias. Os (as) negros (as) como outras as minorias - em representatividade – mesmo inseridos na medida no contexto tecnológico são sujeitos

---

<sup>41</sup> **TO BE GUARANY** - Estatísticas, dados e projeções atuais sobre a Internet no Brasil. Disponível em:<[http://tobegarany.com/internet\\_no\\_brasil.php](http://tobegarany.com/internet_no_brasil.php)>. Acesso em: 26 jul. 2014.

protagonistas da má distribuição das riquezas, sobretudo, no quase refere aos serviços, produtos e bens informacionais difundidos pelo meio digital.

### 3 METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa centrou-se na busca da informação étnico-racial enquanto elementos de memória, referente ao período de 2000-2013 nas Fontes de Informação que são as Bibliotecas digitais (BD), Repositórios Digitais (RD) e Periódicos Eletrônicos (PE) relacionados aos Cursos de Graduação em Arquivologia (CGA), Programas de Pós-Graduação em Arquivologia (PPGA). Na tentativa de entender sobre o acesso e uso da informação étnico-racial pela população negra brasileira.

O estudo se posiciona na abordagem mista quantitativa-qualitativa, pretende transitar pela abordagem quantitativa para ilustrar os dados a serem analisados qualitativamente incluindo notas de campo, entrevistas, fotografias, conversas, observações, lembretes etc. Contudo, o aprofundamento da análise seguirá o método compreensivo-descritivo-interpretativo como predominante para uma nova compreensão sobre o fenômeno memorialístico relacionado a informação étnico-racial (MASINI, 2004).

A coleta do material para compor o *corpus* de análise terá como campo da pesquisa as fontes de informação dos Cursos de Graduação em Arquivologia (CGA), Programas de Pós-Graduação em Arquivologia (PPGA) e Periódicos Eletrônicos (PE) de Arquivologia. Para isso:

a) Identificaram-se as fontes de informação dos Cursos de Graduação em Arquivologia (CGA), Programas de Pós-Graduação em Arquivologia (PPGA) e Periódicos Eletrônicos (PE) de Arquivologia.

Foram adotados procedimentos específicos, entre eles, a busca livre feita no *Google*, utilizando as palavras-chaves: Arquivologia, cursos de graduação em Arquivologia, e cursos de graduação em Arquivologia na modalidade “À Distância”, periódicos eletrônicos em Arquivologia, revistas de Arquivologia.

As buscas nos periódicos de Arquivologia foram feitas utilizando as palavras-chave relacionadas a dois aspectos de identificação de grupo étnico-racial: a) aspectos bio/fisiológicos – negro, negra, etnia, raça, racial, étnico, étnico-racial e negritude; b) aspectos sociais e históricos – África, africano, africana, afro, afro-brasileiro, afro-brasileira, afro-descendentes, preconceito, racismo e escravidão.

O *corpus* de análise a ser examinado inclui resumos, palavras-chave e abordagens teórico-metodológica, extraídos das fontes de informação selecionadas. A análise do material



tratado e organizado pressupõe a compreensão do que se mostra na produção de conhecimento, sem ficar aprisionada a valores, conceitos e predefinições estabelecidas. Não se limita a uma descrição passiva do fenômeno, mas se aproximando do fenômeno para simultaneamente exercitar a tarefa de interpretação com a finalidade de por “em descoberto os sentidos menos aparentes” (MASINI, 2004, p. 63).

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISES

A Arquivologia foi escolhida para nesta análise em função a) da relação estreita entre CI, Biblioteconomia e Arquivologia; b) como área do conhecimento, a Arquivologia ainda está em expansão no Brasil, o que faz com que a produção de informação em Arquivologia passa a ser disseminados por outros PE de áreas afins, e às vezes de áreas muito distintas.

Foram identificados 16 Cursos de Graduação em Arquivologia e os *links* que direcionam aos seus respectivos sites, como demonstra o QUADRO 1. Foram localizados apenas Cursos de Graduação em Arquivologia na modalidade “Presencial. Apesar da listagem dos Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil e seus respectivos *links* que direcionam para cada página de cada curso. Não fora encontrado nenhum repositório e/ou Biblioteca digital conforme esquematizado no QUADRO 1.

QUADRO 1 – CGA no Brasil

Universidade	Link	Base de Dados
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	<a href="http://w3.ufsm.br/arquivologia/">http://w3.ufsm.br/arquivologia/</a>	Sem base de dados
IACS - Instituto de Arte e Comunicação Social/ Arquivologia – GGA UFF	<a href="http://www.uff.br/iacs/site/grad_arquiv.html">http://www.uff.br/iacs/site/grad_arquiv.html</a>	Sem base de dados
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO	<a href="http://www.unirio.br/cursos-1/graduacao">http://www.unirio.br/cursos-1/graduacao</a> <a href="http://www2.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia">http://www2.unirio.br/unirio/cchs/arquivologia</a>	Sem base de dados
Universidade de Brasília – UNB	<a href="http://www.cid.unb.br/">http://www.cid.unb.br/</a>	Não encontrado
Universidade Federal da Bahia - UFBA	<a href="https://blog.ufba.br/ici/cursos/arquivologia/">https://blog.ufba.br/ici/cursos/arquivologia/</a>	Sem base de dados
Universidade Estadual de Londrina - UEL	<a href="http://www.uel.br/ceca/cin/">http://www.uel.br/ceca/cin/</a>	Sem base de dados
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	<a href="http://www.ccje.ufes.br/dci/">http://www.ccje.ufes.br/dci/</a>	Sem base de dados
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	<a href="http://www.ufrgs.br/fabico/Gra/arquivologia1">http://www.ufrgs.br/fabico/Gra/arquivologia1</a>	Sem base de dados
Universidade Estadual Paulista - UNESP/MARÍLIA	<a href="http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/arquivologia/informacoes-gerais/">http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/arquivologia/informacoes-gerais/</a>	Sem base de dados
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	<a href="http://www.uepb.edu.br/centro-de-ciencias-biologicas-e-sociais-aplicadas-ccbsa/">http://www.uepb.edu.br/centro-de-ciencias-biologicas-e-sociais-aplicadas-ccbsa/</a>	Sem base de dados
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	<a href="http://www.arquivologia.furg.br">http://www.arquivologia.furg.br</a>	Sem base de dados
Universidade Federal de Minas	<a href="http://www.eci.ufmg.br/ensino/arquivologia">http://www.eci.ufmg.br/ensino/arquivologia</a>	Sem base de dados

Gerais – UFMG		
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	<a href="http://dci.ccsa.ufpb.br/?Gradua%E7%E3o:Arquivologia">http://dci.ccsa.ufpb.br/?Gradua%E7%E3o:Arquivologia</a>	Sem base de dados
Universidade Federal Santa Catarina – UFSC	<a href="http://arquivologia.ufsc.br/">http://arquivologia.ufsc.br/</a>	Sem base de dados
Universidade Federal do Amazonas - UFAM	<a href="http://portal.ufam.edu.br/">http://portal.ufam.edu.br/</a>	Não encontrado link do curso
Universidade Federal do Pará – UFPA	<a href="http://portal.ufpa.br/">http://portal.ufpa.br/</a>	Não encontrado link do curso

Fonte: Dados da Pesquisa-2013/2014.

No que se refere aos Programas de Pós-Graduação em Arquivologia, se foi direto ao portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (Capes - <http://capes.gov.br>) que reúne os programas de pós-graduação do Brasil. Contudo, não foi encontrado nenhum curso de pós-graduação em Arquivologia.

No segundo momento foi feita a busca dos periódicos eletrônicos relacionados a Arquivologia. A partir deste procedimento se encontrou algumas listagens de revistas de Arquivologia e áreas afins (Biblioteconomia e Ciência da Informação).

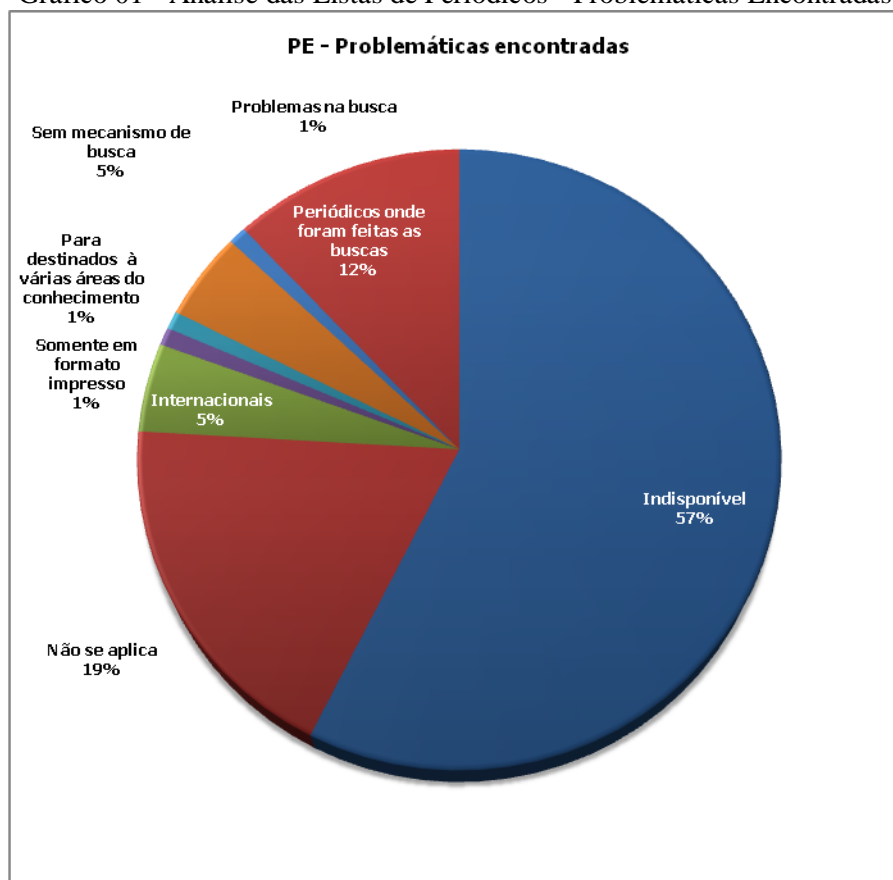
A Lista da Biblioteca Virtual de CI/ Biblioteconomia/Arquivologia<sup>42</sup> com 94 (noventa e quatro) periódicos. Contudo, a listagem supracitada cita periódicos de áreas como Educação, Pedagogia, Comunicação e História. A segunda lista analisada fora a Lista da Associação de Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro<sup>43</sup>, com 20 periódicos citados.

Foi feita a análise das listas, identificando assim os PE e suas abrangências e formas de busca, como demonstra o Gráfico 01.

<sup>42</sup> Disponível em <http://bib-ci.wikidot.com/periodicos>

<sup>43</sup> Disponível em <http://www.aerj.org.br/a-profissao/links/periodicos-cientificos/>

Gráfico 01 - Análise das Listas de Periódicos - Problemáticas Encontradas.

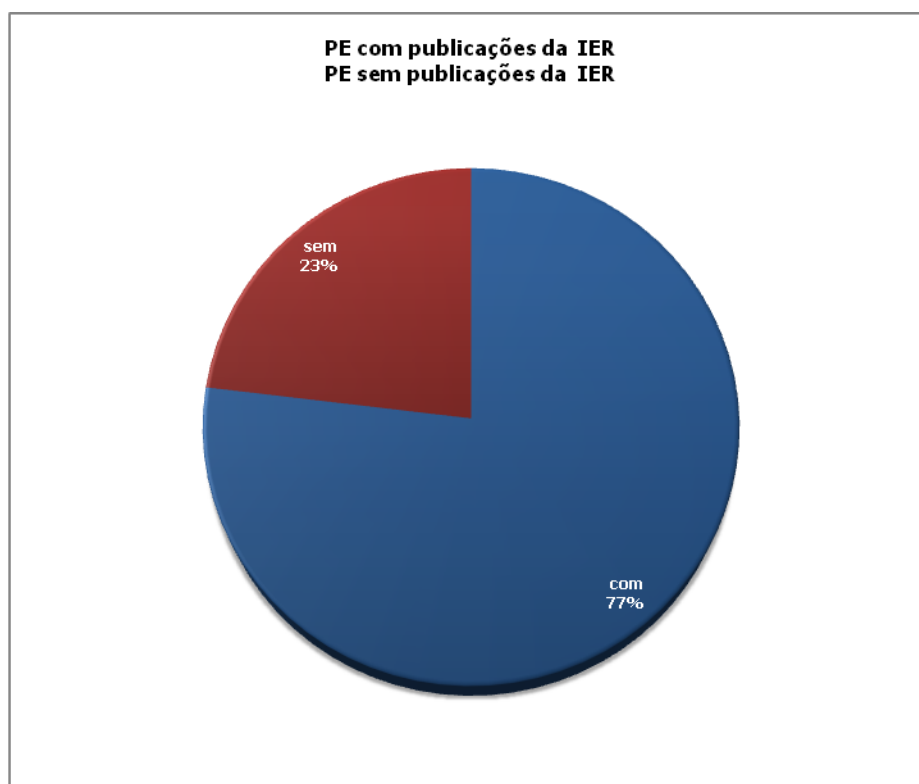


Fonte: Pesquisa 2013-2014.

Após as Análises das Listas, 57% (62) dos periódicos se configuravam indisponíveis<sup>44</sup>. 19% (20) dos periódicos não se aplicam, pois não eram periódicos científicos, alguns eram apenas *Blogs* e *Sites* de notícias; 5% (05) eram periódicos internacionais, e estes não fazem parte do universo de nossa pesquisa; 1% (01) somente era em formato impresso, apesar de ter um *link* para divulgá-lo na internet; 1% (01) periódicos era destinado à várias áreas do conhecimento; 5% dos periódicos não tinham mecanismo de busca; 1% (1) do periódicos houve problema na busca, conforme apresentado no gráfico 2.

<sup>44</sup> Not Found -The requested URL /transinfo/index.php was not found on this server. Apache/2.0.48 (Unix) PHP/4.4.2 Server at revistas.puc -campinas.edu.br Port 80

Gráfico 02 - Porcentagens dos Periódicos onde fora localizados a temática Étnico-Racial – Periódicos onde não localizados a temática Étnico-Racial.

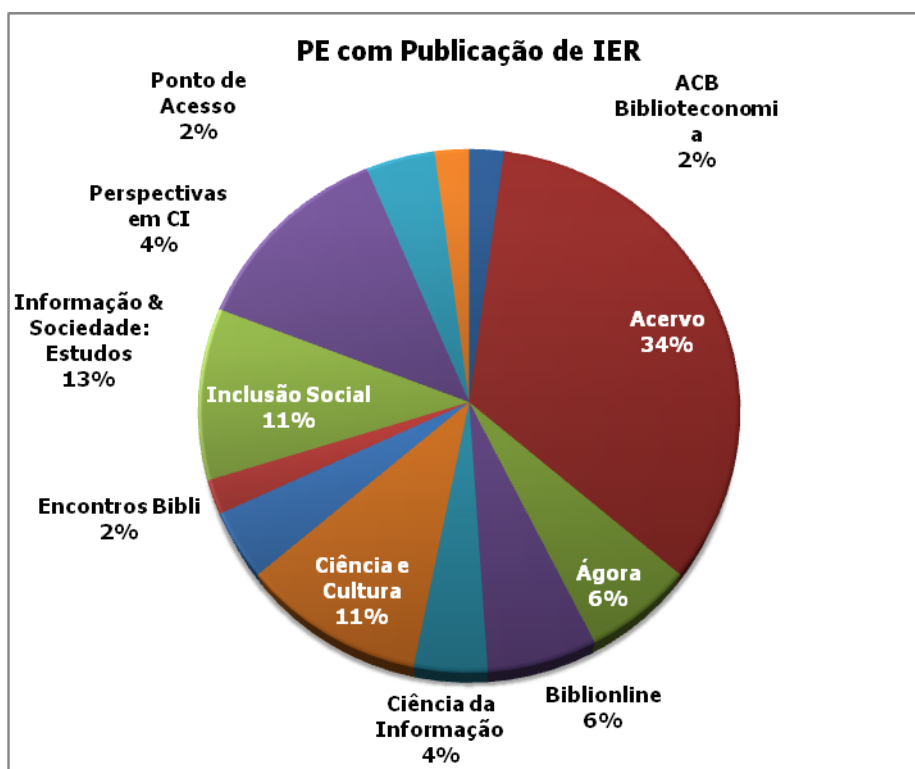


Fonte: Pesquisa 2013-2014.

No que versa os 13 periódicos onde foram feitas as buscas, 23% (03) não foram localizados publicações com a informação étnico-racial e 77% (10) foram localizados publicações com informação étnico-racial.

O Gráfico 03 apresenta os periódicos onde foram localizados publicações com a Informação étnico-racial e as porcentagens das publicações encontradas.

Gráfico 03 - Periódicos com Publicação de Informação étnico-racial.

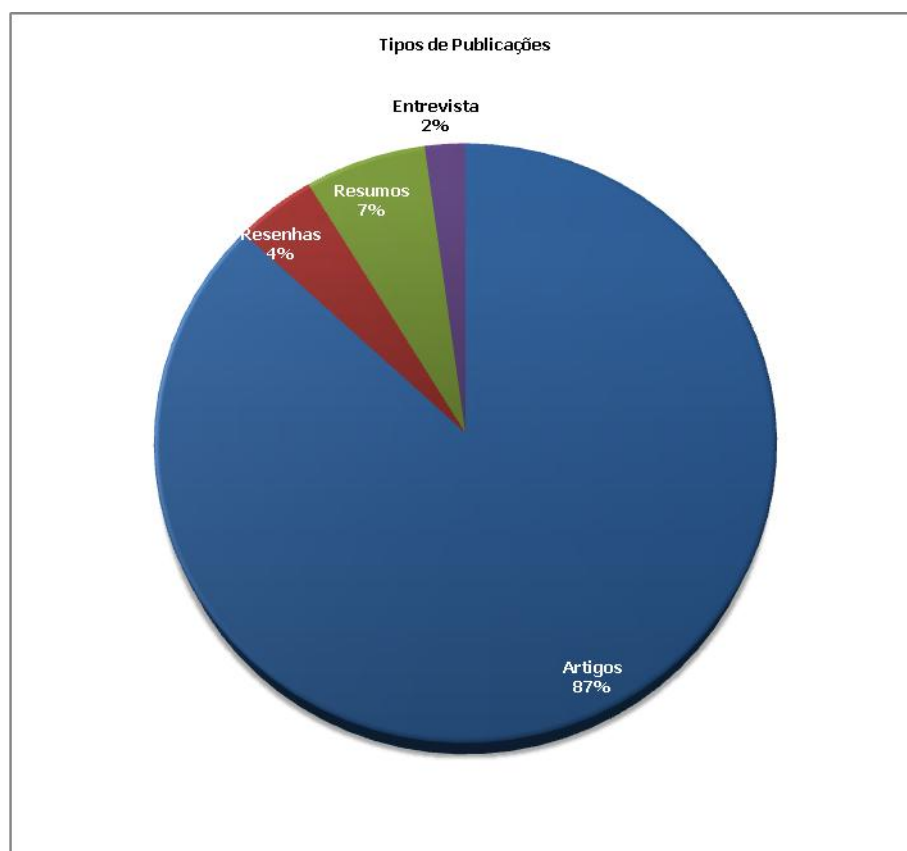


Fonte: Pesquisa 2013-2014.

Os periódicos ACB Biblioteconomia, Ponto de Acesso, Encontros Bibli apresentaram 2% de suas publicações com informação étnico-racial. Os periódicos Ciência da Informação, Em Questão e Perspectivas em CI, com 4%. Os periódicos Ágora e Biblionline com 6% de publicações com informação étnico-racial. Os periódicos Ciência e Cultura com 11%, assim como o periódico “Inclusão Social” também com 11%. O periódico “Informação & Sociedade: Estudos” com 13% e com a porcentagem mais significativa tivemos o periódico Acervo com 34%.

Quanto aos tipos de publicações encontrados nos periódicos, o Gráfico 4 apresenta as seguintes porcentagens.

Gráfico 04 - Tipos de publicações com a temática Étnico-Racial.



Fonte: Pesquisa 2013-2014.

Foram encontrados 4 (quatro) tipos de publicações: Entrevistas que correspondem a 2%, Resumos ocupando 7%; Resenhas com 4% e os Artigos com a percentagem mais significativa, 87%.

No que versa as temáticas que constituem a Informação étnico-racial, foram localizadas 28 temáticas, como demonstra o QUADRO 2.

QUADRO 2 – Temáticas acerca da Informação étnico-racial

Temáticas	Número de trabalhos
África e Brasil	05
Ações afirmativas	01
Saúde da população negra	02
Bibliotecas	02
Capoeira	01
Comunidade Quilombola	01
Desigualdades Étnico-Raciais	01
Educação antirracista	01
Escravos (as)	01
Exclusão	01
Feminismo Negro	01
Imagens da Escravidão Africana	01
Hip Hop	01
Identidade afro-descendente	01
Imagens	02
Inclusão de Afro-descendentes	04
(in) visibilidade dos (as) Negros (as)	01
Literatura Afro-Brasileira	01
Língua Africana	01
Memória Negra	02
Movimento Negro (Brasil)	02
Negro (a) em Santa Catarina	01
Negro (a) e Telenovela	01
Protagonismo Negro	01
Racismo	01
Representações da escravidão no Brasil	06
Samba de Coco	01
Temática afro-brasileira e negra (informação étnico-racial)	03

Fonte: Dados da Pesquisa-2013/2014

As temáticas mais encontradas: temática afro-brasileira e negra (Informação étnico-racial)” com 3 trabalhos, que são as discussões das temáticas negras como foco de pesquisas científicas; Inclusão de Afro-descendentes com 4 trabalhos, o lugar dos sujeitos negros na sociedade, em especial na Sociedade da Informação; África e Brasil, com 5 trabalhos, que são as íntimas ligações entre os dois países que apresentam problemas sociais parecidos, alguns devido à exploração europeia. E a temática “Representações da escravidão no Brasil” com 6 trabalhos, contudo na perspectiva da afirmação, tendo o (a) negro (a) com protagonista, resiliente e que resiste as formas de dominação.

Em seguida vêm as temáticas Bibliotecas, relacionando à informação étnico-racial; a temática Imagens, se refere à reconfiguração das imagens dos sujeitos negros; Memória Negra que está voltado manutenção da identidade individual e grupal; Movimento Negro (Brasil), refere-se às lutas, resistências e os desafios na SI; “Saúde da População Negra”, tendo a AIDS

e outras doenças que assolam ainda a população, por falta de políticas públicas eficientes. Cada temática com dois trabalhos publicados.

Com apenas um trabalho publicado, vem às temáticas Ações afirmativas e Protagonismo Negro, diz acerca dos resultados dos processos de lutas, resistências, resiliência e os desafios dos sujeitos negros na Sociedade da Informação.

As temáticas Literatura Afro-Brasileira, Língua Africana, Capoeira, Samba de Coco e Hip Hop, que dizem acerca dos traços culturais do grupo negro.

As temáticas Comunidade Quilombola, Identidade Afro-Descendente e Feminismo Negro, se refere Memória grupal e individual, ou seja, da afirmação do sujeito negro na Sociedade da Informação, dando destaque especial às mulheres negras.

As temáticas (in) visibilidade dos (as) Negros (as), Exclusão, Desigualdades Étnico-Raciais dizem acerca da falta de oportunidades educacionais e trabalhistas uma vez que o sujeito apresenta mais melanina na pele.

As temáticas Educação anti-racista tratam da reconfiguração dos conhecimentos ingênuos acerca dos sujeitos negros na Sociedade da Informação.

As temáticas Negro (a) e Telenovela, Racismo, Escravos (as); Imagens da Escravidão Africana, dizem acerca da memória negativa acerca dos negros (as).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na Sociedade da Informação ainda se produz (in) diferenças em relação ao sujeito negro brasileiro. A fragilidade da Memória do grupo pode ter relação com fenômeno ambíguo e ambivalente da Sociedade da Informação, uma vez que na Sociedade da Informação as relações de poder entre brancos (as) e negros (as) se figuram, ainda que de forma silencioso, contudo, com mais força. No contexto da Sociedade da Informação os (as) negros (as) ainda estão às margens, uma vez que não usufruem dos bens materiais e simbólicos – sobretudo, no acesso e uso da Informação étnico-racial, produzida e disseminada pela na SI.

Constatamos produção insuficiente de Informação étnico-racial no contexto pesquisado e pelas dificuldades econômicas de acesso aos aparatos tecnológicos do paradigma social vigente. Neste sentido, o sujeito negro ainda é antagonista no paradigma SI, em que as TIC ainda não fazem parte de sua prática cotidiana. Os agentes sociais e institucionais que têm contribuído para manutenção do *Status Quo* que opera dentro do aspecto ambíguo e ambivalente, também inclui as confrarias acadêmicas e seus (suas) pesquisadores (as), uma vez a ciência pós-moderna e sua produção de conhecimento se caracteriza de forma restrita. Neste sentido, a produção e disseminação da Informação étnico-racial no contexto da



Arquivologia (CI), como seu acesso e uso são problemáticas da população negra brasileira que são as implicações dos dois pontos citados.

Contudo, Lima e Aquino (2013) acreditam na Ciência da Informação como sistema de conhecimento interdisciplinar, pode ajudar no processo de desconstrução do teor ambíguo e ambivalente da SI. Uma vez que a CI pode também focar as problemáticas sociais, focando as temáticas étnico-raciais, mas, sobretudo, no que se refere ao Acesso e Uso da Informação étnico-racial.

## REFERÊNCIAS

BELLUZO, C. R. B. **Novas Conduas de Gestão em serviços de Informação**. São Paulo: USP/SIBi, 2003.

BORKO, H. Information Science: **What is it? American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre). Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/20164799/mod\\_resource/content/1/BORKO O Information%20science%20what%20is%20it%20.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/20164799/mod_resource/content/1/BORKO%20Information%20science%20what%20is%20it%20.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2014.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. (tradução) Maria Leticia Ferreira. São Paulo, 1. ed, Contexto, 2012.

CUNHA, M. B. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**. Tradução Bernadette Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998.

DEMO, P. Ambivalências da Sociedade da Informação. **Ciencia & Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2>>. Acesso em: 08 fev. 2014.

FONSECA, D. J. Formação, Inovação e Novas Tecnologias: lugar dos negros e dos empobrecidos. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.12, n.23, p.173-186, 2007. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CDQQFjAC&url=http%3A%2F%2Fseer.fclar.unesp.br%2Festudos%2Farticle%2Fdownload%2F505%2F393&ei=q847T-rMNcKugwfG2oWGCw&usg=AFQjCNFnoj4X2OxxtvQ\\_t28Nv0NKetONyw](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CDQQFjAC&url=http%3A%2F%2Fseer.fclar.unesp.br%2Festudos%2Farticle%2Fdownload%2F505%2F393&ei=q847T-rMNcKugwfG2oWGCw&usg=AFQjCNFnoj4X2OxxtvQ_t28Nv0NKetONyw). Acesso: 02 fev. 2014.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção docência em formação: Série saberes pedagógicos).

LE COADIC, Y. F. A Ciência da informação. Brasília, DF; Briquet de Lemos, 1996.

LIMA, I. F. ; AQUINO, M. A. **Conhecimento prudente para uma vida decente”**: uma análise da temática étnico-racial na produção de conhecimento em Ciência da Informação/Biblioteconomia/Arquivologia - período-2000-2013. João Pessoa, 2013 (Projeto de Iniciação Científica – PIBIC/UFPB)

MASINI, E. F. S. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MOOERS, C. **Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge**. *American Documentation*, 1951, v.2,n.1, p.20-32

ODDONE, N. E. **Atividade editorial & Ciência da Informação: convergência epistemológica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 1998, 226p. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, H. P. C. de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”**. João Pessoa, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ROMANI, C.; BORSZCZ, I. (org.). **Unidades de Informação: conceitos e competências**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006.

SANTOS, B. S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2003.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

**TO BE GUARANY - Estatísticas, dados e projeções atuais sobre a Internet no Brasil**. Disponível em: < <http://tobeguarany.com/internet-no-brasil/>>. Acesso em: 26 jul. 2014.

## “OS LABIRINTOS DA BIBLIOTECA NACIONAL”: TRAJETÓRIA POLÍTICA DO LUGAR DE MEMÓRIA BRASILEIRO

“THE MAZES OF NATIONAL LIBRARY”: POLITICAL HISTORY OF THE BRAZILIAN PLACE OF MEMORY

Luciana Grings  
Vera Dodebei

**Resumo:** A pesquisa busca traçar a trajetória da Biblioteca Nacional do Brasil na política do país desde o Império, a fim de investigar as causas de seu atual posicionamento dentro das políticas culturais adotadas pelos mais recentes governos que, segundo a documentação discutida, a colocaram em uma situação bastante desfavorável em termos de recursos estruturais, financeiros e de pessoal. Para tanto, adota os conceitos de lugar de memória, biblioteca nacional, patrimônio, simbólico (na obra de Castoriadis) e política cultural. Com a vinda da Família Real para o Brasil em 1808, a Real Biblioteca veio também e aqui ficou, mesmo depois da proclamação da Independência, sendo comprada por 800 contos de réis. Desde a sua chegada até hoje, a coleção já passou por três endereços, estando no momento alocada num prédio inadequado, com diversos problemas estruturais, e com capacidade de armazenamento há muito esgotada. Com mais questionamentos do que conclusões, os dados já coletados apontam para um entendimento de que a Biblioteca Nacional, enquanto instituição da memória literária e cultural do país, aparenta uma robustez que, no entanto, não é justificada por suas atuais funções de preservação da produção intelectual e de acesso às informações ali conservadas.

**Palavras-chave:** Biblioteca Nacional (Brasil). Memória coletiva. Patrimônio cultural. Política cultural.

**Abstract:** The research traces the history of the National Library of Brazil in the country's politics since the Empire, in order to investigate the causes of its current position within the cultural policies adopted by the recent governments that puts it in a very unfavorable situation in terms of structural resources, finances and personnel. To do so, adopts the concepts of place of memory, national library, heritage, symbolic (in Castoriadis works) and cultural policy. With the arrival of the Royal Family to Brazil in 1808, the Royal Library also came and stayed here even after the proclamation of Independence, being bought for 800 contos de réis. Since its arrival on Brazil, the collection has gone through three addresses and is currently allocated in an inadequate building, with many structural problems, and storage capacity have long exhausted. The thesis is still at an early stage and so far brings more questions than conclusions, but points to an understanding that the libraries, as institutions, appear robustness that does not actually have.

**Keywords:** National Library of Brazil. Collective memory. Cultural heritage. Cultural policy.

### 1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, estamos apresentando o início de uma pesquisa na qual tentamos delinear a trajetória política da Biblioteca Nacional do Brasil<sup>45</sup>, o lugar de memória nacional por excelência, e compreender as razões de sua decadência enquanto instituição referencial

---

<sup>45</sup> Daqui em diante, também tratada como “Biblioteca Nacional”, “FBN” ou “BN”.

cultural e biblioteconômica. Enquanto isso, procuramos estabelecer relações entre as políticas públicas de cultura ao longo do período de existência da Biblioteca Nacional e seu entendimento social e institucional como patrimônio da nação. Para tanto, trabalhamos essencialmente com as categorias de lugar de memória de Pierre Nora, com a evolução do conceito de patrimônio e patrimonialização, com a definição de biblioteca nacional, o conceito de imaginário e com as políticas culturais no Brasil a partir do estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, época em que a Biblioteca Nacional foi fundada.

Toda a revisão bibliográfica já iniciada servirá como pano de fundo para um debate: de um lado, a documentação, os relatórios, o que foi escrito e publicado sobre a Biblioteca Nacional; de outro, a voz do poder público responsável por ela desde a sua constituição como Fundação. Para contrapor a pesquisa bibliográfica, entrevistaremos os cinco Presidentes da Fundação Biblioteca Nacional, desde 1990, para tentar compor um quadro de seu entendimento do que é uma biblioteca nacional e seu ponto de vista sobre sua própria gestão da Biblioteca.

Para ilustrar a presença da Biblioteca Nacional no imaginário do país, iniciamos a discussão com um exemplo: em uma das novelas exibidas na televisão em 2014<sup>46</sup>, uma mãe recusa-se a contar um segredo de seu passado à filha, que desconfia que o segredo seja um estupro. Para confirmar suas suspeitas, ela resolve buscar as informações que puder encontrar nas fontes históricas disponíveis – e, para tanto, diz à melhor amiga que nem tudo que precisa está na Internet e que está indo “num arquivo lá no Centro, pra pesquisar uns jornais de época”.

Reconhecível para aqueles que a frequentam, estava lá, travestida de “arquivo lá no Centro” do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional do Brasil em cena. O belo vitral coberto pela claraboia do saguão central está escondido atrás de uma lona protetora com a logomarca da instituição – exigências de uma reforma há muito tempo necessária e prometida, e que finalmente está em andamento. A personagem se dirige a um balcão de atendimento fictício, e, não só fictícia como irrealisticamente, a recepcionista informa que vai entregar-lhe os microfilmes desejados para consulta num instante.

---

<sup>46</sup> “Em Família”, novela de Manoel Carlos exibida de fevereiro a julho de 2014 (EM FAMÍLIA, 2014)

FIGURA 1 – *Printscreen* de cena da novela “Em Família”

No *hotsite* de visualização dos capítulos da novela, na exibição da cena 11 é possível identificar a claraboia do hall central da Biblioteca Nacional coberta pela lona. Fonte: <http://gshow.globo.com/novelas/em-familia/capitulo/2014/4/19/clara-nao-consegue-parar-de-pensar-em-marina.html>

Evidentemente, é desnecessário e contraproducente incluir numa cena de ficção para o grande público toda a burocracia envolvida na pesquisa dentro de uma instituição como a Biblioteca Nacional. Entretanto, a discussão de profissionais bibliotecários e usuários da Biblioteca em torno do episódio nas redes sociais gerou debates e angústias<sup>47</sup>. Foi boa ou ruim esta exposição? Os leitores, frequentadores da Biblioteca, exigirão igual atendimento em suas demandas reais? Foi dado o devido reconhecimento ao trabalho lá desenvolvido? Esta cena serve de modelo para o atendimento na Biblioteca Nacional e em bibliotecas em geral? E, talvez a mais importante de todas as indagações, por que escolher a Biblioteca Nacional como cenário para uma exibição de menos de um minuto no horário nobre da televisão brasileira?

Para além de sua eventual relevância, estas questões servem para indicar que nem na ficção televisiva, disseminadora de informação e entretenimento para as massas, a representação das instituições culturais brasileiras – sejam as bibliotecas da vida real ou os arquivos das novelas - é feita de modo adequado e realista. O ideal seria que a ação desmistificasse a aura de recurso restrito que ainda paira sobre as bibliotecas e fomentasse a

<sup>47</sup> O perfil da Fundação Biblioteca Nacional no Facebook publicou duas postagens a respeito das gravações da novela, na semana entre 12 e 19 de abril de 2014. Juntas, as postagens tiveram 560 “curtidas” e quase 40 comentários, além de mais de 180 compartilhamentos. As opiniões foram diversas e trouxeram à tona não só a questão da “identificação” dada à BN, como o tratamento dado aos usuários regulares que por vezes são impedidos de fotografar, ou a falta de livros nas cenas gravadas. O comentário mais comum, entretanto, foi o elogio à beleza do cenário. Fonte: <https://www.facebook.com/bibliotecanacional.br?fref=ts>

vontade de utilização destes espaços. Entretanto, em casos específicos como o da Biblioteca Nacional, a tarefa de aproximar o público da instituição é mais complexa porque envolve a lida com o simbolismo particular da instituição, emprestado não só por sua história mas por sua corporeidade.

É muito comum, e necessário, haver instituições simbólicas para que profissões e profissionais tenham um norte, uma diretriz a seguir. Podemos entender esta estrutura, de uma biblioteca líder em um sistema de bibliotecas, como parte da ordem social apontada por Bourdieu (1996, p. 117). O autor aponta que a ordem arbitrariamente determinada assim permanece, reconhecida e ajustada num esquema de classificação estrutural imposto, objetiva e politicamente. Na Biblioteconomia, em nível mundial, as instituições encarregadas do papel de liderança são as bibliotecas nacionais – órgãos que vêm sofrendo de um desprestígio não só diante da sociedade como dentro da própria classe bibliotecária. Lord Dainton iniciou o prefácio ao livro de Humphreys (1987, p. vii) afirmando: “Em quase toda parte as bibliotecas nacionais estão em crise”. Jannice Monte-Mór, Diretora-Geral da Biblioteca Nacional durante praticamente toda a década de 70, também em 1987 observava:

[...] obedecendo a fenômeno generalizado que atingiu as bibliotecas nacionais, gradual e progressivamente a BN perdeu prestígio, eficiência; travada pela burocracia, desatualizaram-se suas coleções e técnicas, adquirindo uma lamentável imagem de organismo esclerosado. (MONTE-MÓR, 1987, p. 168).

Mas nem sempre foi assim: houve épocas em que a Biblioteca Nacional, apesar de todas as suas dificuldades, permaneceu ativa e na liderança da Biblioteconomia brasileira. Hoje em dia, contudo, o quadro é de um aparente apagamento quase que completo da BN, e das bibliotecas como um todo, na pauta das políticas de cultura nacionais. Novamente, é Monte-Mór quem aponta que uma das causas desse apagamento pode estar na própria formação dos bibliotecários:

A transferência [do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional para a Unirio] provocou, possivelmente pelo distanciamento físico, igual e progressivo distanciamento conceitual de “BIBLIOTECA NACIONAL” para os estudantes de Biblioteconomia. Qual é o seu significado? Pergunta raramente respondida com acerto. Em decorrência, formam-se profissionais distanciados informativa e afetivamente do real valor deste patrimônio. (MONTE-MÓR, 1987, p. 170. Grifo da autora)

## **2 BIBLIOTECA NACIONAL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO**

Não é de hoje que a Biblioteca Nacional presta serviços iconográficos às produções televisivas brasileiras, tanto na ficção, como vimos anteriormente, quanto em documentários e trabalhos jornalísticos. Suas salas já foram o gabinete da juíza vivida por Bruna Lombardi na novela “Roda de Fogo”, de 1986 (MEMÓRIA, 2013a); o analfabeto Vicente, interpretado por

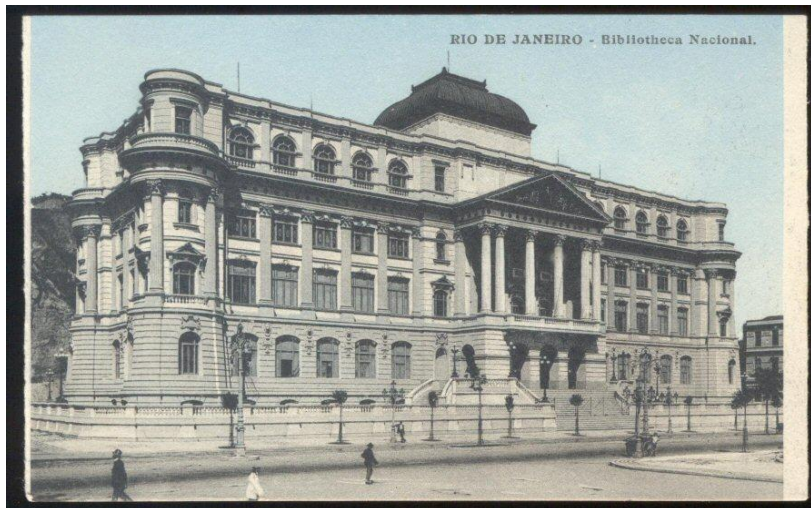
Pedro Paulo Rangel na novela “Sabor da Paixão”, de 2002, também foi tentar entender o mundo dos livros percorrendo as estantes da Biblioteca (MEMÓRIA, 2013b). Quanto aos documentários, é quase impossível nominar todas as produções que lá foram ambientadas: passando pelo documentário de 2006 “Uma Palavra”, sobre Chico Buarque, até o recente “Chumbo ainda mais quente”, episódio do programa Observatório da Imprensa sobre o golpe militar de 1964 (TV Brasil), inúmeras produções se aproveitaram da força imagética da coleção da Biblioteca para posicionar o trabalho numa atmosfera de credibilidade intelectual.

Com toda esta presença iconográfica e documental, afirmar que a Biblioteca Nacional é o lugar de memória por excelência da cultura brasileira parece ser um lugar comum: o site da instituição (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2014) informa sobre seu acervo de quase nove milhões de peças, entre livros, periódicos, material iconográfico e musical, dentre outros, o que a coloca na posição de maior biblioteca não só do país como da América Latina. Dito isto, todo o entendimento da Biblioteca ocorre como um patrimônio *per se* e como detentora de um patrimônio em constante crescimento e reconfiguração; a biblioteca é o local onde se estabelece a mais clara dualidade documento/monumento de que nos fala Le Goff (1996): ela é, em si, um monumento ao documento.

De fato, o prédio da Biblioteca é inegavelmente monumental. Seu projeto, de autoria do marechal Souza Aguiar, exhibe contornos que não negam sua influência militar: sua aparência de fortaleza, com torres laterais e robusta estrutura, foi executado em cinco anos e inaugurado em 1910. Orgulhosamente de frente para a cena cultural carioca do início do século XX, cravado em plena Cinelândia (alcunha do entorno da Praça Floriano, só consolidada duas décadas depois), na também novíssima Avenida Central, vizinho do novíssimo Theatro Municipal e do Museu Nacional de Belas Artes, o majestoso prédio secular exhibe internamente estilo eclético, com influências variando do neoclássico ao *art déco*. Era uma época de efervescência cultural e o prédio foi construído ali não por acaso: enquanto Sevckenko (1983) narra a tentativa do governo republicano de aproximar a atmosfera da parte central da cidade do modelo francês, urbano e cosmopolita, de circulação de intelectuais e literatos e discussões políticas em profusão, debatendo a Nova República e seu projeto de governo, Moraes (1987) comenta que o prefeito Pereira Passos achava que se tinha de “construir alguns edificios públicos monumentais, para enfeitar a cidade e enfeitar aquele largo ali” (p. 6). Junto com os demais prédios “públicos monumentais” que cercam a Cinelândia, o prédio da Biblioteca Nacional foi tombado como patrimônio nacional pelo

Iphan em maio de 1973<sup>48</sup>; entretanto, seu acervo ainda permanece com o status de tombamento provisório, desde 2002, no Instituto Estadual do Patrimônio Cultural.

FIGURA 2 – Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.



Projeto de Francisco Marcelino Souza Aguiar. Inaugurada em 1910. Foto de Marc Ferrez, 1910.

Acervo privado.

Quando visto com mais profundidade, entretanto, o projeto do edifício revelou-se rapidamente um fragoroso fracasso. Projetado para armazenar 400 mil volumes, sua estrutura e plantas “não poderiam ser mais inadequados” para uma biblioteca, na opinião emitida por Rubens Borba de Moraes na década de 40, em relatório vindo a público somente na década de 70 (MORAES, 1974, p. 104), e era “péssimo”, assim chamado por Jannice Monte-Mór (TV BRASIL, 1974), para ficarmos apenas em dois de seus diretores. À época de sua construção, o então diretor, Manuel Cícero Peregrino da Silva, foi convidado a visitar as obras e notou imediatamente a falta de salas de leitura. Rubens Borba de Moraes conta:

[...] em 1909, quando a construção do prédio estava quase pronta, o diretor da Biblioteca Nacional foi convidado a visitar as obras. Depois de percorrê-la perguntou pela sala de leitura. O engenheiro, muito assustado, respondeu que não sabia que era preciso uma sala de leitura na biblioteca... Fez-se então um "puxado" nos fundos do prédio... É claro que um edifício construído por notável engenheiro militar no estilo de fortaleza do tempo de Vauban e nas condições que dissemos não poderia, e nunca poderá ser, um prédio para biblioteca. (MORAES, 1974, p. 102)

<sup>48</sup> Processo 0860-T-82, em que foram tombados também, entre outros, o edifício do Museu Nacional de Belas Artes e o edifício do Teatro Municipal. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>



Hoje em dia, decorridos mais de cem anos de sua inauguração, a construção apresenta, visíveis até para o visitante comum, diversos problemas estruturais e estéticos: descascamento de pintura interna e externa, esquadrias degradadas pelo tempo, vidros rachados e quebrados, infiltrações, rachaduras nas claraboias que ocasionam entrada de água nos salões – situação denunciada há muito por Moraes (1974). Em função do excesso de peso – os 400 mil volumes previstos por Souza Aguiar no projeto já foram superados há décadas –, a estrutura do prédio também está comprometida. Espera-se que com a reforma em curso, cujo início a novela referida no início deste ensaio exibiu, alguns dos problemas sejam resolvidos.

É interessante notar como uma instituição dotada de tanto prestígio e simbolismo, como veremos a seguir, pode ter uma história recheada de tantos infortúnios. Um esboço rápido do histórico da Biblioteca Nacional do Brasil remonta, evidentemente, à Real Biblioteca portuguesa, recolhida por D. José I depois do terremoto seguido de incêndio que devastou Lisboa em 1755. Nesta fatalidade, quase toda a coleção da biblioteca perdeu-se, e com o empenho de D. José, uma nova coleção ergueu-se no Palácio Real português. Este acervo já contava com cerca de 60 mil peças no ano de 1807, quando D. João VI, Príncipe Regente, embarcou para o Brasil com sua Corte, fugindo da invasão napoleônica. As obras foram embarcadas posteriormente, em três etapas, de 1810 a 1811. Para acomodar a coleção, D. João designou primeiramente o Hospital da Ordem Terceira do Carmo, localizado na Rua Direita (hoje Av. Primeiro de Março), em frente ao Paço Imperial. Verificando a precariedade do local, logo determina a mudança para as catacumbas da mesma Ordem. Este ato, datado de 29 de outubro de 1810, é considerado o ato fundador da Biblioteca Nacional – uma das primeiras instituições de cultura em solo brasileiro (CARVALHO, 1994), se não a mais antiga (LAGO, 2005).

Com a segunda remessa dos livros da Real Biblioteca veio Luís Joaquim dos Santos Marrocos, ajudante da Real Biblioteca que aqui chegou com a incumbência de ser o “bibliotecário do Rei”, alcunha pela qual é conhecido até hoje. Em suas cartas, enviadas à família entre 1811 e 1821 e da qual há transcrição no v. 56 dos Anais da Biblioteca Nacional, estão relatos preciosos do tratamento dado ao acervo ainda à época da Corte. É dele, por exemplo, o pedido ao pai para que enviasse “uma cópia do sistema de classificação bibliográfica feita pelo Dr. Antônio Ribeiro dos Santos para a biblioteca pública: são papelinhos aqui de muita estimação, pois é terra de tudo estéril” (CARTAS, 1938, p. 46). Luís Marrocos também tinha uma aguçada perspectiva de conservação do acervo: propôs que se enviassem as duplicatas do acervo para uma biblioteca pública na Bahia, uma vez que já não cabiam no espaço da então Biblioteca e estariam fadadas à deterioração.

Com a Independência, proclamada em 1822, o bibliotecário responsável à época, padre Joaquim Damaso, não quis permanecer no país e retornou à Biblioteca da Ajuda em Portugal, levando consigo muitas das obras da Real Biblioteca ou “ao menos uma boa cópia deles” (CABRAL, 1878, p. 159). A parte do acervo que aqui ficou foi “comprada”, a título de indenização a Portugal, por 800 contos de réis, uma soma significativa para a época. Antes de mudar-se para sua sede atual, em 1910, a Biblioteca ainda teve outro endereço. Foi na Rua do Passeio, para onde a Biblioteca Imperial e Pública mudou-se em 1858, na administração de Frei Camillo de Monserrate. Vinte anos depois a Biblioteca ganhou o nome de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Ainda assim, a Biblioteca Nacional é uma instituição permanentemente em reconfiguração, vivida de um ponto de vista coletivo: de seu atendimento, de seus serviços, do afeto e da afeição que desperta em seu público, da acumulação de materiais e conhecimentos que constantemente altera o status de seu acervo – ou de seu patrimônio, melhor dizendo. As instituições hoje denominadas “bibliotecas nacionais” tiveram suas origens oficiais nas coleções – ou seja, nos patrimônios – das famílias reais europeias, na época medieval. O melhor exemplo é a Biblioteca Nacional da França, considerada a primeira biblioteca nacional, cuja coleção foi iniciada no século XIV e foi aberta ao público no século XVIII (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2013). Por serem acervos literalmente ricos, de peças raras e exuberantes, uma das funções mais primordiais destas bibliotecas sempre foi a de preservação de suas peças, o que ocorreu em paralelo com a consolidação dos Estados Nação europeus. Apesar da presença das bibliotecas ditas nacionais no cenário biblioteconômico ser reconhecida há sete séculos, foi somente na segunda metade do século XX que elas tiveram seus *status* consolidados. Em 1958, teve lugar em Viena o Colóquio sobre Bibliotecas Nacionais da Europa, cujo objetivo era

reavaliar a biblioteca nacional como instituição, a fim de verificar como ela se ajustou às mudanças sociais e como alguns dos conceitos tradicionais que permeiam suas atividades foram afetados pela sempre crescente produção de materiais impressos e as exigências da pesquisa moderna. (UNESCO, 1958, p. 1)

Curiosamente, dez anos antes do Colóquio, o escritor Josué Montello foi nomeado Diretor-Geral da Biblioteca Nacional do Brasil. Em seu discurso de posse, ele afirma que “Não devemos confundi-la [a biblioteca nacional], em seu sentido moderno, com uma biblioteca pública, que tem sentido e orientação diferentes. [. . .] Aqui não se cogita, como na biblioteca pública, apenas do leitor do nosso tempo, mas também do leitor dos tempos que hão de vir.” (MONTELLO, 1948, p. 6-7). Ou seja: já na primeira metade do século XX,

existia uma consciência tácita do papel essencialmente preservador de uma biblioteca nacional.

Com a revisão das recomendações e conclusões do Colóquio de Viena por ocasião da Conferência Geral da Unesco de 1970, consolidou-se a visão de que bibliotecas nacionais eram aquelas que, basicamente, serviam de depositárias da produção intelectual de um país e daí elaboravam produtos e serviços não só para o público, mas principalmente para a rede de bibliotecas da qual deveria ser líder. Até esta prerrogativa, em 1842, correu o risco de ser retirada da Biblioteca Nacional: uma iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) propôs que a autoproclamada “casa da memória brasileira” fosse a depositária legal da produção editorial em território nacional (GUIMARÃES, 1988).

Já o conceito de patrimônio é antigo e remonta, em especial, a formação da Igreja cristã, quando iniciou a acumulação de bens que demonstrassem devoção, como relicários, terços e demais artefatos. Entretanto, a percepção de que era possível não só montar um conjunto monumental/documental com características comuns, mas que este conjunto constituiria uma narrativa identitária de uma nação, ocorreu somente quando do nascimento dos Estados-Nação, notadamente na Europa, em meados do século XVIII. Neste momento, diversos conceitos constituintes de pequenas populações, ocupantes de um mesmo território, foram agrupados pela noção de uma única identidade nacional, cujo pilar principal era o seu patrimônio, ícone material de sua história e existência.

A patrimonialização pode ocorrer para “inventar” uma história e forjar uma identidade nacional que evoque características mais positivas, mais em concordância com os ideais professados por aquele grupo encarregado da narrativa patrimonial no momento – uma construção narrativa, em suma, que estabeleça uma representação de nação. Muito antes dos eventos que culminaram com a Revolução Francesa – ocasião em que a França se reinventou e se estabeleceu como Estado-Nação (CHUVA, 2009) -, o país já contava com o que se designa a primeira biblioteca nacional dentro dos modernos conceitos que norteiam estas instituições – apesar de que, conforme conta Darnton (1987), a produção de literatura ilegal e cinzenta grassava livremente na França pré-revolucionária e esse material provavelmente passou ao largo do depósito legal, a disposição legal que obriga todo impressor a enviar pelo menos um exemplar de sua produção para compor o que se propõe a ser um espelho da produção intelectual de um país.

Ao falarmos de um local de memória, como o é a Biblioteca, é impossível escaparmos da lembrança dos escritos de Pierre Nora (1993) a respeito. Embora fortemente calcados num momento histórico particularmente pontuado na história francesa – o aniversário da

Revolução – algumas de suas colocações são importantes para entendermos a dinâmica do local de memória que aqui referimos e tentamos compreender. Para Nora, um lugar de memória só funciona deste modo se estiver imbuído de uma aura simbólica; ou seja, pode não necessariamente ser um lugar em si, mas um objeto ritualístico ou um minuto de silêncio. Para Walter Benjamin (2012), por exemplo, seu lugar de memória crucial era sua coleção de livros, da qual ficou apartado durante todos os anos em que permaneceu em fuga pela Europa. Quando finalmente pôde estar de novo de posse de sua biblioteca, descreveu o ato de desembalar as caixas e encontrar cada capa, cada lombada, como um ato de memória amoroso da formação de sua coleção e de si mesmo como colecionista. De volta aos lugares de memória de Nora, para eles três facetas convergem, em maior ou menor grau: a material, a simbólica e a funcional. Constituídos por um jogo entre história e memória e embebidos da vontade de memória – caso contrário, são apenas lugares de história -, cabe aos lugares de memória a tentativa de refrear o esquecimento e acumular sentidos, sem perder sua vocação para a constante metamorfose e ressignificação.

### **3 BIBLIOTECA NACIONAL: DIMENSÃO SIMBÓLICA**

É notável a recorrência de uma expressão neste texto, costurando toda a fala sobre a significação de uma Biblioteca Nacional não só como representante da identidade de um país como no seu papel de liderança e representação junto à comunidade bibliotecária: a dimensão simbólica presente nas várias facetas da instituição. A fluidez com que o simbólico perpassa o discurso sobre a Biblioteca não ocorre à toa. Ao iniciar o texto trazendo elementos de ficção situados num cenário real, buscamos colocar também em jogo a perspectiva do imaginário que envolve a Biblioteca Nacional além das três facetas colocadas por Nora em seus lugares de memória: uma biblioteca de presença tão marcante, tão esteticamente relevante, e ao mesmo tempo de tão grande importância para a classe bibliotecária, certamente serve de fonte para um imaginário muito rico.

Vem de Cornelius Castoriadis (2000) um importante referencial para entender de que modo este imaginário perpassou a instituição Biblioteca Nacional; para ele, o imaginário é “criação incessante e essencialmente indeterminada [...] de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’” (p. 13). No caso que aqui comentamos, é a partir da criação da imagem da instituição solene, imbuída do espírito enciclopédico que Leibniz preconizou ainda no século XVII (BURKE, 2003, p. 98), abrigada em prédio imponente e quase intimidador, que se monta o simbolismo no qual se envolve a “Biblioteca Nacional”.

Mesmo envolta nesse simbolismo, a Biblioteca não pode se furtar a exercer suas funções na vida da sociedade em que se insere, contribuindo para, como Castoriadis ressalta, a “economia de conjunto da vida social” – funções estas que, como já comentado, são consolidadas no cenário biblioteconômico internacional e obedecem à ordem social preconizada por Bourdieu (1996). Ou seja, é preciso que haja uma dinâmica cíclica na atuação da Biblioteca: a fim de fazer jus ao seu status simbólico, é preciso manter-se ativa em sua missão, o que manterá seu simbolismo e assim por diante. Portanto, é preciso que a instituição também seja capaz de assumir a simples projeção de seu simbolismo para partir para a projeção do que a sociedade gostaria que a instituição fosse.

Com o passar do tempo, as funções das bibliotecas nacionais foram se modificando, em virtude de fatores diversos como a queda dos orçamentos destinados a elas e a inserção das tecnologias nos processos. É bem verdade que em tempos de cooperação e de redes, não há nenhuma função da biblioteca nacional que não possa ser exercida por outros organismos. Nas palavras de Line (1993, p. 89),

as bibliotecas nacionais estão muito mais seriamente ameaçadas do que as demais bibliotecas, porque elas não têm um público alvo estabelecido, nenhuma instituição a servir; elas servem às *nações*, mas essas são entidades muito amplas e nebulosas para formar um eleitorado de fato. Falando friamente, as bibliotecas nacionais não têm “fã-clube” (tradução e grifo nossos)

Mesmo assim, alguns autores apostam na perenidade da importância e do reconhecimento das bibliotecas nacionais como representantes legítimas da cultura de uma nação. Brault (1998), por exemplo, acredita que “a atitude do ser humano face ao patrimônio documentário revelará o nível de sua evolução cultural” (p. 61). Para ele, é desejável que uma instituição como a biblioteca nacional mantenha-se ocupada com a captação e preservação dos escritos do país a que se dedica. Mas questiona: “O que serão as bibliotecas nacionais do próximo milênio?” (p. 62) Quais serão os suportes que as bibliotecas captarão? Continuarão usando o nome biblioteca ou se tornarão midiatecas? Para ele, “as bibliotecas nacionais do futuro sobreviverão na medida em que se revelem indispensáveis para seu próprio país e para a rede internacional, cumprindo a função que lhes foi confiada por seu governo, função essa calcada no modelo proposto pela Unesco” (p. 64). Para Brault, uma biblioteca nacional só faz sentido se inserida numa rede de bibliotecas constituída sobre uma base política bem definida, sendo vista como “uma instituição nacional [...] essencial ao desenvolvimento cultural do Estado” (1998, p. 65).

É justamente ao pensar nas funções que a instituição Biblioteca Nacional “deve” exercer em determinado país, por “força” de uma convenção internacional, que Castoriadis

critica a visão funcionalista da colocação de uma instituição na sociedade. Para ele, apesar de tal colocação parecer absolutamente natural do ponto de vista do funcionamento da sociedade, ela implica em assumir que “o Espírito absoluto preside o nascimento ou a modificação de cada instituição que aparece na história” (p. 148). Embora reconhecendo este problema ontológico, o autor não o vê como empecilho para a identificação da importância do simbólico na sociedade; de fato, o reconhece como algo inerente tanto ao natural quanto ao histórico – em última análise, Castoriadis identifica o simbolismo como parte do racional.

Uma análise desta natureza, cujo objeto é o simbólico, evidentemente precisa lançar mão de ferramentas linguísticas que auxiliam na representação dos significantes em tela. Em nosso caso, pode-se dizer que o principal componente responsável pelo simbolismo atribuído à Biblioteca é, sem dúvida, o qualificativo “Nacional”, que busca unificar sua identidade patrimonial, sua identificação com a nação que representa, e sua desejada atuação em todo o território, não só atendendo os cidadãos brasileiros como a classe bibliotecária. A força deste adjetivo é tanta que a Biblioteca Distrital Leonel de Moura Brizola, em Brasília, adotou o nome fantasia “Biblioteca Nacional de Brasília”, por estar dentro do Complexo Cultural da República – o que, diante do quadro recente de pouco prestígio da Biblioteca Nacional do Brasil, acabou por confundir muitos usuários e bibliotecários.

Esta transposição fictícia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro para Brasília, apoiada na lógica da construção da Capital do país e na centralização de seus recursos de Estado, reforça o aspecto racional que Castoriadis mencionou estar imbricado no simbólico – exceto, talvez, por uma faceta física e pronunciadamente representativa da instituição encravada no Centro daquela que foi Capital do país até 1960: a monumentalidade do prédio, aspecto tão crucial do simbolismo envolvido na instituição que serviu de mote para iniciarmos a discussão. Enquanto que a visão da Biblioteca carioca é imponente, firme, robusta, a Biblioteca de Brasília foi projetada dentro da tradição do desenho arquitetônico de Oscar Niemeyer, de linhas simples e que, por vezes, dificultam o aspecto funcional do prédio.

FIGURA 3 – Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola, em Brasília.



Projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. Obra entregue inacabada em 2006.

Permitimo-nos neste momento uma digressão, um desenvolvimento de um raciocínio embasado no que já vimos até agora: se a Corte portuguesa era, como se sabe, francamente católica; se Dom João VI tinha tanto apreço por sua Livraria que a trouxe consigo quando veio para a então Colônia; se Dom Pedro I pagou tão caro pelo acervo para mantê-lo no novo Império; se Dom Pedro II era um homem de letras, um estadista de renome, político querido e de boa figura no exterior, por que o apreço pela Biblioteca não estendeu-se politicamente quando veio a República?

A navalha de Occam<sup>49</sup> nos vem à cabeça e suscita uma hipótese: conforme já vimos, bibliotecas eram símbolos de poder, de domínio cultural. Com o passar do tempo, a imagem permaneceu consolidada, mas à transição dos regimes políticos, de monárquicos para republicanos, esqueceu-se de informar aos governos que as bibliotecas não se sustentam sozinhas. Como diz Lilia Schwarz (2002, p. 418): “É porque na história das bibliotecas sempre se impôs esta mesma duplicidade: observadas internamente são frágeis e passageiras; vistas com maior distanciamento parecem indestrutíveis”.

#### 4 A GESTÃO DO SIMBÓLICO

Ao longo dos mais de 200 anos de existência, a Biblioteca Nacional do Brasil passou por diversas subordinações administrativas que demonstraram a teoria de Lilia Schwarz de que as bibliotecas são frágeis e passageiras – e ainda assim, de um simbolismo inegável.

---

<sup>49</sup> Princípio lógico atribuído a Guilherme de Occam, que recomenda que se necessário escolher uma teoria para explicar algo, que se escolha a que implique o menor número de entidades necessárias à explicação. O princípio recomenda assim que se escolha a teoria explicativa que implique o menor número de premissas assumidas e o menor número de entidades. Em outras palavras, a explicação mais simples (que envolve o menor número de premissas e entidades envolvidas) tende a ser a mais correta.

Desde o início da República e no começo do século XX, a Biblioteca Nacional prestava contas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com o desmembramento deste em 1930, a Biblioteca Nacional inaugura sua fase de subordinação ao Ministério da Educação – e Saúde, na época. O Ministério assim permaneceu até 1953, quando tornou-se Ministério da Educação e Cultura. A Biblioteca passou a pertencer à administração indireta em 1981, quando passou a integrar a Fundação Nacional Pró-Memória juntamente com o Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1985 a Fundação sai dos auspícios da Educação e é transferida para recém-criado Ministério da Cultura (MinC), desmembrado do antigo MEC. Ali ficou até 1987, quando compôs a Fundação Nacional Pró-Leitura. Em 1990 uma nova fase administrativa é criada: por força de decreto, extingue-se o INL e a Biblioteca vira Fundação Biblioteca Nacional, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, com duas bibliotecas subordinadas, além do recém-criado Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

A partir dos anos 70, ocuparam o posto maior de dirigente da Biblioteca Nacional onze pessoas<sup>50</sup>, sendo que, nos últimos quarenta anos, apenas quatro bibliotecárias chegaram ao posto máximo da administração da Biblioteca – e nenhum profissional bibliotecário o fez desde 1990. Consenso entre todas as gestões, desde as do século XIX, foram as dificuldades enfrentadas pela Biblioteca Nacional, resumidas em três carências: de espaço, de pessoal e de recursos financeiros. Todos os relatórios de gestão vindos a público<sup>51</sup>, sem exceção, apresentavam queixas de seus diretores nesse sentido. Além disso, outros problemas foram marcantes na história da gestão da Biblioteca. Enquanto algumas administrações foram marcadas por questões trabalhistas, de conflito com os servidores, outras foram responsáveis pelo completo apagamento da atuação da Biblioteca – e conseqüente diminuição, ou esquecimento, da força de seu simbolismo. Nas palavras de Pedro Corrêa do Lago, Presidente da Fundação no período 2003-2005, “A Biblioteca tem uma marca muito boa, mas estava dormente” (VIANNA, 2004). Corrêa do Lago foi um dos gestores mais polêmicos da BN: as

---

50 Foram Diretores-Gerais da Biblioteca Nacional a bibliotecária Jannice Monte-Mór (12/5/1971-1979), Plínio Doyle (10/5/1979-1982), Celia Zaher (1/2/1982-1984), Maria Alice Barroso (22/3/1984-1989), Lia Temporal Malcher (25/8/1989-6/7/1990) e Ronaldo Menegaz (16/7/1990-16/12/1990), interinamente, até a transição completa para o *status* de Fundação. Desde então, passaram pela Presidência da Fundação Biblioteca Nacional o escritor Affonso Romano de Sant’anna (1990-1997), Eduardo Portella, entre 1997 e 2003, Pedro Corrêa do Lago (2003-2005), o sociólogo Muniz Sodré (2005-2011) e o jornalista Galeno Amorim, no período 2011-2013. No momento, o cargo de Presidente da Fundação é ocupado por Renato Lessa, cientista político e professor.

<sup>51</sup> Os relatórios de gestão da Biblioteca Nacional foram publicados nos Anais da Biblioteca, com uma interrupção importante de 1943 a 1971, quando Jannice Monte-Mór retomou a prática de publicar os relatórios da Diretoria.



contas de sua gestão foram inicialmente rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União (e aceitas sete anos depois); além disso, foi acusado de, por negligência com a segurança na casa, ter facilitado o roubo de cerca de mil peças da coleção iconográfica da Biblioteca (JARDIM, 2012). Outra gestão polêmica foi a do jornalista Galeno Amorim, responsável por uma reestruturação administrativa da Biblioteca que, na opinião de muitos, desviou a Fundação de suas atividades primordiais e encaminhou os recursos da instituição para atender os interesses do mercado editorial (GASPARI, 2012).

Nomeado para o cargo de Presidente da Fundação em 2011 pela então ministra da Cultura Ana de Hollanda, Amorim trouxe para a estrutura da FBN a Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), originalmente pertencente ao MinC (FILGUEIRAS, 2013). Para lá encaminhou grande parte de seus esforços e recursos, criando projetos de disponibilização de livros a baixo custo para bibliotecas e empenhando-se em empreitadas de cunho fortemente editorial, como a representação da Biblioteca na Feira do Livro de Frankfurt em 2013 e de Bolonha em 2014 (MIRANDA; CAZES, 2013). É evidente que, como suas antecessoras, a gestão Galeno Amorim herdou diversas dificuldades de ordem estrutural e técnica da Biblioteca; entretanto, neste período elas chegaram num ponto tão crítico que o dirigente chegou a ser denunciado de forma contundente pela imprensa nacional. Num último movimento para tentar equilibrar a estrutura, em janeiro de 2013 a Fundação Getúlio Vargas foi contratada para

[...] fazer o Plano Diretor até 2022. O aprimoramento dos processos administrativos, o apoio para a formação de quadros, a reorganização estatutária e, ainda, a implantação de um rigoroso sistema de gestão de projetos estão no escopo da parceria. Este contrato, de 18 meses, prevê investimentos de até R\$ 6,9 milhões. A ação principal é o apoio na realização das licitações para modernização e retrofit do prédio-sede e do novo prédio. As primeiras obras começarão já nos próximos meses com base em projetos existentes, mas as intervenções principais exigirão meses de estudo. Neste momento a equipe da FGV, com apoio nosso, está ouvindo os especialistas internos, além de especialistas brasileiros e instituições do exterior. Também será realizado nos próximos 120 dias um grande reparo do sistema central de ar-condicionado, que ficará como solução provisória até a entrada em funcionamento de um sistema novo, definitivo, que deve levar entre 24 e 30 meses. Acreditamos que em três anos teremos as intervenções principais prontas. (RODRIGUES, 2013)

A combinação de um contrato milionário para a execução de um plano diretor para a Biblioteca e das péssimas condições institucionais a que ele estava atrelado culminaram num bombardeio de notícias sobre a Biblioteca: antes camufladas, agora todas as informações sobre a situação institucional estavam sendo disseminadas pela mídia impressa, radiofônica e televisiva. Nunca se vira tantas fotos e matérias denunciando o estado de degradação da

Biblioteca como no primeiro semestre de 2013. Em março de 2013, Galeno Amorim foi exonerado pela Ministra Marta Suplicy, que substituíra Ana de Hollanda. No início do segundo semestre, a Controladoria Geral da União emitiu um relatório apontando graves problemas administrativos no exercício 2012, incluindo favorecimentos ilícitos, convênios irregulares e contratos sem licitação<sup>52</sup> (O QUE DIZ..., 2013)

É deste período crítico para a Biblioteca, em que a instituição sofreu com a falta de condições mínimas de trabalho, inundações por pane no sistema de ar condicionado, falta flagrante de pessoal e de recursos, inexistência de espaço para alocar o mais importante acervo do país, que partiu a vontade de investigar o porquê do descaso com a mais antiga instituição cultural brasileira. O editorial do jornal que publicou uma matéria polêmica, intitulada “O Ocaso da Biblioteca Nacional” (FILGUEIRAS, 2013), assinado por Marcelo Balbio (2013, p. 7), resumia:

Boa parte da fachada está encoberta por estruturas de alumínio. As catracas de segurança são cenográficas, já que não registram quem entra e sai do prédio. O ar-condicionado está parado desde maio do ano passado, e são ventiladores (alguns levados por funcionários) que precisam dar conta do recado. Cartazes nas portas avisam que é proibido usar tomadas para carregar notebooks e afins, para evitar sobrecarga na rede elétrica. Os bebedouros foram removidos para manutenção, e lá ficaram. No setor de periódicos, há 20 computadores novinhos, que até hoje nunca foram ligados. Caixas com livros são empilhadas em corredores, porque não há espaço para guarda-los. Este é o cenário que aguarda o visitante na Biblioteca Nacional, no Centro, a maior da América Latina. Entra gestor, sai gestor, os problemas se acumulam.

## 5 CAMINHOS DENTRO DO LABIRINTO

Por óbvio o presente momento está ainda muito próximo do momento crítico que apresentamos anteriormente. Entretanto, é necessário ter-se em mente que a memória é sempre uma relação com o presente: lembrar-se é sempre uma construção de um momento passado – mesmo que há pouco – a partir do momento atual. Ou seja: hoje, sob nova Presidência e decorrido pouco mais de um ano do período crítico da administração da Biblioteca, parece que qualquer perspectiva é positiva, e que a memória, mesmo que “fresca”, reconstrói um período conturbado que todos prefeririam mergulhar no esquecimento. Indispensável então assinalar que o tema trata das imbricações entre cultura, política, e as interferências do Estado no fazer cultural, na memória supostamente completa da produção de cultura letrada da Nação.

---

<sup>52</sup> Relatório n. 201305625 da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro. Processo 01430.000163/2013-18. Disponível em: [http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/5560\\_%202012\\_FBN\\_RG201305625.pdf](http://sistemas.cgu.gov.br/relats/uploads/5560_%202012_FBN_RG201305625.pdf)

A obra na Biblioteca, referida no início do texto, “coadjuvante” na novela das nove, causou o cercamento completo do prédio com estruturas de alumínio, que foram grafitadas por jovens de uma comunidade carioca com temas relativos ao livro e leitura. Frases de intelectuais e ex-presidentes da Fundação também foram colocadas no muro temporário, chamando a atenção para a importância da leitura e informando que, apesar da aparência, a Biblioteca continua funcionando normalmente. O ar condicionado foi parcialmente consertado, mantendo a mesma estrutura da década de 50, enquanto não é possível um estudo completo para instalação de um sistema mais moderno. As caixas de livros são movidas entre prédios, mas o problema do armazenamento continua e só se resolverá quando o chamado prédio Anexo estiver em plenas condições de receber o acervo – o que ocorrerá quando a obra de transformação de um antigo silo em prédio que abrigue livros seja concluída, ou seja, em no mínimo cinco anos. Neste ponto, provavelmente também ele estará com sua capacidade de armazenamento esgotada e recomeçará a busca por outro espaço para a preciosa coleção herdada dos reis de Portugal. Como disse o jornalista Marcelo Balbio, os problemas se acumulam e se perdem nos “labirintos da Biblioteca Nacional” (MIRANDA; CAZES, 2013), título de matéria publicada anunciando o relatório de auditoria da Controladoria Geral da União que denunciava irregularidades na gestão da Biblioteca. Infelizmente, pensando na fragilidade das bibliotecas que Lilia Schwarz diagnosticou, talvez não haja solução ágil o suficiente nas vias administrativas estatais para resolver os problemas do mais importante lugar de memória brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ANAIS da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1876- . Anual.

BALBIO, Marcelo. Uma página ainda por virar. **Revista O Globo**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 453, p. 7, 31 mar. 2013.

BENJAMIN, Walter. **Desembalo mi biblioteca**: el arte de coleccionar. Barcelona: Centellas, 2012.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. **De la Librairie royale à la BnF**. [Paris], 2013. Disponível em: [http://www.bnf.fr/fr/la\\_bnf/histoire\\_de\\_la\\_bnf/a.sept\\_siecles.html](http://www.bnf.fr/fr/la_bnf/histoire_de_la_bnf/a.sept_siecles.html). Acesso em: 20 jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BRAULT, Jean-Rémy. A Biblioteca Nacional do futuro: algumas reflexões impertinentes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 61-66, jan./jun. 1998.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CABRAL, A. do Valle. Galeria dos Bibliothecarios da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro: 1822-1870. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 1, p. 158-160, 1878.

CARTAS de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 56, 1938,

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional (1807-1990)**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHUVA, Marcia. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009

DARTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

EM FAMÍLIA. [Rio de Janeiro: 2014]. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/novelas/em-familia/index.html>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

FILGUEIRAS, Mariana. O Ocaso da Biblioteca Nacional. **Revista O Globo**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 453, p. 34-39, 31 mar. 2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/cultura/o-ocaso-da-biblioteca-nacional-7990961#ixzz2YrGdNRmV> >. Acesso em: 31 mar. 2013.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. 2014. Disponível em: <<http://www.bn.br>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

GASPARI, Elio. A privatária arruína a Biblioteca Nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 set. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/columnas/eliogaspari/1147041-a-privataria-arruina-a-biblioteca-nacional.shtml> . Acesso em: 02 set. 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HUMPHREYS, K. W. **A national library in theory and in practice**. [London]: The British Library, 1987.

JARDIM, Lauro. Em situação regular. **Veja**, São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/tag/pedro-correa-do-lago/> Acesso em: 15 jun. 2014.

LAGO, Pedro Corrêa do. Mil dias na Biblioteca Nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2005. Disponível em: [http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=128&titulo=Mil\\_dias\\_na\\_Biblioteca\\_Nacional](http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=128&titulo=Mil_dias_na_Biblioteca_Nacional) . Acesso em: 15 jun. 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.

LINE, Maurice B. The changing role of National Libraries. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NATIONAL LIBRARIES: towards the 21<sup>st</sup> century, Taipei, Apr 20-24. Proceedings... Taipei, 1993. P. 87-104.

MEMÓRIA Globo: Roda de Fogo. 2013a. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/roda-de-fogo/galeria-de-personagens.htm> . Acesso em: 12 jun. 2014.

MEMÓRIA Globo: Sabor da Paixão. 2013b. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/sabor-da-paixao/galeria-de-personagens.htm> . Acesso em: 12 jun. 2014.

MIRANDA, André; CAZES, Leonardo. Os Labirintos da Biblioteca Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jul. 2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/cultura/os-labirintos-da-biblioteca-nacional-9073525#ixzz2ZRhUEKuT> > Acesso em: 18 jul. 2013.

MONTE-MÓR, Jannice. Patrimônio Bibliográfico e a Problemática das Bibliotecas Nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987.

MORAES, Rubens Borba de. **Depoimento de Rubens Borba de Moraes**: n. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, 1987.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde (março de 1945). Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 91-106, jan./jun. 1974.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

O QUE DIZ o documento da CGU sobre a Biblioteca Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jul 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/o-que-diz-documento-da-cgu-sobre-biblioteca-nacional-9073704> . Acesso em: 18 jul. 2013.

RODRIGUES, Maria Fernanda. “Obras devem levar no mínimo dez anos”, afirma presidente da Biblioteca Nacional. **Portal Aprendiz**, 26 fev. 2013. Disponível em: < <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/02/26/obras-devem-levar-no-minimo-dez-anos-afirma-presidente-da-biblioteca-nacional> /> Acesso em: 15 jul. 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TV BRASIL. Raro documentário sobre a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Direção José Alberto Nobreporto. 1974. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d1qow2ccg9s> Acesso em: 02 ago. 2014.

UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958: final summary report. Paris: 1958.

VIANNA, Luiz Fernando. Corrêa do Lago causa receio por Lei do Livro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2004. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u44814.shtml> . Acesso em: 04 maio 2014.

## O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS NA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

*THE PROCUREMENT PROCESS FOR PERSONAL ARCHIVES AT FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ*

Renata Silva Borges  
Eduardo Ismael Murguia

**Resumo:** Analisa o processo de aquisição de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz, instituição de pesquisa que por meio da Casa de Oswaldo Cruz e do seu Departamento de Arquivo e Documentação tem o compromisso de preservar o acervo sob sua custódia. A localização de arquivos pessoais de interesse para a memória e história das ciências e da saúde, a aquisição, o tratamento documental e a disponibilização desses arquivos para a pesquisa, constituem atividades do departamento, que possui em seu acervo arquivos pessoais e coleções de cientistas, médicos, sanitaristas, dentre outros profissionais que se destacaram no universo da Saúde Pública brasileira e internacional. A partir da dissertação de mestrado intitulada *A Institucionalização de Arquivos Pessoais na Fundação Oswaldo Cruz: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero*, apresenta e explica as etapas do processo de aquisição de arquivos pessoais, a saber: localização de arquivos pessoais; seleção do arquivo a ser adquirido; seleção de documentos do arquivo a ser adquirido; transferência de custódia, coleta do arquivo e assinatura do termo de doação; arquivamento e documentação do processo; incorporações de documentos ao arquivo (remessas posteriores). Utiliza como referenciais teóricos a bibliografia produzida sobre arquivos pessoais entre 1980 e 2013, período no qual o debate em torno das práticas arquivísticas se intensificou, ampliando a produção e a disseminação de conhecimento para a Arquivologia e outras áreas cujo arquivo constituiu objeto de reflexão. E como metodologia, a pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Conclui que o conceito de aquisição de arquivos abrange a doação, modalidade mais usual de aquisição de arquivos pessoais na instituição pesquisada, e que este compreende um processo de trabalho respaldado teoricamente, de fundamental importância para a preservação e integridade dos arquivos pessoais.

**Palavras-chave:** Aquisição de arquivos pessoais. Arquivologia. Memória. Fundação Oswaldo Cruz.

**Abstract:** Analyzes the personal archives acquisition process at Oswaldo Cruz Foundation, a research institution that is committed to the preservation of the collection in its custody, through the institution House of Oswaldo Cruz and its Department of Archives and Documentation. The location of personal archives that are of interest to the memory and history of Science and Health, the acquisition process, the documentary treatment and the proper disposal of these files for research purposes constitute the department's main activities, which maintain in its collection relevant personal archives as well as collections of scientists, doctors and health workers, among other professionals who have excelled in the Public Health area, both Brazilian and international. From the dissertation entitled *The Institutionalization of Personal Archives at Oswaldo Cruz Foundation: the acquisition process of the Cláudio Amaral and Virginia Portocarrero archives*, it introduces and explains the steps of the acquisition process of personal archives, namely: finding the personal archives; selecting the archives to be acquired; selection of documents from the archives to be acquired; custody transfer, picking-up the documents and firming the donation agreement; archiving and documentation process; incorporations of new documents to the archives (later inclusions).

Uses as theoretical references the bibliography on personal archives between 1980 and 2013, during which the debate on archival practices intensified, expanding the production and dissemination of knowledge to the Archival area as well as to other whose archives constituted suitable object of reflection. Also, the methodology used was the qualitative research with an exploratory approach. Concludes that the whole concept of archives acquisition covers the donation - the most common mode of personal archives acquisition used by the research institution - and that this comprises a theoretically supported work process, which is of fundamental importance for the preservation and integrity of personal archives.

**Keywords:** Acquisition of personal archives. Archivology. Memory. Oswaldo Cruz Foundation.

## 1 INTRODUÇÃO

Santos (2003) faz uma interessante síntese dos estudos da memória coletiva na sua relação com a teoria social. No primeiro capítulo, apresenta uma cartografia conceitual sobre a construção social da memória, considerando seus quadros sociais e suas interações nos planos individual e coletivo. Assim, destaca-se a importância da memória na construção de uma identidade dentro dos enquadramentos do passado.

Parece-nos importante mencionar brevemente que, a inserção da memória, em alguns casos obedece ao papel que determinadas instituições realizam para tal fim. Observa-se também que num primeiro desdobramento há uma intencionalidade de construção de uma memória institucional, isto é, uma construção do passado da instituição. Enquanto que outro desdobramento se apresenta quando vemos que existem determinadas instituições criadas com a finalidade de fazer memória num âmbito mais amplo.

No caso, queremos apresentar as articulações pelas quais, um arquivo pessoal se torna um dispositivo de memória via sua institucionalização. Assim, observamos os percursos oficiais pelos quais esses acervos, são incorporados por uma instituição.

Este trabalho apresenta as etapas e os registros documentais identificados no processo de aquisição de arquivos pessoais pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Departamento de Arquivo e Documentação<sup>53</sup> (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), setor

---

<sup>53</sup> O DAD/COC/Fiocruz foi criado com o objetivo de preservar e divulgar os acervos adquiridos pela Fiocruz e suas origens remontam ao Projeto “Constituição de um Arquivo Histórico para a Fundação Oswaldo Cruz”. Este projeto foi realizado por meio de uma cooperação técnica e financeira entre a Fiocruz e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no final da década de 1980. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ<sup>53</sup>, 1990, p.3). Antes do DAD, a preservação da documentação de valor histórico da Fiocruz era realizada pelo Museu da Casa de Oswaldo Cruz.



encarregado da preservação e acesso aos fundos<sup>54</sup> custodiados pela instituição. E embora busque enfatizar as etapas da aquisição de arquivos pessoais como processo e o correlato documental remanescente de cada uma das etapas apresentadas, compõem-se também de uma parte destinada à fundamentação teórica dos conceitos de arquivos pessoais e de aquisição, fundamentais para a compreensão do texto, e de um resumo contendo dados biográficos e a descrição do processo formal de aquisição dos fundos Cláudio Amaral e Virgínia Portocarrero.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Observa-se entre os programas de pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros, que houve nos últimos anos um interesse crescente dos profissionais que atuam nos arquivos em estabelecer e ampliar o diálogo entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Segundo Angelica Alves da Cunha Marques (2013), a Arquivologia, assim como a Documentação, a Biblioteconomia, a Museologia, e a Ciência da Informação, tiveram as suas trajetórias marcadas, no campo informacional pelo compartilhamento de tensões em torno da definição de seus objetos, e dos conflitos resultantes de lutas e representações peculiares ao campo científico.

A Arquivologia se constituiu como disciplina científica, por meio das relações entre as práticas, a teoria, estatuto científico e objeto de estudo. E uma análise sobre a sua trajetória no campo científico revela duas vertentes: uma que tem origem nos arquivos produzidos no âmbito das atividades administrativas, cujo foco é a gestão de documentos; e outra na pesquisa histórica e nos arquivos históricos. À estas correspondem duas correntes de práticas e pensamentos que consolidam, por um lado, nos países europeus, cujo objeto de análise está concentrado nas práticas e saberes dos arquivos históricos; e por outro lado, nos países de fora da Europa, onde a atuação dos chamados “profissionais da informação” é profundamente influenciada pela Biblioteconomia e pela Documentação, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial.

Para Theo Thomassen (2006), a Arquivologia se difere de outras ciências devido aos seus objetos, objetivos e metodologias. Como objeto ela apresenta a informação e seus processos de produção; quanto aos objetivos da área ela analisa os documentos como produtos e produtores de atividades sociais; e como metodologia, analisa os usos dos processos de

---

<sup>54</sup> Fundo na literatura arquivística é sinônimo de arquivo definido como conjunto de documentos. Para ver mais, sugere-se a consulta ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p.97).

trabalho como estruturas para a análise de documentos, considerando-se as funções e atividades que os originaram.

No Brasil, ao longo dos anos de 1980, se fortaleceram os movimentos das instituições arquivísticas, bem como das bibliotecas, museus e centros de documentação, em busca do resgate e da reconstrução da memória nacional e da história das instituições. Cada área em questão se mobilizou em busca da preservação e difusão dos acervos sob suas responsabilidades, como forma de viabilizar o exercício da cidadania por meio do exercício do direito à informação.

As instituições arquivísticas, assim como os serviços de arquivo em instituições públicas e privadas passaram a ser vistos como territórios, onde o acesso e a difusão de informações sobre os seus acervos seriam possíveis. Além disso, houve maior preocupação com a implementação da gestão de documentos, que em muitas instituições também coube ao arquivo.

Segundo Lúcia Maria Velloso de Oliveira (2012), os arquivos pessoais começaram a ser vistos como fontes em razão do atendimento de uma demanda social. A busca pelos arquivos pessoais no Brasil como fontes de pesquisa histórica se intensificou a partir da década de 1970, em decorrência da diversidade informacional destes conjuntos, para subsidiar a produção de conhecimento.

Arquivos pessoais são conjuntos de documentos produzidos e acumulados por pessoas no decorrer das suas atividades ao longo de sua trajetória pessoal e profissional, mesmo antes de serem recebidos por instituições para fins de preservação e acesso. Esses conjuntos documentais passam, dos lugares onde são gerados e utilizados em suas funções primárias, para o lugar das fontes históricas em decorrência das necessidades de usuários (os historiadores, os genealogistas, dentre outros) e esta passagem está condicionada à disponibilidade de doadores.

A preservação desses arquivos pelas instituições está sujeita a critérios de seletividade, o que pressupõe a existência de um processo decisório no qual os arquivos pessoais são objetos de disputas, o que faz com que o processo de aquisição seja uma ação política fundamental à preservação. Os valores atribuídos ao arquivo como objeto relevante, e as decisões sobre o que vai ser adquirido e preservado em caráter permanente determinam os contornos e limites do acervo custodiado por uma instituição.

Como aponta Mary Douglas (2007), a institucionalização é uma convenção. As condições para o surgimento de uma convenção dependem dos interesses compartilhados por um determinado grupo, coordenado por regras mantidas enquanto houver concordância

coletiva. E o surgimento de conflitos pressupõe a perda de coordenação, e, portanto, mudança de regras.

Os arquivos pessoais aparecem na literatura arquivística como uma categoria dos arquivos privados, como é possível observar no conceito de arquivos como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27). Esta definição é sinônimo do conceito de fundo, como “conjunto de documentos de uma mesma proveniência” (idem, p.97). Sendo o conceito de arquivo privado o “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado de arquivo particular” (idem, p.35). E o de arquivo o “arquivo de pessoa física” (idem, p.34).

Segundo Philippe Artières (1998), os arquivos pessoais são manipulados ao longo de sua geração pelos seus titulares (os produtores) como uma prática de construção individual e de resistência ao esquecimento. O indivíduo que documenta a si mesmo, se preocupa com a perenidade de sua imagem, para além de sua própria vida. É necessário considerar que o titular de um arquivo ou seus herdeiros fazem seleções e eliminações de documentos, conforme as suas necessidades, e que essas ações fazem parte do processo de construção do arquivo.

Para Angela de Castro Gomes (2004), os arquivos pessoais resultam das mudanças nas práticas sociais que proporcionaram a construção de valores aos documentos produzidos por pessoas “comuns”, no âmbito das mais variadas ações por elas desempenhadas. São em parte, produto de uma “escrita de si”, gênero documental que surge e ganha importância entre indivíduos a partir dos séculos XVIII e XIX<sup>55</sup>. Para a autora:

A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser mais bem entendida a partir da idéia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. (GOMES, 2004, p. 10).

A partir da constatação dos autores observa-se que antes do arquivo institucionalizado por meio do processo de aquisição existe o trabalho do seu produtor e acumulador, e a relação que este indivíduo tem com os seus documentos. E que entre este indivíduo e a instituição de custódia, há uma longa trajetória, sujeita a interceptações que podem implicar em modificação

---

<sup>55</sup> Segundo Gomes, tal prática tem início a partir das necessidades individuais de registros das experiências cotidianas, da valorização das biografias e autobiografias, do surgimento dos museus e do romance moderno. (GOMES, 2004, p. 10).

do conjunto original, ou à descaracterização do mesmo, comprometendo suas características arquivísticas.

Aquisição é, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p.4) a “ação formal em que se funda a transmissão de propriedade de documentos e arquivos (1). Ver também: **entrada de documentos**”. E por “entrada de documentos” o “ingresso de documentos no protocolo ou no arquivo (2). Ver também: **aquisição, registro** (4)<sup>56</sup>.” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p.33, grifos do autor).

O termo recolhimento, embora esteja ligado à transferência de custódia de arquivos públicos, quando os documentos em idade permanente ingressam no lugar destinado a guarda definitiva desses acervos, é uma expressão muito utilizada para designar a entrada de arquivos pessoais em serviços ou instituições arquivísticas por meio da doação<sup>57</sup>.

O Termo de Doação é um tipo de contrato específico para a aquisição de arquivos pessoais bastante utilizado por instituições públicas. O seu formato vai variar em decorrência da organização e orientação jurídica de cada instituição na celebração de seus acordos de transferência de custódia de arquivos pessoais entre o doador e a instituição<sup>58</sup>.

Diferentes dos arquivos públicos produzidos e acumulados pelas instituições, e recolhidos ao arquivo permanente, os arquivos pessoais ingressam nas instituições públicas e privadas, principalmente por meio de doação. Muitas instituições de pesquisa<sup>59</sup> que se dedicam à preservação de arquivos na atualidade, ao iniciarem o trabalho nesse campo tiveram como objeto da constituição de seus acervos os conjuntos documentais (pessoais e institucionais) dispersos pela própria instituição. Esses arquivos foram encaminhados para o serviço de arquivo constituído e, somente a partir de então, passaram a ser preservados de fato.

Para Lúcia Maria Velloso de Oliveira (2012) a aquisição de arquivos pessoais é uma ação política. E ainda segundo a autora:

---

<sup>56</sup> Para saber mais sobre os conceitos de entrada de documentos e de registro, ver: ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p. 33 e 65, respectivamente. E ainda ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 72 e 145, respectivamente.

<sup>57</sup> Para saber mais sobre o conceito de recolhimento ver: ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 143. E ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1996, p. 64.

<sup>58</sup> Sobre o conceito de Termo de Doação, ver: ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 161.

<sup>59</sup> Como exemplo, pode-se citar além da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

As questões políticas envolvem o programa de aquisição<sup>60</sup> da instituição custodiadora, as prioridades de organização e o acesso aos acervos. Dentro desse escopo devemos observar:

- a missão da instituição custodiadora dos arquivos;
- os objetivos institucionais da unidade organizacional;
- os mecanismos de divulgação dos acervos;
- as características individuais dos arquivos quanto à sua natureza e restrições. (OLIVEIRA, 2012, p. 17).

Theodore Roosevelt Schellenberg (2006) sugere aos profissionais encarregados da preservação e da institucionalização de arquivos privados, alguns cuidados indispensáveis aos recolhimentos ou entradas (*accessionregisters*)<sup>61</sup> realizadas em várias remessas. O registro da entrada de cada uma das remessas, e das informações obtidas junto aos doadores ou vendedores no momento da aquisição desses arquivos está entre as medidas por ele sugeridas. Segundo o autor, o Registro de Entrada de Documentos:

Deve conter os seguintes dados sobre cada recolhimento: a) a proveniência, indicada pelo nome da pessoa ou entidade que produziu, colecionou, vendeu ou doou os papéis ao repositório de manuscritos, ou pelos três; b) o caráter, que deve ser indicado por meio de informação sobre os principais tipos físicos e formas aí encontradas, o assunto, refletido pela natureza da atividade que deu origem à sua produção, o caráter de seu produtor, e as datas em que foram produzidos; e c) as condições de aquisição, incluindo, se convier, informação sobre o preço de compra, restrições quanto ao uso e direitos autorais que couberem. (SCHELLENBERG, 2006, p. 233).

Na literatura é possível verificar que os arquivos pessoais devem ter a sua integridade e características arquivísticas preservadas. Os autores pesquisados evidenciaram em épocas distintas a importância da descrição documental, mencionando o registro de informações e a documentação da entrada de arquivos pessoais nas instituições como parte importante da preservação e difusão desses arquivos, referindo-se aos cuidados com a informação sobre os arquivos adquiridos, e sinalizando como necessários os cuidados com o processo de documentação do acervo. Nesse sentido, sugerem que as diretrizes de uma política de aquisição devem conter orientações sobre o processo de documentação da entrada de acervo nas instituições, visando à preservação e acesso ao mesmo.

---

<sup>60</sup> Nota do Autor: “Entende-se aquisição como o processo de entrada (compra, doação ou transferência) de um acervo para custódia em um serviço arquivístico ou instituição arquivística.” (*id. ibid.*).

<sup>61</sup> “Accessionregister” é o termo correspondente a ‘registro de entrada de documentos’ que é o “Instrumento de controle de entrada de documentos num arquivo (2), em geral em ordem numérico-cronológica”. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 145.

A questão inicial da pesquisa ainda em seu planejamento foi “que critérios norteiam a aquisição de arquivos pessoais como processo na Fiocruz?” E em resposta, tanto do ponto de vista teórico quanto empírico identificou-se a “relevância” do arquivo em função da importância do seu titular no universo da ciência e da saúde. Em torno da relevância surge a linha de acervo que a instituição deseja ter como limites para a constituição de seu acervo no bojo de suas linhas de pesquisa. Esta constatação sinaliza que a aquisição está relacionada às demandas de pesquisa histórica da própria instituição e de seus atores (agentes diretamente ou indiretamente a ela vinculados por relações de trabalho ou outras).

### **3 A AQUISIÇÃO DOS ARQUIVOS PESSOAIS DE CLÁUDIO AMARAL E DE VIRGÍNIA PORTOCARRERO**

O início do processo de aquisição do arquivo pessoal de Cláudio Amaral ocorreu por iniciativa de pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), envolvidos na concepção de uma exposição em comemoração aos noventa anos da Revolta da Vacina, nos primeiros anos da década de 1990. A seleção de fontes para este projeto incluiu a entrevista coletada com o titular e os documentos do seu arquivo pessoal, que ele foi aos poucos doando para a instituição. A doação ocorreu em várias remessas e o titular foi entrevistado novamente entre 2000 e 2001, no âmbito de um outro projeto sobre a memória da poliomielite. Seu arquivo pessoal trata-se de um fundo aberto<sup>62</sup>.

O processo de aquisição do arquivo Virgínia Portocarrero teve início durante a participação de uma pesquisadora do Departamento de Pesquisa/Casa de Oswaldo Cruz (DEPES/COC) em um seminário sobre saúde do trabalhador<sup>63</sup> (MACIEL; BORGES, 2012, p. 113). No referido seminário Virgínia Portocarrero conheceu e se interessou pelo trabalho de história oral desenvolvido pela COC/Fiocruz, e também manifestou o desejo de doar o seu arquivo para a instituição. Entre os anos de 2008 e 2010, Virgínia concedeu uma entrevista que foi cedida para o acervo de história oral da instituição, formalizou a doação e iniciou o processo de transferência do seu arquivo para o Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz (DAD/COC), que ocorreu em três remessas. O seu arquivo também é um fundo aberto.

---

<sup>62</sup> Arquivo passível de receber novos documentos, pois o titular ou instituição encontra-se em fase produtiva. Para saber mais, ver o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.98)

<sup>63</sup> A comunicação “Memória e História da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz” foi apresentada pela pesquisadora Ana Beatriz de Sá Almeida. Não foram localizadas referências de publicações da pesquisadora sobre o trabalho apresentado.

### 3.1 Cláudio Amaral e seu arquivo

Cláudio do Amaral Júnior, nasceu em 1934, em Araraquara, cidade do interior do Estado de São Paulo. cursou o primário, o ginásio e o segundo grau em colégios de sua cidade natal e de São Paulo. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde cursou o pré-vestibular, com o objetivo de concorrer a uma vaga para o curso de medicina na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ou na Universidade Federal Fluminense<sup>64</sup> (UFF). Foi aprovado para as duas instituições e optou pela segunda, onde estudou entre 1963 e 1967. (CASA DE OSWALDO CRUZ, 1995, 2001).

Ao se formar, foi atuar como médico sanitário no campo da Saúde Pública brasileira. Entre 1967 e 1973 trabalhou na Campanha de Erradicação da Varíola (CEV), um órgão vinculado à Organização Mundial da Saúde (OMS). No âmbito de suas funções nesta instituição foi coordenador de campanhas de imunização no Maranhão, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Santa Catarina. Após este período, atuou como consultor da OMS entre os anos de 1973 e 1976 na Índia, e entre 1976 e 1980 trabalhou na erradicação da doença na Etiópia, onde presenciou o último caso de varíola no mundo.

Quando retornou ao Brasil em 1980 ocupou vários cargos, dentre eles: a direção do Departamento de Epidemiologia da Fundação SESP (Fundação de Serviços de Saúde Pública), a direção do Departamento de Epidemiologia e Controle de Doenças da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, e a assessoria do Ministério da Saúde. Participou da coordenação das campanhas de vacinação contra poliomielite, sarampo e tuberculose e do Programa Nacional de Imunizações (PNI), e foi o coordenador geral do Programa de Hepatite B na área Amazônica.

Durante os anos de 1990, ocupou a Superintendência Geral de Projetos do Ministério da Saúde, foi presidente da Comissão Nacional de Meningites, presidente da Comissão Nacional de Prevenção do Cólera, dentre outras atividades. Representou o Brasil em diversos eventos ligados a Epidemiologia, devido a sua experiência nas campanhas de vacinação e erradicação de doenças.

O seu arquivo pessoal reflete principalmente a sua trajetória profissional, com documentos distribuídos em seis grupos, que espelham as funções desempenhadas pelo titular.

---

<sup>64</sup> Até o ano de 1965, Faculdade Fluminense de Medicina. Após 1965, pela Lei Nº 4.831 de 5 de novembro de 1965, Universidade Federal Fluminense (UFF). Para saber mais, ver o site da instituição (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, [Documento Eletrônico], último acesso em 2014).

Estes grupos são: Vida Pessoal; Formação e Administração da Carreira; Docência; Pesquisa, Gestão e Implementação de Políticas de Saúde Pública; e Relações Interinstitucionais e Intergrupos<sup>65</sup> (CASA DE OSWALDO CRUZ [documento eletrônico], último acesso em 2013).

Sobre o processo formal de aquisição do seu arquivo destacam-se dois documentos: uma cópia do Termo de Doação e uma cópia do memorando do departamento para a presidência da Fiocruz solicitando a assinatura do presidente da instituição. O referido termo é um documento de duas páginas, sem data, contendo a logomarca da Fiocruz, a indicação de subordinação da instituição ao Ministério da Saúde, a identificação da espécie documental Termo de Doação e apresenta na primeira parte do documento as informações pessoais do titular (nome completo, nacionalidade, estado civil, número do CPF<sup>66</sup>, número da carteira de identidade e endereço residencial). Essas informações foram preenchidas à mão.

O doador, por meio deste documento declarou a transferência de propriedade do seu arquivo (acervo histórico, biográfico e bibliográfico) para a Fiocruz, isentando-a de quaisquer ônus ou restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros. A Fiocruz, por sua vez, declara aceitar e incorporar o arquivo ao seu acervo, enquanto patrimônio material e cultural, assumindo a posse, direito e ação sobre a referida documentação.

Quanto às obrigações, a instituição, por meio da COC/Fiocruz, se responsabiliza por organizar, inventariar e conservar o arquivo, dispondo-o ao acesso de pesquisadores com interesses acadêmicos e culturais, conforme o modo e condições estipulados pela instituição. O documento é assinado pelo doador, pelo presidente da Fiocruz, pelo diretor da referida unidade e pelo chefe de departamento do DAD/COC.

### 3.2 Virgínia Portocarrero e seu arquivo

Virgínia Maria de Niemeyer Portocarrero, nasceu em 23 de outubro de 1917, em São Francisco Xavier, no Rio de Janeiro. Devido à carreira militar de seu pai, Virgínia cresceu entre a cidade do Rio de Janeiro e outras do interior, e de outros estados, como: em Barbacena e Juiz de Fora, em Minas Gerais (CASA DE OSWALDO CRUZ, 2008). Coursou o primário no Colégio Maria Imaculada, e o secundário no Colégio Pedro II, onde se formou em Ciências e Letras. Ao concluir o Secundário, estudou desenho, e ingressou no Curso de Extensão

---

<sup>65</sup> Para saber mais sobre a metodologia de organização dos arquivos pessoais custodiados pela Fiocruz, ver: SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

<sup>66</sup> Cadastro de Pessoa Física.



Universitária de Aperfeiçoamento em Arte Decorativa. Posteriormente formou-se Enfermeira Samaritana da Cruz Vermelha Brasileira.

Trabalhou como ilustradora no Instituto Nacional do Mate, e ao saber da chamada do governo Federal para o voluntariado para a Segunda Guerra Mundial, matriculou-se no Curso de Enfermeiras de Emergência da Reserva do Exército, sendo selecionada ao final para o corpo de enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira (FEB), composto por 73 profissionais, dentre as quais 67 enfermeiras hospitalares e 6 especialistas em transporte aéreo. De onde foram enviadas para atuar em hospitais de campanha do exército norte-americano na Itália, durante a participação brasileira na guerra (BRASIL. EXÉRCITO [documento eletrônico], 2014)<sup>67</sup>.

Ao retornar da Itália, trabalhou durante algum tempo como escriturária da Saúde Escolar até assumir o posto de enfermeira do Exército definitivamente. Durante esse período, fez: Curso de Relações Públicas, Curso de Pós-graduação em Higiene da Alimentação. Trabalhou no Hospital Central do Exército (HCE), onde foi reformada alguns anos mais tarde, e no Departamento de Saúde Escolar do Distrito Federal.

O arquivo Virgínia Portocarrero é constituído por quatro grupos<sup>68</sup>: Vida Pessoal; Formação Profissional e Acadêmica; Atividade Profissional e Administração da Carreira. E reflete a sua trajetória profissional e pessoal (CASA OSWALDO CRUZ [documento eletrônico], 2013)<sup>69</sup>.

Sobre o processo de aquisição do arquivo, destacam-se os seguintes documentos: uma cópia do Termo de Doação; uma cópia do memorando do DAD/COC para o Departamento de Administração da COC (DA/COC) solicitando a publicação no DOU, assinado pela chefia do departamento; e uma cópia do Extrato de Doação publicado na imprensa oficial.

O referido termo é um documento de duas páginas, com a data cronológica na segunda, contendo a logomarca da Fiocruz, a identificação da espécie documental Termo de Doação e apresentando na primeira parte do documento as informações pessoais da titular

---

<sup>67</sup> EXÉRCITO. Disponível em: [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br) Último acesso em 24 fev. de 2014.

<sup>68</sup> Para efeito deste trabalho, considera-se grupo a subdivisão de uma classe em um plano ou código de classificação (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.101). E subgrupo a subdivisão de grupo (Idem, p.158).

<sup>69</sup> CASA DE OSWALDO CRUZ. Disponível em: [www.coc.fiocruz.br](http://www.coc.fiocruz.br) Último acesso em fev. de 2014.

(nome completo, nacionalidade, estado civil, número do CPF<sup>70</sup>, número da carteira de identidade e endereço residencial). As informações foram preenchidas à mão.

O doador, por meio deste documento, declara transferir em caráter irrevogável o arquivo em questão (seu acervo privado de documentos textuais, sonoros, visuais e audiovisuais em quaisquer suportes), de sua propriedade, para a Fiocruz, isentando a instituição de quaisquer ônus e restrições quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros.

Na primeira cláusula, a Fiocruz assume a posse, direito, domínio e ação que outrora cabiam ao doador. Na segunda cláusula, se obriga por meio da COC/Fiocruz e como donatária, a organizar, inventariar e conservar o arquivo, tornando-o disponível para os pesquisadores em razão de suas pesquisas com finalidades culturais e acadêmicas. A terceira cláusula autoriza a Fiocruz a utilizar o arquivo no todo ou em parte para as finalidades mencionadas, permitindo o acesso dos usuários ao mesmo por meio do fornecimento das condições necessárias.

A cláusula quarta menciona que se aplique ao Termo de Doação as disposições da Lei nº 8.159/91, e aos artigos 538 a 564 do Código Civil. E a cláusula quinta registra que o presente termo será elaborado em duas vias de igual conteúdo e teor, para o mesmo fim a que se destina.

A data de assinatura é de 29 de março de 2010, e consta no documento a assinatura do doador, do presidente da Fiocruz, do diretor da COC/Fiocruz, do chefe do DAD/COC e ainda de duas testemunhas. As duas folhas do Termo de Doação são carimbadas pelo Setor de Protocolo da Diretoria de Administração (DIRAD).

#### **4 AS ETAPAS DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO E A DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO**

A apresentação das etapas pertinentes ao processo de aquisição de arquivos pessoais a seguir constitui-se do resultado da análise dos dados coletados junto aos participantes do processo de aquisição dos arquivos pessoais de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero, e do que foi identificado sobre a aquisição como processo na literatura levantada sobre o tema.

A coleta de dados foi realizada por meio de reuniões informais com cada participante da aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero, e do encaminhamento a cada um deles de um questionário (Apêndice 1). O critério para a seleção desse grupo de informantes foi que os membros estivessem vinculados à Fiocruz durante o

---

<sup>70</sup> Cadastro de Pessoa Física.

período da coleta de dados<sup>71</sup>, e que tivessem participado do processo de aquisição dos arquivos pessoais selecionados, independentemente do cargo ou função ocupado na época da institucionalização do arquivo.

#### **4.1 Localização do arquivo**

Esta etapa consiste na localização de arquivos pessoais de interesse da instituição, em razão de suas demandas, que podem ser sinalizadas por pessoas vinculadas ou não à esta. Outra forma de localizar estes arquivos é por meio da oferta dos doadores, que podem estabelecer contato com a Fiocruz. Contudo, a efetivação da aquisição está condicionada ao interesse da instituição pelo arquivo, assim como o momento para adquiri-lo vai depender da capacidade da instituição em preservar e dar acesso ao arquivo, bem como à disponibilidade do mesmo pelos seus detentores.

Durante esta etapa, têm início as negociações e a identificação preliminar do arquivo. A identificação poderá se estender ao longo do processo e também ao longo de incorporações de documentos ao arquivo já doado, em momentos posteriores à doação formal. A negociação envolve atores e instituições: doadores, profissionais do DAD/COC/Fiocruz, outros profissionais da Fiocruz e de outras instituições diversas.

Os documentos gerados ao longo desta etapa costumam ser: os e-mails trocados entre os membros da equipe assim como outras formas de comunicação registrada; os relatórios<sup>72</sup> de registro de informações importantes de serem mantidas para subsidiar o processo de aquisição e manter um histórico a respeito; as listagens preliminares de identificação e o constitutivo do arquivo pessoal.

#### **4.2 Seleção do arquivo a ser adquirido**

Esta etapa corresponde ao processo decisório para a aquisição do arquivo e envolve vários atores e instituições articulados. As trocas de informações geradas durante o levantamento preliminar entre os envolvidos são fundamentais, em especial entre a equipe que inspeciona a documentação do fundo e os gestores da instituição.

Essas informações devem ser registradas em relatórios e outros documentos. Os documentos usualmente gerados ao longo desta etapa: e-mails trocados entre os membros da equipe assim como outras formas de comunicação registrada; os relatórios de registro de

---

<sup>71</sup> Entre agosto e setembro de 2013.

<sup>72</sup> Na literatura e nas respostas dos informantes não foi identificado um tipo ou formato específico de relatório para esta finalidade.

informações importantes para subsidiar a aquisição por manterem um histórico a respeito do processo; as listagens preliminares de identificação do arquivo; e minutas do Termo de Doação.

Ao longo desta etapa ocorre o contato direto da equipe com o arquivo, por meio das visitas para o reconhecimento do material que compõe o arquivo pessoal.

### **4.3 Seleção de documentos do arquivo a ser adquirido**

Além da visita mencionada na etapa anterior, poderão ocorrer outras visitas ao acervo após a decisão pela aquisição do arquivo. As visitas terão como objetivo principal, levantar informações sobre o conteúdo do arquivo e fazer a devida separação do material que será transferido para a instituição de custódia, daquele que será mantido pelo doador. A equipe de profissionais desejável, deverá ser composta por profissionais de diversas áreas que preservam acervos, como: arquivos, biblioteca e museu, pois os arquivos pessoais costumam conter documentos das três áreas.

O objetivo de uma composição de equipe multidisciplinar é o de avaliar o arquivo sob várias perspectivas e verificar se ele está em condições de ser adquirido é de preservar a integridade do conjunto documental. É imprescindível a presença de um profissional da equipe responsável pela conservação e restauração dos acervos das áreas mencionadas.

A avaliação da equipe permitirá averiguar as reais condições do conjunto documental: se trata-se mesmo de um arquivo ou de uma coleção, se o arquivo se relaciona às linhas de pesquisa da instituição e ao perfil do acervo, os diferentes suportes, a procedência, as características arquivísticas e as possibilidades de tratamento. A equipe deverá estar atenta ainda para o fato de os documentos de arquivo se constituírem em documentos de valor permanente, de acordo com a legislação em vigor, o que impede que sejam feitas eliminações arbitrárias de documentos após a custódia definitiva e formal.

No caso da equipe constatar que há poucos documentos relativos às atividades pessoais ou profissionais do titular, pode ser solicitado ao doador que ele disponibilize os documentos, explicando a importância dos mesmos. Os profissionais deverão sugerir também que não sejam dados documentos que não apresentem relação orgânica com o arquivo. Em ambos os casos, a equipe e o doador deverão chegar a um acordo possível para as duas partes.

A equipe deverá estar atenta para a existência de documentos institucionais em meio ao arquivo pessoal, e perguntar ao doador como estes documentos foram parar lá e informa-lo de que tais documentos são institucionais. Todas as informações obtidas sobre a origem dos documentos junto ao doador deverão ser registradas em relatório.

O doador deverá informar da existência de documentos sobre os quais ele pretenda manter reservas quanto ao acesso, para que essa condição seja registrada no ato da formalização da doação. Cabe à equipe prestar todos os esclarecimentos necessários sobre os aspectos legais da transferência de custódia, por exemplo, que o arquivo doado para uma instituição pública passará a ser de propriedade da União, e que o acesso ao mesmo será aberto ao público.

Nas visitas ao acervo deverão ser acordados os procedimentos para a transferência do arquivo para a instituição. Se a transferência ocorrer em várias remessas é importante que cada uma delas seja documentada por meio de relatórios e listagens. Esses documentos deverão ser arquivados, junto com a correspondência e outras formas de comunicação trocadas. Dois cuidados são fundamentais durante a transferência da documentação para a instituição: a utilização do transporte institucional, preferencialmente; e os cuidados com a manipulação e acondicionamento de documentos para o transporte.

Durante esta etapa deve ser intensificada a identificação do arquivo utilizando-se os instrumentos já mencionados e concentrando as informações pertinentes ao conteúdo do arquivo, histórico de produção e acumulação da documentação, e dados biográficos do titular. Até esta etapa é importante que seja criada uma rotina de arquivamento dos documentos produzidos e recebidos ao longo da aquisição. Todos os relatórios e listagens deverão ser datados

Poderão ser realizadas entrevistas com o titular do arquivo, com a sua família ou outras pessoas para incrementar as informações sobre a história de vida do titular e do seu arquivo. Os documentos gerados, nesse caso, serão os roteiros de entrevistas, a cópia da transcrição ou do arquivo digital gerado. No caso de a entrevista constar do acervo de História Oral do DAD/COC/Fiocruz, deverá haver a referência à mesma em um relatório de acompanhamento, para facilitar a localização.

#### 4.4 Transferência de propriedade

A transferência de propriedade ocorre com a formalização do processo de aquisição e após a definição do que vai ser doado para a instituição deve-se cuidar da elaboração do Termo de Doação. A modelagem do documento deve seguir os rigores legais e exigências do setor responsável pela assessoria jurídica da instituição.

Esta etapa contempla a assinatura do Termo de Doação e o cuidado de anexar a ele cópias das listagens preliminares de identificação do arquivo. O Termo deve ser assinado pelo titular, ou por seus herdeiros e sucessores, bem como pelos responsáveis legais representantes da instituição que vai se responsabilizar pela custódia do arquivo. Após assinado necessita ser

publicado no Diário Oficial da União (DOU). Uma das vias assinadas deve ser arquivada na instituição e outra deve ser encaminhada ao doador. É importante que o DAD/COC receba uma cópia para os seus arquivos caso a via original fique arquivada em outro setor da instituição.

#### **4.5 Guarda do arquivo adquirido e documentação**

Nesta etapa ocorre o encaminhamento da documentação adquirida para a área de guarda específica para arquivos recém-chegados ao DAD/COC. Nesse momento deve-se conferir a documentação com as listagens preliminares. Qualquer inconsistência deverá ser registrada em relatório, e tomadas as providências para solucionar a questão.

Os relatórios de acompanhamento, bem como e-mails trocados entre as equipes do DAD/COC deverão ser arquivados. Na etapa atual, deverá ser feita uma conferência na documentação do processo de aquisição do arquivo, para verificar pendências em relação ao registro de informações e a necessidade de incluir cópias de documentos, listagens e relatórios.

#### **4.6 Incorporações de documentos ao arquivo**

Pode ocorrer em algum momento após o período de formalização da aquisição, quando são encaminhados para a instituição de custódia novas remessas de documentos para serem inseridos em um arquivo já adquirido. Usualmente, essa ação não se configura como uma nova doação, mas como uma incorporação. Esses documentos devem ser listados, tomando-se o cuidado de elaborar listagens e identificar o material. Ao serem encaminhados para a inserção no arquivo do qual fazem parte também deverá ser elaborado um relatório de acompanhamento relatando a incorporação, e este deverá ser arquivado junto à documentação do processo de aquisição formal.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da análise da literatura constatou-se que os arquivos pessoais são conceituados e problematizados na teoria como arquivos e que a aquisição é uma ação fundamental na preservação dos mesmos. É durante as primeiras etapas do processo de aquisição que se inicia a identificação dos documentos que os constituem e que se define os contornos do fundo a ser institucionalizado. Os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de se estabelecer critérios e metodologias para o processo de aquisição.

Com relação ao conceito de aquisição, este desdobra-se em várias modalidades, sendo que no caso da instituição analisada, o recolhimento e a doação, embora se constituam em

ações distintas, são termos empregados para designar a aquisição de arquivos pessoais. Não é o uso do termo recolhimento em lugar de doação que acarretará em prejuízos para o trabalho de preservação dos arquivos pessoais, mas a falta de atenção para os critérios, que agregam detalhes técnicos e políticos relacionados à transferência de custódia de fundos pessoais para instituições de guarda.

Por meio da análise dos dados biográficos de Cláudio Amaral e Virgínia Portocarrero, da forma como cada arquivo foi organizado, e das impressões dos informantes sobre o processo de aquisição dos arquivos estudados, foi possível compreender que os informantes e a instituição por intermédio destes, têm conhecimento do que é um arquivo pessoal e de como ocorre o processo de aquisição dos mesmos.

A partir da sistematização das etapas e documentos do processo de aquisição de arquivos pessoais foi possível observar que estas apresentam aspectos formalizados por meio de documentos como o Termo de Doação. E ainda que, os procedimentos para a aquisição são de conhecimento dos profissionais que atuam no DAD/COC.

## REFERÊNCIAS

### Publicações

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 1-30, 1998.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB/NR-SP, 1996.

BORGES, Renata Silva. **A institucionalização de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz**: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e de Virgínia Portocarrero. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ : 2014. 161 f.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Ed. USP, 2007.

GOMES, A. C. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

MACIEL, L. R.; BORGES, R. S. Metodologia de organização de arquivos pessoais: o fundo Virgínia Maria Niemeyer Portocarrero, enfermeira da FEB. *In: Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da ciência*. Rio de Janeiro : Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, p. 113-138.

MARQUES, A. A. C. **A Arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

OLIVEIRA, L. M. V. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

\_\_\_\_\_. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. São Paulo: USP/Programa de História Social, 2010. (Tese) Doutorado em História Social.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo : Annablume, 2003.

SANTOS, P. R. E. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. São Paulo: USP/Programa de História Social, 2008. (Tese) Doutorado em História Social.

\_\_\_\_\_. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

\_\_\_\_\_. **Arquivos de cientistas**: gênese documental e procedimentos de organização. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

SANTOS, P. R. E.; SILVA, M. C. S. M. (Orgs.). Apresentação. *In*: \_\_\_\_\_. **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da Ciência. Rio de Janeiro: AAB, 2012. p. 7-10.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

SILVA, M. C. S. M. Controle de acervos. *In*: SILVA, M. C. S. M. (Org.). **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 13-32.

\_\_\_\_\_. **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

SILVA, S. C. A. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.

SILVA, W. M. **Arquivos de interesse público e social**: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos. Niterói: UFF / PPGCI, 2011. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Informação.

THOMASSEN, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 5-16, jan./jun., 2006.

### Entrevistas

CASA DE OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro). **Depoimento oral de Cláudio Amaral Junior para o projeto Memória da Poliomielite**, jun.-jul. 2001.

\_\_\_\_\_. **Depoimento oral de Virgínia Portocarrero**, 14 mar. 2008.



\_\_\_\_\_. **Entrevista com Cláudio do Amaral Junior. Videodocumentário sobre a Revolta da Vacina**, 1995. Direção: Eduardo Thielen e Stella Oswaldo Cruz Penido (material não editado).

### Fontes Eletrônicas

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Disponível em: [www.conarq.arquivonacional.gov.br](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br) Último acesso em 23 de maio de 2013.

BRASIL. EXÉRCITO. Disponível em: [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br) Último acesso em 24 fev. 2014.

BRASIL. Lei 8159, de 9 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br> Acesso em: 11 jul. 2012.

CASA DE OSWALDO CRUZ (Rio de Janeiro). Portal da Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: [www.coc.fiocruz.br](http://www.coc.fiocruz.br) Último acesso em 23 de maio de 2013.

\_\_\_\_\_. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Cláudio Amaral**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br> Último acesso em 20 de nov. de 2013.

\_\_\_\_\_. Departamento de Arquivo e Documentação. **Fundo Virgínia Portocarrero**. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br> Último acesso em 20 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Base Arch**. Base de dados do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: [www.coc.fiocruz.br](http://www.coc.fiocruz.br) Último acesso em 26 de set. de 2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2006-2007**. Disponível em: [www.coc.fiocruz.br](http://www.coc.fiocruz.br) Último acesso em 20 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2008-2009**. Disponível em: [www.coc.fiocruz.br](http://www.coc.fiocruz.br) Último acesso em 20 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades 2010-2011**. Disponível em: [www.coc.fiocruz.br](http://www.coc.fiocruz.br) Último acesso em 20 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. Casa de Oswaldo Cruz. **Fundo Virgínia Portocarrero**: inventário. Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/virginia-portocarrero/> Último acesso em 29 de maio 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Histórico. Disponível em: <http://www.coseac.uff.br/cidades/nithist.htm> . Último acesso em 29 de setembro de 2014.

## APÊNDICE 1

### Questionário sobre o processo de aquisição de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo Cruz

1 – Se você participou da aquisição de um dos arquivos abaixo citados, assinale-o com um (X):

( ) Arquivo pessoal Cláudio Amaral

( ) Arquivo pessoal Virgínia Portocarrero

2 – Você se lembra de quando e como surgiu o interesse institucional pelo referido arquivo?

3 – Segundo a sua experiência, como é o processo de aquisição de arquivos pessoais na instituição onde você trabalha?

4 – Durante o processo de aquisição formal de um arquivo pessoal por uma instituição pública, que cuidados são necessários e que tipos de documentos devem ser emitidos?

5 – Segundo a sua experiência, que atores (os doadores, os titulares dos arquivos, etc.) e que instituições (associações profissionais, universidades, instituições de pesquisa, etc.) estão envolvidos no processo de aquisição de arquivos pessoais?

6 – Segundo a sua experiência, que critérios são considerados na decisão pela aquisição de um arquivo pessoal?

7 – Em sua opinião, o que é um arquivo pessoal?

8 – Considerando a sua resposta anterior, que dificuldades você identifica na determinação de limites entre o que é público e o que é privado na documentação que constitui um arquivo pessoal?

## INFORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL NO ACERVO IMAGÉTICO DA EVOT – PARAÍBA

*INFORMATION, HERITAGE AND CULTURAL IDENTITY IN THE IMAGETIC ARCHIVE OF  
THE EVOT – PARAÍBA*

Sandra Maria Barbosa Lima

**Resumo:** Neste artigo focalizamos a significação da imagem do Acervo Imagético da Escola Viva Olho do Tempo, do Vale do Gramame, Paraíba, como representação de um espaço e de tempo e, de acontecimentos como patrimônio cultural de uma instituição/comunidade não governamental. A nossa escolha pelo método de pesquisa recaiu sobre o método etnográfico, que consiste de estudo de símbolos e das características da comunicação, e é básico para compreender o homem, a sua história, seu pensamento, sua arte e suas instituições, das quais a maioria dos membros faz parte de três comunidades com características negras e indígenas no Vale do Gramame-PB, denominadas de Engenho Velho, Gramame e Mituaçu. Entendemos a fotografia como linguagem proposta por Dubois (2011) e, ao mesmo tempo, como um elemento constitutivo do processo fotográfico, resultando na *informação visual* como nos revela Dodebei (2002). A informação é entendida como matéria cultural ou artefato, conforme aponta Loureiro, Furtado e Silva (2007). Entendemos patrimônio cultural concebido por Candau (2011), Poulot (2009) e a noção de identidade vinculada diretamente às noções de pertencimento e limites, como foram tratadas por Duarte (1997), a noção de identidade narrativa de Ricoeur (2007) e como modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas, expressado por Cuche (2003).

**Palavras-Chave:** Fotografia. Patrimônio Cultural. Mestres Griôs. Vale do Gramame-Paraíba.

**Abstract:** In this article we focused on the image signification of the Imagetive Archive of *Escola Viva Olho do Tempo*, from *Vale do Gramame, Paraíba*, as representation of a space and a period as well as of happenings as cultural heritage of a non-governmental institution/community. Our choice for the research method centered on the ethnographic method that consists of study of symbols and communication characteristics. It is basic for understanding the humankind, his or her history, art and institutions from which the majority of the members is part of three communities with black and indigenous traces in the *Vale do Gramame – PB*, named *Engenho Velho, Gramame* and *Mituaçu*. Photography is understood as language proposed by Dubois (2011) and, at the same time, as a constitutive element of the photographic process resulting in visual information, according to Dodebei (2002). Information is understood as cultural subject or artifact, in accordance to what Loureiro, Furtado e Silva (2007) points out. We understand cultural heritage as conceived by Candau (2011), Poulot (2009) and the notion of identity linked directly to the belonging and limit notions, as they were treated by Duarte (1997), Ricoeur's (2007) notion of narrative identity and as categorization way used by the groups to organize their exchanges expressed by Cuche (2003).

**Keywords:** Photography. Cultural Heritage. "Griôs" Masters. *Vale do Gramame-Paraíba*.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo focalizamos a “significação da imagem” do Acervo Imagético da Escola Viva Olho do Tempo (EVOT), do Vale do Gramame, Paraíba, como representação de um espaço e de tempo, de acontecimentos e como patrimônio cultural de uma instituição/comunidade.

O Acervo Imagético da EVOT nos revela as práticas e as vivências registradas por personagens negros (ou não), mas que guardam dentro de si traços da cultura africana que vive nas comunidades do Vale do Gramame e vivenciada na Ação Griô da referida escola. Esta ação é constituída como uma forma de compartilhamento de saberes, através da oralidade, entre as gerações, buscando crescimento pessoal e da comunidade. Ela é a referência de conhecimento e busca do fazer dessa prática, acima de tudo, uma ação positiva de valorização da tradição.

Na prática da oralidade que permeia a Ação Griô na EVOT está presente o despertar da criança, do jovem e do adulto para a questão da preservação do patrimônio cultural imaterial. Segundo Penhinha Sousa (2013), as

“[...] práticas educativas são desenvolvidas dentro e fora da escola que prepara o viver e o cuidar com a flora e a fauna, com o meio ambiente; o cuidar com os mais velhos e seus saberes, proporcionando esse diálogo de educador e aluno, aluno e educador, aluno e comunidade, aluno e os mestres”.

Possibilitando, assim, o diálogo entre as várias gerações e a preservação do patrimônio cultural.

Destacamos através das fotografias do referido acervo, uma ação prática dentro de um senso do patrimônio que é dominado, assim, pela pedagogia de sua divulgação, ou seja, como forma de “revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele fornece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como que tornado selvagem; o outro, se for o caso, do alhures etnográfico”. (POULOT, 2009, p.14).

A nossa escolha pelo método de pesquisa recaiu sobre o método etnográfico, que a partir de suas estratégias, possibilitou a aproximação com todo o processo a ser realizado dentro de uma instituição não governamental, a Escola Viva Olho do Tempo (EVOT), da qual a maioria de seus membros faz parte de três comunidades com características negras e indígenas no Vale do Gramame-PB, denominadas de Engenho Velho, Gramame e Mituaçu. Esta pesquisa inspira-se em aplicabilidade e uso de métodos etnográficos, que consistem de estudo de símbolos e das características da comunicação, e é básico para compreender o homem, a sua história, seu pensamento, sua arte e suas instituições. A etnografia é “[...] a arte

e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”. (ANGROSINO, 2009, p. 30).

Magnani (2009) afirma que só o "olhar de perto e de dentro" permite captar sutilezas e distinções por meio das diferentes formas de experiências etnográficas, mas é preciso que um olhar mais distanciado, ao longo da prática etnográfica, complemente a análise, de modo que aqueles "conhecimentos descontínuos" de que falava Lévi-Strauss (1991), que ainda não formam um todo, possam prender-se "a um conjunto orgânico", adquirindo "um sentido que lhes faltava anteriormente".

Ressaltamos que, ao lidarmos com os documentos imagéticos, não podemos nos deter em apenas um método específico. Como já foi citado acima, o método etnográfico dá essa possibilidade, por isso outros aspectos foram levados em consideração a respeito da abordagem metodológica, que qualificamos também como qualitativa. Realizamos, assim, uma descrição das ações praticadas pelas pessoas, dos seus costumes, da sua cultura, da sua religião, etc., produzidas no ano de 2011 (e algumas identificadas como de outros anos) referentes às práticas culturais, que consistem no registro das atividades do **Programa Ecoeducação, Cultura e Memória**, que tem agregadas as imagens referentes à **Ação Griô** e outras ações ressaltadas em outros artigos.

A análise qualitativa está aliada ao método etnográfico que consistiu de uma representação temática (assuntos, conteúdos) e descritiva sobre os momentos de uma memória imagética. Assim, construímos uma linguagem documentária como referencial do acervo selecionado. Situamos nossa pesquisa de acordo com os objetivos (descritivos, exploratórios) e os procedimentos técnicos (pesquisa bibliográfica, documental (fotografia), levantamento, observação próxima, entre outros).

Como estratégia de contextualização das imagens a serem tratadas, adotamos o procedimento de entrevistas, para que pudéssemos ter ideia da significação dessas fotografias para seus autores e atores. A entrevista representa uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa e com o objeto, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca das pessoas, dos eventos, dos lugares, dos costumes, etc., que foram registrados nas fotografias. Esse método foi delineado a partir dos objetivos propostos a fim de obtermos o resultado pretendido.

Entendemos a fotografia como linguagem proposta por Dubois (2011) e, “ao mesmo tempo se torna um elemento constitutivo do processo fotográfico, resultando na *informação visual*”, como nos revela Dodebei (2002, p. 26). Além de ser compreendida, a informação como matéria cultural ou artefato conforme aponta Loureiro, Furtado e Silva (2007).

Entendemos as fotografias como patrimônio cultural concebido por Candau (2011), Poulot (2009) e a noção de identidade vinculada diretamente às noções de pertencimento e limites, como foram tratadas por Duarte (1997), a noção de identidade narrativa de Ricoeur (2007) e como modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas, expressado por Cuhe (2003).

### **Informação e Fotografia**

Atribuir à fotografia uma linguagem, uma gramática ou uma ética é estabelecer o seu vínculo com a existência de um *código de leitura*, de uma *sintaxe*, de uma *semântica*, ou, ainda, percebê-la como um modo particular de *comunicação* capaz de veicular *informação*, *saber* e *sentido*. O traço fotográfico só pode ser, em seu fundo, *singular*, tão singular quanto seu próprio referente. Como representação por contato não significa a princípio um conceito; antes de qualquer coisa, designa um objeto ou um ser particular no que ele tem de absolutamente individual. (DUBOIS, 2011).

Portanto, não se pode separar a informação do contexto e o contexto de nossas vivências. Logo, a informação, sob um viés científico, passa a ser o objeto da ciência da informação. “Ao mesmo tempo se torna um elemento constitutivo do processo fotográfico, resultando na *informação visual* (DODEBEI, 2002, p. 26), registrada em um tipo particular de suporte, que se converte em cultura material e simbólica, vinculada à história e ao mundo, ao pensarmos na imagem fotográfica como uma construção social de sujeitos históricos em condições espaciais e temporais determinadas”.

A informação como matéria cultural ou artefato é reforçada por Loureiro, Furtado e Silva (2007), que toda coleção é um artefato, pois resulta da ação humana intencional, em que elementos materiais são removidos de seus contextos originais e reunidos em um conjunto artificial. E acrescenta, citando Pomian (1984), que define coleção como “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito de atividades econômicas, sujeitas a uma proteção especial, num local fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público”. Para os autores, as coleções estariam entre os meios utilizados pelo homem para ligar o visível e o invisível.

A dimensão da cultura informacional parte de conceitos de cultura e informação. Morin (2003 *apud* SILVA, 2006, p. 32) destaca que a “cultura concentra em si um duplo capital: um capital cognitivo e técnico (práticas, saberes, saber-lazer, regras) e um capital mitológico e ritual (crenças, normas, proibições, valores)” e define informação “como conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificados, subentendendo-se,

nesta enunciação, uma plena similitude com a noção de conhecimento explícito”. A relação cultura e informação assume o caráter de materialização física e da abstração mental. (AZEVEDO NETTO; SILVA; SOUZA, 2010).

Como os registros imagéticos produzidos pela EVOT podem ser considerados e identificados como referência de um passado tão presente para as comunidades do Vale do Gramame? Responde-nos Candau:

[...] como tradição própria a um grupo é a combinação entre transmissão protomemorial e memorial que interagem uma sobre a outra fazendo, por exemplo, da tradição religiosa um “sistema organizado de pensamentos e gestos”. Para viver e não apenas sobreviver, para ser transmitida e, sobretudo, recebida pelas consciências individuais “em inter-relação, em conexão de papéis, em complemento de funções”, essa combinação deve estar de acordo com o presente de onde obtém sua significação. (CANDAU, 2011, p. 121).

Segundo Candau (2011), as representações do patrimônio são como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica que conduz, muito facilmente, as tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal”.

O “lembrado” pelos produtores apoia-se no “representado”, na fotografia. Os registros imagéticos existentes na EVOT oferecem informações sobre acontecimentos de aniversários, de ações culturais, de atividades recordadas mentalmente e visualmente expostas nas percepções das realidades ditas e presentes nas representações visuais e mentais:

Ora, se a lembrança é uma imagem nesse sentido, ela comporta uma dimensão posicional que a aproxima, desse ponto de vista, da percepção. “[...] Aparentemente, a lembrança presentifica, de modo simples, um passado lembrado, a espera, um futuro esperado, a ‘representação pictórica’”. (RICOEUR, 2007, p.64).

Nosso ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira como são arrumados, todo o arranjo das peças em que vivemos nos lembram de nossa família e dos amigos que vemos com frequência nesse contexto (NORA, 1993), os traços do ambiente, os lugares, as festas, as pessoas retratadas foram analisadas, e nos trouxeram vestígios possíveis dos acontecimentos que foram representados visualmente tanto no campo social quanto no cultural de uma memória contratada coletivamente pelas comunidades.

A natureza dessa comunicação e de seu resultado, desse compartilhamento efetivo das ideias da realidade das pessoas, dos jovens, dos adultos, das comunidades, daquilo que foi comunicado, direciona-nos a outros termos:

Idealmente, a metáfora “memória coletiva” aplicada a um determinado grupo seria totalmente pertinente se todos os membros do grupo fossem

capazes de compartilhar integralmente um número determinado de representações relativas ao passado que lhes teriam sido previamente comunicadas de acordo com as modalidades variáveis, mas socialmente determinadas e culturalmente regradas. Assim, é frequente definir a memória social como o “conjunto de lembranças reconhecidas por um determinado grupo” ou a memória coletiva como um “conjunto de lembranças comuns a um grupo”. (CANDAUI, 2011, p.31).

E reforça o que diz Halbwachs (2006) que nossa cultura e nossos gostos aparentes, na escolha e na disposição desses objetos, em grande medida se explicam pelos laços que sempre nos ligam a um número enorme de tempos e lugares sensíveis e invisíveis. Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele.

Assim, estudamos a Escola Viva Olho do Tempo, a partir das fotografias, na busca de traços, comportamentos, ações, objetos, entre outros. Dessa feita, isso nos possibilitou a reconstrução da memória dessa instituição, de figurá-la tal como ela é.

### **Patrimônio e Identidade**

Poulot (2009) revela-nos a multiplicidade do conceito de patrimônio e, sobretudo, sua relação com o artefato. Pois, “O acúmulo de vestígios e restos revelados, conservados e aclimatados segundo práticas diversas, parece responder ao fluxo da produção contemporânea de artefatos”. (POULOT, 2009, p.9). Sendo assim, observa Marc Guillaume (1968 apud CANDAUI, 2011), o patrimônio funciona como um “aparelho ideológico de memória”: a conservação sistemática dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, traços, “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado” e, em particular, a ilusão da continuidade. Por que não tratar também o acervo imagético como ponte de uma realidade das comunidades do vale do Gramame, como um inventário do patrimônio cultural histórico e social das atividades desenvolvidas dentro de grupos contemporâneos, que buscam ser reconhecidos?

Sabemos que o acervo imagético é patrimônio cultural da EVOT e também são bens compartilhados no interior das comunidades do Vale do Gramame; e consideramos, também, como expressão de uma comunidade específica que conduz, muito facilmente, às tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal” ou no território nacional, como nos afirma Candau (2011, p. 161), através da construção de identidades.

Consideremos que, de uma maneira geral, as *minorias* étnicas (no nosso caso as maiorias étnicas – os afrodescendentes), as classes populares e as mulheres são as grandes ausências das comemorações, diante de identidades forjadas. Sem dúvida, a ausência de uma



consciência patrimonial é, muitas vezes, a expressão normal do trabalho da memória que regularmente libera o sujeito dos traços mais dolorosos de seu passado. Por isso, a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tornam mais numerosas; seus contornos se definem ao mesmo tempo em que as identidades colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; pode assim retroceder quando ligada a identidades fugazes ou que os indivíduos buscam dela se afastar. (CANDAUI, 2011).

Fonseca (2003) destaca que uma das funções do patrimônio é a proteção. Para que essa função se cumpra é necessário que a ação de “proteger” seja precedida pelas ações de “identificar” e “documentar” – bases para a seleção do que se deve ser protegido –, seguida pelas ações de “promover” e “difundir”, que viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados.

Lembramos que para proteger o patrimônio é preciso antes de tudo conhecê-lo. Observamos nas imagens do acervo da EVOT a preocupação dos produtores com a ação patrimonial. A escola, em conjunto com as comunidades, define sua política de educação voltada para a preservação do patrimônio e da memória, através da proteção e valorização do meio ambiente, dos saberes e fazeres dos mestres griôs, dos lugares, entre outros.

Entendemos patrimônio como um bem ou conjunto de bens culturais, materiais e imateriais, e naturais que tenha valor reconhecido por um grupo social, pelas pessoas que constituem uma cidade, um estado, uma região, uma nação, pela humanidade, e que seja propriedade de todos os cidadãos. Ou “[...] toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (CANDAUI, 2011, p. 156-157).

O patrimônio cultural, como soma dos bens culturais, constitui-se como uma referência fundamental para a identidade de um povo, e a comunidade deve reconhecer e valorizar as tradições, os costumes, as experiências, os saberes que fazem parte de seu legado.

Para a noção de identidade, vincula-se, diretamente, às noções de pertencimento e limites, como foi tratado por Duarte (1997). Assim, a identidade passa por uma articulação com a classificação, já que é através dela que se inclui ou não determinado elemento dentro de um segmento dado, “identificando-o” com um grupo de coisas semelhantes ou não.

As noções de identificação e identidade ficam aproximadas, já que passa pela esfera relacional, entre o indivíduo e seu grupo e entre os grupos que se relacionam. Portanto:

[...] identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o

importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural [...] esta identidade resulta unicamente das interações entre grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações. (CUCHE, 2003, p. 182).

Encontramos aqui a noção de identidade narrativa de Ricoeur (2007), para quem o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa, o que pode ser refletido nas práticas e vestígios dos viveres das comunidades. Pois, “nossa vida diária desenrola-se em meio a objetos cuja mera presença nos convida a desempenhar um papel: nisso consiste seu aspecto de familiaridade”. (RICOEUR, 2007, 105-106).

### **O Acervo Imagético e as Comunidades do Vale do Gramame**

Em nosso primeiro contato com o acervo imagético elaboramos uma listagem das fotografias; iniciamos com as fotos impressas (em papel) e somente depois as digitais. Na listagem, procuramos identificar os eixos temáticos, por meio dos termos descritos no álbum por seus produtores, o período (data da produção da foto), a quantidade, como estão guardadas (acondicionamento), dimensão/tamanho.

O acervo imagético representativo da Escola Viva Olho do Tempo fica guardado em armários em uma sala destinada muitas vezes a reuniões; não é o local adequado, mas é o destinado a elas. Identificamos através da documentação imagética produzida pela comunidade escolar, os eventos de relevância para seus membros, a exemplo das Ações Griôs, o reflorestamento da área próxima à escola, etc.

A escolha das fotografias recaiu nas produzidas no ano de 2011 e essas fazem parte do *Programa Ecoeducação*. Elas estavam armazenadas no computador da sala de informática em um arquivo denominado *Ecoeducação*. O acervo geral do arquivo Ecoeducação compreende 2.275 imagens ou 7,42GB. Dessas foram selecionadas e analisadas 721 imagens neste estudo.

A Escola Viva Olho do Tempo foi construída na região do Vale Gramame, por membros da Congregação Holística da Paraíba. A região é composta pelas comunidades Engenho Velho, Mituaçu e Gramame. Elas representam os lugares que “atravessam a memória viva”, como afirma Candau (2011), e estão impregnadas de memórias e histórias, como revelam os mestres griôs.

A comunidade Engenho Velho fica localizada a seis quilômetros de distância do centro da Capital – João Pessoa. Lá, a natureza ainda é exuberante e a vida transcorre tão calma, que parece ter parado no século XIX, quando chegaram ali os primeiros negros livres (ou que se fizeram livres, através da fuga das senzalas).

A estrada de barro que nos leva à EVOT (**Figura 1**) também nos leva ao Engenho Velho e faz a interligação entre as outras comunidades do Vale do Gramame – Gramame e Mituaçu. Quase não há como separá-las, pois as paisagens são iguais, com várias granjas construídas, plantações de mandioca, árvores frutíferas, etc.

**FIGURA 1:** Estrada para a EVOT e as comunidades de Gramame (2012)



**Fonte:** Acervo SMBL

De acordo com Aquino (2008), a realidade apresentada pelas comunidades do Vale do Gramame provoca um dos grandes problemas a ser ressaltados e como questão a ser solucionada, como a diversidade cultural e a inclusão social de grupos (afrodescendentes, pobres) socialmente marginalizados. Essa problemática requer um olhar mais apurado dos/as pesquisadores/as sobre as particularidades de diferentes grupos (públicos) e suas demandas de acesso e de uso da informação.

Por esse motivo, no processo de recuperação e organização da informação, elaboramos uma “ficha inventário<sup>73</sup>” dos documentos fotográficos da EVOT que contempla os seguintes dados da imagem – ideia e a imagem – suporte.

- a) Descrição analítica da imagem ideia
  - Título da imagem existente na fonte principal. Ex: Roda Griô na Comunidade Mituaçu
  - Local - Onde aconteceu? (local do registro da atividade);
  - Data – Dia/mês/ano em que foi registrada a ação (o mais completo possível);
  - Valor representativo<sup>74</sup> – quem e o que é representado concretamente?;

<sup>73</sup> Denominamos “ficha inventário” porque nosso objetivo é inventariar todos os elementos da imagem ideia e imagem suporte.

<sup>74</sup> De acordo com Aumont (2012, p.78) um valor de representação ou imagem representativa é a que representa coisas concretas.

- Valor simbólico<sup>75</sup> – representa coisas abstratas ou ações do que está acontecendo (como está representado);
- Valor sígnico<sup>76</sup> – representa um valor de signo (Qual e por que é representado?);
- Observação – Informações complementares (acréscimo, esclarecimentos) sobre o a imagem .

b) Dados específicos - a imagem suporte

- Cromia (cor) – Dizer se a foto foi produzida através de processamento a cores ou preto-e-branco;
- Identificação original – localização física, onde está guardada a fotografia;
- Dimensão/Tamanho – largura ou comprimento do suporte (original digital em megabytes (MB) ou kilobytes (KB); em papel, comprimento em centímetro);
- Categoria – dizer se a foto é impressa em papel, em CD ou DVD ou digital (HD computador);
- Autor – Nome do fotógrafo (quem fotografou);
- Fonte – quem produziu ou o dono da imagem;
- Observações – informações complementares sobre o suporte.

Após a sistematização da “ficha inventário” analisamos as fotografias, sua relação com a memória, o patrimônio e a identidade das comunidades do Vale do Gramame, Paraíba, especificamente as de Engenho Velho, Mituaçu e Gramame.

### **Vivência griô: patrimônio cultural, ancestralidade e identidade**

A palavra GRIÔ é do francês *griot*, que traduz a palavra *Dieli (Jéli ou Djeli)*, que significa na língua bamanan, usada no antigo império Mali<sup>77</sup>, “o sangue que circula”. Revelamos a Grãos de Luz e Griô (2013), que na tradição oral do noroeste da África, o griô é “[...] um(a) caminhante, cantador(a), poeta, contador(a) de histórias, genealogista, artista, comunicador(a) tradicional, mediador(a) político(a) da comunidade. Ele(a) é o sangue que

---

<sup>75</sup> Segundo Aumont (2012, p.79) um valor de símbolo ou a imagem simbólica, representa coisas abstratas, e é definido pragmaticamente pela aceitabilidade social.

<sup>76</sup> Afirma Aumont (2012, p.79) que uma imagem serve de signo quando representa um conteúdo cujos conteúdos caracteres não são visualmente refletidos por ela, mas sim, possui um significado.

<sup>77</sup> O império do Mali existiu entre os séculos XII e XV, na África Atlântica. (SILVA, 1996). Hoje está dividido entre vários países do noroeste da África: Senegal, Gâmbia, Mali, Guiné-Bissau, Guiné-Conacry, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria.

circula os saberes e histórias, mitos, lutas e glórias de seu povo, dando vida à rede de transmissão oral de sua região e país”.

O Projeto Ação Griô foi pensado por Grãos de Luz e Griô, reconhecido pelo Ministério da Cultura (MINC) como Ponto de Cultura, e compartilhado com este ministério, resultou na criação, em 2006, dos Pontos de Cultura Ação Griô. A missão dessa Ação consiste em:

Criar e Instituir uma política nacional de transmissão dos saberes e fazeres de tradição oral em diálogo com a educação formal, para o fortalecimento da identidade e ancestralidade do povo brasileiro, por meio do reconhecimento do lugar político, econômico e sociocultural dos griôs, das griôs, mestres e mestras de tradição oral do Brasil. (GRÃOS DE LUZ E GRIÔ, 2013).

Nas comunidades do Vale do Gramame, Paraíba, existem homens e mulheres que pelos seus fazeres e saberes são reconhecidos como mestres e mestras griôs. A Escola Viva Olho do Tempo, reconhecendo a importância cultural dessas pessoas, buscou incorporá-las às suas atividades escolares através do *Projeto Ecoeducação*. Ressaltamos que a escola já realizava os preceitos e conceitos da Ação Griô Nacional, desde sua criação em 2004, com as crianças atendidas pela instituição. Além das comunidades já referenciadas, como Engenho Velho, Gramame e Mituaçu, atende aos bairros urbanos da cidade de João Pessoa, como Gervásio Maia, Colinas I e II, o conjunto Marinês, e Irmã Dulce.

A Ação Griô tomou proporção maior na Escola Viva Olho do Tempo com o edital da Ação Griô Nacional/MINC que tinha como objetivo selecionar pessoas que se destacassem com os seus saberes. Segundo D’oci Gomes (2013), o edital:

[...] tinha tudo a ver com o Olho do Tempo, tudo que a gente fazia era a mesma coisa, mudava alguns conceitos mudava alguns objetivos, mas o princípio era o mesmo, era do cuidado um com o outro, da reverência com o outro, do se curvar ao mais velho de uma forma mais pura do respeito e, eu fiquei encantada com aquilo porque aquilo é o que eu acredito que a gente precisa cuidar do outro a gente precisa respeitar o outro a gente precisa zelar pelo outro se não a vida não tem sentido. (GOMES, 2013).

Afirma, ainda, quem são os mestres e os saberes:

[...] se você tem um saber, você tem uma idade. Você tem um saber e esse saber você transmite para as outras pessoas, você é um mestre. Mestre é aquele que transmite o seu saber. Você tem um saber que não seja necessariamente acadêmico, o saber da vida do mundo e que você transmite para o outro. Você, no sentido de o empoderamento do outro, do crescimento do outro, do autoconhecimento do outro. (GOMES, 2013).

Nos versos da Mestre Judite Palhano (da comunidade Engenho Velho), a Ação Griô é:

Griô palavra estranha	Griô é a integração
Ao ser ouvida e falada	De escola e comunidade
Mais depois ela vai ficando	Do país com sua história
Muito bem assimilada	Do povo e sua identidade

É uma ação nacional  
Sendo bem valorizada

Da vida com a arte  
Gerando uma integridade

Tem o mestre Griô  
E o Griô aprendiz  
Este é o divulgador  
Acredite no que ele diz  
E o mestre, diz e faz  
A cultura do país  
[...]

Griô é a vivência  
De um povo, causos e mitos  
É o saber preservado  
Para um futuro bonito  
É a junção de culturas  
Que não acaba em conflito.

Os mestres Griôs do Vale do Gramame, Paraíba, que participam das ações na EVOT são: o senhor José Pequeno (Zé Pequeno), mestre mateiro e conhecedor de ervas medicinais; mestre Marcos Antônio de Souza, coronel de quadrilha junina tradicional; Dona Judite, mestra poetisa da comunidade, que elucida as lendas, “causos” e “estórias” locais em suas poesias; Dona D’oci Gomes, mestra contadora de “estórias” infantis, lendas, “causos” e mitos do Vale do Gramame; Senhor João da Penha, mestre cirandeiro e cantador de coco de roda; Dona Cícera e Dona Geralda, mestras cirandeiras.

O mestre Zé Pequeno, como é conhecido na comunidade quilombola de Mituaçu, é mestre mateiro e conheceu as plantas através de sua tia Léo, que era parteira tradicional. Aos 6 anos de idade, ao passar por uma cidreira e tocar suas folhas, sentiu o bom cheiro e pediu a sua mãe que lhe preparasse um chá. Ao tomar o chá diariamente, percebeu que se curou da anemia que o perseguia há anos, e com isso, interessou-se cada vez mais pelas plantas e seus poderes de cura natural. Nasceu em 08 de dezembro de 1935, na comunidade quilombola do Gurugi, município do Conde, onde viveu até os 16 anos de idade, e a família mudou-se para Mituaçu, onde vive até o presente momento. Vive até hoje no mesmo sítio, com a esposa e 8, dos 10 filhos que tem. Com a tia Léo aprendeu a fazer remédios de ervas e lambedores. Também aprendeu observando outras pessoas a prepararem remédios à base de plantas. Nunca escreveu nada, guarda tudo na memória. Não vende os remédios. Faz apenas para a família e os amigos, gratuitamente. Senhor Zé Pequeno tomou sua primeira injeção indicada por um médico alopata aos 60 anos e reconhece que a maioria das pessoas, hoje, gasta muito dinheiro nas farmácias, ao invés de recorrer às plantas medicinais. (AÇÃO GRIÔ, 2013).

As crianças são ensinadas a fazerem reflorestamento em áreas desmatadas. O reflorestamento inicia com explanações do educador Ivanildo sobre as plantas nativas da Mata Atlântica para despertar a conscientização do replantio. É selecionada a área que será reflorestada e os tipos de mudas adequadas para a área. Na **Figura 2** percebe-se a jovem

Geovana em pé de costa e o jovem ao lado enquanto as garotas preparam o terreno, ajoelhadas para plantar as mudas.

**FIGURA 2:** Reflorestamento (2011)



Fonte: Acervo EVOT.

**FIGURA 3:** Reflorestamento em sala de aula (2011)



Fonte: Acervo EVOT

As crianças do projeto recebem muda de uma determinada espécie da Mata Atlântica para plantar no lugar das árvores que foram retiradas. Cada uma delas é responsável por pesquisar tudo sobre a árvore que plantou para apresentação de seminários aos colegas da turma. As crianças são também responsáveis pela árvore que plantaram, durante todo o tempo que permanecerem na escola. A **Figura 3** destaca os jovens Jordânio, Jhon, Anderson e João Vitor apresentando as folhas colhidas durante a realização pela trilha e o que aprenderam na atividade.

Dentro da perspectiva de conscientização ambiental e valorização do espaço onde vivem, as crianças são alertadas para a problemática do rio, quando ocorrem enchentes, provocadas pelo assoreamento. Por isso, o passeio pelo e em prol do rio Gramame, numa ação preventiva para sensibilizar e conscientizar os jovens de que devem preservá-lo, é uma constante, como mostra a **Figura 4**.

**FIGURA 4:** Passeio ao rio Gramame (2011)



Fonte: Acervo EVOT

**FIGURA 5:** Ponte sobre o rio Gramame (2011)



Fonte: Acervo da EVOT

O rio Gramame, que dá nome ao lugar, pode ser observado da ponte que liga o bairro Gramame, em João Pessoa, a Mituaçu, no Conde. A ponte foi construída em 1930. É

considerada como monumento histórico e patrimonial das comunidades do Vale do Gramame, construído para interligar João Pessoa a Recife, e por onde transitavam todos que desejavam ir à capital pernambucana (**Figura 5**).

**FIGURA 6:** Vivência Griô na sala do Museu Viva Olho do Tempo



Fonte: Acervo da EVOT

A vivência Griô na **Figura 6** é revelada, também, no Museu Viva Olho do Tempo. Neste espaço “sagrado”, a educadora e Griô aprendiz Maria da Penha (Penhinha) conta as suas histórias tendo como plateia os jovens educandos da EVOT e cujo objetivo é valorizar o lúdico no movimento de roda e de propagar a cultura dos mestres griôs.

A Vivência Griô da EVOT é uma reelaboração da memória social. Percebemos, através do mestre mateiro José Pequeno, assim como do educador Ivanildo, que a partir de suas histórias vividas e da comunidade, imprimem no espaço/território em que vivem a identidade do grupo social. Em síntese, as comunidades do Vale do Gramame, através da memória social e da transmissão do seu patrimônio cultural, buscam preservar a sua identidade que se revela também na sua ancestralidade africana, mais forte e indígena.

### **Saberes e Fazeres: tradição e valorização da cultura imaterial/material**

*Chegou os Cirandeiros do Vale do Gramame  
Trazendo a alegria de Engenho Velho  
Nós somos a força de Gramame  
E o cantar é de Mituaçu. (Cirandeiros do Vale do Gramame)*

*Engenho Velho tem o Poço dos Cavalos  
Que corre água direto para o Paul  
Ao lado dele tem uma pedreira  
Uma riqueza que Branca Dias deixou. (Cirandeiros do Vale do Gramame)*

Assim, como os cirandeiros apresentados acima, temos também o conto a cebola de xenxém/chenchém é um conto do mestre Zé Pequeno. O conto se transforma em uma contação de história, em roda para as crianças, na voz de Penhinha, que é repassada e propagada como os saberes locais. Segundo o conto, a cebola de xenxém cura mordida de



cobra, ela é muito tóxica para o ser humano, pois queima a pele e é uma planta nativa da Mata Atlântica.

**FIGURA 7:** Desenho da cebola de xenxém/chenchém (2011)



Fonte: Acervo da EVOT.

**FIGURA 8:** Desenho da jovem Acla - cena representa o senhor que sonha que a cobra pica o seu cavalo – conto da cebola de chenchém (2011)



Fonte: Acervo da EVOT

**FIGURA 9:**

Representação gráfica do educador Ivanildo



Fonte: Acervo EVOT

(2011)

O conto da cebola de xenxém/chenchém é história de “trancoso” e vai ser lançado em livro, com desenhos das crianças da EVOT. A cebola de xenxém, segundo Penhinha Souza (2013), existe, é uma planta que possui uma florzinha e ao ficar murcha cai do “talo” e fica apenas a cebola na terra, mas todo ano ela nasce novamente nos meses de agosto a dezembro. Na fala de Penhinha, o conto se resume assim:

Um dia estava ele [Zé Pequeno] no quintal com a família, pessoal da família dele, e tinha um irmão dele que se chamava Zé Grande que era o irmão mais velho [...]

“Seu” Zé Grande acordou cedo e disse: “Rapaz, essa noite eu tive um sonho”. E o povo pedia, conta Zé Grande, conta Zé Grande e Zé Grande dizia “Não, quando a gente vir do roçado eu conto”. Ele passou o dia no roçado e o povo querendo saber desse sonho quando no final da tarde, eles voltaram pra casa, aí, sentaram embaixo de uma mangueira, que tinha na casa de “seu” Zé pequeno, em Vila Rosa. Aí “seu” Zé Grande disse “eu vou contar meu sonho”. - Todo mundo se juntou para ouvir o sonho, todo mundo de olho arregalado porque “seu” Zé Grande era famoso em contar suas histórias -. “Eu sonhei que eu estava num lugar e nesse lugar tinha muitas árvores, muitas flores, era um canteiro assim de flores e eu lá sozinho nesse canteiro de flores e me sentindo muito bem nesse canteiro e de repente aparece na minha frente uma égua, uma égua bonita, e essa égua vinha na minha direção, parecia que ela estava perto de mim, mas quanto eu chegava mais perto dela, mais longe ela ficava. Depois, quando eu cheguei perto dela, vinha uma cobra grande, uma cascavel que deu um bote nessa égua, mordeu a égua. Ele tentou chegar perto da égua e a égua tentou; depois de um tempo, deu aquele rinchado e saiu correndo e cambaleou e caiu. Ele agoniado querendo salvar aquela égua e de alguma forma cuidar dela para que ela não morresse porque isso é um presente, é uma égua, e de repente aperreado, saiu de dentro de uma moita, de um canteiro, um velho e esse velho parecia

uma pessoa que parecia saber de muita coisa, um velho sábio, aí chegou perto deles e assim falou: “Que agonia é essa?” perguntou. Ele com a mão na cabeça dizendo toda aquela história e o velho, o mestre lá pedindo pra ele se acalmar: “Se acalme, está vendo aquele canteiro ali, no meio dessas flores, uma delas pode salvar essa égua, que é a cebola de xexém”. Aí, ele [Zé Grande]disse que olhava de um lado para o outro e quando viu aquela flor, caminhou diante dela para pegá-la, ele acorda. Quando “seu” Zé grande disse isso, todo mundo falou: “Ah! Seu Zé Grande, eu quero saber da história”. Ele disse: “Não, eu acordei do sonho”. Aí, todo mundo ficou pensando durante muito tempo, como seria a continuidade daquele sonho. (SOUZA, 2013).

Ao ouvirem o conto, as crianças buscam interpretá-lo, através de desenho, e ressignificá-lo (**Figura 8 e 9**). Essas atividades propiciam o despertar da consciência ambiental e a valorização da flora de sua região e, ainda, o lúdico e as relações prazerosas de aprendizagens.

A memória desse momento do conto da cebola de xexém/chenchém é registrada em imagem. Candau (2011) assegura que ao mesmo tempo em que a memória nos modela, é também, por nós, modelada. De fato, a memória e identidade se entrecruzam e são indissociáveis. Pois, não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.

Podemos detectar na fala de Francelania de Andrade Pinheiro (ou apenas Lane Pinheiro), em entrevista informal cedida em 4 de julho de 2013, que todas as crianças passam por todo um processo de aprendizado, troca de conhecimento, ou seja, “[...] a gente busca também estar fortalecendo a questão da identidade, a cultura que também acredito que você pôde perceber pelas fotografias, eu mesma cheguei aqui, eu só conhecia a ciranda”.

Essa aproximação da exploração de atividades culturais desde criança reforça o que nos evoca Candau (2011, p.59): “[...] unir aquilo que fomos ao que somos e ao que seremos, pois sem memória o sujeito se esvazia [...]”, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece. Cada ser humano de fato constrói sua identidade.

Nesse contexto, destacamos que essas atividades abarcam todo um processo de uma educação patrimonial e cultural, como processo permanente e sistemático junto aos educadores e jovens da EVOT e os mestres das comunidades envolvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tratamos da reflexão sobre a fotografia como produto de ressignificação que é registrada e produzida pela e na Congregação Holística da Paraíba Escola Viva Olho do Tempo, dentro de uma ação preventiva e de recuperação de uma cultura já quase esquecida,

mas não morta, e inerente ao ser humano, como elemento de memória, patrimônio e identidade cultural das comunidades do Vale do Gramame, Paraíba.

No processo de descrição das imagens, além de trazermos os valores representativos das imagens em análise, conduzimos a reflexão da imagem como cultura material e imaterial e interligação com as práticas exercidas pelos seus personagens/atores para a recuperação das vivências dos mestres griôs, da sua cultura, a partir da vivência das crianças e jovens das comunidades.

O reconhecimento da fotografia como documento social e informacional veio acompanhado da consciência de que a fotografia tem as limitações da visão socialmente situada do fotógrafo (este seleciona as ações que quer deixar para a posteridade) e da invisibilidade de várias dimensões da realidade social, como nos orienta Martins (2009). No nosso entender, a cultura da imagem sugere considerar a fotografia ou como objeto de conhecimento sociológico ou como “[...] instrumento (documento) de autoidentificação e de conhecimento de sua visualidade na sociedade, [para não ficarmos] limitados à polarização de um debate dos sociólogos, pesquisadores, divididos entre os que consideram que a fotografia é evidência e os que as consideram construção”. (MARTINS, 2009, p.15-16). Em síntese, é uma memória em disputa contra o esquecimento gerado pelas políticas governamentais e de seus segmentos de poder, como nos diria Pollak (1989), que objetiva a irrupção de uma memória, até então subterrânea, mas também geradora de esquecimentos.

Nas fotografias do acervo da EVOT, destacam-se não só as pessoas, os lugares, os objetos, suas ações, suas produções artísticas, as produções ilustrativas (sobre o conto da Cebola de Xenxém); mas elas (as fotografias) e as entrevistas revelam que as ações da escola possibilitaram a ocorrência de transformações individuais e coletivas.

Fazendo uma comparação deste trabalho com as práticas desenvolvidas na Congregação Holística da Paraíba – Escola Viva Olho do Tempo, é um estudo, ainda, em aberto, pois há diferentes possibilidades de se trabalhar com o acervo imagético da EVOT. Esta, ao registrar as suas práticas, os saberes populares, promove a cidadania, a identidade, a cultura e, porque não dizer, os “sonhos”, elementos imprescindíveis para todo e qualquer ser humano.

Na construção deste estudo sobre o objeto informacional, o acervo imagético da escola, destacamos os pontos relevantes: memória, territorialidade, saberes e fazeres como patrimônio cultural, ancestralidade, identidade, religiosidade, rituais e valorização da pessoa e da família.

Na EVOT, a memória é resultado da elaboração coletiva do grupo, formado por criadores/fundadores, educadores sociais, membros das comunidades do Vale do Gramame e educandos. Ao trabalharem em conjunto, constroem referenciais comuns que, apesar de posicionamentos individuais ou de subgrupo (lembramos que no canto dos cirandeiros consta que a “alegria [é] de Engenho Velho”, mas o “cantar é de Mituaçu”), são eleitos como símbolos efetivos da trajetória de um grupo social, presente em “os Cirandeiros [são] do Vale do Gramame”. Essa memória é selecionada, valorizada, cultivada e transmitida. Esse processo de elaboração da memória inclui a ressignificação de alguns elementos da cultura local, com o sentido de explicar o presente e de motivar as ações contemporâneas e futuras.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO GRIÔ. Ministério da Cultura, Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/acao-grio/> Acesso em: 24 dez. 2013.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A inclusão de afrodescendentes nas políticas de informação: por uma compreensão da diversidade cultural. **IX Encontro Nacional de Pesquisa em CI**. São Paulo, 2008.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução Estela dos Santos Abreu, Cláudio C. Santoro. Campinas, SP: Papirus, 2012.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.37, p.7-17; set./dez.2008.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. SILVA, Tahis Virginia Gomes da. ROCHA, Silvia Regina da Mota. Modelo semiótico – informacional como instrumento de recuperação da memória: interface entre ciência da informação e semiótica. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em CI**. Rio de Janeiro, 2010.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2003.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, 2002.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social, in CARDOSO, Ruth. **A Aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, p. 69-92, 1997.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Marina Appenzeler. Campinas, SP: Papirus, 2011. (Série Ofício de Arte e Forma)

FLORES, Elio Chaves et al. **Africanidades Paraibanas**. João Pessoa: Grafset, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Tradução de Fanny Wrobel, revisão técnica de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

\_\_\_\_\_. **O saber local: novos escritos em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Joscelyne. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. (Coleção Antropologia)

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; FURTADO, Janaína Lacerda; SILVA, Sabrina Damasceno. Dos livros às coisas: museus, coleções e representação do conhecimento científico. **VIII ENANCIB**. Salvador, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horiz. antropol.** vol.15, no.32, July/Dec. 2009

MANINI, Miriam Paula. Imagem, memória e informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da imagem**. Londrina, ano IV, n.8, p.77-88, maio. 2011.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**. Vol 24, n 1, p.1-8, 1995.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOURA, Maria Aparecida. **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspect.cien.inf.**, Belo Horizont, v.3,n.2,p.137-146, jul./dez.1998.

\_\_\_\_\_. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf.Inf.**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Artefatos como elementos de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, Ingrid, SEVERO, Ione. (Orgs.) **Cultura Popular: nas teias da memória**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. p. 27-51.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **Informare** - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun 1995.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho neto. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silencio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**. vol 24, n.1, 1995.

PONTO DE CULTURA ESCOLA VIVA OLHO DO TEMPO. Disponível em: <http://olhodotempoescolaviva.blogspot.com.br/> Acesso em: 14 jan. 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras,2008.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico**. Campinas: Papyrus, 1996. (Coleção Campo Imagético).

SILVA, Junia Guimarães e., MARINHO JUNIOR, Inaldo Barbosa. Socialização da informação: aportes da teoria da ação comunicativa. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 466-472, set./dez. 1996.

SILVA, Nayra Vicente Sousa da. **As condições de salubridade ambiental das comunidades periurbanas da Bacia do Baixo Gramame:** diagnóstico e proposição de benefícios. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

**Entrevistas:**

GOMES, Maria dos Anjos Mendes (Mestra Doci). João Pessoa, 13 de dezembro de 2013.

PINHEIRO, Francelânia Andrade. João Pessoa, 4 de julho de 2013.

SOUZA, Maria da Penha Teixeira de (Penhinha). João Pessoa, 26 de novembro de 2013.

## MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E PATRIMÔNIO AFRO-BRASILEIRO EM MINAS GERAIS

*MEMORY, INFORMATION AND AFRO-BRAZILIAN EQUITY IN MINAS GERAIS*

Rubens Alves Silva  
Vanilza Jacundino Rodrigues

**Resumo:** O tema desenvolvido nesta Comunicação gira em torno da política de patrimonialização de bens imateriais, focalizando a questão do registro e ações de salvaguarda das expressões Reinado e Capoeira nas Minas Gerais. Trata-se de uma discussão que busca esclarecer a noção de memória associada à ideia de patrimônio cultural, portanto, a “memória coletiva” ou “social”; bem como refletir sobre o emprego do conceito de informação no campo do patrimônio cultural. Esclarecendo que este trabalho é resultado de uma experiência profissional e de pesquisas abrangentes à temática do patrimônio imaterial, tendo como guia o método qualitativo, com destaque para a observação participante e a pesquisa documental.

**Palavras-chave:** capoeira, informação, memória, patrimônio imaterial, reinado/congado

**Abstract:** The theme developed in this communication revolves around the heritage of intangible property policy, focusing on the issue of registration and Actions for the Protection of Reinado and Capoeira expressions in Minas Gerais. This is a discussion that seeks to clarify the concept of memory associated with the idea of cultural heritage, thus the "collective memory" or "social"; and reflect on the use of the concept of information in the field of cultural heritage. Clarifying that this work is the result of a comprehensive and professional experience to the theme of intangible heritage research, guided by qualitative methods, particularly participant observation and documentary research.

**Keywords:** capoeira, information, memory, intangible heritage, reign/congado

### APRESENTAÇÃO

A política de reconhecimento e valorização dos bens culturais, descritos como “patrimônio imaterial”, é um empreendimento que nos anos recentes vem sendo estimulado no estado de Minas Gerais, a partir dos trabalhos de levantamento, identificação, registro e ações de salvaguarda de referências culturais tradicionais, por intermédio de órgãos públicos de âmbitos municipal, estadual e federal. Assim, a proposta desta Comunicação é desenvolver uma reflexão sobre essa política de promoção cultural, com destaque para o processo de patrimonialização das expressões culturais Reinado e Capoeira, buscando apontar para a contribuição operacional do conceito de *informação* no contexto desta discussão de políticas pública no Brasil hoje. Sendo essa categoria, portanto, compreendida aqui na acepção proposta por Edgar Morin (1984), ou seja, como tipo de “conceito encruzilhada”<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> Edgar Morin considera que informação é um conceito difuso e escorregadio, mesmo assim se presta a uma análise da realidade social e da sua organização, desde que seja colocado em relação com uma série de outros conceitos e fenômenos. Informação é, assim, um “conceito



Tema bastante explorado no campo das Ciências Sociais brasileira na contemporaneidade, o conceito de patrimônio cultural é descrito pela literatura como uma categoria do pensamento que se constrói associada à noção de memória individual e coletiva (ou social). Assim, ao acionar o conceito de informação nesta Comunicação, cujo foco da abordagem é a questão da patrimonialização de referências da cultura imaterial, ou seja, as tradições afro-brasileiras Reinado e Capoeira, o que nós estamos pensando é, justamente, na articulação da referida categoria (*informação*) com as respectivas noções de memória e patrimônio cultural. Em suma, levando-se em consideração a complexidade que implica o processo de registro e documentação da cultura imaterial, no sentido mais amplo, conforme será discutido ao longo deste artigo.

É preciso esclarecer, ainda, que a discussão aqui proposta se baseia em fontes derivadas de um trabalho instrumentalizado pelo método qualitativo de pesquisa, ou seja: consulta documental, observação participante, entrevistas informais, participação em grupo de trabalho interno do IPHAN (criado especialmente para discutir estratégias de inventariamento e categorias descritivas dos bens imateriais em pauta) e, finalmente, a experiência direta com o trabalho da política de patrimonialização da cultura imaterial em Minas Gerais.

### **PATRIMÔNIO IMATERIAL E MEMÓRIA COLETIVA**

A palavra *memória* deriva do latim, *memorī*, significando a “faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente. Significa também lembrança, reminiscência, recordação [...]” (Anjos *et al.*, 1995, p. 427). A partir dessa definição, pode-se entender que a matéria-prima da memória se extrai da experiência vivida pelo indivíduo, a partir da percepção que ele tem das coisas, das informações adquiridas por meio de variadas fontes, dos aprendizados na prática, bem como do processo de socialização desde a infância.

Ao esclarecer a noção de memória, Del Priore e Horta (2005) ressaltam: “A memória humana é sempre seletiva [...], ela não pode ser separada do pensamento, das crenças, das atitudes interiorizadas pelo indivíduo ao longo de sua socialização. [...] tanto a memória quanto a percepção conferem implicitamente, a cada elemento, um valor. Valor, diga-se, gravado segundo sua importância para o indivíduo que recebe a mensagem” (DEL PRIORE; HORTA, 2005, p. 4).

---

encruzilhada”, que toma corpo e relevância quando visto no entrecruzamento conceitual de muitas questões e perspectivas teóricas (MORIN, 1984, p.93).

O recontar de uma história, seja ele narrativo oral, escrita de um texto, ou seja qual for o suporte (papel, computador ou montagem de uma exposição em um museu – ao se considerar que os museus são lugares de construção de narrativas e “lugares de memória”), tudo isso compreende a noção de memória. É a memória de outras memórias, lembranças que nos são lembradas por outras pessoas.

Michael Halbwachs (2006) cunhou a expressão “memória coletiva” para explicar que a memória é sempre a combinação das experiências, da sensação e da percepção individual com as memórias de outros indivíduos e grupos. Em suas palavras: “Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. E complementa: “o funcionamento da memória são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente [...]”. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Ainda de acordo com o pensamento desse autor, cada pessoa comunica aquilo que tem valor para ela e que ela sente vontade de exteriorizar em um dado momento – seja em grupo ou sozinho em casa, na hora de escrever um texto. O que ela busca transmitir ao evocar suas lembranças é fruto também das memórias, das lembranças que outras pessoas lhe repassaram. Halbwachs (2006) escreve o seguinte: “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.

Esse argumento acima é reforçado pela imagem que o filósofo alemão Walter Benjamin (1987) constrói da figura do narrador: de um lado, a pessoa que viajou por toda parte e voltou com muitas histórias para contar; de outro, a pessoa que nunca deixou a sua terra, mas guarda vivos na memória os acontecimentos e os detalhes para contar do lugar. Assim, as experiências de um e de outro, compartilhadas entre si e com outras pessoas, no ato criativo da narrativa, evocando o que fizeram, viram ou ouviram na aventura singular de suas vidas, consistem numa rica e fundamental forma de comunicação. Esta troca de experiências e de saberes é que leva à construção de grandes narrativas, tecendo o significado e construindo sentido para a preservação de uma tradição e o continuar da história (DAWSEY, 2005).

A reflexão desenvolvida por esses autores referidos acima é instrutiva para a compreensão do conceito de memória e da sua importância para o entendimento da noção de patrimônio cultural. Tendo claro que a noção de patrimônio remete a objetos, artefatos, edificações, práticas culturais, saberes e conhecimentos que nos são repassados porque se acredita na importância que essas coisas têm, tanto para nós no presente, como também para

as futuras gerações. Em suma, legados que recebemos para passar adiante não tanto pela sua materialidade ou imaterialidade em si mesma, mas, fundamentalmente, pela sua significação e sentido, que se configuram como um valor sublime: portanto, não apenas individual, mas, sobretudo, coletivo.

### **MEMÓRIA SOCIAL, INFORMAÇÃO E REGISTRO**

No campo da Ciência da Informação, o conceito de memória aparece associado às noções de documento e registros da memória social. Sabendo que a debate em torno do conceito de informação é bastante polêmico e controverso. Não pretendemos, no espaço deste artigo, entrar na seara dessa discussão, e nem empreender uma revisão aprofundada da literatura que enfrenta a questão. Mas apenas apresentar brevemente alguns autores e posições a respeito da elaboração dessa categoria como instrumento conceitual de análise e objeto de estudo no campo das Ciências Sociais Aplicadas.

O termo informação é antigo e deriva do vocabulário grego, e segundo escreveu Capurro e Hjörland, a “transição do uso do conceito de informação da Idade Média para a Modernidade, de ‘dar uma forma substancial à matéria’ para ‘comunicar alguma coisa a alguém’, foi determinada pela ‘doutrina das ideias’ de Descartes, que colocou o pensamento como um processo funcional, capaz de operar em uma parte do cérebro – ‘penso, logo existo’ (cogito, ergo sum)”. (apud Marteleto e Nascimento, 2004).

A elaboração conceitual do termo remete a teóricos da matemática e da comunicação, como Shannon e Weaver, bem como a Michael K. Bkland, que descreveu três aspectos da noção de informação: a – informação como processo [o ato de informar]; b – informação-como-conhecimento [o conhecimento comunicado]; c - informação-como-coisa [referente aos objetos, dados ou documentos].

Entre os autores críticos dessa premissa teórica destaca-se a dupla Capurro e Hjörland. Nas palavras da cientista da informação Regina de Martelleto (2004), eles trouxeram contribuições importantes para o campo, “quando afirmam que o significado epistemológico da palavra informação foi transformado pela Modernidade em uma propriedade do homem. Seus sinais e símbolos, sendo algo objetivo, foram considerados pelos racionalistas como algo a ser estocado e processado – o pequeno passo para ver a informação como mercadoria ou algo a ser vendido. O significado epistemológico da informação, como ‘instruir’ e ‘providenciar conhecimento’, tem prevalecido no lugar do significado ontológico de dar forma a alguma coisa” (MARTELETO; NASCIMENTO, 2004).

Para Edgar Morin, embora *informação* seja uma categoria difusa e escorregadia, a mesma se constrói como “conceito encruzilhada”, que toma corpo e relevância quando visto no entrecruzamento conceitual de muitas questões e perspectivas teóricas (Morin, 1984). Ao considerar essa proposição do autor é que se sustenta a relevância operacional do conceito de informação no campo de discussão sobre as políticas de patrimonialização cultural, quando articulado com outras categorias – como a noção de memória social.

Segundo Guiomar Frota (2010), as reflexões sobre memória social são ainda raras na Ciência da Informação. Sendo essa categoria acionada no contexto das discussões que apontam para a complexa problemática da documentação e dos registros da memória social, buscando refletir sobre a contribuição instrumental do conceito de *informação* para análise desse processo (Guiomar, 2010; Oliveira e Rodrigues, 2010; Dodebei, 1997; 2010). Conforme argumenta a cientista social Guiomar Frota (2010, p.4), ao revisar os estudos que tratam desse assunto, “[...] nesses estudos os autores detectam uma aproximação evidente com autores provenientes das ciências humanas e sociais e destacam que os estudos que relacionam memória e informação possibilitam colocar em relevo a importância do documento para os registros da memória social e sua preservação”.

Ao repensar o conceito de documento a partir da noção de memória social, a cientista da informação Dodebei argumenta sobre a importância de se levar em conta a questão do processo de significação implicado na elaboração dos registros documentais. Nas palavras da autora:

A transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, constituindo estes uma categoria temporária e circunstancial. Assim, o conceito tradicional de documento - *todo o suporte material da Informação* - deve ser revisto, uma vez que não encontraremos seu sentido e seu significado tomando, apenas, sua forma e seu potencial informativo, sem considerar a interlocução e, mais especificamente, a intenção de preservação no âmbito da memória social. (DODEBEI; 1997, p.24).

Assim, reelaborada a partir da noção de documento, é que a informação, entendida aqui como categoria do pensamento, deve ser considerada também fundamental de ser inserida no contexto das discussões e estudos referentes ao tema da política de patrimonialização da cultura imaterial. Levando-se em consideração, sobretudo, a complexidade que implica esse processo.

## **A POLÍTICA DA PATRIMONIALIZAÇÃO E O REGISTRO DA CULTURA IMATERIAL NO BRASIL**

A política de reconhecimento e valorização dos bens culturais, descritos como “patrimônio imaterial”, é um empreendimento que nos anos recentes vem sendo estimulado

no estado de Minas Gerais, a partir dos trabalhos de levantamento, identificação e registro de expressões culturais da tradição popular, promovidas por intermédio de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão público federal responsável pela efetivação da política de incentivo e valorização dos bens reconhecidos como patrimônio cultural imaterial no Brasil. Esse compromisso está relacionado com as recomendações feitas pela Unesco aos “Estados Partes” da Convenção de 2003, do qual o Brasil é signatário, que estimula a promoção de políticas públicas voltadas para a valorização da diversidade cultural, o reconhecimento e a salvaguarda do “patrimônio imaterial”.

Para realização desse empreendimento, o IPHAN, por meio de sua equipe técnica, em conjunto com a assessoria de intelectuais e acadêmicos das áreas das ciências humanas e sociais, desenvolveu uma metodologia própria - INRC<sup>79</sup> -, introduzindo categorias específicas para instrumentalizar o trabalho de levantamento, identificação e registro dos bens culturais contemplados pela política da patrimonialização e salvaguarda promovida pelo órgão.

Entretanto, a ideia da criação de uma política voltada para a proteção do patrimônio cultural, entendido “para além da pedra e cal”, não é nova. No ano de 1936, um dos ícones do Movimento de Arte Moderna no Brasil, o intelectual, poeta e musicólogo Mário de Andrade, a pedido do ministro da Educação da época, Gustavo Capanema, esboçou o anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional [SPAN]. Nesse documento, Mário de Andrade propôs um entendimento mais amplo de patrimônio cultural ao sugerir as categorias de inscrição das obras de arte patrimonial no livro de tombamento, com os seguintes itens: “Artes arqueológicas e ameríndias”, “Folclore ameríndio”, “Artes populares” e “Folclore”. Na descrição dessas categorias, Mário de Andrade menciona a música popular, os contos, as histórias, as lendas, as superstições, a medicina, as receitas culinárias, os provérbios, os ditos e as dansas dramática [sic], como expressões referenciais (apud Batista: 271 [folha249]).

Esse anteprojeto, considerado revolucionário e visionário, não teve espaço para ser implementado integralmente naquela época e “nem chegou a ser codificado em termos legais”

---

<sup>79</sup> “O INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. A indicação de bens para Registro e/ou para Tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente. O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção: 1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento [...]; e 2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural [...]” (cf. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação, 2000).

(Sant'Anna, 2009). Assim, não obstante o mérito do reconhecimento da contribuição de Mário de Andrade, o órgão fundado no ano de 1936, então denominado de “Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico [SPHAN]”, vinculado ao Ministério da Educação e da Saúde na época, orientará suas ações de acordo com uma noção restrita de patrimônio cultural. Portanto, dando prioridade a uma política de patrimonialização voltada quase exclusivamente para o tombamento dos bens móveis e imóveis de natureza material – consoante com o Decreto-Lei 25, de 1937 (Sant'Anna, 2009).

Posteriormente, como escreve Sant'Anna, a “sedimentação da ideia mais ampla de patrimônio cultural no Brasil” terá como referência o nome de Aloísio Magalhães, com o trabalho promovido por ele – à frente do Centro Nacional de Referência Cultural [CNRC] e da Fundação Nacional Pró-Memória –, de registro e documentação de manifestações populares diversas (Sant'Anna, 2009). Entretanto, a ampliação do conceito de patrimônio cultural, abrangendo os bens imateriais, só se efetivou legalmente a partir do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, da Carta Constitucional brasileira, que estabeleceu a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) no âmbito do IPHAN.

Amparado por esse decreto-lei é que parece ter ganhado ênfase em Minas Gerais a implementação de políticas de patrimonialização dos bens imateriais – como é o caso que procuramos discutir aqui, das expressões da cultura afro-brasileira (Reinado/Congado, Capoeira, Jongo etc), ora em processo de valorização como patrimônio pelos órgãos de representação federal (IPHAN), estadual (IEPHA) e municipalidades neste estado.

## **PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO E TRADIÇÕES AFRO-BRASILEIRAS EM MINAS GERAIS**

Ao discutir sobre a política de patrimonialização de expressões da cultura afro-brasileira em Minas Gerais, é válido mencionar de início a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, localizada no bairro Jatobá, em Belo Horizonte. Essa irmandade pode ser considerada um dos primeiros grupos de Reinado/Congado inventariado na capital mineira, com a finalidade do seu reconhecimento pela prefeitura de Belo Horizonte como uma das referências mais antigas da cultura afro-brasileira presente no município. Esse processo ocorreu na década de 1990, mas, como na época ainda não havia sido implementada a política do registro dos bens imateriais, o reconhecimento da irmandade como patrimônio cultural teve de ser efetuado pelas vias do tombamento. Diferentemente, portanto, dos processos de reconhecimento das expressões da cultura afro-brasileira identificados na Região Metropolitana e em cidades do interior mineiro a partir do ano 2000.

Como sabemos, o crescente interesse pelo registro das formas de expressão da cultura imaterial surgido no decorrer do ano 2000, em Minas Gerais, se deveu, sobretudo, ao programa do ICMS Cultural, criado pelo governo do estado com vistas a motivar prefeituras a implementarem políticas públicas voltadas para a valorização e proteção dos bens reconhecidos como patrimônio cultural, localizados nos municípios solicitantes. Essa política de incentivo fiscal surtiu efeito, resultando em inúmeros pedidos encaminhados pelas municipalidades para o IPHAN e o IEPHA, manifestando o interesse delas na atuação desses órgãos nos seus domínios territoriais.

A partir desses pedidos, por exemplo, é que teve início o processo de patrimonialização do Reinado/Congado no estado de Minas Gerais. Trabalho que recentemente o IPHAN vem desenvolvendo, com auxílio de uma empresa de consultoria contratada. Seguindo a orientação da metodologia do INRC, a primeira parte consistiu no levantamento feito em todo o estado para uma sondagem preliminar da localização dos municípios onde essa manifestação cultural acontece. Nas palavras de uma técnica do IPHAN, uma “ação preliminar, de varredura do território estabelecido para registro”.

A partir dos dados levantados foi elaborado um mapa da distribuição geográfica do Reinado/Congado, por município, dentro das fronteiras territoriais de Minas Gerais. Ao todo, de acordo com o mapeamento, dos 853 municípios do estado, foram identificadas referências dessa tradição em 327. Considerado o conjunto, a quantidade de grupos identificados por municípios somam numericamente um total de 1.052. Com efeito, uma quantidade bastante significativa e que justifica a pertinência de serem inventariados.

Após a entrega dos resultados desse levantamento preliminar, foi organizado, no âmbito do IPHAN, um Grupo de Trabalho, composto pela equipe técnica do órgão, pesquisadores responsáveis pela atividade e especialistas convidados. Esse GT se reuniu periodicamente durante os meses de abril e agosto de 2013, com a finalidade de discutir o assunto e definir os critérios de corte para a finalização da etapa preliminar. O consenso a que se chegou foi de delimitar 47 municípios para a segunda etapa do levantamento, levando-se em consideração as condições objetivas para o rendimento do inventário: tamanho da equipe de pesquisadores, recursos financeiros disponíveis, distância entre as regiões e expressividade de grupos por localidade. A continuidade da segunda etapa desse levantamento se iniciou no primeiro semestre, com conclusão prevista para o fim do ano de 2014.

Ao abordar o trabalho do GT, a coordenadora do setor de patrimônio imaterial do IPHAN-MG, Corina Moreira<sup>80</sup>, salientou que foi em torno da discussão do material levantado na primeira etapa do inventário que se observou “a complexidade do sistema Congado e, nesse sentido, a dificuldade para se definir qual seria a categoria mais adequada para inscrição dessa referência cultural no livro do Registro”. A saber, quatro categorias de inscrição: Celebrações, Formas de Expressão, Ofícios e Modos de Fazer, Lugares. Em certo sentido, esclarece Corina, “o Congado caberia em quase todas essas formas de classificação, porém isso seria problemático para delineamento da ação de salvaguarda desse bem cultural”. Além disso, no contexto dessa discussão, conforme ainda as palavras da servidora do IPHAN, o próprio título do dossiê, que se apresenta sob a denominação “Processo de Registro do Congado de Minas Gerais”, foi tema colocado em questão, tendo em vista as variações locais da terminologia empregada para identificar genericamente a manifestação do Reinado/Congado, por exemplo: “festa do Congado” ou “festa do Reinado”, na região Sudeste de Minas Gerais, e “festa dos catopês” ou “Reinado”, na região Norte do estado.

O inventário do Reinado/Congado em Minas Gerais tem sido realizado também pelo IEPHA. Entre outras referências, o órgão realizou o registro da Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Araçuaí, localizada na região da Chapada do Norte, e da Comunidade dos Arthuros (que se destaca entre os mais antigos Reinado/Congado de Minas Gerais), localizada no município de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte<sup>81</sup>.

Ao comentar sobre essas ações de registro, Luiz Molinari<sup>82</sup>, gerente do patrimônio imaterial da instituição do IEPHA, enfatiza: “O fato é que o congado é patrimônio cultural de Minas Gerais. Quem trouxe não foi o estado ou os pesquisadores, mas os congadeiros”. O gerente acrescenta que a política do estado é “valorizar e apoiar o melhor possível (a manifestação), mas respeitando o protagonismo”.

Luiz Molinari também relembra que a “contribuição do estado coincide com a federação, pois está relacionada com a convenção da Unesco, (que recomenda que) todos países signatários devem criar política de apoio à diversidade cultural”.

A política de patrimonialização desenvolvida pelo IEPHA se distingue da realizada pelo IPHAN, uma vez que não prevê um programa de salvaguarda instituído na política de

---

<sup>80</sup> Exposição feita em Mesa do Seminário sobre Reinado, tema: “Registro e Salvaguarda: os Reinados como Patrimônio Cultural”, realizado no dia 6 de Dezembro de 2013, dentro da programação do evento Vozes de Mestres: encontro internacional das culturas populares. Local: Fundação Nacional de Arte [FUNARTE] - Ministério da Cultura [MINC], Belo Horizonte.

<sup>81</sup> Ver: [www.IEPHA.mg.gov.br/banco-de-noticias](http://www.IEPHA.mg.gov.br/banco-de-noticias)

<sup>82</sup> Idem



reconhecimento. Dado ao incentivo do ICMS (cultural), cujo repasse de recursos aos municípios é definido segundo critério estabelecido pela equipe técnica do IEPHA. Nesse sentido, receber esse benefício implica o compromisso legal assumido com o estado, pelo município, de implementar política pública voltada para a proteção do patrimônio cultural. Assim, de acordo com a política do IEPHA, a ação do registro já pressupõe a salvaguarda.

Outro diferencial, em comparação com a ação de registro do IPHAN, é a metodologia de produção do inventário. Segundo o argumento de Luiz Molinari, a opção foi pela elaboração de uma metodologia própria, uma vez que “o INRC é de uso restrito do IPHAN”. Entendimento que a coordenadora da área do patrimônio imaterial do IPHAN discorda, ao esclarecer que outras instituições podem utilizar esse instrumento mediante pedido de autorização ao órgão.

Algumas instituições vinculadas às administrações municipais também têm buscado atuar diretamente na produção do inventário das expressões do Reinado/Congado localmente. Em Belo Horizonte, a equipe do Centro de Referência Visual (CRAV), entre os anos de 2003 e 2006, realizou o mapeamento e a documentação dessa manifestação na capital e na Região Metropolitana, produzindo um registro de 70 horas em suporte vídeo-digital (Brettas, 2013).

No município de Betim, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a Fundação Artístico Cultural de Betim (FUNARBE) é outro órgão que se dedicou à produção do inventário e o “Dossiê de Registro” de expressões do Reinado/Congado locais. O documento foi encaminhado ao IEPHA, em 2011, para aprovação (Brettas: *idem*).

Os primeiros registros do Reinado/Congado, segundo Aline Brettas, foram produzidos na década de 2009 em sete municípios do interior de Minas Gerais. Dossiês foram encaminhados ao IEPHA, no ano de 2010, para aprovação. Conforme as fontes consultadas apontam, a disposição das prefeituras de Minas Gerais em investir em ações como essas descritas acima, que visam à promoção do patrimônio imaterial local – com destaque para as expressões do Reinado/Congado –, está relacionada, conforme enunciado anteriormente, com o estímulo do ICMS Cultural.

## **A CAPOEIRA EM MINAS GERAIS**

Diferentemente do caso dos Reinados/Congados em Minas Gerais, o processo de patrimonialização da Capoeira encontra-se em fase bem mais adiantada. Com efeito, no ano de 2008, o IPHAN promoveu o reconhecimento da “Roda de Capoeira” e o “Ofício de Mestre de Capoeira” como referências imateriais do patrimônio cultural brasileiro. Consoante às diretrizes estabelecidas pelo órgão para a política de proteção e salvaguarda do Patrimônio

Cultural Imaterial em geral, esse reconhecimento valorativo da Capoeira no cenário nacional se concretizou a partir da inscrição em duas categorias dos Livros de Registro do IPHAN, respectivamente: “Livro de Artes e Ofícios” e “Livro de Saberes”.

Essa inscrição compreende ações conjuntas que, além da mediação do IPHAN e do esforço dos detentores do bem cultural registrado, também sejam representadas pela mobilização dos segmentos sociais e instituições parceiras, tendo em perspectiva apoiar, planejar e criar condições objetivas para eficácia da continuidade da prática do bem cultural registrado. Ou seja, o objetivo do Registro é, em certo sentido, firmar o compromisso de uma política social pautada na expectativa do diálogo permanente e da articulação necessária entre Estado e Sociedade<sup>83</sup>.

Nesse sentido foi que a efetivação do Registro da Capoeira como patrimônio nacional da cultura imaterial deu ensejo a várias ações governamentais voltadas para o apoio, o fomento e a salvaguarda dessa expressão afro-brasileira, a partir da interlocução e do diálogo permanente com os detentores do saber-fazer do bem cultural registrado, ou seja, os capoeiristas. Sendo representativos dessas ações diferentes órgãos vinculados ao Ministério da Cultura [Minc], com destaques para o IPHAN e a Fundação Cultural Palmares. Podendo ser mencionado, entre outros, dois exemplos significativos: o “Programa Capoeira Viva” e o “Programa Pró-Capoeira”, criados entre os anos de 2006 e 2012.

Com efeito, o anúncio do registro da Capoeira como patrimônio nacional gerou desde o início inúmeras expectativas no meio da comunidade capoeirista do Brasil. E isso serviu de mote para o norteamento da política de salvaguarda da Capoeira em âmbito nacional; sobretudo a partir das questões levantadas pelos capoeiristas, e seriamente discutidas nas reuniões promovidas pelo Grupo de Trabalho Pró-Capoeira [GTPC]<sup>84</sup> durante o ano de 2010. Realizadas, respectivamente, nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília e Recife,

---

<sup>83</sup> “Orientações para implementação da política, sistematização de informações, monitoramento da gestão e avaliação de resultados da salvaguarda de bens registrados”. HPHAN/DPI/CSGA, 2011.

<sup>84</sup> O Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira foi criado em 2008, tendo como justificativa a necessidade de uma atuação governamental mais ampla e integrada neste campo, com a criação de política pública voltada para o apoio à Capoeira e que devia ser implementada por meio de um programa de governo que ficou conhecido como PRÓ-CAPOEIRA. Com a criação do programa, foi instituído um GT Pró-Capoeira, a partir da Portaria 48/09. As metas desse GT seria a implantação do Cadastro Nacional da Capoeira e a realização de três encontros de mestres e capoeiristas nas diferentes regiões do país. Esses encontros visavam promover a sistematização de demandas do campo e o planejamento estratégico das ações de salvaguarda e incentivo à prática da capoeira e foram realizados no ano de 2010 nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e Brasília.

nas reuniões do GTPC foram colocadas em pauta diversos temas, entendidos como direta ou indiretamente relacionados com o universo cultural e social da Capoeira, ou seja: a profissionalização do ensino da Capoeira; os problemas sociais enfrentados pelos capoeiristas; a questão da internacionalização da Capoeira; as políticas de desenvolvimento sustentável; as políticas de educação; as políticas de fomento; as políticas de esporte e lazer; a questão da identidade e da diversidade cultural.

A ressonância das discussões do GTPC no meio da comunidade capoeirista de Minas Gerais contribuiu para incentivar o movimento de mobilização dessa coletividade no estado. Despertando a consciência dos capoeiristas mineiros para a importância da participação deles nos assuntos da política de salvaguarda promovida pela superintendência do IPHAN em Minas Gerais, fazendo os seus questionamentos, expondo as suas dúvidas e apresentando as suas expectativas e reivindicações como os principais guardiões e detentores do saber-fazer da Capoeira.

Com efeito, uma série de questões foi colocada para reflexão em torno da política de salvaguarda naquele momento, conforme listagem: a expectativa dos capoeiristas quanto à aplicação de recursos públicos em projetos individuais e/ou coletivos ligados à Capoeira; a possibilidade da implementação de políticas previdenciárias e de saúde, voltadas especificamente para mestres de Capoeira; a concretude das ações de mediação do poder público, junto a embaixadas, para facilitar o visto em passaportes nos casos das viagens para o exterior de capoeiristas (para participação em eventos ou ensinar Capoeira no exterior) e, dentro do mesmo tema, a disponibilidade de auxílio para tais viagens internacionais; a implementação de lei para garantir a obrigatoriedade e a valorização do ensino da Capoeira nas escolas públicas, bem como (embora sendo uma questão polêmica) a exigência legal da obtenção do título de mestre de Capoeira para o exercício profissional do ensino da Capoeira no contexto escolar.

É preciso ressaltar que essa problemática da relação entre Capoeira e Educação escolar foi levantada, primeiramente, no contexto de um evento organizado em Belo Horizonte, no ano 2008, pelo “Programa Capoeira Viva”<sup>85</sup>, criado pelo MinC em 2006: o “I Fórum de Capoeira da Região Metropolitana de Belo Horizonte”, que reuniu mestres, contramestres e praticantes de capoeira em geral, da macro-região metropolitana de Belo Horizonte. A

---

<sup>85</sup> Capoeira Viva foi o primeiro programa de valorização e promoção da capoeira como bem cultural brasileiro, no qual o Estado apoiou um programa nacional, que inclui seminários reflexivos, ações educativas, recuperação de acervo e memória e a realização de uma homenagem aos mestres de capoeira no Brasil.

programação contou com o apoio da representação do MinC na capital, a representação da Fundação Nacional de Arte [FUNARTE] e a Superintendência do IPHAN.

Os temas colocados em discussão no contexto do Fórum evidenciaram o amadurecimento da proposta de uma política de salvaguarda concebida pelos capoeiristas, no processo de interlocução e negociação, não apenas com o IPHAN, mas também outras instituições parceiras do poder público:

“- Afirmar o espaço da capoeira dentro das políticas públicas, respeitando a diversidade;

- Resgatar a história/memória da capoeira em MG;
- Criar o Conselho de Mestres em MG;
- Formulação da lei da aposentadoria dos mestres;
- Desburocratização das formas de acesso às políticas de financiamento, fomento, patrocínio e documentação;
- Projeto de Lei ou edital de apoio à construção de sedes para mestres populares
- Reconhecer o notório saber dos antigos mestres (Destaque para o cumprimento da Lei 10.639/03 sobre o ensino da cultura afro em escolas)
- Criação de um órgão específico de assessoria e apoio à Capoeira”<sup>86</sup>

É preciso relembrar que, inicialmente, a política de apoio, fomento e salvaguarda era um processo unificado e centralizado no MinC. Porém, a partir do ano de 2012, aprovou-se a fragmentação dessa política, que passou a ser implementada com relativa autonomia pelas instancias regionais ou órgãos vinculados ao MinC – como é o caso, respectivamente, das superintendências regionais e da Fundação Palmares. Assim, as superintendências do IPHAN passaram a ter relativa autonomia na definição e planejamento das ações a serem desenvolvidas no processo da política de salvaguarda instaurada nos diferentes estados brasileiros em que estão localizadas.

Entretanto, em Minas Gerais, a Superintendência do IPHAN, já desde o ano de 2011, por pressão do movimento participativo dos capoeiristas, vinha conduzindo a ação de salvaguarda de modo autônomo e diferenciado das superintendências instaladas em outros estados da federação. E, não obstante a polêmica gerada em torno dos objetivos e do alcance

---

<sup>86</sup> Estes itens estavam descritos na carta de solicitação de apoio para a realização e na própria programação. Foi remetida por um coletivo de capoeiristas da RMBH, encaminhada à representação do MinC em Minas Gerais.

dessa política, conseguiu construir-se, no âmbito da superintendência do IPHAN em Minas Gerais, um espaço aberto à interlocução e ao diálogo entre os técnicos da divisão do Patrimônio Imaterial da instituição e os representantes da Capoeira no estado. Com efeito, esse diálogo possibilitou não somente aos técnicos da instituição esclarecer dúvidas sobre o processo de salvaguarda e expor os desafios e os limites colocados para a instituição, no papel mediador frente a essa política no estado, mas, também, aos capoeiristas se posicionarem francamente, manifestando as suas inquietações, expectativas e esperanças no resultado da ação de salvaguarda.

Nesse contexto, uma série de questões foi colocada para reflexão. Ou seja, em que medida o órgão poderia ou não: apoiar na sistematização das demandas a serem encaminhadas ao poder público; orientar a produção e a gestão de projetos culturais associados aos grupos de Capoeira; disponibilizar informações sobre os tramites políticos e as leis de incentivo à cultura; prestar esclarecimentos sobre os procedimentos relativos à formulação dos objetivos almejados pelo Plano de Salvaguarda, bem como contribuir para a articulação de uma rede de interlocução e de agentes-parceiros, tanto da esfera pública quanto privada, para dar apoio nessa empreitada; e, finalmente, promover debates sobre as formas de condução da política de salvaguarda em si mesma.

Detalhadamente, esse processo dialógico contou com a participação de mestres, contramestres e simples praticantes de capoeira da capital e Região Metropolitana de Belo Horizonte. E teve importância, sobretudo, para delineamento de algumas ações posteriores. Neste caso, a organização de oficinas, coordenadas pelos técnicos da superintendência do IPHAN, reunindo capoeiristas, agentes públicos, pesquisadores e interessados no assunto, para discutirem conjuntamente estratégias de envolvimento, mobilização e fortalecimento da mobilização dos detentores do saber-fazer da Capoeira. Um dos saldos positivos dessa ação foi, sobretudo, estimular a participação e o engajamento na movimentação dos mestres considerados mais “antigos” da capoeira em Minas Gerais.

Além dessa ação, outras duas modalidades de oficinas foram organizadas pela equipe do setor de Patrimônio Imaterial, com o objetivo de promover a capacitação dos capoeiristas. Assim divididas: reuniões mensais do Conselho de Mestres e reuniões mensais de Articulação para o Plano de Salvaguarda – visando a formação de um Comitê Gestor (provisório) para conduzir o processo de construção do Plano de Salvaguarda.

Outra ação derivada da interlocução com os capoeiristas foi o apoio ao processo de organização do Conselho de Mestres de Capoeira do Estado de Minas Gerais [COMCAP].

Atualmente, esse tem sido um dos principais carros-chefe da salvaguarda desse bem cultural no estado.

Uma última ação que ainda é preciso mencionar configura-se pelo mapeamento da capoeira no estado, que está sendo realizado atualmente pela superintendência do IPHAN; objetivando levantar informações que possam subsidiar a ampliação da rede de contatos e a mobilização dos mestres capoeiristas espalhados por Minas Gerais, bem como considerando a possibilidade de viabilizar a elaboração de novas propostas de ações a serem demandadas ao IPHAN ou encaminhadas a demais órgãos parceiros envolvidos no processo.

Ao mencionar essas ações relacionadas com a política de salvaguarda da Capoeira, queremos evidenciar que o processo tem sido orientado pelas discussões e decisões tomadas coletivamente. Entretanto, isso não significa a inexistência de tensões e conflitos de várias ordens. Primeiramente, logo no início, na relação dos capoeiristas com os técnicos da divisão do Patrimônio Imaterial, responsáveis pela coordenação das ações de salvaguarda, em torno de temas relacionados com o entendimento da política ou mesmo da isonomia do processo.

Em segundo, na relação dos capoeiristas entre si. A divergência entre grupos e/ou mestres de tendências ou estilos diferentes do jogo da Capoeira (Angola, Regional, Contemporânea ou “de Rua”), no contexto de reuniões programadas, pode ser citada. Da mesma forma, conflitos de autoridade: quem tem ou não o direito de falar em nome do coletivo; ou, ainda, quem tem legitimidade ou não para tomar as decisões. Deixando claro que a participação no processo não concede licença ao praticante da tradição para desobedecer à hierarquia e se esquecer das regras próprias do universo da Capoeira.

Em suma, o processo de condução da política de salvaguarda da Capoeira tem exigido dos técnicos do IPHAN, entre outras competências, paciência e habilidade na construção do diálogo e da parceria com os detentores desse bem cultural: mestres, contramestres, alunas e alunos representantes dos variados estilos: Angola, Regional, Contemporânea, “de Rua”, entre outras denominações. E, compartilhando do processo, também os capoeiristas se veem na exigência de abrir-se ao diálogo para negociar espaços próprios na condução da política de salvaguarda, de modo a garantir os benefícios que a mesma possa lhes oferecer no presente e no futuro.

Finalmente, podemos avaliar que trabalhar com a questão da política de salvaguarda tem possibilitado aos técnicos da área do Patrimônio Imaterial do IPHAN uma experiência ímpar, de como lidar com os conflitos e as tensões gerados pelas diferenças de opiniões e diversidade de interesses que tendem a implicar esse processo. E inferir que, para os capoeiristas, tem sido uma oportunidade de aprendizagem de como lidar com o poder público

e sua burocracia; bem como participar efetivamente da construção de uma política pública, em que se deseja trazer benefícios não apenas para a preservação do patrimônio cultural em si mesmo, mas também para o bem-estar e a qualidade de vida dos seus legítimos representantes.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao encerrar esta Comunicação, o que gostaríamos de enfatizar é que a política da patrimonialização das expressões da cultura afro-brasileira em Minas Gerais, o Reinado/Congado e a Capoeira, é um processo ainda em curso e talvez seja cedo para avaliar os resultados. É preciso ter claro que os erros e acertos dessa política irão depender, em boa medida, da sua condução, que em nosso entendimento deve seguir o caminho que vem sendo trilhado desde o começo, ou seja, o da construção do diálogo franco e aberto dos técnicos do IPHAN e do IEPHA com os detentores dessas tradições.

Isso é importante, sobretudo, porque, como procuramos evidenciar neste artigo, com o caso do Reinado/Congado e da Capoeira, o significado que as práticas culturais historicamente marginalizadas e em processo de reconhecimento como patrimônio imaterial tem para os seus sujeitos detentores é mais profundo. Pois diz respeito a uma experiência revigorante, que lhes dá firmeza para continuar a caminhada, ao oferecer-lhes sentido para seguirem em frente sem temer os desafios que se colocam para eles na realidade concreta da vida cotidiana – como indivíduos e coletividade. Isso é o que explica a perseverança histórica dos indivíduos e dos grupos afrodescendentes em manter viva, na insistência da prática do Reinado/Congado e do jogar Capoeira, a “memória coletiva” evocativa dos ensinamentos e dos aprendizados deixados pelos ancestrais.

Por isso, a tradução desse *significado mais profundo*, que remete à ideia de memória social e identidades coletivas, é o que nos parece, por um lado, ser a questão desafiante para o trabalho de registro e documentação de expressões culturais historicamente marginalizadas em nosso país, como o Reinado/Congado e a Capoeira; porém, nos dias de hoje, reconhecidas pelos poder público como patrimônio imaterial. Por outro lado, outra questão desafiante a ser levada em conta é a própria eficácia na comunicação dessa tradução: no formato de documento escrito, audiovisual, imagético, iconográfico ou sonoro, amplamente e “de modo que toda a sociedade possa ter acesso a informações sobre sua origem, trajetória e as transformações por que passou ao longo do tempo [...] para estimular o envolvimento da sociedade na tarefa de preservar esses bens, e para criar condições para um apoio efetivo na sua salvaguarda [...]”. (BRAYNER, 2007, p.21-22).

É nesse sentido, portanto, que, ao encerrar este artigo, destacamos a relevância do conceito de informação para as reflexões e discussões teóricas abrangentes à temática do patrimônio cultural no Brasil e no mundo; bem como para o desenvolvimento de estudos e pesquisas referentes a esse assunto, tendo por objeto, por assim dizer, a informação patrimonial. Ou seja, a fazer referência, com essa expressão, a temas como tratamento da informação, mediação da informação, circulação da informação etc, insinuantes no contexto das discussões sobre a política de patrimonialização no Brasil. Em nosso ponto de vista, assim como a própria noção de documento e registro, essas questões são relevantes – para lembrar o antropólogo Claude Levi-Strauss – e boas para serem pensadas pelos cientistas da informação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Marco Antônio. "Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito". In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, 2007.

ANDRADE, Mário de. "Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional". In: BATISTA, Marta Rosseti (org.). **Mário de Andrade**. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.30, p.270-287, 2002.

ARANTES, Antônio Augusto. O que é cultura popular. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BATISTA, Marta Rosseti (Org.). Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 30, 2002. Belo Horizonte, 2012. (mimeo)

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: <<http://portal.IPHAN.gov.br/portal;baixaFcdAnexo.do?id=3415>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portal do IPHAN. Disponível em: <<http://portal.IPHAN.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16621&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Capoeira Viva. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/site/tag/capoeira-viva/>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Pró-Capoeira. Disponível em: <[http://www.cultura.gov.br/programas6/-/asset\\_publisher/HTI3dB7MSIaL/content/programa-pro-capoeira-342422/10913](http://www.cultura.gov.br/programas6/-/asset_publisher/HTI3dB7MSIaL/content/programa-pro-capoeira-342422/10913)>. Acesso em: 12 dez. 2013.



BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília: IPHAN, 2007.

BRETTAS, Aline Pinheiros. Os registros de Belo Horizonte e Betim: novas abordagens em relação ao registro do patrimônio cultural imaterial. 2013. Tese de Doutorado - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CABRAL, Ana Maria Rezende. "Ação cultural: possibilidades de atuação do bibliotecário" In: VIANNA, Márcia Milton et al. Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999, p.39-45.

CAMPOS, Yussef Daibert S. "A imaterialidade do patrimônio cultural e a lei Robin Hood: a inserção da categoria imaterial do patrimônio como pontuação para o repasse de ICMS Cultural em Minas Gerais". In: Revista CPC. São Paulo, n. 11, p.87-102, nov. 2010/abr. 2011.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAMATTA, Roberto. Explorações: ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DAWSEY, John. "Victor Turner e antropologia da experiência". In: Cadernos de Campo - revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia da USP, ano14, n.13. São Paulo: Departamento de Antropologia-FFLCH-USP, 2005.

DAWSEY, John. De que riem os "bóias-frias?": diários de antropologia e teatro. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

DODEBEI, Vera Lucia D. L. de M. "Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais". In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008. Anais eletrônicos... ENANCIB. 2008. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php;enancib/xienancib/schedConf/presentations>>. Acesso em: 2 set. 2011.

DODEBEI, Vera Lucia D. O sentido e o significado de documento para a memória social. Tese de Doutorado. 1997 - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

DURHAN, Eunice. "Texto II". In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.23-58.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREIRE, Isa Maria. "Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local". Ciência da Informação, v.35, n.2, p.58-67, maio/ago 2006.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOMES, Maria Nélida Gonzáles. "Novos cenários políticos para a informação". Ciência da Informação, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002.

GOMES, N. P. M.; PEREIRA, E. Negras raízes mineiras: os Arturos. Juiz de Fora: UFJF/Brasília/Ministério da Cultura, 1988.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

JUNIOR, Oswaldo F. de Almeida. “Mediação da informação e múltiplas linguagens”. Pesquisa brasileira. Ciência da Informação, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009.

LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

MARTELETO, Maria Regina. “Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social”. Ciência da Informação, v.24, n.1, 1995.

MARTELETO, Maria Regina. “Informação e Sociedade nos ambientes da cultura: histórias e cenários”. Ciclo de Estudos em Ciência da Informação Sistema de Bibliotecas e Informação, 8, 2006., Rio de Janeiro.

MARTELETO, Maria Regina; NASCIMENTO, Denise Morado. “A ‘informação construída’ nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu”. Data Grama Zero – Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out/2004.

OLIVEIRA, Eliane B.; RODRIGUES, Georgete M. “O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de Ciência da Informação”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008. Anais eletrônicos... Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php;enancib/xienancib/schedConf/presentations>>. Acesso em: 2 set. 2011.

OLIVEN, Ruben George. Violência e cultura no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1989.

ORTIZ, Renato. Mundialização e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, Alcenir Soares dos; CABRAL, Ana Maria Rezende (orgs.). Informação, cultura e sociedade: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007.

SANT’ANNA, Márcia. “A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização”. In: ABREU; CHAGAS (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.49-79.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, Rubens Alves da. **A Atualização de tradições: performances e narrativas afro-brasileiras**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

SUAIDEN, Emir José. “A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação”. Ciência da Informação, v.29, n.2, p.52-60, mai./ago., 2000.

UNESCO. Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Brazil-PDF.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.

VAZ, Beatriz Accioly. **Produto I – Resultados preliminares das primeiras ações da Superintendência do Iphan em Minas Gerais no âmbito da Salvaguarda da**

**Capoeira** (Bens registrados dos Saberes em 20/11/2008 – e Roda de Capoeira – inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão em 20/11/2008): A função mediadora do Iphan e a construção de um coletivo organizado. Relatório do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: MP/PEP, IPHAN, 2012. (mimeo)

VILARINO, Marcelo de Andrade. (Projeto: 914BRZ4012) **Difusão da política do patrimônio cultural do Brasil** (Relatório nº 5). Belo Horizonte: IPHAN/UNESCO, 2012. (mimeo)

## TEORIA DE ROLAND BARTHES E A ANÁLISE DA IMAGEM NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ESTUDO DAS FOTONOVELAS DAS DÉCADAS DE 1960-1980

*THEORY OF ROLAND BARTHES AND IMAGE ANALYSIS IN THE CONTEXT OF INFORMATION SCIENCE: STUDY OF THE PHOTONOVELS OF THE DECADES 1960-1980*

Edvaldo de Souza  
Lídia Brandão Toutain

**Resumo:** Pretende auxiliar no estabelecimento de parâmetros e fundamentos teóricos a partir dos quais se possa construir análises de imagem no campo da Ciência da Informação, observadas suas devidas particularidades e excentricidades. Buscaremos embasamento teórico principalmente na obra do pensador francês Roland Barthes (1915-1980) - cujo pioneirismo na semiótica da imagem influenciou significativamente os estudos posteriores na área. A escolha do autor se deve, em parte, a não pretensão de ambos - Barthes e este trabalho - em reduzir a análise do fenômeno à mera descrição de seus significantes ou objeto de estudo sociológico, tendência recorrente nos trabalhos sobre o tema. A pesquisa em andamento terá como resultado identificar como as imagens abarcaram o conteúdo informacional através de signos não verbais nas fotonovelas, relacionando esta função aos fundamentos teóricos da Ciência da Informação, além de demonstrar como os elementos da imagem – cores, traços e formas – nas revistas operam para exercer influência na percepção da informação pelo leitor.

**Palavras-chave:** Semiótica. Representação. Informação. Imagem. Imagem fotográfica.

**Abstract:** Intended to assist in establishing parameters and theoretical foundations from which to build image analysis in the field of Information Science, observed their proper particularities and eccentricities. Seek primarily theoretical basis in the work of the French philosopher Roland Barthes (1915-1980) - whose pioneering semiotic image significantly influenced subsequent studies in the area. The author's choice is due in part to not claim to both - Barthes and this work - to reduce the analysis of the phenomenon to mere description of his or significant object of sociological study, recurring tendency in the work on the subject. The ongoing research will result in identifying how images encompassed the informational content through non-verbal signs in photonovels relating this function to the theoretical foundations of information science, and demonstrate how the image elements - colors, lines and forms - in magazines operate to influence the perception of information by the reader.

**Keywords:** Semiotics. Representation. Information. Image. Photographic Image.

### 1 INTRODUÇÃO

Herança dos folhetins do início do século XX, as fotonovelas surgiram na Itália, na década de 40, como forma de aproveitar fotogramas não utilizados na edição de produções cinematográficas, que eram reunidos de forma a poder contar um breve resumo do filme que entraria em cartaz. Neste sentido, *Stefano Reda* e *Damiano Damiani* foram os precursores, adaptando filmes de sucesso como *O Conde de Monte Cristo* e *A Dama das Camélias* para o que naquele momento era chamado de cine-romance. O estilo neo-realista dominante na

época, e que ditava as temáticas de outras expressões artísticas, determinou a ambientação e a temática urbana e realista nas fotonovelas. A popularidade deste formato se deu também por revelar-se eficaz no alcance de públicos que não tinha acesso aos espaços de cinema e à televisão, além de se apoiar na popularização do cinema e nos avanços tecnológicos da fotografia.

Não tardou para a fotonovela ser trazida ao Brasil, ainda, na década de 1940, através da revista "Encanto", da Coluna Sociedade Editora. Em 1950, a revista "Grande Hotel", incorporou a fotonovela ao seu mix de histórias, cuja aceitação mais tarde justificaria o lançamento de outras publicações neste formato por parte de sua editora, a extinta Vecchi. Dois anos depois, em 12 de junho de 1952, a Editora Abril, de Victor Civita, entrou na concorrência deste filão, com a revista "Capricho". Inicialmente com periodicidade quinzenal, e mesclada a seções sobre comportamento, beleza e variedades, logo a revista se tornou mensal, com o objetivo de trazer fotonovelas na íntegra e lucrar com um período de exposição maior nas bancas. A publicação atingiu as maiores tiragens de uma revista da América Latina, ultrapassando a marca de quinhentos mil exemplares em várias ocasiões.

As fotonovelas produziram e refletiram representações sociais, se constituindo em *documento* que reflete um período histórico. "A estrutura do documento pode estar em diversas linguagens, combinando texto, imagem e som. O documento não está mais preso a uma estrutura linear da informação. Cada receptor interage com o texto com a intencionalidade de uma percepção orientada por sua decisão individual. (ALBUQUERQUE BARRETO, 2007, p.29)"

Sendo um produto de comunicação de massa, com linguagem acessível e produzida com ferramentas e recursos baratos, ela sofreu duplo preconceito, não obtendo reconhecimento nem como forma de arte nem como fonte de estudo científico. Porém, o que deve-se considerar é que o fato de ter atingido um grande público deveria mais incentivar do que inibir uma atenção maior da comunidade científica, visto que esta forma de comunicação impactou sobre uma parcela da sociedade em um determinado período histórico.

A fotonovela possui uma característica que divide apenas com os quadrinhos, a de relacionar o conteúdo imagético e o textual para compor uma narrativa. Mas, diferentemente dos quadrinhos, a linguagem da fotonovela é singular por ter composição formada de imagens fotográficas em sequência.

Outra característica é o fato de atualmente se definir como um produto do passado, e imagens do passado exigem um grau de interpretação mais acurado do que analisar imagens contemporâneas, pois implica em incursão investigativa no contexto histórico de sua

produção, contexto que por vezes se revela agora estranho para os padrões da cultura atual. Entende-se cultura como um conjunto de significados sociais que aproximam os indivíduos em determinado tempo ou espaço.

Podemos trazer para o século XXI a observação de Habert, datada de 1974, acerca da negligência científica que acometeu a linguagem de fotonovelas.

Ninguém se surpreende mais com o interesse dos eruditos pelos quadrinhos (os *comics*). Estamos vivendo, realmente, a fase do reconhecimento cultural do fenômeno – uma ampla literatura enfoca a linguagem do balãozinho e o conteúdo de suas mensagens. A fotonovela, entretanto, também uma forma de narrativa em quadrinhos, permanece a margem dessas discussões. Sua inclusão nas preocupações dos eruditos ou dos aficionados dos quadrinhos até o momento não foi feita. Existe um clima de desprezo e de ironia em torno desse meio de comunicação. Porém, como negar sua repercussão? (HABERT, p.9).

Joanilho (2008) faz coro a Habert na justificativa do formato como fonte de estudo:

a compreensão da fotonovela deve fugir das simplificações que a rejeitam por ser indigna da análise historiográfica. Nela vamos encontrar práticas culturais que podem muito bem nos explicar formas de organização social e modo de agir no cotidiano (JOANILHO, 2008, p. 547).

Barthes observa que a este tipo de linguagem deve ser feita uma análise diferenciada:

Há outras artes que continuam o fotograma (ou pelo menos o desenho) e a história, e a diegese: são o foto-romance<sup>87</sup> e a banda desenhada<sup>88</sup>. Estou persuadido que estas artes, nascidas no submundo da grande cultura, possuem uma qualificação teórica e põem em cena um novo significante (aparentado com o sentido obtuso); será daqui em diante reconhecido para a banda desenhada; mas sinto, pelo meu lado, esse ligeiro trauma da significância perante certos foto-romances: a sua estupidez comove-me (esta podia ser uma certa definição do sentido obtuso); haveria, pois, uma verdade de futuro (ou de um muito antigo passado) nestas formas irrisórias, ordinárias, estúpidas, dialógicas da subcultura de consumo. (BARTHES, 1990, p.57-58)

Neste trabalho, busca-se resgatar o olhar sobre este material, fadado ao desaparecimento, constituindo-o como o corpus de pesquisa, e identificando neste tipo de linguagem significações e representações sociais, se constituindo em importante documento que reflete a memória daquele período.

A abordagem, em vista da natureza do material, visa analisar sua composição e discurso, contando para isto com os procedimentos de análise da imagem conforme formuladas por Barthes. Pretende-se aqui, se valendo das características de representação bem específicas que o formato oferece, auxiliar no estabelecimento de parâmetros e fundamentos teóricos a partir dos quais se possa construir metodologias de análise qualitativa que se

<sup>87</sup> Um dos primeiros nomes da fotonovela.

<sup>88</sup> Como as histórias em quadrinhos são conhecidas em alguns países da Europa.

apliquem às mensagens visuais contemporâneas, observadas suas devidas particularidades e excentricidades.

No percurso metodológico, a primeira leitura será livre, contínua, percorrendo a narrativa sem interrupções, assumindo “o olhar de leitor”, objetivando a recepção do conteúdo, apreendendo e se deixando levar pelo fluxo do enredo, aberto à percepção e aspectos estéticos. A segunda leitura será com o viés do pesquisador, adotando a postura crítica necessária à análise do conteúdo, visando identificar características recorrentes desta forma de linguagem, semelhanças e diferenças entre as várias histórias, aspectos que as particularizassem de outras linguagens textuais e correlações com aspectos teóricos que possam se relacionar com este tipo de manifestação literária, além de investigar reflexos de condições históricas que possam ter sido intervenientes.

Em seguida, selecionaremos as histórias mais representativas para a exemplificação do tema em questão, onde cada aspecto relevante para a constituição da linguagem de fotonovela foi considerado e abordado em capítulos específicos do trabalho.

A etapa final é descrever e analisar o conteúdo não verbal contido nas narrativas e ilustrações, a fim de reconhecer significações que identifiquem representações nas fotonovelas, entendendo-se que a constituição do *corpus* e sua análise são relacionadas.

Autora do mais extenso trabalho publicado sobre a fotonovela, Habert, mesmo em pleno apogeu de circulação das publicações, no início da década de 70, já alertava sobre a imensa dificuldade em pesquisar este material. “As dificuldades com bibliografia e informações com fotonovela somaram-se as dificuldades de encontrar as revistas. Como se trata de objeto vulgar, as bibliotecas não têm tais revistas colecionadas.” (HABERT, 1974, p. 13). Esta dificuldade se intensifica no contexto atual, pois, material vulgarizado, as revistas de fotonovelas, fora de circulação há mais de três décadas, não foram vistas como dignas das técnicas de preservação que beneficiaram outros suportes.

## **2 ASPECTOS PRELIMINARES DA ANÁLISE DA IMAGEM NA FOTONOVELA**

Atualmente, com a urgência de um mundo midiático e que impõe o uso de novos meios e ferramentas tecnológicas para apreensão dos sentidos, aliados a contextos geopolíticos e econômicos utilizadores da imagem como instrumento de poder, a definição do quem vem a ser *imagem* se encorpou polissemicamente. Esta abundância de significados, bradando por emergir, trouxe profissionais e pesquisadores para uma nova postura, a da “desconfiança da imagem”.

No contexto da Ciência da Informação, a preocupação com as intenções nas imagens se faz presente a partir da mudança de paradigmas da área, que deslocou a preocupação com o suporte para a preocupação com o usuário. Se antes os bibliotecários se detinham nos aspectos técnicos de seus afazeres, como a coleta, a organização e a preservação dos acervos, atuando como meros guardiões de ideias, agora são cúmplices, exercendo papel ativo no processo de disseminação e transmissão das mensagens para os mais diversos públicos.

A motivação na imagem pode ser deliberada ou involuntária, mas sua existência é inequívoca e esperada. Os diferentes meios sobre os quais se manifesta, sejam elas a pictografia, a fotografia, os *mass media* ou as artes plásticas, apenas para citar algumas, fazem seus caminhos se tornarem difusos e eficientes em escapar à vigilância acadêmica e crítica, pois cada meio se torna objeto de uma área de estudo diferente.

Há necessidade da Ciência da informação conhecer os mecanismos através dos quais se operam estes fluxos de significados e discursos, não com o intuito de interferir, mas objetivando atribuir coerência ao seu *fazer*, à sua missão. Bibliotecas, arquivos e museus são espaços sociais que operam mediante intenções e objetivos determinados.

A imagem desempenha um papel dual, o de reflexo e o de produtora de determinada realidade. Ela atua e é dependente do meio, numa complexa relação de simultaneidade. A partir desta característica, se torna inevitável que a análise da imagem se veja diante de dois vieses: a compreensão *da imagem* e a compreensão *através* da imagem.

A análise semiótica da imagem, no que concerne à representação, compreende a capacidade humana de passar do processo de *ver* ao processo de *interpretar* (TOUTAIN, 2010, p. 77). Quando se trata de *ver* imagens de época - onde as fotonovelas se enquadram, por ser um produto datado, específico de determinado momento -, a interpretação de seu conteúdo leva a conhecer toda uma visão de mundo vigente na época. Conforme observa Isabel Sampaio, o principal motivo de leitura das fotonovelas se deu por:

sua condição de “janela para o mundo”, um mundo diferente daquele vivenciado no cotidiano dos leitores, e que lhes permitia acessar novas informações, trabalhar seu imaginário e construir sua identidade a partir de outros modelos e, com isso, diferenciar-se. (SAMPAIO, 2008, p.68).

Assim, temos acesso *a posteriori* ao modo de ver o mundo da sociedade de outrora, e conseqüentemente aos modos que foram usados para representá-lo. O ser humano constrói uma visão de mundo, refletindo suas vivências e experiências, e, atribuindo sentido ao que vê, faz relações, sente, compara, julga.



Segundo Barthes (2000, p.325), a fotografia em si é uma mensagem, sendo que a emissão e recepção desta mensagem não reclamam o mesmo método de exploração que a mensagem em si mesma.

A foto é um objeto dotado de uma autonomia estrutural, e o autor defende que, sem pretender separar o objeto de seu uso, é necessário prever em relação à foto “um método particular, anterior à própria análise sociológica, e que não pode ser senão a análise imanente dessa estrutura original, que uma fotografia é.” (BARTHES, 2000, p.326).

Um dos temas mais importantes na fotografia é justamente a questão da composição da imagem: não existem gramáticas a respeito, e sim inumeráveis ensaios que pretendem criar as regras de uma *correta sintaxe* ou revelar as atividades estéticas e criativas do fotógrafo (VILCHE, 1991, p.56).

Para Barthes, o olhar analítico não consegue ignorar o fato de que na foto de imprensa há a comunicação com outra estrutura: a estrutura linguística, composta pelo texto.

essas duas estruturas são convergentes, mas como suas unidades são heterogêneas, não podem se misturar; aqui (no texto) a substância da mensagem é constituída por palavras; ali (na fotografia), por linhas, superfícies, tonalidades. Além disso, as duas estruturas da mensagem ocupam espaços reservados, contíguos, mas não "homogeneizados", [...] a análise deve incidir primeiro sobre cada estrutura separada; é só quando se tiver esgotado o estudo de cada estrutura que se poderá compreender a maneira como se completam. (BARTHES, 2000, p.326)

As duas estruturas citadas, texto e fotografia, são formas de representação. Os profissionais da informação trabalham acima de tudo com representações. Um aglomerado de páginas em branco, um formulário não preenchido e um objeto aleatório não têm lugar em bibliotecas, arquivos e museus, respectivamente, salvo quando comportam representações do mundo. Do contrário, são meros suportes físicos, não re-apresentam a informação desejada pelo usuário.

Para Barthes, a fotografia é um *analogon* da realidade, um instantâneo incontestado de que o que foi fotografado esteve ali, e quando esteve. Mesmo que o fotografado não se lembre de ter estado em tal lugar, ou em tais condições, a foto de tal evento se impõe, é irrefutável, tem validação autônoma em relação à lembrança do fotografado.

[...] é bem verdade que a imagem não é o real, mas é, pelo menos, o seu analogon perfeito, e é precisamente esta perfeição analógica que, para o senso comum, define a fotografia. Surge, assim, o estatuto da imagem fotográfica: é uma mensagem sem código; proposição de que se deduz imediatamente um importante corolário: a mensagem fotográfica é uma mensagem contínua. (BARTHES, 1990, p.12-13).

A imagem fotográfica é denotativa, não sendo possível nesta linguagem visual apresentar, por exemplo, seres imaginários ou objetos e eventos que não pertençam à realidade.

Mesmo com todo o aparato operando a favor do ficcional, ao produto da fotonovela não se pode negar sua natureza denotativa, sua ligação com o concreto, pois os atores realmente estiveram em tal estúdio, em tal locação externa, quando da realização da foto. Além disso, particularmente no caso da linguagem fotográfica, o referente só foi fotografado porque a luz incidiu sobre ele, com os raios luminosos posteriormente captados pela câmera, o que fez Barthes se referir a fotografia como a imanação do real.

O referente da fotografia teve de estar lá, na frente da câmera, não pode ser “desenhado” ou inserido artificialmente, ou pelo menos não o pôde na época de produção de fotonovelas (época não coincidente com a da oferta de recursos de computação gráfica). Na fotonovela, os referentes são “arranjados”, preparados, simulados.

Este imperativo físico, sem o qual a foto não pode existir, fez Barthes diferenciar o referente da fotografia do referente de outros sistemas de representação, chamando-o de *referente fotográfico*. O referente fotográfico se adere á foto, não é possível extraí-lo sem extrair a própria foto, o que se revela na nossa própria maneira de referirmos a ela: é a foto *de* Getúlio Vargas, não a foto *com* Getúlio Vargas.

Mesmo sendo uma imagem desprovida de código, Barthes admitiu que sobre uma imagem essencialmente denotativa, podem ser aplicadas técnicas de manipulação com o objetivo de transmitir uma mensagem conotativa.

[...] estruturalmente, o paradoxo não é evidentemente a colusão de uma mensagem denotada e de uma mensagem conotada: provavelmente é esse o status fatal de todas as comunicações de massa; é que a mensagem conotada (ou codificada) se desenvolve aqui a partir de uma mensagem sem código. (BARTHES, 2000, p.329).

A imagem pode ter um sentido *denotativo*, quando pretende ser a cópia do referente, reproduzindo com certo grau de fidelidade todas quanto possível ou alguma característica em especial do objeto representado, ou pode ter um sentido *conotativo*, cuja interpretação depende do contexto em que foi produzida. Toda imagem veicula numerosas conotações provenientes do mecanismo de certos códigos (eles mesmos submetidos a uma ideologia). (AUMONT, 1995, p. 204).

De acordo com Barthes, a imagem fotográfica ilude o espectador ao nublar todo um leque de intenções por trás de um cenário predominantemente denotativo.

Barthes relaciona seis técnicas utilizadas para conotar a imagem fotográfica:

Trucagem – quanto o autor produz uma imagem a partir da união de duas outras que, se tomadas em separado, têm um sentido diverso daquele a que se chegou com a fusão;

Pose – expressão dos estereótipos de significantes que constituem a imagem;

Objetos – induzem a associação de uma ideia a partir de sua mera visualização, pois carregam significados em si próprios (não confundir com objetos físicos);

Fotogenia – técnicas com as quais se produzem determinados efeitos na imagem, de maneira a reforçar o discurso. Sobre a fotogenia, Aumont diz que “[...] é uma concepção expressa por muitos fotógrafos: a fotogenia é, na fotografia bem-sucedida, o que nos toca, o que *me* toca (um “eu” indefinidamente singularizado, variável com cada um de nós).” (AUMONT, 1995, p.309, grifo do autor).

Esteticismo – refinamentos de caráter estético que são acrescentados *a posteriori* na obra;

Sintaxe – o conjunto de elementos que se encadeiam na fotografia para formar um discurso.

Nas fotonovelas, o que se observou no percurso de leituras realizadas por este autor é que, a depender da finalidade a que se pretende chegar, certos procedimentos de conotação são mais destacados do que outros.

Assim, dividiu-se o corpus em três partes:

*Capas*: a intenção dos editores aqui é apresentar a revista, chamando a atenção para o seu conteúdo, de forma a seduzir para a aquisição da publicação. Para isto, os elementos mais utilizados são os que saltam mais instantaneamente aos olhos, como a cor, recurso do *esteticismo*;

*Histórias*: visa contar uma narrativa que agrade o leitor e o convença para a compra de outros números da publicação. Aqui, é abundante a função de *relais*<sup>89</sup> entre imagem e texto, e o uso do elemento *pose* é ostensivo. A grosso modo, e porque é uma linguagem construída a partir de imagens congeladas e estáticas, pode-se perceber que a fotonovela é uma sequência de poses intencionais;

*Anúncios publicitários*: pretende vender um produto ou serviço, estimulando um consumo ou comportamento que favoreça financeiramente os anunciantes da revista. Para isto, lança-se mão da maioria dos artifícios de conotação traçados por Barthes, no qual a *trucagem*, os *objetos*, a *fotogenia* e a *sintaxe* exercem função de forma mais predominante.

---

<sup>89</sup> Não há tradução para a língua portuguesa que corresponda com exatidão semântica à palavra *relais*, cuja noção remete a etapa de parada

O signo é a união de *significante*, que corresponde ao plano de expressão, e *significado*, que corresponde ao plano de conteúdo. A *significação* é o ato ou processo que faz esta relação, unindo o significante a um significado. Barthes diz que tudo o que se poderia dizer do significante é que este seria um mediador material do significado, e traz o seguinte questionamento: “*de que natureza é esta mediação?*”. Para o autor, “perceber o significante fotográfico não é impossível (isso é feito por profissionais), mas exige um ato segundo de saber ou de reflexão.” (BARTHES, 1980, p. 14-15).

A mediação é um conceito estudado no âmbito da Ciência da Informação (CI). Apesar de presente em diferentes áreas do conhecimento, como nos campos jurídico, filosófico e psicológico, entre outros, o ponto convergente entre as várias acepções do termo é no sentido de *relacionar, aproximar* elementos.

De fato, análises de imagens dizem respeito a análises de uma forma específica de mediação, que carrega em seu bojo as particularidades próprias deste tipo de elemento. Uma destas peculiaridades é que, na imagem fotográfica, segundo Barthes, não há lugar para procurar as unidades significantes<sup>90</sup>, pois esta é desprovida de códigos e imediatamente comunicante.

Existirão outras mensagens sem código? À primeira vista, sim: são precisamente todas as reproduções analógicas da realidade: desenhos, quadros, cinema, teatro. Mas, de fato, cada uma dessas mensagens desenvolve de maneira imediata e evidente, além do próprio conteúdo analógico (cena, objeto, paisagem), uma mensagem suplementar, que é o que se chama comumente o estilo da reprodução; trata-se pois de um segundo sentido, de que o significante é um certo "tratamento" da imagem sob a ação do criador, e cujo significado, quer estético, quer ideológico, remete a uma certa cultura da sociedade que recebe a mensagem. (BARTHES, 2000, p.327).

A instantaneidade na recepção da mensagem fotográfica pelo usuário se dá pelo encadeamento lógico dos seus elementos significantes, por exemplo, as cadeiras ao redor da mesa, a mesa e os objetos dispostos sobre ela, a disposição da mesa no ambiente etc.

Para Barthes (1984), há a foto do fotógrafo e a foto do espectador. O fotógrafo produz a foto a partir de uma determinada informação. Seu ato é prático, objetivo, intencional. O fotografado também possui intenções: quer oferecer o melhor possível de sua imagem, ou

---

<sup>90</sup> O autor sugere que, para isolar as unidades significantes e os temas (ou valores) significados na imagem fotográfica, seria necessário “proceder (talvez por meio de testes) a leituras dirigidas, fazendo variar artificialmente certos elementos da fotografia para observar se essas variações de formas arrastam variações de sentido.”

causar certa impressão. Mas o espectador é surpreendido pela foto; esta o atinge a partir de seu olhar subjetivo, espontâneo e casual.

Barthes identifica as noções de *studium* e *punctum* na Fotografia. O *studium* é codificado, intencional, estudado e preparado pelo fotógrafo com a finalidade de induzir reação do espectador, “uma espécie de investimento”. Geralmente o elemento que se deseja evidenciar está em destaque na foto, ou em posição central; tão óbvio que não requer maiores elucubrações a respeito.

O *punctum* (que em latim pode se referir a picada, ou marca feita por objeto pontiagudo) é o acaso na foto que *punge* o espectador, é um objeto parcial, é o suplemento não esperado, mas que sensibiliza o espectador por alguma razão de ordem subjetiva e pessoal, por algum afeto. É que o detém para um olhar mais apurado - seja o curativo no dedo da menina na foto de Lewin H. Hine ou o colar da negra na foto de Van der Zee. “[...] o detalhe que me interessa não é, ou pelo menos não é rigorosamente, intencional, e provavelmente não é preciso que o seja; ele se encontra no campo da coisa fotografada como um suplemento ao mesmo tempo inevitável e gracioso” (BARTHES, 1984, p.76).

A foto age sobre o olhar diferentemente da linguagem do cinema, que “sequestra” a atenção do espectador pela sequência de movimentos. A fotografia, imagem imóvel como a pintura, permite apurar o olhar, perscrutar seus elementos, demorar-se sobre a cena. Nela, para pôr a questão em termos metafóricos, o espectador pode ser levado pela mão, pelo fotógrafo, pelo quadro geral dos elementos, mas seus olhos podem voltar-se para outra direção, subtraindo uma faceta dos elementos produzidos pelo autor da imagem, e acrescentando outros, próprios de sua vivência pessoal e absolutamente singular - pois toda visão é única.

Os fotogramas das fotonovelas priorizam o *studium*. Cada detalhe, cada pose e objeto em cena são meticulosamente dispostos com a função de corroborar com a *estória* pretendida pelos roteiristas, para dar-lhe verossimilhança e ação. Neste esquema, não há lugar para “distrações” agindo sub-repticiamente na leitura da história.

Aqui o fotógrafo é menos artista e mais técnico, quase que como apenas um meio: há pouca receptividade para iniciativas pessoais e inovações técnicas por parte deste profissional. Assim, os fotografados não são flagrados de surpresa, como nas espontâneas fotos de reportagem. Antes são “arranjados”, dispostos em tal ângulo, favorecendo seu melhor perfil e caracterização.

O que conduz o espectador da fotonovela no folhear da publicação é o fio da narrativa, são as legendas e balões, e não necessariamente as fotografias. Ele se torna mais leitor que

espectador - para usar o termo barthesiano -, a menos que se adote a noção contemporânea de que leitura pode se aplicar a tudo, imagem, corpos, e não somente a códigos textuais.

Barthes divide a legenda em duas funções: *ancrage* (ancoragem) e *relais*. A primeira descreve, narra, orienta o leitor. A segunda, comum nas histórias em quadrinhos, atua em complementaridade com a imagem, não replica o que já está sendo visualizado.

No começo, as imagens de fotonovela apenas ilustravam o que era explicitado textualmente, não se apresentando com autonomia na composição dos quadros. Com o desenvolvimento da Fotografia, que proporcionava maior qualidade e nitidez nas imagens, o textual e imagético deixaram de redundar-se mutuamente e passaram a se harmonizar na diegese do conteúdo.

Raramente há o *punctum* de Barthes nas cenas das fotos de FN, aquele detalhe casual que choca e atinge a atenção do leitor por algum efeito de sentido. Não sendo uma foto artística, a foto de FN carece de maior esmero na sua elaboração. Os atores já estão vestidos, maquiados e preparados: resta ao fotógrafo pôr a máquina incessantemente para funcionar sem maiores refinamentos e demora.

A melhor dramatização dos atores fotografados e a linguagem de seus corpos dão o *start* para o “clic” do fotógrafo, este sempre tendo em mente a história, visando à *verdade* do enredo e não à *vaidade* da fotografia (sua beleza estética). O que deve significar na cena retratada são as expressões faciais, a postura, o enquadramentos, os planos utilizados, os cenários, as maquiagens e os figurinos.

Desta forma, o conjunto de fotografias da fotonovela molda-se numa unidade, num mecanismo que opera exclusivamente para a narrativa, onde imagem alguma se destaca por algum motivo em particular e se digna a figurar como obra artística - nem a foto do esperado beijo entre o *galã* e a *mocinha*, pois previsível e expectante; este conjunto enquadra-se no que Barthes chama de *fotografia unária*, banal, simples, “livre de acessórios inúteis” - quase mecânica.

Apesar de situada neste espectro, não se pode ignorar que cada fotografia guarda um sentido no *corpus* da história, que cada fotografia é única, mesmo quando a diagramação comporta outra dúzia de fotogramas na mesma lauda.

A estrutura do formato de fotonovela, e da banda desenhada em geral, possui uma característica singular: a do vazio entre os quadrados. Na sequência de fotogramas, ocorrem eventos necessários ao enredo, mas não ao espectador, salvo intenções deliberadas da produção em evidenciar algum elemento.

Por exemplo, um quadro mostra um personagem se dirigindo ao seu automóvel, enquanto o quadro seguinte já o revela em outro ambiente. O ato de pegar as chaves do veículo, abrir a porta, ligar a ignição, o percurso realizado, se parou ou não para abastecer o tanque: isto não importa para o leitor, mas o deslocamento do personagem é necessário para a narrativa.

Pode-se então dizer que estes vazios, estas lacunas, são afetados pelos quadros vizinhos, que têm a função de índices dos eventos não mostrados, de um fluxo onde o invisível transcorre. Os quadros conexos indicam o que ocorreu nos intervalos entre as imagens, porém esta inferência se dá na mente do leitor, não é fruto de apresentação textual ou imagética. O vazio entre os quadrados representa o ausente sem o exprimir.

A partir disso, podemos perceber que o que acontece entre os fotogramas se divide em dois tipos: eventos inferidos pelo leitor, como a percurso de automóvel, e eventos desconhecidos pelo leitor: o provável abastecimento do tanque. O primeiro é objeto de semiose, cuja matéria-prima de significação reside nos índices dos quadros vizinhos, o segundo não se torna objeto de semiose, pois não foram apresentados elementos para a sua inferência.

### **3 OBSERVAÇÕES FINAIS**

No panorama atual, de numerosas mudanças e intensas transformações quanto às formas de recepção da imagem, por vezes fomentando obsolescências e desatualização de estudos, a fotonovela é vista como uma plataforma estável onde se estudar os mecanismos que se operacionalizam no discurso visual. A linguagem composta de fotogramas sequenciados, além de inserida numa marcação temporal, com ascensão editorial, auge e declínio da linguagem cronologicamente estabelecidos, temos neste formato um público alvo específico e temas relativamente definidos.

Este fator se mostra fundamental no desenvolvimento científico de um aspecto ainda incipiente no que tange ao estudo da imagem, a análise, que se esforça para respirar em meio a tantas novas ferramentas visuais advindas das novas tecnologias.

Neste trabalho, um recorte para a análise de determinadas representações em detrimento de outras se faz necessária para delimitar um norte para o trabalho, e por estas representações se revelarem mais contundentes, abundantes e, portanto, difíceis de ignorar nesta tipologia de material.

Decerto, outro trabalho que se debruce sobre o mesmo corpus pode identificar outras formas de representação. Isso dá se dá porque qualquer estudo sobre a imagem carrega uma

peculiaridade em específico, a de ser seu objeto de estudo um elemento carregado de polissemia, sendo necessário o investigador recortar um aspecto, uma faceta, para possibilitar quaisquer análises. A informação, como signo, incorpora a propriedade do signo de representar apenas em parte algo para alguém (ARAÚJO, 2009).

O importante aqui é deixar claro que o caminho adotado por este trabalho se coaduna com as necessidades da Ciência na Informação, bastante denunciadas na literatura atual, no que diz respeito ao estudo da imagem. Em vista deste foco, direcionado aos estudos em CI, que se evitarão aprofundamentos teóricos que pertençam a campos de conhecimento diversos com os quais o objeto representado - a mulher - possui algum tipo de afinidade de estudo, como Sociologia ou História. Porém, a aproximação com fundamentos da Linguística é prevista e necessária em um trabalho desta natureza. A Ciência da Informação trabalha com a representação do conhecimento através de linguagens, dentre as quais as Linguagens Documentárias são o aspecto mais visível desta correlação.

Dado que a Ciência da Informação é um campo interdisciplinar que preocupa-se com os aspectos da comunicação e uso da informação, e a Linguística a ciência que estuda a linguagem enquanto sistema de comunicação, a relação entre as duas ciências torna-se evidente.

Assim, torna-se fundamental universalizar modelos de análise e estudos da imagem e fazer com que dialoguem com todas as áreas do conhecimento sobre as quais desempenhem algum papel, entendendo que cada disciplina possui uma carga terminológica própria e a aceitação dos pares passa por um mergulho conceitual para universos disciplinares distintos.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009.

AUMONT, J. A **Imagem**. Campinas: Papirus, 1995.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, L. M. B. B. (Org.). **Para Entender a Ciência da Informação**. Salvador: EDUFBA, 2007.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BARTHES, Roland. Roland. **Elementos de semiologia**. 19. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2012.



DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção ofício de arte e forma).

GOODMAN, Nelson. **Linguagens da arte**: uma abordagem a uma teoria dos símbolos. Lisboa: Gradiva, 2006.

HABERT, Angeluccia Bernardes. **Fotonovela e indústria cultural**: estudo de uma forma de literatura sentimental fabricada para milhões. Petrópolis: Vozes, 1974.

JAUSS, Hans Robert. A Estética da Recepção: colocações gerais. In: JAUSS, Hans Robert et al. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Tradução de Luis Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JOANILHO, André Luiz; JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. Sombras Literárias: a fotonovela e a produção cultural. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LIEBEL, Vinicius. Entre sentidos e interpretações: apontamentos sobre análise documentária de imagens. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.12, n.2, p.172-189, jan./ jun. 2011.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. 4. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2010.

SAMPAIO, Isabel Silva. **Para uma memória da leitura**: a fotonovela e seus leitores. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2008.

SAYÃO, Luís Fernando. Bases de dados e suas qualidades. In: LUBISCO, Nídia M. L.; BRANDÃO, Lídia M. B. (Org.). **Informação e informática**. Salvador: EDUFBA, 2000.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Informação e a representação visual: representação segundo a ontologia e a semiótica. In: Serafim, José Francisco; Toutain, L. M. B. Brandão; Geffroy, Yannick (Org.). **Perspectivas em informação visual**: cultura, percepção e representação. Salvador: EDUFBA, 2010).

VILCHES, Lorenzo. **La Lectura de la Imagem**: prensa, cine, televisión. Buenos Aires: Paidós, 1991.

## REFLEXÕES SOBRE OS REGISTROS DOS CONGADOS DE BELO HORIZONTE E BETIM

*REFLECTIONS ON THE RECORDS OF CONGADOS OF BELO HORIZONTE AND BETIM*

Aline Pinheiro Brettas

**Resumo:** Visamos compreender como o registro, em cerca de 10 anos de execução no Brasil, viabilizou o estabelecimento da política pública de preservação do patrimônio cultural imaterial. Para tanto, utilizamos como universo empírico os congados mineiros. Sob este enfoque, identificamos os meios de preservação da memória adotados pelos congadeiros, assim como analisamos e comparamos os registros de celebrações de congado produzidos pela Fundação Artístico Cultural de Betim (Funarbe) e pelo Centro de Referência Audiovisual (Crav), observando os níveis de participação dos sujeitos envolvidos. Para contextualização, produzimos uma breve fundamentação teórica sobre os congados e sobre algumas possibilidades de se registrar tal celebração. Verificamos que o registro não se faz essencial para a preservação de uma prática cultural, mas por meio deste arquivo o Poder Público pode assumir um compromisso com os protagonistas das manifestações intituladas “patrimônio imaterial”, visto que estas se tornam alvo de políticas de Estado. Este artigo é fundamentado na tese intitulada “Os registros de Belo Horizonte e Betim: novas abordagens em relação ao registro do patrimônio cultural imaterial”.

**Palavras-chave:** Arquivo. Congado. Patrimônio imaterial. Registro. Repertório.

**Abstract:** We aim to understand how the record in about 10 years of operation in Brazil, enabled the establishment of public policy for the preservation of intangible cultural heritage. Therefore, we use as empirical universe miners congados. Under this approach, we identified the means of preserving the memory adopted by congadeiros, as well as analyze and compare the records of celebrations congado produced by Fundação Artístico Cultural de Betim (Funarbe) and the Centro de Referência Audiovisual (Crav), observing levels discursive participation of the subjects involved. For context, make a brief theoretical background on congados and about some possibilities for registering such a celebration. We find that the record does not essential to the preservation of a cultural practice, but through this archive the Government may file a commitment to the protagonists of events entitled “intangible heritage”, as they become the target of state policies. This article is based on the thesis titled "The records of Belo Horizonte and Betim: new approaches to the intangible cultural heritage registry."

**Keywords:** Archive. Congado. Intangible heritage. Record. Repertoire.

### 1 INTRODUÇÃO

No início do século XXI, o Brasil começou a inserir, nas políticas públicas de preservação do patrimônio, ações de registro de práticas transmitidas pela oralidade e performance corporal, que por sua vez apresentam valores e atributos significativos para a memória e identidade de diversos grupos socioculturais. Tais práticas passaram a ser denominadas como patrimônio imaterial ou bens de natureza intangível.

O Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, criou o Instituto do Registro, como um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. O registro corresponde à

identificação e ao reconhecimento do bem intangível - através de documentação produzida por meios escritos e audiovisuais - e da percepção do passado e presente de tais manifestações. Em Minas Gerais, o registro dos bens culturais de natureza imaterial foi instituído pelo Decreto n° 42.505, de 15 de abril de 2002.

Entretanto, o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG) adotou algumas medidas peculiares, por meio do repasse de verbas do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cultural<sup>91</sup>.

Diante dessas inovações, questionamos se o registro contribui para a preservação do patrimônio imaterial; e também se tal documento, como resultado de uma ação externa e oficial, pode alterar a sua evolução e interferir na própria manifestação, ao intitulá-la como patrimônio imaterial.

Para tanto delimitamos, como recorte empírico, os registros de congados: uma ação que no Brasil envolve entidades governamentais e setores da sociedade civil. Para concretizarmos nossa proposta, procuramos:

- identificar os meios de preservação da memória adotados pelos congadeiros em geral, bem como verificar as ações seguidas por eles para se firmarem como grupos sociais, em seu direito de manterem a sua identidade cultural;
- apresentar formas de registro, focando as produções eletrônicas e audiovisuais, como possibilidades alternativas à preservação da memória congadeira;
- analisar e comparar os registros produzidos pela Fundação Artístico Cultural de Betim (Funarbe)/Iepha e pelo Centro de Referência Audiovisual (Crav), observando os respectivos contextos de produção, objetivos, metodologias e participação discursiva dos sujeitos envolvidos.

---

<sup>91</sup> Os municípios são estimulados a formular e implementar uma política pública de patrimônio cultural, a partir de critérios estabelecidos por aquele instituto. A definição da agenda da política pública municipal de patrimônio por parte do Iepha é evolutiva, e vai respondendo a atualização conceitual no campo do patrimônio e às demandas e especificidades colocadas pelas cidades mineiras no processo de construção de sua política de patrimônio cultural. Para fazerem jus ao recebimento dos recursos do ICMS disponibilizados para o critério patrimônio cultural, os municípios devem cumprir as metas estabelecidas progressivamente pelo governo estadual. A comprovação de atuação é realizada por meio da apresentação de documentos que devem seguir os modelos divulgados pelo Iepha. Os trabalhos são assumidos pelos profissionais de mercado, como arquitetos e historiadores, contratados pelas prefeituras. Em 2009, a Lei Estadual n° 18.030 - de 12 de janeiro - determinou o encaminhamento de repasse de verbas do ICMS cultural aos bens imateriais registrados, por meio de dossiê de registro.

Adotamos prioritariamente a análise documental dos registros. Por isto, optamos pela apresentação dos objetos estudados.

No que diz respeito ao Crav, foram mapeados pelo órgão 38 locais dessa manifestação na cidade, presente em quase todas as regionais, com suas guardas de Congo, Moçambique e Caboclinhos, e apresentados como produtos:

- 70 horas de material gravado em suporte audiovisual digital e incorporado ao acervo do Crav;
- publicação de um catálogo de fotografias referente às Irmandades do Rosário, publicado em 2006;
- distribuição de todo o material em VHS para os protagonistas e comunidades;
- edição final de um documentário de 52 minutos, visando fomentar e difundir a diversidade cultural e étnica da cidade de Belo Horizonte, lançado em maio de 2006. Há também uma versão reduzida do documentário, com duração de 20 minutos.

Analizamos, para este artigo, o documentário final de 52 minutos e o catálogo, ambos denominados: “Salve Maria: memória da religiosidade em Belo Horizonte: reinados negros e irmandades do Rosário”.

Sobre a Funarbe, o material elaborado por ela e a ser analisado aqui, se trata do Dossiê de Registro do Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Betim, enviado ao Iepha em janeiro de 2010, o que possibilitou que a celebração conquistasse o título de patrimônio imaterial de Betim, naquele ano. O documento contempla exigências daquele órgão estadual.

Para reflexão acerca de tantos questionamentos, apresentaremos primeiramente uma fundamentação teórica sobre os congados, para compreendermos suas formas peculiares de manterem a própria tradição.

## **2 OS ELEMENTOS SIMBÓLICOS NOS CONGADOS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO**

Os ritos e celebrações nos apresentam um rico campo de investigação e conhecimento sobre uma determinada cultura, ao transmitirem e instituírem saberes estéticos, filosóficos, religiosos, dentre outros, além de procedimentos e técnicas moldados por uma determinada estrutura simbólica e discursiva.

As encenações e orações, a cantoria e as danças, a procissão e a devoção aos santos contam uma história, presente no imaginário dos fiéis, que representa para eles uma fonte de esperança e uma forma de expressarem esse sentimento para o mundo. As comunidades que se envolvem na celebração também criam um modo de resistência, na medida em que, por

meio de seus ritos, mantêm a sua identidade local no atual mundo globalizado, construído sob a égide da corrida tecnológica.

A formação religiosa em Minas Gerais possui um caráter leigo, que resulta da fusão de elementos de cultura religiosa de indígenas, africanos e europeus. O próprio catolicismo trazido pelos portugueses já resultava da síntese de uma diversidade de elementos culturais, tais como romanos, judeus e muçulmanos. Assim, essa mistura efetivou um sincretismo religioso presente na paisagem mineira, palco de várias celebrações ritualísticas, especialmente as de origem católica e afro-brasileira. Montes (2007, s. p.), em seus estudos sobre manifestações religiosas como patrimônio intangível, explica:

[...] a esfera do sagrado tem um papel estratégico no processo histórico de formação do que um dia viria a se chamar cultura brasileira – esta mistura que hoje somos, e que foi um dia cultura hispânica e portuguesa já entremeada de tradições muçulmanas, judaizantes e africanas; e foi também culturas de centenas de povos indígenas autóctones que se viram confrontados com o massacre da colonização; e foi ainda as outras centenas de culturas de povos africanos que aqui foram aniquiladas ou reduzidas à condição de uma falsa homogeneidade, sob o holocausto da escravidão [...].

O congado é uma manifestação que acontece tradicionalmente em municípios brasileiros, especialmente em Minas Gerais, para homenagear Nossa Senhora do Rosário, uma das santas de devoção. Sobre a tessitura desta prática, precisamos fazer algumas considerações.

Os santos negros foram conferidos – tanto pela Igreja Católica quanto pelos senhores de escravos – respectivamente, como uma forma de conquistar mais fiéis e de controlar os negros escravizados; entretanto, estes incorporaram os santos e os rituais católicos nas suas manifestações de fé como uma forma camuflada de vivenciar a sua cosmologia e reverenciar suas divindades. Desse modo, os escravizados utilizaram um método perspicaz para manter a sua religiosidade, graças às redes de sociabilidade existentes entre eles.

Medidas administrativas foram tomadas: a criação das irmandades, que eram organizadas em torno do culto a um santo padroeiro e possuíam um funcionamento burocratizado, com distribuições de cargos e respectivas funções. Na América Portuguesa, desenvolveu-se um catolicismo fundado nessas confrarias, e no século XVIII foram criadas as irmandades dos homens pretos. Através da intermediação dessas entidades, foram desenvolvidas as primeiras festas dos reis negros. Nesse contexto, criou-se um catolicismo particularmente negro, pois, ainda que ele se adequasse aos dogmas da fé cristã, gerou suas próprias características.

Assim, podemos considerar que as irmandades e o próprio catolicismo foram elementos utilizados para preservação da espiritualidade africana. Apesar de vários negros escravizados já terem sido convertidos à religião católica em sua terra de origem, antes de se instalarem no Brasil, algumas práticas e valores da religiosidade ancestral não desapareceram das práticas de alguns ternos de congados.

Os mitos fundadores também foram cruciais para a continuidade da manifestação, tais como as histórias de Dom Afonso I<sup>92</sup> e Nossa Senhora do Rosário<sup>93</sup>. No primeiro caso, a dança proporcionava a rememoração para os africanos cristianizados, na realização ritual de danças que encenavam a conversão dos pagãos ao cristianismo – depois de uma batalha cuja vitória era conquistada pelo rei congo. Os cristãos africanos e seus descendentes no Brasil reviviam a cada ano a construção de uma nova identidade, criada e recriada a partir do encontro de culturas sob as condições da escravidão e da evangelização. No segundo caso, as performances vivenciadas pelos congadeiros, em suas celebrações, descrevem uma situação de repressão vivenciada pelo escravo, assim como a reversão simbólica dessa situação com a retirada da santa das águas, sendo o canto e a dança regidos pelos tambores.

---

<sup>92</sup> Segundo Souza (2006), o mito fundador presente no congado remete à história do Congo e à de Dom Afonso I, considerado crucial para conversão de alguns chefes africanos ao cristianismo e à catequese, que estava próxima à escravidão. Como ela explica, o mito de um rei fundador era conhecido também pelos portugueses, que tiveram um Dom Afonso que venceu um exército de mouros numericamente muito superior ao seu, na batalha de Ourique, em 1139, contando para tal com uma suposta ajuda divina. Esse padrão lusitano foi transposto para o reino do Congo pelos cronistas narradores da história daquele rei, mas também incorporado pelos congoleses, que integraram a ajuda divina ao mito original da fundação do reino cristão do Congo, quando Dom Afonso I pode contar com São Tiago para vencer a força militar liderada por seu irmão, não convertido, de quem conquistou o trono.

<sup>93</sup> Na época da escravidão uma imagem de Nossa Senhora do Rosário apareceu no mar. Os escravos viram a santa nas águas, com uma coroa cujo brilho ofuscava o sol. Eles chamaram o dono da fazenda e lhe pediram que os deixasse retirar a senhora das águas. O fazendeiro não permitiu, mas lhes ordenou que construíssem uma capela para ela e a enfeitassem muito. Depois de construída a capela, o Sinhô reuniu seus pares brancos, retiraram a imagem do mar e a colocaram em um altar. No dia seguinte, a capela estava vazia e a santa boiava de novo nas águas. Após várias tentativas frustradas de manter a divindade na capela, o branco permitiu que os escravos tentassem resgatá-la. Os primeiros escravos que se dirigiram ao mar eram um grupo de Congo. Eles se enfeitaram de cores vistosas e, com suas danças ligeiras, tentaram cativar a santa. Ela achou seus cânticos e danças muito bonitos, ergueu-se das águas, mas não os acompanhou. Os escravos mais velhos, então, muito pobres, foram às matas, cortaram madeira, fizeram tambores com os troncos e os recobriram com folhas de inhame. Formaram um grupo de Candombes e entraram nas águas. Com seu ritmo sincopado, surdo, com sua dança telúrica e cânticos de timbres africanos cativaram a santa que se sentou em um de seus tambores e os acompanhou até a capela, onde todos os negros cantaram e dançaram para celebrá-la (MARTINS, 2002).

Existe também a história de Chico Rei, que liderou a construção de um templo católico. Erigido no início do ciclo minerador, esse templo agregava elementos decorativos ioruba com lendas de fundo cristão, nas quais o rei negro tomava a liderança de sua nação, conduzindo-a para a liberdade e para o catolicismo (SILVA, 2012). Nesse caso, os elementos iorubas podem ser interpretados como uma forma de preservar a fé africana diante da primazia cristã e da opressão colonizadora.

Nesse sentido, observamos como determinadas práticas de origem africana, incluindo a tradição congadeira, buscam se preservar. Através da oralidade, a memória é transmitida de geração a geração. As próprias narrativas de origem (ou mitos) contêm um saber técnico que é transmitido e revivenciado pelas performances.

Os congadeiros utilizam técnicas mnemônicas próprias: além das narrativas de origem, os cânticos; e a existência de alguém, em geral mais experiente ou idoso, que detenha os conhecimentos a serem transmitidos (no caso, os que ocupam a função de capitão ou fazem parte do séquito real). Enfim, o repertório é transmitido pela memória do corpo – por meio de performances, gestos, movimentos, danças. Os corpos, nessas manifestações, são repositórios e transmissores do conhecimento construído pela tradição. O comportamento restaurado é o processo chave dessa comunicação, visto que implica uma variedade de ações, combinadas previamente, que apresentam vários significados resultantes em uma atividade cultural dinâmica, reelaborada; mas ao mesmo tempo, busca-se uma prática idêntica à original, realizada em outra (SCHECHNER, 2003). A performance congadeira constitui-se como um processo contínuo de aprendizagem, treinamentos, exercícios práticos e repetitivos.

Ong (1998, p. 45), em seus estudos sobre as sociedades orais, formulou algumas considerações que podem iluminar a nossa compreensão a respeito:

[...] é preciso exercê-lo segundo padrões mnemônicos moldados para uma pronta repetição oral. O pensamento deve surgir em padrões rítmicos equilibrados, em repetições ou antíteses, em aliterações e assonâncias, em expressões epítéticas ou outras expressões formulares, em conjuntos temáticos padronizados [...] que são constantemente ouvidos por todos de forma a vir prontamente ao espírito, e que são eles próprios modelados para a retenção e a rápida recordação – ou em outra forma mnemônica [...].

Ainda reforça que “as culturas orais conhecem uma espécie de discurso autônomo em fórmulas fixas rituais, assim como em vaticínios ou profecias, para os quais o próprio enunciador é considerado apenas o canal, não a fonte [...]” (ONG, 1998, p. 94). Nas sociedades de tradição oral, segundo aquele autor, não é possível submeter esta experiência a categorias científicas; para isso, lançam mão de narrativas, que podem ser armazenadas,

organizadas e comunicadas, em geral considerados os repositórios da sabedoria dessas culturas:

[...] a narrativa é particularmente importante em culturas orais primárias porque pode abrigar uma grande parte do saber em formas sólidas, extensas, que são razoavelmente duradouras – o que, em uma cultura oral, significa formas passíveis de repetição [...] As fórmulas rituais que podem ser extensas, possuem na maioria das vezes um conteúdo especializado [...] (ONG, 1998, p. 159).

No congado, a narrativa de origem é sempre contada por meio dos rituais praticados, dos cânticos e dos movimentos corporais. São acrescentadas histórias relacionadas ao cotidiano, à fé, às vivências dos congadeiros e da comunidade da qual eles fazem parte, em um determinado espaço e/ou período.

### 3 AS POSSIBILIDADES DE REGISTRO

Até então, apresentamos técnicas inerentes à tradição congadeira, pela sua própria gênese e evolução, constituída pela oralidade. Contudo, os congadeiros podem utilizar outros métodos, não criados necessariamente por eles, mas que podem ser ferramentas importantes para a preservação.

As mídias eletrônicas, na contemporaneidade, podem ser recursos valiosos, conforme Ong (1998, p. 155):

[...] o processamento e a espacialização subsequentes da palavra, iniciados pela escrita e levados a uma nova ordem de intensidade pela impressão são ainda mais intensificados pelo computador, que aumenta a entrega da palavra ao espaço e ao movimento (eletrônico) local e otimiza a sequencialidade analítica, ao torná-la virtualmente instantânea.

Segundo o autor, o surgimento das novas tecnologias eletrônicas trouxe a “oralidade secundária” que, da mesma forma que a oralidade primitiva, favorece a consolidação de comunidades. Entretanto, aquela se mostra mais deliberada, pois utiliza os recursos da escrita e impressão para fortalecer um sentimento de grupo:

Em nossa época de oralidade secundária, temos um espírito de grupo de modo autoconsciente e programático [...] onde a oralidade primária promove a espontaneidade porque a reflexão analítica efetuada pela escrita não está disponível, a oralidade secundária promove a espontaneidade porque, mediante a reflexão analítica, decidimos que a espontaneidade é benéfica. Planejamos cuidadosamente nossos acontecimentos para estarmos seguros de que sejam inteiramente espontâneos (ONG, 1998, p. 155).

No atual mundo globalizado, diversos grupos culturais têm se apropriado das mídias eletrônicas para consolidar a sua identidade local, mediante a difusão de suas formas de expressão, e para conquistar seus direitos, inclusive o direito à memória. A criação de redes sociais – virtuais ou não – e a produção de meios de divulgação em folders, sites, eventos, e



outros, estimulam a formação e o fortalecimento de um grupo mais expressivo e militante, no sentido de reafirmar sua diferença e valorização diante da sociedade.

Sob este prisma, instituições como o Iepha, em seus trabalhos de registro dos bens de natureza intangível, podem também estimular a configuração de uma oralidade secundária, através da qual os grupos contemplados, incluindo os de congados, passam a se enxergar como agentes de sua própria história e percebem a necessidade dessa afirmação.

Ao trazer esta discussão para o registro institucional do congado, podemos afirmar que, por este instrumento, os congadeiros podem descobrir uma forma de exteriorizar e comunicar os elementos do pensamento simbólico daquela manifestação. “A escrita promove, encoraja, transforma e transfigura” (GOODY, 1988, p. 177). Ela torna-se fundamental, já que, por não ser somente um registro gráfico da fala, permite que os problemas de uma dada cultura sejam postos em discussão, analisados e resolvidos.

Mesmo inexistindo possibilidades de se traduzir uma celebração congadeira, na íntegra, em um registro escrito, podemos acessar um conhecimento construído por ele e adotar as nossas próprias inferências, conforme a abordagem e o foco utilizados.

Recursos como a fotografia e o cinema, em suas técnicas relacionadas à produção de imagens – fixas e em movimento –, podem ser preciosos para a visualização, em outros momentos, das manifestações dos congados.

O espectador, por sua vez, fica livre para assimilar e interpretar as informações, e ampliar o seu entendimento sobre o objeto estudado, conforme salienta Omori (2009, p. 301):

A imagem cinematográfica fiel, dotada de movimento e acompanhada de som, é fortemente influenciada pelos sentimentos do espectador e passa a gerar interpretações diversas a partir do sentido concreto que contém.

Como o espectador confronta o que vê com sua própria bagagem cultural, a imagem produz em cada indivíduo uma interpretação própria. Começando pelas ações e atitudes concretas que lhe são estranhas, esse confronto leva, por fim, à comparação de aspectos culturais peculiares a cada povo, tais como sua visão e consciência de mundo.

Atualmente, os registros fotográficos e cinematográficos promovem um estímulo à curiosidade e ao fascínio, quando os espectadores deparam-se com o modo de se expressar dos grupos de congado. Hoje, quando ocorre um festejo com a participação do congado, ele não costuma restringir-se à comunidade praticante; pessoas de localidades mais distantes comparecem. Em determinados momentos, as filmagens podem ser expostas simultaneamente em algum programa de televisão que aborde o assunto, ou, posteriormente, são disponibilizadas em algum arquivo, seja de instituição pública ou privada. No primeiro caso, torna-se de acesso ao público.

Fica bem claro [...] que a natureza que fala à câmera é completamente diversa da que fala aos olhos, mormente porque ela substitui o espaço onde o homem age conscientemente por um outro, onde sua ação é inconsciente [...]. É nesse terreno que penetra a câmera, com todos os seus recursos auxiliares de imergir e emergir, seus cortes e seus isolamentos, suas extensões do campo e suas acelerações, seus engrandecimentos e suas reduções. Ela nos abre, pela primeira vez, a experiência do inconsciente virtual, assim como a psicanálise nos abre a experiência do inconsciente instintivo (BENJAMIN, 1980, p. 23).

O registro audiovisual, sob esta perspectiva, já pode captar detalhes despercebidos no momento em que o congado é visto naturalmente, o que pode revelar comportamentos e saberes até então desconhecidos. A possibilidade de se reproduzir a filmagem posteriormente ao evento permite que ele seja acessado quantas vezes for preciso; e os botões de pausa possibilitam uma observação detalhada de uma cena gravada e, naquele momento, estática – temporariamente – já que, atendendo a um comando nosso, o movimento é restabelecido.

Os congadeiros, sujeitos sociais dessa prática, podem acessar (e produzir) esses registros e, inclusive pela sua condição de protagonistas da manifestação, interferir na sua construção e apropriar-se das informações disponibilizadas para ampliar suas técnicas de preservação da memória de sua tradição.

Resta-nos saber se esses sujeitos da prática são também sujeitos da construção dos registros.

#### **4 A PARTICIPAÇÃO DOS SUJEITOS NOS REGISTROS DA FUNARBE E DO CRAV**

Utilizamos como referência o contexto de produção dos dois registros.

A ampliação do conceito de patrimônio cultural, contemplando sua dimensão intangível, foi uma justificativa para ambos. Novos sujeitos sociais despontaram quando suas práticas passaram a ser incluídas em categorias de patrimônio imaterial, e o pacto entre Estado e Sociedade deu espaço para outras entidades e indivíduos intermediarem essa relação, na seleção de bens a serem preservados. Critérios e técnicas precisaram ser atualizados para contemplar as novas possibilidades de patrimônio, que compreendem uma diversidade de culturas, grupos e atividades.

No caso da Funarbe, a elaboração do dossiê de registro se conduziu mais por essa política. Em Betim, ao Reinado de Nossa Senhora do Rosário foi conferido um título de patrimônio imaterial do município. O Crav, por sua vez, acompanhou tais mudanças, que serviram como pano de fundo para justificar a importância da produção de um documentário sobre as irmandades do Rosário de Belo Horizonte.

Mas a Funarbe apresenta um diferencial em relação ao Crav, bastante significativo: o fato de a produção do registro estar vinculada e, de certa forma, subordinada à ação do Iepha, por meio das leis que determinam o repasse de verbas do ICMS Cultural.

O Crav já não passou por todo este processo. Ele está vinculado a outra estrutura administrativa – a da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) – e não é uma instituição cuja missão principal é a preservação do patrimônio. O registro produzido foi concebido por uma equipe técnica do Centro Audiovisual, que precisou captar recursos da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), através de um convênio entre este órgão e a Associação de Amigos do Crav (Aacrav).

Outro contexto que estimulou o registro da manifestação, por parte dos dois órgãos, trata-se do movimento de valorização da diversidade cultural, especialmente no que diz respeito à cultura afrodescendente. Um dado que comprova essa afirmativa foi encontrado na documentação burocrática do dossiê da Funarbe, onde se registrou a notificação à Irmandade Nossa Senhora do Rosário, em nome de seu presidente, no dia 02 de novembro de 2009, como parte das solenidades locais em comemoração ao Dia Nacional da Consciência Negra.

Os autores do dossiê alegam, no documento, a necessidade de salvaguardar a celebração como patrimônio cultural, mas também de proteger e fomentar as manifestações culturais das comunidades afrodescendentes. E ressaltam que, quando a Funarbe começou a financiar o festejo, no início da década de 1990, era também para a Fundação se adequar a um movimento nacional de revalorização das culturas populares e negras.

Entretanto, no Crav percebemos uma maior identificação da equipe técnica com uma ideologia militante, favorável à valorização da cultura e religiosidade negra. Na entrevista com uma das coordenadoras, isso ficou bastante evidente quando ela declarou a afinidade da outra coordenadora com as irmandades, pelo fato de também ser negra e se identificar com seus pares. No catálogo, são expostas uma afeição pela vivência dos congadeiros e uma alusão a um passado de subjugação vivenciado por eles.

No próprio vídeo-documentário, a condução das filmagens e edição das imagens reforçaram a perseguição vivenciada pelos escravizados, no período do Brasil escravocrata. É exposta também a existência de um preconceito atual, demonstrado por outros que não compartilham a mesma fé religiosa.

A partir daqui, continuaremos a comparação de forma mais pontual.

No dossiê da Funarbe, verificamos que a atuação titular pertence à Administração Pública de Minas Gerais, representada pelo Iepha, com a intermediação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep)<sup>94</sup> e da Funarbe. O registro dos depoimentos dos “protagonistas” do Reinado (assim chamados pelos autores do dossiê), a princípio, foi feito para historicizar e descrever o bem cultural; mas a participação das lideranças do congado, apesar de fundamental, posicionou-se de forma secundária, para responder a uma demanda dos produtores do dossiê.

No registro do Crav, percebemos que o detentor do estatuto jurídico é a PMBH, representada por aquele Centro, e com a intermediação da SMC e do Aacrav. Entretanto, a atuação mais destacada foi dos protagonistas das irmandades do Rosário, por meio das entrevistas e dos cenários mostrados, e o Crav promoveu a comunicação das guardas com um público externo. Porém, pelo fato de as cenas e os discursos terem sido conduzidos pela equipe de filmagem, há um discurso implícito por parte da equipe técnica daquele Centro, ao destacar rituais, símbolos, elementos considerados importantes para as irmandades, mas também para os profissionais movidos pela sua formação e ideologia.

Em ambos, percebemos uma preocupação em buscar um suporte teórico para subsidiar as suas pesquisas, apesar de, no registro da Funarbe, haver uma procura a respeito de fontes que auxiliassem na contextualização – em históricos de Betim e Minas Gerais – inclusive para preenchimento de um campo do dossiê, exigido pelo Iepha. Essa contextualização é solicitada para a eficácia do processo de patrimonialização, porque oferece, qualitativamente, uma melhor compreensão do universo cultural em que o bem está inserido. O Crav, por sua vez, ateu-se à prática vivenciada pelos ternos de congado; um breve histórico de cada um foi exposto no catálogo, mas os ternos não foram inseridos em uma contextualização mais ampla.

Em ambos os registros, também houve a entrevista com as principais lideranças, para que elas explicassem sobre os rituais e símbolos expressos nas manifestações. Porém, no registro da Funarbe é também mencionada a relação dos congadeiros com a Fundação, o que não percebemos no material do Crav.

Os depoimentos dos congadeiros expõem suas próprias expressões, formuladas pela linguagem que representa as vivências e experiências, bem como pela tradição religiosa, herdada por meio da transmissão oral. Assim, os dois registros apresentam as divergências

---

<sup>94</sup> O Conep é um órgão colegiado, deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado de Cultura, ao qual compete deliberar sobre diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais.

entre os arquivos e os repertórios. Para explicar estes conceitos, recorremos a Taylor (2002), por ter mostrado que há várias maneiras de se preservar e transmitir a memória, que vão dos “arquivos” aos “corpos”:

A memória do “arquivo” mantém um núcleo material – registros, documentos, resíduos arqueológicos, ossos – que resiste à mudança. O arquivo preserva o que Freud denominou “traço permanente da memória”, o pedaço de papel inscrito para aqueles que desconfiam de suas memórias e querem “suplementar e garantir seu trabalho por meio de uma notação escrita”. O que se modifica com o tempo é o seu valor, relevância, sentido, como é interpretado e mesmo corporificado...

O repertório, por outro lado, preserva a memória do corpo – performances, gestos, oratura, movimentos, dança, canto [...] ou seja, todos os atos que normalmente são concebidos como conhecimento efêmero, não reproduzível [...] no repertório a coisa nunca permanece a mesma [...] (TAYLOR, 2002, p. 16-17).

Os repertórios, pela sua natureza, são incorpóreos, suscetíveis a constantes modificações; já os arquivos reificam essas memórias por meio de linguagem que busca decodificar os símbolos e informações transmitidos. Essa decodificação tem gerado o conflito histórico entre ambos, mas os discursos envolvidos precisam dialogar para que seja registrada a informação mais próxima possível à realidade vivenciada nos repertórios.

As respectivas equipes buscaram também manter uma respeitabilidade e convivência colaborativa com os congadeiros, mas a literatura acadêmica ainda se preocupa em classificar as expressões encontradas, conforme uma metodologia específica. A categorização é necessária para a compreensão de objetos ou fenômenos a serem estudados em qualquer campo científico, o que termina por inserir o repertório em um arquivo oficial.

Outro ponto importante a ser considerado: conforme as entrevistas com as técnicas do Crav e da Funarbe, os congadeiros percebem a sua prática como uma manifestação religiosa; e aqueles órgãos salientaram essa visão, mas apresentaram a celebração e os congados como um bem cultural de natureza intangível.

Lembramos que um bem (material ou imaterial) é selecionado para se tornar patrimônio, por uma atribuição de valores que lhe são conferidos através de critérios técnicos e políticos. A intervenção estatal, neste caso, através de agentes autorizados e de práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas, contribui para fixar sentidos, direcionando uma leitura específica do bem a ser patrimonializado. Porém, as justificativas daqueles órgãos, ao denominar as práticas registradas como patrimônio imaterial, são divergentes: pela Funarbe, o Reinado foi escolhido pelo critério de antiguidade/perenidade da manifestação, e por ele ser a principal festa do calendário de eventos da cidade; pelo Crav, tratou-se da identificação e valorização da memória popular e afrodescendente dos

congadeiros belorizontinos, até então considerada pelos técnicos do órgão como excluída das políticas tradicionais de preservação do patrimônio.

O discurso da equipe técnica do Crav se aproxima da fala dos congadeiros, no que diz respeito à postura das irmandades de manter a manifestação como uma forma de resistência a uma cultura religiosa ainda dominante – a cristã – e à discriminação racial contra os negros.

No dossiê da Funarbe, hierarquicamente, tendo como pano de fundo o cenário da política de preservação do patrimônio cultural e considerando os sujeitos que participaram na produção do material, percebemos uma atuação mais incisiva por parte do Iepha, ainda que indiretamente. Este órgão coordenou a elaboração do dossiê, e foi preciso que esse Instituto aprovasse o documento para tornar o Reinado de Betim patrimônio imaterial do município. Em vista desse título, o Iepha também encaminha periodicamente o repasse dos recursos do ICMS Cultural, e para tanto exige um relatório anual para acompanhamento dos trabalhos e prestação de contas. Nesse sentido, o objetivo do registro foi preservar o Reinado e fomentar a sua salvaguarda, mas sob as diretrizes do Conep e coordenação do Iepha.

Salientamos, entretanto, que a Funarbe já era responsável pelo fomento da celebração, e além da produção do dossiê, promove outras atividades e realiza outras parcerias para obter recursos e condições para a continuidade da festa. Entretanto, essa preponderância do Iepha foi apontada tendo em vista a produção do dossiê, um dos nossos materiais empíricos de análise.

Já no registro do Crav, houve a participação decisiva da SMC/PMBH, devido ao repasse de verbas para a consecução do projeto. Para tanto, o Centro Audiovisual precisou apresentar um projeto orçamentário, uma justificativa para a elaboração do documentário, firmar convênio com a SMC, por intermédio da Aacrav. Nesse sentido, existiu também um trâmite institucional e jurídico para promover a execução do trabalho.

Contudo, quem idealizou, planejou, estruturou e coordenou as atividades de mapeamento e documentação das irmandades de Belo Horizonte foi a equipe técnica daquele Centro. Obviamente, houve posterior prestação de contas à Fundação Municipal de Cultura (FMC, antiga SMC<sup>95</sup>); mas ainda assim, o trabalho do Crav, bem como sua relação com as irmandades mapeadas, foi mais autônomo perante aquele órgão.

De tal modo, houve, para ambos os registros, uma intervenção institucional e financeira do Poder Público – conforme as estruturas administrativas a que cada órgão (produtor do registro) está subordinado. Porém, em Betim, o Estado (representando pelo

---

<sup>95</sup> A Lei Municipal nº 9.011, de 1º de janeiro de 2005, transformou a SMC em FMC.

Iepha), apesar de determinar as diretrizes para a salvaguarda do Reinado, garantiu um compromisso político e jurídico por parte do município, ao consagrar a manifestação como patrimônio imaterial da cidade. Com este título, o Reinado tornou-se amparado por legislação específica, devendo ser resguardado pela Administração Pública Municipal. Todos os futuros gestores devem zelar pela preservação da manifestação, adotando as medidas necessárias para este fim, inclusive mantendo a parceria com o Iepha e lhe enviando regularmente os trabalhos relativos ao patrimônio local, para captação anual dos recursos do ICMS Cultural.

O registro do Crav, como mapeamento e documentação audiovisual das Irmandades do Rosário de Belo Horizonte, foi construído para difundir a informação e o conhecimento sobre os congados da cidade a todos os interessados e reforçar a valorização das manifestações congadeiras. Mas também com o intuito de conscientizar o Poder Público, para que este, com base no material produzido, também se interesse em assumir um compromisso na adoção de medidas de fomento e salvaguarda das práticas religiosas e culturais dos congados belorizontinos. Isso aponta a não ocorrência de investimentos públicos nas Irmandades do Rosário de Belo Horizonte, em moldes similares com o Reinado de Betim: elas não conquistaram nenhum título, nem se viram protegidas por uma legislação municipal ou estadual específica.

Ao compararmos a posição ocupada pelos congadeiros nos dois registros, eles exerceram uma atuação mais proeminente no material produzido pelo Crav, visto que eles foram os que mais agiram em cena, tendo suas festas e depoimentos expostos em vídeo. Na produção da Funarbe, os congadeiros foram coadjuvantes, pois deparamo-nos com uma construção, em sua maior parte textual, de caráter descritivo e explicativo, produzido pela equipe daquela Fundação sob a orientação e aval do Iepha.

Isso não implica afirmar que há uma delimitação rígida. No dossiê da Funarbe, encontramos fotografias, filmagens antigas e depoimentos dos congadeiros, que também fundamentaram a construção do documento. E mesmo que haja uma considerável intervenção por parte do Iepha e da Funarbe, os protagonistas do Reinado estão mais próximos da gestão deste último órgão e são mais ouvidos em suas reivindicações, exercendo uma participação mais ativa, em parceria com os membros da fundação. Os recursos do ICMS Cultural, ainda que aquém das necessidades que o bem cultural exige (segundo as informações coletadas)<sup>96</sup>, têm sido destinados à salvaguarda da manifestação.

---

<sup>96</sup> Lembramos que o Iepha, ao encaminhar periodicamente o repasse dos recursos do ICMS Cultural, para tanto exige um relatório anual para acompanhamento dos trabalhos e prestação de

Já no produto do Crav, as pesquisas e roteiros de filmagem foram elaborados por equipe profissional, para focar a participação das irmandades e os respectivos congadeiros; porém, as informações compartilhadas também corresponderam à ótica desta equipe, que estava por trás da câmera e realizou uma edição do documentário conforme sua formação, ideologia e anseio.

Verificamos, enfim, que nenhum dos dois registros foi produzido por iniciativa dos próprios congadeiros, mas por órgãos que representam o Poder Público Municipal, em suas respectivas localidades. Assim, apesar de serem considerados, nos materiais analisados, protagonistas de congados e reinados, os congadeiros não foram os protagonistas na idealização, coordenação e execução dos registros da manifestação praticada por eles próprios.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisamos dois produtos, construídos com diferentes sujeitos, contextos e metodologias. Fizemos essa delimitação, entretanto, como uma amostragem para se compreender o processo que envolve um registro de patrimônio imaterial.

Verificamos que, diante da performance dos congadeiros, ou de qualquer prática cultural que se mantém pela oralidade e corporalidade, o registro não se faz essencial. Contudo, este é um documento que pode colaborar para a preservação do bem cultural de natureza intangível; mas deve combinar todas as formas de transmissão da informação: escrita, fotográfica, audiovisual.

Por se tratar de arquivo oficial – tendo como exemplo os nossos objetos empíricos – outros sujeitos, além daqueles que produzem o bem em questão, possuem outros interesses além da preservação em si.

O desenvolvimento de atividades de preservação dos bens intangíveis representa uma forma de o gestor se manter na política, principalmente pelo fato de este lidar com os produtores daqueles bens, através de parcerias com entidades que solicitam o título de patrimônio imaterial para alguma prática. A política pública de patrimônio também compreende uma das facetas para um planejamento urbano a médio e a longo prazo, no

---

contas. No relatório de 2012 (que trata dos investimentos gerais: bem tombados/registrados e/ou inventariados), foram destinados ao total R\$ 184.742,44, sendo R\$ 69.440,80 em atividades culturais e R\$ 115.301,64 na conservação do patrimônio cultural. O valor total ultrapassou o repasse feito pelo ICMS Cultural para aquele período, que foi de R\$120.000,00. A informação sobre esse valor é encontrada na Lei Municipal nº 5.157, de 04 de julho de 2011 (autoriza abertura de crédito especial), cuja cópia da publicação oficial encontra-se anexada ao relatório.



sentido de se pensar em ações que contemplem as diversidades culturais. Aquele gestor, por meio dessas atividades, pode entrar em contato com populações até então excluídas das políticas de preservação de patrimônio e conquistar-lhes sua confiança e fidelidade.

Deparamo-nos também com um interesse econômico, visto que o bem imaterial por vezes é uma fonte de geração de renda e por outras, é um atrativo turístico. O fomento a essas práticas, desse modo, é uma atividade que pode encaminhar recursos ao erário público, através da criação de novas modalidades de turismo, como o cultural e o ambiental. Neste caso, porque várias atividades consideradas patrimônio imaterial são meios sustentáveis de sobrevivência.

O registro também é resultado de uma mudança de paradigma, que envolve a ampliação do conceito de cultura. Esta passa a englobar um conjunto de objetos produzidos pelo indivíduo para agir sobre o ambiente que o cerca; ou seja, ela pode se constituir de um acervo material, composto por utensílios domésticos, ferramentas de trabalho, pratos culinários, edificações, cidades inteiras. Entretanto, adquire outra face, pois pode também significar o conjunto de suas práticas sociais ou individuais. O próprio pensamento do homem e a sua forma de agir, gerando contextos variados de acordo com locais e períodos diferentes, são considerados componentes da cultura, e, nesse caso, ela não é apenas objeto, mas também representação.

Essa nova perspectiva contribui para: o advento do multiculturalismo e do reflorescimento de identidades culturais; o direito à cultura e à memória como um componente dos direitos humanos; a mudança de atuação dos equipamentos culturais, que deixaram de ser repositórios de acervos e se propuseram a exercer ações culturais com um público heterogêneo, tendo como premissa a democratização da informação. Todos terminam por influenciar a construção histórica, técnica e ideológica do registro.

Com esses avanços, delineados na último quartel do século passado e percebidos no último decênio, outros sujeitos para a consolidação do registro foram incluídos: os profissionais acadêmicos – geralmente oriundos das Ciências Sociais – idealizadores dessas inovações, pela herança científica e ideológica apreendida nos seus cursos de formação e debatida nos congressos e demais encontros das áreas envolvidas. Mas neste meio, escritórios e empresas, que também contrataram esses profissionais, criaram um novo mercado de trabalho, especializado em consultoria para a preservação do patrimônio cultural. Então, há também um interesse econômico e profissional por parte desses sujeitos.

Foram inseridos ainda outros atores, tendo em vista mudanças implantadas no cenário de políticas públicas: no campo do patrimônio, conselhos próprios foram criados (de acordo

com a municipalização introduzida pela Constituição de 1988), que a princípio deveriam ser constituídos por representantes das entidades públicas e civis e por pessoas de conhecimento notório no tema.

Enfim, encontramos os atores principais deste cenário, que são os próprios praticantes ou produtores desses bens que, segundo critérios políticos, econômicos, ideológicos, científicos, se tornam patrimônios. Eles podem formar uma entidade ou um movimento social para reivindicar o título de patrimônio imaterial, assim como os benefícios conferidos pela titulação: fomento, salvaguarda e difusão. Contudo, nos próprios casos aqui analisados, não foram os congadeiros que propuseram e executaram os registros.

Pela contextualização e análise qualitativa apresentada, observamos que ainda é uma participação bastante limitada. Porém, consideramos que uma maior pró-atividade dos praticantes no processo é fundamental para a democratização na consolidação do registro e de seu objetivo principal – a preservação do bem cultural em questão –, visto que eles reconhecem suas necessidades e o próprio interesse em continuar a praticar a manifestação. Entretanto, não há problema na ocorrência de uma orientação profissional e objetiva para auxiliá-los nessa conduta e nessa ação.

Assim, presumimos que o Estado deve, através do registro, contribuir para a preservação dos bens que se tornam patrimônios, pois assume um compromisso com eles, independentemente de gestão política e partidária. Os recursos financeiros e materiais provenientes do Poder Público podem auxiliar no prosseguimento e fomento das práticas, apesar disso já implicar uma interferência externa. Porém, pode ser criada uma dependência dos praticantes das manifestações patrimonializadas em relação ao Estado, por tenderem a não criar as condições para uma sustentabilidade própria.

Assim, o Poder Público deve respeitar o protagonismo dos sujeitos praticantes e considerar as suas decisões, reivindicações e propostas. Isso não impede, porém, que o primeiro também apresente as suas sugestões e crie condições para estimular os segundos na continuidade de suas celebrações, ofícios, formas de expressão. A coexistência entre todos os atores envolvidos é possível, desde que estejam abertos a um contínuo diálogo e cooperação mútua, o que envolve um aprendizado constantemente construído.

Concordamos que pode parecer paradoxal essa convivência, por implicar uma interferência externa. Porém, partimos do pressuposto que devemos agir de acordo com a realidade, minimizando os problemas. Primeiramente, não podemos recuar e impedir as discussões sobre patrimônio cultural e as ações para preservá-lo; ademais, a própria inserção do Poder Público e de outros agentes configura uma nova realidade vivenciada pelos

praticantes das manifestações registradas, que não precisam se fixar em um passado ou a uma tradição fechada a outras correntes e tendências. Com a seguinte ressalva: que tais mudanças ocorram com o aval dos praticantes, pois a decisão deve partir prioritariamente deles. Em continuar, em modificar, em finalizar, em concordar com outras visões e possibilidades de continuidade.

## REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE. Lei nº 9.011 de 1º de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=927757>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In: BENJAMIN et. al. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1980, p. 5 – 28. Coleção “Os Pensadores”.

BETIM. Lei Municipal nº 5.157, de 04 de julho de 2011. Autoriza abertura de crédito especial. **Órgão oficial**, Betim, ano 4, vol. 509, p. 2, jul. 2011. Disponível em: [http://www.betim.mg.gov.br/ARQUIVOS\\_ANEXO/diario05072011%3B0742%3B20110705.pdf](http://www.betim.mg.gov.br/ARQUIVOS_ANEXO/diario05072011%3B0742%3B20110705.pdf). Acesso em: 16 set. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 17 maio 2012.

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 16 set. de 2007.

CENTRO DE REFERÊNCIA AUDIOVISUAL (CRAV). Equipe técnica. Belo Horizonte, 22 de janeiro de 2011. Informações concedidas à Aline Pinheiro Brettas.

CENTRO DE REFERÊNCIA AUDIOVISUAL (CRAV). Salve Maria – memória da religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte: reinados negros e irmandades do Rosário. Belo Horizonte: FMC, 2006.

CENTRO DE REFERÊNCIA AUDIOVISUAL (CRAV). Salve Maria – memória da religiosidade afro-brasileira em Belo Horizonte: reinados negros e irmandades do Rosário. Belo Horizonte: FMC, 2006. 1 dvd (52 min.), color.

CONSELHO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (CONEP). Disponível em: <<http://www.conselhos.mg.gov.br/conep/>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

FUNARBE; MIGUILIM; PREFEITURA DE BETIM. **Reinado de Nossa Senhora do Rosário**: dossiê de registro de bem cultural material. Betim: [s.e.], 2009.

FUNARBE; PREFEITURA DE BETIM. **Relatório de bens culturais imateriais registrados da Prefeitura de Betim**. Betim: [s.e.], 2012.

FUNDAÇÃO ARTÍSTICO CULTURAL DE BETIM (FUNARBE). Equipe técnica. Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2011. Informações concedidas à Aline Pinheiro Brettas.

GOODY, Jack. Domesticação do pensamento selvagem. MADUREIRA, Nuno Luis (Trad.). Lisboa: Presença, 1988. Série Biblioteca de Textos Universitários.

INSTITUTO ESTADUAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE MINAS GERAIS (IEPHA/MG). **Deliberação normativa nº 01**, de 30 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.iepha.gov.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

MARTINS, Leda. Performances do tempo espiralar. In: RAVETTI, Graciela; ARBEX, Márcia. **Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p. 69 - 91.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 42.505**, de 15 de abril de 2002. Institui as formas de registros de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/institucional/legislacao/726-leis-e-decretoshttp://hera.almg.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. de 2007.

MINAS GERAIS. **Lei nº 18.030**, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em: <[http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao\\_tributaria/leis/2009/118030\\_2009.htm](http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/leis/2009/118030_2009.htm)>. Acesso em: 26 set. de 2009.

MONTES, Maria Lucia. Patrimônio intangível e manifestações religiosas na cultura popular. In: BRAGA, Sérgio Ivan (Org.). **Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, 2007. [s.p.]. Disponível em PDF.

OMORI, Yasuhiro. Estudo da antropologia através da imagem. In: FREIRE, Marcius; LOURDOU, Philippe (Org.). **Descrever o visível: cinema documentário e antropologia fílmica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p.285 – 309.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas: Papirus, 1998.

PROFISSIONAIS Nº 01 e Nº 02, historiadoras (equipe técnica da Funarbe). Entrevista concedida à Aline Pinheiro Brettas. Betim, 25 maio 2012.

PROFISSIONAL Nº 01, historiadora (coordenadora do projeto “Salve Maria”). Informações concedidas à Aline Pinheiro Brettas. Belo Horizonte, 2 maio 2012.

PROFISSIONAL Nº 02, antropóloga (coordenadora do projeto “Salve Maria”). Entrevista concedida à Aline Pinheiro Brettas. Belo Horizonte, 9 maio 2012.

SCHECHNER, Richard. O que é performance? **O Percevejo**, ano 11, 2003, nº 12, p. 25 - 60.

SILVA, Rubens Alves da. **A atualização de tradições: performances e narrativas afro-brasileiras**. São Paulo: LCTE Editora, 2012.

SOUZA, Marina Mello e. **Reis negros no Brasil escravocrata: história da Festa da Coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TAYLOR, Diana. Encenando a memória social: Yuyachkani. In: RAVETTI, Graciela; ARBEX, Márcia. **Performance, exílio, fronteiras: errâncias territoriais e textuais**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002, p. 13 - 45.

## A ARTE DE NARRAR E INFORMAR EM “A CAMAREIRA DO TITANIC”

### *THE ART OF NARRATING AND INFORMING IN “THE CHAMBERMAID OF THE TITANIC”*

Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei

Leila Beatriz Ribeiro

Evelyn Goyannes Dill Orrico

**Resumo:** A relevância informacional da narrativa é discutida, considerando-se o papel das subjetividades na transformação da realidade e na construção de memórias. Fruto da pesquisa sobre as relações entre ‘informação, memória e documento’, esta comunicação visa sublinhar, nos diálogos do filme “A Camareira do Titanic” (1997), a arte de narrar acompanhada da arte de informar, como fórmula metodológica para transmitir conhecimentos. O relato se organiza em três partes: “representação e criação nos campos da informação e da memória” que põe em destaque o objeto de análise e sua justificativa teórica e prática; em “uma história de amor” o enredo é descrito buscando-se o diálogo entre imaginação e realidade; a terceira parte recolhe da narrativa o embate entre documento e oralidade na disputa pela memória. Como conclusões, a leitura teórica sobre os acontecimentos, conforme eles se apresentam sob o movimento da câmera, bem como os planos de sequência imagética que operam com silêncios demonstraram uma aproximação com a narrativa oral/cíclica benjaminiana, na qual não existe histórias individuais, existem acordos narrativos que devem proporcionar um certo tipo de êxtase entre o narrador e os ouvintes. Utilizando-se da rememoração fundacional de uma tragédia (o afundamento do Titanic e suas mortes), Horthy, o personagem da trama, apropria-se de componentes clássicos da oralidade pautados na figura do herói narrador. A capacidade de narrar em Horthy, ao agregar valor informacional às narrativas, molda um tipo de versão pessoal e romancada para a tragédia do Titanic e a estrutura em seus elementos discursivos.

**Palavras-chave:** Narrativas informacionais; Análise fílmica; Memória e informação; A Camareira do Titanic (filme).

**Abstract:** The relevance of an informational narrative is discussed, considering the role of subjectivity in transforming reality and building memories. According to the ongoing research on the relationship between 'information, memory and document', this communication seeks to highlight, in the dialogues of the film "The Chambermaid of the Titanic" (1997), the art of narrating accompanied by the art of informing, as a methodological formula to impart knowledge. The report is organized into three parts: "representation and creation in the fields of information and memory" which highlights the object of analysis and its theoretical and practical reasons; in "a love story" the storyline is described seeking the dialogue between imagination and reality; the third part gathers, from the narrative, the conflict between document and oral discourse in the dispute of memory. In conclusion, the theoretical readings about the events, as they are presented by the camera movement, as well as by the imagetic sequence of plans that work with silences, both have demonstrated, at all, an approach to the oral/cyclical/benjaminian narrative in which there is no individual story, there is only narrative agreements that should provide some kind of ecstasy between the narrator and the listeners. Using the foundational remembrance of a tragedy (the sinking of the Titanic and their deaths), Horthy, the narrator, took the traditional orality components lined in the figure of the narrator hero. The ability to narrate in Horthy, adding information value to the narratives, casts a kind of personal and romanticized version for the Titanic tragedy and structures that in its discursive elements.

**Keywords:** Informational narratives; Film analysis; Memory and information; The Chambermaid of the Titanic (the film) .

## **1 REPRESENTAÇÃO E CRIAÇÃO NOS CAMPOS DA INFORMAÇÃO E DA MEMÓRIA**

O ato cinematográfico-teatral-acadêmico é o formato discursivo e visual desta comunicação que visa discutir a importância da narrativa e da informação, em seus aspectos de semelhança, diferença e também em suas interfaces, considerando a constituição de subjetividades e a conseqüente transformação na vida de operários e de suas mulheres em uma indústria de mineração do sul da França, na primeira década do século XX, tema do filme ‘A camareira do Titanic’ (1997) escolhido como objeto desta comunicação.

A análise do filme, sob o olhar da informação e da memória, se insere em dois conjuntos relevantes, do ponto de vista acadêmico. O primeiro, como já mencionado em outras produções das autoras, diz respeito à experiência didática proporcionada por uma disciplina oferecida em nível de graduação sobre ‘informação, memória e documento’ e que se organiza a partir do roteiro de filmes que possam contribuir, de maneira mais lúdica, para a melhor compreensão, por parte dos alunos, dos três citados conceitos, entre outros que lhes fazem fronteira. O segundo conjunto refere-se aos trabalhos já apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e áreas afins - ENANCIBs, no âmbito do Grupo de Trabalho n. 10 – INFORMAÇÃO E MEMÓRIA – GT 10 e outros publicados em periódicos da área, e que seguem basicamente o mesmo formato: um filme, sua análise sob o foco da memória e da informação e seis mãos moldando uma comunicação científica para socializar a pesquisa.

Em cada uma dessas análises fílmicas buscamos, seguindo nossa intuição, pistas que supomos exemplares ou mesmo provocativas em relação a linhas teóricas que desenhamos para o plano de curso oferecido. Evidentemente, os ângulos de abordagens teóricas sobre os conceitos e os discursos nesse campo interdisciplinar são inúmeros; além da dificuldade sobre os ângulos de abordagem, há disputas temáticas nem sempre fáceis de serem resolvidas. Por exemplo: narrativas imagéticas *versus* narrativas orais; ou narrativas orais *versus* provas documentais; e ainda fotografia *versus* cinema *versus* fazer científico.

Muitos também são os vieses quando o campo é transdisciplinar e, como nos instrui as regras de mapeamentos conceituais de campos discursivos sobre um tema determinado<sup>97</sup>, há que se pautar por princípios como, por exemplo, o contexto da discussão. Assim, o contexto

---

<sup>97</sup> Cf. exemplo para o campo da Memória Social em: AUTOR; AUTOR (2014)

do filme nos dá, então, liberdade de analisar teoricamente os acontecimentos conforme eles se apresentam sob o movimento da câmera do diretor que ordena os ditos e os não ditos. Esse processo de captura e edição é o que vai proporcionar a mescla entre representação e imaginação. Queremos dizer com isto que a narrativa fílmica, assim como a obra literária impressa, nos dá a chance de sermos copartícipes do autor/diretor, ao imaginarmos o que ocorre no intervalo entre um plano e outro próximo. Em nossa experiência em sala de aula, tanto em relação à interpretação dos ditos – imagens representadas na sequência fílmica – como dos não ditos/visíveis – planos de sequência imagética que operam com silêncios – a sensação de podermos imaginar, inferir e propor segmentos da história, demonstra uma aproximação com a narrativa oral/cíclica benjaminiana, na qual não existem estórias individuais, existem acordos narrativos que devem proporcionar um certo tipo de êxtase entre o narrador e os ouvintes.

Insistimos na imagem como o viés de análise, quer seja ela fixa ou em movimento, como representação e apresentação de uma possível realidade criada na interface dos personagens e que pode ser vivida individualmente ou em grupo, como o filme ‘A Camareira do Titanic’, produção de 1997 e dirigida por Bigas Luna, vai nos mostrar. Em um mundo que, segundo Rancière (2012), está saturado de imagens quando não há mais (supostamente) uma realidade, qual seria o destino dessas imagens? A realidade poderia se opor ou não à *imageria*, entendida pelo autor como um conjunto ou coleção de imagens? Rancière (2012, p. 9) afirma que “a imagem precisa do outro para existir, do contrário, se só há imagem não há um outro da imagem”. A imagem é produto do fazer, do viver em harmonia experiencial com a alteridade, da relação do eu com o outro. O que vemos é a perspectiva do nosso olhar sobre o mundo. A realidade somos nós, portanto subjetiva. É justamente esse pressuposto que nos permite destacar na análise o jogo entre a alteridade das imagens e o outro, compreendido aí, os atores, os cenários, os objetos, as narrativas e nós observadores (que somos plurais até como autoria) além de espectadores e agora leitores.

Outra pista para a compreensão da relação informação e memória seria o duelo contemporâneo entre a fluidez, processualidade, impermanência e aderência criativa da narrativa oral do personagem Horty, fundamental para o filme aqui analisado, em contraponto aos objetos prenhes de memórias que atravessam o tempo carregando uma certa aura de singularidade e autenticidade, para servirem de testemunho do que aconteceu no passado, ou do que o narrador ou seus ouvintes gostariam que tivesse ocorrido. Um embate entre memória e história poderia ser, nesta análise, muito bem representado.



A informação, como elemento que transforma estruturas, está presente em toda a trama, ora a serviço da imaginação, ora da ‘realidade’ ainda que no patamar da ficção. O filme aqui abordado arma sua trama narrativa a partir da viagem que o seu principal personagem, Horty, realiza para ver a partida do Titanic. Essa viagem foi um prêmio concedido pelo patrão ao vencedor de uma espécie de gincana da qual os operários anualmente participam e da qual Horty, como já acontecera em 03 edições anteriores, saiu vencedor.

Se em Benjamin (1994) tempo e espaço são as rotas para que o narrador encontre um público que escuta histórias, o prêmio recebido pelo trabalhador Horty para ir à Southampton, Inglaterra, ver a saída do navio Titanic coloca em sua bagagem de volta à França uma riqueza experiencial que transforma a comunidade de mineiros em suas relações tanto familiares quanto nas de trabalho, a exemplo da sequência profissional em que mergulha o personagem Horty.

O amor e um de seus acessórios, o ciúme, também percorrem toda a trajetória de Horty e sua mulher Zoé, desde as relações entre patrão e empregados, até as relações íntimas do casal que se vê envolvido em supostas traições pois, durante a viagem de Horty, sua mulher permanece na mineradora como objeto de desejo do patrão e o marido se distancia para viver uma experiência, sobre a qual não poderia *a priori* supor, transformaria radicalmente sua vida e a de seus colegas, vidas essas conformadas a um trabalho para subsistência em uma empresa mineradora. Nesse viés teórico ainda seria possível discutir desejo, paixão, ciúmes e emoção direcionando os fluxos informacionais e memoriais, regulando um certo ritmo da vida. Em resumo, procuramos aqui discutir a importância informacional da narrativa, considerando o papel das subjetividades na transformação da realidade, seja ela ficcional ou não, e conseqüentemente na construção de memórias.

## **2 UMA HISTÓRIA DE AMOR: A INFORMAÇÃO ENTRE IMAGINAÇÃO E REALIDADE**

Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas. Essa observação adquire toda a sua força quando evocamos a necessidade de salvar a história dos vencidos e dos perdedores. Toda história do sofrimento clama por vingança e exige narração (Ricoeur, 1994)

O prêmio da gincana proporcionada pela empresa de fundição de minério de ferro ‘Siméon’ na localidade de Feuillange, na Lorraine, França, 191298 é recebido por Horty que supôs, assim como sua mulher Zoé, que o prêmio contemplava o casal. Ao contrário, Horty

---

<sup>98</sup> Essas informações foram pesquisadas e não foram confirmadas como fatos históricos. Sugere-se que sejam entendidas como ficcionais, embora a Lorraine seja, de fato, uma região da França.

viaja sozinho para a Inglaterra, para ver a saída do navio Titanic<sup>99</sup>, em razão do diretor da empresa lhe ter omitido a passagem da mulher, justificando que seria muito dispendioso para a empresa. Horty leva consigo uma correntinha com um pingente de uma salamandra, presente de Zoé - certamente para manter viva a sua presença na memória do marido. O clima da cena nos faz supor que a separação do casal pode engendrar deslizes tanto de Horty como de Zoé, já que o marido vai viver experiências novas e a mulher vai permanecer sozinha, possibilitando que o patrão tenha a oportunidade de lhe fazer a corte.

Ao chegar ao hotel inglês, Horty vê-se frente a uma situação inusitada: conhece Marie, uma linda camareira que vai embarcar a trabalho no Titanic e se encontra sem lugar para pernoite. Gentilmente – e com um ar de ingenuidade – o jovem cede sua cama e não se dá conta das tentativas de sedução da camareira. Ao acordar pelo som de um navio em processo de partida, Horty se vê sozinho no quarto do hotel e sai correndo para presenciar a partida do tão magnífico navio.

De recordação dessa viagem, ele leva consigo uma foto de Marie que comprou de um lambe-lambe e uma pasta de dente com a qual presenteia a sua mulher que, segundo seus companheiros de trabalho, teria prestado favores sexuais ao patrão. Essa notícia lhe é dirigida em meio ao turbilhão da chegada e acaba deixando-o taciturno no reencontro com a esposa que se demonstra muito receptiva e carinhosa, sentimento que pode ser interpretado como sendo de saudade ou de culpa. Horty, optando pelo segundo, com a suspeição de traição em mente, não dá atenção à esposa e se dirige ao bar, encontrando os companheiros de trabalho.

No bar da vila operária Horty se vê instigado pelos amigos a contar suas experiências com a mulher da fotografia. Negando inicialmente ter mantido relações sexuais com Marie e frente ao descrédito dos amigos, Horty começa sua saga narrativa. Incentivado por sua imaginação, por perguntas dos amigos ávidos por novidades e pela raiva da suposta traição da esposa com o patrão, Horty vai incorporando cenas à estória narrada. Tal qual os narradores clássicos, Horty, para agradar seus ouvintes e realizar seus desejos, prima por excessos

---

<sup>99</sup> O RMS Titanic foi um navio transatlântico da Classe Olympic operado pela White Star Line e construído nos estaleiros da Harland and Wolff em Belfast, na Irlanda do Norte. Na noite de 14 de abril de 1912, durante sua viagem inaugural, entre Southampton, na Inglaterra, e Nova York, nos Estados Unidos, chocou com um iceberg no Oceano Atlântico e afundou duas horas e quarenta minutos depois, na madrugada do dia 15 de abril. Até o seu lançamento em 1912, ele fora o maior navio de passageiros do mundo. Com 2240 pessoas a bordo, o naufrágio resultou na morte de 1517 pessoas, hierarquizando-o como a maior catástrofe marítima de todos os tempos(em tempos de paz). (RMS..., 2014).

imaginativos sobre a grandiosidade e do luxo do navio, a notícia do naufrágio e a suposta morte da camareira cujo nome não constava entre os sobreviventes publicado pelo jornal.

Figurando “entre mestres e os sábios”, Horty é também aquele que dá conselhos, pois os extrai tanto do acervo de suas experiências vividas como a das experiências alheias:

Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira*. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. Daí a atmosfera incomparável que circunda o narrador, [...]. O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo (BENJAMIN, 1994, p.221).

A narração seja ela fictícia ou real é somente um jeito de contar uma história. Imaginados ou não, os relatos presentificam um momento, intercambiam e comunicam experiências já que, ao atuarem linguisticamente, funcionam como dispositivos memorialísticos. Seja arte, sem uma “finalidade imediata”, seja “verdade”, a narrativa estrutura-se autonomamente e é sempre retirada de um “contexto pragmático” (SEGRE, 1989, p.57-58).

Benjamin (1994) argumenta que a experiência adquirida pelo narrador em sua vivência cotidiana, coloca-o num espaço de diferenciação em relação, por exemplo, aos demais membros de uma comunidade. Ao recolher do cotidiano traços e marcas que nem todos são capazes de enxergar, o narrador é capaz de construir, a partir dessas observações, elementos comunicáveis de narração.

A experiência que era transmitida aos mais jovens pelos mais velhos se dava por meio de parábolas, provérbios, histórias passadas em locais distantes e com a autoridade da velhice ou maturidade, de maneira loquaz e concisa. Benjamin (1994, p.114) pergunta: “Que foi feito de tudo isso? Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas?”.

Encontramos em nosso personagem Horty, um operário de minas francesas, essa capacidade de narrar suas próprias memórias a partir (inicialmente) de um breve relato acerca de uma experiência vivida por ele na Inglaterra para assistir à partida do Titanic.

Horty pertence a um dos grupos que tipificam por excelência, segundo Benjamin (1994), o narrador: o dos viajantes; “Quem viaja tem muito que contar” (contar sobre terras longínquas e inacessíveis àqueles que ficam). Com o decorrer da narrativa fílmica, Horty vai-se transformando no segundo tipo de narrador: aquele que mantém viva a tradição de perpetuar as histórias, mitos e lendas de uma determinada comunidade.

Tal qual o aprendizado clássico, onde em alguns espaços corporativos medievais as práticas narrativas encontravam-se intrinsecamente ligadas às práticas de comunicação, a

plateia de Horty dispunha-se a escutá-lo. O saber ensinado pelo mestre ao aprendiz, trabalhado nas peças, instrumentos e artesanatos de forma geral, eram saberes associados ao conhecimento trazido de terras distantes, em princípio pelos marujos, viajantes clássicos. O aprendizado de uma nova arte significava aprender a ouvir – para reter na memória – como se executava este novo saber<sup>100</sup>. Essa prática nos permite compreender a defesa pela continuidade das sessões narrativas de Horty feita pelas mulheres dos outros operários. Nesse sentido é que, enciumada, Zoé exige que ele interrompa as narrativas no bar, mas as mulheres protestam justificando esses encontros com argumentos sobre as mudanças ocorridas em suas próprias vidas sexuais (beijos de língua, por exemplo). Cabe ilustrar aqui a informação como indutora de conhecimento com a belíssima crônica de Afonso Romano Sant’Anna (2001), em algumas passagens do filme em questão.

E aí basta olhar a cena em que estamos inseridos. Na tela, os personagens estão provocando e estimulando Horty para que supra a imaginação deles. Eles querem amar através das palavras do narrador. Querem preencher a carência com a abundância imaginativa alheia. Querem seduzir através da sedução alheia, querem gozar com a fala alheia.

Isto, lá na tela. Porque na plateia do cinema está ocorrendo a mesma coisa. Podia ouvir no escuro o suspiro, o coração pulsante, a imaginação latejante de toda a audiência, impelindo o personagem na tela a soltar o gozo imaginário que nos gratificaria a todos. Querem detalhes sobre o corpo dela, sobre o sexo, sobre quantas vezes fizeram amor.

-Doze vezes.

-Doze ?! (exclama um dos ouvintes estarrrecidamente feliz com aquela imaginária marca olímpica no leito). É que as pessoas carecem gozar, nem que seja através dos outros.

Como carecemos de uma estória alheia para esticar a nossa!

*Amar no amor alheio.*

*Amar com o amor alheio.*

*Amar pela fala alheia.*

A marca diferenciadora entre o narrar e o informar estabelece-se já com a capacidade de o narrador carregar consigo uma legitimidade sobre as coisas, tendo em vista que ao saber trazido de longe, mesmo que implausível, só ele tinha acesso. O narrador, assim, dispõe de

---

<sup>100</sup> “[...] A extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendido se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos. O sistema corporativo medieval contribuiu especialmente para essa interpenetração. O mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalhavam juntos na mesma oficina; cada mestre tinha sido um aprendiz ambulante antes de se fixar em sua pátria ou no estrangeiro. Se os camponeses e os marujos foram os primeiros mestres na arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram. No sistema corporativo associava-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos migrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário” (BENJAMIN, 1994, p.199).

uma autoridade, ainda que não controlável pela experiência, mas validada pela tradição, de falar sobre, de narrar sobre algo que contivesse, por exemplo, elementos de miraculosidade: “Metade da arte da narrativa está em evitar explicações” (BENJAMIN, 1994). É nesse sentido que chegar à marca olímpica de tantos orgasmos (Doze!) não carece de prova e explicação, tendo em vista que o que está ali em jogo é o que Afonso Romano Sant’Anna tão bem traduz: “É que a realidade nunca se basta e exige cumplicidade imaginativa”. Essa cumplicidade toma corpo frente aos protestos dos amigos carentes de narrativas mescladas de descrições sobre o peso do Titanic, quantidade de garrafas de champanhe, joias dos passageiros com estórias de sexo, de prazer “vivenciadas” por Horty e Marie.

A informação, como uma desveladora dos tempos, é unificadora no agora, é desmistificadora da ilusão, é a representação da realidade deixando o espaço do real ser “manipulado” ao bel prazer tanto daquele que constrói, como daquele que narra “informacionalmente”. Há, nesse caso, o elemento de escolha autorizada, legitimada: o que eu quero narrar, o que eu quero escutar, de que forma, onde e por quem. Sua historicidade reforça seu caráter de permanência e sua existência, sua capacidade de produzir conhecimento e disseminar-se, como um elemento modificador, que é capaz de estabelecer novas formas de criação e renovação acerca do entendimento que temos do mundo e do tempo no qual vivemos.

Parafrazeando Belkin e Robertson (1976) para quem informação é o que altera estrutura, podemos dizer que, no filme em análise, há pistas informacionais que, embasadas em implícitos e não-ditos, provocam grandes mudanças estruturais da narrativa fílmica, estabelecendo um jogo de informação de importantes reflexos na trama. Vamos discutir, sob o prisma informacional, algumas cenas já discutidas sob o prisma da narrativa.

A primeira pista observada é aquela em que um operário da fundição onde trabalha Horty, lhe diz, de maneira maliciosa, que sua mulher teria sido de grande ajuda para que o patrão lhe desse uma promoção ao retornar da viagem a Southampton.

A partir dessa informação, Horty fica pensativo e calado, não interagindo afetivamente com a esposa depois de uma semana fora de casa em viagem. Dado o seu distanciamento, a esposa, Zoé, demanda sua atenção insistentemente, mas ele se esquiva e lhe diz que vai ao bar, não sem antes estranhar o modo como ela está trajada e o batom que está usando.

É nesse momento dramático no bar, junto aos companheiros de trabalho, que Horty é instado a contar as suas peripécias durante a viagem, visto que um dos operários vê uma foto de mulher, trazida por ele da viagem. Na verdade, a visão da foto instiga um dos operários a imaginar a importância que teria tido para Horty essa mulher, a ponto de fazer

com que ele trouxesse uma foto sua para casa. Essa importância, quase que por via de consequência na fala do operário, só poderia ser decorrente de uma verdadeira história de amor ocorrida na Inglaterra.

Os operários, ávidos por novidades, pedem para Horty contar o que eles imaginam terem sido as aventuras com a mulher da fotografia - “Quanto ela cobra?” - pergunta um deles, fazendo com que Horty, então, inicie uma série de sessões de relatos, que se tornam cada vez mais picantes e repletos de sensualidade: banhos de champanhe; sexo na via pública ao que exclama um dos trabalhadores - “Só faço sexo em casa!”. Percebemos, então, como os anseios pessoais provocam um determinado fluxo de informações que organizam o universo narrativo. Seja reagindo a uma ofensa em um momento de raiva ou sendo provocado pela ausência/presença da imagem de Marie, Horty começa a contar de forma improvisada suas histórias. Ela é então a paixão,

o sinal de que eu vivo na dependência permanente do Outro.. [...] (É reagindo a uma ofensa que eu sinto raiva). [...] A paixão é sempre provocada pela presença ou imagem de algo que me leva a reagir, geralmente de improviso. Ela é então o sinal de que eu vivo na dependência permanente do Outro. Um ser autárquico não teria paixões. [...] (LEBRUN, 2009, p. 13)

Devido ao sucesso dessas sessões, Zoé fica sabendo do teor das narrativas e, tomada pelo ciúme, imaginando ter sido substituída por outro amor durante a viagem do marido, confessa que teria mantido relações sexuais com o patrão, nas quais lhe permitiu “fazer tudo” com ela, punindo-o então pelo relato do que havia dito o operário. Essa confissão ilustra o que aqui denominamos de “jogo de informação”, embora nem as imagens nem as falas nos autorizem a conhecer o que, de fato, ocorreu.

Para Wittgenstein (1994), nos jogos de linguagem, o significado de uma palavra é determinado por regras que orientam o seu uso. Apropriando-nos de suas palavras, dizemos que as informações determinam o conjunto significativo que o fluxo informacional vai construir, permitindo que a estrutura do conhecimento seja alterada pelas novas construções que vão sendo apresentadas durante o processo comunicativo.

Na sequência do filme, supomos que é a convicção de ter sido traído que conforma a estrutura de narrativas sensuais que Horty faz no bar. Essas narrativas estabelecem um novo conjunto de regras informacionais que acaba levando sua esposa a confessar-lhe sua traição. Tal confissão, *a posteriori*, acaba vindo a ser desmentida, à medida que Horty lhe afirma serem fruto de imaginação as histórias que narra. Assim como na analogia dos jogos estabelecida por Wittgenstein, os sentidos possíveis dependem da situação e, a cada novo movimento, novas possibilidades informacionais vão sendo construídas.

### **3 DOCUMENTO E ORALIDADE COMO SUPORTES DA MEMÓRIA: O EQUILÍBRIO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Narrar também ocorre em um tempo de duração, cuja ação evocada pode diferenciar-se do tempo da ação representada. Nesse sentido, as estratégias tanto do narrador, quanto dos suportes, das tecnologias e dos recursos utilizados pela narrativa podem abreviar, alongar, suspender, atualizar, fragmentar e mesmo multiplicar a narração, revelando-a em uma pluralidade de tempos e ações. Ações de sonho e de um imaginário que estabelecem vínculos construtivos entre memórias, identidades, tradições e que, vistos por um âmbito de transitoriedade, fixam-se, por exemplo, em uma imagem evocada a partir de uma lembrança e/ou acontecimento. Ilusório temporalmente, esse acontecimento se sobrepõe ao real. Nesse contexto, construção, vivência e experimentação do acontecimento narrativo se misturam. (AUTOR, 2005)

Ao lado da oralidade, típica das narrativas, os objetos que dela fazem parte como a fotografia da camareira Marie, nos incitam a pensar a razão de necessitarmos de elementos concretos, analógicos que nos fazem entrar e sair de uma realidade imaginada por nossa memória. De fato, inicialmente, é a foto que desperta no operário, colega de Horthy, as suposições que deslancham as narrativas. Horthy se inspira na foto não apenas com o sentido do olhar, mas necessita tocar a imagem para iniciar seu relato. Seria esse sentido do tato sobre a foto de Marie necessário para criar informações e dizer a si mesmo, em silêncio, que a imaginação é a realidade? Nessa perspectiva, o tato se interpõe como uma diferença entre o que Deleuze (2007) define para a narrativa fílmica como os signos óticos (opsignos) e os signos sonoros (sonsignos) o que vai levar à mudança das situações sensório-motoras tradicionais para a via do tempo narrativo.

A partir daí, Horthy usa a foto de Marie – no decurso da narrativa fílmica – sempre acionada para se inspirar e se convencer de uma possível verdade e, assim, proporcionar aos colegas a experiência única de uma história que, mesmo que ele, narrador, saiba não ser real, atrai o público ouvinte que não se importa com isso, já que está desejoso de informações novas estimulantes a uma vida restrita ao trabalho em uma indústria de mineração.

Ao longo da transformação de um simples relato memorial de viagem em novela ficcional com capítulos diários transcorridos no bar da comunidade que agora cobra ingresso com os preços da bebida subindo continuamente, vemos o enredo se distanciar cada vez mais de uma possível memória pessoal, para a representação de um texto teatral, para o qual todos querem, embora inconscientemente, ter um papel de protagonistas, ao sugerirem episódios que são prontamente incorporados à história pelo narrador. Se, de um lado, essa incorporação

se conforma à transmissão oral típica da oralidade mítica, como processo de transmissão de informação e geração de novos conhecimentos, por outro lado, a representação vai adquirindo uma força incontrolável, ao ponto de exigir que outros objetos se incorporem à cena.

As sessões narrativas vão num crescendo incontrolável que divulga a fama de Horty para fora dos muros da fábrica, despertando a atenção de um produtor teatral, Zepe. Aqui, em um espaço propriamente ficcional, a foto - agora reproduzida em tamanho natural - como objeto necessário à recordação, vai se juntar posteriormente a outros objetos que passam a ser símbolos ou semióforos no dizer de Pomian (1984).

Deste ponto em diante já estamos imersos em um contexto teatral, com cenários construídos para estimular e reforçar a imaginação dos espectadores que, de ouvintes e copartícipes, passam a ser espectadores sem direito a intervenções na narrativa. No início, a representação ambulante percorre regiões cada vez mais afastadas da Lorraine, terminando em um teatro urbano com toda a tecnologia necessária para transportar o público à dimensão da fantasia, à irrealdade cotidiana. Neste momento, a narrativa conta com um diretor, auxiliares cenográficos como o caso do menino ajudante de cena que se ocupa da sonoplastia mecânica, o pano de cena que representa o mar onde o Titanic afunda, culminando com Zoé, a mulher de Horty, travestida de Marie, a camareira.

O projeto da narrativa de ficção, por menos *realista* que tente ser, pode se utilizar de referências históricas e vestígios documentais. Ricoeur instiga nossa reflexão sobre isso, ao afirmar que a narrativa de ficção retira desse mesmo tipo de dados parte de seu próprio dinamismo referencial: “Toda narrativa não é só contada como se tivesse ocorrido, como testemunha o uso comum dos tempos verbais do passado para narrar o irreal? Nesse sentido, a ficção se inspiraria tanto na história, quanto na história de ficção” (RICOEUR, 1994, p.125). Na narrativa ficcional, fenomenologicamente aberta, mesmo se aludindo a uma historicidade – por exemplo, quando lugares, acontecimentos e personagens são situados – o confronto entre os tempos psíquicos e cósmicos é exposto de forma irreconciliável. Conciliar tempos é tarefa da história; explorar essa aporia, levando em determinadas situações-limite personagens e histórias, é destino da ficção; solucionar a dupla vivência dos tempos psicológicos e cósmicos parece ser um dos atributos da fenomenologia (RICOEUR, 1997).

#### **4INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NO ELOGIO À VIDA**

Se saber contar uma estória de amor é uma arte,  
saber viver uma estória de amor é igualmente arte maior e rara.  
Arte igualmente bela, difícilíssima e necessária.



Verdade é que nem sempre essa estória é contada na mesa do bar.

Possivelmente o mundo, dela não tomará conhecimento.

Pouco importa.

Os que a viveram, embora não a alardeiem se comprazem em vivê-la,  
em lembrá-la ou em ver na representação do amor alheio seu realizado amor.

(Affonso Romano de Sant'Anna, 2001)

Estamos nos aproximando das cenas finais quando Horthy, agora “representando” sua história como um sobrevivente do Titanic que não conseguiu salvar sua amada da morte vê Marie na plateia do teatro. Horthy, abandonando a cena, sai em busca de Marie seguido de Zoé. Fora do teatro, o gigolô de Marie exige de Zoé dinheiro já que, segundo ele, Marie é a matéria prima do sucesso de Horthy e conseqüentemente eles devem receber uma parte desse ganho. Zoé, retirando todo o dinheiro do caixa, entrega-o a Marie, solicitando que eles desapareçam de vez. Quanto ao que se passa entre Marie e Horthy cabe-nos apenas imaginar e acompanhar o retorno de Horthy ao palco “confessando” ao público que o que tinha contado até então eram mentiras e que Marie esteve ali e ele, sabendo que ela teria confessado ser uma prostituta e nunca o ter amado, a matou jogando seu corpo no mar para retornar de onde veio: do Titanic. Simbolicamente Horthy coloca fogo na imensa foto de Marie que fazia parte do cenário deixando perplexos tanto Zoé quanto o próprio diretor que acreditou no assassinato de Marie.

Horthy, sob aplausos da plateia, mostra então a Zepe o que o fez efetivamente emocionar o público na sua representação final: uma cebola.

Corte para Marie indo embora no carro com o seu gigolô que debocha acerca da virilidade de Horthy.

*Close* na mão de Marie que brinca com a corrente com uma salamandra pendurada em seu pescoço, a corrente que havia sido dada a Horthy por sua esposa, no início do filme, quando de sua viagem para ver o Titanic.

A narrativa fílmica nos apresenta diversos cortes para cenas amorosas entre Horthy e Marie na praia, indicando a nós, plateia do cinema, que nesse encontro eles, de fato, vivenciaram a tórrida história de amor.

Esse antes e depois de cada momento específico de erupção diz respeito à informação. Dessa forma, o seu sentido só pode ser entendido quando historicamente contextualizado, permitindo assim que tanto o emissor como o receptor recontextualizem-na em espaços, em tempos e em formas diversificadas.

Sobem os créditos!

Horty, narrador clássico benjaminiano, encontra-se agora afastado da fantasia e da imaginação (ficção), sua narrativa controlada teatralmente ainda que inventada faz dele de agora em diante um ator, um outro tipo de narrador a serviço do trabalho. Envolvido no turbilhão de emoções que a visão de Marie, que ele até então julgava morta na tragédia do navio, o leva a alterar a narrativa que ele está fazendo no palco. Mais uma vez, a emoção interfere de modo contundente no desenrolar do contexto narrativo, criando novos conjuntos significativos de fluxo informacional.

Resta para Marie e para nós espectadores que vivemos presos às narrativas<sup>101</sup> vivenciarmos frente à tela do cinema a sua captura, buscando assim completar um vazio e/ou preencher uma falta. Essa busca de identificação e preenchimento fará de nós inexoravelmente marcados por uma relação “entre um sujeito desejante e seu objeto do desejo”. Nessa relação edipiana, iremos nos defrontar com um percurso narrativo que atuará sobre nós utilizando-se de duas situações de equilíbrio – de “não-tensão” – marcadas pelo início e final. Do filme? De sua falta?

Uma história de amor, para Javier Marias (2004) pode ser uma história em que o amor não é visto nem vivido, mas anunciado e recordado.

Pode isto acontecer? Algo como o amor, que é sempre urgente e inadiável, que requer a presença e a consumação ou consumição imediata, pode ser anunciado sem que ainda exista ou ser verdadeiramente lembrado quando não existe mais? [...] Não sei, mas creio que o amor é fundamentado em grande medida em sua antecipação e em sua memória. [...] Digamos que é um sentimento que sempre exige algo fictício, além do que a realidade lhe proporciona. Dito com outras palavras, o amor sempre tem uma projeção imaginária, por mais tangível e real que o criamos num momento dado. Está sempre por consumir, é o reino do que pode ser. Ou do que pôde ser (p. 156)

Estudos contemporâneos da memória incluem a perspectiva de trabalhar a comunicação através dos meios desde orais, passando pelos impressos até chegarmos às tecnologias digitais. É nesse sentido que memória cultural acolhe hoje diversos meios para ampliação de seu espectro temporal e especial no que diz respeito às reflexões acerca das recordações (Erlil, 2010). A autora, ao se perguntar quais são os tipos de imaginário coletivo acerca do passado que as mídias têm moldado, reforça nossa percepção acerca do uso da narrativa fílmica como uma mídia capaz de, por vezes potencialmente, “construir memórias”. Da mesma forma, a própria estória desenvolvida e ampliada por Horty no interior do filme vai

---

<sup>101</sup> “Um pouco mais, um pouco menos”, escreve Georges Bataille, “qualquer homem fica preso às narrativas, aos romances, que lhe revelam a verdade múltipla da vida. Só essas narrativas, às vezes lidas nos transes, situam-no diante do destino” (BERGALA, 2002, p.262).

funcionar como um operador simbólico de informações imaginárias e contextuais para reforçar não somente um contexto de prazer como um histórico. Utilizando-se da rememoração fundacional de uma tragédia (o afundamento do Titanic e suas mortes), Horthy apropria-se de componentes clássicos da oralidade pautados na figura do herói narrador.

A capacidade ficcional de Horthy ao agregar um valor informacional às narrativas moldando um tipo de versão pessoal e romanceada para a tragédia do Titanic estrutura narrativa e os seus elementos discursivos. Esses, acrescidos por recursos sofisticados que a narrativa vai sofrendo como o uso da fotografia; a cobrança de ingresso; a queima da fotografia; os sons – onomatopeia do champanhe; e mesmo prosaicos, como o número de orgasmos; cebola técnica e objetos cenográficos: música; efeitos sonoros; efeitos visuais; cenários; atriz coadjuvante; boneco de cupido, entre outros, criam as condições para novos jogos de informação.

Horthy também corrobora Walter Benjamin, em seu texto “Experiência e Pobreza” (1994), ao mostrar que muitos ainda querem se abrir para vivenciar novas experiências, mesmo que sejam alheias, que os faça se livrarem do cansaço e do desânimo diário para então poderem sonhar.

Quanto à fotografia, supressora mágica do tempo, documento anteriormente evocador de lembranças e “prova material da existência de alguém”, portanto registro de informação (AUTOR, 2000, p. 59), no caso de Marie ao ser queimada dramaticamente por Horthy, circunstancialmente transmutou-se de suporte físico e prova documental e histórica (LE GOFF, 1984) para uma virtualidade memorialística inclusa na narrativa ficcional.

Inserir a narrativa no espaço das modernas formas de elaborar a informação, é pensar a pluralidade do tempo e da informação que possibilita ao sujeito conhecer um outro tempo, o “tempo de narração”. Entender o tempo como “ato de lembrança”, experiência e devir possibilita-nos apreender a narração como um espaço de troca no qual experiências se produzem e tomam forma por meio de diversos sentidos. Embora não se concretizando necessariamente como registros documentais, tais experiências “falam” das leituras de mundo e do modo como as coisas e pessoas são e vivem. Apreender o tempo como processo não é somente percebê-lo como uma sequência mecânica de acontecimentos. O tempo nos diz acerca dos hábitos e costumes, nos fala de como os grupos, por meio de seu imaginário coletivo e através de suas lendas e histórias, criam, guardam, preservam, esquecem, silenciam.

Horthy contribui para a (re)criação de “um efeito do real” na rememoração da tragédia (ao se utilizar de determinados dados oficiais) e o filme “A Camareira do Titanic” reforça e

molda um imaginário coletivo dos filmes ícones de catástrofes que a partir da década de 1970 inundou a cinematografia norte-americana.

Assim ratificando Erll (2010), esses filmes como representações do passado acabam por torná-lo mais inteligível; dão a esse tipo de representação um aspecto aurático de autenticidade e funcionam “potencialmente” como elementos estabilizadores de uma memória coletiva no decorrer do processo de recepção. A esse respeito cabe retomar a crônica de Romano Sant’Anna que destaca esse processo inter e extra-filme ao descrever a emoção tomada pelos ouvintes de Horthy e pelos espectadores do cinema.

Um imaginário, como “um escape do real”, que nos proporcionaria vivenciar o estado do prazer que “não estamos preparados a renunciar”. Um real que ao ser negado ou ignorado pode ser experienciado através do sonho e mesmo de relações de identidade proporcionada pelas mídias contemporâneas que nos levam a “um devaneio social”. A imagem cinematográfica, como um dos exemplos de inspiração suave de um confinamento benigno nesse deleite, no dizer do autor, possibilita, ao espectador de cinema, um afastamento desse mundo real, já que “o reino da tela não é deste mundo [...], o cinema brinca com as distâncias, a duração e o princípio de identidade” (BOUGNOX, 1994, p.138).

## REFERÊNCIAS

A CAMAREIRA do Titanic (*La femme de chambre du Titanic*). Direção de Bigas Luna. Itália/França/Espanha: 1997. 1 videocassete (99 min), VHS, son., color.

AUTOR. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Teresa; MORAES, Nilson (Orgs.). **Memória e construções de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59-66.

AUTOR. **Narrativas informacionais: cinema e informação como invenções modernas**. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

AUTOR; AUTOR. Knowledge in social memory: empirical experiment for a domain conceptual-discursive mapping. In: BABIK, Wieslaw. (Org.). **Knowledge Organization in the 21st Century: Between, historical patterns and future prospects**. 1ed. Würzburg: Ergon-Verlag, 2014, v. 14, p. 65-73.

BELKIN, Nicholas J.; ROBERTSON, Stephen E. Information Science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information**, v. 27, n. 4, p. 197-204, July/Aug., 1976.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, Volume 1). p.114-119.

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, Volume 1). p.197-221.
- BERGALA, Alain. O filme e seu espectador. In: AUMONT, Jacques et al (Org.). **A estética do filme**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2002. p. 223-285.
- BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da informação e comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DELEUZE, Gilles. **A imagem –tempo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Cinema II)
- ERLL, Astrid. Literature, film and mediataly of cultural memory. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Eds.). **A companion to cultural memory studies**. Berlim: Nova York: Walter de Gruyter, 2010. p. 289-398.
- LA FEMME de chambre du Titanic. Disponível em: <http://www.unifrance.org/film/15248/la-femme-de-chambre-du-titanic>. Acesso em: 19 jul. 2014.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Memória-História**. Enciclopédia Einaudi, v. 1. Ed. Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.
- LEBRUN, Gérard. O conceito de paixão. In: NOVAES, Adauto (org.). **Os sentidos da paixão**. 1. ed. São Paulo. Companhia de Bolso, 2009. p. 12-31.
- MARÍAS, Javier. **O homem sentimental**. São Paulo: Companhia da letras, 2004.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Memória-História**. Enciclopédia Einaudi, v. 1. Ed. Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. v. 1, p. 51-86.
- RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Tomo I).
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Tomo III).
- RMS *Titanic*. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/RMS\\_Titanic](http://pt.wikipedia.org/wiki/RMS_Titanic). Acesso em: 19 jul. 2104.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. Ninguém resiste a uma estória de amor. **O GLOBO**, Segundo Caderno, 17 de janeiro de 2001. p. 12.
- SEGRE, C. Narração/Narratividade. In: GIL, Fernando. (coord.) **Literatura-Texto**. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1989. p.57-69. (Enciclopédia Einaudi, v. 17).
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. Revisão da tradução. Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

## MEMÓRIA INSTITUCIONAL E RECURSOS DIGITAIS

### *INSTITUTIONAL MEMORY AND DIGITAL RESOURCES*

Simone de Assis Alves da Silva  
Gabriel Felipe Candido Novy  
Ana Maria Pereira Cardoso

**Resumo:** Preservar a informação em uma empresa é um dos atos de sustentação e manutenção de sua existência e como consequência, de sua memória institucional. O objetivo deste artigo é descrever como a Fundação de Educação Artística de Belo Horizonte se preparou para preservar as informações de seu acervo com o suporte de recursos digitais. Para isso foi utilizada uma metodologia desenvolvida em etapas, desde o diagnóstico das técnicas e procedimentos operacionais da instituição até a proposta de implantação do software, o que possibilitou a entrega de um produto de acordo com as especificações e necessidades da instituição. O software em uso trouxe como resultado maior eficácia na manutenção dos registros, bem como melhor tempo de resposta para buscas e pesquisas ao acervo cultural e artístico da instituição.

**Palavras-chave:** Sistema de Informação, Memória Institucional, Informação.

**Abstract:** To preserve information in a company is one of the actions of support and maintenance of its existence and, as a consequence, of its institutional memory. The goal of this article is to describe how the Fundação de Educação Artística de Belo Horizonte (the Belo Horizonte Artistical Education Foundation) has prepared itself to preserve the information in its collection with the support of digital resources. For that end a methodology developed by stages was used, from the diagnosis of the techniques and operational procedures of the institution to the software implementation proposal, which has allowed for the delivery of a product in accordance with the needs and specifications of the institution. The software in use has brought as a result improved efficacy in record keeping, as well as a better response time for searches and research on the institution's cultural and artistic collection.

**Keywords:** Information System, Institutional Memory, Information.

## 1 INTRODUÇÃO

Em toda empresa, independentemente do ramo em que atua, a informação se apresenta como um insumo básico para alimentar processos organizacionais e por isso ela faz parte do contexto e da trajetória institucional. Todos os elementos relacionados à informação no âmbito organizacional fazem parte da memória da instituição e podem então preservar sua história.

Ter um programa de preservação da informação institucional é tão importante quanto disponibilizar seu acesso, uma vez que possibilita conhecer tanto a história de sua trajetória de atuação como da relação com o contexto em que está inserida.

A Fundação de Educação Artística - FEA- é uma entidade sem fins lucrativos, localizada em Belo Horizonte. Foi criada por um grupo de artistas e intelectuais mineiros em

maio de 1963 com o objetivo de contribuir para a democratização, o aprimoramento e a atualização do ensino das artes e, em particular, da música. Ao longo de tantos anos a FEA foi responsável pela formação de inúmeros intérpretes e compositores de música clássica e popular que alcançaram renome nacional e internacional, além de ter promovido importantes eventos culturais e artísticos, obtendo o reconhecimento social como marco na trajetória musical da cidade.

As atividades promovidas geraram um considerável acúmulo de documentos produzidos com diferentes finalidades, a exemplo de projetos e correspondências, assim como material de divulgação em vários formatos, tais como boletins, programas, cartazes, panfletos, além de registros fotográficos e fonográficos dos eventos. Outros tipos de documentos tiveram origem nas atividades de formação musical, como material de aulas, fichas de inscrição e de matrícula, listas de presença, diários de classe, dentre outros. Todo o conjunto documental foi sendo armazenado segundo uma organização intuitiva conforme o entendimento das diferentes pessoas que se encarregaram do arquivamento, observando ora a cronologia, ora a finalidade do documento ou sua relevância para a instituição, sem qualquer plano de preservação e desenvolvimento arquivístico.

Por ocasião do cinquentenário da Fundação, diante do volume alcançado pelo acervo documental e dadas as crescentes dificuldades de recuperar as informações ali constantes, o que, em muitos casos, dependia da memória dos mais antigos integrantes da instituição, decidiu-se pela organização profissional segundo os princípios da Arquivística e foi elaborado um projeto de intervenção, com duração de 18 meses, executado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

A implementação do projeto teve início com a realização de um inventário para conhecimento dos materiais armazenados, a separação de duplicatas e o descarte de documentos sem relevância. Em seguida foi feita a identificação dos tipos de documentos a serem preservados, sua temporalidade e desenvolvido o plano para a organização intelectual, estabelecendo-se a classificação que deveria guiar a organização física do arquivo.

Entretanto, tendo em vista a necessidade da preservação da história da trajetória da FEA e pela demanda da incorporação de recursos tecnológicos como suporte a essa preservação, principalmente com relação à disponibilidade das informações para pesquisas, foi desenvolvido e implantado um software como um sistema de informação para gestão documental, visando tanto o registro e a recuperação digital dos documentos que dão testemunho dos trabalhos realizados pela Fundação em seus anos de existência, quanto a

continuidade dos registros e desdobramentos, como a eventual disponibilização do acervo para consulta via internet.

O sistema digital foi modelado e desenvolvido contemplando as especificidades identificadas nas atividades da FEA e seus reflexos nos registros documentais, tendo sido nomeado de “Documentação de Registros da Memória Institucional da FEA” de forma a permitir o acrônimo “DoReMi” de fácil memorização e familiaridade no contexto de uso.

O objetivo deste artigo é apresentar os princípios que orientaram o desenvolvimento e implantação do software para o atendimento às necessidades da Fundação, com foco em ações voltadas para o registro, a disponibilização e a preservação da memória institucional.

As seções do artigo na sequência tratam das bases teóricas, da metodologia de desenvolvimento do software, do sistema de documentação para registro da memória institucional e por fim são descritas as conclusões e os trabalhos futuros que foram consequência do projeto desenvolvido na Fundação.

## **2 BASES CONCEITUAIS**

A realização do trabalho descrito neste artigo apoiou-se em conceitos teóricos que guiaram as decisões tomadas para o tratamento da documentação que constituía o arquivo de atividades da FEA. Nas seções seguintes são apresentadas as linhas gerais adotadas.

### **2.1 Memória institucional e informação**

O termo Memória Institucional segundo Nassar apud Rueda et al. (2011) remete à ideia de legitimidade, criação e identidade ampliando o conceito que as empresas têm atualmente de que identidade e reputação constituem a memória. A memória institucional referenda as características adquiridas ao longo da consolidação da empresa, estabelece os parâmetros de vinculação e relacionamento entre seus colaboradores e torna patente para a sociedade quais papéis e expectativas podem lhe ser conferidos.

Esse conceito reforça a importância de um dos elementos que compõem a matéria-prima básica de constituição da identidade e da reputação de uma empresa- a informação. Diversos autores buscaram atribuir um significado preciso ao termo informação, que continua controvertido dada a abrangência de seu emprego em muitas áreas de conhecimento.

Para fins deste artigo foi adotada uma concepção que se aplica de forma abrangente ao conjunto do acervo trabalhado na FEA:

a documentação no seu sentido mais amplo possível, incluindo o registro e transmissão do conhecimento, o armazenamento, processamento, análise, organização e recuperação da informação registrada, e os processos e técnicas relacionados (ROBREDO apud MARQUES, 2007, p.25).



A experiência de uma organização, em sua diversidade, acumula e produz um grande número de registros que sinalizam os caminhos percorridos por ela, possibilitando a construção de seu conhecimento e de sua identidade. Caminhos estes que têm seu registro nas inúmeras formas de documentação selecionadas e guardadas seja por obrigação legal (notas de alunos, contabilidade de projetos, dentre outros) e razão administrativa (contratos de professores e prestação de serviços) ou mesmo por decisões de cunho pessoal (uma carta confirmando a doação de um piano, por exemplo) ou para testemunhar as atividades executadas (cartazes e programas de recitais promovidos, etc).

No momento em que essa experiência, totalmente permeada por dados, é compreendida de maneira lógica temos a informação. De acordo com Tessitore apud Marques (2007) “esses registros, [...] em toda sua complexidade constituem o que chamamos de documento definido tecnicamente como o conjunto da informação e seu suporte”. De maneira semelhante, Faria (2002) define documento como sendo “o resultado da junção da informação e seu suporte” ou, visto segundo uma outra perspectiva por Hjørland (2002) “o documento materializa a informação na medida em que permite que ela seja acessada, apropriada e transmitida independentemente do tempo e do espaço de origem”.

No contexto da FEA observamos a necessidade de aprimoramento do acesso aos documentos para permitir o acesso à informação, uma vez que essa existe como forma viva de retratar a trajetória experimentada pela instituição. Recuperar a informação através da estrutura que havia sido montada de modo intuitivo e totalmente manual se tornou algo ineficiente necessitando do suporte de recursos digitais para melhorar o tempo de resposta com relação ao registro e à busca da informação.

## **2. 2 Modelagem de software**

A modelagem do processo de software é uma atividade presente na produção e desenvolvimento de programas de computador, cuja finalidade é representar de maneira simplificada as etapas envolvidas nessa tarefa que são compreendidas, segundo Sommerville, (2011) por:

1<sup>a</sup>) Especificação do software: etapa inicial que permite delinear as funcionalidades do sistema, bem como conhecer os requisitos necessários para seu desenvolvimento;

2<sup>a</sup>) Projeto e Implementação do software: após definida a especificação do sistema, esta etapa tem a finalidade de elaborar o projeto de desenvolvimento contendo o cronograma, definição de recursos necessários e o desenvolvimento propriamente dito do software;

3ª) Validação do software: etapa que caracteriza a fase inicial de testes dos recursos implementados;

4ª) Evolução do software: é a fase de manutenção do sistema que visa atender às mudanças necessárias primando pela continuidade de uso do software.

Assim, quando modelamos um software, segundo Castilho (2008) “identificamos o que esse futuro sistema deverá fazer. Estamos tratando as questões funcionais e seus fluxos de dados”.

Para elaborar uma modelagem existem algumas tipologias que devem ser analisadas de acordo com cada situação apresentada. Segundo Sommerville (2011) as mais usadas tradicionalmente são:

Modelo Cascata que representa as atividades do processo de software por meio de fases distintas, ou seja, nesse modelo as atividades do processo de desenvolvimento são estruturadas em uma cascata onde a saída de uma etapa é a entrada para a próxima;

Modelo de Desenvolvimento Incremental que intercala as atividades da modelagem possibilitando a produção do sistema através de versões ou incrementos que são realizados na medida em que os testes são feitos pelos usuários do sistema;

Modelo de Reuso que se concentra nos componentes que já existem no ambiente atual e que podem ser reutilizados para novas implementações.

Para o contexto da Fundação foi escolhido pela equipe de implantação o Modelo de Desenvolvimento Incremental, tendo em vista que a FEA não possuía nenhum software de armazenamento e recuperação de dados e pelo fato de que o número de pessoas envolvidas no processo é pequeno, favorecendo assim os testes do sistema e contribuindo para a geração das versões produzidas neste tipo de modelagem de software. Na opinião de Magalhães *et al.* (2012) uma das grandes vantagens do Desenvolvimento Incremental é que ele favorece um melhor gerenciamento de riscos, porque você pode confirmar o resultado com o cliente depois de cada versão do sistema e sempre verificar se estão fazendo o que está de acordo com o plano ou, em caso contrário, corrigir os problemas na próxima versão do *software*.

### **3 METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SOFTWARE DOREMI**

O trabalho de organização, tratamento documental e implantação do sistema digital para o arquivo da Fundação de Educação Artística foi realizado por equipe de cinco bolsistas, sendo três com formação na área de Ciência da Informação (responsáveis pela organização física e intelectual do acervo) e dois na de Ciência da Computação (tendo a responsabilidade de desenvolvimento do sistema digital), sob a coordenação de dois professores vinculados à

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. As tarefas foram distribuídas segundo as competências e atribuições dos participantes, e a integração de conhecimentos realizadas por sessões conjuntas periódicas para apresentação de ideias, discussão e decisão, de acordo com as demandas de cada etapa do trabalho.

Para o alcance do objetivo de desenvolvimento e implantação do DoReMi foi elaborada uma metodologia que se dividiu em três fases: a primeira se destinou à verificação *in loco* de como ocorre o processo de registro e arquivamento dos documentos produzidos pela FEA. Foram momentos de observação do trabalho de organização física dos documentos e seu armazenamento em caixas-*box* efetuado pelos membros da equipe de organização, com explicações aos desenvolvedores sobre o processo e suas rotinas.

A segunda fase teve a finalidade de delimitar o escopo do sistema a ser desenvolvido a partir da análise anterior. Nesta etapa foi feita a modelagem e definidas as soluções técnicas adequadas aos objetivos.

Finalmente, na última fase foi elaborada pela equipe de desenvolvimento a proposta de implantação do software para atendimento das demandas e necessidades da Fundação, após o que seguiram-se os testes de funcionamento, para correções e aprimoramentos, e completa adequação ao contexto de uso e perfil dos usuários.

## **4 O SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO PARA REGISTRO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

### **4.1 Organização intelectual do acervo documental**

O trabalho de inventário da documentação, realizado pela equipe de organização física, trouxe os subsídios para a organização intelectual em um sistema de classificação em grandes grupos segundo a finalidade da produção dos documentos, contemplando em grandes áreas as atividades da FEA. São eles:

Evento: registros de eventos promovidos como programas, cartazes, relatórios, clippings para imprensa, ficha de inscrição dentre outros;

Ensino: documentos referentes às atividades formativas, como diários de classe, certificados, formulários para inscrição de alunos, etc;

Administrativo: grande volume de papéis correspondendo aos atos e rotinas de gestão da FEA, como livros fiscais, folhas de pagamento, atas, estatutos, registro de empregados entre outros;

Projeto: documentos relacionados à submissão e prestação de contas de projetos para captação de recursos, por exemplo notas fiscais, recibos, contratos, correspondências.

Estas categorias de agrupamento direcionaram o desenho do sistema informatizado que pretendeu refletir em meio digital as soluções da organização física, a qual direcionou o acondicionamento dos documentos em envelopes plásticos dentro de caixas box.

#### **4.2 Escolha do método de implantação**

Após realizadas várias reuniões das equipes de trabalho foi feita a escolha da melhor solução de implantação do sistema na FEA. Neste momento a equipe responsável pelo desenvolvimento do sistema analisou alguns aspectos para essa decisão, tais como: o tamanho da empresa, o volume de dados a ser armazenado e a manutenção do sistema.

De modo geral existem duas possibilidades de implantação de um software que segundo Sommerville (2011) podem ser chamados “Produtos de software”. Pelo autor, o primeiro é conhecido como “Produtos Genéricos” que são os famosos pacotes ou sistemas prontos, produzidos por uma organização de desenvolvimento e vendidos no mercado para qualquer cliente que esteja interessado em comprá-los. O segundo refere-se aos “Produtos sob encomenda” que são sistemas encomendados por um cliente em particular e por isso seu desenvolvimento é específico para a empresa que contratou o serviço.

Tendo em vista a análise das informações da empresa bem como das necessidades com relação ao registro, armazenamento e recuperação de documentos, a equipe de implantação decidiu pelo desenvolvimento de um software específico para a Fundação, ou seja, “Produto sob encomenda”, uma vez que assim haveria a possibilidade de modelar e delinear uma solução que atenderia exatamente às especificidade da empresa. Após essa decisão o próximo passo foi elaborar a modelagem do sistema a ser desenvolvido.

#### **4.3 O DoReMi: Documentação de registros da memória institucional da FEA**

O sistema DoReMi foi concebido mediante as quatro etapas para modelagem de software sugeridas por Sommerville (2011) descritas anteriormente. Todo o processo, da concepção à versão final ocupou cerca de oito meses de trabalho.

Na etapa de especificação o sistema foi delineado sob dois aspectos distintos. O primeiro deles para registrar e armazenar os documentos da Fundação, atendendo as categorias de classificação, antes mencionadas, de Eventos, Ensino, Administrativos e Projetos e o segundo, com vistas a criar funcionalidades que permitissem efetuar buscas/pesquisas para usuários internos e externos ao sistema. Sendo assim, foi definido que o sistema deveria ser executado em uma plataforma via web onde em um primeiro momento a base de dados seria disponibilizada para consultas apenas dentro da Fundação, mas estaria

assim preparado para posteriormente ser aberto para consultas fora do ambiente da empresa, ou seja, no ambiente virtual- Internet.

Na etapa Projeto e Implementação a equipe de desenvolvimento optou por utilizar o MVC- Model View Controller- que é o padrão de arquitetura de desenvolvimento de software da Microsoft específico para integrar os recursos da plataforma ASP.NET, da mesma empresa, cuja finalidade é permitir, através de uma linguagem de programação criar páginas dinâmicas para web. As linguagens adotadas foram o C Sharp<sup>102</sup> e o html<sup>103</sup>.

Ainda nesta etapa foi definido o tipo de SGBD - sistema de gerenciamento do banco de dados- que armazenará os registros do sistema. Dentre várias opções disponíveis no mercado optou-se pelo MySQL por ser altamente otimizado para aplicações via web, e com a vantagem adicional de ser um software livre (sob licença GPL).<sup>104</sup>

A Validação do software foi feita inicialmente com a primeira versão do sistema – versão 1.1- onde os primeiros recursos foram implementados e testados pelos usuários. À medida que novas funcionalidades foram sendo necessárias voltava-se à primeira etapa – Especificação - e dava-se sequência na atualização do projeto e na implementação dos novos recursos, colocando-os novamente na Validação por meio de testes. Essa foi a dinâmica do modelo de desenvolvimento incremental que trouxe feedback imediato dos recursos implementados para a manutenção e, conseqüentemente, para a etapa de Evolução do software que foi entregue na atual versão 2.0 conforme mostram as figuras 1 e 2 referentes à tela inicial do sistema para usuários colaboradores da FEA e ao módulo de pesquisa para usuários externos, respectivamente.

---

<sup>102</sup> Linguagem de programação da Microsoft.

<sup>103</sup> HTML - HyperText Markup Language- Linguagem de marcação de hipertexto. É uma linguagem específica para produção de páginas na web que acessadas via navegador.

<sup>104</sup> GPL- General Public License- Licença Pública Geral. É o termo da licença de uso para softwares livres que possui como uma das principais liberdades o acesso ao programa para estudo e modificações desde que seu código fonte continue acessível e disponível.

FIGURA 1- Menu inicial do sistema- usuário colaborador FEA



Fonte: Sistema DoReMi- FEA

Ao fazer a inserção do registro de qualquer documento, o usuário tem a possibilidade de consultar pela barra de menu com todos os tipos de dados que poderão ser incorporados - Evento, Projeto, Ensino, Administrativo - ou por botões em que pode dar entrada diretamente na categoria pretendida. Como pode ser observado, além das categorias funcionais, existe a opção “CAIXA” que permite acesso diretamente ao local físico de armazenamento.

FIGURA 2- Tela de Pesquisa- usuário externo

Fonte: Sistema DoReMi- FEA

Como pode ser visto na figura 2, o usuário externo do DoReMi pode buscar qualquer documento segundo a categoria de grupo funcional, por título do documento através do campo “Nome” caso esteja em busca de algum item específico, ou obter o relatório do conteúdo completo de alguma determinada caixa mediante o campo “Caixa”.

#### 4.4 Resultados Obtidos

A tarefa de organização intelectual dos documentos da FEA conforme descrito anteriormente, trouxe subsídios para a especificação e o desenvolvimento do DoReMi, uma vez que um dos objetivos desta implantação foi preservar a memória institucional. Contudo, a

disponibilidade de informações para consultas ou pesquisas também fez parte do escopo desta implantação, pois a forma como era feita no sistema anterior à implantação do software se apresentava demorada e inadequada.

Assim, diante da necessidade da resposta a uma busca por um determinado documento, o colaborador da FEA tinha que ir ao local do arquivamento dos papéis e após vasculhar várias caixas intuitivamente identificadas, tentar localizar o documento pretendido. Segundo a equipe de organização física dos documentos, isso em média gerava um tempo de resposta que poderia chegar até uma hora de busca, sendo que poderia ainda ocorrer de não localizarem o documento devido à precariedade entre a identificação da caixa e seu conteúdo interno. Ainda de acordo com os relatos da mesma equipe a falta de registro adequado gerava várias dúvidas, como por exemplo, a falta de conhecimento se realmente o documento existia, se ele havia sido eliminado ou ainda se estava emprestado, e neste caso, a dúvida era com relação à pessoa que efetuou tal empréstimo.

Atualmente com o sistema DoReMi o tempo de resposta pela busca do documento pretendido se tornou mais eficaz, pois o usuário primeiramente faz uma pesquisa no sistema para verificar em qual caixa se encontra o documento solicitado, conforme mostra figura 3, e após obter essa informação ele dará início à busca na caixa que já se encontra identificada e com as informações organizadas em seu interior. “A organização da informação é um processo complexo e requer tomada de decisões que impactam na localização e uso efetivo dos conteúdos.” (MONTEIRO, 2010, p.137) .

FIGURA 3 - Tela de pesquisa de documento- Evento

**Do Re Mi**  
v2.0

[Início](#) [Evento](#) [Projeto](#) [Ensino](#) [Administrativo](#) [Caixa](#) [Sair](#)

**Ensino**

[Listar](#)

[Novo Ensino](#)

Nome:

Nome	Ano	Caixa
<a href="#">Lista de frequência</a>	1969	20.15.1

[Editar](#) | [Detalhes](#) | [Excluir](#)

Fonte: Sistema DoReMi-FEA

O sistema foi entregue em sua versão 2.0, o treinamento aos usuários foi feito de modo a dar o maior número de informações possíveis para o correto manuseio do sistema que também contou com o manual do usuário contendo o passo-a-passo referente à sua utilização e manutenção.

## 5 CONCLUSÕES

O software desenvolvido para o atendimento das necessidades da FEA evidenciou um passo importante da instituição rumo à manutenção e preservação de sua trajetória artística e cultural. O trabalho tanto de organização das informações quanto de desenvolvimento do software foram exaustivos e iterativos contemplando etapas de discussões, observações e ajustes quando necessário. Os resultados alcançados trouxeram o equilíbrio necessário para se verificar o quão assertiva foi a decisão tomada pelos dirigentes da instituição.

Cabe no entanto, salientar que será necessária a constante alimentação do sistema por pessoas treinadas para que sua eficácia total possa ser vista ao longo de seu manuseio. Portanto, manter a organização dos documentos e registros que farão parte da continuidade da vida da instituição é de suma importância para o retorno do investimento.

É possível verificar que tanto a organização física dos documentos quanto o adequado registro das informações no software desenvolvido para a FEA contribuíram de forma significativa para o alcance dos objetivos institucionais.

O tratamento e a organização do arquivo de documentos textuais da FEA criou oportunidades de pesquisa histórica sobre o desenvolvimento da cultura musical na cidade de Belo Horizonte e o papel aí desempenhado pela FEA.

### 5.1 Trabalhos Futuros

Como trabalho futuro sugerimos a execução de um outro projeto que venha consolidar o sistema DoReMi para a *web* fornecendo os recursos de pesquisa e consulta ao acervo da FEA no ambiente virtual. Disponibilizar os documentos na internet trará oportunidades de pesquisa fora do espaço físico da Fundação para interessados na cultura musical da cidade, além de trazer maior visibilidade pública para uma instituição importante mas ainda pouco conhecida fora dos círculos musicais, facilitando parcerias e empreendimentos conjuntos.

Vale ressaltar que como apenas os documentos textuais foram tratados e inseridos no banco de dados do sistema DoReMi, outros tipos de documentos que constam do acervo da Fundação, tais como registros iconográficos ou o rico conjunto de gravações fonográficas de recitais e festivais, constituem fontes de interesse para novos projetos.



## REFERÊNCIAS

- CASTILHO, Marcelo. **Modelagem de Software**, 2008. Disponível em: <<http://www.dimensaotech.com/2008/08/modelagem-de-software>>. Acesso em: 20 jul. 2014.
- FARIA, Wadson S. O teorema da avaliação. In. Cenário Arquivístico.. Brasília: **ABARQ**, vol. 1, n.1, p. 22-27, 2002.
- HJØRLAND, B. Domain Analysis in information Science: eleven approaches traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*, v.58, n.4, p. 422-462, 2002
- MAGALHÃES, Eder, *et al.* **Os modelos de desenvolvimento de software**. Disponível em:<<http://protocoloti.blogspot.com.br/2012/03/os-modelos-de-desenvolvimento-de.html>>. Acesso em: 25 jul. 2014.
- MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação Histórica**: Recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro. 2007. Dissertação- Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- MONTEIRO, Fernanda de Souza. **Organização da informação**: Proposta de elementos de arquitetura da informação para repositórios digitais institucionais baseados na descrição física e temática. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf>> Acesso em: 27 jul. 2014.
- RUEDA, Valéria Matias da Silva, *et al.* **Memória Institucional**: uma revisão de literatura. CRM8 Digital, v.4, n.1, p. 78-89, 2011.
- SOMMERVILLE. Ian. **Engenharia de Software**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- VLISSIDES, Jhon. **Padrões de projeto**: soluções reutilizáveis de software orientado a objetos. Porto Alegre: Bookman, 2002.

## REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DA TEORIA ATOR-REDE

### *THOUGHTS ABOUT THE CONSTRUCTION OF SOCIAL MEMORY IN VIEW OF ACTOR- NETWORK THEORY*

José Mauro Matheus Loureiro  
Débora Adriano Sampaio

**Resumo:** O presente trabalho objetiva discutir a construção e o conceito da memória social na perspectiva antropológica da *Actor Network-Theory* (Teoria Ator-Rede), que tem como precursores antropólogos, sociólogos e engenheiros franceses e ingleses - Bruno Latour, Michel Callon e John Law. Inicialmente, destaca a memória como objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, elencando conceitos diversos das ciências humanas e sociais, abordando, assim, determinados pontos de vista. Partindo dos pressupostos gerais sobre a noção de memória, analisa a Teoria Ator-Rede que apresenta a ideia de 'rede' remetendo a relações, fluxos e mediações. A partir desta Teoria compreendemos que uma rede de atores não se reduz a um único ator, mas é formada de elementos heterogêneos conectados - humanos ou não-humanos, ou seja, atores e actantes que interagem entre si e se afetam mutuamente, gerando conexões capazes de produzir mudança, sem que um determine o outro, mesmo com o poder de atuar um sobre o outro. Neste ínterim, a memória pode ser estudada no devir como o produto dessas relações de interação social, considerando a multiplicidade de fatores envolvidos, produzindo sentidos e significados, em um cenário dinâmico e dialógico. Conclui-se que estudar a noção de memória social e sua construção considerando os pressupostos da Teoria Ator-Rede pode ser percebido como um desafio para as ciências humanas e sociais. Essa reflexão nos possibilita ampliarmos as nossas leituras em torno da noção de memória, de forma a desafiar as discussões atuais existentes a buscar outros sentidos e significados que podem ser verificados, na perspectiva dessa Teoria. Ampliar e problematizar as reflexões sobre memória social é algo urgente e pertinente para os dias atuais, na tentativa de contrariar as ações e propostas oficiais e positivistas através das quais a memória social é, por vezes, abordada.

**Palavras-Chave:** Memória Social. Teoria Ator-Rede. Relações sociais.

**Abstract:** This article focuses on the concept and the construction of social memory in anthropological perspective of Actor-Network Theory, whose precursors anthropologists, sociologists, and French and British engineers - Bruno Latour, Michel Callon and John Law. Initially, highlights memory as object of study for different areas of knowledge, listing various concepts of human and social sciences, thus addressing certain points of view. Starting from the general assumptions on the notion of memory, which analyzes the Actor-Network Theory presents the idea of 'network' referring to relationships, flows and mediation. From this theory we understand that a network of actors can not be reduced to a single actor, but is formed of connected heterogeneous elements - human or non-human, ie, actors and actants that interact and affect each other, creating connections that to produce change without determining the other one, even with the power to act on one another. Meanwhile, the memory can be studied in the transformation of these relations as the product of social interaction, considering the multitude of factors involved, producing meanings and senses in a dynamic and dialogical setting. We conclude that studying the notion of social memory and its construction considering the assumptions of Actor-Network Theory may be perceived as a challenge to the humanities and social sciences. This reflection enables us to broaden our reading around the notion of memory, in order to challenge current existing discussions to

seek other senses and meanings that can be verified in view of this theory. Larger and discuss reflections on social memory is urgent and relevant to the present day, in an attempt to counter the official actions and positivists and through which proposals social memory is sometimes addressed.

**Keywords:** Social Memory. Actor-Network Theory. Social relations.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traça reflexões acerca das construções da memória social a partir das perspectivas da Teoria Ator-Rede (ANT). Essa teoria compreende a ideia de “rede” como composta por relações, fluxos, mediações e elementos heterogêneos conectados - sejam eles humanos ou não-humanos, ou seja, atores e actantes<sup>105</sup>.

O conceito de rede é dinâmico, no contexto da ANT.

Não é o que conecta, mas o que é gerado pelas associações. Não é algo pronto, por onde coisas passam, mas o que é produzido pela associação ou composição de atores humanos e não humanos. Rede não é estrutura, mas o que é tecido em dada associação. Quando falamos de rede, estamos falando de mobilidade. Ao olharmos o mundo, vemos redes se fazendo e se desfazendo a todo momento. O conceito de rede visa apreender algo pulsante, o que se forma e se deforma aqui e acolá pela dinâmica das relações (LEMOS, 2013, p. 53).

As análises iniciais sobre as “interações” no interior dos coletivos humanos e não-humanos permitiram a Latour (1999) constatar que estas trazem consigo conexões capazes de produzir mudanças em que os distintos elementos nelas presentes se articulam e afetam mutuamente. Desse modo, sistemas, objetos, organizações, relações de poder e vida social confundem-se nesse cenário de relações de interação sem que um determine o outro, embora tendo o poder de atuar um sobre o outro, produzindo dessa forma significados que podem, no devir, serem analisados como memória.

Trata-se, portanto, de um exercício que busca integrar novas abordagens contemporâneas aos estudos da memória social desenvolvidos no interior da ciência da informação. Nesse sentido, procuramos acompanhar a emergência de novos horizontes de pesquisa buscando delinear sua pertinência nos estudos e análises relacionados às dinâmicas, fluxos e artefatos informacionais. Consideramos, ainda, as implicações e desafios trazidos por tais noções para os horizontes analíticos e metodológicos dos temas e abordagens desenvolvidas no interior da Ciência da Informação.

---

<sup>105</sup> Uma vez que, em inglês, a palavra "actor" (ator) se limita a humanos, Latour (2001) utiliza "actant" (actante), termo tomado à semiótica, para incluir não-humanos na definição.

## 2 COMPREENDENDO A TEORIA ATOR-REDE

A Teoria Ator-Rede (Actor Network-Theory - ANT), também conhecida como “Sociologia da Translação” (LATOUR, 2005), desenvolveu-se em meados da década 1980 com os trabalhos de Bruno Latour, Michel Callon e John Law no interior da Sociologia da Ciência e da Tecnologia. Uma de suas premissas essenciais sublinha que as relações sociais constituem-se de humanos e não-humanos (MEYER; MATTEDI, 2006). Sujeitos e objetos exercem influências significativas uns sobre os outros no curso das ações sofrendo alterações em determinado tempo e espaço, perpetuando, desta forma, a troca de influências.

A noção de rede aparece em destaque na obra de Bruno Latour, pois para ele as relações só existem à medida que se tecem nas redes, logo, nada possui uma essência, um núcleo imutável. Segundo Graham Harman (2009), a ANT afirma que um ator é constituído apenas a partir de suas relações.

Nesta perspectiva, a ANT distingue-se por deslocar o foco das construções e relações sociais unicamente do elemento “humano” e propor o social enquanto fruto da interação dos sujeitos com as demais materialidades que constituem a realidade. Ou seja, enfoca com igual atenção os elementos não-humanos, numa perspectiva heterogênea que constitui uma ‘rede’. Analisar esses elementos a partir da ANT é um modo de tentar compreender por quais meios um fenômeno difuso e complexo, constituído de humanos e não-humanos, torna-se uma rede (BLOOMFIELD; VURDUBAKIS, 1999).

A noção de heterogeneidade, um dos conceitos fundamentais da ANT, aponta para “uma forma de sugerir que a sociedade, as organizações, os agentes e as máquinas são todos efeitos gerados em redes não somente de humanos, mas, também de não-humanos (LAW, 1992). As entidades são percebidas enquanto resultado da junção de diversos elementos heterogêneos (CALLON, 1986; LAW, 1992) adquirindo atributos como consequências dos relacionamentos com outras entidades (LAW, 1994). A rede que é daí formada permite remover todo e qualquer centro (detentor de verdades das coisas), não conferindo privilégios a um componente da rede em relação a outro, havendo, assim, incontáveis mediadores (ARAÚJO; CARDOSO, 2007).

Neste sentido, atores e actantes que fazem parte da rede e, a própria rede, não podem ser assimilados separadamente. Todos os atributos geralmente atribuídos aos seres humanos, como pensar, sentir, agir, entre outros, são desenvolvidos em redes constituídas de materiais heterogêneos para além do corpo físico (LAW, 1992). Do ponto de vista da ANT, os elementos componentes são gerados em múltiplas interações e não dados na ordem das coisas.

Essa rede, porém, não é constituída “apenas” de discursos, imagens representadas e/ou linguagem. Ela só pode ser desdobrada através dos objetos que ainda não encontraram seu lugar estabilizando-se, ou que simplesmente não possuem lugar nessa divisão tradicional, os híbridos. Essa tarefa parece, num primeiro momento, de difícil compreensão, pois “nossa vida intelectual é decididamente mal construída” (GONZALES; BAUM, 2013, p. 146).

Assim, a ANT configura-se um conjunto sincronizado de alianças e fluxos que não podem ser considerados componentes isolados. Pelo contrário, ela é composta pela associação de elementos humanos e não-humanos, que estabelecem conexões entre si, podendo transformar, reconfigurar e resignificar o ambiente e a realidade que os cercam. Seu foco é, portanto, a criação e manutenção de redes co-extensivas de humanos e não humanos que, no caso das ciências sociais, são identificados por seres humanos racionais, irracionais, objetos animados e inanimados. Privilegiando o princípio da simetria<sup>106</sup> generalizada entre elementos que exercem influência mútua tem como consequência uma ontologia de muitas entradas e conexões estabelecendo uma multiplicidade de relações complexas. Desta forma, sua importância em ser utilizada tanto em estudos das ciências sociais, quanto em estudos epistemológicos (LATOURE, 1996).

Neste ínterim, Mol (2007, p. 16), corrobora: “o que a multiplicidade implica é que embora as realidades possam ocasionalmente colidir umas com as outras, noutras alturas as várias performances de um objeto podem colaborar e mesmo depender umas das outras.”

Nos quadros da ANT cada sujeito que compõe a rede, constitui-se um ator que é, ao mesmo tempo, uma rede, pois é composto a partir das conexões e estabelece outras múltiplas conexões, além daquelas que já estão em foco. Os acontecimentos e coisas não são lineares, o mundo não é linear e sim fragmentado. Dessa maneira, não se deve apreender a humanidade de modo fragmentado, mas, perceber a unidade da raça humana, formada não pelas semelhanças e sim pela diversidade e diferenças. Essa teoria, portanto, trata de todas as coisas no âmbito do social e do mundo natural como um efeito contínuo gerado por meio das teias de relações dentro da qual elas estão localizadas e caracterizadas pela pluralidade.

---

<sup>106</sup> A noção de simetria foi também apresentada por Latour e Woolgar (1997) como sendo a base moral de um estudo etnográfico feito em um laboratório, o qual eles afirmaram ser duas vezes simétrico: aplica-se ao verdadeiro e ao falso, esforça-se por reelaborar a construção da natureza e sociedade (LATOURE e WOOLGAR, 1997, p.24)

Podemos inferir, dessa forma, que a rede é pluriorgânica, múltipla e assimétrica. Tomada por esse viés, a ideia de rede é essencialmente rizomática<sup>107</sup>. A caoticidade é o que a caracteriza e se estabelece no mundo, de forma a transgredir a ordenação da sociedade, considerando a multiplicidade das coisas no tempo e no espaço. Pois, o social não é ordenável, mas dinâmico, questionável e incerto.

O conceito de multiplicidade foi analisado por Jonh Law (1999; 2002) a partir da noção de ‘fractal’. Segundo o autor, um fractal é um objeto que ocupa “mais de uma, porém, menos do que muitas dimensões” significando o real. De acordo com Law e Urri (2004):

[...] se o real é produzido em cuidadosamente formas não-arbitrárias, em um conjunto denso e prolongado de relações, que é produzido com um esforço considerável, e é muito mais fácil de produzir algumas realidades do que outras. Em suma, estamos dizendo que o mundo, em ciências sociais, é real e produzido (LAW E URRI, 2004, p. 395-396).

Neste contexto, a ANT intenta interferir nas diferentes realidades do mundo para fazer a diferença, moldar novas realidades, buscar ferramentas para compreender o complexo e o indescritível. Altera hábitos e desenvolve sensibilidades, muitas vezes de forma desconfortável, na busca por uma descentração metodológica, sensível ao complexo e evasivo, primando pela mobilidade para encontrar novas formas de ordenação dessa realidade a fim de reconhecer, recriar e desvendá-la.

Como qualquer outro modo de ordenação, sublinha Law (1994, p. 51), os elementos que compõe a realidade causam efeitos relacionais e encontram-se em permanente mutação, pois são produtos de redes dinâmicas e não de estruturas sincrônicas. Dessa forma, se eles ainda representam um momento isso se deve a algum tipo de ação pragmática, estabilidade provisória ou um padrão de ordenação às resistências encontradas, isto é, encontra-se momentaneamente tentando domesticar tanto o material quanto o seu público: “Ou talvez, seja porque o tempo, a energia, o entusiasmo ou a própria vida estão esgotadas”. Essa ordenação está mais relacionada aos modos de ordenação do presente do que ao passado.

Ao analisar esse processo de ordenação, a ANT desenvolveu a ideia de translação descrevendo-a como o "trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam seus variados e contraditórios interesses" (LATOURE, 1999, p. 311) na tentativa de torná-los comuns. Esse conceito tornou-se uma das principais ferramentas epistemológicas da ANT

---

<sup>107</sup> Entende-se por ‘Rizoma’, nas colocações de Deleuze e Guatarri (1997), movimentos de massa que, mesmo sem simetria, se segmentam ou estriam em processos onde as massas e fluxos se conectam e desenraizam, sugerindo uma descentração.

para análise do estabelecimento de redes de atores e actantes e de como esses se associam nos espaço dessas redes (CALLON, 1986; LATOUR, 1981; LAW, 1999).

A ANT, segundo alguns críticos, possuiria uma postura politicamente neutra. A dimensão política seria supostamente desconsiderada (CASTREE, 2002) em favor de uma análise que privilegiaria a forma como as multiplicidades constituem a rede em detrimento da constituição de sua natureza (AMSTERDAMSKA, 1990). Sob essa ótica destaca, ainda, o não reconhecimento da heterogeneidade como uma característica que tende a ser diferente entre aqueles que são e os que não são privilegiados (STAR, 1991) ignorando a desigualdade quanto à distribuição de oportunidades no contexto da sociedade (REED, 1997).

A consideração em relação às questões políticas ganhou espaço significativo nas discussões da ANT. Nesta perspectiva, esses pontos relacionados à dimensão política significaram um ponto de partida na tentativa da ANT posicionar-se em relação a tais questões de forma mais clara e contundente.

Dessa maneira, essa ausência de posicionamento político tem sido debatida pelos principais precursores da ANT. Enquanto Latour (2005) tem buscado tornar a dimensão política mais inclusiva, Law (2002) direciona seu pensamento para a ideia de diferença assumindo que o relativismo epistemológico não significa, necessariamente, compartilhar ideias sobre relativismo político. Para este último, a política refere-se à distribuição hierárquica, ou seja, como o ordenamento promove especificamente, inclusões e exclusões que são realizadas de maneira heterogênea (LAW, 1991) assinalando como assimetrias podem ser criadas dentro do processo de construção das redes. Considerando as ideias de Foucault, Law (1999, p. 77) destaca que “embora a ação à distância seja o efeito de uma estratégia de ordenação de elementos, isso não implica a existência de uma estratégia consciente”; assim também, em qualquer momento, os elementos podem ser ordenados de outra forma, podendo todas as ordenações serem diferentes.

O processo de desenvolvimento da ANT gera debates e análises constantes em diferentes áreas do conhecimento. Consideramos que grande parte das críticas, daí advindas, fundam-se nos cânones positivistas e “paradigmas” analíticos do social que insistem em abordagem reducionistas frente às complexidades dos coletivos humanos.

### **3 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL: PRIMEIRAS VISÕES A PARTIR DA ANT**

Os estudos acerca dos fenômenos memória são desenvolvidos em diferentes áreas da filosofia e das ciências. Sua face policonceitual encontra-se nos modos de sua construção,

registro, transmissão, dentre outros. A memória como a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o humano pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele perceba como passadas, tem como áreas de estudos a psicologia, psicofisiologia, neurofisiologia e biologia.

No âmbito das ciências humanas e sociais as reflexões referentes à memória sublinham a dicotomia lembrança/esquecimento a partir das relações sociais considerando os heterogêneos cenários que influenciam sua construção. A memória social constitui-se a partir de informações oriundas das teias de relações inerentes às ações intersubjetivas no interior do social encontrando-se sob mudanças e variações permanentes fruto das diferentes disputas na interpretação e apropriação do passado a partir dos interesses da atualidade: “É, a luz do futuro, tornando-se presente e, fazendo do presente, um passado” (MORIN, 2010, p. 14). Nesta dinâmica, compreendemos que a memória não é algo estacionado no tempo passado, mas nos permite trazer à tona fatos passados e reconstruí-los, de forma a trazer novos significados e fazer sentido no presente.

A memória é um “jogo” de lembranças e esquecimentos, no qual os atores constroem rememorações de personagens, lugares e demais componentes não-humanos localizados no espaço em teias relacionais cujos “fios” vão sendo “puxados” no momento da rememoração. Assim, “[...] à medida que as lembranças vão brotando dos subterrâneos da memória e se dirigindo à superfície, aquilo que era, até então, nebuloso vai aos poucos assumindo formas nítidas com conteúdos multicoloridos e multifacetados” (SILVA, 2001, p. 105).

No entender de Bosi (1994), a memória é um compartilhamento capaz de gerar uma construção de pontes sólidas de relacionamento entre os sujeitos e o meio através do qual conseguimos trazer à tona as nossas lembranças sem dificuldades descrevendo impressões e sensações com clareza.

Lins (2000), por sua vez, considera a memória como um tipo de habitação ou coabitação que se instala a partir das impressões e sensações, capazes de reviver ou recordar cenas, personagens e cenários no tempo e espaço. Memória não significaria o passado, mas aquilo que permanece vivo nas experiências, costumes e manifestações impressas no cotidiano de um grupo social, sendo considerada como uma re-criação, resignificação e não repetição das experiências vividas.

Memória social e informação encontram-se essencialmente interrelacionadas, tendo em vista que a

[...] informação é um conjunto de elementos selecionados pelos indivíduos, dentre uma imensa variedade de itens existentes no mundo exterior. Como



um embrião, a informação forma e contém (informação). A repetição dessas impressões [conservadas], ao longo do tempo, encarrega-se de transformar itens selecionados de informações em marcas, traços que constituem o que, convencionalmente, chamamos memória. A memória então conserva as informações que vão sendo retidas num processo de seleção. [...] Nesse sentido, as informações retidas, que passaram pelo filtro individual (que é também social) são organizadas e recriadas no presente, dentro de um processo dinâmico (COSTA, 2006, p. 17).

Os diferentes coletivos humanos resignificam e, por conseguinte, transformam, permanentemente no tempo e no espaço a conjugação informação/memória social a partir de contextos sociais específicos onde interagem humanos e não-humanos<sup>108</sup>. Essa visão da constituição do social sem as dicotomias tradicionais presentes em suas interpretações deve-se, sobretudo, às noções advindas da Teoria Ator-Rede (TAR)<sup>109</sup>.

Essa teoria, em um primeiro momento, descreve a promulgação das relações materiais e discursivamente heterogêneas que produzem e remodelam todos os tipos de intervenientes, incluindo objetos, assuntos, seres humanos, máquinas, animais, "natureza", idéias, organizações, desigualdades, escala e tamanhos e arranjos geográficos (LAW, 2007). Interagir é estar em contato, sem afetação, enquanto que o ato de relacionar mexe e afeta. Latour (2005) afirma que a ANT é criticada por apresentar características relativistas e empiristas, entretanto, a Teoria Ator-Rede mais do que relativista deve ser considerada como relacionista, por destacar aos arranjos relacionais que acontecem entre os actantes heterogêneos presentes na rede.

As pesquisas relativas à memória social e ao fenômeno informação a partir da ANT privilegiam a descrição em lugar da explicação<sup>110</sup>. Mais precisamente um mapeamento mais

---

<sup>108</sup> A teoria explica que, na cultura contemporânea, o atores não-humanos (que pode ser um dispositivo inteligente, como computadores, sensores, *wearables*, servidores, entre outros) e o humano agem mutuamente, interferem e influenciam o comportamento um do outro, com a diferença que o não-humano pode ser ajustado pelo humano de acordo com a sua necessidade. Por permitir a conexão entre outros não-humanos e ter como característica principal a inteligência, o não-humano altera a ordem da vida humana, ditando o ritmo de se pensar e agir. Neste sentido, o não-humano pode ser chamado de mediador ou intermediários, à medida que estabelece a interação humana em todos os níveis sociais entre humanos e media a relação destes com outros não-humanos (LATOURE, 2005). Os mediadores, caracterizados assim, quando não interferem na ação e intermediários quando é um agente direto na rede. Conforme Latour, mediadores são “atores dotados da capacidade de traduzir aquilo que eles transportam, de redefini-lo, desdobrá-lo, e também de traí-lo” (1994, p. 80), enquanto “intermediários [...] nada mais fazem do que deslocar ou transmitir as formas puras, as únicas reconhecíveis” (LATOURE, 1994, p. 56).

<sup>109</sup> Actor Network-Theory (ANT).

<sup>110</sup> Law (2007) critica a denominação “teoria” para a ANT, pois explica que teorias geralmente tentam explicar por que algo acontece, porém, a Teoria Ator-Rede é descritiva, em vez de explicativa.

sensível às complexas relações dos homens com a materialidade e os produtos daí decorrentes. Essa proposição, de acordo com Law (2007), faz com que a TAR devesse ser denominada como uma "semiótica de materiais" já que permite a abertura, incerteza, revisibilidade e diversidade diante da desordem e do caos características do mundo contemporâneo.

Aplicada à interrelação memória social/informação, a ANT permite percebê-la como uma teia de relações que faz e refaz seus componentes constantemente em uma estrutura assimétrica. Encontra-se presente nessa interrelação a relacionalidade semiótica (uma rede cujos elementos definem e moldam um outro), heterogeneidade (existem diferentes tipos de atores e actantes, humanos e não-humanos) e materialidade (coisas que existe em abundância, e não apenas no âmbito do "social"). Temos assim uma visada sociologizante a partir da ANT que nos permite relacionar agentes, máquinas, organizações em uma relação de interação no interior da conjunção memória/informação. Assim, atores e actantes só se definem em relação uns aos outros.

Diferentemente da perspectiva padrão, em que o macro influencia o micro, nas descrições da teoria ator-rede macro e micro são acionados concomitantemente nas situações do cotidiano como consequência das relações das redes de atores. Deste modo, não se pode afirmar que as pessoas localizadas em micro espaços são sempre influenciadas por macro estruturas (MAIA; SERAFIM, 2011).

A cartografia do binômio memória social/informação a partir da ANT é desenvolvida considerando que os organismos da ordem social não se tornam completos e autônomos diante da complexidade da rede. Não existiria uma única ordem social, com padrões definidos e relações estáveis, mas um conjunto de ordens e resistências. O fato de existirem várias ordens, não significa que existam vários centros de poder, mas uma descentração (LAW, 2006). A interdependência entre humanos e não-humanos, por outro lado, reforça a percepção dos elementos constituintes da memória social/informação como heterogêneos e plurais, muito embora complementares, na configuração de uma rede complexa sem que ocorra a prevalência de um ou de outro.

Entretanto, Latour (2001, p. 323) afirma que “o pensamento é apreendido, modificado, alterado, possuído por entidades não-humanas que, por seu turno, dada essa oportunidade pelo trabalho dos cientistas, alteram suas trajetórias, seus destinos, suas histórias.”

A resistência ocorre nas lutas pelos ordenamentos sociais passíveis de falhas e inconstâncias. Os esforços para delinear tais embates pelos ordenamentos sociais e as resistências são observados na perspectiva da “tradução”. Segundo Freire (2006, p. 51),

traduzir (ou transladar) significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados. As cadeias de tradução referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam os seus vários e contraditórios interesses.

O processo de tradução é composto por quatro diferentes momentos: problematização, interesse, envolvimento e mobilidade dos aliados, durante os quais é negociada a descrição e identidade dos atores os quais partilham um objetivo em comum e constroem uma rede de relações a fim de alcançar seus objetivos.

Neste contexto, a construção da memória está intimamente com as relações sociais, a reelaboração e resignificação do passado que o presente lhe confere. Na perspectiva da ANT, memória social e informação encontram-se imersas em uma teia relacional composta por humanos e não-humanos que nos permite conceber as associações dos elementos que compõe o tempo e o espaço no interior daquilo que denominamos social.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos neste texto, entender a noção e a construção da memória social de em um contexto teórico complexo, multifacetado e de modo transversal aos estudos tradicionais. Refletir sobre a construção e interrelação da memória social/informação na perspectiva da Teoria Ator-Rede pode ser considerado um desafio para as ciências humanas e sociais. Essa teoria desloca o foco estável das relações sociais, para o instável. A proposta de entendimento da constituição do social a partir da heterogeneidade e da constituição de redes na quais interagem igualmente humanos e não-humanos, contraria frontalmente as perspectivas das análises e interpretações positivistas.

A sociedade humana é percebida como uma entidade instável, formada por arranjo de redes heterogêneas, onde nada é fixo ou irreversível. Sua existência deve-se ao agenciamento de relações entre os elementos que a constituem e os atores que a integram são constituídos apenas pelas relações que estabelecem.

Apesar da multiplicidade de fatores e conceitos envolvidos, as questões polêmicas trazidas pela ANT configuram-se fundamentais para a formação de novos olhares sobre a construção social da memória e da informação.

As noções de memória social e informação desdobram-se em inúmeras conceituações componentes de um quadro de significados dispersos que encontram seus modos de expressão em atitudes, interações, intervenções, formas simbólicas, objetos, dentre outros. Assim,

memória e informação é um produto construído e/ou inventado, acumuladas, documentadas e comunicadas a partir das relações e experiências no interior dos coletivos humanos.

Considerar como essencial a descrição dos fenômenos da memória e da informação tomando humanos e não-humanos como agentes interagentes no âmbito social provê leituras heterodoxas que permitem perceber novos significados e sentidos. A ANT descortina a apreensão das relações sociais dinâmicas, plurais e mutáveis da memória e da informação como uma força ativa e latente, oculta e invasora, construída no âmbito das relações sociais, ao mesmo tempo em que pode ser também, desconstruída no mesmo cenário, múltiplo e indeterminado. Esta amplitude, ao se interligar ao passado, traz uma nova perspectiva para o presente e o futuro influenciada pelos componentes da rede em que atores e actantes interagem.

Essa reflexão possibilitou ampliarmos nossas leituras em torno da noção de memória, de forma a desafiar as discussões atuais existentes e buscar outros sentidos e significados na perspectiva da ANT. Ampliar e problematizar as reflexões sobre memória social e o fenômeno informação é algo urgente e pertinente para os dias atuais, na tentativa de contrariar as ações e propostas oficiais e positivistas através das quais essas categorias são, muitas vezes, abordadas.

## REFERÊNCIAS

AMSTERDAMSKA, O. Surely you are joking, Monsieur Latour! **Science, Technology & Human Values**, v.15, n.4, 1990. Disponível em:

<<http://www.scribd.com/doc/81801905/amsterdamska>>. Acesso em: 29 maio 2014.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; CARDOSO, Ana Maria Pereira. A Ciência da Informação como rede de atores: reflexões a partir de Bruno Latour. In: VIII ENANCIB – Encontro nacional de Pesquisa em Ciência da informação. **Anais eletrônicos...** Salvador, 2007.

Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT1--205.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

BLOOMFIELD, B. P; VURDUBAKIS, T. The outer limits: monsters, actor networks and the writing of displacement. **Organization**, v.6, n.4, 1999.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALLON, M. Some elements of a sociology of translation - domestication of the scallops and the fishermen of St-Brieuc Bay. In: LAW, J. **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London, Routledge, 1986. Disponível em: <[https://bscw.uni-wuppertal.de/pub/nj\\_bscw.cgi/d8022008/Callon\\_SociologyTranslation.pdf](https://bscw.uni-wuppertal.de/pub/nj_bscw.cgi/d8022008/Callon_SociologyTranslation.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2014.

CASTREE, N. 'False Antitheses? Marxism, Nature and Actor-Networks'. **Antipode**, 34 (1): 111-135, 2002. Disponível em:

<[http://www.researchgate.net/publication/227602953\\_False\\_Antitheses\\_Marxism\\_Nature\\_and\\_ActorNetworks/file/e0b4951ff7b0b2007f.pdf](http://www.researchgate.net/publication/227602953_False_Antitheses_Marxism_Nature_and_ActorNetworks/file/e0b4951ff7b0b2007f.pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2014.

COSTA, Icléia T. M. Informação, memória e história: a instituição de um sistema de informação na corte do Rio de Janeiro. **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. especial, . p. 15-26, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.2006v11nesp1p15/383>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** 2. ed. São Paulo: 34, 2004.

FREIRE, Leticia de Luna. **Seguindo Bruno Latour**: notas para uma antropologia simétrica. Rio de Janeiro: COMUM, 2006.

GONZALES, Zuleika K.; BAUM, Carlos. Desdobrando a Teoria Ator-Rede: reagregando o social no trabalho de Bruno Latour. **Polis e Psique**, v. 3, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/36550/26493>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

HARMAN, Graham. **Prince of networks**: Bruno Latour and metaphysics. Melbourne, Australia: Re.press, 2009.

LATOURE, B. **A esperança de pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos.

LATOURE, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOURE, Bruno. "Thou Shalt Not Take the Lord's Name in Vain" - Being a Sort of Sermon on the Hesitations of Religious Speech', **RES**, 1999, 39, 215-234. Disponível em: <[www.bruno-latour.fr/articles/article/079.html](http://www.bruno-latour.fr/articles/article/079.html)>. Acesso em: 29 maio 2014.

LATOURE, Bruno. **Aramis, or the love of technology**, Cambridge: Mass MIT Press, 1996.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOURE, Bruno. **Reassembling the social**: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LAW, J. **Actor network theory and material semiotics**. Lancaster: Centre for Science Studies University, 2007. Disponível em: <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law-ANTandMaterialSemiotics.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2014.

LAW, J. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, J.; HASSARD, J. **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishers, 1999. Disponível em: <<https://www.zotero.org/groups/sts/items/itemKey/2RG747A3>>. Acesso em: 25 maio 2014.

LAW, J. **After method**: mess in social science research. London: Routledge, 2002.

LAW, J. Introduction: monsters, machines and sociotechnical relations: a sociology of monsters? essays on power, technology and domination. **London, Routledge**: 1-23, 1991. Disponível em: <[http://biblsrc.btk.ppke.hu/Szociologia/11LawJohn\\_A\\_Sociology\\_of\\_Monsters.pdf](http://biblsrc.btk.ppke.hu/Szociologia/11LawJohn_A_Sociology_of_Monsters.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2014.

- LAW, J. Notes on the theory of the actor-networking: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, v.5, n.3, 1992. Disponível em: <<http://m.heterogeneities.net/publications/Law1992NotesOnTheTheoryOfTheActorNetwork.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.
- LAW, J. **Organizing modernity**. Oxford, UK: Blackwell, 1994.
- LAW, J.; URRY, J. Enacting the social. **Economy and Society**, v.33, n.3, 2004. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/129549977/Law-Urry-2004-Enacting-the-Social>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- LEMOS, André. Espaço, mídia locativa e Teoria Ator-Rede. **Galáxia**, São Paulo, n. 25, p. 52-65, jun. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/13635/11399>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- LINS, Daniel. Memória, esquecimento e perdão (per-dom). In: LEMOS, Maria Tereza Tiríbio Brittes. MORAES, Nilson Alves de (org.). **Memória, identidade e representação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. p. 9-16.
- MAIA A.; SERAFIM, S. Análise da Teoria Ator-Rede (TAR) e sua relação com os paradigmas de Relações Públicas. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 122-137, 2011. Disponível em: <[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_17/contemporanea\\_n17\\_09\\_maia\\_serafim.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_17/contemporanea_n17_09_maia_serafim.pdf)>. Acesso em 05 jun. 2014.
- MEYER, Guilherme Corrêa; MATTEDI, Marcos Antônio. Sociedade e objeto: as influências de um sobre o outro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 2006. **Anais eletrônico...** Disponível em: <[http://www.dad.puc-rio.br/labmemo/sociedade\\_e\\_objetos.pdf](http://www.dad.puc-rio.br/labmemo/sociedade_e_objetos.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- MOL, A. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: Nunes, J. A.; Roque, R. (Org.). **Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- REED, M. I. In praise of duality and dualism: rethinking agency and structure in organizational analysis. **Organization Studies**, v.18, n.1, 1997. Acesso em: 27 maio 2014.
- São Paulo: EDUSC, 2001.
- SILVA, Maria Aparecida de M. A cultura na esteira do tempo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 15, p. 102 -112, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000300013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000300013&script=sci_arttext)>. Acesso em 15 maio 2014.
- STAR, S. L. Power, technologies and the phenomenology of conventions: on being allergic to onions. In: LAW, J. A sociology of monsters? Essays on power, technology and domination. **Sociological Review Monograph**, n.38. London: Routledge, 1991. Disponível em: <[https://learnit.itu.dk/pluginfile.php/95082/mod\\_folder/content/0/Star,Susan Leigh. Power, Technology, and the Phenomenology of Conventions On being allergic to onions \(Sociology of Monsters, ch1\).pdf?forcedownload=1](https://learnit.itu.dk/pluginfile.php/95082/mod_folder/content/0/Star,Susan%20Leigh.Power,Technology,and%20the%20Phenomenology%20of%20Conventions%20On%20being%20allergic%20to%20onions%20(Sociology%20of%20Monsters,chapter1).pdf?forcedownload=1)>. Acesso em: 2 jun. 2014.

## INFORMAÇÃO E MEMÓRIA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NA CONTEMPORANEIDADE

### *INFORMATION AND MEMORY AND THE CONSTRUCTION OF MEANING IN CONTEMPORANEITY*

Simone Borges Paiva

**Resumo:** As relações entre informação e memória social vêm sendo redefinidas na contemporaneidade, em função de uma série de circunstâncias de natureza histórico-culturais. Nesse sentido, O presente artigo tem como objetivo reafirmar os vínculos inextricáveis existentes desde sempre entre informação, memória e significação, na vida sociocultural, por meio de uma revisão bibliográfica, a fim de delinear as bases para um quadro conceitual e metodológico necessário para a sustentação de tese de doutoramento em fase de desenvolvimento. Justifica-se, uma vez que convivemos com realidades complexas, mas que tendem à simplificação ou à banalização, no emaranhado de signos que caracterizam nossa época. Assim, se vivemos um momento privilegiado do ponto de vista de possibilidades de acesso à informação, vivemos grandes dificuldades para sua apropriação, sua significação. Face ao quadro exposto, acreditamos ser necessário compreender tais relações, já que está em jogo a constituição da ordem simbólica de indivíduos e coletividades e não apenas da ordem mundial sob a perspectiva econômica e material.

**Palavras-chave:** Informação. Memória. Significação.

**Abstract:** The relations between information and social memory have been redefined in contemporaneity, under various circumstances of a historical- cultural nature. In this sense, this article intended to reaffirm the existing links between information, memory and signification, in social life, by means of a bibliographic review, in order to draw up the bases for a conceptual and methodological framework needed for support this doctoral thesis under development. Therefore it is justified, since, once we lived in complex realities, that tend to be simplified or trivialized, in the tangle of signs that characterize our era. So, if we live a privileged moment in terms of possibilities of access to information, we also live great difficulties for its appropriation, its significance. Given the above framework, we believe it is necessary to understand these relationships, since the constitution of the symbolic order of individuals, communities, as well the world order not only from the economic perspective and material is in jeopardy.

**Keywords:** Information. Memory. Meaning.

## 1 INTRODUÇÃO

De todos os lugares, em diversos suportes e em volumes cada vez maiores, informações nos chegam de modo incessante. No entanto, o crescente volume de estímulos sígnicos que invadem tanto a vida privada como a pública, não significa mudanças automáticas na qualidade de nossos processos de conhecimento e de construção cultural, uma vez que as informações que hoje circulam em fluxo frenético são, na maioria das vezes, como palavras ao sabor do vento, signos que se perdem, marcados que são, desde a origem, por sua efemeridade. Nesse sentido, apesar de nos tomar de assalto e nos atingir, a avalanche de signos não anuncia automaticamente a existência de algo durável, consistente e relativamente

estável e permanente e que tem sua origem no ordinário do cotidiano. O fluxo avassalador de informações da atualidade não produz automática e necessariamente sujeitos mais “cultos” (Arendt, 1972), sujeitos capazes de dar sentido às informações, contextualizá-las, avaliá-las, exercendo sua capacidade de juízo, própria de cidadãos.

A *experiência*, noção postulada por Benjamin para significar o vivido, elaborado e comunicado como sabedoria, por meio de processos da sedimentação cognitiva de signos e vivências, envolve não somente o tempo objetivo da transmissão das informações, mas também o tempo subjetivo e errático dos sujeitos e suas diferentes faculdades. Desse modo, sua elaboração implica modos de relação com os signos e o mundo, marcados por lógicas temporais singulares, em relações dinâmicas entre si. A hipertrofia de uma determinada ordem sobre as demais, como ocorre na contemporaneidade, quando a lógica dos fluxos informacionais são definidas e hierarquizadas em detrimento das que presidem a permanência, a *experiência*, a memória, colocam os processos de significação em questão, acarretando problemas sérios e variados à vida individual e coletiva.

Nesse sentido, é possível falarmos, como Arendt, de uma crise que acometeria paradoxalmente a “era da informação”: de contrapartida essencial à memória, à permanência, transforma-se em fluxo, objeto autorreferente que aspira a centralidade exclusiva nos processos socioculturais, promovendo, portanto, não o esquecimento, mas espécie de amnésia social em busca incessante da sempre atual promessa situada além do “aqui” e “agora” dos sujeitos, identificados pela condição nova de consumidores, “clientes” da informação e da cultura, e não de protagonistas, ou de protagonistas culturais.

Daí a necessidade de rever questões referentes a problemáticas que afetam informação e memória e suas relações em nossa época, especialmente vinculados a dispositivos culturais como bibliotecas, museus, escolas, entre outros, que têm como matéria constitutiva singular e definidora promover tal discussão é indispensável, no sentido de podermos pensar alternativas que escapem ao vazio de sentidos que afetam grande parte das formas e conteúdos de tais dispositivos, não só, mas especialmente em países como o nosso onde eles faltam ou vivem, em geral, em estado de precariedade conceitual e funcional.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 A pobreza da experiência na contemporaneidade**

A “fratura informacional” não está dissociada da fratura correlata da memória: Segundo Nora (1993), estaríamos vivendo uma situação contraditória: “Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais.”



Em que pese as tintas provocativas e precipitadas do discurso, Pierre Nora inscreve-se num amplo painel de diferentes pensadores que assinalam a problemática da memória na modernidade e na contemporaneidade, Walter Benjamin, por exemplo, debruçou-se sobre a “crise da experiência” na primeira metade do século passado, buscando explicar dilemas culturais da época. Da mesma forma, Hannah Arendt (1972), em seu texto “*Crise da Cultura*” fala da “ruptura da tradição”, como questão central da sociedade que toma forma e contornos definidos no pós-segunda guerra mundial, pautada no consumo e não na criação e participação política e cultural. Diferentemente da precipitação bombástica de Nora, Arendt fiel à compreensão grega, vê na crise “[...] a oportunidade, proporcionada pelo próprio fato da crise – que dilacera fachadas e oblitera preconceitos –, de explorar e investigar a essência da questão em tudo aquilo que foi posto a nu.” (ARENDR, 2003, p. 223).

Desse modo, seguindo as trilhas propostas por Arendt, devemos tentar compreender as questões que envolvem a problemática da memória e que estão diretamente relacionadas aos propósitos deste artigo, pois constitui foco privilegiado de reflexão. Para tanto, passamos em revista algumas obras que tratam essa problemática a partir de ensaios literários, constituintes de uma cultura escrita, que retrata e representa a dimensão da importância da memória como elemento constitutivo das experiências de mundo e da construção de saberes pelos sujeitos na contemporaneidade. Cabe-nos ressaltar que vivemos numa época marcada tanto pelo excesso quanto pela falta de informações, pelas inúmeras maneiras de relações propiciadas pelas TICs que, de certo modo, redimensionaram as relações de produção cultural entre sujeitos e contextos – físicos e virtuais – a partir, também, das possíveis e inumeráveis relações com os dispositivos e as técnicas. Assim, conceitos e representações da memória apareciam já na Grécia Antiga, sob a forma da deusa titã Mnemosyne, mãe das musas e inspiradora dos poetas. Segundo Jean Pierre Vernant (1973), Mnemosyne concede aos seus escolhidos um saber etéreo, onisciente e orientado pelo passado. Não o passado individual do poeta e tampouco o passado geral, mas sim o encontro com um “[...] tempo antigo, com seu conteúdo e as suas qualidades próprias: a idade heroica ou, para além disso, a idade primordial, o tempo original.” (VERNANT, 1973, p.73-74).

Segundo Vernant (1973), tal encontro trata-se para os gregos de um dom, e um dom que não é comum a todos, mas apenas aos iniciados. Sendo assim, o poeta, escolhido por Mnemosyne, assiste aos acontecimentos por meio de uma *experiência* imediata que o conduz ao passado. Segundo Vernant a *experiência* do poeta é “Lembrar-se, saber, ver”, termos correspondentes, e que dizem respeito ao modo como a “[...] memória transporta o poeta ao coração dos acontecimentos antigos, em seu tempo.” (VERNANT, 1973, p.74).

Transportado para o coração dos acontecimentos, o poeta deve impor à sua narrativa uma organização temporal que revela os acontecimentos desde a sua origem, tal como Homero e Hesíodo, que iniciavam suas narrativas com “[...] intermináveis enumerações de nomes, de regiões, de povos.” (VERNANT, 1973, p.75). As enumerações eram conhecidas como catálogos e desempenhavam um papel de suma importância no contexto grego, pois demonstravam ao grupo social não apenas a consolidação do seu passado histórico, mas sua atualização constante.

No entanto, se por um lado o catálogo se configura como “[...] um arquivo de uma sociedade sem escrita.” (VERNANT, 1973, p.75), por outro lado, sua estrutura revela um ordenamento do mundo necessário à organização social. A narrativa possuiria, pois, uma função social de organização, classificação e ordenação do mundo para “[...] determinar a sua origem”.

Nesse sentido, a narrativa seria fruto de um processo de reminiscência, ou seja, uma técnica ascética e mística que se “[...] não reconstrói o tempo: não o anula tampouco.” (VERNANT, 1973, p.75). Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, a narrativa lança uma “[...] ponte entre o mundo dos vivos e o do além ao qual retorna tudo o que deixou a luz do sol.” (1973, p.78). O poeta tem sua *experiência* temporal modificada ao atravessar a ponte, pois se o tempo presente era dominado por lassidão, inquietude e infortúnio, ao atravessá-la, o poeta experimentava um retorno ao tempo glorioso, mantendo, portanto, um distanciamento de tudo o que lhe afligia. A memória no contexto grego, representada pela deusa Mnemosyne oferece, pois, aos poetas, o acesso ao passado por meio da reminiscência, mas apresenta como contrapartida o esquecimento do tempo presente. Em outras palavras, memória e esquecimento são de uma mesma questão: o ser e o tempo.

Vernant ressalta que o limite para a concepção divina da memória se impõe, especialmente, com o avanço da técnica e com o advento da escrita. A tradição oral, assentada nos grandes poetas e em suas narrativas, buscava no passado a determinação das origens dos grupos sociais, organizando o mundo a partir da fugacidade dos discursos orais. O advento da escrita confere permanência ao discurso, separando o enunciado do enunciador, tornando possível o que Proust (2009) chamaria de comunicação na ausência.

O *Fedro*, de Platão apresenta a problemática entre a tradição oral e a escrita. No diálogo em questão, Platão critica o discurso escrito, tendo o orador Lísias como exemplo, e busca uma categorização dos discursos a partir do estabelecimento de critérios entre o que seria arte e aquilo que não seria. Ciente das implicações quanto ao uso da escrita em um contexto de tradição oral, onde a sabedoria era transmitida por meio da oralidade, Platão narra

o que seria uma lenda antiga que tem Thoth e Tamuz como seus principais personagens. A lenda ambienta-se no Egito, mais especificamente na região de Náucratis onde Thoth, um velho deus, inventou entre as coisas, a escrita. Suas invenções eram submetidas à apreciação do governador do Egito, na ocasião Tamuz. Dessa forma, no momento da apresentação da sua invenção, Thoth exclama:

Thoth: Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória.

(Tamuz) – (...) Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmite aos teus alunos, não a sabedoria em si mesma, mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respectiva educação! (PLATÃO, 2000, p.121)

No trecho apresentado, Platão problematiza o uso da escrita, ou seja, constata aquilo que tal técnica, segundo ele, permite fazer: a rememoração. Ao mesmo tempo, observa seus limites, especialmente quando colocada em relação aos sujeitos. A reflexão apresentada por Tamuz recai sobre os vínculos entre os homens e a escrita. Segundo ele, esta seria maléfica para a memória dos homens, uma vez que “ficariam mais esquecidos”, ao transferirem para a escrita – artifício – aquilo que, por exercício constante, conservavam em suas memórias materiais.

Além disso, a materialidade da memória no discurso escrito representaria apenas a exterioridade de um conteúdo, uma vez que o escrito seria apenas um sinal de um assunto que estaria além dos sujeitos, atuando, portanto, como um índice para rememoração, reminiscência, não como forma de memória.

O discurso escrito, segundo Platão, seria essencialmente informacional, distinto do educacional: “teus alunos (...) passarão a receber uma grande soma de informações sem a respectiva educação!” (PLATÃO, 2000, p.121). Com isso, um sistema de ensino pautado na transmissão de informações comprometeria a formação dos alunos, uma vez que formados a partir de índices, de informações, eles não seriam educados nem para a verdade, nem verdadeiramente.

Neste contexto, pode a escrita ser suporte ou mesmo metáfora para a memória? Platão informa que não, pois que os discursos orais reduzidos à dimensão escrita não seriam capazes de responder às necessidades de formação dos grupos sociais e, mesmo chegando a toda parte

e a tantos, ainda assim não seria possível determinar “[...] a quem serve e a quem não serve.” (PLATÃO, 2000, p.123).

Como sabemos, a escrita apoiada pelo desenvolvimento da técnica avançou. Apesar das duras críticas ao seu papel social e político por Platão, hoje a distinção entre memória e rememoração por ele proposta parece ter se diluído no tempo. Convém, no entanto, retomá-la, uma vez que uma questão importante já estava ali colocada: a problemática das relações entre memória natural e memória artificial. Segundo Platão, a escrita não é simplesmente substituição do natural pelo artificial. Trata-se de um novo processo, de um novo modo de relação com a linguagem e seus conteúdos, dos sujeitos entre si e o mundo. Dessa forma, ao descorporificar a linguagem, a escrita descorporifica a memória, separa-a dos sujeitos, transformando-a em informação. Daí o processo resultar em muitas “informações sem a respectiva educação”, já que a educação implicaria *incorporação*, ou seja, integração de *sema* e *soma*, como lembra Adélia Bezerra de Menezes (1988), no ensaio “Do poder da palavra”, onde analisa tais relações nos contos das *Mil e uma noites*. A tradição oral, lembra Menezes, desempenha um papel importante quando falamos da transmissão e manutenção da memória, da construção identitária e da vida em comum.

Assim como ela, ciente do papel da tradição oral na constituição das identidades dos grupos sociais, Jeanne Marie Gagnebin (2002) em seu texto O rastro e a cicatriz: metáforas da memória, discorre sobre distinção que existiria entre o rastro – marca do homem moderno – e a cicatriz – evidência do herói épico, da Antiguidade.

A autora inicia sua reflexão tomando o canto XIX da Odisséia, o qual relata o momento em que Ulisses pôde finalmente ser reconhecido graças a uma cicatriz. Mas ao invés de ressaltar os aspectos do reconhecimento, Gagnebin (2002) detém seu olhar sobre o momento anterior, ou seja, o momento em que o jovem Ulisses, ao lançar-se em uma caçada, acaba sendo ferido por um javali. Segundo a autora “Essa descrição traz alguns elementos instigantes para entendermos as condições de transmissão da narrativa da Odisséia, as condições de sua tradição.” (GAGNEBIN, 2002, p.108, grifo do autor). Os elementos que se revelam a partir da cicatriz dizem respeito a questões anteriores, a saber: a continuidade das gerações e a força da palavra.

A “continuidade das gerações” está condicionada a uma intervenção do avô de Ulisses, uma vez que “o avô que dá nome ao neto e o reconhece assim, simbolicamente, como o seu herdeiro.” (GAGNEBIN, 2002, p.108). Há uma proclamação pública do vínculo, uma “[...] aliança estabelecida pelo convite ao palácio e pelos presentes oferecidos” e que “reforça

este motivo da filiação – como se o laço de sangue não fosse, em si, suficiente e devesse ser assegurado enfaticamente em público.” (GAGNEBIN, 2002, p.108). Logo,

A ferida sofrida então pelo jovem Ulisses é, sem dúvida, grave, não é mais um arranhão de menino; mas ela é rapidamente curada, não só graças à atadura bem feita, mas também, e sobretudo, graças às encantações, às "palavras mágicas", que fazem o sangue estancar rapidamente — palavras que possibilitam o retorno de Ulisses, são e salvo, para a casa de seus pais em Ítaca. (GAGNEBIN, 2002, p.108)

São momentos da palavra, analisa Gagnebin: o avô pela palavra apresenta Ulisses à sociedade, a palavra cura a ferida e a transforma em cicatriz, não permitindo que a *experiência* seja esquecida. E por fim, Ulisses então curado, pôde narrar o que lhe aconteceu. Com isso:

Na história da ferida que vira cicatriz encontramos, então, as noções de filiação, de aliança, de poder da palavra e de necessidade da narração. Encontramos também o motivo da viagem de provações e do regresso feliz à pátria, depois da errância. Todos esses temas culminam no reconhecimento pleno, mesmo que postergado por ele mesmo, do herói. Essa conjunção feliz marca até hoje as narrativas do Ocidente, desde os contos de fada até as novelas de televisão, sem esquecer a tragédia e o romance. (GAGNEBIN, 2002, p.109).

Mas a modernidade rompe com a “tradição”, favorecendo o fim da narração e consequentemente, dos narradores. Coloca em suspeita a continuidade das gerações, dificultando o compartilhamento das palavras e de espaços comum, minando modos de construção de elos intergeracionais e, por fim, a própria memória enquanto categoria de referência e validação do presente, assim como de preparação do futuro.

Segundo Walter Benjamin, no ensaio *Experiência e Pobreza*, Com uma “[...] paisagem diferente em tudo, exceto, nas nuvens.” (BENJAMIN, 1994, p.114), o homem moderno caminha por ruas e não reconhece nem a si, nem a paisagem que o cerca. Desse modo, se o único elemento que permanece são as nuvens, dura aquilo que sem a tecnologia é inacessível aos homens. Todo o resto foi modificado pelos efeitos de uma modernidade marcada por um processo de industrialização cuja característica principal é a constante e frenética modificação das coisas: “As coisas não tem mais tempo suficiente para envelhecer, mas são produzidas de tal modo que são velhas desde o início e devem ser substituídas por coisas novas.” (WITTE; CAMPOS, 1992, p.107).

Em decorrência, para Benjamin, na modernidade já não é possível encontrar pessoas capazes de descobrir ambientes para narrar suas histórias, tampouco, capazes de proferir palavras duráveis “[...] transmitidas como um anel, de geração em geração?” (BENJAMIN, 1994, p.114). E tal fato se dá porque não há tempo para amadurecimento, não existem atividades compartilhadas que permitam, pela convivência no tempo, construir uma existência

marcada por traços profundos e que garantam a formação de homens e mulheres capazes de pela palavra ou pelo trabalho, passar os anéis para as próximas gerações: “Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua *experiência*?” (BENJAMIN, 1994, p.114).

No contexto apresentado por Benjamin, a *experiência* dos indivíduos deixa de ser atributo valorativo para a liderança dos jovens. Segundo ele, o valor da autoridade do narrador como elemento formativo é desconsiderado. Tal cenário leva-o a concluir que “[...] hoje em dia (é) uma prova de honradez confessar nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de *experiência* não é mais privada, mas de toda a humanidade.” (BENJAMIN, 1994, p.114, grifo nosso).

Decorre de tal estado de coisas, o surgimento na modernidade de “uma nova barbárie”. “Barbárie? Sim.” Barbárie que conduz os sujeitos “[...] a partir para frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, a construir com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda.” (BENJAMIN, 1994, p.114). Onde apoiar-se? Se apenas as nuvens permanecem as mesmas, perdem-se os referenciais imediatos que dão sentido ao presente. Os sujeitos da modernidade sobreporiam camadas e camadas de ideias, em um eterno recomeço, sem tempo para sedimentação. E assim, ficamos pobres, pois “[...] abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do "atual"” (BENJAMIN, 1994, p.115, grifo do autor).

Ficamos pobres, perdemos a *experiência*, mas de que modo a *experiência* foi silenciada, pergunta Benjamin. Com o avanço da técnica, especialmente após a Grande Guerra. Nesse momento, as *experiências* perderam seu caráter de comunicabilidade, os combatentes perderam “[...] a faculdade de intercambiar *experiências*”, na volta dos campos de batalha. E para os narradores “[...] A *experiência* que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram” (BENJAMIN, 1994, p.198, grifo nosso). Logo, conclui Benjamin, é preciso constatar que “[...] a arte de narrar está em vias de extinção” (BENJAMIN, 1994, p.199). Estaria, perguntamos nós? Ou assistiríamos a partir da modernidade o processo de sua transformação?

## 2.2 Espaço comum e experiência

A *experiência* alimenta-se de um espaço comum, onde narrador e ouvinte possam compartilhar suas vidas e seus discursos. O compartilhamento das *experiências* ocorria no espaço doméstico, no trabalho artesanal que respeitava o tempo necessário para o processo natural de maturação quer dos produtos, quer dos sujeitos envolvidos com as práticas

artesanais. De acordo com Gagnebin (2002) não se tratava de uma forma de trabalho pautada pela métrica do tempo de produção industrial, Retomando Benjamin, a autora mostra como a temporalidade do trabalho artesanal estava inserida em uma noção de tempo mais amplo e diversificado, como o trabalho promovia a subsistência familiar e a formação humana dos sujeitos. Logo, a exclusão dessa categoria de *experiência* comum teria imposto ao homem um isolamento inesperado, provocando desorientação e submetendo-o à solidão das casas, da vida privada ou do tempo racional e ligeiro da produção industrial.

Como mencionamos anteriormente, grande parte da *experiência* compartilhada encontrava no trabalho artesanal e nos meios de produção manual as condições necessárias para sua realização. Todavia, conforme argumenta Gagnebin, Benjamin demonstra que a *experiência* (*Erfahrung*), cedeu lugar para a *vivência* (*Erlebnis*), à medida que a noção de tempo se altera. De acordo com Rouanet, na modernidade “[...] todas as energias psíquicas têm que se concentrar na consciência imediata, para interceptar os choques da vida cotidiana, o que envolve o empobrecimento de outras instâncias como a memória.” (ROUANET, 1992, p.111). Logo, a única *experiência* possível para o sujeito solitário é a *vivência* (*Erlebnis*), construída a partir da percepção, único “[...] órgão capaz de interceptar os choques da modernidade”, pois o herói da multidão “(...) é mais capaz de perceber que de lembrar, é mais sensível ao descontínuo da vivência que à continuidade da *experiência*.” (ROUANET, 1992, p.111, grifo nosso).

Nesses termos, a *vivência* pode ser entendida como fruto de choque entre percepção e memória, pois a segunda implica necessariamente construção, elaboração simbólica e a primeira um sujeito que deve estar preparado para agir e reagir a todo instante, ou seja, sempre alerta aos estímulos que o rodeiam e fazem apelos. O homem moderno, denominado por Rouanet (1992) “herói moderno” está, portanto, em um fluxo constante de estímulos velozes que o distanciam da tradição, exposto e correndo riscos de amnésia individual e coletiva.

O que aparentemente poderia ser entendido como um cenário desolador surge, todavia, como possibilidade de redenção. Segundo Gagnebin, inspirada por Benjamin, “[...] o desmoronamento da tradição termina sendo, por fim, o único lugar de uma retomada inventiva da origem “perdida”: uma invenção que nada na história garante, mas que tudo chama a realizar-se.” (GAGNEBIN, 1994, p.80).

Neste ponto, entre a desconstrução e a redescoberta é que encontramos o ensaio *benjaminiano* chave: *o Narrador*. Nele, Benjamin se propõe a entender quem era essa figura capaz de inserir a narrativa em um contexto atemporal, que revela o valor da memória a partir

“[...] do tecido da sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência.” (BENJAMIN, 1994, p.37).

A partir do estudo de narradores clássicos, Benjamin destaca o inusitado na tarefa da narração que seria a transformação daquilo que é comum em extraordinário, tudo isso, enriquecido pela experiência. O evento, independente da sua magnitude “[...] tornava-se a partícula em torno da qual a experiência adensava como uma pérola a própria autoridade.” (AGAMBEN, 2008, p.23, grifo nosso).

Assim, que atividade narradora é esta tratada por Benjamin à luz de Leskov. A experiência do narrador traz em si as marcas de uma vida lembrada e de uma vida experimentada. O indivíduo experiente é aquele que rememora e que teceu sua história ao longo do tempo, entrecruzando vivências e experiências, cuja memória está apoiada sobre o “passado vivido”.

Em contrapartida, o herói moderno necessita se reinventar e se redescobrir a todo instante, e para isso ele conta com a “informação”, pois já não haveria tempo nem espaço para a “formação”. Ao problematizar as relações entre a tradição, neste cenário entendida como sendo algo recuado no tempo, e a informação que se apresentava de imediato, Benjamin ressalta que:

O saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos. O saber, que vinha de longe - do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição -, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela *experiência*. Mas a informação aspira a uma verificação imediata. Antes de mais nada, ela precisa ser compreensível "em si e para si". Muitas vezes não é mais exata que os relatos antigos. Porém, enquanto esses relatos recorriam freqüentemente ao miraculoso, é indispensável que a informação seja plausível. (BENJAMIN, 1994, p.200)

Assim, podemos observar que de acordo com Benjamin, a informação se constitui a partir do seu caráter de novidade, no imediatismo com o qual é vinculada e seu sentido precisa ser completo. Ela estaria encerrada em si e necessitaria ser aceitável, coerente, “plausível”.

A informação, ainda segundo Benjamin, mantém um laço com a novidade, pois “[...] a informação só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. (BENJAMIN, 1994, p.201)”. A informação é tão perecível quanto tudo o que se produz no conjunto da modernidade, como lembra Witte (1992, p.07): “[...] na modernidade o processo de perecimento está incluído no processo de produção tornando impossível, o agir criativo.”

Todo o processo de aceleração evidenciado pela informação não influenciou apenas no campo da comunicação e das artes, na substituição do “narrador” pelo romancista. Sob o



ponto de vista político, é possível observar os vínculos entre informação e dominação, a partir de uma chamada “lógica da corrida”, conceito tratado de forma ampla na bibliografia de Paul Virilio (1996).

Em *Velocidade e Política*, Virilio trata dos desatinos da rapidez e da velocidade, elevadas a categorias que a tudo comandam, ou seja, de uma sociedade cujo controle está baseado na regulação/aceleração do tempo. Assim, Virilio entende que “[...] Guerra e política não são travadas pelo controle e ocupação do espaço, mas pelo domínio do e no tempo” (VIRILIO, 1996, p.13), permitido pelas modernas tecnologias de informação e comunicação, conectadas à política. Desse modo, segundo ele, a velocidade vai “[...] se firmando como ideia pura e sem conteúdo, como puro valor” que encontra na tecnologia o seu suporte de vinculação, afetando sobremaneira a dimensão política transformada em “*esperança do ocidente*”. Da mesma forma que, para a massa proletária, significa “[...] desenraizamento, destruição do habitar, privação de identidade, exclusão, perda da alma, do movimento.” (VIRILIO, 1996, p.13).

As tecnologias da informação e da comunicação teriam um papel essencial no quadro apresentado por Virilio:

Para mim a cultura hoje é essencialmente técnica, e isso desde o invento da fotografia, do cinema e mesmo da aviação. Todo o meu trabalho consiste em revelar o que a técnica, inclusive as armas de guerra, contém de cultura futura. (VIRILIO, 1987, p.29)

Nesse ponto, as reflexões *benjaminianas* encontram-se com as de Virílio: as inovações de nossa época estão ligadas a antigos objetivos políticos de dominação e conquista, resultando assim, não apenas em ferramentas para guerras objetivas com o intuito de tomar posse de territórios e riquezas materiais, mas também em guerras subjetivas, simbólicas, condição de dominação e hegemonia políticas. Em outras palavras, política e cultura, mediadas pelo poder das tecnologias de informação, encontrar-se-iam em um lugar que não hesitaria em semear aquilo que, segundo Virilio (1996), pode ser nomeado como “estratégia de decepção”.

Seguindo o raciocínio dos autores mencionados, temos, portanto, uma situação em que informação e memória não apenas vão se antagonizando, como cada uma delas mudando de face, isto é, esvaziando-se daquilo que lhes é inerente e comum, abandonando os territórios da significação.

Cabe, assim, interrogarmo-nos sobre a problemática dos dispositivos culturais, seus limites e possibilidades no que se refere a tais processos de significação, tomando como ponto de partida seguimento etário fiel a modos tradicionais de construção de sentidos, mas que, ao

mesmo tempo, desejam, mas apresentam dificuldade de inserção sociocultural de suas experiências e de diálogo com o presente e o futuro.

### **2.3 O papel dos Dispositivos de Mediação Cultural: a Estação Memória**

Afora a complexidade explicitada, é necessária atenção às questões inerentes aos dispositivos informacionais, uma vez que, tal como nos mostram vários estudiosos, de Foucault a Peraya, Jeanneret e outros, além de objetivar e dar concretude aos fenômenos simbólicos, os dispositivos organizam, instituem, prescrevem, apresentando-se não como organismos amorfos, funcionais ou ferramentas, mas como categoria estruturante dos processos discursivos. (PERROTTI, PIERUCCINI, 2007). Nesse sentido, os dispositivos de informação e cultura são instâncias que viabilizam não apenas a objetivação das informações em suas diferentes facetas de produção, distribuição e recepção, mas também agregam valor à informação e à cultura. Em outras palavras, são categorias constitutivas dos processos de significação, produzem sentidos, com seus modos de ser e de atuar. São discursos.

Nesse aspecto, é fundamental ao escopo desta tese discutir o conceito, já que partimos do pressuposto de que todo processo de informação implica ou, em outros termos, é mediado por dispositivos e suas lógicas.

Peraya (1999) entende os dispositivos de informação como um conjunto complexo, dinâmico e articulado de elementos técnicos, semióticos e pragmáticos. Daí falar em dispositivos “tecno-semio-pragmáticos”. Estes, em sua variedade, viabilizam os processos informacionais, possibilitam invenções ao mesmo tempo que as delimitam e limitam, possuindo nesse sentido uma natureza ambivalente, assim como uma “dimensão intrinsecamente pedagógica” (PIERUCCINI, 2004). Os dispositivos, diz Peraya (1999), informam e formam, formatam tanto nosso corpo físico como o simbólico.

Tal formatação, todavia, não é unilateral e independente seja da produção e dos produtos, seja dos modos e contextos de distribuição e de recepção. Daí a importância da dimensão pragmática (a relacional), ou seja, dos lugares reservados aos sujeitos que atuam *com e nos* dispositivos, da mesma forma que “são atuados” por eles.

Face a isso, cabe interrogar os fenômenos informacionais a partir da dimensão complexa, aberta, carregada de contradições e ambivalências dos dispositivos, mas ao mesmo tempo objetiva e plena de possibilidades. Suas intencionalidades não seriam algo “dado”, definitivo, isolado, mas resultam de um conjunto de elementos que interferem e as dinamizam. Um exemplo seria a velocidade das modernas tecnologias de informação e comunicação que conviveriam na cultura com formas que resistem a tal tendência

hegemônica do “cada vez mais acelerado” e que podem se constituir em contraponto, ponto de tensão e reequilíbrio na economia dos signos.

### 2.3.1 Dispositivo Estação Memória

A Estação Memória consiste em um projeto de pesquisa que objetiva a constituição de um dispositivo intergeracional dedicado a trocas culturais entre crianças, jovens e idosos. Sua origem se deu com o "Projeto Memórias do Baixo Pinheiros", formulado e coordenado, a partir de 1989, pelo Prof. Dr. Edmir Perrotti, com apoio do CNPq. Na ocasião, o projeto buscava avaliar a possibilidade de interesse social pelas histórias de vida de idosos que viveram no Bairro de Pinheiros, na primeira parte do século XX. Assim, a partir de testemunhos coletados por meio de entrevistas, foram elaborados e apresentados produtos culturais a crianças de escola do bairro, ao mesmo tempo que publicadas no jornal local memórias que iam sendo coletadas ao longo da pesquisa.

Confirmado o interesse de idosos e crianças pelas trocas culturais intergeracionais, o "*Projeto Memórias do Baixo Pinheiros*" avançou conceitual e metodologicamente. Ficou clara a necessidade de desenvolvimento de um espaço de informação e cultura capaz de promover regularmente os encontros intergeracionais, assim como a de evoluir de um enfoque eminentemente cultural para outro de natureza sociocultural, capaz não só de captar a memória dos idosos, mas de, assim fazendo, reinseri-los na vida social, rompendo o isolamento a que eles são submetidos nos modos de vida atuais.

Um convênio da USP com a Prefeitura de São Paulo permitiu a criação desse espaço, na Biblioteca Álvaro Guerra, no bairro de Pinheiros, ficando sob a responsabilidade de Ivete Pieruccini Faria sua coordenação, uma vez que na ocasião ela atuava como bibliotecária na referida biblioteca, ao mesmo tempo que realizava mestrado na ECA/USP, sob orientação do Prof. Perrotti. Resulta daí, portanto, sua dissertação intitulada "*Estação Memória: lembrar como projeto – contribuição ao estudo da mediação cultural*". No referido estudo a autora relata os processos de constituição e implantação da *Estação Memória*, na Biblioteca infanto-juvenil “Álvaro Guerra”, demonstrando com diferentes dados e testemunhos o interesse e a importância do diálogo intergeracional, assim como das concepções que estavam na base da configuração do dispositivo.

No trabalho, a autora elenca elementos essenciais aos processos de criação e desenvolvimento da Estação Memória, referindo-se desde os aspectos da ambientação, aos acervos documentais disponíveis, sua organização técnica, os produtos culturais e eventos realizados: exposições, álbuns fotográficos, publicações impressas e digitais, encontros sob

diferentes formatos, ida de idosos às escolas, vinda dos escolares à *Estação*, passeios intergeracionais no bairro e na cidade, dentre outras iniciativas.

Ao longo dos anos, a *Estação Memória* foi passando por processo natural de amadurecimento, produzindo e renovando interesses por temáticas, questões, atividades, formas culturais diversificadas, tanto por parte dos idosos como dos jovens. Seu desenvolvimento mostrava ser possível a “reinserção social da *experiência* das antigas gerações ao patrimônio simbólico na contemporaneidade.” (PIERUCCINI; PERROTTI, 2010), desde que observadas premissas dialógicas ali permanentemente reafirmadas.

### 3 CONCLUSÕES

A reflexão que propomos sobre as relações entre informação e memória na contemporaneidade, pretende, portanto, pensar de forma sistemática o estatuto dos vínculos entre o *fluxo* e a *permanência* na cibercultura, uma vez que esta emerge e se caracteriza pela aceleração crescente da produção, circulação e recepção de informações, ao mesmo tempo que, por dificuldades crescentes à sua seleção, processamento e apropriação, categorias indispensáveis dos processos de significação, dentre eles o de construção da memória social, do conhecimento e da cultura

Este estudo justifica-se, pois, uma vez que convivemos com realidades complexas, mas que tendem à simplificação ou à banalização, no emaranhado de signos que caracterizam nossa época. Se por um lado é possível observar, sem grandes dificuldades, a avalanche informacional que nos assola e deixa marcas indeléveis em nosso cotidiano, por outro lado, não é difícil também a percepção das dificuldades que acometem nossos processos de construção de significados, por falta de referenciais que permitam dar sentido às informações. Assim, se vivemos um momento privilegiado do ponto de vista de possibilidades de acesso à informação, vivemos grandes dificuldades para sua apropriação, sua significação. Como coloca Bruner (1997), os “atos de significação” nesse quadro estão em dificuldade, apesar das possibilidades informacionais abertas pelo desenvolvimento técnico e tecnológico de nossa época. Corremos, em decorrência, o risco de “muita informação e pouca significação”, pois vivemos um momento de passagem que afeta profundamente a nova ordem simbólica promovida pela contemporaneidade.

Pensar os dispositivos de informação e cultura, seus elementos constitutivos, suas dinâmicas e relações, parece ser um caminho promissor para contribuir positivamente nas discussões sobre o vazio de sentidos, a crise de significações que, paradoxalmente, acomete a “era da informação”, conforme Demo. Com isso, talvez, o termo “crise” possa ser tomado no

sentido arendtiano e *benjaminiano*: “o único lugar de uma retomada inventiva da origem ‘perdida’”. Já que, como diz Peraya, vivemos uma época em que os dispositivos não só se transformam e multiplicam, mas nomeiam e definem uma época, levando-o à distinção entre “mediação”, nos termos colocados por clássicos das ciências humanas, como Marx ou Vygotsky, e “mídiatização”, categoria que se sobreporia à de mediação na contemporaneidade. Nesse sentido, ao ganharem centralidade na *sociedade da informação*, é a partir de tal lugar que os dispositivos de mediação de informação necessitam ser considerados, em relação aos contextos histórico culturais *híbridos* (CANCLINI, 1997) em que se situam, sobretudo se levarmos em conta que cada um deles não é entidade isolada, mas ponto de intersecção de trama simbólica vasta e complexa que a literatura vem chamando de *cultura da informação* (LE DEUFF, 2009) e que inclui tanto os aspectos materiais, técnicos e tecnológicos, como signos, sujeitos e contextos em relações dinâmicas e complexas entre si.

Por meio da compreensão da complexidade dos saberes envolvidos nos processos de significação, propõe-se a partir dessa reflexão e atitudes a implantação de um novo eixo de ação do *Dispositivo Estação Memória*, ou seja, a criação do projeto “*Estação Memória Paraisópolis*”, dispositivo intergeracional, promotor de experiências vividas sob formas presenciais e virtuais. Trata-se de um espaço discursivo, de narração e audição de histórias de vidas de idosos, moradores do bairro, que vivem na região desde o início das ocupações e jovens. A iniciativa visa não só a interlocução dos sujeitos e consolidação de um dispositivo de natureza dialógica com a ordem informacional organizada, (coleta, armazenamento e organização), mas a comunicação da *experiência* de idosos ao mesmo tempo que se constitui a Comunidade de moradores de Paraisópolis. A implantação do novo dispositivo poderá revelar, formas para repensar as concepções e configurações tradicionais de Bibliotecas Comunitárias no país, bem como outros modos de saber, de conhecer e produzir conhecimentos. Não obstante, elementos capazes de revelar as relações entre informação e significação na contemporaneidade, e dar subsídios para novas formas de educação para emancipação e apropriação social da informação e dispositivos dessa natureza.

Nesse sentido, a criação e desenvolvimento da *Estação Memória* de Paraisópolis configura-se como ponto de encontro entre Universidade e Sociedade, espaço de construção e troca de saberes e fazeres, laboratório vivo que coloca em interlocução direta discursos, fazeres e sujeitos

Talvez nesse encontro entre “*diferentes segmentos*” esteja não apenas a singularidade que caracteriza a metodologia colaborativa adotada para a criação da *Estação Memória Paraisópolis*, pois os trabalhos em andamento permitem vislumbrar que a construção de

sentidos vem passando por um processo de oscilação entre a estabilidade da memória e a extrema instabilidade da informação.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2008.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense-Universitária; Salamandra, 1972.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do Capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BENJAMIN, Walter. Escavando e recordando. In: BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, volume II).
- BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Alfredo. **Considerações sobre o tempo e a informação**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/bosiinternet.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2012
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1. 317 p.
- BRUNER, J. S. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade . São Paulo: EDUSP, 1997.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, Aug. 2000 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000200005&lng=en&nrm=iso)>. access on 28 May 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652000000200005>.

DESGAGNÉ, S. et al. L'approche collaborative de recherche en éducation: un rapport nouveau à établir entre recherche et formation. **Revue des Sciences de l'Éducation**, Québec, v. 27, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/000305ar>>. Acesso em 28 mai 2013.

DESGAGNÉ, S. Le concept de recherche collaborative: l'idée d'un rapprochement entre chercheurs universitaires et praticiens enseignants. **Revue des Sciences de l'Éducation**, Québec, v. 23, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/031921ar>>. Acesso em 28 mai. 2013.

FARIA, Ivete Pieruccini. **Estação Memória**: lembrar como projeto – contribuição ao estudo do conceito de mediação cultural. 1999. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, ECA/USP -. São Paulo, 1999.

GAGNEBIN, J.M. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 3 (39) - set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/39-dossie-gagnebimjm.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2013

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História, narração em W. Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2008.

JEANNERET, Y. **Dispositif**. Disponível em: <[ensmp.net/pdf/2005/glossaire/dispositif.doc](http://ensmp.net/pdf/2005/glossaire/dispositif.doc)> Acesso em: 05 abr. 2012

JEANNERET, Y. **Information**. Disponível em: <[ensmp.net/pdf/2005/glossaire/information.doc](http://ensmp.net/pdf/2005/glossaire/information.doc)> Acesso em: 05 abr. 2012

LE DEUFF, Olivier. La culture de l'information em reformation. 1999 Thèse (Doctorat) – Université de Rennes. Disponível em: <<http://tel.archivesouvertes.fr/docs/00/42/19/28/PDF/theseLeDeuff.pdf>>. Acesso em 24 jul. 2012.

MENEZES, A. B. de. **Do poder da palavra**. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao09.html>> . Acesso em: 23 mai. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n.10, p.07-28

PERAYA, D. Médiation et médiatisation: le campus virtuel. **Hermès**: La revue, Paris, n.25, 1999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2042/14983>> . Acesso em: 24 jul. 2011. DOI : 10.4267/2042/14983

PERROTTI, E. ; VERDINI, A. Estações do conhecimento: espaços e saberes informacionais. In: ROMÃO, L.M.S. (org.) **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alfabeta, 2008.

PERROTTI, E. A aventura de conhecer: proposta pedagógica. Boletim Salto para o Futuro, v. 18, p. 3-13, 2008

PERROTTI, E. Estação do Conhecimento Einstein: e com a palavra, o Prof. Edmir Perrotti. In: **Revista da Educação Cidadã**: Programa Einstein na Comunidade de Paraisópolis, 2.ed, 2010, p.18

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In : LARA, M.L.G, FUJINO, A. NORONHA, D.P. (org.) **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. Recife: Néctar, 2008. p. 46-97.

PIERUCCINI, I. ; PERROTTI, E. Memória, experiência e informação: a Estação Memória. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 11º, Rio de Janeiro. **Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Ancib; Fiocruz: Ancib; Fiocruz, 2010. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/533/96>>. Acesso em: 05/04/2013.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em Educação. 2004. 194f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, Dec. 2005 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022005000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 mai. 2013.

PLATÃO. **Fedro ou da Beleza**. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

PROUST, M.I. **No caminho de Swann**. São Paulo: Globo, 2009.

ROUANET, S. P. ; WITTE, B. Por que o moderno envelhece tão rápido? **Revista Usp**: dossiê Walter Benjamin, São Paulo, n.15, set.out.dez, 1992. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/15/SUMARIO-15.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2013.

VERNANT, J. **Mito e pensamento entre os gregos estudos de psicologia histórica**. São Paulo: Difel, 1973.

VIRILIO, Paul. Paul Virilio, o teórico da velocidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, A.29, 08 de agosto de 1987.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

WITTE, B. ; CAMPOS, H. de O que é mais importante: a escrita ou o escrito?. **Revista Usp**: dossiê Walter Benjamin, São Paulo, n.15, set.out.dez, 1992. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/15/SUMARIO-15.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2013.



## INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PARAÍBA

### *INFORMATION AND MEMORY IN THE CONSTRUCTION OF THE CULTURAL HERITAGE IN PARAÍBA*

Maria da Vitoria Barbosa Lima

**Resumo:** A sociedade brasileira criou seus órgãos representativos para a preservação do patrimônio cultural (material e imaterial). Na Paraíba, para o registro e tombamento do patrimônio estadual, temos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP). Esta e outras instituições patrimoniais produziram e produzem diversos documentos que norteiam e possibilitam o tombamento de bens culturais. Este artigo tem por objetivo pensar a documentação gerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba enquanto patrimônio cultural. Ela é representativa, pois revela o campo discursivo de uma instituição patrimonial e as relações de força na implantação de uma cultura política patrimonial. Para a realização destes objetivos, será utilizada a análise de conteúdo na concepção de Bardin (2011), evidenciando as fontes documentais acerca do patrimônio cultural paraibano. Entendemos a informação a partir de Zeman (1970) e Pacheco (1995), como uma porção materializada do conhecimento, resultante da ação intencional humana. E entendida também como expressa por Marteleto (2002; 2007) como entrelaçamentos sociais e coletivos configurados pelas representações dos sujeitos inseridos em espaços institucionais. A memória é, segundo Diehl (2002) e LeGoff (2003), como construção de um passado no presente, através de representações que perpassam o tempo. A partir de Poulot (2007), patrimônio é a representação de civilização e construção de identidades.

**Palavras-chave:** Campo discursivo. Relações de força. Patrimônio Cultural.

**Abstract:** Brazilian society created its representative institutions for the preservation of the cultural heritage (material and immaterial). In Paraíba, for the register and historical record of the state heritage, we have the Historical and Artistic Heritage Institute of the State of Paraíba (IPHAEP). This and other heritage institutions produced and produce several documents that guide and enable the historical record of cultural assets. This article aims to reflect on the documentation generated by the Historical and Artistic Heritage Institute of the State of Paraíba as cultural heritage. The documentation is representative once it reveals the discursive field of a heritage institution and the force relations regarding the establishment of a heritage policy culture. In order to carry out these objectives, Bardin's (2011) conception of content analysis will be used. This will highlight the documental sources about the cultural heritage from Paraíba. Information is understood based on Zeman's (1970) and Pacheco's (1995) theories as a materialized portion of knowledge resultant from the human intentional action. It is also understood according to Marteleto's (2002; 2007) viewpoint as social and collective intertwinements set by the individuals' representations in institutional environments. Memory is, according to Diehl (2002) and Le Goff (2003), as the construction of a past in the present by means of representations that go beyond time. Heritage, in the light of Poulot (2007), is the representation of civilization and construction of identities.

**Keywords:** Discursive field. Force relations. Cultural heritage.

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira criou seus órgãos representativos para a preservação do patrimônio cultural (material e imaterial), como exemplos, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em nível nacional, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), em nível estadual, na Paraíba. Essas e outras instituições patrimoniais produziram e produzem diversos documentos que norteiam e possibilitam o tombamento de bens culturais.

Contudo, mesmo sabendo que os documentos de arquivos<sup>111</sup> são vitais para a administração, assim como para a história, certas instituições tendem a tratá-los com descaso, como se não passassem de “papéis velhos” e não mais como veículo de informação quando a frequência de uso pela entidade produtora é cessada. Lembremos Marteleto (2007, p. 15) quando diz que: “[...] informação é artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura” e, por isso, “gera memória”. Acrescentamos, também, memória dos campos de força que são representações de práticas sociais e culturais.

Este artigo tem por objetivo pensar a documentação gerada pelo IPHAEP enquanto patrimônio cultural. Ela é representativa, pois revela o campo discursivo de uma instituição patrimonial e as relações de força na implantação de uma cultura política patrimonial. Essa nova cultura presente na documentação foi capaz de gerar a produção de um novo modelo cultural, de inaugurar um novo tempo: a institucionalização do patrimônio cultural no estado da Paraíba.

Para a realização destes objetivos, será utilizada a análise de conteúdo, evidenciando as fontes documentais acerca do patrimônio cultural paraibano e utilizando a abordagem qualitativa que, segundo Bardin (2011, p.145), “corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável” e permitindo possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou mais variáveis do informante.

No presente artigo, selecionamos o recorte temporal, que compreende os anos de 1974 (início da implementação da política cultural, através do IPHAEP<sup>112</sup>) e 1997

---

<sup>111</sup> Identificamos documento de arquivo como a unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, produzido e acumulado por uma instituição ou pessoa física. Neste estudo, trabalhamos apenas com o documento de arquivo institucional.

<sup>112</sup> O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) foi criado pelo Decreto nº 5.255, de 31 de março de 1971. Regulamentado em setembro do mesmo ano pelo decreto nº 5.348. Porém, sua execução só ocorre em 1974. Segundo Noronha (2002 **apud**

(instrumentalização de práticas concretas de processos de tombamentos<sup>113</sup>), e a abordagem de termos/conceitos como informação, memória, patrimônio/patrimonialização e as implicações existentes em se trabalhar o documento gerado pela instituição patrimonial enquanto patrimônio cultural.

### **Informação, Documento e Campo Discursivo**

A documentação gerada pelo IPHAEP é patrimônio cultural, mesmo que ela, na sua origem, não tenha sido gerada com essa destinação. Sabemos que o patrimônio cultural é construído por meio de procedimentos institucionais e através do registro de informação, da elaboração de documentos que provam a existência de elementos que as instituições patrimoniais pretendem ligar aos bens, para sua transformação em patrimônio coletivo.

A documentação é representativa, pois revela o campo discursivo de uma instituição patrimonial e as relações de força na implantação de uma cultura política patrimonial. Mas, investigar o campo discursivo e as relações de forças na geração de uma cultura política patrimonial, no estado da Paraíba, significa mergulhar na informação patrimonial existente na documentação gerada durante esse processo de construção do patrimônio cultural paraibano. Pois, somente com ela, a informação materializada, podemos provar, lembrar, compreender e identificar. (DELMAS, 2007)

Entendemos a informação a partir de Zeman (1970) e Pacheco (1995), como uma porção materializada do conhecimento, resultante da ação intencional humana. E entendida também como apontada por Marteleto (2002; 2007), como entrelaçamentos sociais e coletivos configurados pelas representações dos sujeitos inseridos em espaços institucionais.

As informações materializadas na documentação produzida pelo IPHAEP, no cumprimento de suas competências, ou seja, produzida pela instituição para estimular o tombamento, tinha e tem um caráter que extrapola e muito os seus trâmites administrativos. Isso porque nela emerge a institucionalização de um campo de saber, de um campo

---

OLIVEIRA, 2002, [p. 159]), a implementação do IPHAEP é um tanto folclórica, pois certo dia ele (Noronha) foi ao Secretário de Educação e disse: “Vamos fundar o Instituto do Patrimônio que o governo já criou isso aí, que está dormindo no Diário Oficial, e ninguém faz nada.” Em seguida foi ao governador que assinou a portaria designando-o para a presidência do Instituto. Era o ano de 1974.

<sup>113</sup> Em 1997, ocorre a execução do primeiro processo de tombamento e era referente ao prédio nº 78 da Rua Floriano Peixoto, em Campina Grande, conhecido como a Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba. Proteção existente através do Decreto nº 19.447 de 24 de dezembro de 1997.

discursivo, de um lugar de fala conforme nos orientam as leituras de Michel de Certeau (2002).

Assim, na Paraíba, criou-se o “lugar de onde se fala”, o IPHAEP, e institucionalizou-se o patrimônio, ou seja, geraram-se mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural. Porém, mais que um “lugar de onde se fala”, a instituição inaugurou um movimento que promoveu ampliações e transformações. Rompeu conceitos de patrimônio como herança paterna/materna ou bens de família, e sua utilização como “ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania [...] para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade [do Estado], ou seja, do conjunto de todos os cidadãos”. (FONSECA, 2005, p. 58).

A patrimonialização, assim, configura-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação. Para isso, há a necessidade da conservação a ser praticada pelo instituto, dotado de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E com isso, proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com o intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro.

O discurso inicial do IPHAEP sobre a patrimonialização recaía nos estudos sobre Arqueologia, Ecologia, Obras de Arte (essencialmente, de origem religiosa), Monumentos Históricos e Igrejas, Artes plásticas, Folclore, Centros históricos, preservação de árvores e do Altiplano Cabo Branco, além de pensar na criação de área como o Parque Medicinal. (OLIVERIA, 2002, p. 82).

Essa prática inicial do IPHAEP apresenta uma ótica interdisciplinar da patrimonialização, adotando novas abordagens e temas bastante diferentes da produção do SPHAN/IPHAN, até então<sup>114</sup>. A instituição, nesta primeira fase de sua existência, busca ampliar seu foco de atuação, não se detendo apenas no patrimônio arquitetônico, mas se preocupando em trabalhar com o todo, material e imaterial, trabalhar para salvaguardar o patrimônio cultural paraibano. Fica evidente, posto que entre os agentes da instituição, nessa fase inicial, consistia nos conselheiros do Conselho Consultivo, como Vanildo Ribeiro de Lyra Brito (filósofo, escritor, poeta, advogado, professor universitário); Lauro Pires Xavier (engenheiro agrônomo, botânico, ecologista); Mário Glauco di Lascio (arquiteto); Padre José

---

<sup>114</sup> Sobre a política cultural do SPHAN/IPHAN veja FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

Trigueiro do Vale; Raul Córdula Filho (artista plástico); Fernando Antônio da Silva Oliveira; portanto, indivíduos portadores de saberes, conhecedores da cultura paraibana.

Esse discurso, construtor de um campo de saber - a patrimonialização - era resultado de um trabalho consistente da produção intelectual da direção e dos conselheiros e de pesquisa histórica em bibliotecas, arquivos, jornais, documentos que não necessariamente foram gerados no cumprimento de suas atividades, ou seja, organicamente, mas fundamentais para a formação dos estudos de tombamento<sup>115</sup>. Percebemos um conjunto enorme de atividades desenvolvidas em torno do tombamento e que visavam formar uma massa documental<sup>116</sup> em relação aos bens culturais que seriam inscritos no livro de tomo.

Ao observarmos de forma mais aproximada, os decretos e o regimento, entre os anos de 1978 a 1992, percebemos que a legislação que rege a atuação do IPHAEP, não traz *uma linha* sobre a documentação que deveria instruir os tombamentos. Os decretos se preocupam muito mais em estabelecer os efeitos jurídicos do tombamento e as sanções em caso de dano ao patrimônio, em definir os tipos de patrimônio e a estrutura institucional. Vejamos:

QUADRO 1: Instrumentos legais de defesa do patrimônio

NATUREZA	INSTRUMENTOS	
	<i>Identificação</i>	<i>Descrição</i>
Legislação Estadual	Decreto nº 5.255 (1971)	Criação do IPHAEP.
Legislação Estadual	Decreto nº 7.651 (1978)	Transforma o IPHAEP em Órgão de Regime Especial com autonomia administrativa e financeira e dá outras providências, como as competências de promover cadastramento, tombamento, conservação, restauração e preservação de bens culturais.
Legislação Estadual	Decreto nº 7.819 (1978)	Dispõe sobre o cadastramento e tombamento de bens culturais, artísticos e históricos no estado da Paraíba.
Legislação Estadual	Decreto nº 9.483 (1982)	Dispõe sobre o uso do solo da orla marítima do estado da Paraíba.
Legislação Estadual	Decreto nº 5.357 (1991)	Dispõe sobre os objetivos e a estrutura organizacional básica do IPHAEP.
Legislação Estadual	Decreto nº 14.569 (1992)	Aprova o Regimento Interno do IPHAEP com a seguinte estrutura: 1. <i>Órgão de</i>

<sup>115</sup> Neste estudo utilizamos o termo “estudo de tombamento” porque entre os anos de 1974 a 1997, o IPHAEP não produzia processos de tombamento. A legislação que regia a atuação do IPHAEP, até então, não fazia referência sobre a documentação que deveria instruir os tombamentos; assim, após a realização dos estudos, o diretor da instituição enviava ao governador do estado apenas uma lista com os nomes dos bens a serem tombados.

<sup>116</sup> Infelizmente, atualmente, somente conseguimos recuperar partes dessa documentação. Um dos poucos estudos completos que foi preservado pelo IPHAEP, consiste no estudo sobre o Altiplano/Cabo Branco, o “ponto mais oriental” do Brasil.

		<p><i>direção e deliberação superior:</i> diretoria executiva e conselho de proteção dos bens históricos culturais (CONPEC); 2. <i>Órgão de assessoramento:</i> assessoria jurídica; 3. <i>Órgão instrumental:</i> coordenadoria administrativa e divisão financeira; 4. <i>Órgão de execução programática:</i> coordenação de assuntos históricos, artísticos e culturais; coordenadoria de arquitetura e ecologia, e suas subdivisões.</p>
Legislação Estadual	Lei nº 9.040 (2009)	Dispõe sobre o IPHAEP e dá outras providências, tais como os objetivos, estrutura organizacional, CONPEC, receitas, penalidades e processo administrativo.

Fonte: Arquivo IPHAEP.

Apesar de a legislação, anterior a 1997, não fazer referência aos documentos que deveriam instruir os tombamentos, contudo, a Lei nº 9.040 de 30 de dezembro de 2009, em seu artigo 2º, parágrafo 2º, nomeia que as medidas administrativas de proteção ao patrimônio cultural se farão mediante: inventário, fiscalização, tombamento, registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível, catalogação sistemática, conservação, e desapropriação. A referida lei inscreve três elementos, sendo que dois desses já se tornaram uma prática no processo de tombamento, preservação e conservação patrimonial, e consistem na construção de inventários, catálogos. O terceiro elemento é polêmico, pois abre a possibilidade do IPHAEP realizar desapropriação, ou seja, privar alguém da propriedade de um bem em nome da coletividade.

**Figura 1:** Obra sem planejamento e retirada de areia/Cabo Branco (1979).



Fonte: IPHAEP/Arquivo da CAHAC.

**Figura 2:** Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: RODRIGUES (1994).

O Regimento Interno do IPHAEP, aprovado pelo Decreto nº 14.569 de 10 de julho de 1992, por sua vez, revela que é de responsabilidade da Divisão de Cadastramento e

Tombamento (DICATON), setor da Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia, responsável pelo acervo fotográfico dos bens cadastrados e tombados. Percebemos que as fotografias se tornaram, antes da aprovação deste regimento e ao longo dos anos de atividade do IPHAEP, um elemento fundamental de conhecimento e informação, em todos os trabalhos realizados, quer no momento da identificação ou seleção do bem para tombamento, quer nas etapas de trabalho relativas à sua conservação e à sua restauração.

A documentação gerada e acumulada pelo IPHAEP, nos anos de 1974 a 1997, no desenvolvimento de suas funções, consiste sua produção em duas fases. Os documentos gerados antes do tombamento são compostos por “listagem” (identificação nominal) de bens a serem tombados, estudos de caracterização arquitetônica, história, estudo do seu entorno, fotografias. A documentação de tombamento resume-se nos decretos e no registro dos bens em livros de tombos.

Assim, à medida que os diversos documentos cumpriam suas atividades administrativas e instruíam os estudos de tombamento, os agentes patrimoniais (direção e corpo técnico) organizaram um conjunto de procedimentos e estratégias capazes de dizer e fazer ver à Paraíba, o seu patrimônio, assim como a sua própria atuação institucional.

A **Figura 1** faz parte dos estudos sobre a área do Altiplano Cabo Branco. Ela revela dois problemas recorrentes, até então, nessa área, provocados pela expansão da cidade em direção ao mar: a existência de obras sem planejamento que provocam desmatamentos e as constantes retiradas de areia para a construção civil.

Assim, percebemos que a necessidade de instruir os processos de tombamento com fotografias, explicações circunstanciadas acerca da obra, objeto, monumento a ser tombado, torna-se essencial. Pois, a fotografia nesses processos reitera o seu caráter de documento como prova de algo.

A **Figura 2** revela a Igreja consagrada a Nossa Senhora da Conceição, construção barroca do século XVIII, pertencida à Companhia de Jesus. Ela foi demolida no governo de João Pessoa (1928-1930), com o objetivo de construir uma via de passagem para a cidade baixa. Assim, com a constatação da destruição, o que ficou desse patrimônio foi a documentação que inclui: a fotografia e os registros escritos sobre sua existência.

#### Memória, Patrimônio e Identidade

Segundo Choay (2006, p. 26), “todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memorial”. O documento (suporte e informação) tem por

finalidade provar, mas também, como um objeto de saber, um testemunho histórico, de reviver um passado, conhecê-lo e compreendê-lo. É uma construção do passado no presente.

O documento enquanto artefato e fonte de memória tem a propriedade de conservar certas informações e, por meio dessas, podemos, pesquisadores ou não, atualizar e analisar informações. Aprendemos com Le Goff (1994), que a memória tem como propriedade certas informações e nos remete, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Assim, a memória é a base de todo o conhecimento, aqui entendido como patrimônio cultural da humanidade. É nela que se encontra a memória social, individual e coletiva, que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas.

Diehl (2002, p. 115-116), por sua vez, apresenta-nos a diferenciação entre lembrança e memória. Segundo este autor, lembrança é vivência fragmentada, como rastros e restos de experiências perdidas no tempo. Já memória significa experiências consistentes, ancoradas no tempo passado facilmente localizável, pois possui contextualidade e pode ser atualizada historicamente, e constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos como canais de comunicação entre dimensões temporais.

Em síntese, a memória é, segundo Diehl (2002) e Le Goff (1994), como construção de um passado no presente, através de representações que perpassam o tempo. Mas ela também é um “elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. (LE GOFF, 1994, p. 477).

A memória é

[...] a correia de transmissão do **patrimônio cultural** entre as várias gerações, portanto, no tempo. A sua dupla dimensão como capacidade de reter, recuperar, armazenar e evocar informações, conhecimentos e saberes disponíveis, seja internamente, no cérebro (memória humana), seja externamente, em dispositivos artificiais (memória artificial), aponta que a Memória Social, a das experiências vividas por determinadas sociedades, não pode prescindir de ambas, como capacidade de evocação do tempo e no tempo. (SILVEIRA, 2008, p.187) (Grifo nosso)

Patrimônio cultural, material e imaterial, não pode prescindir da memória. Memória-Patrimônio-Identidade andam juntos.

O termo patrimônio, segundo Poulot (2009) define-se:

[...], ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela



opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades. (POULOT, 2009, p.13)

A documentação produzida para o tombamento dos ditos bens patrimoniais, na Paraíba, revela-nos que o debate no IPHAEP acerca do patrimônio, nos anos iniciais, configurava-se em torno de questões que alimentavam o pensamento social e político do período, qual seja, a *paraibanidade*, a identidade a ser construída e ressaltada.

Em estudos contemporâneos, a identidade tem se destacado como uma questão central nas discussões, no contexto das construções globais das identidades nacionais e étnicas. Para Woodward (2000), a identidade é relacional e marcada pela diferença. Ela é relacional porque depende de algo de fora (outra identidade) para existir, e a diferença é estabelecida por uma marcação *social* e *simbólica*. O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes e, segundo a autora, necessários, porque a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido às práticas e às relações sociais e define, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído.

Ainda segundo Woodward (2000), a conceituação da identidade envolve o exame dos “sistemas classificatórios”, isto é, os elementos elaborados para mostrar como as relações sociais são organizadas e divididas. Nesse caso, haverá, no mínimo, dois grupos de oposição: “nós” e “eles”. Nessa divisão, poderá haver conflitos decorrentes de afirmações de “identidades distintas”, entre nações ou dentro delas. Entre as identidades distintas, existentes dentro das nações, destacamos, neste estudo, as produzidas nos movimentos de identidade étnica. Esses, frequentemente, reivindicam uma cultura própria ou uma história comum como fundamento de sua identidade. Mesmo nesse tipo de identidade pode haver contradições, no seu interior, que têm de ser negociadas. Assim, onde há diferenciação – identidade e diferença – aí estará presente o poder.

O estudo de Woodward (2000) incide na identidade distinta marcada pela diferença. Dessa forma, o que há de diferente para marcar a identidade paraibana? A paraibanidade está presente na conservação e preservação do patrimônio cultural, antes idealizado pela diversidade. No entanto, na prática da cultura patrimonial do IPHAEP, os bens protegidos revelam que os valores transmitidos à sociedade e que a identificam são aqueles trazidos pelos colonizadores portugueses e reproduzidos pela elite econômica e intelectual do Estado. As edificações construídas pelos senhores de engenho escravocratas e os barões do algodão (muitos também senhores de engenho e escravocratas) e as igrejas católicas dominam os bens protegidos pelo IPHAN e IPHAEP na Paraíba.

Acreditamos, entretanto, que os atores sociais e os discursos por eles elaborados se refazem, se organizam e se reorganizam o tempo inteiro. Portanto, não nos parece possível lidar com divisões sectárias e lugares sociais muito demarcados, imutáveis, puros e muito difíceis de definir porque a todo o momento eles se refazem.

Segundo Hall (2011), a identidade nada mais é do que a forma como determinados atores sociais foram posicionados por meio das narrativas históricas, ou seja, mais do que uma essência, estamos falando de posições que pressupõem deslocamentos, alterações, o tempo inteiro.

Sendo assim, a partir dos discursos e práticas institucionais, nos parece que a percepção que eles tinham acerca do passado era que este não está morto; ao contrário, o passado permanece aberto em direção ao futuro. Neste caso, na Paraíba, havia um passado que era necessário mobilizar e, para alguns, redimir. E para isso era necessária a existência do IPHAEP, para reparar o que estava sendo esquecido.

### **Relações de força na construção do patrimônio**

A documentação preservada nos arquivos do IPHAEP revela a preferência da instituição na preservação do patrimônio arquitetônico. Entre os anos de 1979 a 1982, foram tombados 47 bens em todo o Estado pela referida instituição, distribuídos da seguinte forma: 39 bens imóveis, 4 centros históricos e 4 áreas verdes (parques e praças). Essa preferência é motivada pelo que vinha ocorrendo na capital do Estado, como é revelada na fala de Noronha (2002 **apud** OLIVEIRA, 2002, [p. 161]):

[...] a cidade de João Pessoa, capital, sendo a 3ª surgida no Brasil, uma das mais antigas, estava sendo destruída, como ainda hoje [...]

Mas aí começou, o Conselho, a gente começou a ver, começou a analisar a distribuição dos prédios que mereciam realmente uma conservação. Principalmente, o Varadouro lá de baixo, que a arquitetura e a turma especialista no assunto chamavam de artérias esclerosadas de uma cidade.

Aquele mundo ali embaixo da cidade baixa no Varadouro, tudo fechado, ninguém queria mais saber de nada [...]

Mas lá era exatamente pela indiferença dos proprietários. Ninguém queria colocar um prego na parede, nada.

“Não há dinheiro, o governo é que deve fazer isto”.

Daí a preocupação do IPHAEP em torno da arquitetura, estava sendo totalmente destruída.

É evidenciado também, na documentação, campos de força que geram ou são representações de práticas sociais e culturais concretas. Práticas exemplificadas na fala de Noronha em que os proprietários de bens passíveis de serem tombados destinam essa

iniciativa de preservação como sendo o papel exclusivo do governo; contudo, os frutos dessa iniciativa devem ser totalmente revertidos a eles.

Interesses variados são revelados. De um lado, a força governamental, através da instituição patrimonial, desejosa de preservar e manter para as futuras gerações, pelos atributos e valores existentes nos bens elencados para tombamento. De outro lado, a força dos proprietários e capitalistas, “empreendedores” imobiliários que, por vezes, queriam pôr abaixo ou modificar as edificações em prol dos lucros que poderiam obter em novas transações comerciais. De acordo com Noronha (2002 apud OLIVEIRA, 2002, [p. 161-162]):

[...] os proprietários criavam realmente problemas, queriam colocar abaixo, queriam modificar.

Um negócio incrível era a mutilação da fachada. Porque se criou uma mania em João Pessoa que ainda hoje perdura: um indivíduo cortava um prédio importantíssimo para botar um tipo daquela porta esteira, aquelas portas de correr.

[...] Porque “o cara” não queria aceitar que o prédio dele tivesse um valor arquitetônico, dentro de certas características históricas ou do próprio estilo, eles não queriam aceitar isso.

Os proprietários de imóveis foram surpreendidos por outra visão de patrimônio. Patrimônio social que engloba valores culturais atribuídos aos bens, que justificam seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, sua proteção pelo Estado. Como, então, os agentes do patrimônio ousavam trabalhar com essas questões e, ainda, mudar o rumo das coisas já bem estabelecidas?

A documentação revela que nos anos de 1983 a 1996 não ocorreu qualquer tombamento de bens. A preocupação neste período consistia em ampliar as parcerias institucionais para que o IPHAEP pudesse melhor preservar e conservar os bens já tombados. Vale esclarecer que para a preservação e conservação desses bens tombados e para a efetivação da existência da própria instituição, o instituto construiu diversas parcerias e mecanismos disciplinares, técnicos bem como procedimentos para garantir a preservação do patrimônio tombado foram elaborados.

Inicialmente, o IPHAEP realiza convênio com a Universidade Federal da Paraíba, através do Centro de Tecnologia, para a realização do levantamento do acervo arquitetônico dos monumentos históricos do estado da Paraíba. O levantamento compreende uma listagem nominal e é o primeiro passo para a identificação dos bens a serem cadastrados e, possivelmente, mais tarde serem tombados.

Contudo, para melhor suprir sua necessidade de agir, negociar e viver, na capital paraibana, o IPHAEP firmou convênio com a prefeitura municipal. Neste convênio, a

Prefeitura de João Pessoa ficava obrigada a enviar ao IPHAEP os processos dos proprietários de bens imóveis que solicitavam realizar demolições, reformas, alterações arquitetônicas, existentes na zona de preservação rigorosa ou com características arquitetônicas ou históricas merecedoras de serem preservadas.

As parcerias com outras instituições tornam-se possíveis. Assim, o IPHAEP consegue fortalecer a ação de defesa do patrimônio ambiental e construído no Estado. Em dezembro de 1987, as atas do Conselho Consultivo do IPHAEP (CONPEC) revelam a realização “para breve” de um convênio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)<sup>117</sup> com a prefeitura da capital e o governo do estado para a criação da polícia florestal. (ATA CONPEC, 17 de dezembro de 1987).

Esse mesmo documento revela que o Procurador Geral do Estado, senhor Romero Nóbrega, ofereceu procuradores para trabalharem em conjunto com a assessoria jurídica do IPHAEP, para agilizarem as ações acumuladoras contra todos que praticassem infrações, descaracterizando os núcleos históricos e outras áreas protegidas pela lei. Afirmou o referido procurador que, nos casos de desobediência, deve-se mover uma ação popular e que o instituto deve requerer uma liminar que, de imediato, será ajuizada. (ATA CONPEC, 17 de dezembro de 1987, fl. 2v.)

O IPHAEP estabelece relações com outras instituições criadas para defender o patrimônio cultural brasileiro e paraibano, tais como a Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa<sup>118</sup> e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Pró-memória (SPHAN/Pró-memória)<sup>119</sup>. Dessa maneira, alguns dos processos

---

<sup>117</sup> O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal foi criado pelo decreto lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Era uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura encarregado dos assuntos relativos ao meio ambiente. Foi extinto por meio da Lei Nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 e transferiram seu patrimônio e funções para a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA (criada em 1973 e extinta em 1989) e, posteriormente, para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de acordo com a Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3354> Acesso em: 24 jun. 2014.

<sup>118</sup> Foi criada pelo Decreto nº 12. 239 de 24 de novembro de 1987, na forma do convênio de Cooperação Técnica nº 006/ 87 – Minc, MDU, Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal de João Pessoa. A Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa possui atribuições, tais como: fiscalizar a aplicação das normas urbanísticas relacionadas com o estudo de proteção e revitalização da estrutura edificada do Centro Histórico de João Pessoa, em toda a área por ele definida; elaborar projetos de atuação previstos nos convênios firmados pelas partes. (LIMA; OLIVEIRA, 2013)

<sup>119</sup> Ao longo de sua existência, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) sofreu várias mudanças em sua denominação – foi Serviço, Diretoria, Instituto, Secretaria, Subsecretaria, enfim, atualmente, Instituto. A temporalidade com que estamos

referentes a imóveis na área de preservação do centro histórico inicial de João Pessoa eram enviados para a SPHAN/Fundação Pró-memória dar o parecer (ATA do CONPEC/IPHAEP, 14 de janeiro de 1988, fl.6) ou para a Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico (ATA do CONPEC/IPHAEP, 14 de janeiro de 1988, fl. 39).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da documentação patrimonial como fonte de informação e memória possibilitou reconhecê-la como recurso indispensável para a análise da prática nas relações de poder no processo de produção documental e no desenvolvimento de práticas preservacionistas para a construção do patrimônio cultural.

Nossa preocupação foi explicitar o campo discursivo do IPHAEP, em seus anos iniciais, e a relação de força que a instituição teve de exercer para atuar no campo da proteção do patrimônio estadual. Percebemos que a soma de forças, com outras instituições, possibilitou a ampliação do papel de preservadora e fiscalizadora.

Constatamos que a legislação não se preocupava em estabelecer certos procedimentos; entretanto, os dirigentes, compostos por intelectuais reconhecidos, e o corpo técnico, constituído por professores e estudantes de arquitetura da UFPB, instituíram por meio de discursos e práticas os documentos/monumentos e ao fazê-lo nos esclareceram acerca do que entendiam por História, Arte, Cultura, Tradição, Patrimônio.

Enfim, reconhecemos que a documentação gerada no tombamento e registro dos diversos bens patrimoniais materializa o fim último do processo de preservação e, também, torna-se patrimônio.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei Nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 e Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=3354> Acesso em: 24 jun. 2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3º Ed. São Paulo: UNESP, 2006.

---

trabalhando, a instituição patrimonial referida era Secretaria. Em dezembro de 1979, foram criadas a SPHAN e a Fundação Nacional Pró-Memória e em janeiro de 1980 ocorre a fusão dos dois órgãos. (PEREGRINO, 2012)

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: IFHC, 2010.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação.** Bauru/SP: EDUSC, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IPHAEP. ATA CONPEC, 1987-1993.

IPHAEP. Regimento Interno. 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

LIMA, M. V. B; OLIVEIRA, B. M. J. F. de. **Guia de Unidades Custodiadoras de Acervos.** João Pessoa: 2013.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Lembranças e esquecimentos na construção do patrimônio cultural na Paraíba-Brasil. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANCIB, 2012.

Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2110/LEMBRAN%C3%87AS%20E%20ESQUECIMENTOS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 jun. 2014.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Míriam A. **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especialidades.** João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. P. 101-115.

MARTELETO, Regina Maria. O lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, Matilda L. P. de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (orgs.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas.** Recife: NECTAR, 2007.

NORONHA, Linduarte. Entrevista. In: OLIVEIRA, Almir Felix de. **Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico.** Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. [p. 159-169].

OLIVEIRA, Almir Felix de. **Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico.** Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **Informare** - Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ - CNPq/IBICT, v. 1, n. 1, p. 20-24, jan./jun 1995.

PARAÍBA. Decreto nº 5.255, de 31 de março de 1971. Diário Oficial. João Pessoa, 1978.

PARAÍBA. Decreto nº 14.569, de 10 de julho de 1992. Diário Oficial. João Pessoa, 12 de julho de 1992.

PARAÍBA. Decreto nº 19.447 de 24 de dezembro de 1997. Diário Oficial. João Pessoa, 25 de dezembro de 1997.

PARAÍBA. Decreto nº 5.357, de 1991. Diário Oficial. João Pessoa, 1991.

PARAÍBA. Decreto nº 7.651, de 28 de julho de 1978. Diário Oficial. João Pessoa, 30 de julho de 1978.

PARAÍBA. Decreto nº 7.819, de 24 de outubro de 1978. Diário Oficial. João Pessoa, 26 de outubro de 1978.

PARAÍBA. Decreto nº 9.483, de 1982. Diário Oficial. João Pessoa, 1982.

PARAÍBA. Lei nº 9.040 de 30 de dezembro de 2009. Diário Oficial. João Pessoa, 31 de dezembro de 2009.

PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. *Revista Confluências Culturais*. v. 1, n. 1, p. 85-100, setembro de 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/357-1128-1-PB.pdf>  
Acesso em: 20 maio 2014.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil do Conde de Galvêias à Constituição de 1988. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. João Pessoa: A UNIÃO, 1994.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Movimentos Sociais, Memória e História. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ANDES-SN, p. 185-193, 2008.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZEMAN, Jiri. O significado filosófico da noção de informação. In: **O conceito de informação na ciência contemporânea** – Colóquios filosóficos internacionais de Royauumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1970, p.154-179.

## MEMÓRIA E IDENTIDADES NIPO-BRASILEIRAS: CULTURA POP, TECNOLOGIAS E MEDIAÇÕES

*MEMORY AND JAPANESE-BRAZILIAN'S IDENTITIES: POP CULTURE, TECHNOLOGY AND MEDIATIONS*

Mariany Toriyama Nakamura  
Giulia Crippa

**Resumo:** Esta pesquisa se volta para o estudo das manifestações da cultura pop nipo-brasileira associadas aos descendentes de japoneses no Brasil e de artistas de outras origens que compartilham da estética da cultura pop japonesa. Tem por objetivo estudar o desenvolvimento dos processos de mediações da cultura e da informação contidos nas manifestações da cultura pop nipo-brasileira e dos novos espaços culturais virtuais nos quais se manifesta graças à influência das atuais tecnologias de informação e comunicação. Para tanto, é necessário compreender aspectos da cultura e da tradição japonesa que foram trazidos pelos imigrantes e incorporados e adaptados por seus descendentes de modo a constituir um sentimento diferenciado de identidade ou “japonesidades multiplicadas”, termo adotado em simpósio realizado na UFSCAR em 2010 e que discute o ser e estar nipo-brasileiro, bem como se percebe expressado nas manifestações artísticas em questão.

**Palavras-chave:** Cultura pop; Mediação cultural; Memória; Identidades; Ciência da Informação; Tecnologia.

**Abstract:** This research turns to the study of the manifestations of Japanese-Brazilian pop culture related with Japanese descendants in Brazil and artists from other origins who share the aesthetic of Japanese pop culture. This research aims to study the development of the processes of mediation of culture and information contained in the manifestations of pop culture Japanese-Brazilian cultural and new virtual spaces in which is manifested through the influence of current information technologies and communication. Therefore, it is necessary to understand aspects of Japanese culture and traditions that were brought by immigrants and incorporated and adapted by his descendants in order to constitute a distinct sense of identity or "japonesidades multiplied," a term adopted in UFSCAR symposium held in 2010 and discussing being and Japanese-Brazilian, and one realizes expressed in artistic concerned.

**Keywords:** Pop Culture; Cultural mediation; Memmory; Identities; Information Science; Technology.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho observa as manifestações nipo-brasileiras do pop de origem japonesa e as relações de mediação que se estabelecem com os suportes tecnológicos e informacionais utilizados hoje como ambiente mais propício de criação e divulgação da cultura pop. Para isto, é preciso compreender as raízes do primeiro contato entre japoneses e brasileiros até que seja possível chegar ao que hoje se compreende por identidades nipo-brasileiras. Para a realização deste estudo utilizou-se estudo exploratório, fundamentado em uma pesquisa bibliográfica. Nesta pesquisa trata-se a formação de identidades influenciada pela memória, o folclorista Kunio Yanagita, por exemplo, chama atenção para o termo "*jonin*"



que significa: "a parte de nós que é comum a nós", aquilo que é transmitido por gerações e gerações, como memória adquirida. É por meio desta raiz que aqui se questiona como a memória e a formação de identidades se reconhece nas ilustrações e artistas da vertente da cultura pop nipo-brasileira manifestada na web.

Hoje, com o desenvolvimento de gerações mais integradas à cultura receptora, a manutenção da cultura de origem se tornou mais difícil e complexa, no entanto, o que se vê é uma mudança dos grupos nipo-descendentes, principalmente jovens, que tendem a encarar a preservação da cultura japonesa através de uma releitura das tradições e da estética do Japão.

Não é mais possível trabalhar com a ideia de identidades nipo-brasileiras desconsiderando as gerações mais novas constituídas por netos (*sanseis*) e bisnetos (*yonseis*) de japoneses. É fato que o afastamento do contato direto com as tradições e ensinamentos dos membros mais velhos de comunidades de japoneses no Brasil provoca mudanças na forma com que os nipo-descendentes se identificam com a cultura de origem, mas Susumu Miyao (2002, p. 180) crê na passagem, ou conservação de valores culturais transmitidos pela educação familiar. A cultura pop nipo-brasileira, no entanto, não reside apenas nas manifestações produzidas e difundidas por nipo-descendentes, mas agrega muitas outras origens que convergem no gosto pelas mais novas referências da cultura pop japonesa.

O objeto de estudo do presente trabalho é a cultura pop nipo-brasileira. Definida por Luyten (2005, p.7) como um poderoso reflexo da sociedade, a cultura pop não se limita apenas ao sentido estético, mas atinge a todos em um sentido cultural mais amplo. Ela aponta que no Japão de hoje a cultura aparece sob várias formas:

Aspectos da música popular (como enka), karaokê, videogames, desenhos animados (animês), filmes, novelas de TV, entre outras. No entanto, a forma que mais reflete a tradição cultural intesamente visual são os mangás (as histórias em quadrinhos japonesas). Atualmente, as imagens dos mangás, consumidos por milhares de pessoas semanalmente, mostram uma mudança de idéias políticas e culturais do oriente para o ocidente. Os temas que envolveram a juventude japonesa dos anos 70 e 80 tornaram-se relevantes para as juventudes norte-americana, européia e brasileira nos anos 90 e no novo milênio (LUYTEN, 2005, p.8).

A disseminação de características e da estética da cultura pop, neste caso a vertente japonesa, é possível quando entrelaçada ao desenvolvimento das TICs, essencialmente com o surgimento da Internet e com a consequente identificação popular. Com a possibilidade gerada por computadores conectados em redes, ao contrário da televisão, os consumidores da rede também são produtores, pois fornecem conteúdo e dão forma à teia (CASTELLS, 1999, p.439). Isso modifica completamente o cenário da cultura pop nipo-brasileira constituída, em sua maioria, por grupos de jovens que mantêm contato e trocam informações no ciberespaço.

As possibilidades de novas formas de comunicação, sociabilidade e circulação de informações em fluxo contínuo, segundo Lúcia Santaella (2003, p.27) arrancaram o indivíduo da inércia da recepção de mensagens impostas de fora e o treinou para a busca da informação e do entretenimento que deseja encontrar.

A constituição de uma arte mais participativa e comunicativa também entrelaça fortemente a ideia de mediação cultural que para autores como Teixeira Coelho (2004, p.248) pode ser compreendida como "processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte", porém, considerando o uso das TICs pode-se pensar na abertura de possibilidades de mediação cultural que envolvam a participação dos indivíduos e grupos às dinâmicas socioculturais. A possibilidade de construção coletiva de conhecimento e a estruturação de uma sociedade em redes alteram a compreensão existente de informação e, segundo Almeida (2009), as TICs permitem a constituição de espaços de circulação da informação menos hierárquicos possibilitando que o consumidor cultural, possa ser também um mediador.

## **2 JAPONESES ALCANÇAM A AMÉRICA: IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL**

Tanto Brasil quanto Japão tinham seus interesses e motivações para incentivar a imigração. O cenário que se formou no período de 1908 até a II Guerra Mundial para a vinda dos japoneses foi turbulento, mas esta convivência contribuiu para a constituição de um Brasil multicultural (TAKEUCHI, 2010, p. 25).

O primeiro período da imigração japonesa no Brasil vai de 1908 a 1924 e é descrito historicamente como uma fase experimental marcada pela insegurança tanto de japoneses quanto de fazendeiros brasileiros. Os primeiros imigrantes japoneses no Brasil são ainda considerados como aqueles que não corresponderam às expectativas dos fazendeiros. Takeuchi (2010, p. 40) aponta que a alta mobilidade territorial dos japoneses após sua chegada ao Brasil é justificada pela expectativa de, em pouco tempo, retornar ao Japão enriquecidos. Dado esse fenômeno é possível indicar algumas circunstâncias que levaram a um relativo fracasso da primeira leva de trabalhadores: a falta de critério na seleção de trabalhadores que não eram agricultores pelas companhias de emigração; a obrigatoriedade de 3 pessoas aptas ao trabalho por família forçando a constituição de famílias arrançadas cuja falta de vínculo de parentesco levava muitos a desertarem das fazendas; sérios problemas com a alimentação que levavam à desnutrição tanto por não serem capazes de se acostumarem com a cozinha brasileira quanto por não disporem de terrenos para o cultivo de verduras básicas da culinária japonesa; e o choque cultural.

O período de 1924 a 1941 corresponde à segunda fase da imigração japonesa no Brasil marcado pelo auge de entrada de trabalhadores japoneses – mais da metade dos que vieram ao longo de quase 90 anos – agora não mais apenas no campo, mas em vários outros estados e núcleos urbanos em um processo descrito por Célia Sakurai (2000, p. 219), de rápida ascensão social. Hiroshi Saito (1961, p. 38) retoma o interesse do capital industrial do Japão para investimento no Brasil quando se dá o desenvolvimento da produção de caráter comercial entre os imigrados. Desta forma, na década de 1930, o capital japonês que antes era direcionado aos setores agropecuários, agora era direcionado aos setores comercial e industrial. Neste momento também é possível apontar uma mudança significativa nas resoluções do imigrante japonês: chegavam à conclusão que, diante das dificuldades encontradas na lida com o café, seria preciso fixar-se e planejar-se a longo prazo.

A Constituição de 1934 estabeleceu cota de 2% do total de imigrantes de uma mesma origem já estabelecidos no Brasil nos últimos 50 anos. Mais uma vez, embora a imigração japonesa não tenha sido nomeada, era de conhecimento geral que se planejou atingi-la, uma vez que era o processo mais recente e mais numeroso do contexto. Sakurai (2000, p.66) ainda completa que as discussões em torno da Constituição de 1934 causaram mal estar nos círculos diplomáticos entre Japão e Brasil. A corrente imigratória cessa assim que se dá a Segunda Guerra Mundial e, durante o governo de Getúlio Vargas (1930 a 1945) o fortalecimento do nacionalismo brasileiro tornou explícita a campanha antijaponesa que tinha por base a superioridade da raça branca e o temor ao militarismo expansionista japonês. Assim, o ensino da língua japonesa nas escolas foi proibido e os jornais editados em idioma estrangeiro fechados, o que marcou abruptamente este período da história da imigração japonesa da integração para a separação. Os contextos de guerra e pós-guerra são determinantes para compreender o processo de formação de identidades entre japoneses e seus descendentes no Brasil visto que é partir deste momento que se dá o surgimento da primeira geração de nipo-brasileiros.

Em janeiro de 1942 são impostas aos estrangeiros diversas restrições consequentes do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e os países constituintes do Eixo o que leva à restrição de atividades culturais e educacionais dos imigrantes japoneses. O ambiente hostil em que se encontrava a comunidade japonesa e a ausência de informações graças ao fechamento dos jornais voltados para as colônias, geraram incredulidade com a notícia da derrota do Japão na Guerra. A fase obscura da imigração japonesa foi marcada pelo desenvolvimento de sociedades secretas consequentes do inconformismo da derrota pelos mais nacionalistas. Destacou-se, sem dúvida, a *Shindô-Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos

ou Dos que Seguem as Diretrizes Imperiais) que não apenas defendia e divulgava a suposta vitória do Japão como também perseguia aqueles que compunham a vertente “derrotista”. Em 1946, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) efetuou prisões e expulsou do território nacional muitos membros da *Shindô-Renmei*.

A partir de 1954, com as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo essa imagem negativa que se estabelecera sobre os japoneses no Brasil começou a ser amenizada com a organização de uma comissão da colônia japonesa visando sua participação nas festividades mediante apoio do governo nipônico que também viria a financiar a construção do Pavilhão Japonês localizado no Parque do Ibirapuera. Takeuchi (2010, p. 60) atribui a esse evento e ao reconhecimento da derrota do Japão na Segunda Guerra a conscientização dos japoneses de que o Brasil seria a terra onde firmariam definitivamente suas raízes. Assim, a comunidade japonesa no Brasil passou a receber a denominação de Colônia Nikkei do Brasil simbolizando seu processo de integração à sociedade brasileira.

Em 1952 são restabelecidas as relações diplomáticas entre Brasil e Japão e a retomada da imigração para território nacional só é oficializada em 1963 com João Goulart. Tal como o período anterior o governo japonês continua a oferecer respaldo aos seus trabalhadores que deixam o país, porém, diferente do processo anterior cujas famílias saíam em busca de melhores condições de vida, a imigração no contexto pós-guerra se dá como parte de um planejamento mundial.

Pelo lado dos imigrantes propriamente ditos, os jovens do sexo masculino, na sua maioria solteiros, com alguma qualificação profissional, são também uma novidade. Os “Japão novo”, como ficaram conhecidos, têm experiência diferente dos jovens descendentes aqui nascidos. Para a sociedade, no entanto, todos são japoneses. O contraste entre os dois grupos cria a necessidade de uma redefinição da identidade dos nipo-brasileiros, tendo diante de si outro elemento: a imagem de detentores da tecnologia de ponta. [...] (SAKURAI, 2008, p. 221).

A vinda dos chamados “Japão Novo”, ou seja, imigrantes do pós-guerra contribuíram para selar a paz de seus conterrâneos no Brasil trazendo notícias de sua terra natal e a nova conjuntura de valores da sociedade japonesa, o que causou estranhamento nas primeiras gerações que chegaram ao Brasil. A inserção de filhos e netos à dinâmica da sociedade brasileira e o conseqüente afastamento das antigas tradições japonesas também foi motivo de estranhamento e preocupação nos mais velhos. A abordagem de Susumu Miyao (2002, p. 176) explica que pessoas que se tornaram adultos no Japão, imersos em uma cultura diferente, quando no Brasil, tendem a ver criticamente a forma de pensar e agir dos brasileiros e o fato

de aprenderem português e de se habituarem com o modo de vida do Brasil não significa que substituíram os valores aprendidos em sua terra natal. Da mesma forma, para *nisseis e sanseis* – filhos e netos – nascidos aqui, aprender japonês não significa que absorverão os valores japoneses, mas provavelmente ajudará a compreender a cultura japonesa.

Neste momento há de se retomar Lesser (2001) e Takeuchi (2010) quando afirmam que foi da mais profunda ironia o fato de o Brasil buscar com a imigração conseguir tornar-se mais europeu e por fim, desenvolver uma sociedade imensamente multicultural. Não raro, nas gerações de filhos e netos observa-se uma mistura pouco homogênea que mescla valores japoneses em contexto brasileiro para compor, o que no final das contas, continua a ser considerado japonês no Brasil.

### **2.1 Japoneses no Brasil ou nipo-brasileiros: memória e identidades**

O livro "Resistência e Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil" organizado por Célia Sakurai e Magda Prates Coelho retoma os caminhos que homens, mulheres e crianças tomaram ao deixarem parte de suas vidas para trás para transformar seus descendentes em brasileiros com passado japonês. Há de se considerar o contexto que esses imigrantes encontraram no Brasil; uma época de mudanças políticas e econômicas rápidas e profundas que determinaram a forma de ser japonês no Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial é que se torna possível enxergar uma inserção maior dos japoneses no Brasil e, com a mudança de seus objetivos para a permanência no país, surgia a primeira geração de nipo-brasileiros ou nipo-descendentes.

Kodama e Sakurai (2008) apontam que as trocas culturais e inserção dos imigrantes e descendentes japoneses já despontavam por meio dos nipo-brasileiros que adotavam a Língua Portuguesa e que assumiam uma formação cultural híbrida, dando mostras de que as relações mantidas entre a comunidade nipo-descendente e a sociedade brasileira mais ampla tornavam-se mais complexas. Uma nova geração de filhos e netos dos imigrantes que haviam chegado antes da guerra já despontava e abria caminho para uma integração cada vez mais intensa com os outros segmentos da sociedade brasileira. Segundo Meneses (1987), o conceito de identidade implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social. Sob esse ponto de vista, a busca de uma identidade vê de forma negativa conteúdos novos, entretanto, a antropologia e a sociologia nos informam que a identidade é socialmente atribuída e mantida e só se transforma também socialmente. O suporte fundamental da identidade é a memória e é preciso analisá-la para que outros aspectos das identidades culturais sejam compreendidos.

Segundo Meneses (1992) a caracterização mais corrente de memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações e conhecimento e sua produção e acabamento estariam atreladas apenas ao passado. Um equívoco, visto que a memória é um processo permanente de construção e reconstrução. No âmbito da ciência da informação cuja preservação, em algum momento figurou de forma central, a relação com a concepção de memória era inevitável. Jacques Le Goff (2003) propõe que a memória como propriedade de conservar certas informações, nos remete em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar as impressões e informações adquiridas.

Ainda que a memória nos pareça inicialmente um fenômeno individual, próprio de cada um, Maurice Halbwachs (2006) nos conduz a compreender a memória também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p.201).

Memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém (HALBWACHS, 1991<sup>120</sup> apud SILVA, 2009, p.4).

Assim pode-se afirmar que o indivíduo carrega consigo a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. Tanto a memória individual quanto a coletiva mantém uma relação que se estende à memória histórica; guardam informações relevantes para os sujeitos e têm como função primordial garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros.

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2006, p. 72)

Pollak (1992) sintetiza que os elementos constitutivos da memória seja individual ou coletiva, são: os acontecimentos vividos pessoalmente e em segundo lugar os acontecimentos relacionais, ou vividos por tabela, ou seja, vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Para ele, há entre a memória e o sentimento de identidade uma ligação fenomenológica muito estreita. Pollak trabalha com a ideia de três elementos

---

<sup>120</sup> HALBWACHS, Maurice. Fragmentos de la memoria colectiva. Selección e traducción. Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa Licenciatura em Psicologia Social. Publicado originalmente em Revista de Cultura Psicológica, Año 1, n.1, México, UNAM-Facultad de psicología, 1991.

essenciais da construção de identidade: a unidade física que consiste no sentimento de fronteira física como o corpo ou, em caso coletivo, o pertencimento a um grupo; a continuidade dentro do tempo; e o sentimento de coerência, "ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados". (POLLAK, 1992, p. 204)

Se para Pollak (1992) a memória é, em parte, herdada então está sujeita a flutuações em função do momento de sua articulação ou expressão. "As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada". (1992, p. 204) Sob este aspecto de organização ou da memória como fenômeno construído individual e social, Pollak atribui uma ligação muito estreita entre memória e o sentimento de identidade.

## **2.2 Identidades culturais: nipo-brasileiros**

Tomando o sentimento de identidade em seu aspecto mais superficial é possível compreendê-lo no sentido da imagem de si, para si e para os outros, ou seja, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio na negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 204)

Segundo Stuart Hall (2005) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento.

Existe sempre algo 'imaginário' ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre 'em processo', sempre 'sendo formada' [...]. Assim, em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é 'preenchida' a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (p.38-39).

Hall (2011) propõe explorar questões sobre identidade cultural na modernidade tardia e avaliar se de fato existe uma "crise de identidade". Se ela existe, o que significa? Que formas ela toma e quais suas possíveis consequências? Sua posição primordial afirma que as identidades modernas estão sendo "descentradas", ou seja, passando por um processo de

fragmentação. Diante disso Hall reflete sobre as possíveis consequências desta noção de descentralização.

O sujeito assume identidade diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2011, p. 13)

Hall (2011) ainda prossegue com a afirmativa de que a ideia de uma identidade unificada e coerente é uma fantasia, uma vez que à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam há o confronto com uma multiplicidade identitária com a qual seria possível estabelecer alguma identificação ainda que temporariamente. No que toca a globalização, ou o momento de 'modernidade tardia' conforme palavras do próprio autor, as sociedades seriam caracterizadas pelas diferenças e antagonismos sociais que fazem com que o sujeito tenha vários posicionamentos, ou, neste caso, identidades.

Por este ponto de vista pode-se inferir que o deslocamento é positivo a partir do momento que desarticula estruturas de identidades passadas e possibilita a formação de novas identidades. Ramificada desta mesma matriz as discussões se voltam ao descentramento do sujeito, no qual é relevante pensar na descoberta do inconsciente de Freud e a ideia de que nossas identidades e desejos são formados com base em processos simbólicos do inconsciente gradualmente e arduamente a partir da relação com os outros.

Miranda (2000) ao tratar do sujeito pós-moderno refere-se ao fato de não haver uma identidade fixa, essencial ou permanente pois está sujeito às formações e transformações contínuas relacionadas às formas em que os sistemas culturais o condicionam.

Em outras palavras, o sujeito pós-moderno é definido historicamente, e não mais biologicamente (como preferem os que defendem identidades raciais originais, mas sem bases científicas), porquanto o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, afetadas tanto pelos processos de socialização quanto de globalização dos meios de comunicação e informação. (MIRANDA, 2000, p.82).

Isa Maria Freire (2006) atenta para a fragmentação de uma ideia unificada e estável de identidade na globalização. Assim, apresenta-se não mais uma única identidade, mas a composição de várias, algumas vezes contraditórias. Também deve ser considerado que as pessoas participam de várias identidades simultaneamente, como por exemplo, “mulher, pobre, homossexual e negra ao mesmo tempo”. (MIRANDA, 2000, p.82).

As identidades nipo-brasileiras são resultados da síntese de duas chaves culturais distintas: a japonesa e a brasileira; que sofrem ainda com a influência das características locais e regionais, o que as tornam únicas. Nota-se que a preservação da cultura de origem era



mais forte no início do processo imigratório, facilitada pela concentração em comunidades mais fechadas na maioria das regiões onde se instalaram. A primeira geração genuinamente nipo-brasileira foi aquela que acompanhou o período pós-guerra. Os primeiros filhos de japoneses nascidos após a derrota do Japão, diferente de seus antecessores, não foram criados com o vislumbre do retorno ao Japão, ao contrário, lidaram com a nova realidade que os prendia ao território brasileiro e à sua cultura permanentemente.

A constituição do termo “nipo-brasileiro” vem carregada pela relação das origens étnica e nacional: a etnicidade japonesa e a identidade nacional brasileira. Neste caso é possível observar que, de um modo geral, a medida da identidade étnica está atrelada às gerações de nipo-brasileiros sendo os mais velhos mais próximos da raiz japonesa e os mais novos do convívio brasileiro, o que, entretanto, não é determinante visto a existência de comunidades mais fechadas cujas gerações mais novas têm tanto contato quanto os mais velhos de suas raízes japonesas. De qualquer forma, o afastamento do contato com as tradições e ensinamentos dos membros mais velhos de comunidades de japoneses no Brasil provoca mudanças na forma que os nipo-descendentes se identificam com a cultura de origem e identificamos reflexos nas manifestações e composição de arte e cultura pop externadas por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação.

### 3: ゴジラ (GOJIRA): O JAPÃO POP

No período pós-guerra o Japão se insere "no mundo do consumo" (SAKURAI, 2008, p. 342) através dos eletrônicos, automotores e, pelo que nos interessa: o entretenimento. Houve uma grande necessidade de inserção global que apagasse a humilhação da derrota. Godzilla, ou *Gojira*, é símbolo mundialmente conhecido da cultura pop japonesa e crítica absoluta aos ataques sofridos em Hiroshima e Nagasaki. Inicialmente projetado como um monstro cuja cabeça se assemelharia a um cogumelo de explosão atômica, gradualmente a personagem se tornou mais "suave" à medida que passava o medo e o trauma causados pela Guerra.

Com a ocupação americana após a derrota na Guerra os japoneses tiveram de lidar com a abrupta ocupação das forças americanas em território nipônico e tão subitamente quanto lidar com o arrebatamento da perda, o Japão se viu cercado por tudo que anteriormente era considerado "inimigo" e descartado durante a guerra. Logo houve a invasão das referências americanas nas rádios, cinemas, jornais e revistas, estética e linguagem.

Durante os anos 50 e 60 o Japão foi tomado por um ímpeto consumista levado pelo desejo por produtos que viam nos filmes de *Hollywood*, e que, adaptados para a realidade japonesa compunham a preferência de um “sonho pagável” nacional que marcou o início do

pop japonês. Com o fortalecimento e a estabilidade econômica, desde os prósperos anos de 1980, temos tido contato com um Japão estilizado, predominantemente virtual e tecnológico que vem influenciando a estética e o comportamento Ocidental.

Os japoneses tinham, como ainda têm, preferências locais baseadas em suas condições, tradições, folclore e cultura que demonstraram ser fortes o bastante para criar e manter um amplo e rico mercado nacional. E assim se formou o pop japonês contemporâneo: ocidentalizado na forma, mas nipônico no conteúdo. (SATO, 2007, p.15)

A autora ainda acrescenta que sendo um fenômeno ligado à industrialização e à sociedade do consumo é importante destacar que o pop japonês ocorreu e se beneficiou de condições culturais e econômicas favoráveis que foram conquistadas no pós-guerra, "quando o então Primeiro Ministro Hayato Ikeda implantou um histórico programa econômico, que em dez anos duplicou a distribuiu de forma ampla a renda per capita do país [...]" (SATO, 2007, p. 17) Como em qualquer lugar, a cultura pop está relacionada ao consumo e isso torna o pop um fenômeno essencialmente cultural e comercial.

Foi através da televisão, na segunda metade do século XX, que muitos países tiveram um contato menos rígido e histórico com o Japão com as primeiras animações japonesas que começaram a ser exportadas. Foi a partir da década de 1950 que o termo anime, do inglês *animation*, passou a ser utilizado como sinônimo de desenhos animados.

Com a difusão de produções de animação japonesa no exterior a partir da década de 1980, a palavra anime virou sinônimo de animação com a estética e a técnica desenvolvidas pelos japoneses, embora no Japão ela signifique todo e qualquer desenho animado, japonês ou não (SATO, 2005, p32).

Os animês, desenhos animados japoneses, foram grandes agentes difusores de outros componentes da cultura pop japonesa, como os mangás e vice e versa. Assim como produtos eletrônicos e carros, este "produto de exportação", termo usado por Cristiane Sato (2005), tem suas características próprias, que para serem usufruídas e apreciadas em sua totalidade dependem de um conhecimento mais profundo das tradições, hábitos e valores da cultura japonesa. Com a Internet, o acesso aos animês foi facilitado e ampliado, assim como a troca de informações e referências sobre as produções de animações, sejam elas mais antigas ou mais recentes. Este cenário cada vez mais complexo de fluxo informacional reflete na formação do consumidor cultural contemporâneo, ou, neste caso, do protagonista cultural a partir do momento que ele se apropria de algo e passa a produzir e criar novos sentidos e significados.

Segundo Almeida e Crippa (2009), o acesso à cultura, a partir do século XX, passou a se processar muito mais por meio dos produtos culturais do que propriamente pelo contato direto com a criação e apresentação artística. Percebe-se hoje, entre a geração de jovens, que é

nítida a relação cada vez mais precoce com a tecnologia digital o que modifica as concepções de produção, circulação e recepção de bens culturais principalmente quando considerada a Internet.

#### 4: ゴジラ 2.0 (Gojira 2.0): Tecnologias, arte e estética pop japonesa

Segundo Claudia Gianetti (2006) o avanço das tecnologias digitais possibilitou novas formas de criação e percepção artística que elevam as discussões sobre novos paradigmas estéticos e modificam as noções de autor, observador, objeto de arte e originalidade. Considerando o uso das TICs pode-se pensar na abertura de possibilidades de mediação cultural que envolvam a participação dos indivíduos e grupos às dinâmicas socioculturais. A possibilidade de construção coletiva de conhecimento e a estruturação de uma sociedade em redes alteram a compreensão existente de informação e, segundo Almeida (2009), as TICs permitem a constituição de espaços de circulação da informação menos hierárquicos possibilitando que o consumidor cultural, possa ser também um mediador.

Machiko Kusahara (2009), em torno da vertente pop, aponta que as tecnologias da informação causaram um impacto profundo na infraestrutura da sociedade desde a segunda metade do século XX marcado pela transição de um sistema cujos valores eram baseados no material para um sistema no qual rege a informação imaterial. Hoje as tecnologias de mídias digitais estão mudando nossa concepção de vida e cultura e sob este ponto de vista, também o paradigma de arte não conseguirá permanecer o mesmo. A autora questiona a solidez dos campos de arte e estética e aponta para a necessidade de novas abordagens para a relação de arte e tecnologia considerando ainda a visão de arte baseada na noção Oriental no qual, é característico não estabelecer limites entre a arte erudita e a arte popular.

No contexto brasileiro reflexos destes apontamentos são percebidos nitidamente nas gerações que hoje convivem facilmente com um mundo menos físico e de múltiplas realidades conectadas quase todo o tempo. O pop japonês, transmitido para o resto do globo primeiramente pelos meios de comunicação de massa como a televisão foi adotado e apropriado gerando manifestações artísticas diferenciadas e atreladas à imensa gama de comunidades virtuais existentes pela rede gerando uma nova concepção que deve ser considerada nipo-brasileira.

A dinâmica social do ciberespaço transmite o desejo de conexão que é realizado em escala planetária. O computador pessoal passa a ser um computador coletivo quando ligado à rede. Diante dos novos ambientes culturais virtuais, ou simplesmente das *homepages* da Internet o indivíduo não é mais apenas leitor ou observador, mas personagem central que é constantemente estimulado a interagir com este novo cenário.

Diana Domingues (1997) aponta que há cerca de trinta anos a arte contemporânea abraçou uma série de práticas artísticas assentadas no desenvolvimento tecnológico configurando novas formas de produção de arte que rompem com seu passado e caminham para um cenário dominado pela arte participativa, interativa e principalmente comunicativa. Artefatos e ferramentas são substituídos por dispositivos de múltiplas conexões que auxiliam na produção e na comunicação.

Roy Ascott (1996) reforça que com o envolvimento da Internet estabeleceu-se uma estrutura de “mente global” onde a arte não é mais unilateral nem mesmo um encontro secundário de interpretação pessoal, mas passa por transformações que a tornam interativa e fazem do observador parte integrante do sistema criativo. Se neste ambiente virtual as pessoas se aproximam e as possibilidades de interação e criação aumentam, tanto os espaços museológicos quanto artistas, público e mediadores teriam condições de estar conectados sob esta configuração de “mente global”. Neste novo ambiente o museu constitui-se mais interativo do que sua concepção tradicional; criação e curadoria estariam abertas à colaboração, mas é preciso lembrar que quando se trata de virtual a mediação não é realizada diretamente, mas sim remotamente, o que configura um novo desafio ao museu ao pensar na adequação ao público. Entretanto a possibilidade colaborativa dá oportunidade ao usuário de estabelecer por si mesmo aquilo que melhor o atende no processo de mediação cultural.

#### **4.1 Godzilla X Mothra: Do pop viemos, ao pop voltaremos**

Considerando o ciberespaço, o que mantém os laços de uma comunidade já não consiste mais na territorialidade ou nacionalidade; as fronteiras se tornam mais fluidas e as trocas informacionais se aceleram. A pesquisa realizada por Juliana Kiyomura - "Do Kasato Maru ao porto digital: as identificações e a identidade comunicativa expressas em blogs de dekasseguis" - realizada e defendida em 2009 também aponta o ciberespaço como propício para a aproximação de culturas, sejam elas representantes de grupos fisicamente próximos ou não.

Com isso, na rede digital estabelecem-se interações comunicativas sustentando, produzindo e recriando laços e vínculos a partir de interesses comuns. Aliadas à informática, as novas tecnologias de informação e comunicação [...] possibilitaram a multiplicação das possibilidades interativas e pluridirecionais gerando um novo tipo de sociabilidade. (KIYOMURA, 2009, p. 131)

Enxergando além do consumo e tocando o aspecto estético ou manifestações artísticas do pop japonês por nipo-descendentes ou protagonistas que se identificam, pode-se perceber o hibridismo cultural. Erika Kobayashi, uma das idealizadoras da ação "Invasão Moyashis" que

integrou a Semana Cultural Brasil-Japão realizada em junho de 2008, pretendia e conseguiu, levar ao evento a discussão sobre produção e difusão da cultura japonesa produzida por artistas contemporâneos brasileiros. Sob a afirmação da existência de uma memória daquilo que sequer se conhece, os "*moyashis*", ou artistas em broto, apropriaram-se de imagens de um Japão distante em sua produção artística e mostraram:

Um Japão que se formou no imaginário de brasileiros a partir de estereótipos e símbolos que aqui chegaram por meio de manifestações culturais japonesas tanto tradicionais (trazidas pelos imigrantes que começaram a chegar ao Brasil em 1908, como ikebana e cerimônia do chá entre outras) quanto contemporâneas (influenciadas pelo pop, anime e mangá, e absorvidas pela internet). (KOBAYASHI, 2011, p. 152)

Além de manifestações e ilustrações nas ruas o grupo fez uso de blogs e sites como *youtube* e *flickr* para expor, produzir e divulgar a ideia de uma cultura japonesa renovada no Brasil baseada na teoria do antropólogo Koichi Mori de uma cultura híbrida brasileira de origem japonesa ou nipo-brasileira.

A cultura japonesa deslocada não configura 'cultura japonesa'. Isso acontece porque os nikkeis criaram uma cultura étnica com referências japonesas e brasileiras. Por isso, as festas realizadas por nikkeis como as do tradicional bairro da Liberdade, em São Paulo, não tem o mesmo significado das festas de mesmo nome no Japão (MORI, Koichi, 2008<sup>121</sup>)

O nome do grupo, segundo Kobayashi (2011) surgiu espontaneamente por meio de trocas de e-mails e teve sua legitimação pelo artista japonês Tadashi Endo, quando passou pelo Brasil em 2006.

Ao reconhecer o termo, ele compreendeu de imediato a atitude embutida por trás do nome: *shoshin* ("mente de principiante"), que aparece no caminho filosófico e espiritual japonês. No caso dos *moyashis*, a atitude *shoshin* é aplicada ao conceito do coletivo: artistas em constante processo evolutivo no sentido de acompanhar tendências estéticas e não se fixar apenas em expressões culturais do passado. (KOBAYASHI, 2011, p. 155)

Assim como Juliana Kiyomura aborda os novos vínculos que se estabelecem entre Brasil e Japão pelos *dekasseguis* no ambiente digital desenvolvendo culturas híbridas, a relação dos *moyashis* e Japão estabelece aquilo que sintetiza a motivação da presente pesquisa; os laços que se formam a partir de uma estética comum no qual a imagem de torna canalizadora de uma comunicação coletiva e, assim, abrem-se as portas para novas formas de comunicação e sociabilidade.

---

121 MANFRINATTO, Ana. "Sorry, Liberdade". In: Especial 100 anos da imigração japonesa: as surpreendentes histórias do povo que ajudou a mudar o Brasil. São Paulo: Abril, 2008.

Pensar a mediação cultural na/e através da Internet é perder a referência de uma figura de mediador. O próprio usuário se torna mediador ao determinar aquilo que está acessando ou como o faz. Mesmo os sites por onde navega, ao possibilitar o acesso torna-se também um mediador. Sob este aspecto é válido pensar no que as pessoas, ou o público considerado comum tem a contribuir neste ambiente cultural de configuração virtual. Almeida e Crippa (2009) indicam que as atuais tecnologias de informação e comunicação trazem possibilidades inéditas para as formas de produção, circulação e recepção de produtos simbólicos compondo um cenário mais complexo no qual atuam múltiplas camadas de informação que se agregam aos produtos culturais em torno deles.

Hoje não é difícil identificar muitos *sites*, comunidades virtuais, *blogs* e outras estruturas virtuais que conectam pessoas de várias regiões do globo que têm um determinado interesse comum, como a arte. Para a estética pop japonesa e outros elementos da cultura pop a Internet é uma das principais ferramentas que colaboraram para que o Ocidente pudesse se apropriar de suas características. Carlos (2009) atenta que para os *otakus*<sup>122</sup> brasileiros, a rede é sinônimo de *download* pois é onde circula informalmente uma variedade incrível de produtos de seu interesse. Mais do que isso a Internet permite que se acompanhe o que o público japonês tem lido, assistido, jogado ou criado no ramo das artes quase que simultaneamente, retomando o que foi dito sobre a quebra da ordem espaço temporal e o desenvolvimento de culturas híbridas. Nos processos de criação artística foi possível perceber que a rede trouxe uma gama imensa de possibilidades e é também através dela, nos espaços virtuais de caráter cultural, que é possível observar toda uma organização de pessoas que geram espaços de discussão e troca de informação, que, segundo Almeida e Crippa (2009) constituem um circuito de circulação de informações e juízos de valor paralelo, ou muitas vezes oposta, à crítica institucionalizada na Imprensa. A Internet reconfigurou não apenas a crítica, mas também a mediação.

Plataformas de redes sociais como o conhecido *Facebook* tornaram-se usuais canais de divulgação de novos artistas bem como suas produções. As mídias sociais, que dependem da interação entre as pessoas - pois é a partir de sua integração que seu conteúdo será construído e compartilhado - podem ser então encaradas como ferramentas online projetadas de modo a permitir a interação social a partir do compartilhamento e da criação colaborativa de

---

<sup>122</sup> Embora no Japão o termo *otaku* tenha um valor negativo e designe uma geração de jovens avessos a aprofundar relações pessoais, no Brasil os *otakus* são os fãs de animes, mangás e outros ramos da cultura pop japonesa.

informação nos mais diversos formatos que dependerão das perspectivas e concepções da pessoa ou do grupo que compartilhou este conteúdo. Assim, *blogs*, *videologs* ou *flogs* para compartilhamento de fotos além de sistemas de mensagens instantâneas e compartilhamento de músicas são formatos assumidos pelas mídias sociais e que colocam o indivíduo em primeiro plano.

O contexto contemporâneo é o da expansão na produção informacional principalmente com a Internet propiciando que todos produzam e disponibilizem seus conteúdos em rede. Tal como a produção de informação, a mediação cultural também passou por mudanças e é preciso estar alerta para o fato de que o usuário está atento e ativo nestes novos ambientes. Mais do que um consumidor cultural ele é um protagonista, um ator que convive e interage nesses novos espaços virtuais que, por si só têm um papel importante não só nos processos de criação artística, mas também nos processos de mediação cultural, portanto, é preciso compreender que simultaneamente ao excesso há a falta. Se a rede facilitou a produção e o acesso a diversas formas de criações artísticas bastando aos mais diversos públicos estarem conectados é preciso pensar na complexidade adquirida pelos processos de mediação cultural a partir do momento que se tornam mais abertos e informais.

Nas imagens, ilustrações ou composições artísticas existentes na Internet sejam produzidas por e para o meio, ou sejam reproduções do que existe fisicamente e foi disponibilizada neste espaço virtual, tornam-se suscetíveis à utilização dos recursos da Web 2.0 na realização de suas mediações. Existem hoje, inúmeros recursos que nos permitem passar da posição de consumidores culturais para produtores e mediadores como já foi dito anteriormente. Poderiam ser listados várias ferramentas que nos permite ocupar cargos de artistas a críticos.

Tão fácil e igualmente complexo, a informática abriu portas para experiências inéditas de interação entre as pessoas. Se conhecimento é poder, pode-se dizer que quase todos agora podem tê-lo uma vez que, como Almeida (2012) afirma: "O antigo modelo, em que apenas algumas pessoas ou grupos detinham o saber, vai aos poucos sendo substituído por formas colaborativas e socializadas de produção, circulação e apropriação do conhecimento". (p. 98)

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Se, como defendem alguns autores, na nova era cultural que se inicia, tão ou mais importante que a identidade vinculada ao passado é trabalhar com identidades que se projetam para o futuro, aqui a questão se coloca por ambos os lados. Mais do que identidades comuns pela origem, as identidade nipo-brasileiras constituem-se cada vez mais tecnológicas e cada

vez mais percebemos reinvenções de costumes e valores. É possível apontar uma capacidade cada vez maior de negociação dessas identidades e valores em locais e redes distintas, descentralizando, de alguma maneira, os processos de circulação e legitimação de informações e conhecimentos sobre a produção cultural.

Sob o olhar nas gerações nipo-brasileiras mais recentes que recebem referências culturais diversas e são tomadas pelo consumo do pop nipônico e estão cada vez mais conectadas, é preciso enxergá-los como um exemplo de usuário cada vez mais atuante em espaços interativos virtuais e que devem receber atenção dos pesquisadores para compreender essa nova configuração.

Mesmo que seja discutível e por vezes contraditório pensar no conceito de identidade, ou sua pluralidade em ambientes virtuais que praticamente eliminam fronteiras como tempo e espaço talvez possamos passar a questionar o processo de identificação que é construída basicamente a partir do reconhecimento de alguma origem comum ou alguma característica compartilhada entre outros grupos e pessoas uma vez que é inevitável encarar os esvanecimento de fronteiras possível graças à internet.

Mais uma vez, assim como já vem acontecendo nos últimos tempos, questionam-se os limites do campo da Ciência da Informação bem como seus profissionais e a forma como devem encarar ou, ainda neste momento, discutir e refletir sobre as relações entre o indivíduo ou grupos com as atuais tecnologias e como, da mesma forma, se estabelecem as relações com os processos de produção, circulação e apropriação da informação. Cada vez mais ativo nos ambientes virtuais o indivíduo, ou ainda, grupos ou comunidades, fazem uso das ferramentas disponíveis na rede provocando aberturas para pensar os processos comunicativos também em constante processo de construção e mudança.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marco Antonio de. Informação e mediações: considerações em torno de Latour e Becker. In: SEGUNDO, José Eduardo Santarem. et al. (Orgs). **Os pensadores e a Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Informação, tecnologia e mediações culturais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/907/618>>. Acesso em 23 out. 2011.

ALMEIDA, Marco Antônio de; CRIPPA, Giulia. Informação, cultura e tecnologia: novas mediações para a produção e o consumo cultural. In: X ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 2009, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Idea, 2009. p. 820-839. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/500/1/GT%203%20Txt%206->



%20ALMEIDA%2c%20Marco%20Ant%C3%B4nio\_%20CRIPPA%2c%20Giulia%20-%20Informacao.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

ASCOTT, Roy. The Museum of the third kind. **Intercommunication**, n. 15, 1996. Disponível em: <[http://www.ntticc.or.jp/pub/ic\\_mag/ic015/ascott/ascott\\_e.html](http://www.ntticc.or.jp/pub/ic_mag/ic015/ascott/ascott_e.html)>. Acesso: 01 nov. 2011.

CARLOS, Giovana S. A cultura pop japonesa no contexto da cibercultura. In: III SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, 3., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ABCiber, 2009. Disponível em: <<http://www.abciber.com.br/simposio2009/trabalhos/anais/eixo2-05.html>>. Acesso em: 03 set. 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 1v.

DOMINGUES, Diana. A humanização das tecnologias pela arte. In: DOMINGUES, Diana (org). **A arte do século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

FREIRE, Isa Maria. **Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local**. Ciência da Informação, Brasília, v.35, n.2, p.58-67, mai.ago. 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

GIANNETTI, Claudia. **Estética digital: sintopia da arte, a ciência e a tecnologia**. Belo Horizonte: C/Artes, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

KOBAYASHI, Erika. Reinvenção do "Japão inventado": a experiência do coletivo de artistas moyashis no Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. In: GREINER, Christine; SOUZA, Marco (Orgs). **Imagens do Japão: pesquisas, intervenções poéticas, provocações**. São Paulo: Annablume, 2011.

KOBAYASHI, Erika. Salva pelo cinema. **Moyashis – Centenário da imigração japonesa**. 2008. Disponível em: <[http://www.japao100.com.br/blog\\_moyashis/2008/02/01/moyashis/](http://www.japao100.com.br/blog_moyashis/2008/02/01/moyashis/)>. Acesso em: 21 nov. 2009.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates. **Resistência&Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

KUSAHARA, Machiko. A arte dos dispositivos [device art]: uma nova abordagem para a compreensão da artemídia japonesa contemporânea. In: DOMINGUES, Diana (org). **Arte, ciência e tecnologia: passado, presente e desafios**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Tradução Bernardo Leitão et al.. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- LUYTEN, Sonia Bibe. Mangá e a cultura pop. In: LUYTEN, Sonia Bibe (Org.). **Cultura pop japonesa: mangá e anime.** São Paulo: Hedra, 2005. p. 7-14.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n.34, 1992.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações.** São Paulo: Editora Ática, 1987.
- MIRANDA, Antônio. **Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos.** Ciência da Informação, Brasília, v.29, n.2, p. 78-88, mai.ago. 2000. Disponível em: <<http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/629>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- MIYAO, Susumu. **Nipo-brasileiros: processo de assimilação.** Tradução Katsunori Wakisaka. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 2002.
- MORENO, Juliana Kiyomura. **Do Navio Kasato Maru ao porto digital: as identificações e a identidade comunicativa expressas em blogs de Dekasseguis.** 2009. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-21102010-094216/>>. Acesso em: 2013-08-02
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.10, 1992. Disponível em:<<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em 05 set. 2010.
- SAITO, Hiroshi. **O japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação.** São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961.
- SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil.** 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000781951>>. Acesso em: 23 set. 2011
- SAKURAI, Célia. **Os japoneses.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.22, dez., 2003. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3229/2493>>. Acesso em 15 set. 2010.
- SATO, Cristiane A. **Japop: o poder da cultura pop japonesa.** São Paulo: NSP-Hakkosha, 2007.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- TAKEUCHI, Marcia Yumi. O império do sol nascente no Brasil: entre a idealização e a realidade. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; TAKEUCHI, Marcia Yumi (Org.).

**Imigrantes japoneses no Brasil:** trajetória, imaginário e memória. Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de políticas culturais.** Cultura e imaginário. 3 ed. São Paulo: Fapesp; Iluminuras, 2004.

## ENTRE A MEMÓRIA E A INFORMAÇÃO: CIENTISTAS PERSEGUIDOS NA DITADURA MILITAR

*BETWEEN MEMORY AND INFORMATION: PERSECUTED SCIENTISTS DURING THE  
MILITARY DICTATORSHIP*

Alfredo Tiomno Tolmasquim  
Ricardo Medeiros Pimenta  
Gilda Olinto

**Resumo:** Este artigo de revisão apresenta etapas e resultados parciais do trabalho de pesquisa em desenvolvimento cujo objetivo principal é a construção de um repertório de cientistas perseguidos durante a ditadura militar. Nele, também são apontadas potenciais pesquisas a serem realizadas a partir deste sistema de informação. O repertório consiste no levantamento dos cientistas e/ou professores universitários que sofreram alguma forma de perseguição como submissão a inquérito policial militar, demissão, aposentadoria, tortura, exílio e mesmo morte, bem como aqueles que foram submetidos à chamada “perseguição branca”, como o boicote não oficial as suas atividades acadêmicas. Cada cientista é acompanhado de um verbete contendo dados vitais, área de atuação, instituição, expurgos sofridos bem como os rumos que deu a sua carreira após tais episódios. Dessa forma, considerando seu papel para a memória coletiva relacionada às arbitrariedades do regime militar no âmbito da academia brasileira, este repertório suscita reflexões sobre seu potencial aspecto monumental, no sentido do seu próprio registro enquanto um instrumento/ferramenta de preservação e construção da memória e de produção e disseminação de informação.

**Palavras-chave:** cientistas, ditadura militar, repertório, universidades, institutos de pesquisa

**Abstract:** This review article provides steps and partial results of a research is being carrying on whose main objective is to build a repertoire of scientists persecuted during the military dictatorship. It presents also future researches may be developed based on this information system. The repertoire is a survey of scientists and / or university professors who have suffered persecution during the military regime, like military police inquiry, resignation, retirement, torture, exile and even death, as well as those who underwent so-called "white persecution" as the unofficial boycott of their academic activities. Each scientist name is accompanied by an entry containing vital data area, institution, suffered purges and the directions that gave his career after such episodes. Thus, considering its role in the collective memory related to the arbitrariness of military rule under the Brazilian academy, this repertoire raises reflections about their aspect as a kind of monument, in the sense of his own record as an instrument / tool for preservation and construction of memory and production and dissemination of information.

**Keywords:** scientists, military dictatorship, repertoire, universities, research institutes

### 1 INTRODUÇÃO

Durante o período ditatorial que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, inúmeros pesquisadores e professores universitários foram submetidos a inquéritos policiais militares, demitidos, aposentados, exilados, torturados e mesmo mortos. Muitos tiveram suas carreiras interrompidas, enquanto outros buscaram instituições de ensino e pesquisa no exterior para continuar suas atividades acadêmicas. Setores, instituições e lugares historicamente ligados à

crítica social e à formação intelectual brasileira ou mesmo exclusivamente à pesquisa científica *stricto sensu* foram duramente cerceados. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, a política do Regime Militar destinada às universidades buscou combinar um “viés modernizador a intentos autoritários e conservadores (...) sob a condição de despolitizar os debates e reprimir quaisquer tentativas de arregimentação social.” (MOTTA, 2008, p.31).

Ao buscar meios de reprimir formas de mobilização política e social nas universidades, o regime buscou igualmente cercear uma das características fundamentais da universidade, conquistada através de um processo histórico longo: sua autonomia institucional (ELIAS, 2009).

Já a partir de 1964, logo após o golpe, o governo militar pôs em prática a “Operação Limpeza”. Esta operação de âmbito nacional visava exonerar dos órgãos públicos e instituições de ensino brasileiras, desde escolas a universidades, professores e funcionários considerados “subversivos” ou de ideologias “duvidosas” ao Regime Militar.

Após um intenso período de perseguições, cassações e expurgos, seguiu-se uma fase de mais tranquilidade institucional nos anos de 1967 e 1968, que levou vários pesquisadores que se encontravam no exterior a retornar ao Brasil, buscando reassumir suas atividades acadêmicas. Contudo, em fevereiro de 1969, foi implementado um conjunto de medidas para coibir os protestos e movimentações de estudantes. O Decreto Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969, instituía que:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (BRASIL, 1969).

A partir de qualquer suspeita, tornava-se obrigação do dirigente da instituição de ensino a instauração de um inquérito policial que não poderia exceder o prazo máximo de vinte dias corridos. Não obstante, o mesmo dirigente deveria ainda designar um colega de

trabalho, “funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1969) com o objetivo de conduzir o processo, notificando o suspeito que deveria apresentar defesa no prazo máximo de 48 horas. E após a defesa apresentada, o encarregado precisaria confeccionar um relatório em igual prazo. Durante os trâmites, o acusado deveria permanecer suspenso ou, no caso de ser estudante, proibido de frequentar as aulas. De fato, se a dita “operação limpeza” já era uma realidade desde os primeiros dias após o golpe, em 1964; no ano de 1969, segundo o historiador James Green, tal processo tornou-se muito mais intenso e amplo.

Em março de 1969, os militares iniciaram ações punitivas nas universidades em todo o país. No estado de Pernambuco, por exemplo, o IV Exército pediu à Universidade Católica que compilasse uma lista de “subversivos” para serem expurgados nos termos do Decreto 477. (...) No mesmo mês, a Universidade Federal de Pernambuco suspendeu vinte estudantes por três anos, em obediência ao Decreto 477. (...) As formas e controle eram semelhantes nas diversas regiões do país. Somente no primeiro semestre de 1969 os administradores utilizaram o decreto para ameaçar ou expulsar aproximadamente mil estudantes. (GREEN, 2009, p.184).

A administração acadêmica monitorava e recebia denúncias de seu próprio quadro docente. O receio e a desconfiança tornaram-se ordinários para a academia. Prova disso é o número, até abril de 1969, de 42 funcionários públicos de instituições de ensino federais, a maioria de professores, que foram aposentados de forma compulsória (ADUSP, 2004). É notório que a atuação de busca de elementos considerados “subversivos” realizou uma devassa nas instituições universitárias brasileiras e interferiu em seu cenário acadêmico e científico de forma contundente, marcando a própria memória da ciência brasileira.

Vários grupos de pesquisa foram desestruturados, como na Faculdade de Medicina da USP, na UnB, na Fiocruz etc. Além disso, a repressão também impactou na trajetória pessoal e profissional de inúmeros cientistas, que tiveram que deixar o país, ficaram sem emprego da noite para o dia, tiveram seus projetos de pesquisa interrompidos, foram impedidos de trabalhar em instituições públicas, tiveram os livros proibidos etc.

Em alguns casos, o exílio terminou para impulsionar a carreira acadêmica de vários pesquisadores projetando-os internacionalmente; alguns se radicaram definitivamente no exterior, enquanto outros retornaram após a anistia. O geógrafo Milton Santos comentou numa entrevista que o exílio forçado ampliou sua visão geográfica e o fez se tornar um “cidadão do mundo”. (Santos, p. 745). Há ainda casos como o do arquiteto Ernesto Paganelli que, uma vez aposentado compulsoriamente do cargo de professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dedicou-se integralmente a seu escritório de arquitetura, tornando-se

um profissional de grande projeção e reconhecimento. Porém, há inúmeros outros casos de mortos e desaparecidos, como da professora de química da USP, Ana Rosa Kucinsky, ou de cientistas cujo expurgo sofrido trouxe marcas tão profundas que nunca mais conseguiu se recuperar, seja física ou psicologicamente. O historiador Gui de Holanda, por exemplo, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro entrou em depressão após a aposentadoria compulsória, passou graves necessidades financeiras, precisando recorrer ao auxílio dos colegas, ou ainda o professor catedrático da Universidade de São Paulo, o médico parasitologista Samuel Pessoa faleceu de problemas de saúde pouco tempo depois de ser encapuzado e submetido a severo interrogatório aos 77 anos de idade.

Existem certamente muitos trabalhos já realizados e relatos registrados sobre as perseguições diretas ou veladas sofridas por cientistas durante a ditadura militar. Há inclusive, inúmeros levantamentos nos arquivos das universidades, nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social ou dos atos institucionais publicados no Diário Oficial da União (OLIVEIRA, 2000). Porém, inexistiu um levantamento específico e consolidado sobre os cientistas perseguidos durante o período ditatorial, ainda mais se levarmos em conta as chamadas cassações brancas, que muitas vezes não chegaram a ser registradas, e que consistiam em ações não explícitas com o objetivo de boicotar o trabalho e a carreira do pesquisador. Um balanço inicial permite estimar entre 800 e 1.000 o número de cientistas perseguidos e/ou prejudicados em sua atividade acadêmica durante a ditadura militar.

Essa ausência de informações consolidadas motivou a criação de um ambicioso projeto de elaboração do repertório de cientistas perseguidos durante a ditadura militar (1964 – 1985). Este consiste num levantamento dos pesquisadores e professores universitários perseguidos ou que tiveram suas carreiras acadêmicas prejudicadas em função de questões de natureza política. Para cada cientista foi elaborado um verbete com informações sobre as violências sofridas e/ou prejuízos em sua carreira e os rumos que tomou a partir de então, proporcionando uma espécie de *follow-up* da trajetória do pesquisador após os expurgos. O presente repertório permitirá que a sociedade brasileira e o próprio meio acadêmico conheçam melhor os impactos e os prejuízos causados pela ditadura militar na vida dos cientistas e da própria ciência brasileira.

O objetivo do presente artigo é, portanto, apresentar o trabalho de construção do repertório de cientistas perseguidos durante a ditadura militar, entendido como um instrumento simultaneamente de preservação e construção da memória e de produção e disseminação de informação, indicando seu processo de constituição e as perspectivas de estudos e análises que poderão ser desenvolvidos a partir dele.

## 2 O REPERTÓRIO COMO MONUMENTO

Ao identificar os nomes dos cientistas brasileiros perseguidos durante a ditadura militar, agrupando-os em uma única obra de referência, conferimos a eles uma identidade, pois nomeamos os sujeitos submetidos à violência. E, se “o que é válido para o sobrescrever, é válido também para a história” (FLUSSER, 2010, p. 34), o repertório cumpre uma tarefa importante à revisão de nossa história recente e conseqüentemente ao conhecimento sobre o tema. Afinal, sem a identificação dos professores e pesquisadores perseguidos, e atingidos de algum modo durante o regime militar brasileiro, não se tornaria possível a “função enunciativa” (MACHADO, 2006, p. 152) deste repertório que busca identificar, classificar e organizar o público atingido pelo regime de forma a compreender melhor seu alcance e letalidade para o cenário científico brasileiro.

Longe de ser um trabalho monográfico, o repertório atende a outra conformação literária, sendo mais técnico e descritivo do que narrativo. Com efeito, colocando-nos em acordo com a afirmação de que “o saber (...) também pode estar em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas” (FOUCAULT, 2008, p. 205), sua produção contribuirá para o a transmissão da informação e de saberes acerca do regime militar e de suas violências ora mais, ora menos veladas às universidades e centros de pesquisa brasileiros.

Do ponto de vista da “popularização da ciência”<sup>123</sup>, o acesso a um conjunto de informações agrupadas em uma única obra de referencia, como o repertório, possibilitará estabelecer novas vias de diálogo e reflexões no âmbito da sociedade civil. Nesse caso, se a própria memória pode ser considerada um fenômeno construído (POLLAK, 1992), a contribuição do repertório em prol da divulgação científica, devido às referencias nela contidas, e da socialização/democratização da informação, ainda nebulosa quando tratamos de eventos ocorridos no período da ditadura brasileira, será evidente para a memória coletiva e nacional.

A própria palavra “repertório”, advinda de *repertorium* que significa “lista, inventário”, e de *reperire*, onde podemos encontrar o significado “descobrir, obter,

---

123 O termo “popularização da ciência” é suscetível a algumas interpretações diferentes quanto ao significado por trás da referida expressão. Segundo Germano e Kulesza (2007) haveria certa confusão entre os termos “vulgarização”, “alfabetização”, “divulgação” e “popularização”. Nossa posição foi a de adequar-se à perspectiva de “popularização” não somente devido ao próprio posicionamento de política em C&T ministerial, como forma de transposição (MUELLER, 2002, p. 1) da informação produzida e circulante nos meios acadêmicos para outros meios populares acessíveis pelo grande público.



conseguir”, traz em seu bojo o aspecto informacional e mediador entre o objeto, ou fato, a ser informado, e leitor, usuário desta informação. Nesse sentido, em uma perspectiva etimológica (CAPURRO, 1985), o próprio repertório “dá forma” a um conjunto de informações. Propiciando ao seu leitor a possibilidade de constituir sua memória “por tabela” (POLLAK, 1992).

sm (lat repertoriu) 1 Índice de matérias metodicamente dispostas, que permite achá-las com facilidade. 2 Compilação de diversas matérias para uso particular. 3 Prontuário de conhecimentos ou de esclarecimentos. 4 Pessoa perita em certos assuntos. 5 Livro com indicação dos dias, meses e estações do ano; almanaque, calendário, folhinha. 6 Coleção metódica de leis e documentos oficiais. (MICHAELIS, 2009).

Seu registro, tanto no suporte material do papel, quanto no eletrônico, encontra em Flusser (2010) o aspecto monumental da “inscrição” e da “sobrescrição” presentes na ação da escrita. Ao registrarmos pela linguagem tais informações, utilizando para tal o repertório como suporte informacional físico e imagético, garantimos enquanto aspecto referencial a permanência desse conjunto de informações no tempo através de seus espaços diferentes e complementares.

Tal permanência, possível pela instituição do repertório, é *grosso modo* um meio de buscar a estabilidade necessária para a informação comunicada, conforme alertou Le Codiac (1996, pp. 34-35). Toma ares de monumento uma vez que, em sua perspectiva histórica, todo documento é monumento (FOUCAULT, 2008, p. 08) e, com efeito, na intenção de seu registro nada tem de inerte, mas sim representa conforme Machado (2006, p. 154) um conjunto de intenções, de maneira a informar, compreendidas em suas séries, classificações, campos e conteúdo. Segundo Le Goff

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 545).

E segue:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 1990, p. 548).

Para Le Goff (1990, p. 110), o monumento, assim como o documento, deve ser desestruturado, desmontado por aquele que o pesquisa. No caso específico deste artigo,

identificamos que o repertório é, em si, enquanto produto de uma pesquisa em curso, o resultado de uma montagem; de um, “pôr em forma”, processo informacional.

O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (LE GOFF, 1990, p. 535).

O repertório, ao ser elaborado e disponibilizado no espaço público contribuirá para tal evocação do passado, apesar de se prestar em sua missão primeira de proporcionar acesso à informação e à divulgação científica, por conta das referências utilizadas e organizadas em seu bojo. Para tal, torna-se necessário explicitarmos mais claramente o processo de sua constituição. Tarefa que realizamos a seguir.

### **3 SOBRE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO REPERTÓRIO**

#### **3.1 Delimitações**

O primeiro passo na elaboração do Repertório dos cientistas perseguidos durante a ditadura militar consistiu na delimitação do escopo da pesquisa. Em termos de atores, foram considerados aqueles que na época do expurgo eram professores universitários, pesquisadores atuantes em institutos de pesquisa ou que possuíam uma atividade acadêmica caracterizada por publicações, participações em associações científicas etc. Assim, por exemplo, neste levantamento foi incluído o arquiteto Oscar Niemeyer, que apesar não ter tido uma carreira acadêmica, encontrava-se como professor da UnB em 1964/1965, época na qual uma forte perseguição a professores imperava naquela universidade, fazendo com que ele, juntamente com mais 222 professores, solicitasse sua demissão. Isso justificou sua inclusão no Repertório. Outro caso é o do filólogo Antônio Houaiss que apesar de vinculado ao Itamaraty – instituição diplomática governamental sem relação com o ensino ou a pesquisa –, tinha uma reconhecida atuação acadêmica com a produção de livros e a participação em sociedades científicas. Também não houve restrição com relação à área acadêmica de atuação, incluindo tanto professores e pesquisadores que atuaram em áreas de maior tradição científica, como a física, a química, a biologia ou a história, entre outras, como professores ligados às artes plásticas, letras, cinema etc., desde que vinculados à universidade na época em que foram vítimas de algum tipo do expurgo.

No sentido oposto, não foram incluídos intelectuais ou pensadores que não estavam vinculados à atividade acadêmica, como o poeta Ferreira Gullar, que se exilou durante o da ditadura militar, ou o jornalista Enio da Silveira, dono da Editora Civilização Brasileira, um dos principais espaços de publicação do pensamento brasileiro e que foi vítima de inúmeras

prisões, inquéritos policiais militares, invasão da editora, recolhimento de livros, entre vários outros atos de violência e autoritarismo.

Também não foram incluídos no repertório, professores de curso secundário, pessoal técnico ou administrativo das universidades ou que eram estudantes na época em que sofreram o expurgo, mesmo que posteriormente tenham se tornado renomados cientistas. Exceção foi feita para aqueles que, além da função de professor universitário, era alunos em cursos de pós-graduação ou exerciam atividades técnicas na própria universidade ou em outras instituições, os quais foram incluídos no repertório.

Diferentemente da Comissão Nacional da Verdade, instituída em maio de 2012, e que objetivava levantar as graves violações dos direitos humanos, como a prisão forçada, tortura, morte e desaparecimento, no caso do presente levantamento foram consideradas quaisquer ações por parte do Estado brasileiro que constrangeram ou prejudicaram os cientistas ou sua atividade acadêmica. Nesse caso, inserem-se os cientistas que foram aposentados compulsoriamente, demitidos, exonerados de seus cargos, que se viram obrigados a pedir demissão ou mesmo ir por iniciativa própria (autoexílio) para o exterior em função do clima de perseguição política existente nas universidades e nos centros de pesquisa. Também foram considerados aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, os livros proibidos (recolhidos ou com publicação proibida), responderam a inquéritos policiais militares, sofreram as chamadas cassações brancas, como veto para aprovação em concursos públicos ou negados seus pedidos de visto para participar de congressos no exterior ou financiamento para projetos de pesquisa em virtude de questões políticas.

### **3.2 Tipologia das informações**

Para os atores considerados dentro do escopo do repertório, foram levantadas as seguintes informações: nome completo, gênero, data de nascimento e morte (quando for o caso), área do conhecimento, instituição de pesquisa e/ou ensino a que estava vinculado na época do expurgo, as perseguições e restrições sofridas, o caminho tomado (se foi para o exterior, se abandonou a carreira acadêmica, etc.), e se retornou à instituição de origem após a lei de anistia em 1979. Estão sendo elaborados vocabulários controlados para cada uma das categorias utilizadas de forma a possibilitar uma futura tabulação dos dados. No caso de área de atuação, foi considerada a área de atuação de fato, e não a área de formação. Assim, por exemplo, devido a pouca variedade de cursos superiores existentes no Brasil principalmente na primeira metade do século XX é possível perceber uma grande quantidade de profissionais formados nas áreas de engenharia, medicina ou direito, quando na verdade atuavam em áreas

como física, química, biologia, filosofia, sociologia etc. Caso o pesquisador e/ou professor tivesse outra atividade, esta também foi mencionada, sendo indicadas tanto a instituição acadêmica como as demais a que estava vinculado. Tentou-se, dentro do possível, indicar todas as perseguições ou violações sofridas pelo pesquisador, ocorridas simultaneamente ou em distintos momentos. Outro aspecto considerado, por fim, foi a trajetória percorrida pelo pesquisador (*follow-up*) após o(s) ato(s) de violência sofrido(s), como os países onde se refugiou, as atividades que exerceu, as instituições onde trabalhou e, quando for o caso, se retornou para a instituição de origem.

### 3.3 Metodologia para o levantamento de dados

O levantamento de dados abarca duas fases distintas. A primeira é a identificação dos cientistas cuja trajetória e história o inclui nos critérios estabelecidos para o repertório. Uma vez identificado, realiza-se uma busca das informações biográficas necessárias para a elaboração do verbete. Em alguns casos, encontram-se informações discordantes, sendo necessário checar mais de uma fonte para confirmar os dados obtidos. A pesquisa tem abrangido uma grande diversidade de materiais, como artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações sobre as perseguições sofridas por cientistas durante o período militar; biografias, discursos e homenagens feitos aos cientistas e que tragam informações sobre suas trajetórias; documentos oficiais, como as publicações nos diários oficiais da União ou dos estados, registros dos arquivos dos órgãos da ditadura e relatórios das comissões da verdade criadas em várias universidades brasileiras. Uma etapa posterior a ser implementada é o contato direto com pesquisadores, seus colegas e familiares para conferir e complementar os dados levantados.

São exemplos de verbetes:

**Álvaro Borges Vieira Pinto** (1909 – 1987) – médico e filósofo, professor de história da filosofia na Universidade do Brasil (atual UFRJ) e diretor-executivo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), teve seus direitos políticos suspensos em junho de 1964 e foi demitido da Universidade em outubro do mesmo ano. Seguiu para o exterior, onde trabalhou na Iugoslávia e no Centro Latino-americano de Demografia, no Chile. Retornou ao Brasil em 1968, quando traduziu obras de inúmeros pensadores para a Editora Vozes utilizando vários pseudônimos.

**Elza Salvatori Berquó** (1931 – atual) – demógrafa, professora do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIN) e catedrática da Faculdade de Higiene da USP, foi aposentada compulsoriamente em abril de 1969 com base no AI-5. Apesar dos convites para ir para o exterior, decidiu permanecer no Brasil vinculando-se ao Centro Brasileiro de Análise Planejamento (CEBRAP).

**Herman Lent** (1911-2004) – médico parasitologista, pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, teve os direitos políticos suspensos e foi aposentado compulsoriamente em abril de 1970 com base no Ai-5, no evento conhecido como Massacre de Manguinhos. Trabalhou então na Universidade de los Andes, na Venezuela, e no Museu Americano de História Natural de Nova York. Retornou ao Brasil em 1976, passando a lecionar na Universidade Santa Úrsula. Após a anistia, não se reintegrou ao IOC, pois não concordou em fazer uma solicitação para tal.

**José de Lima Siqueira** (1907 – 1985) - músico e compositor, professor catedrático da Faculdade Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fundador da Orquestra Sinfônica Brasileira e fundador e regente da Orquestra Sinfônica Nacional da Rádio MEC, foi aposentado da Rádio em abril de 1969 e em julho do mesmo ano foi aposentado da Universidade. Exilou-se na União Soviética, onde foi maestro da Orquestra Filarmônica de Moscou. Após retornar ao Brasil ajudou a criar a Orquestra de Câmara do Brasil e a Ordem dos Músicos do Brasil.

**Maria José von Paumgarten Deane** (1917 – 1995) – médica parasitologista, professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, foi afastada em 1964 e submetida a Inquérito Policial Militar. Exilou-se em Portugal em 1973 e posteriormente na Venezuela. Retornou ao Brasil em 1979 e no ano seguinte foi admitida como pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz.

**Maria Yedda Leite Linhares** (1921 – atual) - historiadora, professora do Departamento de História da UFRJ, foi presa em três ocasiões e aposentada compulsoriamente em abril de 1969 com base no AI-5. Foi para a França, onde trabalhou na Universidade de Toulouse. Retornou ao Brasil em 1974, mas não pode assumir função em nenhuma instituição pública. Foi, então, convidada a lecionar na Fundação Getúlio Vargas e, em 1980, com a anistia foi reintegrada à UFRJ.

**Milton Almeida dos Santos** (1926 – 2001) - geógrafo, professor da UFBA, quando estourou o golpe encontrava-se como presidente da Comissão Estadual de Planejamento Econômico (CPE) do governo estadual da Bahia. Foi preso, ficou detido por três meses, quando foi solto devido a problemas de saúde. Foi demitido da Universidade e em dezembro de 1964 foi para o exílio. Trabalhou em universidades da França, Canadá, Venezuela, Tanzânia e Estados Unidos. Retornou ao Brasil em 1977, mas apesar de reconhecido internacionalmente, teve dificuldade em conseguir lugar nas universidades brasileiras. Foi posteriormente contratado pela USP.

**Ruy Guilherme Paranatinga Barata** (1920 – 1990) poeta e advogado, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará, foi aposentado compulsoriamente em outubro de 1964. Trabalhou como advogado e jornalista utilizando pseudônimo, tornou-se letrista e compôs inúmeras músicas de sucesso. Após a anistia foi reintegrado em 1979 à UFPA, lecionando literatura brasileira.

**Samuel Pessoa** (1896 – 1976) médico parasitologista, catedrático da Faculdade de Medicina da USP, foi afastado em 1964, logo após o golpe militar, vinculando-se aos institutos Butantã e Adolfo Lutz. Teve a saúde fragilizada e faleceu pouco tempo depois de ter sido levado encapuzado para a sede da Operação Bandeirante (Oban) – e submetido a severo interrogatório aos 77 anos de idade.

**Thomas Maack** (1935 – atual) - médico fisiologista, professor da Faculdade de Medicina da USP, foi preso em seu laboratório na Universidade em junho

de 1964 e levado para o navio-prisão “Raul Soares”, onde ficou preso por quase 4 meses. Foi denunciado por atividades subversivas pela comissão interna da Universidade, instituída em 1964 logo após o golpe militar, submetido a Inquérito Policial Militar e demitido da USP em outubro daquele ano com base no AI-1. Solto em dezembro de 1964, conseguiu fugir do país e exilar-se nos Estados Unidos. Foi professor da Universidade de Siracusa e depois em Cornell, nos Estados Unidos. Retornou ao Brasil em 1979 com a Lei de Anistia, mas sua família não se adaptou e ele retornou aos Estados Unidos. Em 2010, tornou-se professor emérito em fisiologia e biofísica da Universidade de Cornell.

#### **4 CONCLUSÃO**

O projeto de construção do Repertório de cientistas perseguidos durante a ditadura militar permitirá diversos seguimentos. O primeiro deles é a realização de uma campanha, utilizando principalmente os veículos de comunicação da SBPC e da Ciência Hoje, para que as pessoas possam contribuir com indicações de nomes e informações adicionais sobre pesquisadores e professores universitários perseguidos durante o período da ditadura militar. Assim, espera-se identificar não apenas os cientistas formalmente aposentados e/ou demitidos, mas também aqueles que sofreram a chamada perseguição branca, ou velada, boicotados nos seus pedidos de auxílio, nas licenças para participar em congressos no exterior, entre tantos outros casos, que estão pouco documentados. Além disso, as informações coletadas serão disponibilizadas num site, que permitirá novas contribuições, possibilitando um processo de construção coletiva.

Outro seguimento importante é a realização de pesquisas e análises tanto quantitativas como qualitativas sobre o perfil dos cientistas que tiveram suas carreiras interrompidas pelo regime de exceção e as consequências produzidas em sua atividade acadêmica. Dessa forma, será possível verificar questões como as ações específicas contra pesquisadoras e professoras; o exílio na construção de uma carreira no exterior; distribuição geográfica dos pesquisadores afetados; os diversos tipos de expurgos e perseguições; o impacto na carreira e na trajetória individual do cientista; dentre inúmeros outros aspectos.

Complementarmente, o repertório possibilitará ainda a realização de pesquisas relacionadas à criação de sistemas de classificação para tabulação das informações; relação entre faixa etária e tipo de sanção sofrida, tornando possível averiguar se o sistema repressivo via maior ameaça nas gerações mais novas ou nas mais antigas; relação de gênero nas ciências e seus contornos políticos; relação entre pessoas que foram para o exterior e suas respectivas áreas de atuação; quais as áreas do conhecimento mais impactadas e, portanto consideradas pelo sistema repressivo maiores ameaças; número de cientistas que abandonaram a carreira

acadêmica em relação ao número de cientistas que se projetaram na carreira; além de uma cartografia das instituições e regiões atingidas.

## 5 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**, Porto Alegre: L&PM, 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978**. São Paulo: Adusp, 2004.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969**. Rede de Informação Legislativa e Jurídica. Disponível em <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969-02-26;477>>. Acesso em 25 jun. 2013.

CAPURRO, R. Epistemology and information science. In: **REPORT TRITA-LIB-6023**, ago. 1985. Disponível em: <<http://v.hbi-stuttgart.de/~capurro/trilha.htm>>. Acesso em: 26 Jul. 2014.

CARVALHO, C. P. **Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967): relações entre direito e autoritarismo**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Brasília, 2013.

CLEMENTE, J. E. F. Perseguições, espionagem e resistência: o Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia durante a ditadura militar (1964 a 1979). **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 129-145, jul | dez 2006.

ELIAS, N. **Essays on the Sociology of Knowledge and the Sciences**. Dublin: UCD Press [Collected Works, vol. 14], 2009.

FÁVERO, M. L. A. (coord.). **Faculdade Nacional de Filosofia – Vol. 5 depoimentos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

FERREIRA, M. de M. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi/UB). **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 11, abril 2013, 45-64.

FLUSSER, V. **A escrita: há futuro para a escrita?** São Paulo: Annablume, 2010.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GERMANO, M. G.; KULESZA, W. A. Popularização da ciência: uma revisão conceitual. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v. 24, n. 1, 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/1546/5617>>. Acesso 09 set. 2014.

GREEN, J. **Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LE CODIAC, Y.F. A ciência da informação. Brasília : Briquet de Lemos, 1996.

MACHADO, R. Foucault, a ciência e o saber. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MARISAN, J. V. Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1969). Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da UFRS, 2009.

MICHAELIS. Moderno dicionário da língua portuguesa. [versão on-line] Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=repert%F3rio>>. Acesso 29 jul. 2014.

MOTTA, R. P. S. Os olhos do regime militar brasileiro nos Campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**. v.9, n.16, jan.-jun. 2008, p. 30-67. Disponível em <[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_antteriores/topoi16/topoi16a2.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi16/topoi16a2.pdf)>. Acesso em 18 jun 2013.

MUELLER, M. S. P. Popularização do conhecimento científico. **DataGramZero - Revista de Ciência e Informação**. v. 3, n. 2, abr. 2002. Disponível em <[http://www.dgz.org.br/abr02/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/abr02/Art_03.htm)>. Acesso em 09 set. 2014.

OLIVEIRA, P. A. M. **Atos Institucionais – sanções políticas**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2000.

PIMENTA, A. *et. al.* **UFMG: resistência e protesto**. Belo Horizonte: Vega, 1979.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 05, nº. 10, 1992.

SALMERON, R. A. **A universidade interrompida: Brasília 1964-1965**. Brasília: Ed.UnB, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Cientistas do Brasil: depoimentos**. São Paulo: SBPC, 1998.



## **A MEMÓRIA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFPB: HISTÓRIA DE VIDA DOS SERVIDORES NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA INSTITUIÇÃO**

### ***THE MEMORY OF THE UNIVERSITY PUBLISHER OF UFPB: LIFE HISTORY OF THE SERVERS IN THE CONSTRUCTION OF THE INSTITUTION'S MEMORY***

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira  
Izabel França de Lima

**Resumo:** O Estudo aborda a história da Editora da UFPB a partir das lembranças individuais de seus servidores e ex-servidores que testemunharam uma trajetória marcada por um vasto e significativo número de publicações didática, literárias e científicas, bem como sua implantação, valorização e esquecimento. Metodologicamente, a pesquisa pautou-se na abordagem qualitativa do tipo documental associada a história oral na perspectiva da história oral temática e de vida dos servidores mais antigos da editora, dos quais alguns encontram-se em plena atividade. Entende-se por memória aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto. Essa relação está sempre mediada pela experiência. As narrativas dos sujeitos ouvidos revelam uma instituição de vasta história permitindo aflorar a emotividade dos servidores que testemunharam uma estrutura promissora e vivenciaram sua decadência nas sucessivas gestões da universidade.

**Palavras-chave:** Memória institucional; História de vida; Editora da UFPB.

**Abstract:** The study covers the history of the Publisher UFPB from individual memories of your servers and former employees who witnessed a trajectory marked by a large and significant number of didactic, literary and scientific publications, as well as its introduction, appreciation and failure. Methodologically, the research was based on the qualitative approach of documentary type associated with oral history from the perspective of thematic oral history and life of older servers of the publisher, some of which are in full activity. It is understood by one set of memory events, facts, characters that, through their existence in the past, have consistent experiences to establish a relationship of today and their past, either immediately or remote. This relationship is always mediated by the experience. The narratives reveal the subjects' ears wide history of an institution allowing emerge emotionality of servers that witnessed a promising structure and experienced a decline in successive administrations of the university.

**Keywords:** Institutional memory, history of life, Publisher UFPB

## **1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa propõe a consolidação de uma ação integrada e já em andamento pelos grupos de pesquisa, Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) e a Editora da UFPB (EDUFPB). O interesse comum pelo mesmo objeto de estudos reforça a parceria que se estende também para Instituições, afinal a memória institucional engloba a história da produção científica da editora que registra sua primeira impressão em meados de 1962 ainda na qualidade de imprensa universitária. Com mais de

meio século de funcionamento a editora da UFPB tem uma trajetória marcada por um vasto e significativo número de publicações didática, literárias e científicas.

O ano de 1962 representa o marco histórico da Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba ao publicar sua primeira obra resultante de pesquisas intitulada *Augusto dos Anjos* e sua época, da autoria de médico e escritor paraibano Humberto Carneiro da Nóbrega.

Com mais de 50 anos de atividade editorial, a EDUFPB ultrapassa a marca dos mil títulos publicados e conquistou seu espaço entre as demais congêneres do país voltadas para a divulgação da ciência e tecnologia.

Contudo, alguns registros tendem ao embaralhamento entre as datas de sua fundação histórica contribuindo para embaçar o passado profícuo da produção científica no âmbito da EDUFPB, bem como provocando controvérsias sobre os estudos memorialísticos das editoras públicas universitárias. Para uns, como Fernandes (2000), a Imprensa Universitária da Paraíba surgiu em 1965, tendo como missão “a canalização, através do livro, da produção intelectual da comunidade universitária e do Estado da Paraíba, fazendo com que essa fortuna seja divulgada em todo o país” (CATÁLOGO DE PUBLICAÇÕES, 2000, p. 5).

Todavia, de acordo com professor Geraldo Batista de Araújo, o primeiro diretor da EDUFRN, declara em depoimento a pesquisa de mestrado sobre a editora da UFRN que visitou a Imprensa Universitária da Universidade Federal da Paraíba, em 1962, para se inspirar no modelo de gestão e empreendimento e sugeri-lo à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PEREIRA, 2012). Versão que coincide com os dados apresentados no primeiro Catálogo de Publicações 1962-1988 (RAMALHO; FELIX, 1988), o qual registra: a primeira obra da IU/UFPB foi publicado em 1962. Logo, essa editora foi criada em 1962 ou antes.

Esse mesmo catálogo, organizado por Wilza da Costa Ramalho, Bibliotecária-Chefe do Setor de Seleção da Biblioteca Central da UFPB, à época, e Maria do Socorro Azevedo Felix, bibliotecária atuante também na Editora, reitera mais uma vez essa informação. Em 1965 já eram oito os títulos publicados pela EDUFPB e mais o periódico *Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba* (Catálogo de Publicações, 1988, p. 9-43). Ferreira (2006) também trabalha com essa mesma informação. A autora detalha que entre abril e maio de 1964, o golpe militar afastou o Chefe da Imprensa Universitária da UFPB, o jornalista Luiz Gonzaga Rodrigues (UFPB 50 anos, 2006, p. 55). A propósito, a Imprensa Universitária da UFPB resistiu como pode à mordada, publicando no ano seguinte, em 1965, “*Cravina Alsfaltada*,” um conto em 45 páginas, pelas Edições Caravela (MELO, 1994, p. 127). Os fatos

supramencionados reiteram que a Editora Universitária da UFPB não só existia antes de 1965, como tentou enfrentar a camisa de força imposta pela ditadura militar à livre divulgação de ideias. Em 1998, circulou o segundo catálogo da EDUFPB, atualizado por Germana Laura Helena da Silva, à época aluna do Curso de graduação em Biblioteconomia da UFPB sob a orientação da professora Joana Coeli Ribeiro Garcia, fonte que registra as obras que se encontravam no prelo.

O terceiro catálogo, lançado em 2000, contempla em suas 91 páginas que a EDUFPB publicou até o ano de 2000 mais de 700 obras. Vale ressaltar que 1978 foi o ano em que a Imprensa Universitária da UFPB passou a ser denominada Editora Universitária da UFPB (EDUFPB). No entanto, independente do nome original, a cinquentenária Editora Universitária da UFPB precisa construir suas memórias bem como o papel por ela desempenhado na divulgação da informação técnico-científica no âmbito da Paraíba e pela contribuição na divulgação da produção científica.

Nesse sentido a proposta em questão situa-se no âmbito das pesquisas que envolvem informação e memória institucional especificamente em função do interesse da Linha de Pesquisa Memória, organização, acesso e uso da informação do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, como subsídios à consolidação científica da área da Ciência da Informação em nível nacional e internacional.

Isto posto, cumpre-nos perceber a memória na interseção sujeito/instituição, o que amplia a compreensão da memória enquanto propriedade estática de conservar informações, dando-lhes certo dinamismo, exigência própria para a ação de reconstrução das experiências passadas, já que é esta uma forma encontrada pela sociedade para pensar a si própria, por meio da sua relação no presente com o passado. Nessa perspectiva pode-se dizer que a memória em sua função social formata-se e se sustenta em uma origem comunicativa, ou seja, ela decifra o que somos hoje, o que já não somos mais. Daí a importância de preservar elementos patrimoniais enquanto lugar de memória (NORA, 1993).

De modo que preservação da história institucional tornou-se foco de discussões no âmbito da sociedade contemporânea e de organismos internacionais a exemplo da UNESCO que em 1992 criou o Programa “Memória do Mundo” com o objetivo de propor ações de criação, manutenção, preservação e disseminação de acervos. No Brasil o Comitê Nacional do Brasil tendo sido instalado em 2004 e regulamentado pela Portaria n. 61, de 31 de outubro de 2007.

Preservar o patrimônio é, portanto, missão inerente à área da documentação. Em face dessa prerrogativa pode-se dizer que bibliotecários, arquivistas, museólogos, historiadores,

arqueólogos entre outros profissionais partilham da ideia de que preservar é preciso. Nesse sentido, observa-se que há uma crescente busca pela preservação patrimonial, sobretudo, quando se atrela o patrimônio às questões memorialísticas.

Por outro lado, a memória, como diz Barros “é a aquisição, o armazenamento e a evocação de informações”. Concepção ampliada por Ricouer (2007) ao debruçar-se sobre a memória, na obra “Memória, história e esquecimento”, em que inicia sua reflexão considerando a memória como algo isolado, e traz à tona a problemática da continuidade e da descontinuidade. Em outro texto Ricouer (1990) vai referenciar a memória como algo que dialeticamente vive um embate permanente entre dois polos: lembrar e esquecer. Estes embora opostos, não se excluem.

De modo que uma das preocupações da sociedade contemporânea é possibilitar a preservação da memória institucional com vista à construção memorialística e identitária. Os estudos que contemplam essas questões estão sendo relevados atualmente. São importantes à construção da nossa história e, juntamente com outras manifestações folclóricas, como danças, folguedos e dramatizações, constituem um patrimônio cultural que precisamos preservar.

Ao referir-se a cultura, ao patrimônio e objeto em relação à memória social estabelece que a cultura seja o elemento que a embasa; patrimônio o conjunto de informações revelador de significados, e o objeto o mediador das relações e ações sociais formando categoria constituinte ou inerente ao patrimônio. Os traços, os vestígios e anotações são documentos recheados de memória social “atualizado por circunstâncias, rememorados na dimensão do coletivo que é construção incompleta” (DOBEDEI, 2005, p. 43).

A esse entendimento associamos ainda a compreensão de Fischer (1997) ao referir-se a cultura enquanto expressão identitária e singular de uma determinada sociedade, em que provoca implicações em hábitos e comportamentos, fenômeno da profunda miscigenação e seu “conseqüente intercâmbio cultural, que dá essa cor local e que implica em práticas e ações que dizem respeito a todos”. (FISCHER, 1997, p. 259).

De modo que esta pesquisa assenta-se na perspectiva de não permitir cair no esquecimento a história da Editora da UFPB, enquanto uma das primeiras editoras universitárias do nordeste, sobretudo no que concerne a recuperação e disponibilização de informações sobre as obras publicada por essa editora.

Em face desse entendimento a presente pesquisa fundamenta-se num levantamento preliminar sobre a memória institucional da editora da UFPB e o papel por ela desempenhado ao longo dos seus mais de 50 anos ininterruptos de atividades. Para tanto, traçou-se para o

primeiro momento os seguintes objetivos: a) preservar a memória institucional da Editora a partir da história de vida dos servidores e dirigentes.

## **2 ENTRE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA**

Entende-se por memória aquele conjunto de eventos, fatos, personagens que, através da sua existência no passado, possuem experiências consistentes para o estabelecimento de uma relação da atualidade e o seu passado, quer imediato quer remoto. Essa relação está sempre mediada pela experiência, visto que:

A memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente [...] é uma representação produzida através da experiência. [...] Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para consciência histórica e cultura, uma vez que pode abranger a totalidade do passado, num determinado corte temporal. (DIEHL, 2002, p. 116)

Essa noção está transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, já que ela constitui, através de um processo de representação, onde são criados referentes para sua cristalização nas consciências, quer individual quer coletiva, aproximando-a, em muito, da noção de identidade. Entendendo a memória como o encadeamento de elementos que remetem a um passado, real ou fantástico, e que são dados na esfera da consciência individual ou, principalmente, coletiva, que é referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados. Sendo que esta memória, enquanto construção está intimamente relacionada com a representação, em especial cultural, de sua própria história (COSTA, 1996). A multiplicidade de memórias presentes na vida cotidiana leva a considerar que:

A questão fundamental continua sendo a dos atributos da memória. Todos sabiam que uma memória não se molda necessariamente a uma ordem cronológica, que ela pode ser irruptiva, projetiva, confusa, contraditória [...] As funções culturais das memórias ditas coletivas não correspondem senão a uma maneira possível, dentre outras, de estabelecer uma ordem dinâmica de traços mnêmicos. [...].

A memória não deixa de brincar com a identidade, embora mantenha um pacto com ela. Para quem quer que seja, o interesse conferido a lembrança só se torna princípio de satisfação na confusão das evocações nesse emaranhado que chama outras lembranças, ainda que a busca da verdade ou da autenticidade seja a sua finalidade aparente. (JEUDY, 1990, p. 19)

Esse posicionamento leva o conceito de identidade relacionar-se diretamente com a classificação, como foi indicado por Azevedo Netto (2008) já que é através dela que se inclui

ou não determinado elemento dentro de um segmento dado, “identificando-o” com um grupo de coisas semelhantes ou não. O que leva a relacionar o segundo foco da identidade, que passa, de acordo com Duarte (1997), pela definição filosófica do princípio de identidade, formulado originalmente por Aristóteles, onde um ente não pode, em um mesmo espaço-tempo, ser e não ser. Então:

Sob este ângulo a questão da identidade articula-se com os problemas da dicotomia de indivíduo/sociedade e com seus diversos corolários, entre os quais o da moderna partilha entre os saberes “psicológicos” e os saberes “sociológicos” e - sob um certo prisma – entre os reinos da emoção e da razão. Durkheim é aqui mais uma vez fundamental, dada à especificidade de que se cerca em sua obra o estatuto do “indivíduo” face à realidade e extensão dos “fatos sociais”. (DUARTE, 1997, p. 71)

Neste foco, a identidade passa a ser vista como estreitamente relacionada com o conceito de identificação, já que passa pela esfera relacional, entre o indivíduo e seu grupo e entre os grupos que se relacionam. Portanto a:

[...] identidade é um modo de categorização utilizado pelos grupos para organizar suas trocas. Também para definir a identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural [...] esta identidade resulta unicamente das interações entre grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações. (CUCHE, 2002, p.182)

Com essa aproximação do universo simbólica traz para a discussão a noção de documento, como algo que atesta alguma coisa (LEGOFF, 2003) e demanda o seu entendimento a partir da representação, quando eventos, coisas, textos, fazeres ou demais elementos, trazem em si a presença de outros elementos, que se refletem, remetem ou induzem uma ligação. Os atributos desses elementos que estabelecem essa vinculação passam por induções objetivas e subjetivas, coletivas ou individuais, escolhidas ou impostas, mas sempre ocorrem dentro de um contexto de agenciamento como foi colocado por Jones (2007), onde refletem situações sócio-culturais e cronológicas definidas, quando ainda se relacionam com a construção de identidades coletivas a partir da memória coletiva (WILSON, 2010). Assim, o documento, independentemente de sua natureza ou suporte, torna-se o elemento que possibilita remeter os eventos do passado a uma construção do presente.

Considerando a informação como artefato, Pacheco (1995) a categoriza como um produto resultante da existência humana, ferramenta produzida e/ou percebida pelo homem, como um dos elementos necessários para a construção do conhecimento. Como artefato, a informação só tem existência quando é percebida como tal, e só é estabelecida esta percepção quando, de algum modo, em alguma circunstância, é criada uma relação de significação. Assim essa relação é efetivada na medida em que:

Se a informação é um artefato ela foi criada num tempo, espaço e forma específica, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada - o contexto de sua geração. Sendo artefato ela pode ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo, portanto passível de recontextualização. (PACHECO, 1995, p.21).

Corroborando com a perspectiva de Pacheco (1995), Marteleto (1995, p. 90) ao debruçar-se sob os aspectos da cultura, entende que cultura e informação “são conceitos fenômenos interligados pela sua própria natureza”. Nesse sentido a cultura assume uma prerrogativa memorialística, especificamente ao revelar-se como espaço de conservação e reprodução de artefatos.

Para Zeman (1970, p. 17), portanto:

A informação é, pois, a qualidade da realidade material de ser organizada (o que representa, igualmente, a qualidade de conservar este estado organizado) e sua capacidade de organizar, de classificar um sistema, de criar (o que constitui, igualmente, sua capacidade de desenvolver a organização). É, juntamente com o espaço, o tempo e o movimento, uma outra forma fundamental de existência da matéria - é a qualidade de evolução, a capacidade de atingir qualidades superiores.

Não é um princípio que existiria fora da matéria e independentemente dela (como são, por exemplo, o princípio idealista da entidade ou o termo da “entelequia”) e sim inerente a ela, inseparável dela.)

Considerando, portanto a cultura e memória e esta como “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode utilizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 419). Concebemos então, a memória como conjunto de elementos que percebidos no presente remete-nos a um passado real, efetivados por meio da consciência individual ou coletiva que na visão de Azevedo Netto (2007, p. 9) são referendados “no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados. A multiplicidade “de memórias presentes na vida cotidiana”.

Por outro lado, à relação entre informação e memória, pode ser considerada, na medida em que um determinado conjunto de informações que se referem ao passado de determinadas expressões culturais são reunidas e relacionadas entre si, constantemente construídos e reinterpretados, revelam um sentido de compartilhamento desse mesmo passado.

Assim, pode-se exemplificar a relação entre a informação e a memória na multiplicidade de suportes que a informação pode assumir, no seu processo de representação através da cultura material, expressos como documentos e monumentos (LEGOFF, 2003), e

aqui representadas pelo conjunto da produção cultural dos poetas populares brasileiros, materializadas em papel e preservadas em várias instituições no Brasil. De outro modo, sendo a memória socialmente construída está vinculada à cultura e a informação.

### 3 NAS TRILHAS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem relação intrínseca com a temporalidade, a historicidade e a singularidade do objeto de estudo, que se sustenta em dados históricos revelados através de “vestígios, relíquias e testemunhos” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 480), constituindo as fontes de uma história da produção literária, acadêmica e didática dos professores e pesquisadores que publicaram na Editora da UFPB. A memória institucional da Editora UFPB será vista em toda a sua dimensão, incluindo-se aspectos como: função dos documentos, sua forma, seus autores, fragmentos de textos, considerando-os como *locus* privilegiado de testemunho, memória e história. De certo modo pretende-se eleger toda a produção publicada pela UFPB tomando-as como artefato memorialístico, fonte privilegiada, tornada, ela mesma, objeto deste estudo. Ao percorrer os acervos das instituições parceiras, devem-se observar as particularidades da história da Editora, constituindo uma identidade, através de sua produção, configuradas em documentos que guardam as memórias dos autores, bem como a memória institucional da UFPB e da Editora.

A pesquisa pauta-se pela abordagem qualitativa do tipo documental associada a história de vida. Este tipo de pesquisa segundo Helder (2006, p. 1-2), a pesquisa documental “vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”. Oliveira (2007, p. 70) complementa que neste tipo de pesquisa deve-se atentar para uma análise cuidadosa, “visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

A análise das fontes de informação induziu à busca e à adoção do conceito de análise documental que, segundo Aróstegui (2006, p. 508) é “um conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico”.

Nessa primeira fase de caráter estritamente exploratória foi desenvolvida a partir da memória institucional da editora com recursos da História Oral, na modalidade história oral de vida e história oral temática. O instrumento de coleta adotado foi à entrevista aberta com os servidores e ex-diretores da instituição buscando captar a história de vidas dos servidores e como ela se entrelaça com a memória da Editora da UFPB.



A partir dos dados das entrevistas, as narrativas da história de vida pessoal dos sujeitos participantes, expressadas através de suas narrativas, foram legendadas da seguinte forma: **S1, S2, S3, S4, S5**. É desse modo que os sujeitos foram nomeados no decorrer desta pesquisa, contribuindo para analisarmos as narrativas de vida de cada um deles e sua relação com a memória institucional da EDUFPB.

A apresentação dos relatos por uma questão meramente didática seguirá a cronologia das fontes pela data de ingresso dos servidores nos serviços gráficos da UFPB, privilegiando neste recorte os servidores mais antigos do setor.

#### **4 EDITORA DA UFPB: SOB A IRIS DO SEU SERVIDOR**

As questões apresentadas aos entrevistados foram abertas para receber respostas espontâneas, iniciando pela história de vida de cada um e incluindo-se o ingresso na UFPB e posterior designação para atuar junto a Editora. Com base nas narrativas construiu-se o perfil desses servidores e a partir de suas lembranças individuais construir as memórias da Editora da UFPB.

##### **4.1 O Perfil dos Servidores da Editora da UFPB**

A sua história profissional não se trata apenas de uma “reminiscência pessoal” (GOODSON, 1995) porque não teria muita importância, mas refere-se à vida profissional, porque ambas se entrelaçam. Assim, a vida pessoal é apenas um espelho de uma relação mais complexa que permite ouvir a narrativa dos profissionais exercitadas nas práticas cotidianas. Nesta pesquisa, trata-se de ouvir o que o profissional tem a dizer, procurando-se respeitá-lo, e proceder rigorosamente com os dados que ele fornece em suas narrativas, as quais constituem o conjunto de falas que servem para ilustrar a análise.

O ser humano, na medida em que mantém uma relação reflexiva consigo mesmo, não é senão o resultado dos mecanismos nos quais essa relação se produz e se medeia. Os mecanismos, em suma, nos quais o ser humano se observa, se decifra, se interpreta, se julga, se narra ou se domina. E, basicamente, aqueles nos quais aprende (ou se transforma) determinadas maneiras de observar-se, julgar-se, narrar-se ou dominar-se (LARROSA, 2004, p. 35).

Esses profissionais fazem dessas práticas a ação dos diferentes meios a que cada um deles está sujeito e o que os condicionou profissionalmente. Assim, para conhecer a história de vida dos servidores lotados na Editora da UFPB. Recorreu-se ao conhecimento da vida pessoal dos sujeitos, de suas narrativas, ações e práticas, utilizamos a entrevista que, segundo Triviños (1995, p. 146), “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de

interrogativas, que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante”. Essa entrevista revelou-se significativa no que diz respeito a história da Editora e da vivência pessoal e profissional, no contexto das ações desses servidores e na dinâmica de suas atividades no local em que exerceram e exercem suas funções. Como dito seguiremos a ordem cronológica de contratação que será referenciada entre parênteses após a identificação por código de cada entrevistado. Nesse sentido ao se permitirem falar narraram:

**S1 (1965)** Do sexo masculino, S1, nasceu na cidade de João Pessoa [PB], bairro de Jaguaribe, Eu sou de treze de dez de mil novecentos e trinta e oito. Eu desde criança sempre fui dedicado. Porque antigamente agente tinha que fazer os próprios brinquedos, sempre fui, e eu me lembro que aos 12 anos por aí assim, minha mãe falava que eu queria ter uma bicicleta pra montar e desmontar pra aprender, e ela comprou uma bicicleta era 200 cruzeiros, 200 reis cruzeiros, na época eu não me lembro mais a moeda, e 4 horas da manhã ela presenciou eu e meu irmão com as ferramentas, em vez de ir andar na bicicleta, tirar proveito da bicicleta agente foi desmontar lubrificar e montar pra mostrar que sabíamos fazer. Foi aí que eu tomei gosto por essa coisa né, aos 12 anos eu fui para a escola industrial em 1951 a 52. Em 51 eu fui para lá como aluno, tinha um rodízio em 6 profissões, agente passava 15 dias em cada setor, os primeiros dias fazia uma prova, naquela que tirasse melhor nota aí o camarada era indicado para fazer aquele curso, e eu me destaquei na parte gráfica, e mesmo já estudando a noite, eu trabalhava na Tipografia Vitória de Severino Chaves, localizada perto da maternidade Cândida Vargas, no Bairro de Jaguaribe. Me dediquei antes eu já, depois que eu sai fui trabalhar na fábrica Ilha Batatão de Miranda Freire, lá onde funcionava o lixão do Roger pra aqueles lado. Era fábrica de tinta para gráficas, que naquele tempo se usava uns tinteiros, era tinta e goma arábica, aquela cola. Aí de lá eu fui trabalhar na tipografia Triunfo e depois no Jornal União<sup>124</sup>, e depois retornei para o Batatão, já trabalhando a noite, eu saia do Jornal da União de 01:00h, descia direto para lá, trabalhava até 09:00h da noite. Lá por sorte ou esforço me destaquei nas minha funções e me chamaram assumir cargo de comando.

**S2 (1977)** Do sexo feminino S2 assim se expressa nasci no dia vinte de janeiro de cinquenta e um, Nasci e minha infância todinha foi em Jaguaribe, bairro tradicional e histórico da cidade de João Pessoa/PB.

**S3(1978)** Do sexo masculino S3 nasceu em 1958na capital da Paraíba, mas trabalhava em Recife, Pernambuco. Vivi maior parte da minha vida em Recife/PE. Em setenta e sete o

---

<sup>124</sup> O Jornal A União é o mais antigo periódico diário do estado e pertence ao Poder Público estadual, com mais de 120 anos de existência.

diretor comprou uma impressora Off Set, aí eu vim em setenta e oito, em fevereiro. Eu vim olhar as máquinas que não tinha nenhum impressor aqui, pois sou técnico em artes gráficas.

**S<sub>4</sub> (1979)** Do sexo masculino S<sub>4</sub> verbalizou: Sou daqui de João Pessoa, paraibano, nasci em Jaguaribe onde até hoje resido.

**S<sub>5</sub> (1992)** Do sexo masculino, S<sub>4</sub> nasceu em uma pequena no interior da Paraíba, no Brejo da Paraíba chamada Alagoinha, o pai era agricultor e o seu maior orgulho foi colocar os filhos pra estudar. Em 1969 a gente saiu do interior e veio pra capital João Pessoa porque o interior não dava condições de estudar, na capital se teria mais oportunidade de estudar, assim pensava meu pai e era seu desejo. Na minha família, hoje nós somos nove, sendo quatro homens e cinco mulheres, naquele tempo pra ser doutor, ter uma colação de grau, ter um filho numa universidade já era uma glória e lá em casa só não conseguiu titular-se, no mínimo, na graduação quem não quis.

#### **4.2 Caminhos entrecruzados: o ingresso no serviço público e na editora**

S<sub>1</sub> (1965) Eu trabalhava no jornal “A União” em 1964, desde 1960 que eu entrei nesse jornal. Em 4 de abril de 60, e em 64 no final do mesmo ano tomei conhecimento que estava sendo construído o prédio onde funcionaria a Imprensa Universitária da Universidade Federal da Paraíba. Depois tomei conhecimento chegara os caixotes com as máquinas e que eu era um dos cotados pra ir trabalhar lá na Editora, na Gráfica da Universidade, aí eu trouxe minha carteira de trabalho era primeiro de março de mil novecentos e sessenta e cinco. Quem me trouxe para foi Cláudio Leite Pessoa que agente chamava de Dudu, ele foi o primeiro chefe do setor. Tinha também o Doutor Arael Menezes da Costa, primeiro diretor e Cláudio Leite Pessoa o primeiro chefe, sendo responsável pela indicação do meu nome. Em fevereiro de mil novecentos e sessenta e cinco eu estava de férias, aí digo vou lá fazer uma visita né, a construção e a instalação, aí fui eu e um amigo meu, José da Costa Cabral, nós fomos lá, nós dois, e quando cheguei lá estavam já as máquinas instaladas nos cantos, dependendo só dos acabamentos final, dos acertos, aí como eu estava de férias do jornal A União, disse rapaz já que tu ta de férias aproveita, quer dá uma ajudinha agente aqui vocês dois? Eu disse só se for agora, aí fiquei trabalhando, já fiquei ajudando na montagem, e dai comecei a trabalhar, fiquei trabalhando ajudando o pessoal na montagem, na afinação das máquinas, já fiquei por lá ajudando na montagem, limpeza das máquinas, fazendo os acertos, montando, ajustando, e finalmente, comecei a trabalhar. Eu testemunhei a instalação de todas as máquinas, de cada parafuso.

**S2 (1977)** Eu trabalhava no comércio, quando eu cheguei em casa tinha um recado do meu irmão, que meu irmão era funcionário da Universidade, tendo como chefe Sr. Toinho Nera . Aí tinha um recado: Gloria compareça na imprensa. Que não era editora era imprensa universitária. Eu falei com Seu Toinho. Antes só trabalhava homem, mas o serviço tava ficando atrasando demais não saía. E os homens discutiam, enfim. Aí o diretor disse vamos botar mulher pra ver se o processo acelera. Foi ai que ele chamou a mim, Rosilda e Dona Dulce. Fui trabalhar direto no acabamento, porque eu cheguei falei com Seu Toinho, eu disse: sou irmã de Euder, quando é que eu começo? Quando é que a Senhora começa? A Senhora vai agora. Pode ir pra li. Aí eu disse e o outro emprego? Eu digo não, no final de semana eu resolvo. Aí já fiquei trabalhando. Aí pronto ingressei na Universidade no dia vinte e quatro de agosto de setenta e sete, tudo sem contrato, sem nada. Apenas com uma gratificação, eles davam uma gratificação, quando foi em setenta e oito, dia primeiro de março, foi que vieram assinar a carteira da gente. Aprendi com meu irmão o ofício de encadernador. Ele levava para casa, daí eu via e ajudava no trabalho. Depois fui pra Escola Técnica, tirei curso de encadernadora em 1980. De encadernação eu faço tudo. Em 1988 nós passamos para estatutário, ou seja, fomos admitidos como servidora pública federal, melhorou muito.

**S3(1978)** Vim com as máquinas alemãs até o consulado de lá veio pra cá no dia da inauguração, foi um festão. Isso tudo foi na direção do Sr. Pontes. Comecei a trabalhar em gráfica quando tinha quinze anos. E nem me lembro de mais em qual empresa, mas era a gráfica Recife/PE. Depois passei a gráfica Santo Amaro, aí depois passei para Duarte Gráfica e assim, fui subindo. Porque aqui não tinha impressor que trabalhasse com essa máquina, aí me chamaram. Eu disse: bem eu vou passar os três meses, e aqui fiquei. Aí quando cheguei na reitoria eu disse: rapaz eu não vou ficar aqui não. Primeiro, não recebia dinheiro, três meses aqui sem receber um centavo. Às vezes almoçava no restaurante universitário, às vezes. Tinha dia que não almoçava. Morava no Centro da capital paraibana no Hotel São Geraldo. O cara todo dia me botava pra fora, aí eu fui pra reitoria. Quando cheguei lá fizeram as conta, eu tava devendo mais de doze mil cruzeiros. Eu digo tá se eu não tive dinheiro nem pra comer, como é que eu to devendo? Como é que eu vou pagar isso? Como eles não estavam rescindido meu contrato, eu não podia sair. Ai disse: volte e vá trabalhar. Chegava o chefe e dizia: vamos trabalhar, porque se não eu não assino o contrato não. Eu passei três, quando eu ia pra Recife, pra casa da minha tia lá, ela quem me dava o dinheiro. Veio à reforma constitucional, e aí melhorou cem por cento.

**S4 (1979)** Em primeiro de Janeiro de 1979, vim para trabalhar mimeografo, comecei aprendendo tudo. Na época o diretor era professor Arael, Sr Nau já trabalhava na Imprensa,

ele disse que tinha uma vaga para mimeografo, me chamou fiz uns testes e fiquei. Eu fazia o Material de expediente, formulários, fichas, sendo mimeografo a álcool. Hoje quem faz esse serviço é a copiadora. E devagarzinho fui aprendendo as coisas, aprendendo outras, passei pra impressão de offset, passei muito tempo como impressor de offset, de oito a dez anos. Até o dia que o Professor David Fernandes assumiu a Direção da Editora em 2005 e convidou pra ser chefe de produção, aí passei a coordenar a oficina, atividade que desenvolvo até o presente.

**S5 (1992)** Tinha uns dezenove anos, e desde os doze anos passei a estudar de noite e durante o dia comecei na marcenaria como aprendiz, em setenta e quatro tinha uma professora aqui na universidade que disse, ter um projeto de fazer tecelagem, então os teares que era de madeira, aí ela disse o pessoal da marcenaria que precisava de marceneiro, eu disse mais eu não sou marceneiro, sou aprendiz, tenho muita coisa pra aprender. Ela disse eu conheço o chefe e me apresentou a ele que disse só falta um contrato, ele não vai chegar aqui sendo, naquela época como tinha a necessidade no Hospital Universitário que tava em construção e tinha a questão dos projetos da marcenaria quem tivesse vontade de fazer, quem tivesse vontade de aprender o pessoal arranjava uma espécie de bolsa, um pré contrato com a prefeitura e depois fui efetivado, mais eu entrei assim como uma espécie de estagiário por contrato, aí como o mestre gostou muito de mim, e eu também me esforcei muito que era uma oportunidade que eu não podia perder, fui avançando, avançando, avançando e de aprendiz passei para artífice, artífice de marcenaria, marceneiro. Continuei estudando, estudando, estudando, fiz vestibular passei, aí senti a necessidade de sair da marcenaria, como era que eu ia estudar, aí eu conversei com o chefe e disse mestre olhe eu preciso estudar, entrar na universidade um ensino agora mais sério e tal, ele disse a gente vai sentir falta de você aqui porque você é uma pessoa que se da bem com todo mundo, aí eu consegui ir para o CCHLA, fiquei lá trabalhando a noite, e estudando durante o dia, estudando, estudando, terminei o curso de Administração passei uns quatro anos esperando o que naquele tempo tinha uma chamada funcional que é um concurso interno que você concorria com seus colegas de repartição, e eu me lembro que tinha quatro vagas para administrador, essa época eu era noivo, o noivado ia acabando porque eu esquecia a noiva metia a cara no estudo, eu digo olha a minha oportunidade é essa, estudei e fiquei em quarto lugar, na última vaga, aí foi a oportunidade que eu passei para administrador e aí depois eu já fiz uma pós e fui tocando o barco. Na época de professor Neroaldo Pontes, quando assumiu a reitoria convidou o prof. David Fernandes para transformar a gráfica Universitária em uma Editora Universitária. Eu trabalhava na coordenação de Comunicação e David me convidou, isso foi em 1992, David

disse vou conseguir uma função (FG) pra você, aí eu fiquei como chefe administrativo e fiquei por uns quatro anos, e depois no reitorado do professor Jader Nunes ele disse vou melhorar sua FG e dar uma portaria pra você e me convidou para ser vice diretor da Editora.

#### 4.2 Nos bastidores da Editora da UFPB

**S1 ( 1965 Sr. Nau)** Na minha época o Diretor era Doutor Arael Menezes da Costa, vice diretor era José Candido da Silva, almoxarife era Emilson Ribeiro, O chefe de oficina Cláudio Leite Pessoa. Na oficina tinha eu, Edinaldo Carneiro da Cunha como impressor, José da Costa Cabral, outro impressor, na Linotipe agente tinha Antônio Leite Pessoa e José Figueiredo de Andrade que é outro linotipista, Valter Veloso como mecânico e Acelino Isidoro Lopes como fundidor, que era quem derretia o chumbo pra fazer as barras pra colocar na máquina, na encadernação. Tinha José Dionísio, Eudes e Reginaldo Barbosa que ainda hoje tem uma irmã dele que trabalha na Editora. Da equipe tinha José Fernandes Vieira, que era o chapista e Wiliam que hoje trabalha no setor pessoal da reitoria, na cantina agente tinha o rapaz que se chamava Pedro Paulo, essa foi a primeira equipe da Gráfica que se transformou em editora.

**S2 (1977)** O quadro de pessoa da Editora tinha muita gente. Quando a gente chegou ai foi que assinou tinha muitos funcionários aqui, tinha mais ou menos cento e poucos, todas as máquinas funcionavam, tinha uns cento e pouco mais a maio parte era do Estado e Eu trabalhava aqui e trabalhava no Estado. Aí foi no tempo que o Governador da Paraíba Tarcisio de Miranda Burity entrou e aumentou o salário e todos foram embora, tiveram que optar entre o Estado e a UFPB. No caso da UFPB ganhava pouco e quem tinha só esse emprego mesmo é que ficou aqui. Depois que a turma saíram foram para o Estado, contratou-se Zé Nilton, Xena, Boca de Cabelo, Marco, seu Teixeira. A gente chegava e ficava esperando as vezes não ia nem pra casa. Quando a gente entrava aqui, a gente recebia toalha, até os potinhos pra gente trabalhar, pincel, espalta, tudo a gente recebia, essa sala aqui era a sala de guardar os leites, a gente tomava muito leite. O leite vinha de caixa. Era gelado, era duas vezes, de manhã e de tarde. Porque o leite cortava o efeito do produto químico e quando tinha aquela linotipo ela soltava fumaça, o galpão se enchia de fumaça, a gente saía e vinha pra fora por conta do mau cheiro, tínhamos que tomar leite pra cortar o efeito. Esse pedacinho aqui [apontando para o espaço físico] era a livraria aqui dentro, as pessoas entravam pedia o livro e compravam. Quando era nove horas, eles tocava a campainha e a gente parava as máquinas e vinha com os copo tomar o leite. Era leite Ninho. Na gestão do professor David Fernandes o leite parou de ser fornecido e acabou com o uso da máquina linotipo.

**S3(1978)** Depois que a TV chegou aí foi que mudou mesmo, esse salão da gente aqui era até lá do outro lado, porque tinha maquina até por trás, aí hoje não desativaram as tipografias. As máquinas foram quebrando, A offset tinha duas, hoje só resta uma servindo. Sou eu mesmo que cuido dela. É a gente ajeita de um lado ajeita do outro, e ela trabalha. O clima com os colegas era bom. Não tinha confusão, não tinha nada. Tinha uma briguinha né? Que era normal. Depois vieram os novatos a turma antiga foi quase toda transferida, apenas Zé Nilton morreu. Nessa época tinha o timezinho daqui e era o goleiro. O time da gente era bom. Hoje não há mais o campeonato gráfico, mas antigamente tinha, a gente foi campeão várias vezes. Eu acho que Zeca ainda tem o padrão. Tínhamos tudo!

Quem era que organizava esses jogos na época era Moreira, Gildo, que morreu já.

**S4 (1979)** Na época eu peguei já o finalzinho de professor Arael, ele ainda estava aqui no finalzinho, aí eu é seu Nau já trabalhava aqui. Já era Editora. Só que as publicações de livro, era não tinha divulgação, publicava muito livro é esses, é livro acadêmico, mais só que não tinha divulgação, divulgação passou depois que David Fernandes chegou, foi que David constituiu a equipe que tá hoje.

**S<sub>5</sub> (1992)** A Editora em 1992 contava com setenta e oito funcionários salve meu engano. Aí quando a gente chegou tinha uns colegas nossos já com tempo para se aposentar, mas foram ficam e o setor foi só enchendo. Na gestão de David Fernandes o vice foi professor Silvano, depois ele teve que se afastar pra continuar o doutorado dele, teve a professora Dulce, passou pouco tempo também porque ela tinha as obrigações dela e nem sempre ela podia ta, aí veio o professor Everaldo Vasconcelos, depois de professor Everaldo disseram agora vai ser tu, eu digo mais rapaz, não vai ser tu, aí eu fiquei.

#### **4.3 Imprimindo lembranças nos espaços da Editora**

**S1 (1965)** Era em Jaguaribe, lá onde funciona o Pan de Jaguaribe, é um bloco que tem lá na esquina. Pronto, aí com o desenrolar nessa época nós tínhamos uma impressora minerva, ainda hoje deve estar por aqui no canto, tínhamos uma Idelberg de palheta, uma impressora e tínhamos Nebiolo, uma impressora Nebiolo era uma máquina bem grande, e para completar Como eu era o menor da equipe fui trabalhar nessa máquina. Tinha lá a Nebiolo, duas linotipe, uma guilhotina e uma máquina de dobrar, que até hoje tá por aí, essa máquina chegou um pouco depois. Tinha três impressoras, nos três sistemas, uma minerva, uma de palheta e uma plana. Ficamos em Jaquaribe, de 69 pra 70 estavam construindo o prédio dentro do Campus da UFPB. Quando agente veio fazer a visita ver as instalações e em fevereiro se não me falhe a memória, foi dada as férias coletivas, que já era normal, momento que se

aproveitou para fazer a mudança das máquinas do primeiro prédio para o Campus em março de 1970. E aqui começamos aqui nesse prédio. Aí nessa mudança aqui pra cidade universitária vieram depois duas impressoras planas KSBA, ainda existe uma delas que tem uma dela aí, vieram duas, veio até um mecânico da Alemanha, era Volfman o nome dele, e eu fui sempre quem participei da montagem, tanto da transferência, já na montagem e lá na transferência para as instalações nas dependências da UFPB. Trabalhei, eu e Gabriel Moreira, era um mecânico conhecido aqui e Severino de França que era um dos originais Idelberg, em seguida veio pra aqui essas duas Ofsete, depois veio a máquina de costurar livro.

**S2 (1977)** Tinha mais de cem pessoas e aqui se fazia tudo, convites, prova do vestibular. Mudava, mudava, cada um que chegasse trazia o seu, trazia sua turminha, agora só não mexia com a gente ali. Cada diretor mudava a forma de administrar. É por isso que eu digo, sempre estou naquele primeiro birôzinho, vem um, vem outro, vai colhe, e agente ali só olhando. Pontes foi o diretor que expandiu a editora Porque aqui não existia offset até setenta e oito, não existia, era só tipografia. Pra mim, hoje é uma tristeza quando eu entro, eu discuti muito aqui dentro, não vou dizer que eu nunca discuti, quando eu vi essa TV aumentando e tudo que não prestava colocavam pra cá, como se fosse um depósito. Eu me vi cercada por lixo, eu fui obrigada a chegar ali e bater no birô e dizer: Estou trabalhando num setor de trabalho e não no lixão do Roger, de hoje em diante ninguém bota mais lixo aqui dentro não, o que não prestar joga fora. Aí foi quando não colocaram mais lixo, eu me sentia assim, sentada dentro do lixão do Roger, que ainda hoje quando fecharam ali tudo, sacudiram aqui, ali ainda tá arrumadinho porque ainda foi eu que arrumei. Peguei aqueles livros, coloquei-os em baixo da mesa, saí arrumando nas estantes porque estava tudo sacudido ali dentro quando fechou a livraria. Eu mesmo me sentia dentro do lixão do Roger, porque quando vinha um professor aqui dentro entrava aqui com uma máscara. Quer dizer, eu tô num lixo, isso é uma tristeza muito grande pra mim. E tinha mais do professor Pontes, na sexta-feira ele mandava todas às máquinas de tarde parar e os serventes lavar aquele setor.

**S3(1978)** Lembrei-me do diretor Sávio Ele trouxe muito livro aqui na editora. Foi ele também quem contratou funcionário pra dentro na época dele, entrou Almir, Batata, Wilson, Francisco tudo na direção dele. Aqui precisa de um maquinário novo, olha a máquina que cola o livro ela trabalha em que porque ela tem um disco. O disco cego ninguém comprou mais, aí trabalha com o cachorrinho somente, a gente tem que fazer o quê? Corta o dorso do livro pra poder ela colar, porque antes não dobrava o livro ela passava serrilhava, não tinha problema, mais hoje não é só alguns cachorrinhos assim aí num faz isso, o aumentou muito o trabalho, agora o quê? Uma peçazinha assim. Se comprar essa peça ela fica em ordem, trabalha normal.



Tem muita aqui que não precisa disso, mandar da uma revisão em outras máquinas daria para funcionar, tudo foi falta de manutenção.

S4 (1979) E aí era responsável exclusivamente pelo mimeografo a álcool e fazia todo material de expediente da Universidade. Só o Hospital Universitário para gente atender era muita coisa, a gente atendia a tudo e o material chegava era datilografado, trazendo ele datilografado ele queimava tirava, como um escâner de hoje, fazia o procedimento e queimava no extenso e daí rodava, e nessa época todo material, todo serviço entrava aqui através do almoxarifado central, não vinha direto pra editora, ia pra lá aí já vinha com papel, já vinha com tudo pra aqui. Depois de um certo tempo quando David Fernandes assumiu foi que houve a mudança, aí passou a vir tudo direto pra, pra editora e depois a gente, era solicitado o material do almoxarifado, aí depois passou o almoxarifado a ter a matéria-prima aqui. A falta de manutenção. Tem lá pra desde 1979 pra cá não houve manutenção como renovação do parque gráfico que não foi renovado três ou quatro máquinas foi renovada e aqui, as outras permaneceram do mesmo jeito e sem manutenção, é tanto que hoje a nossa offset não funciona plenamente por falta de manutenção, o estágio não dá mais. Só foram renovadas a máquina de colar livro, a guilhotina e as duas copiadoras. As outras permanecem do mesmo jeito.

S5 (1992) A estrutura era grande, todo o prédio atual era só editora, editoração e produção. Esse prédio todo era da editora gráfica, e até quando a gente botou a livraria botou ali no final do prédio, aí depois foi que foram sedimentando. Durante a gestão dos dezesseis anos do professor David, ele criou a coleção Novos Autores paraibanos; vinculado a PRAC, porque até então seria uma atividade extensão, que era pra contemplar os novos autores que tem poesia, tem conto, tem poesia, romance e teatro. Ele criou também a série teses com livros da pós graduação e tinha sido aprovada com Distinção e sugestão pra publicação. Tudo era financiado pela universidade. Autores Associados, outra categoria devendo estes custear sua produção via Fundação Amparo a Pesquisa (FUNAP) que pertencia a UFPB. Nessa série o autor financiava a publicação com os recursos próprios depositados na FUNAP e a FUNAP era quem gerenciava os recursos e a gente produzia o livro.

Quanto a Livraria a idéia veio quando a gente começou a participar dos encontros nacionais da ABEU e todo mundo tinha livraria, e interessante a gente tinha uma boa produção e não tem a livraria, a gente tem um depósito aí, tinha um programa chamado PIDL programa interno de distribuição de livro entre as editoras universitárias, só fazia mandar os livros pra lá e receber, tinha um ponto de venda interno que não era ponto de venda, nem visibilidade tinha, tinha essa necessidade de se ter uma livraria. Tudo isso foi criado na gestão

de David e quando assumi mantive essa organização, mas depois ele veio com uma ideia de acabar com a gráfica e deixar apenas a editora e foi criado o Polo que instalou-se no prédio da editora

## 5 MIMEOGRAFANDO LEMBRANÇAS

As narrativas dos servidores da Editora da Universidade Federal da Paraíba, remonta tempos áureos, trabalho em conjunto, expansão do parque gráfico e, sobretudo o aprendizado em grupo, o aperfeiçoamento das práticas fabril, bem como a inovação tecnológica do Parque gráfico e a educação continuada dos servidores.

Por outro lado, percebe-se na sonoridade das vozes dos depoentes, certo ar de tristeza quando narram o descaso a que foi submetida a Editora da UFPB, apesar de já ter consolidado tantos projetos como Autores Associados, Livraria que mantinha lançamento de livros e auxiliava na publicização dos resultados das pesquisas, um dos tripés da Universidade, por meio da produção de livros. Ver o produto final, servia de balsamo para que os servidores se mantivessem produtivos. A decadência em nome do uso das tecnologias de comunicação com a implantação do Polo multimídia que ocupou os espaços físicos da Editora, contribuindo para transformar seu parque gráfico metaforicamente comparado a um lixão, um lugar de entulho, que provou o desânimo e baixa produtividade até a desativação da livraria. Tudo isto, levamos a compreender que (re)construir a narrativa das trajetórias de vida sobre a voz dos sujeitos protagonistas, tratando sobre as percepções que eles trazem sobre a Editora da UFPB.

A matéria prima das narrativas com as quais trabalhamos na história oral são as lembranças. Para Halbwachs (1990, p. 71), “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”, portanto, a representação da realidade vivida.

## REFERÊNCIA

- ABREU, R. **A fabricação do imortal. Memória, história e estratégia de consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- AROSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teórica e método.** Bauru-SP, Edusc, 2006.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informações e Memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1 n. 2, p. 5-20, jul./dez. 2007.
- BOURDIEU, P. **A leitura: uma prática cultural.** Debate entre Pierre Bourdieu e
- DODEBEI, V. Memória, circunstância e movimento. In:\_\_\_\_\_. **O que é Memória social?**. Rio de Janeiro: PPG em Memória Social, UFRJ, 2005.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais: Salvador da Bahia, cidade puzzle. In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. **Cultura Organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOODSON, I. F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António (Org.). **Vida de professor**. 2. ed. Porto: Porto, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarves, 2006. jan./jun, p. 20-24, 1995

LAROSSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**, São Paulo: Vozes, 2004.

LEGOFF, J. **História e Memória**, Campinas. Campinas, SP: UNICAMP. 2003.

MARTELETO, R. M. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, v. 1, n. 2, jul./dez, p. 11-23, 1995.

MIRANDA, W. M. Arquivos e memória cultural. In: SOUZA, E. M.; MIRANDA, W. M. **Arquivos literários**. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 35-42.

NORA, P. Entre Memória e história; a problemática dos lugares. **ProjetoHistória**. São Paulo, n.10, 1993. p. 7-29.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

PACHECO, L. S. Informação enquanto artefato. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1,

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas,SP: Unicamp, 2007.

RICOUER, P. **O si mesmo como um outro**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

**MEMÓRIA, PRODUÇÃO E USO DOS DOCUMENTOS DO CONSELHO  
DELIBERATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO  
NORDESTE (SUDENE)**

Májory Karoline Miranda  
Vildeane Borba  
Evaldo Rosas  
Marcos Galindo  
Angela Nascimento

**Resumo:** Trata-se de um artigo com resultados do projeto Fluxo informacional dos documentos produzidos pelo Conselho Deliberativo da Sudene: memória, produção e uso no período de 1959-1970, realizado em parceria com a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste. Tem como objetivo a disseminação do acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste com o mapeamento do fluxo informacional dos documentos. O acervo tem caráter memorial cuja importância destaca-se no âmbito nacional e internacional. A pesquisa se fundamenta nos princípios da Ciência da Informação ao elencar discussões do campo da organização da informação, do comportamento informacional e da memória para proporcionar o acesso. Com caráter quali-quantitativo apresenta resultados parciais por meio da pesquisa exploratória e de estudo de caso. Como resultados são apresentados os resultados quali-quantitativos das tipologias Proposição, Ata, Parecer e Resolução do Conselho Deliberativo e uma descrição do fluxo de produção e uso da Informação do acervo. Conclui-se que este acervo é de grande importância para a memória do Nordeste e estratégias que permitam o acesso, produção e uso do mesmo sejam desenvolvidas e sirvam de pesquisas nas áreas social e econômica.

**Palavras-chave:** Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Conselho Deliberativo – CONDEL. Memória. Acesso.

**Abstract:** this is an article with results of the informational Flow design of the documents produced by the deliberative Council of Sudene: memory, production and use in the period of 1959-1970, conducted in partnership with the Superintendency for the development of the Northeast. Aims at the dissemination of the collection produced by the deliberative Council of the Superintendency for the development of the Northeast with the mapping of the informational flow of documents. The acquis has memorial character whose importance stands out nationally and internationally. The research is based on the principles of information science to list discussions of the field of information organization, informational behavior and memory to provide access. With quali-quantitative character presents partial results by means of exploratory research and case study. How results are presented the quali-quantitative results Proposition typologies, Ata, Opinion and Deliberative Council resolution and a description of the production flow and use of information of the acquis. It is concluded that this acquis is of great importance to the Northeast and memory strategies that allow access, production and use of the same are developed and serve as research in social and economic areas.

**Keywords:** Superintendency for the development of Northeast - SUDENE. Board Of Directors - CONDEL. Memory. Access.

## **1 INTRODUÇÃO**

As transformações econômicas, nas quais a Região Nordeste é protagonista, torna inescapável o conhecimento das ações deflagradas nos últimos cinquenta anos, ações que

estruturaram os estados nordestinos para o aporte de investimentos nos mais variados seguimentos da economia.

O acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da SUDENE ao longo de sua atuação, parcialmente inédito, serve de subsídios para as pesquisas sobre o desenvolvimento da Região Nordeste a partir do final dos anos 50, ao permitir identificar a proposta do Governo Federal para uma região com disparidades culturais, econômicas e sociais.

O acervo do Conselho Deliberativo da SUDENE (CONDEL) abrange o período de 1959 a 2001 e é de importância capital para as pesquisas nas áreas social e econômica, considerando a atuação da SUDENE para o desenvolvimento do Nordeste.

Trata-se de um estudo realizado durante a execução do projeto de extensão, Fluxo informacional dos documentos produzidos pelo Conselho Deliberativo da Sudene: memória, produção e uso vinculado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e seus resultados abrangem um recorte do projeto do primeiro decênio do acervo, que vai de 1959 a 1970, o que já se configura como uma importante parcela de informação de caráter memorial. Enfatiza-se também que o projeto faz parte da Rede Memorial Pernambuco<sup>125</sup> tendo como parceria a UFPE e a SUDENE.

Além de viabilizar uma oportunidade única de conhecer essa documentação aparece como subsídio para o conteúdo programático de várias áreas do conhecimento que vai da geologia, hidrologia, sociologia, economia, agronomia, educação, geografia, ciência da informação, planejamento, entre outras áreas do conhecimento.

O estudo prevê um estudo sobre o Fluxo Informacional do acervo produzido pelo CONDEL, no período de 1959 a 1970, tornando-o em objeto de análise, discussão e formulação da política e fixação de diretrizes de desenvolvimento regional. Dentre os objetivos destacam-se a disseminação de um acervo de valor memorial para a comunidade com abrangência nacional, por meio das seguintes atividades: a identificação dos tipos documentais, a descrição em metadados, o mapeamento do fluxo informacional, e a identificação das características dos modos de produção e uso da informação. Este último item ainda com resultados parciais. Para a segunda etapa do projeto prevê a continuação dos objetivos anteriormente mencionados abrangendo o período de 1971 a 2001 como também a

---

<sup>125</sup> A Rede Memorial tem como uma de suas metas, trabalhar em cooperação e integrada a uma estrutura interoperável capaz de partilhar de forma inteligente recursos, humanos, financeiros, tecnológicos, saberes e capacidades específicas de cada parte. (REDE MEMORIAL, 2008).

pesquisa do comportamento informacional ao utilizar o modelo de busca e uso da informação em contexto digital.

No âmbito da pesquisa reflete diretamente a questionamentos e teorias sobre a Organização da Informação, Comportamento Informacional e Memória.

## **2 O CONDEL E O VIÉS INTERDISCIPLINAR**

Em finais da década de 50, do século XX sob o governo do inovador e desenvolvimentista Juscelino Kubitschek (JK), o Brasil passava por profundas mudanças onde se contavam a rápida industrialização dos pólos da região sul do Brasil e a tentativa de planejamento das estratégias, capazes de amenizar as dificuldades sofridas pela região Nordeste do Brasil, devido às condições climáticas e baixo nível de desenvolvimento econômico.

Dentro do Plano de Metas instituído pelo presidente JK, estava a criação de um organismo capaz de controlar as políticas desenvolvimentistas das regiões do Brasil. Segundo Aquino “[...] O Plano Nacional de Desenvolvimento, conhecido como Plano de Metas privilegiava os setores de transporte, energia, alimentação, educação e indústria de base [...]” (2004, p.117). A SUDENE foi criada com o objetivo de tentar resgatar o Nordeste do atraso econômico e social, desempenhando atividades que incluíam o desenvolvimento de projetos para o avanço da região em longo prazo, como a promoção de desenvolvimento regional e a interiorização econômica, territorial e demográfica do Brasil.

A SUDENE absorve funções que incluem o plano de desenvolvimento do Nordeste, incentivos fiscais e financeiros federais e instrumentos específicos de promoção do desenvolvimento regional. Desde então salvaguarda informação que vai desde documentos bibliográficos, arquivísticos, audiovisuais e cartográficos, a respeito do desenvolvimento do Nordeste do Brasil, memória nacional.

A pesquisa, uma vez que lida com uma recuperação memorial dos documentos do CONDEL que abrange os anos de 1959 a 1970, estabelece uma ponte entre a fenomenologia deste período e a literatura abrangente sobre o tema da questão regional. Dentre os estudos pode-se observar um especial interesse acerca dos desníveis regionais, federalismo, pobreza, industrialização, território, dentre outras questões relevantes e articuladas, como: a necessidade de uma revisão teórica central sobre a questão regional; a questão regional em países periféricos e políticas de desenvolvimento, o que envolve uma atualização da literatura sobre os temas e questões acima elencados, a exemplo do Neodesenvolvimentismo, dos novos padrões de sustentabilidade para regiões periféricas, sobre o lugar dos países emergentes num

momento de crise internacional, da nova dinâmica do capitalismo e das alternativas que se abrem à periferia e em particular à região Nordeste do Brasil.

Com estas linhas de investigação é mister o papel da Ciência da Informação para mediar e proporcionar a preservação e o acesso em tempos de visibilidade de conteúdos e estratégias para o desenvolvimento cultural e regional.

A documentação da SUDENE possui características de fontes primárias sobre a história do desenvolvimento regional do Brasil. O acervo está salvaguardado pelo Arquivo do Conselho Administrativo. As informações arquivísticas do Conselho são tratadas e relacionadas para proporcionar ao usuário uma informação contextualizada. Os tipos documentais do arquivo são Parecer, Ata, Resolução e Proposição, documentos que independentemente de seu formato se relacionam. Para contextualizar as relações de assuntos dos tipos documentais, e as ligações existentes entre um projeto, que fazia uma proposição, um pedido de incentivo, um parecer, a ata e finalmente a resolução faz-se necessário desenhar o fluxo documental.

Este projeto se fundamenta nos princípios da Ciência da Informação, ao elencar subsídios teóricos da memória, organização da informação e do comportamento informacional para disseminação e acesso da memória institucional.

### **3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E O FLUXO: ORGANIZAÇÃO E COMPORTAMENTO.**

O ser humano reconhece o mundo diante de suas representações mentais. Contudo, a matéria só poderá vir a ser representada se ela for enunciada com elementos suficientes para a formulação do mundo. Nesse sentido, entendem-se como elementos dos enunciados a realidade e o objeto. Se a realidade do ser humano nasce através da enunciação é compreensível que se entenda o homem como um ser enunciador. Esse sujeito ao longo dos séculos tem construído e desconstruído suas representações por meios de enunciações.

Macluhan (1972) traz à luz a discussão de que o suporte da informação atua diretamente na percepção humana, e as mensagens são moldadas de acordo com o meio, alterando assim, seu aspecto formal e sua percepção. Este autor evidencia também que as culturas orais são notavelmente contextuais, ou seja, as mensagens fazem parte de um contexto já estabelecido de forma prioritária, de modo que outras mensagens passadas ou futuras, não mais se encaixem, com coerência, dentro dos fatos já estabelecidos.

A escrita trouxe a possibilidade de uma nova estrutura de armazenamento (storage) e articulação comunicativa do saber, uma nova forma de fluxo comunicacional. Com isso veio

reconstruir as formas de captação de enunciados modificando a representação do homem acerca do mundo. Para Macluhan (1972, p. 102) a escrita é uma representação rígida, presa aos signos fonéticos: “culturalmente falando, esta rígida divisão paralelística entre o mundo visual e auditivo foi violenta e impiedosa. A palavra fonética sacrificou mundos de significados e percepção”.

Em complemento, Araújo (2007) afirma que o homem sofreu duas grandes metamorfoses quanto à apropriação e representação simbólica. A primeira está relacionada à própria escrita e com ela o problema do armazenamento de informação, ausente de sinalização, e conseqüentemente de localização e recuperação, e a segunda com a “era da eletricidade”, tornando o ser multimidiático. É de comum acordo que o excedente documental tornou-se foco de problemáticas, com o homem moderno “afogado em informações, mas sedento por conhecimento.

Considerando o panorama, em 1949, Vannevar Bush publicou “As we may think”, onde discorria sobre os problemas provindos do grande volume e do crescente valor da informação. Segundo Barreto (2002, p.21), Bush “introduziu a noção de associação de conceitos ou palavras para a organização da informação”, foi com o pós-guerra e o crescimento de registros, que se pôde ter uma visão do caráter dinâmico da informação, também durante esse período que os sistemas de recuperação e as linguagens documentárias eram ineficientes, assim o registro adquiria um novo valor. Em seu artigo Bush afirma que a ciência e tecnologia são ferramentas de grande valia para a comunicação entre indivíduos e a força motriz da geração e propagação do conhecimento registrado (Record). Para Tourtain (2007, p. 92) “a comunicação humana se caracteriza pela capacidade de criar, adquirir, aprender, e usar códigos constituídos por signos (...). A semiologia, cujo domínio é o fenômeno da comunicação, mostra que todo ato criador liga-se a um emissor e a um receptor” (grifo nosso). É a partir de tal interação emissor/receptor que começa a significação do fluxo.

Para Silva (2009) a análise do fluxo informacional, está sobretudo, no âmbito da atividade de investigação da Ciência da Informação pois abrange todos os processos que envolvem desde a produção da informação, com os processos de cognição, até a sua difusão. Conforme verificamos em Castells (2003, p. 501). [...] nossa sociedade está construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos.

Fluxos são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. É a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Nesse sentido, o fluxo é uma sucessão de eventos de um



processo mediador entre a geração da informação de uma fonte emissora e a aceitação da informação por uma entidade receptora.

Ou seja, é no fluxo da informação que há a interligação entre emissor e receptor, onde ocorre a direcionalidade, a percepção, a experiência para geração de conhecimento. É essa Intencionalidade essencial que torna a informação fenômeno e obriga ela a atingir seu destino. (MIRANDA, 2012).

Neste sentido, a Ciência da Informação aparece como referencial ao garantir que a informação cumpra sua jornada, a própria direcionalidade, por meio das mensagens produzidas e emitidas. Nesse sentido são estudados fluxos externos, como as ações, situações, fatores políticos, sociais, econômicos e contextos de quem produz e usa a informação, e interno ao objeto analisado como a organização/disseminação. O objetivo maior é criar condições para que a informação produzida e armazenada cumpra seu papel social, de proporcionar experiências, novos conhecimentos para a sociedade.

A organização da informação compõe a Ciência da Informação como aquela que objetiva viabilizar as pesquisas acerca do acesso à informação. Neste contexto, estão inseridos os processos de descrição física e de conteúdo de objetos informacionais nos seus mais variados suportes. Entendida como um processo, atividade, técnica, operação, que remonta os primórdios da antiguidade subsidia a recuperação da informação, a partir da descrição das características físicas e de conteúdo de objetos informacionais. É definida como aquela que compreende as atividades e operações do tratamento da informação envolvendo para isso, o conhecimento teórico e metodológico disponível quanto ao tratamento descritivo do suporte material da informação e ao tratamento temático de conteúdo da Informação. (BRASCHER; CAFÉ, 2008).

A Recuperação da informação 'engloba os aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da operação'. (MOOERS, 1951).

É notório que a necessidade do acesso à informação de forma rápida e segura, exige uma nova ordem mundial centrada nos processos de produção, controle, organização, transformação, disseminação, preservação e uso da informação.

O comportamento informacional é uma área abrangente que vai além dos estudos de usuário. Nas diversas décadas que seguiram sobre os estudos da Ciência da Informação, observamos características diferentes para cada década que se seguem. Para confirmar esta evolução teórico-metodológica, foram pesquisados os documentos com foco no periódico da "Annual Review of Information Science and Technology" (ARIST), e outras literaturas

internacionais da área. Com estas pesquisas percebeu-se uma evolução tanto na metodologia como nos princípios teóricos do comportamento informacional, e nos conceitos, e também nos grupos de usuários que foram estudados. “Comportamento informacional deve ser compreendido de modo mais amplo, e as pesquisas mais restritas devem ser inseridas como subtópicos.” Então “Comportamento informacional [é] a totalidade do comportamento humano em relação ao uso de fontes e canais de informação, incluindo a busca da informação passiva ou ativa”. (DIAS GASQUE; COSTA, p. 29, 2010).

A idéia de contexto norteia pesquisas e suscita preocupações como a definição de limites, os fatores que influenciam a prática informacional e os sentidos de informação. Há quatro sentidos associados ao termo. Inicialmente, a noção de “contêiner”, em que os elementos existem objetivamente em torno dos atores. Segundo, o meio de construção de significado, em que se analisa o ponto de vista do autor. Terceiro, o conceito de construção social, em que os atores elaboram a informação por meio da interação social. Finalmente, a questão relacional, em que os conceitos de ator social e contexto estão vinculados entre si. A noção de contexto está ainda relacionada as variáveis de situação, complexidade das tarefas, problemas, contornos, normas, cultura, capital social e redes sociais, dentre outras, ampliando a estrutura teórica da área. (DIAS GASQUE; COSTA, 2010).

Como subtópicos desta área maior inserimos os estudos sobre o fluxo informacional relacionados a cadeia de produção, necessidades e uso dos documentos produzidos pelo CONDEL, tendo como variável a noção de contexto. A cadeia produtiva relacionada às proposições, pareceres, atas e resoluções é identificada conforme as fundamentações teóricas indicadas.

#### **4 METODOLOGIA**

A pesquisa de caráter quali-quantitativo objetiva investigar o fluxo informacional dos documentos produzidos pelo CONDEL acervo de interesse histórico e memorial. Para este acervo específico utilizamos a pesquisa exploratória com estudo de caso, para a disseminação e uso de acervos de valor memorial.

Para compor o estudo utilizamos para a coleta dos dados, a observação sistemática e participante, em que se analisam as formas de encontrabilidade por meio dos estudos de comportamento de busca da informação no acervo. Durante esse período foram realizadas entrevistas e análise da estruturação de informação para o sistema de informação eletrônico que gerencia o acervo. As entrevistas foram efetuadas com a responsável local. Por meio desta técnica, mapeou-se o fluxo de informação gerado pelos órgãos da instituição. Os

relatórios aparecem como indicadores quantitativos e qualitativos da informação estruturada, uma vez que indicam a visibilidade da informação e a estrutura da informação.

As etapas da pesquisa se seguiram com:

1. Estudo exploratório: levantamento das principais fontes de informação que descrevem o fluxo informacional;
2. Estudo de caso: investigação empírica, identificação das variáveis do fluxo, descrição, compreensão e interpretação do acervo.

São aplicados os seguintes procedimentos técnicos:

1. Inventário do Acervo: quantificação, estado de conservação.
2. Organização da informação (descrição, indexação e classificação)
3. Mapeamento do Fluxo informação: identificação da cadeia de produção e uso da informação.

## 5 RESULTADOS

O Acervo do Conselho Deliberativo do CONDEL de 1959 a 1970, segue um fluxo Informacional de documentos que foi gerado a partir de Proposição, Parecer, Ata e Resolução, conforme pode ser visualizado na Figura 1 abaixo. O resultado deste trabalho será mostrado conforme está apresentado neste fluxo.

FIGURA 1 – Fluxo da Informação do Acervo do CONDEL



Fonte: Os Autores, 2014

### 5.1 Proposição: definição e quantitativo

De acordo com o Dicionário Michaelis, proposição pode ser definida como o “ato de propor, de submeter a exame ou deliberação; proposta. Aquilo que se propõe.” (PROPOSIÇÃO, 2009). Neste sentido, pode ser resumida como a apresentação de uma proposta para submissão a um determinado grupo cunha finalidade seja sua deliberação.

As Proposições apresentadas ao Conselho Deliberativo da SUDENE, foram iniciadas a partir do ano de 1962 e sua numeração são reiniciadas a cada ano subsequente.

QUADRO 1 – Quantitativo PROPOSIÇÕES (1962 – 1970)

ANOS	QUANT. Proposições	QUANT. IMG.
1962	20 Proposições	12
1963	73 Proposições	484
1964	82 Proposições	356
1965	133 Proposições	432
1966	66 Proposições	323
1967	49 Proposições	439
1968	54 Proposições	1021
1969	40 Proposições	341
1970	45 Proposições	240
<b>TOTAL</b>	<b>562 PROPOSIÇÕES</b>	<b>3648 IMAGENS</b>

Fonte: Os Autores, 2014

## 5. 2 Parecer: definição, estrutura e descrição.

Parecer é definido como “Opinião, juízo, voto, opinião de técnico relativa a um caso ou assunto: Parecer do perito, do arbitrador.” (PARECER, 2009).

Os Pareceres apresentados ao Conselho Deliberativo da SUDENE foram iniciadas a partir do ano de 1960 e foram gerados a partir de Departamentos e Divisões específicas atreladas aos mesmos, dependendo do conteúdo. Os nomes dos Departamentos e divisões encontradas nos pareceres no período de 1960 a 1970 pode ser visualizado no quadro 2 abaixo e sua descrição abrange de 1960 a 1966.

QUADRO 2– Departamentos e Divisões SUDENE

SIGLA	DEFINIÇÃO
AT	Assessoria Técnica
DAA	Departamento de Agricultura e Abastecimento
DAA/AB	Divisão de Abastecimento e Financiamento de Produção
DAA/OG	Divisão de Organização Agrária
DAA/PJ	Departamento de Agricultura e Abastecimento/Projeto Jaguaribe
DAEB	Departamento de Atividades Econômicas Básicas
DAEB/Energia	Departamento de Atividades Econômicas Básicas/Energia
DATF/Educação	Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal
DE	Divisão de Energia
DE/DI	
DI	Departamento de Industrialização
DI/DRN	Diretoria de Recursos Naturais
DI/DT	Diretoria de Transporte
DINFRA	Departamento de Investimentos de Infraestrutura
DI/DINFRA	Diretoria de Infraestrutura
DI/PMI	Divisão de Pequena e Média Indústria
DRN	Departamento de Recursos Naturais
DRR	Divisão de Recursos Renováveis
DSB	Departamento de Saneamento Básico
DT	Departamento de Transportes
DT/DI	
GCDP	Grupo Coordenador do Desenvolvimento da Pesca
GERAN	Grupo Executivo de Racionalização da Agroindústria Açucareira do Nordeste
SE	Secretaria Executiva

Fonte: SUDENE, 2014

Em 1960 é verificada a presença de Pareceres do Departamento de Atividades Econômicas Básicas (DAEB) na maior quantidade, assim como Pareceres do Departamento de Atividades Econômicas Básicas/Energia (DAEB/Energia) e do Departamento de Assistência Técnica e Formação de Pessoal (DATF/Educação).

O Departamento de Atividades Econômicas Básicas (DAEB) segue uma sequência numérica crescente no ano de 1960, com apenas 25 pareceres (PAR\_DAEB\_0024\_1960).

A partir de 1961 esta numeração é reiniciada de forma crescente. (PAR\_DAEB\_0001\_1961).

Em 1962 a presença é total de pareceres do Departamento de Atividades Econômicas Básicas (DAEB).

Em 1963 além do Departamento de Atividades Econômicas Básicas (DAEB) é encontrado pareceres da Divisão de Energia (DE) e do Departamento de Industrialização (DI), este último segue a numeração sequente do Departamento de Atividades Econômicas Básicas (DAEB) do ano de 1963. (PAR\_DAEB\_0085\_1963 / PAR\_DI\_0086\_1963).

Em 1964 o Departamento de Industrialização (DI) recomeça sua numeração de pareceres e também é verificado um parecer da Secretária Executiva (SE).

Em 1965 o Departamento de Industrialização (DI) possui o quantitativo de pareceres com maior prevalência e também é verificada pareceres do Departamento de Agricultura e Abastecimento (DAA) e do Departamento de Investimentos de Infraestrutura (DINFRA).

Em 1966 o Departamento de Industrialização (DI) possui o quantitativo de pareceres com maior prevalência e também é verificada pareceres do Departamento de Agricultura e Abastecimento (DAA), da Divisão de Organização Agrária (DAA/OG), do Departamento de Investimentos de Infraestrutura (DINFRA), do Departamento de Recursos Naturais (DRN) e do Grupo Coordenador do Desenvolvimento da Pesca (GCDP).

### **5. 3 Atas: definição, quantitativo e descrição**

Ata pode ser definida como um “relato ou resenha por escrito de sessão ou cerimônia de alguma corporação, assembleia” (ATA, 2009), que tem a finalidade de registrar as ocorrências, deliberações, conclusões e ou decisões de uma reunião, assembleia, convenção, sessão entre outros.

As reuniões que ocorreram no período de 1959 e 1970 do CONDEL foram registradas de forma Ordinária ou Extraordinária. As reuniões Ordinárias se caracterizam pela convocação pré estabelecida, com algum tempo de antecedência de acontecer, diferentemente

das Extraordinárias que podem ser convocadas em um tempo mínimo de acordo com a importância da discussão e decisão de determinado fato ou informação.

Além desta subdivisão, em algumas atas ordinárias ou extraordinárias, foram subdivididas em sessões, possivelmente justificadas devido ao quantitativo de informações que foram discutidas. Em 1959 verifica-se a estrutura das atas com a participação de Reuniões Ordinárias e Extraordinárias como também, sessões. A partir de 1960 as Atas recomeçaram sua numeração e os quadros abaixo apresentam o resultado do acervo da série ATAS nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, respectivamente.

QUADRO 3 – Quantitativo ATAS – Reuniões Ordinárias

<b>ANOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>QUANT. ATAS</b>	<b>QUANT. IMG.</b>
<b>1959</b>	<b>TOTAL</b>	<b>9 atas</b>	<b>73</b>
<b>1960</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15 atas</b>	<b>217</b>
<b>1961</b>	<b>TOTAL</b>	<b>10 atas</b>	<b>195</b>
<b>1962</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12 atas</b>	<b>233</b>
<b>1963</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12 atas</b>	<b>277</b>
<b>1964</b>	<b>TOTAL</b>	<b>11 atas</b>	<b>214</b>
<b>1965</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12 atas</b>	<b>236</b>
<b>1966</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12 atas</b>	<b>301</b>
<b>1967</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12 atas</b>	<b>182</b>
<b>1968</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12 atas</b>	<b>154</b>
<b>1969</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12 atas</b>	<b>179</b>
<b>1970</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12 atas</b>	<b>224</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>141 ATAS</b>	<b>2485 IMAGENS</b>

Fonte: Os Autores, 2014

QUADRO 4 – Quantitativo ATAS – Reuniões Extraordinárias

<b>ANOS</b>	<b>QUANT. ATAS</b>	<b>QUANT. IMG.</b>
<b>1959</b>	<b>7 atas</b>	<b>75</b>
<b>1960</b>	<b>1 ata</b>	<b>12</b>
<b>1961</b>	<b>2 atas</b>	<b>33</b>
<b>1962</b>	<b>3 atas</b>	<b>91</b>
<b>1963</b>	<b>2 atas</b>	<b>56</b>
<b>1964</b>	<b>3 atas</b>	<b>24</b>
<b>1965</b>	<b>4 atas</b>	<b>59</b>
<b>1966</b>	<b>2 atas</b>	<b>60</b>

<b>1967</b>	<b>2 atas</b>	<b>29</b>
<b>1968</b>	<b>2 atas</b>	<b>48</b>
<b>1969</b>	<b>2 atas</b>	<b>34</b>
<b>1970</b>	<b>1 ata</b>	<b>12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>31 ATAS</b>	<b>533 IMAGENS</b>

Fonte: Os Autores, 2014

#### **5. 4 Resolução: definição e descrição.**

Resolução pode ser definida como um ato normativo que tem o propósito de deliberação, decisão.

As Resoluções apresentadas ao CONDEL foram iniciadas a partir do ano de 1960 e sua numeração não é reiniciada a cada ano, sua numeração possuem sequência numérica crescente. Pode-se visualizar seu quantitativo no quadro 5 abaixo.

QUADRO 5 – Quantitativo RESOLUÇÕES

<b>RESOLUÇÕES_ANO</b>	<b>QUANT. ARQUIVOS</b>
1960	27
1961	115
1962	504
1963	227
1964	197
1965	977
1966	735
1967	774
1968	645
1969	622
1970	847
<b>TOTAL</b>	<b>5670 RESOLUÇÕES</b>

Fonte: Os Autores, 2014

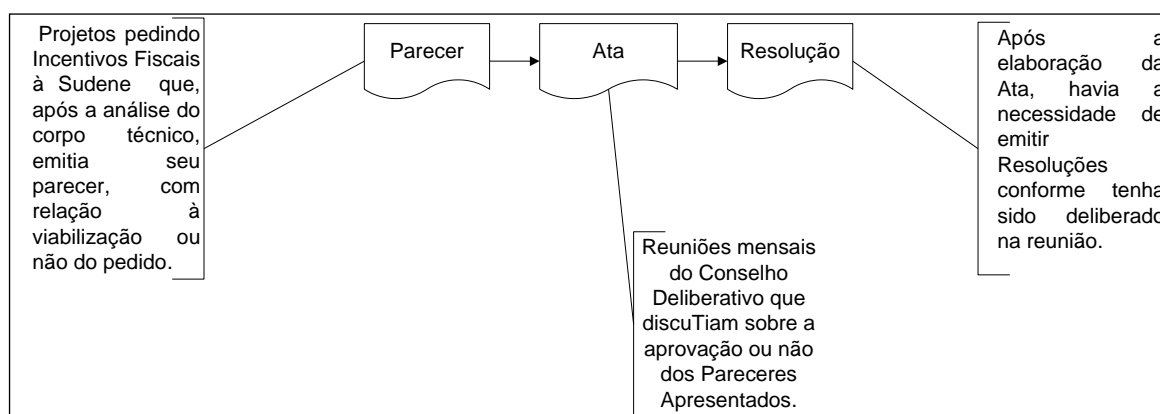
#### **5.5 Descrição do fluxo de produção e uso da informação**

Conforme o relato da coleta de dados, o fluxo de produção e uso da informação se dava da seguinte forma: os Projetos solicitavam Incentivos Fiscais e eram entregues à SUDENE, através de seu Departamento de Administração de Incentivos – DAI. O Corpo técnico da SUDENE, formado por especialistas na área do conhecimento, após a análise dos projetos emitia seu parecer em relação a viabilização ou não do projeto.

O Parecer era então entregue ao setor administrativo do Conselho Deliberativo, que fazia cópias e distribuía com antecedência aos Conselheiros para leitura e análise dias antes da reunião.

Nas reuniões Ordinárias realizadas em sua maioria, mensais, do Conselho Deliberativo, formado pelos Governadores, Ministérios, Confederações, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, entre outras eram lidos os pareceres em pauta para aquela reunião. Após discussões os pareceres eram aprovados ou não. A chefia do setor administrativo do Conselho analisava a Ata daquela reunião que emitia Resoluções conforme tenha sido deliberado na reunião.

FIGURA 2 – Descrição dos modos de produção e uso



Fonte: os autores, 2014

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou um pequena parcela da importância de estratégias de acesso e uso da Informação do Acervo do Conselho Deliberativo da SUDENE, cuja relevância abrange não apenas o Nordeste como também todo o Brasil estendendo a pesquisas a nível internacional.

Esta primeira etapa do Projeto, chamada de Procondel I, abrangeu apenas 4 tipos documentais (Proposições, Pareceres, Atas e Resoluções) no período de 1959 a 1970, pretendendo-se dar continuidade a todas as ações de organização para uso e disseminação de Informação completando até o ano de 2001, trabalhando também com mais um tipo documental chamado Relatório.

Pesquisas sobre comportamento informacional, utilizando o modelo de busca e uso da informação em contexto digital, estudos métricos sobre as localidades que mais receberam investimentos da SUDENE no Nordeste, levantamento da situação atual sobre as empresas e



instituições que receberam investimentos são alguns questionamentos que já estão sendo trabalhadas para disponibilização para pesquisas.

O Site do Procondel pode ser acessado pelo link <http://sudene.procondel.org/> em que estão disponibilizados todos os documentos do Conselho Deliberativo da SUDENE trabalhados até o momento e que são de domínio público para pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, L. C. M. de. **Sudene**: a utopia de Celso Furtado. Recife: o autor, 2004.186 f. Tese. (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mudança Estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. *Rev. Ci. Info. Brasília*, v. 27, n. 2. P. 122-127. maio-ago. 1998.
- BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.
- BUSH, Vannevar. As we may think. **The Atlantic Monthly**, Jul. 1945.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- DIAS GASQUE, K.C; COSTA, S.M.S. Evolução teórica-metodológica dos estudos de comportamento informacional dos usuários. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39 n. 1, p. 21-32, jan./abr., 2010.
- MCLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1972. 390p.
- MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. **O custodialismo e a teoria da intencionalidade**. Recife: Nectar, 2012. 353p.
- MOOERS, C. N. Zatoncoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, Washington, v. 2, p. 20-32, 1951.
- REDE MEMORIAL. **Carta de Recife**. Recife: Rede memorial, 2008
- SILVA, Armando Malheiro. Arquivologia e gestão da informação/conhecimento. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.19, n.2, p. 47-52, maio/ago. 2009.
- TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (org.) **Para entender a ciência da informação** Salvador : EDUFBA, 2007. 242 p. : il. - (Saladeaula ; 5)

## MEMÓRIA, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E FILATELIA: PERNAMBUCANIDADES EM MAPAS CONCEITUAIS

MEMORY INFORMATION SCIENCE AND PHILATELIC: PERNAMBUCANIDADES IN CONCEPTUAL MAPS

Májory Karoline Miranda  
Diego Andres Salcedo  
Stphanie Sá Leitão Grimaldi

**Resumo:** O presente trabalho estruturou a informação filatélica a partir de trinta e dois selos postais brasileiros com a abrangência comemorativa emitidos durante o século XX com a temática “Pernambuco”, tratando de seus aspectos históricos e culturais. Para construção dos resultados, utilizou como instrumento um mapa conceitual, proposto por Novak, com aplicação da teoria do conceito proposta por Dahlberg e considerou a organização da informação, a representação da informação e o fluxo de informações. O procedimento ampliou a leitura de narrativas históricas e mnemônicas de documentos filatélicos. Tornou possível, após a relação entre os conceitos e um conhecimento prévio acerca do assunto que o mapa conceitual representa, reconhecer facilmente os fluxos informacionais que existem na representação conceitual. Os resultados foram a identificação, representação do fluxo informacional e, principalmente, a visibilidade da informação de um acervo que deve ser rememorado pela cultura pernambucana e brasileira. A produção de recursos habilitados à organização promoveu novas experiências de uso e percepção da informação.

**Palavras-chave:** Filatelia. Informação. Mapa conceitual. Memória. Selo postal.

**Abstract:** This paper structured philatelic information from thirty-two Brazilians with commemorative postage stamps issued coverage during the twentieth century with the theme "Pernambuco", dealing with its historical and cultural aspects. Building on the results, used as an instrument concept map proposed by Novak, applying the theory of the concept proposed by Dahlberg and considered the organization of information, the representation of information and the flow of information. The procedure extended reading historical and mnemonic narratives of philatelic documents. Became possible after the relationship between concepts and prior knowledge on the subject is that the conceptual map, easily recognize the informational flows that exist in the conceptual representation. The results were the identification, representation of information flow and especially the visibility of information of an acquis which must be recollected by Pernambuco and Brazilian culture. The production features enabled the organization promoted new user experiences and perception of information.

**Keywords:** Conceptual map. Information. Memory. Philately. Postage stamp.

### 1 INTRODUÇÃO

A produção, o uso, as práticas e as políticas de preservação, juntamente com as ações de conservação de registros informacionais criaram as condições de possibilidade para que os grupos sociais organizados em todo o mundo acumulassem conhecimentos distintos e diversos, a partir do legado deixado durante todo o processo histórico humano.

Decerto, as ampliadas capacidades viabilizadas pelos avanços computacionais articuladas às crescentes possibilidades de transmissão e recepção de dados imagéticos (no

sentido mais amplo do termo “*imago*”), além de uma multivariada de novos conteúdos, foram impulsionadoras de profundas mutações condicionantes tanto da forma de produção e uso de bens e informação, quanto da forma como os sujeitos e os grupos sociais se inter-relacionam.

Dessa feita, em pleno século XXI, associado ao acelerado progresso computacional e midiático, emerge o desafio contemporâneo de estudar, refletir e debater sobre a organização, tratamento, preservação e disseminação da informação mnemônica, atividades essas inerentes ao campo da Ciência da Informação (CI) e áreas correlatas.

Em paralelo, no final do século XX e início do século XXI, algumas linhas de pesquisa de estudos nesse campo aceitaram o desafio de renovar seu interesse, não apenas, com o objeto ou a fonte propriamente dita, mas, também, com o entrelaçamento de elementos que, direta ou indiretamente, poderiam ter participado da concepção social do objeto investigado.

De maneira salutar, esse esforço conduziu, inevitavelmente, os pesquisadores a estudarem os objetos de suas pesquisas a partir de um olhar que ligava o objeto ao seu mundo circundante e, assim, possibilitava uma apreciação com o entorno social do qual emergia o objeto. É nessa perspectiva que cabem os estudos do selo postal e da documentação filatélica.

Nesse sentido, o selo postal é algo mais do que um documento partícipe de um processo histórico ou um objeto manipulado pelo comércio filatélico e no campo do Colecionismo. É pertinente e possível um esforço nesse sentido se forem analisadas empiricamente as peculiaridades desse pequeno “embaixador de papel”, aliadas à já consolidada relevância social que o mesmo detém.

Isso demanda a elaboração constante e atualizada de políticas de preservação, ações de conservação e projetos de disseminação, além de continuados estudos, no campo da CI e de áreas correlatas. Enfim, essa é a proposta deste estudo inicial que indica, por meio de mapas conceituais, a estrutura do fluxo da informação filatélica a partir de 32 selos postais brasileiros emitidos no século XX com a temática Pernambuco (SALCEDO, 2011), possibilitando ampliar a leitura de narrativas históricas e mnemônicas de documentos filatélicos, além de sugerir o “locus” do selo postal e da documentação filatélica no campo da CI.

## **2 O DOCUMENTO E O SELO POSTAL: FUNDAMENTOS E CONTEXTUALIZAÇÃO.**

A Ciência do século XIX desencadeia a unidade de experiência, talvez como método necessário para explicar os acontecimentos de um mundo natural que outrora foram

explicados, mas nunca contestados. No século XIX, a ciência era real pelos seus objetos, ou seja, se houvesse o mínimo de contradição quanto a este, já não poderiam ser considerados como objetos da ciência. As discussões em demasia geravam abstrações de conceitos e ideias que se afastavam da objetividade, nessa ocasião, as atividades tratavam mais de descrever e menos de explicar os fenômenos naturais (MIRANDA, 2010).

Segundo Bachelard (1971, p.15), a ciência do século XIX: oferecia-se como um conhecimento homogêneo [...] organizada por uma razão universal e estável com a sanção final do nosso interesse comum [...]. Não discutia o princípio das medidas, deixava o matemático no jogo dos axiomas. Contava coisas separadas, não postulava números, que já não são os nossos números.

Dessa forma, muitos documentos passaram a receber tratamentos específicos na primeira metade no século XIX quando a formalização profissional era impulsionada pelas mudanças político-econômicas, tecnológicas e por normas regulamentares que propagaram a a prática milenar de organização da informação. Rodriguez-Bravo (2002, p.13), refletindo sobre as ciências documentais, afirma que o documento, neste período, já apresentava uma dicotomia muito clara quanto as suas funções e a sua caracterização de objeto de Bibliotecas e Arquivos.

Segundo Rodriguez-Bravo (2002), o conceito de documento como sendo um material com conteúdo de moral, de instrumento de prova se originou na Idade Média e predominou durante a Idade Moderna. As origens etimológicas do termo indicam a sua derivação do verbo docere (ensinar) do sufixo mentum, derivado de mens (mente ou razão), apontando um sentido instrumental que se refere a este objeto como meio de transmissão de conhecimentos. Com a nova ordem capitalista e de comércio, propagada no século XIX, o documento adquire um valor de aprendizado cognitivo retomando o sentido específico do termo latino.

A definição dada à palavra documentar anunciou ainda uma nova vertente, a Documentação como referência disciplinar que marcou a fase tecnicista, profissional e custodial. A definição de documentos, na visão de Shellenberg (2002, p. 41), na perspectiva moderna, é a seguinte: Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física, ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

O termo arquivo, por sua vez, é definido como reunião de documentos de valor de qualquer instituição pública ou privada, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa. Esses documentos são depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente e apresentam duas características essenciais: as razões pelas quais originam o documento; e pelas quais foram preservados.

A diferença entre o material de biblioteca e de arquivo independe da sua forma física, pois, sob certas condições, o material impresso, recebido pela biblioteca, pode adquirir caráter arquivístico. Como é o caso, conforme Shellenberg (2002, p. 43), dos “jornais recebidos por uma administração em consequência de uma atividade oficial, ou de impressos, folhetos ou circulares quando anexados aos documentos oficiais”.

O método historicista utilizado nos arquivos e bibliotecas representa a mesma corrente de pensamento do psicologismo, do século XIX, ou seja, os fatos históricos só podem ser compreendidos se analisados ao lado de acontecimentos ligados à cultura e religião do mesmo período histórico. Na verdade, esse método representa uma base empírica para interpretação da história, porque considera apenas o contexto atual, mesmo que externo. O Psicologismo detém influências empíricas ao desconsiderar um aprofundamento nas teorias (MIRANDA, 2012).

Diante desta breve contextualização do valor de documento os selos podem ser custodiados tanto pela instituição de arquivo quanto pela biblioteca. O seu valor memorial não foge do caráter historicista, e deve ser compreendido diante da cultura e do contexto em que aparece.

## **2.1 O SELO POSTAL COMO MEMÓRIA DO BRASIL**

O que dizer de tão rica, lúdica e poderosa fonte de informação iconográfica? Esse pequeno pedaço de papel, indiferente às diversas formas como se apresenta, e aos suportes aos quais é agregado, elimina distâncias, preserva com criatividade uma possível história da humanidade. Resgata, pois, na forma de documento, pessoas, fatos, eventos, processos e o tempo, de forma geral, funcionando como um elo entre o humano, sua história e o conhecimento político, econômico, social e cultural.

Segundo Salcedo (2010, p. 73),

o selo postal oferece a oportunidade para que possamos, se olharmos atentamente, perceber as transformações pelas quais temos passado, como conduzimos o desenvolvimento tecnológico, como nos distanciamos ou aproximamos do Outro, como lidamos com as diferenças e as semelhanças, como continuamos contando a nossa própria história e a da Natureza, como dizemos ou silenciemos nossos discursos e como os Estados ramificam os seus.

O selo postal, enquanto fonte documental iconográfica tem características marcantes, entre as quais, ser aproveitado tanto para enviar mensagens ao grande público como educar novos leitores de mundo. Isso é possível porque sua estrutura física enquanto objeto material é de fácil manuseio. Aos selos poder-se-ia aplicar a síntese feita por Abraham Moles para o cartaz. Eles têm a função de informar (qual a comemoração, o feito, o objeto da emissão) e de educar (dando a conhecer valores ou temas que escolheram).

Os selos postais servem, por exemplo, para reconhecer e legitimar uma nação, estão entre os produtos do Estado que possuem maior visibilidade interna e externamente. Enquanto a moeda é produzida conceitualmente para o uso interno de uma unidade política, o selo postal, mais que isso, assume um papel diplomático ao ser utilizado, também, além das fronteiras de sua unidade política emissora. Selos postais são produtos do Estado emissor, difundem universalmente o simbolismo público e as tradições nacionais tanto dentro de suas fronteiras, quanto ultramar.

O alcance do selo postal com relação ao público em geral é incalculável devido a sua vasta circulação livre, no entanto passível de identificação e análise. Encontra seu público nos mais variados ambientes: em correspondências particulares e corporativas; no comércio nacional e internacional; nas transferências bancárias, via correio; durante as guerras, tanto entre os combatentes como através das cartas beneficentes - Cruz Vermelha; nas campanhas religiosas; entre governos e suas embaixadas; nas agências internacionais que se comunicam através de documentos oficiais; no comércio filatélico; nas reuniões de colecionadores; nos anúncios e matérias escritos por jornalistas filatélicos; na própria internet, através do comércio eletrônico e dos sistemas de leilão => *E-Bay*; em museus, arquivos e bibliotecas. Enfim, no cotidiano e nas rotinas diárias daquelas pessoas ou instituições que utilizam qualquer tipo de serviço postal, tanto do ponto de vista de quem envia como de quem recebe. Os selos postais são vistos por milhões de pessoas todos os dias, dentro e fora das fronteiras.

De acordo com as especificações de texto e imagem impressos os selos postais podem ser categorizados como uma mídia, um meio de comunicação. Além disso, a mensagem impressa no selo é intencional, detentor de mensagens subliminares que, em certa medida, passam despercebidas ao leitor comum, ou ao grande público, que apenas o identifica como taxa devida ao Correio para envio de missivas postais.

Ora, os selos constituem um excelente meio de propaganda, e assim sendo, justo é que os governos se esforcem de representar fatos, episódios, e vultos do nosso país. Os selos postais tornaram-se úteis artefatos ideológicos e culturais para os governos no sentido de promover certa imagem em casa e fora dela.

Interessam, então, as mudanças ocorridas nos períodos imperial e republicano brasileiros, particularmente, a partir de 1843, posto que refletiram diretamente na produção e circulação de selos postais, seus desenhos, suas tarifas e seus tipos. Ao mesmo tempo em que os próprios selos postais, de alguma forma, integravam um acervo documental (coleções) que materializava àquelas mudanças.

Ao ser traçado um panorama das linguagens visuais dos selos postais imperiais brasileiros, é possível perceber um interesse em arrecadar receita por meio do erário elitizado, impondo um limite intransponível tanto em torno do sistema de comunicação quanto no do colecionismo às pessoas de menor poder aquisitivo. Ou seja, a popularização dessa linguagem diz respeito não só ao meio, propriamente dito, ao regime de informação em que se constitui, mas, também, às pessoas que o formam e seus parâmetros sócio-culturais.

Não é adequado separar esses pequenos textos do quadro social em que foram produzidos e em que circularam. No entanto, também não é adequado analisar o selo postal sem considerar o documento visual como registro produzido pelo observador; o documento visual como registro ou parte do observável, na sociedade observada; e, finalmente, a interação entre observador e observado.

O selo postal, logo que foi utilizado no país, tornou-se uma atividade permeada por entusiasmo, ansiedade e paixão. Certo que, nos seus primórdios, a atividade (que viria a ser denominada “*Filatelia*”) era baseada apenas no ajuntamento de correspondências, uma fase inicial de acumulação desorganizada das missivas, dos carimbos e, por fim, dos selos postais. Em menos de 15 anos dessa nova prática social já se tinha notícia que, no Brasil, por volta de 1860, existiam àquelas pessoas que se reuniam para discutir sobre as particularidades das peças e, a partir disso, buscavam formas de organizá-las. Também trocavam os objetos repetidos buscando formar uma coleção com objetos originais e singulares. Em 1882 teve início a imprensa filatélica, no Brasil, com a publicação da revista “*O Brazil Philatelico*”, organizada por Luis H. Levy, um dos fundadores da mais antiga associação filatélica brasileira, ainda em funcionamento, a “*Sociedade Filatélica Paulista*”, fundada em 30 de abril de 1919.

Por volta de 1900, no Brasil, existia o que pode ser denominado de dialética do colecionismo filatélico. Ela se baseia, principalmente, nas conexões entre o colecionismo individual e o coletivo. Parte fundamental desse movimento é o papel da instituição produtora dos objetos colecionáveis. No caso dos selos postais, os Correios. Assim, é possível perceber que, naquele período, teve início um movimento de retro-alimentação, entre os Correios, e os colecionadores, incluídos os comerciantes filatélicos. Desde então, os Correios passaram, a

produzir uma série de produtos para atrair a atenção dos colecionadores e comerciantes filatélicos. É nesse contexto que emerge o selo postal do tipo comemorativo, objeto específico deste estudo, que rememora personalidades e efemérides nacionais e internacionais.

### **3 A MEMÓRIA E OS MAPAS CONCEITUAIS**

Remetendo a uma memória coletiva como fenômeno social, a mesma “constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado” onde a “ausência de um passado conhecido e reconhecido, a míngua de um passado, pode também ser fonte de grandes problemas de mentalidade ou identidade coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 179).

Tratar do objeto memória dentro do campo das pesquisas científica e tecnológicas atualmente não é mais uma opção que possa ser deixada de lado, é uma necessidade. Como vislumbrado, a identidade cultural nacional é construída em cima de suas memórias acerca das produções, feitos, manifestações e demais atos que constituem a evolução da construção do existir humano. Ainda segundo Le Goff (2003, p. 410)

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.

Essa assertiva está fundamentada na proposta de Salcedo (2010, p. 101), ao indicar que

um passado que possui estreita relação com o presente e participa da construção do futuro, é uma ideia constante e ativa. Esse mesmo passado que clama por esforços em vista de ser desvendado, revelado e disseminado, reserva intrigantes e instigantes surpresas. Segundo essa asserção é imperativo e relevante, que toda a forma de representação coletiva disponível seja utilizada, cada qual a sua maneira, para contribuir à memória social.

Há alguns anos, pesquisadores evidenciaram a importância e necessidade de salvaguardar o patrimônio cultural, científico e tecnológico brasileiro. Perante a urgência dos dias atuais, dominada pela avalanche informacional e pelos avanços tecnológicos, a memória é comumente um item que se põe a espera ou não se dá o devido valor. Os acervos memórias parecem diante das investidas na divulgação científica e acervos com grande poder de identidade cultural acabam por ser olvidados da sociedade. O desafio maior da Ciência na atualidade é a de salvaguardar o mundo (PORTOCARRERO, 2002).

Em uma sociedade dominada pela aglomeração informacional, torna-se evidente a necessidade de criação de recursos para organização da informação e do conhecimento, com o objetivo de poupar o tempo do usuário e servir a preservação da memória. Uma das Leis de



Ranganathan (1960) afirma que é preciso amenizar um pouco o caos informacional que cada um está sujeito.

Robredo (2003) cita Shera e Cleveland (1977, p. 265) quando diz que cabe a Ciência da Informação investigar as propriedades e o comportamento da informação, bem como as forças que regem seu fluxo informacional e os meios de processamento para uma acessibilidade e uso da informação otimizadas. Tal processo vai desde a origem da informação, passando pela disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, até o uso da mesma.

Contudo, apesar de passível de ser organizada, a informação não pode ser vista como algo contábil, mas sim como algo subjetivo, relativo e dependente de interpretação do receptor (BRASCHER; CAFÉ, 2008). Sendo assim, tal interpretação do receptor, presente em seu processo de cognição e avaliação, dará ao conteúdo informacional valor agregado.

Para as autoras, a Organização da Informação surge nas ciências sociais com a missão de possibilitar o acesso ao conhecimento presente na informação, tendo como objetivo, dentre outros, o de encontrar atributos relacionados por equivalência, associação e hierarquia.

Tais objetivos para serem alcançados tornam-se dependentes da descrição física – Representação descritiva da informação - e de conteúdo – Representação temática - dos objetos informacionais. Sendo a descrição física direcionada ao suporte informacional e a descrição de conteúdo ao conhecimento presente nos objetos informacionais. Ambos os processos têm como produto a representação da informação, definida pelas mesmas como um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.

Os princípios de organização de conteúdos já estabelecidos no âmbito da Teoria da Classificação e do conceito fornecem bases, tanto teóricas quanto metodológicas, capazes de planejar e elaborar hiperdocumentos. Inicialmente, o método de faceta elaborado por Ranganathan destinava-se as bibliotecas. Contudo, hoje se mostra útil em variadas aplicabilidades onde se requer a organização da informação (CAMPOS; GOMES, 2005).

Ranganathan classifica os conceitos em facetas, possuindo cinco categorias principais - Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo -, essas que servem de guia para a organização da informação de qualquer domínio do conhecimento. Ela consiste em identificar as possíveis classes gerais dos conceitos, com vista a facilitar a análise da estrutura conceitual. Campos e Gomes (2005) definem então os hiperdocumentos como um sistema que se utiliza dessa organização da informação, constituído por unidades conceituais que se relacionam de maneira consistente.

Os autores ainda analisam a proposta de Ranganathan de não mais analisar a organização da informação e os hiperdocumentos de forma binária, mas sim como "Árvore Baniana", sendo está um tipo de figueira indiana que se espalha por uma vasta área emitindo galhos para o solo, os quais geram raízes dando origem a múltiplos troncos. Isso se dá, pois na representação da Árvore Baniana é necessário pensar as temáticas tratadas com uma abrangência conceitual que não está relacionada somente a uma raiz e/ou núcleo, mas a diversos núcleos, dependendo da forma como as unidades de conhecimento se relacionam. Sendo assim:

a categorização é um processo que requer pensar o domínio de forma dedutiva, ou seja, determinar as classes de maior abrangência dentro da temática escolhida. [...] é analisar o domínio a partir de recortes conceituais que permitem determinar a identidade dos conceitos (categorias) que fazem parte deste domínio. Em um hiperdocumento, a categorização além de possibilitar a determinação da forma como a temática do documento será "recortada", ou seja, classificada para formar um todo coerente; serve também, para auxiliar na elaboração do conteúdo do nó conceitual. Como a escrita modelar reúne pedaços de informação, se faz necessário selecionar os grupos de informação (CAMPOS; GOMES, 2005, p.4).

Como auxílio à Organização da Informação e fundamentação a utilização do instrumento de mapas conceituais, o trabalho utiliza-se do conceito de *Linked Data* que contribui para uma maior visibilidade e visualização do fluxo informacional existente.

O conceito de *Linked Data* surgiu em 1998 com Tim Berners-Lee, TED (2009<sup>a</sup>, 2009b), e tem o objetivo de fazer uma interligação de conceitos, criando uma verdadeira teia de informação<sup>126</sup>. Segundo Hans Rosling, em sua conferência de TED (2009a, 2009b), é realmente importante ter muitos dados. Essa importância na qual ele se refere destina-se a quantidade de informação representada por termos, objetos interligados. O termo *Linked Data* nada mais é do que uma maneira de interligar informação estruturada na Web. Seu diferencial está na visualização dos relacionamentos entre os termos, objetos que quando estão relacionados tem a missão de levar a outro. Ao procurar uma informação, com o conceito de *Linked Data*, é possível encontrar uma teia de relacionamentos de termos. Na conferência de TED (2009a, 2009b), segundo Berners-Lee, quantos mais dados você têm para conectar, mais poderosos eles são.

O uso do *Linked Data* vem crescendo. Atualmente muitas empresas vêm buscando aplicar esse conceito, como o Google e o Yahoo. Em tempo real, novos dados são encontrados e relacionados através de links, contribuindo para a pesquisa e a localização

---

<sup>126</sup> Convém assinalar que neste trabalho dado refere-se à informação e está representado por termo, ou objeto.

(*findability*) do conhecimento. Para Todesco (2010) o objetivo é permitir que as pessoas compartilhem dados estruturados na Web de forma tão fácil quanto documentos são compartilhados atualmente.

Foi década de 1970, que Novak juntamente como grupo de pesquisa o qual coordenava na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, iniciaram uma pesquisa que observava a habilidade de estudantes das primeiras séries do ensino fundamental em adquirir conceitos sobre Ciência, bem como a forma com que os conceitos interferiam na aquisição de novos conceitos. Novak se utilizou do modelo de aprendizagem significativa de Ausubel, que aborda o princípio do aprendizado contínuo - aprender a pensar, aprender a aprender e aprender a compreender. A partir das experiências qualitativas os pesquisadores observaram que seria necessário representar de uma maneira mais efetiva os conceitos encontrados, assim como arranjá-los de uma maneira que os permitisse obter uma melhor visualização e, assim, melhor estudá-los. Assim, surgem os mapas conceituais (NOVAK, 2000).

A teoria dos mapas conceituais tem como premissa a ideia de que todo conhecimento pode ser representado por meio de mapas comunicantes, que a partir de inúmeros desdobramentos, carregam a capacidade de representar estruturas de um determinado domínio do conhecimento. Para tanto, é necessária a existência de uma estrutura organizada da informação (MOREIRA, 2002).

Pode-se enxergar um mapa conceitual como um diagrama de significados. Sua construção se dá através de esquemas que são destinadas a estruturar uma rede de proposições, através dos conceitos. Para Marín (1997) apud Bastos (2005), os mapas conceituais são como uma representação estruturada de conceitos, por meio da qual se consegue visualizar os conceitos e hierarquizar as relações entre eles. Amoretti (2001, p.52) traz a luz uma excelente definição de mapas conceituais quando diz que:

Os mapas conceituais ou redes semânticas são representações espaciais dos conceitos e de suas relações. A noção de espaço na visualização dos conceitos sob a forma de mapa pode ser comparada à metáfora do “spotlight” (POSNER, 1980) na qual a atenção visual é orientada e dirigida de um conceito a outro, seletivamente. O mapa conceitual representa, simultaneamente, o processo de organização do conhecimento, através das relações (links) e o produto, através dos conceitos (nós). Assim, mais do que a relação entre o linguístico e o visual está a interação entre os seus objetos e os seus códigos.

Para a construção do mapa conceitual foram desenvolvidas algumas regras e diretrizes tendo como base as teorias de Novak (1977) e Dahlberg (1978). Apropriando-se da teoria dos conceitos de Dahlberg, o presente trabalho constrói o mapa em cima dos enunciados verdadeiros (conceitos) presentes nos selos, por meio do método analítico-sintético. Esse

método consiste em relações hierárquicas entre conceitos gerais e específicos com o intuito de compreender os tipos de relacionamento existentes entre eles.

Tal estrutura permite que seja possível estabelecer comparações conceituais que nos orientam a organização da informação, conforme o contexto em análise. Loureiro (2007) afirma que as pesquisas e utilização dos mapas conceituais pode proporcionar a organização da informação uma disposição mais contemporânea e flexível, adornando-a com características da atualidade, onde a busca por versatilidade, pluralidade são inevitáveis.

#### **4 PERNAMBUCANIDADES EM MAPAS CONCEITUAIS**

Os selos postais aqui tratados são partes constituintes da memória pernambucana, constructos da identidade nacional, e desempenham um papel precioso na compreensão de nossa cultura. Tais representações (selos) são de grande valor para pesquisadores que procuram aspectos taciturnos da história pernambucana.

Por meio da construção do mapa conceitual, com ajuda das ferramentas adequadas, fundamentalmente com a Organização da Informação e conseqüente representação da mesma, a informação torna-se mais clara, na medida em que as relações são exemplificadas através de representações entre conceitos, sendo trabalhados então os aspectos da aprendizagem cognitiva.

O mapa aqui apresentado foi construído em cima de 32 (trinta e dois) selos comemorativos da história pernambucana. Apesar de serem categorizados como comemorativos englobam também eventos, divulgação de grandes eventos e homenagens. Algumas apreensões podem ser tomadas após a construção do mapa.

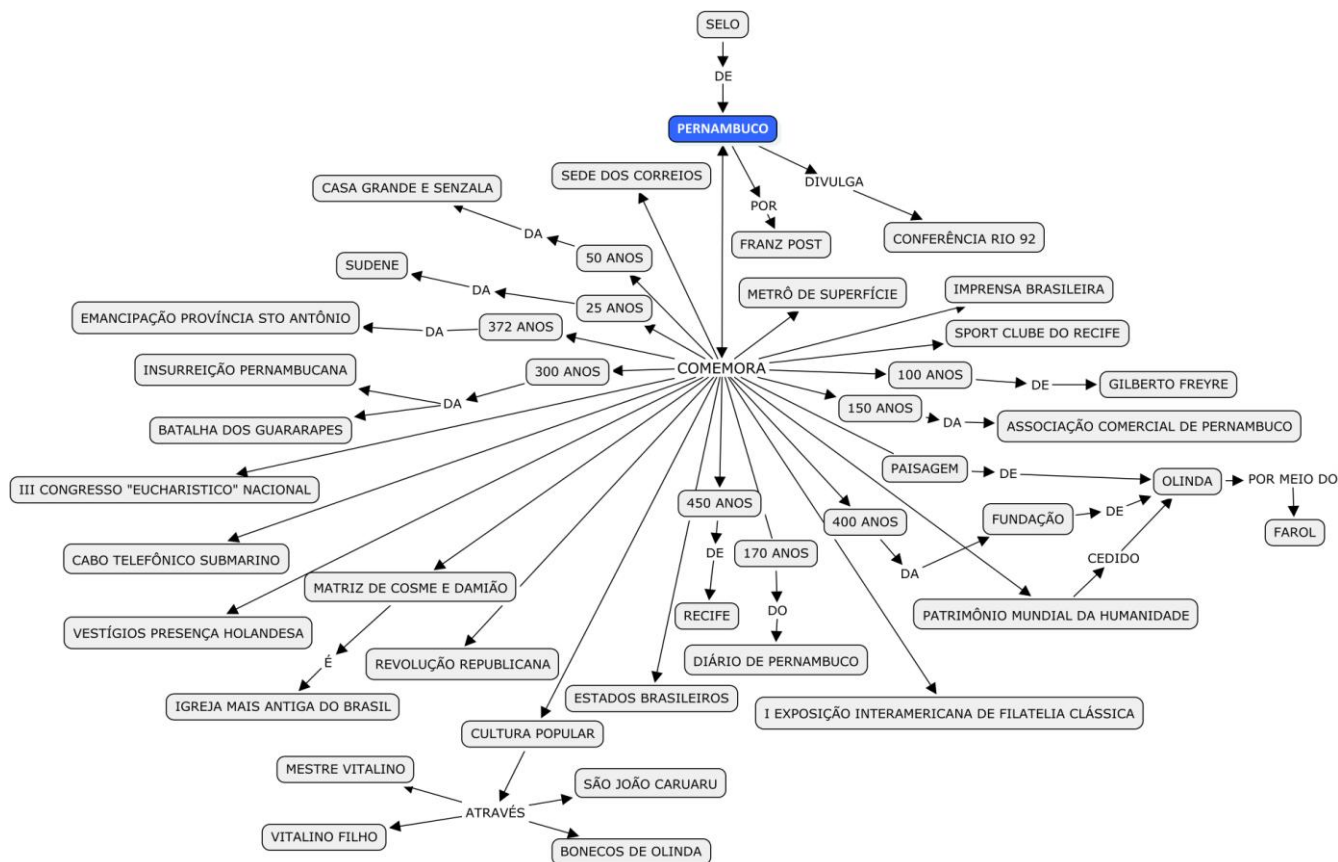
Ficou bem delineado que há uma grande valorização quanto a cultura popular, indo desde o artesanato, passando pelas manifestações culturais até os famosos bonecos de Olinda. Quanto a Olinda, este é um dos conceitos mais carregado de ligações conceituais. Seu valor histórico para a sociedade pernambucana apresenta uma força dentro das representações artísticas muito grandes, recebendo grande parte das homenagens.

Outro fator revelado é a apreciação pela passagem holandesa pelo estado de Pernambuco. As homenagens e comemorações buscam lembrar as construções holandesas, seus feitos e historicidade. Além disso, artistas holandeses também são valorizados, como é o caso do pintor Franz Post. Com um aspecto libertário, revoluções e manifestações são detentoras de grande significância nos selos. Seus centenários são representados com muito orgulho e com belas homenagens. É o exemplo dos 300 (trezentos) anos da Revolução

Pernambucana e da Batalha dos Guararapes. Ou ainda dos 372 anos da Emancipação da Província de Santo Antônio.

Torna-se possível, após a relação entre os conceitos e um conhecimento prévio acerca do assunto que o mapa conceitual representa, reconhecer facilmente os fluxos informacionais que existem na representação conceitual. Os resultados são a identificação, representação do fluxo informacional e, principalmente, a visibilidade da informação de um acervo deve ser rememorado pela cultura pernambucana. Essa informação além de organizada agora possui recursos que direciona ela ao público a que se destina cumprindo sua jornada, uma alteração na experiência de quem recebe uma mudança do estado informacional, para conhecimento. A produção de recursos habilitados à organização promove uma maior visibilidade e novas experiências de uso e percepção da informação.

Figura 1 – Mapa Conceitual dos Selos Comemorativos de Pernambuco



## 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O selo postal é um documento que desde sua gênese até a imersão nas convergências atuais exprime, representa socialmente a voz da autoridade, e isso não desaparece mesmo quando surgem os selos postais do tipo comemorativo. Por trás de cada peça, ainda que as informações tenham uma aura de didatismo, subjaz o discurso do poder. Normalmente não damos o devido valor a um selo postal. Simplesmente, no nosso corrido e ocupadíssimo cotidiano, aceitamos esse artefato como um pequeno e insignificante fragmento de papel descartável que indica a taxa a ser cobrada ao remetente de uma correspondência. Esse pequeno pedaço de papel, por vezes, nem chega a ser percebido como um documento, propriamente dito, mas o é. O seu processo de construção tem um início, meio e fim. Além de um valor ou função social atribuído pelo Estado é ele quem indica a tarifa corrente às comunicações postais. Mas não apenas isso. É um artefato documental que percorre o mesmo sistema de produção capitalista como qualquer outro objeto tecnológico, provenientes dos regimes sócio-político-econômicos trazidos à tona no pretérito europeu.

## REFERÊNCIAS

- AMORETTI, M. S. M. Protótipos e estereótipos: aprendizagem de conceitos. **Revista Informática na Educação: Teoria & Prática**, Porto Alegre, RS, v. 4, n.2,p. 49-55, dez. 2001.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- BARRETO, A. de A. Mudança Estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Rev. Ci. Info**, Brasília, v. 27, n. 2. p. 122-127, maio/ago. 1999.
- BASTOS, F. M. **Organização do conhecimento em bibliotecas digitais de teses e dissertações**: análise da aplicabilidade das teorias macroestruturais para categorização de áreas de assunto. 2005. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9, 2008, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <<http://www.enancib2008.com.br>>. Acesso em: 14 fev. 2014.
- CAMPOS, M. L. A. ; GOMES, H. E. Princípios de Organização e Representação do Conhecimento na Construção de Hiperdocumentos. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 4, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez05/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/dez05/F_I_aut.htm)>. Acesso em: 13 de fev. de 2014.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da informação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.
- LE GOFF, J. **História e memória**. 5.ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LOUREIRO, M. de F. Organização da informação no ambiente virtual por meio de mapas conceituais: A importância da terminologia. **Biblios**, São Paulo, v. 1, n. 28, p.1-10, abr./jun. 2007.
- MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. O acesso à informação no paradigma pós-custodial: da aplicação da Intencionalidade para a findability. 2010. 353p. Tese (doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais - ICPD) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: Universidade de Aveiro Portugal.
- MIRANDA, Májory Karoline Fernandes de Oliveira. **O custodialismo e a teoria da intencionalidade**. Recife: Nectar, 2012. 245p.
- MOREIRA, M.A. **A teoria dos campos conceituais de Vergnaud**: o ensino de ciências e a pesquisa nesta área. Investigações em Ensino de Ciências, 2002.
- NOVAK, J. D. **A theory of education**.Ithaca, NY: Cornell University Press, 1977.
- NOVAK, J.D. **Aprender, criar e utilizar o conhecimento**: Mapas conceituais como ferramentas de facilitação nas escolas e empresas. Lisboa, Plátano:EdiçõesTécnicas, 2000.
- PORTOCARRERO, V. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I**: Abordagens Contemporâneas. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2002.p. 17-21. (Panorama do debate acerca das Ciências).

RANGANATHAN, S. R. **Library manual for library authorities, librarians and honorary library workers.** 2nd ed. London: AsiaPublishingHouse, 1960. 415p.

ROBREDO, J. **Da Ciência da Informação revisitada aos sistemas humanos de informação.** Brasília: Thesaurus, 2003.

RODRIGUEZ-BRAVO, Blanca. **El documento:** entre a tradición e la renovación. Gijón: Ediciones Trea, S.L., 2002.

SALCEDO, Diego A. **A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2010.** Recife: EDUFPE, 2010.

SALCEDO, Diego A. **Espelhos de papel:** pelo estatuto do selo postal. Recife: EDUFPE, 2014. (no prelo).

SALCEDO, Diego A. **Pernambuco nos selos postais:** fragmentos verbovisuais de pernambucanidades. Recife: o autor, 2011

SHELLENBERG, T.R. **Arquivos Modernos:** princípios e técnicas. Rio de Janeiro: editora FGV, 2002 388p. 2.ed.

TED. **Hans Rosling:** Deixe meus dados mudarem sua mentalidade. 2009b. Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/hans\\_rosling\\_at\\_state.html](http://www.ted.com/talks/hans_rosling_at_state.html)>. Acesso em 30 mar.2014.

TED. **Tim Berners-Lee on the next Web.** 2009a. Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/tim\\_bernens\\_lee\\_on\\_the\\_next\\_web.html](http://www.ted.com/talks/tim_bernens_lee_on_the_next_web.html)>. Acesso em: 12 mar. 2014.

TODESCO, J. L. **Linked Data.** Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, 2010. Disponível em: <<http://www.inf.ufsc.br/~ronaldo/ine5454/LinkedData.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.



## O DIÁRIO DE HELENA MORLEY COMO ARTEFATO INFORMACIONAL E “LUGAR” ESPITÊMICO DE MEMÓRIAS

*HELENA'S MORLEY DIARY AS AN INFORMATIONAL ARTIFACT AND AN EPISTEMIC  
“PLACE” OF MEMORIES*

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira  
Mariza de Oliveira Pinheiro

**Resumo:** O artigo tem o objetivo de identificar os processos de informação e memória contidos no diário, *Minha vida de menina*, de Helena Morley. Utilizamos a Escrita de si como fundamento epistemológico de transdiscursividade. Empregamos a teoria de Foucault, e os conceitos de memória e identidade no campo da Ciência da Informação. A metodologia utilizada é a análise através da leitura do diário. O estudo aponta três aspectos: 1) considerar o diário um artefato de informação cultural e memorialístico da cidade mineira de Diamantina em 1893 a 1895 sob o olhar de uma menina de 13 anos; 2) revelar os aspectos do social e cultural, como lugares de memória individual e coletiva; 3) evidenciar o próprio indivíduo como personagem de si mesmo, e criação do sujeito “transindividual”. Da leitura, percebemos a vastidão de *habitus*, e os costumes que representa a família brasileira. Enfim, no diário, Helena Morley evoca as lembranças cotidianas da época como ressignificação do passado e como um “lugar” epistêmico de memória vivida, incorporada no social, numa teia em que indivíduos, famílias, grupos, sociedade, cidade e região se interrelacionam através das reminiscências registradas como arquivo da própria vida e da coletividade.

**Palavras-chave:** Informação. Memória. Ciência da Informação. Escrita de si. Autobiografia

**Abstract:** The purpose of this paper is to identify the informational processes and memory within the diary, *Minha vida de menina* (My teenage years), by Helena Morley. We use the Self writing as an epistemology of “transdiscursivity”. We utilize Foucault’s theory, and the memory and identity concepts in the Informational Science field. The methodology applied is through reading the diary. The research shows three aspects: 1) considering the diary as an artifact of cultural information and memory of the brazilian city Diamantina, in Minas Gerais, from 1893 to 1895, through the eyes of a thirteen-year-old girl; 2) reveal the social and cultural aspects, such as places of individual and collective memory; 3) to evidence one as character of oneself, and creation of the “transindividual” person. We realized the width of *habitus*, and the behaviors that the brazillian family stands for. All in all, Helena Morley remembers her daily memories as the resignification of the past and as an epistemic “place” of vivid memories, incorporated in social in a web where individuals, families, groups, society, city and region interrelate trough the reminiscence registered as a file of life and collectivity.

**Keywords:** Information. Memory. Informational Science. Self writing. Autobiography.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esses escritos, que enchem muitos cadernos e folhas avulsas, andaram anos e anos guardados, esquecidos. Ultimamente pus-me a revê-los e ordená-los para os meus principalmente para minhas netas. Nasceu daí a ideia, com que me conformei, de um livro que mostrasse às meninas de hoje a diferença entre a vida atual e a existência simples que levávamos naquela época. [...] Relendo esses escritos, esquecidos por tanto tempo, vieram-me

lágrimas de saudades de meus bons pais, minha boa avó e minha admirável tia Madge, [...] (Rio, setembro de 1942, Helena Morley, p. 13)

Diários, cartas, autobiografias sempre foram e são de interesse dos autores e leitores, como assevera Gomes (2004). Sobretudo, são importantes fontes de pesquisa já consolidadas na abordagem da História Cultural com a influência da escola dos Annales (História Cultural) e emergiram com mais evidência, no século XX nas áreas: da História e da Literatura. No campo da Ciência da Informação, as pesquisas ainda são incipientes. Neste sentido, nos dedicamos a uma reflexão considerando-o como relevante fonte de informação. Assim, as folhas avulsas, os relatos nos cadernos, escritos durante a fase da adolescência que se constituiu no diário de Helena Morley, materializa-se como artefato informacional de memórias.

Oliveira e Azevedo Netto (2007) enfatizam o artefato como objeto informacional e a sua relação com a memória e identidade carregadas de elementos, decifrações, e simbologias históricas. Eles trazem em si uma existência social. São fontes e evocações de reminiscência, contextualizada historicamente. É uma representação produzida através da experiência.

O conceito de representação para os autores é entendido de três modos: a) o ontológico, baseado no intelecto ou intensidade qualitativa; b) o gnosiológico, pela cotidianidade ou vivência prática e o c) semiológico, fundado no signo. Este último, sendo, portanto, a interpretação e identificação dos valores designativos. Desse modo, a significação passa pelo viés da individualização e particularização, conferido num determinado contexto do interpretante.

Deste modo, o artigo tem o objetivo de identificar os processos de informação memorialísticos contidos no diário, de Helena Morley. Utilizamos a Escrita de si como fundamento epistemológico de transdiscursividade. Empregamos a teoria de Foucault e os conceitos de memória e identidade no campo da Ciência da Informação. Tentar-se-á a partir da hermenêutica desvendar o significado das palavras, seus múltiplos sentidos, o ponto de completude, da transfiguração do sujeito pelo “efeito de retorno” da “verdade” que ele conhece sobre si mesmo, e que transita, atravessa, transfigura-se, como uma construção do personagem de si mesmo. (FOUCAULT, 2006).

A concepção de hermenêutica mais recente conforme Grondin (2012, p. 11), assevera é “caracterizada pelo pensamento de Gadamer (1900-2002) e Paul Ricoeur (1913-2005), que desenvolveram uma filosofia universal da interpretação”, acentuando a natureza histórica e linguística do texto. No sentido clássico tratava-se da arte de interpretar os textos (sagrados ou canônicos), ou seja, *hermenêutica sacra*, *hermenêutica iuris* (no direito) e a *hermenêutica*

*profana* (na filologia). Posteriormente, ela se tornou uma reflexão e fundamento metodológico a todas as ciências (letras, história, teologia, filosofia e ciências sociais). Ricouer aponta uma filosofia auto reflexiva do ego assumindo a forma ontológica de *Hermenêutica do si* pretendo ser a memória. Estes são aportes preliminares de estudo, e não é nossa intenção aprofundar neste estudo. Tomaremos apenas o sentido da concepção de *Hermenêutica de si* como aporte metodológico para compreender e interpretar a escrita de si contida no diário de Helen Morley.

A compreensão a partir da hermenêutica, segundo Schmidt (2014, p. 167) partiu do entendimento do interprete ao examinar o texto, fundamentando-o nas coisas em si. Ele deve fazer com que um texto fale expandindo seu horizonte de significados, escutando o que o texto tem a dizer. “Toda compreensão inclui a aplicação do texto ao horizonte do intérprete, ou seja, da projeção do horizonte do texto para o seu próprio horizonte”, sem fugir do efeito da história.

Acreditamos que o diário pode ser analisado a partir da vertente hermenêutica possibilitando desvendar a seguinte questão: Que elementos de transdiscursividade contidos no diário de Helena Morley resignificam lembranças individuais e coletivas da cidade de Diamantina no final do século XIX que preservam na atualidade um “lugar” epistêmico de memórias?

### **1.1 Sobre o diário**

Conforme os estudos de Pinheiro e Morais (2008) Helena Morley é o pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant autora do diário, *Minha vida de menina*, escrito durante os anos de 1893 a 1895, à época com apenas 13 anos de idade residente na cidade mineira de Diamantina. A autora utiliza-se de pseudônimos para preservar as verdadeiras identidades, sua e de seus familiares.

Foi editado em cinco países: França; Portugal; Itália; Inglaterra e Estados Unidos chamando a atenção de inúmeros intelectuais estrangeiros. No Brasil, destacam-se: Raquel de Queiroz; Carlos Drummond de Andrade; Gilberto Freire; Guimarães Rosa; Mario de Andrade e Rubem Braga. A americana Elizabeth Bishop conheceu o livro durante sua passagem pelo país na cidade de Ouro Preto e foi responsável pela tradução para a língua inglesa. A cineasta Helena Solberg fez a adaptação da História da adolescente para o cinema, com o filme intitulado *Vida de menina*. O filme chegou a ganhar seis prêmios no Festival de Gramado, em 2004.

A obra é formada por episódios que terminam em si, sem sequência linear de ideias. Trata-se de um diário doméstico como expressão da escrita autobiográfica. Numa narrativa detalhada, Helena/Alice descreve o cotidiano de sua adolescência e da sociedade rural diamantinense, na zona da mineração, ainda nos anos iniciais da República, momento em que a escravidão acabava de ser abolida oficialmente.

## 1.2 Sobre a autora

Alice Dayrell Caldeira Brant nasceu no ano de 1880, em Diamantina, Minas Gerais. Em pleno movimento pela abolição da escravatura. A libertação dos escravos, em estados como o Ceará; Maranhão, Amazonas e alguns municípios do Rio Grande do Sul, já estavam sendo efetivados. Morreu, em 20 de junho de 1970, no Rio de Janeiro. Neta de um célebre médico inglês, John Lucy Smith Dayrell nascido, em Bridgtown e de Alice Morley Dayrell (de descendência nobre).

Os Dayrell constituíram-se numa importante família que colonizou o Arraial do Tijuco, hoje Diamantina, em 1830. John era conhecido como “doutor-médico” ou “doutor-inglês”, veio para o Brasil, em busca da cura da tuberculose, que acometia o seu chefe. Em Diamantina, fundou a Santa Casa, onde trabalhou a vida toda. Teve uma grande família, com treze filhos e tinha o costume de deixar as filhas sob a responsabilidade de cada filho. Tiveram uma casa na cidade e outra na fazenda com cerca de 1.200 acres. O pai de Alice, Felisberto Morley Dayrell (Alexandre), é de descendência inglesa, trabalhou na mineração e casou com Alexandrina Brandão (Carolina), de descendência mineira. A família adotou o catolicismo tradicional, entretanto, o avô de Alice era protestante (daí explica-se a implicância da menina com as normas do catolicismo e a exigência da família na educação ao estilo inglês).

Formada pela Escola Normal, Alice aproveitou a sugestão do pai e a exigência das redações diárias do professor de Português para iniciar-se no mundo da escrita. O casamento com o escritor Mário Brant, seu primo legítimo foi fator decisivo para a publicação do diário, que já fazia sucesso nas inúmeras reuniões familiares. Para publicar, Alice concordou desde que fossem utilizados pseudônimos ou prenomes, da autoria e personagens para preservar a família da reação dos moradores de Diamantina. Ela escolheu o nome da avó materna com quem teve uma relação de cumplicidade fraterna.

A pretensão de Alice, ao aceitar a publicação do diário, já com 62 anos foi mostrar para suas netas e também as jovens de outras gerações, as peculiaridades da vida rural, a real felicidade da simplicidade interiorana no final do século XIX. Alice procurou destacar o

significado da vida sem urbanização, luz elétrica, água canalizada, telefone, meios de transportes e a importância de se valorizar a vida sem as preocupações da atualidade.

O diário de Helen Morley descreve com minuciosa riqueza de detalhes a vida cotidiana desta época, bem como, perpetua através da escrita, as peculiaridades da sua família, que representam a sociedade brasileira diamantinense, em finais do século XIX.

## 2 ESCRITA DE SI, EPISTEMOLOGIA E A TRANSDISCURSIVIDADE

Para Foucault (2012, p.141) a escrita de nossas ações e pensamentos são elementos indispensáveis desde os ascéticos. Segundo Foucault Sêneca destacava a importância de ler e de se escrever. Epicteto insistia “sobre o papel da escrita como exercício pessoal: deve-se ‘meditar’ (*meletan*), escrever (*graphein*), exercitá-se (*gummazein*), [...] que eles sejam objeto de tuas conversações contigo mesmo, com um outro”(FOUCAULT, 2012, p. 143).

A prática da escrita de si atenua os perigos da solidão, ela registra-se através da evocação da lembrança aquilo que se fez ou se pensou. Revela os movimentos do pensamento. Tem um papel muito próximo da confissão. A escrita de si, para ele, tem a função de *etopoiética*. É o elemento da transformação da verdade em *êthos*. Apareceu inicialmente, em documentos dos séculos I e II, utilizada nos *hupomnêmata* - livros de registros, cadernetas individuais que serviam de lembrete com anotações, fragmentos de obras, reflexões ou pensamentos ouvidos ou o que vierem à mente.

Os *hupomnêmatas* constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas oferecidos como tesouro acumulado para releitura. Era matéria prima para redação de documentos. Suporte de memória para consultas. Não se instituía em narrativas de si mesmo, como diários, cuja confissão oral ou escrita tem valor de “purificação”, entretanto, nas significações expostas, é perceptível a similitude da prática de constituição de si, ou seja, em uma relação de si consigo mesmo.

A análise do diário através da compreensão da Escrita de si funda no âmbito da epistemologia um saber científico. Segundo Japiassu (1981), referindo-se a Mario Bunge a epistemologia é útil para trazer à tona, elucidar e sistematizar conceitos filosóficos empregados em diversas ciências. Também ajuda a resolver problemas científicos e a reconstruir teorias científicas de maneira axiomática, entre outras funções.

Para Japiassu (1981, p. 5) há uma necessidade da epistemologia, hoje, como atividade crítico-reflexiva indispensável a todos que se debruçam sobre a ciência e pretendem saber o *que* estão fazendo, *como* estão fazendo, *para que* e *onde* a estão fazendo.

Em outras palavras, ela se torna imprescindível aos cientistas que aspiram submeter suas práticas a uma reflexão tomando por objeto as ciências em

vias de se fazerem, em seu processo de gênese, de formação, de estruturação progressiva, numa palavra, em seu modo real, concreto e efetivo de produção de conhecimentos: teorias, conceitos, práticas técnicas etc. (JAPIASSU, 1981, p. 6)

Para Foucault (1992, p. 6) a escrita se libertou do tema da expressão, ela se basta a si mesma. Ela não está obrigada a uma forma de interioridade, ela se identifica com sua própria exterioridade desdobrada. “Ela é um jogo de signos comandado menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do significante”. Para ele, a escrita está sempre em vias de transgredir e de inverter a regularidade em que se movimenta. Ela vai além de suas regras. Há uma situação transdiscursiva entre o autor/escrita/leitor.

A leitura possibilita variadas interpretações enunciativas que fogem da vontade do autor. Tendo este, uma função responsável pelo modo de existência, de circulação e de funcionamento de um determinado discurso, sendo práticas descontínuas que se cruzam às vezes, se justapõem, mas também se ignoram ou se excluem. (FELIPE; ARÁBIA, 2014). Deste modo, a expressão transdiscursividade para Foucault é a capacidade da escrita (discurso) se multiplicar em vários outros autores que se inscrevem no mesmo discurso.

Desta forma, os diários, entre outras escritas de si, registram falas e evocam memórias do passado que não é apenas uma “criação” individual, mas se constituem em construções coletivas, repletas de transdiscursividade. O diário é reconhecido como fonte de pesquisa em áreas como a da Linguagem, contudo, são incipientes as pesquisas no campo da Ciência da Informação.

Recentemente, a base de pesquisa, Memória e Identidade coordenada por Bernardina Freire do PPGCI/UFPB vem desenvolvendo pesquisas que apontam esse aporte teórico-metodológico. Um dos estudos intitulado, *Memórias cotidianas de Francielly*, (OLIVEIRA; ANDRADE, 2013) apresentado no XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013), GT 10, utilizou a teoria foucaultiana da Escrita de si, para adentrar nos escritos de uma jovem missivista, utilizando as epístolas como artefato de informação e memória.

### **3 O DIÁRIO: UM ARTEFATO CULTURAL DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA**

Artefato são objetos produzidos pelo ser humano que indicam características próprias de uma época. Oliveira e Azevedo Netto (2007) destacam o artefato como elemento de memória e de identidade carregados de informações, decifrações e simbologias. O artefato traz em si uma existência social. São fontes e registros de lembranças contextualizadas

historicamente, como uma representação através da experiência e objeto informacional materializado.

Segundo os autores, a noção de memória é entendida como encadeamento de elementos que remetem ao passado real ou fantástico, compreendida na esfera da consciência individual ou coletiva. As multiplicidades de memórias presentes na vida cotidiana levam-na, a ser referendada e reconhecida nos patrimônios culturais recuperados. Sendo também, carregada de identidades.

A memória, a identidade e a cultura material são permeadas pela representação. O conceito de representação aqui é entendido de três modos: a) o ontológico, baseado no intelecto ou intensidade qualitativa; b) o gnosiológico, pela cotidianidade ou vivência prática e o c) semiológico, fundado no signo. Sendo, portanto, a interpretação e identificação dos valores designativos, através desses modos, passando pelo viés da individualização e particularização, conferido num determinado contexto do interpretante.

A partir desse entendimento, os autores destacam o conceito de Patrimônio (bens de natureza material ou imateriais ou ainda, portadores de referência à identidade, à ação, à memória de diferentes grupos) como uma representação e constituição de memória e identidade cultural. Conforme os autores, Patrimônio é entendido, como uma essência do indivíduo, ligado ao pensamento, detentor de simbolização (imaterialidade).

Oliveira e Azevedo Netto (2007) conceituam a cultura material como um referente de vínculos de identidade que se desloca no tempo em forma de memória, através da forma de representação. “Sob esse prisma, a análise das representações de artefatos estaria calcada na análise do próprio discurso dos arqueólogos sobre esses fenômenos estéticos”. Os registros arqueológicos são como testemunhos que representam comportamentos culturais do passado que devem ser interpretados. Os artefatos da cultura popular podem ser considerados signos de condutas, regras, eventos e disputas de grupos sociais.

Nesta mentalidade o diário de Helen Morley é também um artefato informacional de cultura e memória da cidade de Diamantina nos final do século XIX. Através da escrita percebe-se um inventário do passado, com reminiscências pertencentes a uma herança social e coletiva do tempo e lugar.

Para Nora (2006) os artefatos trazem em si memória e história, entretanto, funcionam como registros diferenciados apesar das relações estreitas. A memória é a recordação de um passado vivido e “imaginado”. Ela é sempre ancorada por grupos que experimentaram fatos e ou creem haver feito. Ela é por natureza *afectiva*, emotiva, aberta as transformações, vulnerável a toda manipulação, suscetível de permanecer latente durante anos e de bruscos

despertares. E, principalmente, a memória é um fenômeno coletivo. Ao contrário a História é uma construção sempre problemática e incompleta do que existiu. É baseada em rastros, controlados e entrecruzados, comparados. Busca reconstituir o passado em um conjunto explicativo. A memória depende em grande parte do desejo de evocação das informações que convierem ao ser traz à reminiscência. Já a história é uma operação intelectual, laica, que exige análises e discurso crítico.

Cada pessoa tem sua memória “criada”, classificada e armazenada constituída de experiências sociais e coletivas. Desta forma, Helen Morley armazena e materializa em seu diário, sistematiza cotidianamente, o registro de suas lembranças diárias. Neste sentido, a evocação do eu só tem sentido quando relacionado a um grupo do qual se faz parte, porque pressupõe um evento real vivido, em comum com outros sujeitos. Sobretudo, o seu significado depende do contexto de referência no qual transitam o grupo e o indivíduo que o atesta, ou seja, o eu se liga aos aspectos vivos e materiais da lembrança, que reconstrói o passado, conforme Halbwachs (2003, p 12-13), utilizando-se das palavras de Duvignaud. Resumindo, “a consciência jamais está encerrada em si mesma, não é vazia nem solitária” [...] “É por isso que sentimos tanta dificuldade para lembrar acontecimentos que só dizem respeito a nós mesmos”.

Segundo Halbwachs (2003, p. 69): “a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com os outros ambientes”. As memórias, individual e coletiva, estão inter-relacionadas. De acordo com ele, a lembrança só reaparece na memória, quando a evocamos, em função de inúmeras series de pensamentos e testemunhos coletivos, sou seja, só lembramos porque já temos algumas informações, embora muitas circunstâncias permaneçam obscuras para nós. Portanto, assim que evocamos juntos diversas circunstâncias, apesar de não serem as mesmas, podem se configurar num pensar e rememorar com aspectos em comum, então, “os fatos passados assumem importância maior e acreditamos revivê-los com maior intensidade”.

Contudo, para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos presentes. Quando as pessoas juntam suas lembranças, elas conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, sem que nos lembremos de nada. (HALBWACHS, 2003, pg. 31).

E assim, as lembranças reais juntas, constituem-se numa massa compacta de lembranças fictícias. Ou, inversamente, pode acontecer que os testemunhos dos outros sejam os únicos exatos, que corrijam e reagrupem as nossas lembranças e estas se incorporem a elas.



Para cristalizar a lembrança na memória é preciso germinar uma espécie de semente da rememoração, junto com os testemunhos exteriores. Esta semente é para evitar o esquecimento ou efemeridade do momento. Porém, a consciência duradoura, (que significa a duração da memória) é limitada à duração do grupo e a convivência com o grupo. Isto porque, podemos estar até mais interessados do que outros em determinados acontecimentos, contudo, não guardamos nenhuma lembrança dele se nos afastarmos do grupo.

Neste sentido, é preciso que a reconstrução da lembrança funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nós e também nos outros, porque as lembranças estão sempre passando de si para o outro e vice-versa. Porém, só será fixa, se ambos, continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Outra forma de recordar segundo o autor é o reconhecimento através da imagem (vista ou evocada) que formam uma espécie de tela, ligada a outras circunstâncias de pensamento e sentimento, trazendo consigo a sensação de *déjà vu*. Sendo então que, em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história.

As imagens e os fenômenos materiais desencadeiam a memória das percepções que correspondem a uma lógica espacial ou material. Daí, compreendemos melhor que, a representação das coisas, evocada pela memória individual, não é mais do que uma forma, de tomarmos consciência da representação coletiva relacionada às mesmas coisas. Dessa forma, qualquer recordação de uma série de lembranças que se refere ao mundo exterior é explicada pelas leis da percepção coletiva.

Para o autor, existem outras duas memórias, uma interior ou externa, que pode ser chamada de **memória autobiográfica**, relacionada ao aspecto pessoal. Outra externa, conhecida como **memória histórica**, com base no aspecto do contexto social. A pessoal complementa-se com a social, que representa o passado, as palavras lidas, os signos reproduzidos através dos tempos.

O tempo, segundo Halbwachs, é uma representação coletiva, ou seja, os homens entram em acordo e estabelecem as convenções. Parece lógico o pensamento. E é. No tempo, entendem-se subdivisões sociais, em que a própria sociedade trata de organizar. (HALBWACHS, 2003, pg.114)

Dentro de um **tempo social** impõem às consciências individuais que teriam a sensação da duração em que sucedem estados diferentes em cada pessoa. As divisões do tempo são guiadas pelas mudanças que ocorrem nos corpos materiais e se reproduzem, permitindo nos

reportamos a elas. Não estamos sozinhos na escolha, temos que nos entender com outros. Consta-se uma relação de simultaneidade, ou a representação conjunta.

Para o autor a noção de **tempo universal**, se resume em uma sequencia descontínua de momentos. Cada momento corresponderia a uma relação estabelecida entre muitos pensamentos individuais, que tomam a consciência de forma simultânea. Isto é, se fundem em uma representação mais ampla, que envolve todas as consciências e a relação entre si.

Assim, as divisões do tempo simbolizam todas as possibilidades, ou seja, ele é concebido como algo que se estende aos conjuntos dos seres, não passa de uma criação artificial, obtida da soma, combinação e multiplicação de dados tomados de empréstimos. (pg. 119). “A cada momento ou período, nosso pensamento se cruza em muitas correntes que passam de uma consciência a outra”. A corrente de pensamentos imprime uma aparente continuidade e segue em nós e nos outros, constituindo uma tendência de um pensamento coletivo. As próprias impressões afetivas tendem a desabrochar em imagens e representações coletivas que dão complemento para um **tempo coletivo**.

A sociedade também convive com o **tempo matemático** (vazio de consciência) que é totalmente diferente do **tempo vivido**. O **tempo histórico designa-se** por períodos sucessivos distantes do presente Em que se rememora o passado. Porém, são as repercussões e não os acontecimentos que se fixam na memória de um povo. Cada grupo possui sua própria memória e a representação só dele e de seu tempo. É por meio de uma construção artificial que o tempo matemático de une ou se alinha ao tempo histórico, que nada tem de histórico, é apenas o tempo abstrato dos matemáticos.

A História se interessa exclusivamente pela ordem de sucessão cronológica dos fatos no tempo. Ela é necessariamente um resumo, é por isso que se concentra em alguns momentos e evoluções que se estendem por períodos.

Resumindo, para Halbwachs, existe um tempo único e universal que todas as sociedades se referem, e cujas divisões se impõem a todos os outros grupos, transmitida a outras regiões do universo social. Quando se refere a um mesmo contexto, entende-se um tempo social. A necessidade de manter vestígios e crenças tradicionais já justificam as convenções e registros para que seja possível penetrar no tempo a qualquer momento.

Para Halbwachs, o espaço é visto a partir da ligação com as pessoas, transformando-o em materialidade.

Ainda para o autor, o ambiente material traz ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. Cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas. Quando lançamos nossa atenção para cada parte é

como se analisássemos um pensamento, com as contribuições de vários outros grupos. Os grupos estão naturalmente ligados a um lugar e por estarem próximos no espaço, criam entre seus membros as relações sociais. Portanto, não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar, ou seja, com uma parte do espaço.

O espaço é a representação da imagem do lugar associada a um grupo. E este se subdivide em inúmeros outros espaços (ex. jurídico, econômico, social, comercial, doméstico e etc.). Em síntese, os grupos encontram suas lembranças no contexto coletivo espacial definido. Cada sociedade reporta o espaço à sua maneira, de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encontra suas lembranças.

### **3.1 Diamantina, lugar “epistêmico” de memória individual e coletiva de Helen Morley**

As auto-representações de Helen Morley nos relatos contidos no diário constituem-se em importantes testemunhos dos modos de ser e agir da época. Pode-se afirmar que compõem um artefato cultural materializado contendo um complexo conjunto de informações.

A menina Helena esboça no livro-diário o contexto bastante curioso da vida na província no final do século XIX. A obra, repleta de significados, revela com perspicácia histórica, o valor cultural das tradições diamantinenses. Em sua essência, alguns aspectos culturais são percebidos na escrita tracejada como mosaico cultural de *habitus* populares. Sobretudo, as suas escritas contêm representações de uma típica família mineira, o racismo pós-abolição da escravatura e a transição dos costumes no início da República. Este contexto é evidenciado por Eulálio, conforme Morley (2004, p. 9), na apresentação do livro:

A cidadezinha do Brasil em que viveu a Helena do livro, com a mesma vida pacata de qualquer pequena cidade do mundo, possuía, no entanto características deveras marcantes. Em terra de mineração, entre urbana e rural, a Diamantina do fim do século começava a atravessar um período de decadência econômica bastante grave.

Minas Gerais entrou em decadência econômica após o período do ouro, no final do século XIX. Só começou a se recuperar dois séculos depois. O ciclo do diamante em Diamantina durou até o terceiro quarto do século XIX. A cidade originou-se do Arraial do Tijuco, emancipada em 1831. Os diamantes foram extraídos a mando da Corroa de Portugal ainda no século XVII. Desde, 1999 é Patrimônio Cultural da Humanidade.

No diário, Helena destaca a insistência do pai (Alexandre) na cata do minério, mesmo após seu esgotamento.

Sábado, 10 de Março.

Hoje foi dia de festa em casa. Meu pai foi segunda feira para o Bom Sucesso onde ele está fazendo um serviço. Era semana de lavra e ele estava com muita esperança na apuração. Meu pai anda tão caipora que ninguém mais

espera sorte aqui em casa. Só ele é que diz sempre: “Esperem. Nem sempre o infeliz chora. O dia há de chegar”. Mas não chega nunca. (MORLEY, 2004, p. 136)

Enquanto o pai de Helena escavava a terra à procura de diamantes e de ouro, ela acompanhava a mãe e os irmãos, atravessando, becos, rios e pontes em direção ao Rio, onde lavavam as roupas da família. Perspicaz, Helena observava tudo ao redor, a queda d’água naquele pequeno riacho de pedrinhas minúsculas e arredondadas, as borboletas que voavam e o irmão pescando lambaris, sem esquecer nada, a menina anotava tudo no diário, como registros daqueles preciosos momentos de felicidades.

Outro aspecto, característico da época é a extensão da escravidão, pós-abolição, percebe-se que os negros estavam “libertos”, mais continuavam cativos, submetiam-se a mesma vida servil, pois não tinham condições nem novas oportunidades de vida:

Domingo, 9 de Dezembro.

Eu ainda me lembro de quando chegou a notícia da lei de treze de maio. Os negros todos largaram o serviço e se ajuntaram no terreiro, dançando e cantando que estavam livres e não queriam trabalhar. Vovó com raiva da gritaria chegou a porta ameaçando com a bengala dizendo: pisem já da minha casa pra fora, seus tratantes! A liberdade veio não foi para vocês não, foi para mim! Saiam já! Os negros calaram o bico e foram para a senzala. (MORLEY, 2004, p. 211).

No diário, Morley (2004, p. 211) destaca também, a “boa” vida que os(as) negros(as) levavam na Chácara da avó. E a satisfação que tinham em servir a família. “Eu gosto de ver como os negros da Chácara são felizes. Mamãe diz que quando vovô morreu, cada filho (eram doze) ficou com os escravos de sua estimação e vovó trouxe os outros que eram uns dez ou doze, quando se mudou para Diamantina”.

As crenças e a religiosidade são também evidenciadas, por Morley (2004, p.36-37):

Segunda-feira, 13 de Março.

Este ano saiu à rua a procissão de Cinzas que há muitos anos não havia. Não sei como eles não faziam mais uma procissão tão importante com tantos santos. São tantos santos que nem vovó, nem minhas tias conheciam todos. Dizem que não saia há muito tempo por falta de santos, porque muitos já estavam quebrados. [...] eu gostei muito da procissão, mas meu pai disse que parecia mais um carnaval e mamãe achou que era um grande pecado meu pai dizer isso.

Este aspecto cultural foi transplantado do modelo europeu, inspirada numa ideologia religiosa, católica de bases humanistas. Segundo Sodré (1999), desde a colonização brasileira, a catequese foi uma das manifestações mais importantes da Contra-Reforma, nela os jesuítas dedicaram especial atenção, na tarefa de conquistar e moldar a consciência do gentio, estendendo este exercício para todas as classes sociais. Estes elementos comprovam a força da contribuição cultural dos religiosos.

Helena Morley, destaca as dificuldades da cidade, ao mesmo tempo em que, demonstra sua consciência reflexiva e contestadora:

Sexta-feira, 15 de Março.

Hoje houve uma grande festa na nossa linda Diamantina. Inauguraram a administração dos correios com muitos fogos, muitos empregados, numa casa muito grande de Seu Antoninho Marcelo. A Rua do Bonfim ficou cheia.

Se me dessem a Diamantina para dirigir, a última coisa que eu poria aqui seria repartição de correio. Não posso compreender como um serviço que seu Cláudio, aleijado, que precisava ser carregado por um preto e posto em cima do cavalo, fazia tão bem, levando na garupa um saco com as cartas e jornais, precisa agora de uma repartição tão aparatosa, com tanto homem dentro. Meu pai diz que tudo isso é política, só para dar empregos, mas não seria melhor que em vez de administração de correios, eles pusessem luz nas ruas para a gente, nas noites escuras, não estar andando devagar com medo de cair em cima de uma vaca? E encanar a água? Isso também não seria mais útil? Sem carta ninguém morre, mas a água do Pau de Fruta, que corre descoberta, tem matado tanta gente que podia estar viva (MORLEY, 2004, p. 235)

Quarta-feira, 21 de Junho.

No ano da fome eu era muito menina, mas me lembro ainda de algumas coisas daquele tempo. Se eu estivesse maior e mais esperta como hoje, acho que não passaríamos em casa o que passamos naquela ocasião.

Nunca nada me impressionou tanto como a fome daquele ano. Lembro-me até hoje das velas que mamãe acendia no oratório, pedindo a Deus que mandasse chuva. Não havia nada na cidade para se comprar. Os negociantes punham gente nas estradas para cercar os tropeiros para comprar o pouco que eles traziam e vender pelo dobro ou triplo. Quem tinha pouco dinheiro passava fome. Cada dia tudo subia mais. Chegava todo dia notícias de gente morta na redondeza. (MORLEY, 2004, p. 63)

A menina Helena, magra, sardenta e rebelde, cresceu contestando às contradições do seu tempo. Dividida entre a infância e a adolescência. Entre o sonho do diamante redentor e as lavras e minas esgotadas. A História de glórias do passado familiar e a penúria do tempo presente são determinantes na imaginação da menina-moça.

### **3.2 A Infância e a escola**

Helena adorava passear com Tio Conrado e tia Aurélia no campo, para comer os quitutes que levavam. Mas o que ela não gostava era que eles eram muito educados e estabeleciam regras para tudo. Não se pode andar pelo rio abaixo descalça; não pode subir nas árvores; não se pode fazer nada. Eis um trecho:

Tenho pena das minhas primas com aquele pai tão metódico, como elas dizem. Na casa delas tudo é na hora, tudo é na regra, até palavras, modos, tudo. Engraçado é que as primas vivem horrorizadas de meu pai e mamãe não nos darem educação, como elas dizem, e não fazem passeio sem nós duas, eu e Luizinha. Mas quando chega de tarde, estou mais cansada do que se estivesse trabalhando o dia inteiro, de tanto fingir de educada perto delas.

Não sei se minhas primas têm pena de mim como eu tenho delas. Com certeza. Eu penso que Deus castiga gente educada. (MORLEY, 2004, p. 49)

O ingresso na Escola Normal para as mulheres no Brasil, de acordo com Freitas (2003, p. 37), significou a possibilidade de formação profissional socialmente permitida. A oportunidade garantiu às mulheres transcender o âmbito doméstico na busca da realização e independência social e econômica desde o século XIX.

Faz hoje três dias que eu entrei para a Escola Normal. Comprei meus livros e vou começar a vida nova. O professor de Português aconselhou todas as meninas a irem se acostumando a escrever todo dia, uma carta ou qualquer coisa que lhes acontecer. Passei na casa de minhas tias inglesas e encontrei lá Mariana. Ela foi a aluna mais afamada da Escola e sempre ouvi minhas tias falarem dela com admiração. Ela esteve ne animando e disse que o segredo de ser boa aluna é prestar atenção, tomando notas de tudo. (MORLEY, 2004, p. 26)

Para a menina Helena, a escola representava espaço de apropriação do saber, em sua grande maioria, sem sentido prático. Isto reflete que a estrutura escolar e a grade curricular, estavam desvirtuadas do meio em que estavam inseridas, ou seja, tinham as bases de conhecimento muito distante da clientela que atendiam. Sobre a implantação do uniforme na Escola ela destaca:

Foi a melhor invenção que eu já vi até hoje. Era muito difícil para nós termos sempre vestido pronto para a Escola; umas andavam bem vestidas mostrando sua riqueza e outras sua pobreza. Agora estamos todas iguais, graças a Deus (Idem, p. 146).

O estado da roupa das crianças devia resultar do aperto nas finanças domésticas decorrente da decadência histórica da economia da província. Helena esboça críticas aos conteúdos adotados na escola questiona a dedicação aos estudos e sua aplicabilidade no futuro.

Sexta-feira, 1º de Março

Acabei de traduzir a fábula de La fontaine da rã que queria ficar do tamanho do boi e não tive tempo para as outras lições. Fiquei pensando por que existem estas coisas de nós na Escola, se todas ali só estudamos com atenção de ser professoras. Que precisão eu teria de fábula de La Fontaine se for professora no Bom Sucesso, Currálinho ou mesmo em Diamantina? Passei quatro anos na escola da Mestra Joaquininha, que é uma das melhores e não me lembro de ter visto lá nada que nos esforçamos para aprender na Escola Normal. Isto é, as outras se esforçam. Não posso dizer que eu seja esforçada; seria até uma injustiça feita a Iaiá Leite, Mercedes, Clélia e outras. (idem, p. 228).

As pessoas consideravam Helena inteligente, mas ela duvidava, pois não gostava de estudar, só gostava, e muito de ler histórias e romances, e de escrever. Existem dois personagens masculinos fortes que causaram impacto: o professor Teodomiro e seu pai Alexandre, além de alguns inimigos que a atormentam que é o tio Geraldo

e o padre Neves. “Dr. Teodomiro é um dos professores de que nós todas gostamos na Escola. Eu desejava conversar um dia com ele, mas não sei como hei de conseguir isto”, diz Morley (p. 305).

O universo feminino de personalidade marcante e independente está representado no diário. Naquela época, poderíamos pensar que as mulheres eram umas bobocas, fazendo só o que os pais e os maridos permitissem e dizendo amém a todos. Mas, não. Helena surpreendia, dialogava com os pais, dizia-lhes o que bem entendia, discordava, opinava, concordava às vezes, não arredava um milímetro do que considerava ser o correto. Diz ela:

Ninguém na família se preocupa consigo. Todas as minhas tias só se ocupam dos maridos e dos filhos. A pessoa delas não vale nada. Nunca vi mamãe ou qualquer de minhas tias comer uma coisa antes dos maridos e dos filhos. Se alguma coisa na mesa é pouca, elas nem sabem o gosto. Mamãe eu ainda acho que é a mais abnegada que as outras, porque além dos cuidados com os filhos, é a que tem mais agarramento com o marido. É até falado na família. Quando eu reclamo o pouco caso que ela faz em si e a preocupação conosco e com meu pai, ela responde: “Você verá quando for mãe”. Você não sabe o ditado: ‘Desde que filhos tive nunca mais barriga enchi? É a pura verdade. Minha vida são vocês e seu pai. Se vocês comem, eu fico mais satisfeita do que se fosse eu. (MORLEY, 2004, p. 225).

A formação de Helena foi marcada por personagens femininas:

a) A *avó*: a matriarca, com quem teve uma relação umbilical, mais importante, é o modelo feminino que lhe chama atenção. Rigorosa na educação.

Nenhum neto de vovó se mete na conversa de gente grande. Ninguém na família gosta de menino intrometido. Todos nós quando chegamos na Chácara e tratando de ir brincar no gramado da frente (MORLEY, 2004, p. 82).

Helena e a avó tinham um laço afetivo especial. A amizade, o conforto nas horas precisas e o cuidado com a neta, faziam com que Helena corresse para a casa da matriarca quando o desespero tomava conta. E sempre recebia o carinho.

b) *Carolina*, a mãe: Sempre presente em quase todas as ocupações doméstica, Helena tem uma visão da mãe como alguém que acredita que a vida é feita de sofrimentos. Carolina só está contente quando o marido volta das lavras e é seu amor por ele que a diferencia das outras mulheres da família.

c) A tia Madge: a quem sempre teve admiração. De dia a tia ensinava lições de educação e de noite de Economia. Indicava leituras educativas, O poder da vontade, e o caráter. O assunto era o mesmo: economia, correção, força de vontade. Orientava para as boas maneira falando de pessoas que cospem no chão, coçam a cabeça na sala e interrompem os

outros quando falam. No jantar a gente bebe a sopa e espera o criado tirar o prato. Também não se devem palitar os dentes na mesa.

#### Helena Morley e o transindividual

Para Foucault a ideia de um sujeito individual autor de um texto significativo parece cada vez menos insustentável. Nas ciências contemporâneas a partir dos vários estudos é sensato substituir o sujeito individual pelo sujeito transindividual. Assim sendo, o sujeito o autor não escreve sozinho, juntamente com ele estão intrinsecamente relacionados, outras falas oriundas de outras pessoas, de vários lugares, em tempos e espaços diferentes que emergem do seu consciente (memória) no ato de escrever.

#### 4 À GUIA DE CONCLUSÕES

A base fundante da obra de Maurice Halbwachs, que fichamos, está no entendimento de que nossas lembranças, por mais que parecem apenas nossas, são na verdade, construções a partir de um conjunto de contribuições de outros e que na realidade, constituem a memória coletiva de uma determinada pessoa ou lugar. Para rememorar ou resignificar nossa lembrança, precisamos recorrer a lembranças dos outros, a objetos e lugares comuns. Enfim, nossa intuição sensível de lembrar, é verdadeiramente, inspirada a partir de sensações marcadas num determinado tempo estabelecido e fixado num contexto social.

Da leitura percebeu-se o rico manancial de *habitus*, o retrato literal dos costumes de uma família brasileira. As relações de gênero recriadas pela memória, a presença feminina, importante influência na construção da formação social. O cotidiano da educação escolar, a Escola Normal, os professores, as disciplinas, a prática educativa e a consciência reflexiva.

Finalmente, foi uma delícia, um prazer inocente, fazer a leitura do diário de Helena. O diário mostra uma jovem astuta às vezes voluntariosa, impaciente, respondona, “passeadeira”, rebelde e por outro lado, consciente e questionadora, dos valores, das crenças e das normas impostas pela educação familiar e institucional. Vale ressaltar que este estudo deve ser entendido como um processo de análise, em construção.

#### REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel. **A Invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. Tradução de Maria Luisa Ribeiro Ferreira. São Paulo: Edições 70, 1980.



FELIPPE, Renata Farias de; ARÁBIA, Marta Inês. **Uma travessia de discursos e de afetos:** sobre as cartas portuguesas. Outra travessias: ilha de Santa Cararina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/.../11402>. Acesso em: 29 julho 2014.

FOUCAULT, Michel. A Escrita de si. In Foucault, Michel. **Ditos e escritos**. Volume V: ética, sexualidade, política: organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta: tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3.ed.- Rio de Janeiro: forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Leituras filosóficas)

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Ditos e Escritos:** Estética – literatura e pintura, música e cinema (v. III) Volume III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 264-298.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”:** um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GRONDIN, Jean. **Hermenêutica**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. (Coleção episteme 6).

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução: Beatriz Sideou. São Paulo: Centauro, 2003, 224p.

JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

MORLEY, Helena. **Minha vida de menina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NORA, Pierre. **No hay que confundir memoria com historia, dijo Pierre Nora:** la visión del filósofo y académico francés. Por Luiza Corradini. Noticias de Cultura: Miércoles 15 de marzo de 2006. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/788817-no-hay-que-confundir-memoria-con-historia-dijo-pierre-nora>. Acesso em: 29 de julho 2014.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire .Bernardina Maria Juvenal Freire; ANDRADE, Brenda Alves. Memórias cotidianas de Francielly. **XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB 2013)**. GT 10: Informação e memória. Disponível em: <http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/341/222>. Acesso em: 22 junho 2014.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. **Artefato como elemento de memória da cultura popular:** um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINI, Ingrid; SEVERO, Ione. Nas teias da memória. João Pessoa: Editora UFPB, 2007. P. 27-51.

PINHEIRO, Mariza de O. ; MORAIS, M. A. C. **Minha vida de menina, o diário clássico de Diamantina como prática cultural da escrita de si**. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. O ensino e a pesquisa em História da Educação. Aracaju: São Cristóvão, 2008, p. 335-335.

PINHEIRO, Mariza de O. **Minha vida de menina, brilhante clássico de Diamantina**: um exercício de leitura à luz das concepções de gênero e educação. In: VII CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: Cultura escolar, migrações e cidadania, 2008, Porto / Portugal. Cultura escolar, migrações e cidadania. Porto: Porto: SPCE; São Paulo: ANPEd, SBHE, 2008, p. 349-350.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Tradução: Fábio Ribeiro. 3.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. (Série Pensamento Moderno).

**Modalidade da apresentação: Pôster****ENSINO DA MEMÓRIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM OLHAR SOBRE AS DISCIPLINAS E BIBLIOGRAFIAS***TEACHING MEMORY IN INFORMATION SCIENCE: AN OVERVIEW ON DISCIPLINES AND BIBLIOGRAPHIES*

Rafael Silva da Câmara

**Resumo:** Estudo de caráter exploratório que objetiva identificar as bibliografias selecionadas pelos professores das disciplinas sobre memória em universo composto pelos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação no Brasil para analisar as concepções de memória adotadas no ensino. Constitui um corpus de análise pelas ementas e bibliografias referenciadas nos planos de ensino das disciplinas que apresentam o uso do termo Memória em sua nomenclatura. Por meio de pesquisa de campo, identifica estes Programas no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Por meio de estudos métricos, analisa o tipo de material utilizado, a área de conhecimento dos periódicos referenciados e os autores citados. Parte da compreensão de que as bibliografias são elementos explícitos das ementas e dos programas das disciplinas. Argumenta que essa premissa permite compreender como as indicações bibliográficas têm legitimado conteúdos, autores e orientado a formação na Pós-graduação. Procura, assim, relacionar essas indicações bibliográficas aos aspectos constitutivos da conceituação de memória. A pesquisa identifica uma forte influência de autores franceses nas bibliografias para o ensino da Memória. Conclui que a interdisciplinaridade do tema é perceptível nas disciplinas que ensinam a memória em contextos específicos que as diferem e que as bibliografias indicadas pelos professores são selecionadas a partir de um repertório pessoal, mas construído coletivamente em meio à cultura, na qual predominam autores dominantes.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação. Memória. Bibliografias. Disciplinas. Ensino.

**Abstract:** This paper presents an exploratory study which aims at identifying the bibliography selected by teachers of memory-related disciplines from the Brazilian Post-Graduation Programs in Information Science. The main objective is to analyze the conceptions about memory adopted by teachers. The study analyzes the syllabus and bibliography of the disciplines which have the term “Memory” in their titles. The Programs were identified through field research on the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior website. The research uses metric studies to analyze the type of material used, the knowledge field of the journals cited and cited authors. The bibliography is considered an explicit element of the syllabus and discipline program, which allows the understanding of how bibliographic recommendations have legitimized contents and authors, guiding the studies in the Post-Graduation Programs. Therefore, the study aims at relating these bibliographic recommendations to the constitutive aspects of the concepts about memory. The research identifies a strong influence from French authors on the bibliography to teach themes related to memory. It concludes that the interdisciplinarity of this theme is noticeable in the disciplines which teach memory in specific contexts. Furthermore, the study points out that the bibliography selected by the teachers is chosen based on a personal repertoire collectively constructed in the midst of culture, where the dominant authors prevail.

**Keywords:** Information science. Memory. Bibliography. Disciplines. Teaching.

## **1 INTRODUÇÃO**

O tema Memória tem sido eventualmente analisado como objeto de estudo, pesquisa e ensino no âmbito da CI, especialmente nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Deste modo, um olhar sobre as bibliografias adotadas, disseminadas e recomendadas nas disciplinas dos programas de pós-graduação em CI no Brasil se faz viável, ensejando reflexões que colaboram com o diálogo e a compreensão das ideias por elas veiculadas. A pertinência na pesquisa já foi antes também recomendada em tese de doutorado defendida por Oliveira (2010, p.115), o que enfatiza aqui a importância desse estudo na área.

Parte-se do pressuposto de que os conteúdos cognitivos e simbólicos são selecionados e deliberadamente transmitidos pelos professores das disciplinas aos seus alunos. Essas informações e conteúdos encontram-se não apenas nos momentos de transmissão oral, mas também são registrados nas referências dos textos escolhidos.

Os textos representam, portanto, além de um referencial mais amplo e, em alguns casos, universal, o acervo desses professores, assim como suas ideias sobre memória. Parte-se da compreensão de que as obras recomendadas pelos professores, coincidam ou não com os referenciais teóricos de suas reflexões, pesquisas e consequente produção científica, fundamentando seus textos, são elementos explícitos das ementas e dos programas das disciplinas que lecionam. Essa premissa permite compreender como essas indicações bibliográficas têm legitimado conteúdos, conhecimentos e autores e orientado a formação na pós-graduação.

Esta pesquisa justifica-se por oferecer uma contribuição aos estudiosos e pesquisadores da área para que reconheçam as concepções e autores vigentes na atual conjuntura dos conhecimentos científicos sobre a Memória.

Assim, tem-se como objetivos: identificar os programas de pós-graduação em CI cujas disciplinas incluam o termo memória em sua nomenclatura; levantar a bibliografia constante dos programas das disciplinas selecionadas, elencando as referências bibliográficas; analisar a partir de estudos métricos, o tipo de material utilizado, os autores e as obras mais citadas.

A análise dessas bibliografias procura evidenciar como as discussões sobre o tema memória ocorrem no contexto da CI, concebendo-se essas escolhas como representativas da trajetória do próprio conceito e dos fundamentos que auxiliam a sua construção.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Diversos campos do conhecimento que estudam a memória contribuem para a compreensão de fenômenos, características, e problemas relativos a semelhanças entre

conceitos e concepções que se aproximam. Essa constatação é acompanhada de problemas na construção teórica a ser selecionada para uma disciplina, para a cultura institucional e para a identidade de um programa de pós-graduação.

As bibliografias são objetos da cultura escolar, o que Forquin (1993, p.167) define como o conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos que, selecionados, organizados, “normalizados”, “rotinizados”, sob o efeito dos imperativos de didatização, constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas. Assim, como materiais didáticos em um programa de pós-graduação, os enfoques temáticos expressos nas bibliografias relevam a seleção de conteúdos considerados relevantes para o ensino e a pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem, da identidade cultural e curricular.

Em um programa de pós-graduação, a leitura das bibliografias é uma atividade permanente no trabalho, no ensino e na pesquisa dos professores e alunos. Sendo importante a leitura de textos de diferentes gêneros e esferas discursivas para atender a propósitos e interesses variados, a bibliografia torna-se um dos focos do processo de ensino-aprendizagem, sendo um material que constitui um todo unificado e coerente em uma situação discursiva.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A indagação do problema apresentado sugere uma pesquisa de nível exploratório. Quanto aos meios, apoia-se no levantamento bibliográfico e em estudo bibliométrico sobre um corpus para definir características e tendências relacionadas ao tema escolhido. O universo é composto pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação nas universidades públicas brasileiras recomendadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem como corpus as bibliografias e leituras sugeridas nos programas das disciplinas que apresentam o termo memória no seu título. A primeira etapa foi a realização de uma pesquisa de campo no site da CAPES. Identificadas as disciplinas, a próxima etapa foi a recuperação dos documentos com a ementa e o programa completo da disciplina, para verificação e seleção das bibliografias sobre Memória indicadas.

### **4 ANÁLISE PARCIAL DOS DADOS**

O procedimento de coleta dos dados iniciou-se por acesso ao portal eletrônico da CAPES, para consulta dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em CI recomendados e reconhecidos que trabalham com o tema da Memória em suas disciplinas. Foram localizados 15 registros de programas de pós-graduação, dos quais onze oferecem cursos de nível acadêmico. Em seguida foi realizada uma busca nos portais eletrônicos de cada um dos onze

programas para verificar a estrutura curricular dos cursos, buscando-se as disciplinas que fizessem uso do termo Memória em sua nomenclatura. Dos onze PPGCI's, nove oferecem uma ou mais disciplinas que fazem uso do termo "Memória" no seu título, tratando deste tema em suas ementas. Foram totalizadas 13 disciplinas, das quais apenas cinco apresentam nos portais o programa completo da disciplina, incluindo a bibliografia. Deste modo, foi necessário estabelecer contatos com os PPGCI's ou acessar os indicadores de avaliação dos cursos de Pós-graduação na CAPES para conseguir as bibliografias restantes.

**Quadro 1 – Disciplinas dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação com o termo "Memória" nos títulos**

Instituição - PPGCI	Nome da disciplina	Programa completo da disciplina no site?
UNIV. FED. DE MINAS GERAIS (UFMG)	Cultura, Memória e Sociedade	Não
	Patrimônio, Memória e Identidade	Não
UNIV. FED. DA PARAÍBA (UFPB)	Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação	Não
	Memória e Identidade	Não
UNIV. FED. DE PERNAMBUCO (UFPE)	Informação, Memória e Sociedade	Não
UNIV. DE BRASÍLIA (UNB)	Memória e Informação	Não
UNIV. EST. PAULISTA "JÚLIO DE MESQUISA FILHO" (UNESP)	Gestão do conhecimento: tecnologias de preservação da memória e de bens culturais	Sim
	Imagens e Memória	Sim
	Memória e patrimônio em unidades de informação	Sim
UNIV. DE SÃO PAULO (USP)	Tópicos Especiais - Tecnologia & Memória	Sim
UNIV. EST. DE LONDRINA	Memória Organizacional e Informação	Não
IBICT-UFRJ	Informação e Memória	Não
UNIV. FED. FLUMINENSE (UFF)	Informação, Cultura e Memória	Sim

Fonte: O autor (2013)

Após a recuperação dos programas das disciplinas, ementas e bibliografias, foi dado início às tabulações dos dados e análises. A primeira tabela mostra os tipos de materiais referenciados e a frequência em cada PPGCI.

**Tabela 1 – Tipo de material das bibliografias**

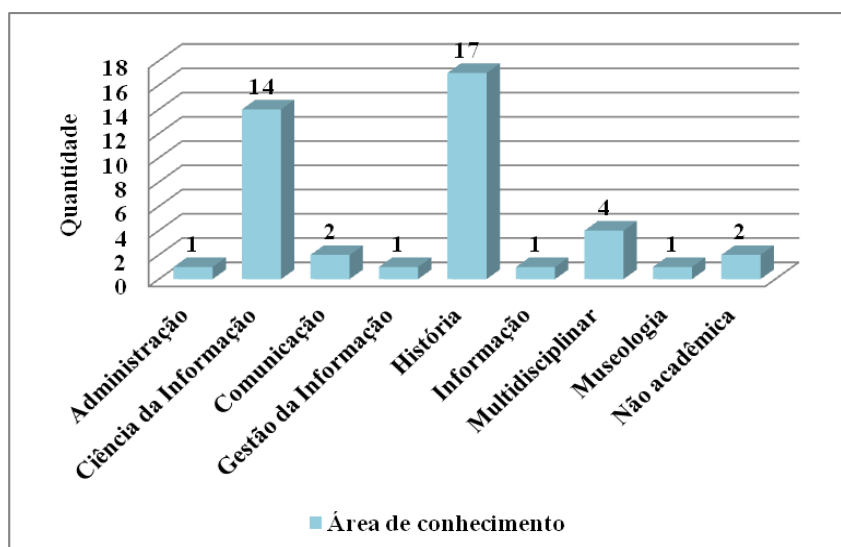
TIPO DE MATERIAL	PPGCI										TOTAL	%
	UFPB	UFPE	UNESP	USP	UFF	UFRJ	UEL	UNB	UFMG			

Livro	25	1	27	7	6	3	2	5	9	85	48,85
Capítulo de livro	10	0	0	5	1	6	2	3	5	32	18,39
Artigo de periódico nacional	7	0	0	1	5	0	3	15	4	35	20,11
Artigo de periódico estrangeiro	0	0	0	0	1	0	4	0	0	5	2,87
Periódico nacional	0	0	2	0	0	1	0	2	0	5	2,87
Tese	1	0	0	0	0	0	2	0	0	3	1,72
Dissertação	0	0	0	0	0	0	2	1	0	3	1,72
Trabalho de evento nacional	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,57
Outros	1	0	0	1	0	1	0	2	0	5	2,87
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>1</b>	<b>29</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>28</b>	<b>18</b>	<b>174</b>	<b>100</b>

Fonte: O autor (2014)

O levantamento consta de 174 referências bibliográficas. Os livros são o tipo de material mais referenciado nos programas das disciplinas com uma porcentagem de 48,85% do total. São também o único tipo de material presente na bibliografia de todas as disciplinas. Essa observação reforça o livro como principal instrumento de apoio ao professor no ensino e nas recomendações de pesquisa e leitura para os alunos, o que enfatiza a importância de uma boa seleção e recomendação de livros. No computo total, o artigo de periódico nacional obteve um percentual de 20,11%, sendo o segundo tipo de material mais referenciado. Em contrapartida, o periódico nacional como um todo e os artigos de periódicos estrangeiros foram pouco referenciados na bibliografia, com percentual de 2,87% cada.

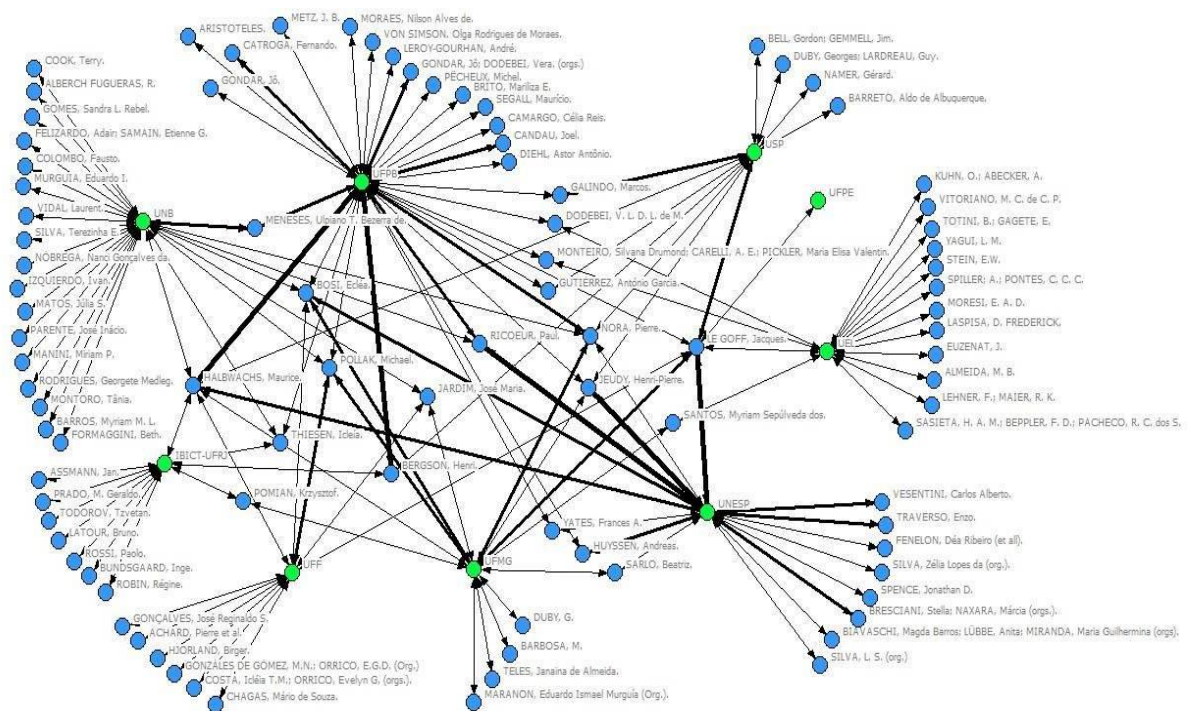
Gráfico 1 – Áreas de conhecimento dos periódicos e artigos nas bibliografias das disciplinas



Fonte: O autor (2014)

A área de História é a mais evidente nos periódicos e artigos de periódicos recomendados nas bibliografias, aproximando-se da Ciência da Informação, a segunda área mais referenciada. Quanto aos autores dos materiais, foram identificadas 92 autorias em 166 referências bibliográficas. Com o uso do software UCINET, a figura 2 apresenta a rede de relacionamento entre autores e PPGCI's.

Figura 1 – Rede de relação entre autores recomendados nas bibliografias e os Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação



Fonte: O autor (2014)

Esta rede reforça a dedução de que as bibliografias são selecionadas pelos professores com base em um percurso pessoal decorrente de suas afinidades com o tema ou ainda com os aspectos culturais e ideológicos do currículo de cada PPGCI, proporcionando uma variável diversidade de concepções e autores. Contudo, percebe-se a forte influência de autores franceses. Considerando os dez autores mais frequentes entre os PPGCI's, sete são franceses, entre historiadores, sociólogos e filósofos. O sociólogo Michael Pollak é australiano, porém radicado na França. O historiador Jacques Le Goff e o sociólogo Maurice Halbwachs são os dois autores mais frequentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evidência da memória quanto à sua interdisciplinaridade na CI é perceptível ao perceber-se que as disciplinas ensinam o tema em contextos específicos que as diferem umas



das outras. O livro é o material mais referenciado e em seguida os artigos de periódicos. O historiador Jacques Le Goff e o sociólogo Maurice Halbwachs são os autores mais influentes no ensino do tema na área, pois são os mais frequentes nas bibliografias. Percebe-se que os textos indicados pelos professores são selecionados a partir de um repertório pessoal, mas construído coletivamente em meio à cultura, na qual predominam autores dominantes, alvos de unanimidade no corpus constituído pelas disciplinas, que dependem da organização de um referencial teórico condizente com a proposta institucional.

## **REFERÊNCIAS**

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Memória e informação: construindo o campo teórico-metodológico de conhecimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. Anais... Brasília: UNB, 2011. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2205>>. Acesso em: 23 Jul. 2014.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. O conceito de memória na ciência da informação no Brasil: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

## NAS FONTES, A MEMÓRIA: A BIBLIOFILIA NAS AVENTURAS DE CLIFFORD JANEWAY

*MEMORY IN THE SOURCES: BIBLIOPHILIA IN CLIFFORD JANEWAY'S ADVENTURES*

Kelly Castelo Branco da Silva Melo  
Leila Beatriz Ribeiro

**Resumo:** O presente artigo é resultado parcial de pesquisas de dissertação de mestrado e toma como campo os romances da série policial escrita por John Dunning – a saber: *Edições perigosas*, *Impressões e provas*, *A promessa do livreiro*, *Assinaturas e assassinatos* e *O último caso da colecionadora de livros* – que trazem as aventuras de um detetive bibliófilo que resolve deixar a polícia para se tornar livreiro. Mas na medida em que crimes ligados à obsessão bibliófila vão acontecendo, ele se vê obrigado a acionar a vida que deixou para trás para solucioná-los. Através da leitura analítica desses romances, este estudo pretende analisá-los sob a perspectiva das fontes informacionais; visando identificar, recortar e descrever essas fontes; entender que aspectos do universo colecionista estão nelas representados; e traçar a rede informacional desse universo, para assim compreender o que ela tem a nos dizer sobre ele.

**Palavras-chave:** Coleção. Bibliofilia. Memória. Fonte de Informação. Romance Policial.

**Abstract:** This paper is the partial result of studies undertaken due to the elaboration of a Master's degree dissertation. It takes as field the crime fiction novels from the series written by John Dunning – namely: *Booked to die*, *The bookman's wake*, *The bookman's promise*, *The sign of the book* and *The bookwoman's last fling* – that tell the story of a bibliophile detective, who decides to leave the force to become a bookman. But as crimes happen motivated by bibliophilistic obsessions he sees himself forced back to his old life as he tries to solve them. Through the analytical reading of these novels, this study aims to analyze them from the perspective of informational sources. In order to do that, it identifies, describes these sources; understands what aspects of the collecting universe are represented in them; and traces the informational network of this universe, as to understand what it has to say about it.

**Keywords:** Collection. Bibliophilia. Memory. Information source. Crime fiction.

### 1 INTRODUÇÃO

Por vezes, informação e memória parecem emergir nas discussões teóricas como elementos antagônicos, quase opostos. Tal polarização pode ser encontrada, por exemplo, em *O Narrador*, de Walter Benjamin (1996), quando ao tecer considerações acerca das transformações em processo nos gêneros literários, sinaliza o declínio da narrativa – algo inseparável da memória (GAGNEBIN, 2014) – em detrimento do romance; declínio esse atrelado a “uma nova forma de comunicação”: a informação (BENJAMIN, 1996, p. 202). Ele diz: “se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio” (BENJAMIN, 1996, p. 203); colocando os binômios narrativa/memória e romance/informação como entidades antitéticas. Nesse sentido, entende-se “memória” como algo vivo, fluido, passível de constante co-criação; e “informação” como algo exato,

vinculado à ideia de “fato”, a um suposto comprometimento com a “verdade”. O que talvez tenha relação com o fato de o termo “informação”, que se tornou “popular logo após a invenção da imprensa no século XV” ser também “a palavra latina para o que chamaríamos ‘notícia’” (MACGARRY, 1999, p. 3, grifo do autor).

Vale lembrar que “assim como os demais indivíduos, intelectuais são produtos históricos” (ABREU, 2011, p. 31) e que os conceitos por eles elaborados “têm uma história, uma contingência [...] não são inventados do nada” e, portanto, “são criados em função de problemas” (GONDAR ; DODEBEI, 2011, p. 8) específicos que se transformam quando as contingências sociais mudam. Embora os termos “informação” e “notícia” ainda sejam por vezes utilizados como sinônimos, o *conceito* de informação não mais está circunscrito a “essa nova forma de comunicação” apontada por Benjamin (1996, p. 202) – que ganha destaque com a consolidação da burguesia e da imprensa – nem tampouco a uma oposição à memória. Aliás, se “há uma realidade externa a nós que é a origem daquilo que resolvemos chamar ‘informação’” (MCGARRY, 1999, p. 2, grifo do autor) – “aquilo que permutamos com o mundo exterior ao ajustar-nos a ele, e que faz com que nosso ajustamento seja nele percebido” (WIENER, 1968 apud MCGARRY, 1999, p. 3); os dados dessa permuta “postos em ordem” (MCGARRY, 1999, p. 6) – “e que existe um ‘eu’ que alega emprestar esta informação para vários tipos e formas de conhecimento” (MCGARRY, 1999, p. 2, grifo do autor), não se poderia pensar memória como uma dessas formas? E se “a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma” para não permanecer “amorfa e inutilizável” e se “deve ser representada para nós de alguma forma e transmitida por algum tipo de canal” (MCGARRY, 1999, p. 11) não se poderia pensar a coleção – representação, forma de ordenação do mundo – como esse canal? Um canal que também é representação: que é representação da representação?

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado, inserida em um projeto de pesquisa que entende as coleções como narrativas e representações de memória: narrativas porque, resgatando a relação entre *coleccionar* e *narrar* (MARSHALL, 2005), propomos que *coleccionar é narrar com objetos* e que as coleções tem algo a nos dizer, são portadoras de mensagens; e representações de memória porque “trazem em si valores atribuídos por seus colecionadores” que “podem ser estendidos e atrelados às construções coletivas retomando a lembranças de todo um grupo social, e refletindo os valores das sociedades do período” (RIBEIRO, 2010, p. 6-7), possibilitando, através da objetificação, a preservação da informação (e, através da informação, a memória) e o comunicar de algo sobre

os colecionadores; funcionando como meio através do qual o colecionador se transmite adiante.

A dissertação se debruça sobre a temática da bibliofilia, tomando como campo os romances da série policial do Detetive Clifford Janeway, escrita pelo norte-americano John Dunning: *Edições perigosas* (1994), *Impressões e provas* (1996), *A promessa do livreiro* (2005), *Assinaturas e assassinatos* (2008), e *O último caso da colecionadora de livros* (2009). Nesses livros, percebe o representar mnemônico de um grupo – os bibliófilos – uma vez que os entende como uma coleção – a coleção do bibliófilo livreiro John Dunning que, através da ficção policial, representa sua vivência bibliófila – de livros, experiências, ideias, personagens...

Para este artigo, detemo-nos no elemento “fontes de informação”, encarando-as como objetos dessa coleção e aquilo que o colecionador dá a ver de si e de seu mundo. Propomos a leitura analítica dos romances sob a perspectiva das fontes informacionais, visando identificar, recortar e descrever estas fontes; entender aspectos colecionistas nelas representados; e traçar a rede informacional desse universo, para assim compreender o que ela tem a nos dizer sobre ele.

## **2 HISTÓRIAS BIBLIODETETIVESCAS**

Clifford Liberty Janeway – narrador-personagem; de certa forma, o duplo de Dunning, colecionador e livreiro de Denver – é um policial bibliófilo. Sua profissão e seu hobby seguem em paralelo, até que um assassinato leva esses dois lados de sua vida a se chocarem. Insatisfeito com a carreira de detetive, Janeway resolve deixar a polícia e concretizar um sonho antigo: virar livreiro. Logo, o aparentemente pacato mundo livresco se revela um campo de trapaças, disputas, roubos e assassinatos. Tem início uma conturbada jornada na qual, a cada romance da série, Janeway é levado a acionar suas habilidades detetivescas para resolver crimes ligados à obsessão bibliófila. Entremeando informações bibliográficas e bibliológicas com narrativa policial, Dunning transporta seus leitores para o universo dos livros, explorando a cada título da série, um critério colecionista específico. Com tramas circunscritas entre as décadas de 1980 e de 1990, os romances representam uma realidade do mundo livresco distinta da atual – anterior à consolidação dos novos modos de circulação informacional instaurados pela Revolução da Tecnologia da Informação (CASTELLS, 1999) – onde as trocas informacionais se dão fundamentalmente via meios impressos ou contato interpessoal. Com o uso de artifícios metodológicos e analíticos, selecionamos, a partir do

recorte efetuado nas obras analisadas, as seguintes categorias de fontes: livros, catálogos, bibliografias, biografias, jornais, revistas especializadas, fotografias e redes interpessoais.

### 3 NAS BIBLIOFONTES, UM BIBLIOUNIVERSO

Tendo como temática central a bibliofilia, os livros ocupam um espaço privilegiado na narrativa de Dunning – como macrocategoria, englobam três das demais categorias de fontes acima citadas: catálogos, bibliografias e biografias – desempenhando seu papel de vetores informacionais, não apenas através de seu conteúdo, mas também através das características de sua materialidade: edição, encadernação, marcas de leitura, dedicatórias. Todos esses elementos são explorados por Janeway como recursos para a resolução dos crimes e também falam de traços específicos do mercado de livros antigos e desse tipo de colecionismo: o que é desejável ou não – “edições originais” (DUNNING, 2007, p. 18); “casos exóticos, autógrafos inusitados e condições impecáveis” (DUNNING, 2007, p. 97) – o que faz um item ser colecionável ou não – “Stevenson não importa. A assinatura dele é tão comum quanto poeira e tem o mesmo valor. O nome de Steinbeck em um pedaço de papel de parede vale trezentos dólares” (DUNNING, 2008, p. 70); “um exemplar de *Nickel mountain*, de John Gardner, impecável como no dia de sua impressão [...] Gardner o assinara, no frontispício, um toque extra – uma vez que ele não assinara mais nada – que praticamente dobrava o valor do livro” (DUNNING, 1996, p. 15, grifo do autor) – sinais que identificam edições mais do que dados bibliográficos – “a primeira edição tem um erro, que foi corrigido nas posteriores” (DUNNING, 2007, p. 158) – indícios de fraude ou falsificação (tipo de papel, irregularidade na costura ou no alinhamento das páginas) – “basta olhar a lombada, e lá está, como um homem que perdeu o braço e recebeu um reimplante” (DUNNING, 1996, p. 117) indicando o arrancar de uma página com defeito e a colagem de uma nova no lugar; “todas as editoras deixam para trás minas terrestres [...] William Morrow, em certa obra [...] pôs apenas dois pontinhos no final da página de *copyright*, em vez de *segunda impressão*”, o que leva “um pobre coitado” colecionador desavisado a gastar uma grande quantia em um exemplar, achando ser valioso, quando vale pouco “por ser uma edição posterior” (DUNNING, 1996, p. 16). Todos esses aspectos veiculam um tipo de informação muitas vezes perceptível apenas àqueles com conhecimento sobre o assunto; o que, nesse universo, onde se “toma dos burros e vende aos espertos” (DUNNING, 1996, p. 60), é essencial.

Os catálogos, bibliografias e biografias aparecem como fontes de apoio e referência, tanto para os negociantes como para os compradores de livros, mas mais para os primeiros. Através dos catálogos – elaborados principalmente pelos grandes livreiros – é possível

descobrir quais ou quantos exemplares de determinados livros se encontram disponíveis (ou se) e onde. Através das bibliografias, os pormenores de cada edição publicada de um autor específico, ou de um editor/impressor específico, etc., o que tanto guia as escolhas de colecionadores quanto ao que comprar como as dos livreiros quanto ao que vender, servindo como parâmetro para salvaguarda de enganos e práticas inescrupulosas – “para um bom livreiro, uma boa bibliografia é melhor do que qualquer ‘vida de’ [...] o autor se revela por meio de seus livros” (DUNNING, 2006, p. 29); ela “revela se um livro contém mapas e ilustrações, e as páginas onde [...] se encontram. Descreve a encadernação” e, caso pertinente, “fornece a contagem das páginas de cada caderno, para que se saiba onde caem as costuras”. Mais importante ainda, “se um impressor comete um erro infinitesimal – por exemplo, se há um *d* amassado na página 212 [...] – torna-se obrigação do bibliógrafo mostrar isso” (DUNNING, 1996, p. 33-34, grifo do autor). Já as biografias – que, segundo as qualidades próprias do gênero histórico-literário, trazem informações a respeito da vida de alguém – ao discorrerem sobre autores ou editores/impressores podem auxiliar no conhecimento e localização de exemplares, ou alimentar o interesse por um determinado personagem – o que pode guiar uma certa coleção.

As revistas especializadas – no caso dos romances, a *AB: Bookman's Weekly*: “a publicação oficial do ramo dos livros raros. A cada semana relaciona centenas de livros, oferecidos e procurados por interessados de todos os cantos” (DUNNING, 2007, p. 89) – têm um papel importante na circulação dos livros e da informação sobre eles. Publicando vastas listas de exemplares à venda e procurados para a compra, além de dados sobre eventos do mercado livreiro como leilões, elas constituem instrumento importante para as trocas entre livreiros e colecionadores: “a publicação oficial do ramo dos livros raros. A cada semana relaciona centenas de livros, oferecidos e procurados por interessados de todos os cantos” (p. 89).

Os jornais podem servir como: “fonte de informação noticiosa”; “documento histórico” e ainda como “fonte de informação para demandas específicas”. No primeiro caso, contribuem para que informações sejam apuradas ou novas notícias veiculadas sejam checadas. Historicamente, determinados fatos, locais e lugares podem ser interpretados de forma mais sistemática. De forma específica, suprem necessidades acerca do mercado livreiro, de leilões, pessoas físicas e jurídicas, etc. (TEIXEIRA, 1998). É através de matérias publicadas em jornais, por exemplo, que Janeway, em *Impressões e provas* (1996), consegue a comprovação de sua teoria de que os colecionadores membros de uma lista de assinantes da Grayson Press foram assassinados, revelando um padrão (DUNNING, 1996).

A fotografia pode servir como reiteração de determinadas informações escritas; em alguns casos como documento de prova (identificação de um lugar, objeto ou pessoa) ou prestar-se a análises iconográficas e comparativas. É com ela, por exemplo, que Janeway, em *A promessa do livreiro* (2006), comprova que Josephine Gallant dizia a verdade sobre o relacionamento existente entre Richard Burton (explorador e escritor) e Charles Warren (coleccionador dos livros de Burton e avô de Josephine) e um indício da procedência do livro de Burton por ele adquirido em leilão, que Josephine alega ter sido roubado de sua família (DUNNING, 2006). Com fotos de cenas de crimes Janeway descobre que livros foram queimados quando do assassinato de seus colecionadores em *Impressões e provas* (1996) – o que o leva a resolução dos crimes – e, através das fotografias rejeitadas para publicação em um jornal, ele consegue comprovar um perjúrio em *Assinaturas e assassinatos* (2008).

De todas as fontes citadas a principal são as redes interpessoais. É através delas que negociantes e colecionadores aprendem sobre livros – “aprendi muito do que sei observando Ruby [livreiro] trabalhar” (DUNNING, 2007, p. 43); “ele [alfarrabista] andou pela loja olhando as estantes. É assim que aprendem, sabe?... Olham os livros, verificam os preços. Nenhum deles usa material de referência, é muito caro, e se atualizam nas livrarias” (DUNNING, 2007, p. 55) – verificam procedências e reputações – “em uma hora eu fizera seis telefonemas para livreiros que conhecia no país, e juntara muitas anotações sobre a Livros Treadwell [loja de livreiros desonestos]” (DUNNING, 2006, p. 63) – dividem erros e acertos e constroem conhecimento que migra para as fontes impressas já que os autores de manuais, catálogos, bibliografias e biografias são os sujeitos que compõem essas redes.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há mais nas fontes informacionais do que o conteúdo que veiculam. Elas podem ser vistas como lugares de memória, representação, testemunhas das sociedades que as produziram e dos sujeitos que as criaram. Como o espelho de um telescópio, elas compõem a imagem de um universo que pode não mais existir – ou existir apenas através delas.

Ao nos debruçamos em obras da literatura policial para nelas buscar empiricamente potenciais suportes de informação e de memória, encontramos, para além destes, elementos teóricos e analíticos para a discussão do mundo da bibliofilia.

#### REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Chieletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?**. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. 10. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Católica do Rio de Janeiro em 21 mar. 2014.

DUNNING, John. **A promessa do livreiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DUNNING, John. **Assinaturas e assassinatos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DUNNING, John. **Edições perigosas**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DUNNING, John. **Impressões e provas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DUNNING, John. **O último caso da colecionadora de livros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **O trabalho de rememoração de Penélope: memória e esquecimento em Walter Benjamin**. 2014. Palestra realizada na Pontifícia Universidade

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **O que é memória social?**. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MARSHALL, Francisco. Epistemologias históricas do colecionismo. **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, p. 13-23, jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero20/episteme20\\_artigo\\_marshall.pdf](http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero20/episteme20_artigo_marshall.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2011.

MCGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

TEIXEIRA, Nísio. Jornais: trajetórias e possibilidades. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra; MACEDO, Vera Amália Amarante (Org.). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 289-313.



## O LIVRO COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA: O CASO DA COLEÇÃO AMIDICIS TOCANTIS

*THE BOOK AS A PLACE OF MEMORY: THE CASE OF COLLECTION AMIDICIS TOCANTIS*

Admeire Silva Santos  
Maria Leandra Bizello

**Resumo:** Trata-se de parte de uma discussão que agrega um estudo ainda em processo de construção, cuja estrutura está voltada para o aprofundamento do conceito de lugar de memória cunhado pelo historiador Pierre Nora na década de 1990 e que visa designar lugares capazes de reter a memória. Dessa forma, o conceito será aplicado a uma coleção de livros, entendidas neste trabalho como objetos em potencial para a retenção da memória. O objeto de estudo é fruto do colecionismo individual e está atualmente institucionalizado na Biblioteca Central da Universidade Federal do Mato Grosso e se trata da Coleção Amidicis Diogo Tocantins, pois esta recebe o nome do es-proprietário em forma de homenagem. Visa identificar se tal conceito contempla a instância em questão. Será apresentado como resultado parcial da pesquisa a explanação da análise referente à visita à instituição, entrevista feita ao responsável pelo acervo e discussões teóricas no panorama dos conceitos trabalhados.

**Palavras-chave:** Colecionismo. Lugar de Memória. Amidicis Tocantins.

**Abstract:** It is part of a discussion that adds a study still under construction, whose structure is focused on deepening the concept of place memory coined by the historian Pierre Nora in the 1990s and aimed designate places able to retain the memory . Thus, the concept will be applied to a collection of books, understood here as potential objects for memory retention. The object of study is the result of individual hoarding and is currently institutionalized in the Central Library of the Federal University of Mato Grosso and it is the Collection Amidicis Diogo Tocantins, because it receives the name of es-owner in the form of tribute. Aims to identify whether such a concept contemplates the instance in question. Explanation of the analysis regarding the visit to the institution, interview the responsible collection and theoretical discussions in the panorama of the concepts developed will be presented as part of the search result.

**Keywords:** Collecting. Place of Memory. Amidicis Tocant.

### 1 INTRODUÇÃO

Ao cunhar o conceito de lugar de memória, Pierre Nora (1981) compreende que a sociedade perdeu seus meios para memória e por isso necessita de lugares para ancorar as lembranças. Refletindo sobre o panorama social atual, em que o consumismo domina a sociedade e existe o desejo de guardar em demasia, o presente artigo analisa a coleção bibliográfica Amidicis Tocantins, institucionalizada na biblioteca Central da Universidade Federal do Mato Grosso.

Portanto, são apresentados os resultados preliminares desta pesquisa, que consiste em uma dissertação de mestrado e pretende construir uma discussão visando identificar se um livro, entendido como um objeto, pode ser um lugar de memória.

Apresenta-se a revisão de literatura que intenta justificar porque, na presente pesquisa, o livro é entendido como objeto, além de explicar o conceito de lugar de memória e sintetizar uma prévia dos dados coletados acompanhados de suas respectivas análises.

Pretende-se prosseguir com a pesquisa visando o cumprimento dos objetivos elencados na dissertação, bem como contribuir com o avanço científico da Ciência da Informação.

## **2 OS LIVROS EM UMA COLEÇÃO ENTENDIDOS COMO OBJETOS**

Etimologicamente, a palavra objeto deriva do latim “*obiectum*”, que significa “atirado adiante, lançado contra, coisa existente fora de nós, coisa disposta diante, com uma característica material: tudo o que se oferece à vista e afeta os sentidos” (MOLES, 1972, p. 13). O objeto está submetido à vontade do homem, auxilia em sua construção social e serve de suporte para significados (MOLES, 1972). Suas nomenclaturas geralmente correspondem às funções que exercem.

Moles (1972) pontua sobre a diferença entre coisa e objeto: coisa é qualquer item disposto ao redor do homem, e objeto é o item que corresponde a uma necessidade humana (MOLES, 1972). O ser humano emprega funções aos objetos, os manipula e os assume para si, e por vez isso estabelece uma função subjetiva que se estende além das funções para as quais foram criados.

Baudrillard (2004) estrutura argumentos pautados nas relações estabelecidas entre o ser humano e os objetos, assim, pontua que o ser humano utiliza a estrutura material para reconstruir o mundo pessoal. Cabe então ressaltar o ponto de vista do autor: “Quando o objeto não é mais especificado por sua função, é qualificado pelo indivíduo: mas nesse caso todos os objetos equivalem-se na posse, esta abstração apaixonada” (BAUDRILLARD, 2004, p. 94). A paixão do indivíduo em munir de significado os objetos, seja apenas um item ou uma coleção, pode alterar o significado da coleção a cada inserção de um novo objeto.

A compreensão do conceito de objeto abarca que o termo não designa apenas o valor usual do item. Por meio Baudrillard (2004) compreende-se que a definição do conceito agrega também o valor simbólico implícito no objeto, pois este reconstitui o universo pessoal do colecionador, sendo questões subjetivas ou fatos ocorridos anteriormente. E por não serem de valor usual, comumente são restritos à admiração e contemplação, mesclando-se com a ideia de sagrado.

Por meio da leitura de bibliófilos tais como Moraes (2005), Mindlin (1997) e outros, foi possível destacar certa semelhança no trato, manuseio e posse do livro com a definição de

objeto, pois para os colecionadores, o livro mais importante na coleção é sempre aquele que está faltando; a coleção possui valor implícito que vai além do significado do livro em si. Os livros, quando analisados separadamente, não possuem o mesmo valor do que no seio de sua coleção; quando considerados raros, são restritos à contemplação e admiração e o manuseio é direcionado para as necessidades do colecionador, em que nem sempre essa necessidade é a leitura.

Por meio de tais discussões e da leitura de bibliófilos que compartilham suas experiências, foi possível entender o livro como objeto e construir reflexões por meio do livro nessa perspectiva. O subtópico a seguir abarca o conceito de lugar de memória constituído pelo historiador Pierre Nora (1981), em que será construído um breve percurso em torno de sua definição para a pontuação mais a frente sobre o livro como um lugar de memória.

### **3 LUGAR DE MEMÓRIA**

Na França, em um período quando se sentia a necessidade de identificar a memória material e imaterial do país, Pierre Nora buscou construir discussões para explicar a memória social do país pensando na importância desta para a sociedade.

A passagem do tempo faz com que as pessoas, para ancorar suas memórias, necessitem de lugares que passam a sensação de continuidade segura, pois para o autor, quando a memória não existe mais, é que se necessita de lugares.

O conceito de lugar remete à experiência humana, pois o ser humano é capaz de dotar um lugar de complexidade. Para Yi-Fu Tuan (1983), existe diferença entre espaço e lugar, sendo o primeiro qualquer ambiente propício a ocorrer ações humanas e o segundo, a pausa existente entre tantos espaços, tendo a segurança como um aditivo a mais.

Assim, o autor afirma que “[...] o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecermos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1983, p.06). Para ser um lugar, na perspectiva de Tuan, é necessário também que o indivíduo disponha de atenção e organização, e que a última seja voltada para a ordenação da vida pessoal correspondente à experiência do sujeito.

Pierre Nora pontua que o sujeito da era industrial perdeu seus vínculos com as tradições e outros fenômenos que auxiliam na construção da identidade, portanto, a vivência é deixada de lado. Assim, surge o que o autor nomeia de Lugar de memória, pois de uma forma materializada vem significar a memória da sociedade.

Diante dessa necessidade de relegar lugares para a memória, surgem alguns impasses. O primeiro identificado é a problemática do excesso, pois se é necessário criar lugares para a

memória, qual é o critério para a criação de um lugar? Dessa forma, as pessoas guardam todos os restos de seu passado, vislumbrando um futuro sem esquecimento. Ressalta-se que arquivamento sem contextualização também gera o esquecimento. Paul Ricouer (2007) afirma que o esquecimento é uma vertente da memória, pois se o indivíduo não esquece, como irá se recordar?

Nora (1981) pontua que um item a ser designado como lugar de memória necessita que se contemplem três instâncias, sendo elas: “material, simbólico e funcional” (NORA, 1981, 21).

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria de deles não participou (NORA, 1981, p. 22).

A fim de garantir a continuidade, sua comunicação deve ser efetivada para que a experiência do lugar de memória seja transmitida por meio dos significados em volta do objeto, e para que a sociedade possa encontrar suportes para a construção da identidade social sem o medo da perda da identidade que permeia a sociedade, além de ser um elo entre os indivíduos e a memória coletiva.

O subtópico que segue discorrerá sobre uma prévia dos resultados da pesquisa de campo, apresentada em forma de texto descritivo. Assim, seguem os resultados preliminares da entrevista e as observações visuais do acervo.

#### **4 COLEÇÃO AMIDICIS TOCANTINS E O ESTADO ATUAL**

O objeto estudado é o acervo bibliográfico Coleção Amidicis Diogo Tocantins, institucionalizado na Biblioteca Central da Universidade Federal do Mato Grosso. Pertencente há mais de 20 anos à instituição, a doação ocorreu no dia 20 de janeiro de 1993 e o acervo contempla mais de 17.300 títulos.

O colecionador era Amidicis Diogo Tocantins, falecido no ano de XXXX. Administrador e poeta amador, colecionava livros que abordavam campos além sua atuação profissional, pois o acervo contém obras de significativa importância para o Estado do Mato Grosso e aborda temáticas tais como a cultura, história e literatura do Estado do Mato Grosso (SIQUEIRA, 1996).

A importância do acervo é ressaltada nos depoimentos da professora Dra. Elizabeth M. Siqueira, responsável pelo tratamento do acervo bibliográfico e arquivos de ordem pessoal situados no Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso, instituição que detém os escritos

do poeta que atualmente encontram-se transcritos no livro *Prosa e Poesia*, organizados também por Siqueira.

Apesar da importância sociocultural do acervo ressaltada por Siqueira (1996) e também descrita em pesquisas de Santos e Albuquerque (2011), o acervo encontra-se em estado de deterioração e necessita urgentemente de medidas preventivas e restauradoras.

Durante a entrevista, o bibliotecário diz que um projeto está sendo pensado a favor da avaliação da raridade bibliográfica do acervo e que a partir disso as medidas necessárias para a recuperação e tratamento do acervo poderão ser tomadas. O bibliotecário afirma que a instituição ainda não conta com pessoal capacitado para tratar da conservação e restauração do acervo e nem dispõe de verbas para promover tal capacitação. Dessa forma, uma parceria com o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), setor da Universidade Federal do Mato Grosso especializada em tratar documentos históricos, será estudada para promover alguma iniciativa em prol do acervo.

O bibliotecário também relatou problemas referentes ao espaço, pois o acervo corrente está crescendo e, devido ao pouco espaço e à margem distante para a ampliação da biblioteca, os funcionários da instituição estão se sentindo condicionados a repensarem a permanência da Coleção Amidicis Diogo Tocantins.

Referente ao acesso, a coleção não fica disponível para livre acesso, não apresenta nenhum tipo de exposição e a comunidade acadêmica não tem conhecimento da importância do acervo. As pessoas que acessam o acervo, de acordo com o bibliotecário, são pesquisadores que buscam por determinada obra, geralmente com edição esgotada, e quando efetuam buscas no catálogo eletrônico da biblioteca e encontram a obra desejada na Coleção Amidicis Tocantins, é porque têm conhecimento da existência da coleção, pois todos os livros estão inseridos no catálogo eletrônico da Biblioteca Central para a pesquisa.

Os livros não estão digitalizados, mas inseridos no catálogo eletrônico. Para consultar a obra desejada, o usuário primeiramente efetua a busca no catálogo online e obtém um número de chamada, e então basta solicitar a consulta da obra ao bibliotecário.

## **5 O LUGAR DE MEMÓRIA E OS LIVROS OBJETOS**

Os lugares de memória são responsáveis por cristalizar a memória, possibilitando o vínculo seguro entre a sociedade e as experiências anteriores dos indivíduos. No entanto, é necessária a contextualização para que as pessoas que não presenciaram o que está sendo tido como lugar de memória, construam imagens vivas sobre os fatos e, para as que viveram, possam encontrar no lugar mecanismos que despertam a memória.

Compreendido como um objeto, o livro permite o desenvolvimento simbólico em torno de sua existência, e os colecionadores podem relegar suas lembranças aos livros-objetos que compõem a coleção. Outro aspecto que pode definir um livro de coleção como lugar de memória é que este contém toda a história em torno de sua fabricação e até mesmo a relevância do conteúdo informacional para a sociedade. Assim, o livro contempla as três instâncias proposta por Nora: material, simbólico e funcional (NORA, 1981, 21).

No entanto, uma importância deve ser ressaltada, no caso da Coleção Amidicis Tocantins: as obras não acompanham o depoimento do colecionador em torno de sua importância, não apresentam nenhum estudo elaborado pela instituição a respeito da importância da Coleção, não existe nenhuma exposição para os usuários compreenderem o acervo e a ordenação deixada pelo colecionador foi alterada. Esses fatores impossibilitam que a comunidade tenha um conhecimento mais amplo da coleção, logo, não permitem e não fornecem meios para a construção da memória coletiva e do entendimento da Coleção Amidicis Tocantins como um lugar de memória.

## **6 CONSIDERAÇÕES**

É possível que a coleção seja entendida como um lugar de memória, no entanto, para que isso ocorra, são necessárias algumas medidas por parte da instituição. Seguem alguns exemplos: a instituição pode recorrer ao órgão competente para habilitar seus funcionários para o tratamento do acervo (o bibliotecário informou que tal medida será tomada emergencialmente, devido ao estado de deterioração do acervo); pode também procurar parcerias com outras instituições para identificar porque as obras que compõem o acervo são relevantes, visto que desde a institucionalização do acervo a administração da biblioteca e da instituição mudou e não existe nenhum documento oficial que relate o processo de aquisição, bem como sua importância.

Com a importância da coleção reconhecida e a recuperação da memória contida na coleção, a instituição poderá promover mecanismo para transmitir tais informações à comunidade acadêmica, visto que a biblioteca pertence à Universalidade Federal do Estado.

A Ciência da Informação, por ser uma área interdisciplinar, tem suporte teórico para respaldar o caminho escolhido pela instituição, pois compreende-se que o trabalho com a exposição e a contextualização de um material abarca um estudo mais aprofundado em torno da coleção e é favorável que os funcionários da instituição busquem auxílio de outros órgãos para melhor justificar a permanência do acervo, a fim de solucionar os problemas de ordem prática e teórica.

## REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

MINDLIN, José. **Uma vida entre livros**: Reencontros com o tempo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Companhia das letras, 1997.

MOLES, Abraham A. Objeto e comunicação. In: *Semiologia dos objetos: seleção de ensaios da revista "communications"*. Petrópolis: Vozes, 1972.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**: Prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir para de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: o problema dos lugares. **Revista do programa de Pós-graduados e do departamento de história da PUC-USP**. São Paulo: [S.I.], 1981.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Unicamp: São Paulo, 2007.

SANTOS, A.S; ALBUQUERQUE, A.C. **A coleção amidicis tocantins da biblioteca central da ufmt: relatos da situação atual do acervo histórico**. SECIN

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Sobre a coleção Amidicis Tocantins**. E-mail recebido em: 17 de agosto de 2010.

TOCANTINS, Amidicis. **Prosa e Poesia**. Cuiabá:UFMT, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

## O LUGAR DE MEMÓRIA: O INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

### *THE PLACE OF MEMORY: THE INSTITUTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO*

Maítha Elena Tosta Graciano  
Maria Leandra Bizello

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é apresentar, no que diz respeito, à constituição da memória tanto individual como também coletiva e, por consequência, a sua influência na construção dos lugares de memória, em especial, àqueles lugares construídos por personalidades públicas da atualidade. Este trabalho é de caráter teórico descritivo explicativo a partir do estudo do caso do Instituto Fernando Henrique Cardoso. Conclui-se que o iFHC é um lugar de memória, pois, abriga consigo a memória materializada, documentada e registrada de uma importante personalidade pública que guarda consigo, não somente documentos particulares, mas também, memória materializada, documentos de caráter e interesse público e coletivo.

**Palavras-chave:** Memória. Lugares de Memória. Instituto Fernando Henrique Cardoso.

**Abstract:** The objective of this paper is to present, with regard to the constitution of both individual as well as collective memory and, consequently, its influence on the construction of places of memory, in particular, those places built by public figures today. This work is descriptive explanatory theoretical character from the case study of the Fernando Henrique Cardoso Institute. We conclude that the iFHC is rather a place of memory, therefore, is home with the materialized memory, documented and recorded in a major public figure who guards can not only private documents, but also materialized memory, character and public interest documents and collective.

**Keywords:** Memory. Places of Memory. Institute Fernando Henrique Cardoso.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a constituição da memória tanto individual quanto coletiva e, por consequência, a sua influência na construção dos lugares de memória, em especial, aqueles lugares construídos por personalidades públicas da atualidade.

O problema que impulsiona a construção deste trabalho parte da excessiva obsessão pela memória apontada por Andreas Huyssen (2000) ou por aquilo que Paul Ricoeur (2007) chama de o “dever de memória”, exposto pela sociedade atualmente. Neste trabalho esse “dever” e “obsessão” foram exemplificados no caso da construção de um lugar de memória como o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) cujo fundador é uma personalidade pública da atualidade e de grande influência no cenário político atual.

Este trabalho inicia com discussões a respeito da constituição da memória e a relação que se estabelece entre a memória individual e coletiva. Apresenta também, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) e, em sequência, uma reflexão a respeito da construção dos lugares de memória na atualidade, em especial, aqueles de personalidades públicas como



no caso exposto, o ex-presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. E, por fim, algumas considerações.

## **2 MEMÓRIA INDIVIDUAL E COLETIVA**

Para Lowenthal, existem três fontes para conhecer o passado, “a memória, a história e os fragmentos”, (1998, p.66). Todos possuem o objetivo de mostrar o passado, no entanto, cada uma dessas três fontes acima citadas traz o passado de uma forma diferente e própria como é afirmado por Lowenthal, “a memória é inevitável e indubitável prima-face, a história é contingente e empiricamente verificável [...] fragmentos não são processos, mas resíduos dos processos”. (LOWENTHAL, 1998, p.66).

A memória configura-se como fonte para conhecer o passado, pois permite de uma maneira mais clara e concreta, ter o conhecimento do passado. Então, por meio da memória há a possibilidade de tomar para si consciência do modo como o passado se deu e, conseqüentemente, sua influência e conseqüências no momento presente e, talvez, até no futuro.

É importante ressaltar que a memória tanto pode ser individual como coletiva, contudo, cada uma possui em si formas diferentes para ver o passado, mas isso não exclui o fato de que a memória coletiva e a memória individual podem sim ter seus caminhos entrelaçados. Diante disso, é possível compreender que para Halbwachs (1990), nenhuma memória é individual a ponto de não existir outra pessoa que tenha participado do acontecimento ou que ao menos saiba do ocorrido. Há dois aspectos claros na caracterização da memória individual, os sentimentos sobre tais fatos acontecidos e o compartilhamento desses fatos com outros. De maneira que o compartilhamento pode ser entendido como a sustentação de outra possibilidade de constituição de memória, isto é, a memória coletiva.

Para Pollak (1992, p.4), “a memória é um fenômeno construído”, e, portanto, a representação do indivíduo através da sua imagem é criada a partir dos subsídios dados pela memória. Então, considerando ser o passado como algo a ser memorizado, faz-se necessário uma seleção do que será memorizado ou não, assim, como afirma Pollak, “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. (POLLAK, 1992, p. 4). Cabe ressaltar que essa seleção ocorre tanto na memória individual como, também, na memória coletiva.

É passível de compreensão a relação que se dá entre a memória coletiva e a memória individual quando se tem em mente e compreende que todo e qualquer indivíduo,

necessariamente, está inserido em uma sociedade, sendo, dessa forma, membro de uma determinada sociedade em um determinado contexto social, e, assim, esse mesmo indivíduo tende a incorporar suas memórias, nesse contexto, de modo a compor a memória coletiva.

A característica seletiva da memória é destacada por Lowenthal (1998) ao afirmar que é necessário “esquecer para lembrar”, pois, se não, seria, praticamente, impossível o desenvolvimento do nosso presente e sua guarda para o futuro.

A partir disso, é possível considerar ser a memória possuidora de um mecanismo de seleção prévia daquilo a ser guardado para ser lembrado posteriormente, isto é, nada mais do que “a necessidade de se utilizar o conhecimento da memória e de esquecer assim como recordar força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente”. (LOWENTHAL, 1998, p. 77).

Contudo, não se deve acreditar que a memória seja algo estático, parado, preso no tempo e no espaço, pois ela possui, como uma de suas características, a dinâmica, sendo então, a memória algo dinâmico.

Em torno da memória (coletiva e/ou individual) destaca-se, como fator preponderante para a constituição do sentimento de identidade, e/ou até mesmo, para a constituição da cidadania, a seguinte afirmação de Pollak:

A memória é um sentimento de unidade ou de continuidade, podemos observar fenômenos patológicos. Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante no sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 5).

Lowenthal afirma que “relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos”. Lowenthal justifica sua afirmação assim, “nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passada nos liga a nossos *selves* anteriores, por mais diferentes que tenhamos nos tornado”, (LOWENTHAL, 1998, p. 83).

Dado o exposto, entende-se que se faz necessário algo ou algum lugar material, simbólico e funcional como infere Nora (1993) para que essa memória seja devidamente organizada e, conseqüentemente, exposta e, assim, o seu acesso seja possível. A partir disso, é possível considerar tanto o Arquivo ou uma Biblioteca, ou ainda, um Museu como sendo esse lugar.

Cabe ressaltar que esses locais devem e podem permitir a aproximação dos indivíduos constituidores da sociedade a qual estão inseridos, da sua identidade, transformando e

desenvolvendo assim a sua cidadania. A partir disso, fica evidente, no caso do Arquivo, o seu papel social em meio à sociedade a qual está inserido.

### **3 INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (IFHC)**

O Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC) é uma organização privada custodiadora da documentação do seu próprio fundador, Fernando Henrique Cardoso, uma personalidade pública, cuja documentação abrange documentos do período em que o seu fundador foi ministro e presidente da República do Brasil, além dos documentos pessoais e documentos de seus estudos enquanto sociólogo e professor universitário.

O IFHC possui um variado acervo composto de textos, cartas, livros, anotações, fotografias, objetos, vídeos cuja distribuição se dá de três maneiras: documentos textuais, iconográficos, audiovisuais e sonoros.

A criação e a fundação do instituto foram possibilitadas devido a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que discorre sobre “acervos privados dos presidentes da República”, e o acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso é respaldado pela Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que discorre sobre “a política nacional de arquivos públicos e privados”. O instituto foi inaugurado em maio de 2004 na cidade de São Paulo.

É por meio da Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 que restabelece princípios da Lei nº 7.505 de 2 de julho de 1986 onde institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências, isto é, a Lei Rouanet que o IFHC têm recebido recursos para o amparo às atividades ligadas ao tratamento técnico do Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso e algumas atividades do próprio instituto. Cabe ressaltar que a Lei Rouanet se faz fundamental para o IFHC, pois é a partir dela que o próprio instituto se apoia para fomentar financeiramente a grande maioria de suas atividades culturais e de manutenção e conservação de seu acervo.

O acesso ao acervo do IFHC se dá por três modos de pesquisa, que pode ser realizada pelo acesso ao endereço eletrônico do Instituto, [www.ifhc.org.br](http://www.ifhc.org.br), através da busca feita por palavras-chave, ou então, no Portal do Acervo, onde os documentos são liberados para consulta, à medida que estiverem em formato eletrônico. Para pesquisas mais complexas, destinadas a especialistas, o IFHC fornece um endereço de e-mail para contato. O guia do “Acervo Presidente Fernando Henrique Cardoso” é dividido em três períodos: pré-presidencial, presidencial e pós-presidencial.

### 3.1 O iFHC como um lugar de memória

Neste trabalho, Arquivos, Bibliotecas, Museus e Centro de documentação são entendidos como “lugares de memória”. Desse modo, destaca-se a definição dada por Nora do que são esses lugares de memória,

Lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente matéria, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe aura simbólica. (NORA, 1993, p.21).

A partir dos anos 1980, há uma intensa e acelerada produção de informação registrada, isto é, uma tendência à documentação, consequência do desejo de guardar as vivências e/ou acontecimentos históricos, ou seja, tudo aquilo que de alguma forma exige o não esquecimento e, portanto, uma “obsessão” necessária, como considera Huyssen (2000), ou, como considera Paul Ricoeur (2007), o “dever de memória” pela memória, isto é, pela preservação da própria memória.

É possível ser essa “obsessão” pela memória ou esse sentimento de “dever de memória”, consequência da diminuição da prática contínua da capacidade seletiva da própria memória nas sociedades atuais, e, a partir disso, ocorra esse despertar para uma “necessidade” de guardar e lembrar-se de tudo.

Então, é possível considerar ser a partir desse interesse que surgem os lugares de memória. Daí a afirmação de Nora, veem no sentido de confirmar que

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais [...]. (NORA, 1993, p. 13).

Na verdade, muitas vezes, para que seja possível compreender o presente faz-se necessário olhar o passado. Dessa forma, se faz necessária a preservação dessas memórias para a construção e compreensão do futuro. É necessário compreender essas memórias de forma materializada, registrada e documentada, de modo que passam a ter uma relação direta com o Arquivo enquanto instituição, e, enquanto, lugar de memória, isto é, o arquivo permanente.

A partir disso, entende-se que o arquivo, nesse caso, o arquivo permanente, possui um caráter social ao permitir a aproximação do cidadão comum e, também, do seu já conhecido público, pesquisadores e historiadores, com a sua identidade, com a sua história, com a história da sociedade a qual está inserido, ajudando dessa maneira, não somente nas pesquisas, mas também, no desenvolvimento da cidadania e da cultura desses indivíduos.

Dessa forma, então, pode-se considerar o arquivo, não somente como um lugar de memória ou como um guardião da memória, mas e também, como um espaço de referência e de fomento tanto à produção de conhecimento (pesquisa científicas e históricas), como também para desenvolvimento sociocultural da sociedade a qual pertence.

Dado o exposto, cabe ressaltar as palavras de Nora a respeito da relevância da existência dos lugares de memória.

A razão dos lugares de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisa, imortalizar a morte, materializar o imaterial, o ouro é a única memória do dinheiro – prender o máximo de sentido num mínimo de sinais é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, incessante ressaltar de seus significados e silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p. 22).

#### **4 CONCLUSÕES**

Neste trabalho buscou-se apresentar a relação que se estabelece de forma direta entre a memória individual e a coletiva, bem como apresentar o motivo pelo qual, atualmente, há uma “obsessão pela memória” e, principalmente, pela construção material de lugares que preservem a memória seja coletiva ou individual como no caso que foi exposto do iFHC.

Levando-se em consideração o que foi exposto neste trabalho, fica evidente a memória está inserida no âmbito da cultura, da cidadania e no âmbito da recuperação e manutenção da identidade de grupos sociais e, por que não dizer, das personalidades públicas e de seus lugares de memória.

A partir disso, conclui-se que o iFHC é sim um importante lugar de memória, pois, abriga consigo a memória materializada, documentada e registrada de uma importante personalidade pública que por oito anos esteve a frente do governo federal da República Federativa do Brasil, assim como ocupou outros cargos públicos no governo. De modo que o iFHC guarda consigo, não somente documentos particulares, mas também, memória materializada, documentos de caráter e interesse público e coletivo.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 7505, de 02 de julho de 1986. Brasília, 1986.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Brasília, 1991a.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Brasília, 1991c.

BRASIL. Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Brasília, 1991b.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela Memória**: Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Disponível em: <http://www.ifhc.org.br>. Acesso em: 26 jun. 2014.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n.17, p.63-180, nov. 1998.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Pós Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 5n. 10, 1992.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

## O DOCUMENTALISTA COMO ETNÓGRAFO: UMA REFLEXÃO SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE ARQUIVOLOGIA E ANTROPOLOGIA

*INFORMATION OFFICER AS AN ETHNOGRAPHER: INFORMATION OFFICER AS AN ETHNOGRAPHER*

Maristela Costa Martiniano  
Rubens Alves Silva

**Resumo:** A proposta deste texto é apresentar a pesquisa que está em desenvolvimento para elaboração de dissertação de mestrado. Focada na análise documental do arquivo pessoal do pesquisador mineiro Nelson Coelho de Senna, que consiste na reunião de documentos textuais (anotações, rascunhos) e iconográficos (fotografias, desenhos) acumulados ao longo dos 50 anos de viagens e observações do produtor pelo território de Minas Gerais. O material analisado encontra-se no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e foi inventariado no ano 2000, trazendo à tona uma gama enorme de assuntos que foram suscitados pelo pesquisador e são passíveis de estudos que os tratem de forma vertical e aprofundada. O objetivo deste estudo é evidenciar a relevância do trabalho de campo dentro do arquivo, reunindo condições para se apurar questões relativas à antropologia étnica a partir de registros documentais e desenvolver um trabalho de relevância significativa no campo da Ciência da Informação. Os procedimentos metodológicos utilizados nessa fase inicial do trabalho são o método etnográfico, pesquisa documental e análise de conteúdo. Os resultados são parciais, mas consistem no levantamento e exploração de conteúdo in loco delimitando como referência empírica do estudo uma investigação a partir dos conceitos da arquivologia com um olhar antropológico. Como conclusão do recenseamento documental averiguado nesta etapa, tem-se a noção da riqueza das informações contidas no fundo em questão e que necessitam de dedicação na análise.

**Palavras-chave:** Arquivo pessoal. Informação. Etnografia. Arquivologia.

**Abstract:** The purpose of this is to present the research that is being developed for preparation of dissertation. Document analysis focused on the personnel file of the mining researcher Nelson Coelho de Senna, who is the meeting of textual documents (notes, drafts) and iconography (photographs, drawings) accumulated over 50 years of travels and observations from producer through the territory of Mines general. The analyzed material is in the Public Archives of the City of Belo Horizonte and was inventoried in 2000, bringing to light an enormous range of issues which were raised by the researcher and are amenable to studies that address the vertical and depth. The aim of this study is to show the relevance of fieldwork within the file, herding conditions to determine issues relating to ethnic anthropology from documentary records and develop a work of significant importance in the field of Information Science. The methodological procedures used in this initial phase of the work are the ethnographic method, documentary research and content analysis. The results are partial, but consist in the survey and exploration of content-spot delimiting an empirical study reference from an investigation of the concepts of archival with an anthropological look. As a conclusion of the documentary census ascertained at this stage, there is the notion of the wealth of information contained in the fund in question and need dedication in the analysis.

**Keywords:** Information Science. Anthropology. Archivology.

## INTRODUÇÃO

Transmutar o campo etnográfico para dentro de um arquivo documental é um dos traços de provocação presente neste trabalho, que versa sobre a complexidade de uma pesquisa de campo onde o interlocutor está ausente. Ou seja, “trabalhar em campo” como é compreendido pela antropologia, mas aos moldes da arquivologia, ressaltando a ordenação dos registros de forma melhor propiciar a investigação fluida destes documentos.

A interlocução entre temas da arquivologia e antropologia é fomentada pela Ciência da Informação, como uma Ciência Social Aplicada que é, e que preza por este diálogo. Jardim atenta para esta possibilidade.

O quadro atual dos estudos no campo da informação, aí incluída a Arquivologia, traz implícita uma hipótese e convida-nos a debruçarmos sobre ela. Esta hipótese é a de novas e variadas dimensões no campo arquivístico. Quando nos referimos à palavra “dimensão”, remetemo-nos a medidas, tamanhos, extensão, enfim, a espaços. No caso, a espaços de conhecimentos arquivísticos. Refletirmos sobre novas dimensões da Arquivologia, leva-nos, portanto, à hipótese de que a área encontra-se em vias de um profundo redimensionamento, num processo reestruturador dos seus espaços. Espaços científicos, tecnológicos, sociais. Espaços de crise e crescimento (JARDIM, 1999,p.1).

Quanto à utilização de arquivos como campo de trabalho Frehse pensa o seguinte:

O que implica, num primeiro momento, definir algumas peculiaridades que envolvem a investigação quando o arquivo é o campo, cenário físico amplo e diversificado onde podem ser buscados os objetos de reflexão do antropólogo. Veremos que se trata de um campo bem específico, que nutre muitas diferenças, mas também possui algumas importantes semelhanças, com a noção de “campo” em seu sentido clássico na antropologia: a de um cenário físico no qual o antropólogo realiza, frente a frente com os sujeitos que estuda, a observação participante das práticas culturais cujos significados lhe interessa apreender. (FREHSE, 2005,p.132)

Este texto traz como proposta a perspectiva de conceber em um arquivo pessoal, um vasto campo etnográfico e fecundo para estudos étnicos- sociais. Tendo em vista que o produtor dedicou-se como um “etnógrafo”, explorando algumas cidades mineiras, com destaque às comunidades indígenas e quilombolas.

O intuito maior é fazer uma análise documental a partir de um arquivo pessoal específico, cujo desde a publicação do inventário, confere uma noção da quantidade de informações relevantes à história de comunidades encontram-se contidas no arquivo.

## OS ARQUIVOS

O interesse pelo arquivo pessoal Nelson de Senna veio a partir do estágio não obrigatório realizado no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), no segundo semestre do ano de 2010, onde apesar de não trabalhar diretamente com o acervo houve um



contato esporádico e daí um interesse para trabalhos futuros pelas questões étnicas ali encontradas.

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte é um órgão da Prefeitura subordinado a Fundação Municipal de Cultura. Criado em 1991 é responsável pela gestão, guarda, preservação e acesso dos documentos produzidos ou recebidos pelo poder executivo municipal. Tem como objetivo a preservação dos acervos documentais produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Municipal, também dos documentos privados de interesse público, com isso atenta auxiliar a transparência das operações da administração pública, coadjuvar na pesquisa científica, na proteção dos direitos do cidadão e no desenvolvimento da identidade social do belo-horizontino.

O Arquivo pessoal Nelson de Senna foi doado ao APCBH em abril de 1999 e reúne a produção de suas numerosas atividades, seu relevante espólio intelectual e político, onde se destacam os manuscritos de seus trabalhos sobre os nomes dos lugares em linguagem indígena e africana, e as heranças linguísticas em Minas Gerais. Por esses e por outros temas presentes em sua pesquisa tornou-se um arquivo de relevância e interesse público.

## **ARQUIVO PESSOAL**

O arquivo pessoal traz consigo, muito das impressões do produtor. Mas não deixa de apresentar gravado em si, a influência do tempo e espaço social em que foram recolhidas tais informações. E é justamente este tempo e espaço apresentados, mesmo que indiretamente, que faz de interesse público e social alguns arquivos pessoais. Bellotto explicita o arquivo pessoal da seguinte maneira.

O arquivo pessoal como fonte de pesquisa apresenta variantes que convém explicitar. Ele pode ser usado como documentação básica, como documentação alternativa, como documentação subsidiária ou como documentação paralela. O mesmo conjunto documental serve de uma forma ou outra em relação à pesquisa proposta. Isso depende do tema, das hipóteses levantadas, da perspectiva da abordagem do próprio fio condutor que o documento evidencia ao historiador e não o contrário. (BELLOTTO,2006,p.268)

Sobre o arquivo pessoal de valor histórico social Heymann descobre com tais palavras:

A relação entre memória e identidade é um tema clássico, já que os grupos se fundam também sobre o compartilhamento de uma memória comum. Ao emergir na cena social afirmando sua identidade, os grupos trazem à luz uma memória para qual buscarão reconhecimento no espaço público. Mais do que isso, entre as lutas por direitos, ganha lugar aquela que procura não só manter viva uma memória particular, mas também conquistar espaço no discurso histórico valendo-se de uma revisão das interpretações sobre o passado, figurar nos livros e manuais escolares e ver-se incluída no calendário oficial de comemorações. Essas reivindicações têm como objetivo, muitas vezes, reparar o silêncio e a invisibilidade que marcam a

trajetória dessas coletividades, assim como promover sua integração à história de uma nação à luz de nova perspectiva. (HEYMANN, 2012,p.18)

## **O ARQUIVO DOCUMENTAL COMO CAMPO ETNOGRÁFICO**

A complexidade de se fazer do arquivo documental um campo de trabalho etnográfico vem da impossibilidade de interlocução direta com a comunidade em questão. Porém a partir das leituras é possível extrair das impressões do pesquisador e intentar a dimensão latente a pesquisa antropológica nos arquivos. Como cita Porto.

A etnografia do arquivo assenta nas anotações relativas a correspondências, analogias, regularidades, remissões, ou o seu reverso, que os arquivos disponibilizam, isto é, assenta nos registros de outrem das suas próprias experiências, historicamente circunscritas, na maioria dos casos não controláveis por esse directo, “naturalizados” (nas classificações e ordenação pela estrutura terminada do arquivo). A etnografia de um arquivo parte, necessariamente, dessa condição do arquivo: que ele se protege de facto de ser um arquivo, mas que enquanto tal, é um produto específico da articulação de estruturas e agências concretas. (PORTO,2000,p.127)

A apreciação através de documentos exige uma interpretação de entrelinhas posto que não seja possível manter uma das relações primordiais da etnografia, a relação observador e observado na qual se olha, ouve-se, escreve-se. Ao pesquisador que analisa as anotações é reservada a transcrição fiel do encontrado nos arquivos, mas esta provavelmente será uma informação fragmentada que necessita de junção crítica através de textos, fotografias, anotações gravuras.

## **MÉTODO ETNOGRÁFICO**

O termo etnografia, vem do grego *ethono*, que designa nação, povo; *egraphein*, ou seja, escrever; é a soma de técnicas utilizadas para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e o comportamento de certo grupo social o que podemos entender como cultura. Geertz em A interpretação das culturas fala sobre a cultura da seguinte forma:

[...] O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado. (GEERTZ,1989,p.15)

Esta metodologia de pesquisa qualitativa teve sua origem na antropologia cultural. Oliveira a define como:

[...] um método científico de pesquisa empírica, segundo o qual partimos dos ritos para chegar aos sentidos desses ritos, expressos por aqueles que deles participam para, enfim, construirmos o significado, ou seja, aquilo que resulta da interpretação etnográfica do pesquisador (OLIVEIRA, 2000, p.22)

E é justamente este um dos grandes desafios da pesquisa aqui apresentada, fazer uma pesquisa tão perto quanto seja capaz de observar costumes, crenças, hábitos, valores, práticas. E tão longe se tratando de documentos de arquivo.

## **PESQUISA DOCUMENTAL**

Como explanado anteriormente o encanto pelo arquivo se deu através da visão da possibilidade de investigação de um campo fértil de informações ainda inexploradas.

A pesquisa documental é aplicada a documentos que não receberam tratamento analítico e são passíveis de reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa. Entre os documentos que recebem uma análise inicial, há também os que já sofreram alguma avaliação, mas ainda assim podem sofrer alterações de acordo com outras interpretações avaliadas pela pesquisa.

## **ANÁLISE DE CONTEÚDO**

Bardin analisa o termo análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47)

O autor cita ainda três fases segundo ele, primordiais a análise de conteúdo (pré análise, exploração do material e tratamento de resultados, que engloba a interferência e a interpretação) e que esta pesquisa apresenta interesse em aprofundar no decorrer do trabalho em andamento.

## **CONCLUSÕES**

Por tratar-se de um trabalho de pesquisa ainda em início de desenvolvimento, em fase de captação de materiais relevantes á pesquisa as conclusões são ainda um pouco confusas. E tramitam o furor de acesso à vida acadêmica e o questionamento das possibilidades vindouras.

A complexidade para fazer o cruzamento das representações culturais através dos documentos de forma crítica levanta algumas questões:

Por que tais informações contidas nesses documentos são relevantes para pesquisa?

Será possível extrair de documentos as expressões culturais neles contidos, através do olhar do produtor e transforma-las em resultados de interesse social e científico?

Há realmente uma necessidade de conjugar saberes da arquivologia e da antropologia para realização desta pesquisa?

O que este texto tem a constatar até o momento é que a partir da interpretação etnográfica-documental, será possível deixar sua contribuição social, pelo teor cultural contido nos arquivos, como também a contribuição científica, pela junção de dois campos (antropologia, arquivologia), e pelos métodos de pesquisa que serão abordados.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

FREHRE, Fraya. Os informantes que jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n.36. julho-dezembro de 2005. p.131-136.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões**. In.: Seminário CPDOC 35 anos: A Interdisciplinaridade nos estudos históricos, 2008, Rio de Janeiro. <Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)> Acesso em: 25 jul. 2014.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: UNESP, 2000.

PORTO, Nuno. **O museu e o arquivo do Império**. In: BASTO, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de, e FELDMAN-BIANCO, Bela. Trânsitos Coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas (SP): UNICAMP, 2007.

## DISCURSO DOCUMENTAL E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DOMÍNIOS: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA ANÁLISE DE DOMÍNIO

*DOCUMENT'S DISCOURSE AND SOCIAL REPRESENTATION OF DOMAINS: A PERSPECTIVE FROM DOMAIN ANALYSIS*

Cynthia Maria Kiyonaga Suenaga  
Brígida Maria Nogueira Cervantes

**Resumo:** O objetivo deste estudo é verificar por meio da literatura das áreas de Organização do Conhecimento, Análise de Domínio e Arquivística modos de se compreender a estrutura de conhecimento proveniente dos Arquivos. Trata-se de pesquisa bibliográfica de natureza documental e caráter qualitativo, na qual busca-se a reunião do referencial teórico que fundamenta a Análise de Domínio no contexto da Organização do Conhecimento e verifica-se se há uma aproximação possível que permita compreender a estrutura de conhecimento no Domínio da Arquivística, particularmente considerando o discurso subjacente registrado nos Documentos, que são considerados neste estudo como representações sociais de Domínios. Conclui-se que a Análise de Domínio oferece opções de estudo e aplicação válidas para a Organização do Conhecimento, incluindo a memória social, tanto na Arquivística, como em outras áreas do conhecimento ou Domínios.

**Palavras-chave:** Arquivística. Análise de Domínio. Discurso documental. Representações Sociais de Domínios.

**Abstract:** The aim of this study is to verify through the literature from the areas of Knowledge Organization, Domain Analysis and Archival Science ways of understanding the structure of knowledge from the Archives. It is a research based in literature, of documentary nature and qualitative emphasis, in which it is sought to meeting the theoretical framework underlying the Domain Analysis in the context of Knowledge Organization and verify if there is a possible approach that allows us to understand the structure of knowledge in the archival science domain, particularly considering the underlying discourse recorded in documents, which are considered in this study as social representations of domains. We conclude that the Domain Analysis offers options of study and application valid for Knowledge Organization, including social memory, both in Archival Science, and other areas or domains of knowledge.

**Keywords:** Archival Science. Domain Analysis. Document's Discourse. Social Representation of Domains.

### 1 INTRODUÇÃO

A preocupação com uma possível análise de informações documentais, visando o conhecimento, conduz à busca de metodologias para se estruturar e ordenar o conhecimento armazenado na forma de documentos individuais ou de conjuntos documentais no interior dos arquivos. Para Lopes (1997) Arquivística carece da evidência de que ao classificar informações, trabalha-se com aquilo que é conhecido, envolvendo a hermenêutica das ações humanas e a interpretação do sentido. A estruturação das informações contidas nos documentos, visando à organização do conhecimento, poderia ser um avanço possível para a área.

A abordagem domínio-analítica, segundo Hjørland e Albrechtsen (1995, tradução nossa) parte da premissa de que os domínios de conhecimento, disciplinas ou profissões, não indivíduos e suas faces biológica, filosófica e psicológica é que constituem o conhecimento. Os indivíduos devem ser vistos como parte de grupos de trabalho, de pensamento ou de comunidades de discurso e desta forma apresentam um caráter social (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995).

Seguindo a linha de pensamento de Hjørland e Albrechtsen (1995), é necessário identificar e compreender a comunidade discursiva que constitui o domínio a ser estudado em qualquer área, disciplina, instituição ou organização. Diante do exposto este estudo busca compreender como a abordagem da Análise de Domínio no contexto da Organização do Conhecimento em CI pode contribuir para a compreensão da estrutura de conhecimento presente no Domínio da Arquivística?

O objetivo desta pesquisa é verificar por meio da literatura das áreas de Organização do Conhecimento, Análise de Domínio e Arquivística modos de se compreender a estrutura de conhecimento proveniente dos Arquivos.

O esquema metodológico enquadra-se como pesquisa bibliográfica de natureza documental e caráter qualitativo, na qual se busca a reunião do referencial teórico que fundamenta a Análise de Domínio no contexto da Organização do Conhecimento e verifica-se se há uma aproximação de seus conceitos e objetivos com as investigações informacionais no Domínio da Arquivística, particularmente considerando o discurso subjacente registrado nos Documentos, que são considerados neste estudo como representações sociais de Domínios.

## **2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO: A ANÁLISE DE DOMÍNIO**

Desprovidos de documentos e de sua organização a geração de conhecimento, a ciência e a aplicação de estudos não poderiam existir. A busca por identificação do conhecimento presente nos arquivos possibilita observar a forma como o conhecimento é construído socialmente e historicamente, sendo, naturalmente, delineado pela comunidade de discurso que forma cada domínio e que produz cumulativamente cada arquivo.

Capurro e Hjørland (2007) afirmam que os critérios para que se considere algo como informação são constituídos por processos socioculturais e científicos e que os usuários deveriam ser vistos em situações concretas em meio a organizações sociais e domínios de conhecimento. Os autores usam como exemplo uma pedra, que representa diferentes tipos de informação para um geólogo e para um arqueólogo, a informação sobre a pedra pode ser

mapeada por meio das estruturas coletivas de conhecimento produzidas pela geologia e pela arqueologia.

Barité (2012) afirma que nos últimos anos a Organização do Conhecimento vem se dedicando ao desenvolvimento de estruturas de conceito com finalidades distintas, que podem estar presentes na biblioteconomia, na arquivística e na informática, visando organizar recursos informacionais para recuperação e uso. Na Organização do Conhecimento, o objeto a ser estudado são as estruturas conceituais e sua representação extrapola o conhecimento expresso pelo autor de um documento, de um estudo, ou de um sistema de Organização do Conhecimento, uma vez que reflete uma visão consensual da realidade representada no produto resultante do processo de organizar o conhecimento.

A noção de Domínio está relacionada com o âmbito do conhecimento ou da experiência humana e se caracteriza pela atenção dada aos limites de especialização, das práticas ou dos interesses próprios de uma comunidade de usuários, a ideia de Domínio não se restringe à de ciência ou disciplina. O Domínio se constitui em um universo autônomo e mais ou menos autossuficiente, que se apoia em uma estrutura de conceitos relacionados entre si sob uma perspectiva comum (BARITÉ, 2013).

O *corpus* teórico geral e a noção de domínio, entendida como comunidade unida por identidades comuns que possuem o sentido particular de representar uma informação, mantêm uma correspondência como objetivo fundamental da CI, o de participar e liderar todos os processos e fases do ciclo de vida da informação (HJØRLAND, 2003; TIRADOR RAMOS, 2010).

Swales (1990) elenca seis características (Quadro 1) que considera necessárias para definir um grupo de indivíduos como uma comunidade de discurso.

Quadro 1 – Características das Comunidades Discursivas.

Nº	Característica	Descrição
1.	Conjunto de objetivos públicos comuns de amplo acordo	O compartilhamento de objetivos e não do objeto de estudo é o critério para se conceituar um agrupamento como uma comunidade de discurso.
2.	Mecanismos de intercomunicação entre seus membros	Ex: reuniões, telecomunicações, correspondências, <i>newsletters</i> , conversas, entre outros
3.	Uso dos mecanismos participativos para troca de informação e <i>feedback</i>	A adesão a uma comunidade de discurso implica utilizar-se das oportunidades informativas disponibilizadas pelo grupo.
4.	Desenvolvimento de conjuntos de gêneros	Na promoção de seus objetivos, a comunidade de discurso desenvolve expectativas discursivas que podem envolver a apropriação de tópicos, a forma, a função e posicionamento dos elementos discursivos e os papéis que o texto desempenha no funcionamento

		da comunidade.
5.	Aquisição de léxicos específicos	Utilização de siglas e abreviações que são desenvolvidas para os objetivos comunicacionais de membros da comunidade discursiva, estas não são de fácil compreensão para novatos ou pessoas de fora da comunidade.
6.	Um limiar de membros com um grau adequado de conteúdo relevante e expertise discursiva	A sobrevivência da comunidade discursiva depende de uma boa relação percentual entre novatos e especialistas.

Fonte: Elaboração própria, fundamentada em Swales (1990).

Na comunidade de discurso as necessidades comunicativas voltadas para o cumprimento de metas ou objetivos tendem a predominar no desenvolvimento e manutenção de suas características discursivas, trata-se de um grupo de pessoas que se ligam em primeiro lugar para perseguir objetivos comuns. (SWALES, 1990).

O discurso em pauta é fundamentado nos estudos de linguagem e educação e na visão de Foucault de que o discurso possui uma disposição para criar o objeto assim como é criado por ele. Conforme Bragd *et al* (2008) a noção de comunidade discursiva surgiu a partir da abordagem de Foucault para o estudo do discurso. Para Foucault (2008) o discurso constrói-se por meio dos signos, as representações, o discurso não é meramente o que revela o desejo ou o encobre, é também o objeto do desejo, pois o discurso traduz as lutas ou os sistemas de dominação e, portanto, quem expressa o discurso expressa o poder dominante e pode influenciar o seu entorno. Entendido desta forma o discurso é unificante, no sentido de que une falas ou pensamentos semelhantes ou concordantes, levando ao desenvolvimento de grupos que hoje podemos chamar de comunidades discursivas.

### **3 DOMÍNIO ARQUIVÍSTICO E DISCURSO DOCUMENTAL: ANÁLISE E RESULTADOS**

Os arquivos, de acordo com Delmas (2010, p. 21), “servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se”. Provar para defender direitos e para cobrar deveres de outrem; lembrar-se para buscar subsídios em experiências anteriores; compreender para entender aquilo que outros fizeram ou descobriram e está registrado em documentos; e identificar-se promove as relações humanas pela transmissão da memória social.

Segundo Barité (2012) na construção da memória social é irremediável que poucas pessoas ou grupos delimitados estejam envolvidos e estes carregam consigo o juízo de seus contemporâneos em sua interpretação da “verdade”. Diante do exposto a Análise de Domínio apresenta-se como princípio teórico-metodológico fundamental para a investigação da memória social por meio da identificação de comunidades discursivas como o elemento constituinte de domínios de conhecimento delimitados.



A memória social é um valor intangível, mas que fixa determinadas formas de pensar, conceber ou entender e provoca reescrituras, questionamentos e mudanças nas percepções de grupos sociais, os processos da Organização do Conhecimento contribuem para tecer o tecido da memória Barité (2012), especialmente se tais processos associarem-se à concepção discursiva das comunidades que constroem consciente ou inconscientemente as representações sociais de domínios que constituem essa memória.

A AD se interessa pelo modo como o conhecimento é construído nas comunidades discursivas na busca de objetivos comuns e pelas relações de seus indivíduos com os processos comunicativos, visando ao desenvolvimento de formas de organizar o conhecimento. A construção coletiva de conhecimento e a fixação da memória social ocorrem em meio a processos comunicativos nos quais a linguagem é essencial.

A linguagem tem se tornado uma das mais dinâmicas ferramentas de muitas profissões em que o contato oral e escrito com o público em geral forma o núcleo do trabalho profissional. Telefonemas, reuniões, negociações e conferências se tornaram a pedra fundamental de contatos profissionais. Na maioria dos casos, esses eventos falados são intermediados, precedidos e seguidos de práticas escritas, levando a uma abundante produção de memorandos, relatórios, contratos, trâmites, entre outros. A comunicação efetiva em discurso é escrita, não apenas entre o grupo profissional, mas também entre diferentes grupos especializados e leigos, é absolutamente vital para a sociedade funcionar apropriadamente (NORDBERG; LINELL; GUNARSON, 1997).

A materialidade dos discursos da comunidade discursiva concretiza-se por meio da institucionalização e socialização do discurso na sua formalização em textos, em seu sentido amplo, incluindo escrita, visual, audiovisual (SALES, 2011). Os textos, nessa direção, são discursos materializados, institucionalizados e socializados por meio dos documentos. O discurso documental pode ser visto como um saber científico que se constitui na relação com as instituições, com os sujeitos da ciência, no caso de pesquisadores estudando determinado tema de arquivo ou no arquivo, e com os meios de circulação do saber. Este discurso se materializa por meio dos textos documentais (NUNES, 2008).

Em um ambiente de arquivo todas as características de comunidade discursiva (ver quadro 1) estão presentes: o objetivo dos arquivos é o mesmo, salvo as especificidades de cada acervo; apresentam mecanismos de intercomunicação que são efetivamente utilizados para troca de informações e feedback; apresentam gêneros próprios de documentos tais como Tabelas de Temporalidade de Documentos (TTD), Termo de Descarte de Documentos (TDD)

e respectivas siglas; e apresentam e necessitam para seu funcionamento adequado de um limiar de Arquivistas com formação universitária.

Sales (2011) indica que o entendimento dos domínios como reflexo do discurso, sua materialização na forma de texto e sua institucionalização em forma de documento possibilitam o tratamento desses documentos pela CI, visando conhecer o domínio. Nesse contexto, o tratamento dado aos recursos informacionais e os processos de organização da informação e do conhecimento podem evidenciar a forma como o conhecimento é produzido e organizado no âmbito de um domínio, além de aperfeiçoar sua disseminação.

Um domínio revela informações sobre uma determinada comunidade de discurso, suas atividades e as fronteiras entre campos do conhecimento, disciplinas ou organizações e segmentos econômicos, culturais ou sociais. Hjørland (1996, 2000) afirma que os recursos informacionais devem ser tratados, ou seja, identificados, descritos, organizados e disseminados para servirem a um objetivo específico. Esse pode ser definido ao longo do levantamento das informações relevantes para aquele domínio e concomitantemente identificam as características específicas que representam o domínio registradas em seus documentos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme visto ao longo deste trabalho a Análise de Domínio pode ser utilizada para se identificar e organizar o conhecimento, visando delimitar e compreender um conjunto de informações de um dado contexto (HJØRLAND; HARTEL, 2003), para a realização de pesquisas básicas e para o desenvolvimento de produtos para Organização do Conhecimento (TENNIS, 2012). Desta forma percebe-se que a Análise de Domínio oferece opções de estudo e aplicação válidas para a Organização do Conhecimento em Arquivística, assim como outras áreas do conhecimento ou Domínios.

Considera-se que a organização do conhecimento fundamentada na análise de Domínio resulta em Representações Sociais de Domínios não só em ambientes de Arquivo, mas em outras instituições e contextos uma vez que a Comunidade de Discurso constituinte de qualquer domínio sempre gera registros de suas atividades e ações e estes são institucionalizados e socializados por meio de documentos.

A proposta de caracterização de Instituições Arquivísticas como Domínios pela sua identificação como comunidade discursiva, produtora e acumuladora de discursos registrados na forma de documentos abre um leque de possibilidades de pesquisa voltados para os documentos de arquivo, e para os processos de comunicação entre membros da Comunidade

de Discurso visando, entre outros aspectos, reconstituir a memória social por meio dos documentos.

## REFERÊNCIAS

BARITÉ, M. **Diccionario de Organización del Conocimiento**: Clasificación, indización, Terminología - Mario Barité y equipo. 5a ed. Montevideo: PRODIC, 2013.

BARITÉ, M. Organização do conhecimento e gestão da memória social. In: MAGALHÃES, Gildo (Org.). **História e energia**: memória, informação e sociedade. São Paulo: Alameda, 2012. 376 p. 271-284.

BRAGD, A. *et al.* Discourse as the means of community creation. **Scand. J. Mgmt.**: Scandinavian Journal of Management, Scandinavia, v. 24, n. 3, p.199–208, 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/09565221/24/3>>, Acesso em: 5 ago 2013.

CAPURRO, R. & HJØRLAND, B. **O conceito de informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?**: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and information science. **Journal of Documentation**, V. 56, N. 1, 2000. Disponível em: <<http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1108/EUM0000000007107>>. Acesso em: 04 set. 2012.

HJØRLAND, B. Fundamentals of Knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 30, p. 87-111, 2003. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=iih&AN=14914140&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

HJØRLAND, B. Rejoinder: a new horizon for information science. **Journal of the American Society for Information Science**: JASIS, v. 47, n. 4, p. 333-335, abr. 1996.

HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. **Journal of The American Society for Information Science**: JASIS, v.46, n.6, 400-425, 1995. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:)>. Acesso em: 14 jul. 2012.

LOPES, L. C. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado, 1997.

NORDBERG, B.; LINELL P.; GUNNARSSON B. **The construction of Professional Discourse**. London: Longman, 1997.

NUNES, J. H. O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 81-100, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468/0>>. Acesso em: 28 set. 2012.

SALES, R. de. Representação de domínios em Biblioteconomia e Arquivística. In: SILVA, F. C. C. da; SALES, R. de. (Org.) **Cenários da Organização do Conhecimento: linguagens documentárias em cena**. Brasília: Thesaurus, 2011.

SWALES, J. M. The concept of discourse community. In: SWALES, J. M **Genre analysis: English in Academic and Research Settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 21–27.

TENNIS, J. T. Com o que uma análise de domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? **Brazilian Journal of Information Science**, Marília (SP), v. 6, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.Unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em: 30 out. 2013.

TIRADOR RAMOS, J. El Dominio y su implicación para la Gestión de la Información. **Investig. bibl**, México , v. 24, n. 50, abr. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-358X2010000100004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2010000100004&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 06 jul. 2013.

**BICO DE PENA: TRACEJANDO A ARTE E A VIDA DE NIVALSON MIRANDA***BEAK OF FEATHER: TRACING THE ART AND LIFE OF NIVALSON MIRANDA*

Suellen Barbosa Galdino  
Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

**Resumo:** Entender os arquivos privados pessoais enquanto lugares de memória possibilita desenhar a trajetória de vida de um indivíduo em meio às funções que exerceu ao longo de sua vida. Neste sentido, a presente pesquisa debruça-se sobre o acervo ainda inexplorado do pesquisador e artista plástico, Nivalson Fernandes de Miranda, objetivando prospectar a trajetória sociocultural da vida desse artista, por meio do seu arquivo privado pessoal. Para tanto, adotar-se-á como pressuposto metodológico a pesquisa qualitativa do tipo documental associada à história oral na vertente da história temática e em alguns casos da história oral de vida. O levantamento realizado até o presente momento nos possibilita afirmar que o acervo é de grande importância para a sociedade, tendo em vista o fato de abranger o patrimônio histórico e narrar por meio de pesquisas, rascunhos e desenhos um período histórico, social e cultural. Assim, damos seguimento à pesquisa analisando os gêneros documentais que permeiam o acervo de Nivalson Miranda, já ressaltado a diversidade que o acervo apresenta, desde documentos textuais e fotografias, até obras de arte.

**Palavras-chave:** Arquivo privado pessoal. Memória. Nivalson Miranda.

**Abstract:** Understanding private personal files as places of memory allows to draw the trajectory of an individual's life amidst the position he held throughout his life. In this sense, this research focuses on the untapped assets of the researcher and artist, Nivalson Fernandes de Miranda, aiming at exploring the sociocultural history of the life of this artist, through his private personal file. To this end, it shall be adopted as a methodological assumption of qualitative research document type associated with oral history in the present thematic history and in some cases oral history of life. The survey conducted to date enables us to say that the collection is of great importance to society, considering the fact the cover and narrate historical heritage through research, sketches, drawings and a historical, social and cultural period. Thus, we follow the research analyzing the documentary genre that permeate the library Nivalson Miranda, already highlighted the diversity that the collection presents from textual documents and photographs by works of art.

**Keywords:** Personal Private Archive. Memory. Nivalson Miranda.

## 1 INTRODUÇÃO

Compreender os arquivos privados pessoais como lugares de narrativas de memória, possibilita o delineamento da trajetória de vida de um indivíduo em meio aos vários papéis que exerceu ao longo de sua vida. Deste modo, este trabalho debruça-se sobre o arquivo privado pessoal do artista plástico Nivalson Fernandes de Miranda.

Dedicado às artes plásticas, Nivalson Miranda como era conhecido artisticamente, faleceu em 2013 aos 86 anos, sempre dedicado a expressar através de suas pesquisas e obras de arte o patrimônio histórico. Homem das artes, simples no agir e tratar com as pessoas, porém de um admirado conhecimento sobre a história e a cultura da Paraíba. Para a família,

os amigos e admiradores de sua arte, era um homem idoso com vivacidade de adolescente. Azevedo (2013) afirma que guarda “uma grata recordação daquele jovem de 86 anos, vitalíssimo, lucidíssimo e, naturalmente, muito humano. Demasiadamente humano”.

Portanto, tornar a obra desse artista e pesquisador conhecida é ao mesmo tempo, preservar seu acervo e não permitir que seja esquecido ao longo do tempo. Por conseguinte, Artières (1998, p.11) afirma: “Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência”.

Assim, é pertinente destacar a importância da realizações de pesquisas em arquivos privados pessoais, para o campo da memória, sendo estes os responsáveis em desvendar aspectos referentes ao titular do acervo, bem como aspectos que envolvem questões de caráter social, educacional, político e histórico, de uma sociedade situada no tempo e espaço. Neste sentido, o foco central deste estudo funda-se no processo de construção da memória de/e sobre Nivalson Miranda, por de seu arquivo privado pessoal, ainda sem a devida organização e tendo a permissão de sua família e do curador de seu acervo.

Para tanto, adotar-se-á como pressuposto metodológico a pesquisa qualitativa do tipo documental associada à história oral na vertente da história temática e em alguns casos da história oral de vida. “A história oral de vida é muito mais subjetiva que objetiva. Sua força, aliás, reside nesse aspecto” (MEIHY, 1998, p.45). Para conhecer Nivalson Miranda, é indispensável compreender seu entorno, ou seja, sua família, seus amigos, profissão, arquivo privado, biblioteca pessoal, produção artística e obras de arte.

## **2 O ARQUIVO PRIVADO PESSOAL**

Os arquivos privados pessoais, devido à riqueza dos documentos e memórias que abrigam, possibilita considera-los como fonte de informação e conhecimento, tendo em vista as características específicas que cada acervo apresenta. Logo, Duarte (2005) afirma que o arquivo possui funções utilitárias e a sua qualidade está na organicidade. Desde modo, o arquivo se torna espelho da vida de seu titular, o que admite conhecer a origem, estrutura, competência e funcionamento do produtor.

Segundo Bellotto (2006), o arquivo pessoal é constituído por documentos produzidos ou recebidos por uma pessoa física e que, preservados até mesmo após a morte dessa pessoa, formam seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo ser aberto para pesquisa. Assim, Duarte e Farias (2005, p.52) pontua: “O homem que opta por acumular seu arquivo

particular, armazena documentos que tem relação com suas atividades, cotidianidade, moda e costume no decurso de sua vida”.

“Um arquivo é composto de fragmentos de memória, retalhos reunidos para compor a imagem que se pretende eternizar” (ASSIS, 2009, p.130). De tal modo é o legado deixado por Nivalson Miranda, sendo o seu acervo o resultado de sua vida e de sua arte, o legado de uma existência para preservação de uma história. A maneira como o artista plástico observava o mundo através do seu bico de pena, com suas peculiaridades, proporciona mais que um interesse por pesquisar quem ele foi, mas nos conduz ao fascínio de conhecer as histórias entrelaçadas as suas obras e ao patrimônio histórico.

Para Duarte (2013), nos arquivos pessoais localiza-se uma gama de documentos podendo compor conjuntos documentais, apresentados em suportes diversificados, que vão desde o papel e fotografias, até objetos inusitados que geram indagações a respeito dos motivos de sua preservação.

Neste sentido, Rondinelli (2011) assegura que os documentos vão além dos textuais e em suporte de papel, são também imagens e sons, em meio convencional e eletrônico. “No que diz respeito a objetos, referem-se a coisas que vão além de dados, textos e documentos [...]. Trata-se aqui de incluir peças museológicas, arquitetônicas e muitas outras [...]” (RONDINELLI, 2011, p.39). O acervo de Nivalson Miranda é composto por documentais diversos, tais como: documentos textuais, fotografias, cartões postais, recortes de jornais, desenhos, obras de arte, disquetes, CDs etc.

Para Heymann (1997) compete ao titular do arquivo, escolher os documentos que devem ser retidos e acumulados. Logo, “por se tratar de documentos que acompanharam o titular ao longo da trajetória, é de se imaginar que uma parte do sujeito esteja presente em seus acumulados”. (DUARTE, 2013, p.21). Neste sentido, podemos observar que o acervo de Nivalson Miranda nos apresenta gradativamente quem foi seu produtor.

Por conseguinte, Gomes (198, p.126) observa que “os documentos pessoais permitem uma espécie de contato muito próximo com os sujeitos da história que pesquisamos. Neles “nossos” atores aparecem de forma fantásticamente “real” e “sem disfarces””. Deste modo, podemos destacar que o Nivalson Miranda que nos fascina a cada vestígio de amor pela arte, encontrado durante a pesquisa, é um homem sem disfarces, preocupado em preservar o patrimônio histórico Paraibano através de suas obras.

“Os objetos do arquivo estão impregnados de memória, para além do uso ordinário que tiveram. Eles falam de lugares, de pessoas e da experiência vivida, enfim, tornam-se documentos” (ASSIS, 2009, p.135). Os documentos acumulados por Nivalson Miranda

narram suas memórias, são as fotografias que nos revelam os caminhos percorridos, as pessoas que conviveu, os percursos para atingir seus objetivos.

Desta forma, é pertinente pontuar a necessidade da realização de uma análise minuciosa do acervo de Nivalson Miranda, além do auxílio das histórias orais presentes nas falas dos familiares, amigos e admiradores de sua arte e do material publicado na mídia impressa e digital sobre sua vida e obra, para que possamos desvendar quem ele foi.

### **3 NIVALSON MIRANDA: VIDA E ARTE**

Nivalson Miranda nasceu na cidade de João Pessoa, em 01 de fevereiro de 1927, filho do Sr. Antônio Bandeira de Miranda e da Sr<sup>a</sup>. Ana Severina Fernandes de Miranda. Aos três anos e cinco meses de idade, o pequeno Nivalson vivenciou o período da Revolução de 1930. Azevedo (2013) ressalta que o artista plástico era fascinado pelo Brejo, o que lhe levou a elaborar um belíssimo álbum: “Areia e seu entorno” (2007), estudo em que retratou através de desenhos a bico de pena o patrimônio arquitetônico, histórico, paisagístico e cultural do Brejo.

Sua formação inicial é em Farmácia, mesmo amando a arte desde sua mocidade. Exerceu por mais de 30 anos a função de professor junto ao Departamento de Farmácia da Universidade Federal da Paraíba, de onde se afastara após a aposentadoria. Todavia, o gosto pela arte sempre esteve presente em sua vida. Em entrevista dada a jornalista Patrícia Braz (2006) em matéria feita para o Correio das Artes, intitulada como ‘A arte do bico de pena’, ele diz o seguinte a respeito do gosto pelo desenho: “nunca entrei em uma escola de desenho apenas gostava de desenhar e ia me dedicando ao ofício meio que paralelo aos estudos e a vida. Aos 23 anos, no início dos anos 50 já recebia convites para fazer capas de livros e outros trabalhos”.

Influenciado pelo patrimônio histórico da Paraíba, Nivalson Miranda construiu ao longo de sua vida, uma trajetória de dedicação e amor pelas artes, pela memória e pela história de seu estado natal – a Paraíba, considerando que significativa parte de seu acervo dedicou aos espaços urbanos e memória da Paraíba.

De acordo com Ramos (2013) os trabalhos do professor Nivalson são aulas de história que estão espalhados na capital paraibana. O próprio artista, em seu discurso de posse como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, se auto-retrata da seguinte maneira: “defino-me, hoje, como um documentarista iconográfico que, como autodidata, sempre enfoquei a história os quase 700 trabalhos que registrei, tendo como tema central os monumentos históricos do Brasil, sejam eles uma simples capela ou a mais imponente catedral. [...]”. (RAMOS, 2013, p.22).



Seus trabalhos eram realizados utilizando várias técnicas, como: desenho a bico de pena, aquarela, cerâmica vitrificada, xilogravura. Além de produzir arte com desenhos, também foi autor de livros e poemas, participou de um documentário, o curta “A Ninhada”, tendo a história do mesmo, baseada em um conto de sua autoria, ainda atua como narrador da história. Participou de diversas exposições com suas obras, tanto na Paraíba, como em outros estados e países, sendo estas individuais ou coletivas, como podemos observar no quadro 1. Outro trabalho belíssimo do professor Nivalson foi à criação do Brasão de Armas do 15º Batalhão de Infantaria de João Pessoa com o qual recebeu a Comenda de Amigo do Exército.

QUADRO 1: Exposições com obras de Nivalson Miranda

EXPOSIÇÕES	DATA
Exposição coletiva no IV Festival de Inverno de Ouro Preto sobre tema Heráldico	1971
Exposição individual no IPGH – Xilogravuras sobre temas Heráldica no Domínio Holandês - João Pessoa	1638/1973
A Heráldica na Numismática e Filatelia – Funesc	1979
Primeira amostra Paraibana de Heráldica Gentílica Brasileira	1979
Exposição individual – Iconografia da Paraíba, realizada no IV Centenário da Paraíba	1985
Memória Arquitetural da Paraíba	1987
Exposição coletiva sobre Heráldica do Domínio do Brasil Colonial e Heráldica Eclesiástica dos bispos e arcebispos Paraibanos	1988
Exposição individual dos “Bens Tombados do Brasil”	1990
Arte Documental – Bens Tombados do Brasil – 241 miniaturas	1990
Casa Grande – Engenhos e capelas da Varzea do Rio Paraíba	1992
Varzea do Rio Paraíba – individual	1992
Frontispícios de Igrejas e capelas do Brasil – individual – João Pessoa e Portugal	1992
Era preciso defender – Cabedelo-PB	2004

Fonte: Dados da pesquisa

Nivalson Miranda produziu mais que obras de arte, ele representou através do bico de pena, a história de uma época, os monumentos e a sua vida, que a cada rabisco está atrelada as pesquisas, aos desenhos e as exposições. Os seus escritos são coloridos e produzidos em formatos que perpassam o documento em papel, alcançam a arte do desenho e da pintura, sendo esta sua forma de escrever a vida, escrevia com a arte que aprendeu sozinho e qual dedicou a vida.

Coincidência ou não, Nivalson Miranda faleceu no dia 17 de agosto de 2013, data em que é comemorado no Brasil o Dia do Patrimônio Histórico. Assim, trazemos uma frase do próprio artista, para tentar explicar tal coincidência, “a decadência é minha vida, mas a minha

fuga é a arte”, ou seja, ele tinha convicção que o corpo do ser humano é aos poucos vencido pelo tempo, todavia o que importava a ele era a vida e para tanto se ancorava na arte.

## REFERÊNCIAS

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

ASSIS, Ailton Alexandre de. **Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Leal Pacheco - memória e autobiografia**, 2009, 264f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Mestrado em Letras - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2009. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/um\\_lampiao\\_dentro\\_da\\_mala.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/um_lampiao_dentro_da_mala.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2014.

AZEVEDO, Carlos. Nivalson Miranda e o patrimônio histórico. **Blog Arqueologia da Paraíba**. Set. 2013. Disponível em: <<http://arqueologiadaparaiba.blogspot.com.br/2013/09/nivalson-miranda-e-o-patrimonio.html>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 318p

BRAZ, Patrícia. A arte do bico de pena. **Blog Correio das Artes**, 21 dez. 2006. Disponível em: <[http://cd-artes.blog.uol.com.br/arch2006-12-01\\_2006-12-31.html](http://cd-artes.blog.uol.com.br/arch2006-12-01_2006-12-31.html)>. Acesso em: 24 jul. 2014.

DUARTE, Renato Crivelli. **A patrimonialização do arquivo pessoal: Análise dos Registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO**, 2013, 222f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

DUARTE, Zeny. FARIAS, Lúcio. **O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico**. Salvador: ICI, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, n. 21, p. 121-127, 1998.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-66, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

RAMOS, Adauto. **Adeus a um amigo**. João Pessoa: Sal da Terra, 2013. 28p.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária**, 2011, 270f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

## A IMPORTÂNCIA POLÍTICA E SOCIAL DO ACERVO DO INSTITUTO MIGUEL ARRAES

### *THE IMPORTANCE POLICY E SOCIAL OF COLLECTION OF INSTITUTE MIGUEL ARRAES*

Maria Cristina Guimarães Oliveira  
Maria Falcão Soares da Cunha

**Resumo:** O presente texto propõe o desenvolvimento de uma análise acerca da construção social da memória, partindo de um arquivo particular, o acervo produzido pelo ex-governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, durante o período no qual esteve exilado na Argélia (1965-1979). Através de pesquisa exploratória e bibliográfica, objetiva-se compreender e caracterizar o deslocamento de sentido de um arquivo, que nasceu como um acervo corrente (de uso imediato e específico), e com o tempo tornou-se um *lugar de memória*, sendo hoje, quarenta anos após seu surgimento, uma fonte de memória pessoal e política. Ao descrever e analisar a composição dos documentos pertencentes à *Série Exílio* será possível acompanhar o surgimento do estoque, sua finalidade e uso originais. E assim, contribuir para a divulgação do Instituto Miguel Arraes como uma instituição-memória da Cidade do Recife especialmente, com dados que possam ser úteis à Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12.528/2011.

**Palavras-chave:** Memória Social. História. Ditadura civil-militar brasileira. Miguel Arraes de Alencar. Arquivos pessoais.

**Abstract:** Analyzes the social construction of memory, starting from a particular file, the collection produced by the former Governor of the State of Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, during the period in which were exile in Algeria (1965-1979). Through exploratory research and bibliographical, goal is to understand and characterize the offset direction of a file, which was born as a current acquis (for immediate use and specific), and over time has become a place of memory, being today, forty years after its emergence, a source of personal and political memory. To describe and analyze the composition of documents belonging to the series Exile will be possible to monitor the emergence of the acquis, its purpose and use originals. And thus, contribute to the dissemination of Miguel Arraes Institute as an institution-memory of Recife and especially with data that would assist the National Commission of truth, created by law 12.528/2011.

**Keywords:** Social memory. Story. Dictatorship Civil-military in Brazil. Miguel Arraes de Alencar. Personal Files.

## INTRODUÇÃO

O trabalho discute a documentação produzida no exílio por Miguel Arraes e toma como marco para a construção do acervo a data de 1º de abril de 1964, período que ficou conhecido como os anos de chumbo (1964-1965) na história recente brasileira. Prefeito da Cidade do Recife e Governador de Pernambuco por três mandatos. Miguel Arraes foi eleito prefeito pela Frente Popular do Recife, movimento que aliava setores da burguesia, forças populares do proletariado e campesinato. Quando do golpe militar, Arraes não contava com o apoio das classes dominantes e muito menos das forças armadas, negando-se a renunciar ao

cargo de governador, vai preso em Fernando de Noronha, até 17 de junho de 1965, deixa o país com destino a Argélia, até a promulgação da Lei da Anistia em 1979, quando voltou ao Brasil. Porém, apesar de exilado, ele, junto a outros brasileiros expatriados, não interrompeu a luta política contra a ditadura civil-militar. Através de correspondências e troca de informações, estabeleceram uma complexa rede de informações no exterior acerca da realidade brasileira.

Neste caso, e somado à falta de estudos relacionados à temática na área da Ciência da Informação, o trabalho se justifica na medida em que contribui para a reflexão acerca da constituição de um acervo pessoal, hoje institucionalizado, das relações sociais envolvidas no processo de construção e organização, além das relações entre os documentos arquivados, informação e memória.

Esta temática é objeto de interesse já há bastante tempo, tendo sido tratado do assunto ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) já na elaboração da monografia de curso de pós-graduação de uma das autoras. Assim, no ano de 2011, ao entrar em contato com a série documental referente aos anos de exílio de Miguel Arraes, na Argélia, África (1965-1979) e devido a sua peculiaridade, ineditismo e importância histórica, surgiram questionamentos acerca da constituição física e de conteúdo deste conjunto documental, o que motivou a realização deste trabalho de pesquisa.

## **DESENVOLVIMENTO**

A Frente Brasileira de Informações – F.B.I, foi criada em 1969 com o intuito de estabelecer uma rede de denúncia das arbitrariedades cometidas pela Ditadura Militar Brasileira. Classificada por Cruz (2010) como uma primeira tentativa articulada da oposição no exterior ao regime militar brasileiro, a F.B.I foi dirigida e financiada por Miguel Arraes e contava ainda com nomes como Violeta Gervaiseau (irmã de Arraes, exilada na França), Márcio Moreira Alves, entre outros. A proposta da F.B.I era de estabelecer uma rede de informações na América e Europa, com o objetivo de combater a ditadura brasileira, através da divulgação de informações. Eram recebidas denúncias de arbitrariedades praticadas pelos governos militares, cópias de documentos oficiais, recortes de jornais brasileiros com notícias muitas vezes falseadas acerca da realidade do país.

A permuta de informações entre os opositores do regime brasileiro que se encontravam em terra estrangeira e mesmo dentro do país, se dava através da troca de correspondências e seus anexos (documentos, jornais). Estas, não se transportavam pelo

correio comum, pois corriam o risco de serem interceptadas, sendo mais viável a troca de informações via portador.

Desta forma, travavam-se debates acerca da realidade brasileira e documentos que denunciavam as arbitrariedades operadas pelo governo brasileiro eram arquivados. Posteriormente, esses debates e acúmulo de informações viravam artigos, que eram veiculados nos boletins da Frente Brasileira de Informação, e distribuídos na Argélia, França, Alemanha, Holanda, Itália, Inglaterra, México e Estados Unidos (CRUZ, 2010).

Com o passar dos anos, outras camadas de significado foram sobrepostas a este acervo. O deslocamento de sentido efetuado entre a sua produção, até tornar-se um acervo histórico, institucionalizado, proporcionou novos olhares sobre como interpretá-lo (COOK; SCHWARTS, 2002). Para entender este deslocamento é preciso partir do local que custodia este acervo atualmente, o Instituto Miguel Arraes - IMA.

Neste sentido, o Instituto Miguel Arraes – IMA, alinha-se ao que Chagas (2005) citado por Fragoso (2009) coloca como uma instituição patrimônio, ou museu (casa de memória e poder), encaixando-se em uma noção ampla de patrimônio, na medida em que sua missão e o seu objetivo é a preservação da memória de seu patrono, o que nas suas palavras constituem instituições de memória, sendo estas:

Órgãos públicos ou privados, instituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação; que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na formação de identidades, na construção da história e na produção de trabalhos científicos. (FRAGOSO, 2009, p.69).

Em consonância com a definição de instituição-memória, após a morte do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, sua viúva Dona Magdalena Arraes, junto a familiares, correligionários e amigos, decidiram fundar uma instituição dedicada à preservação da sua memória, de seu pensamento político e social. Nasceu assim, em 2009 o Instituto Miguel Arraes – IMA, que tem sua sede na casa em que o ex-governador morou após sua volta do exílio até a sua morte, com endereço na Rua do Chacon, número 323, bairro do Poço da Panela, localizado em Recife, Pernambuco.

Concebido como uma instituição sem fins lucrativos, o IMA tem como objetivo, além da preservação da memória, a disponibilização de seu acervo documental a pesquisadores, a interação com a sociedade civil e acadêmica, e a finalidade de preservar e perpetuar o legado social deixado por seu patrono.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **Do ponto de vista da abordagem do problema**

A pesquisa em andamento se utilizará da abordagem qualitativa, uma vez que seu objetivo é a análise dos dados levantados à luz dos autores selecionados como referencial teórico durante a pesquisa bibliográfica. Sobre a abordagem qualitativa, Laville e Dione (1999) explicitam:

Seu postulado subjacente é que a especificidade dos elementos do conteúdo e as relações entre esses elementos são portadoras da significação da mensagem analisada, e que é possível alcançá-la sem mergulhar na subjetividade. (Laville e Dione, 1999, p.225).

Dessa forma, para atingir os objetivos propostos pretende-se através dos dados levantados durante a pesquisa documental e bibliográfica, abordar a questão da constituição/organização/uso dos arquivos pessoais e institucionais, com ênfase na construção da memória social e a prática do arquivista na construção da mesma.

### **Do ponto de vista dos objetivos**

Através de pesquisa bibliográfica preliminar, em bases de dados especializadas, percebemos que o tema de pesquisa proposto é ainda pouco explorado pela Ciência da Informação no Brasil. Assim, frente aos objetivos deste estudo, tem caráter predominantemente exploratório, assumindo, como coloca Moresi (2003) um perfil de sondagem, um primeiro passo para a compreensão do assunto.

Dessa forma, nós utilizaremos como técnica do levantamento bibliográfico e entrevistas com indivíduos participantes no processo de organização do material a ser analisado, bem como a análise do corpus documental selecionado.

Além de caracterizar-se como uma pesquisa exploratória, podemos também caracterizá-la como uma pesquisa descritiva, na medida em que, como coloca Moresi (2003), expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno; no caso aqui tratado, as características pertinentes ao acervo da Série Exílio do Instituto Miguel Arraes – IMA, sua composição física, organizacional, e de conteúdo.

### **Do ponto de vista do método científico**

Devido à natureza da pesquisa e dos objetivos propostos, adotamos o método dedutivo para condução da pesquisa. Partindo de conceituações teóricas acerca da construção da memória coletiva, social e da constituição de arquivos. Ensejamos apresentar em que moldes um arquivo pessoal, como o de Miguel Arraes, insere-se no debate de construção da memória

coletiva nacional, e na discussão da prática do profissional arquivista frente à constituição desta memória e assim realizar uma reflexão acerca, não apenas do processo de constituição física do acervo, mas observando as variáveis sociais, políticas e econômicas envolvidas no processo. Será dado, então, destaque ao jogo entre as *memórias oficiais/coletivas* e as *memórias subterrâneas*, as quais se refletem no papel do arquivista, bem como no processo de metamorfose de sentido sofrido pela documentação em análise.

## RESULTADOS EM ANDAMENTO

O acervo é composto por cerca de 270 mil itens, acumulados desde a década de 1930. Com variada tipologia documental, abriga desde a biblioteca pessoal de Arraes, a qual é composta por cerca de 6 mil volumes, sua coleção de discos de vinil, CDs, VHSs, DVDs, fotografias, documentos pessoais e documentos produzidos durante sua trajetória política, contendo cartas, manuscritos, recortes de jornais e revistas, obras ofertadas por artistas pernambucanos como Cícero Dias e Abelardo da Hora, entre outros. Além da documentação já disponível ao público para consulta, ainda estima-se em cerca de 80 mil documentos a serem identificados e organizados, outros aguardam conservação preventiva para serem então incorporados ao acervo.

Em fevereiro de 2014, teve início o processo de tombamento do Acervo<sup>127</sup>, iniciado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE, fundamentado na legislação estadual CEP/1989, Lei nº 7.970/1979, Lei nº 15225/2013 e Decreto nº 6.239/ 1980 em consonância com a legislação federal CF/1988 e DL nº25/1937, que salvaguardam o acervo nos moldes de um bem tombado, até que termine o processo em questão, garantindo sua permanência no local de origem e a proteção judicial cabível.

A vivência nesses *lugares de memória* (NORA, 1993) sempre suscitou indagações acerca da composição daqueles conjuntos documentais. Como colocam Cook e Schwartz (2002) “Arquivos não são armazéns de coisas velhas, mas locais onde o poder social é negociado, contestado, confirmado.”. Trata-se de uma observação extremamente pertinente quando ressaltamos que arquivos, sejam eles institucionais ou pessoais, sempre trazem à tona uma série de indagações: Como aqueles acervos se constituíram? Com que finalidade? A organização original fora mantida pela instituição que agora o custodia? Em que contexto

---

<sup>127</sup> Para informações sobre o início do processo de tombamento do acervo, ver Diário Oficial de Pernambuco, publicado no dia 13 de fevereiro de 2014. Link: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/66167922/doi-pe-13-02-2014-pg-14>

social e político aqueles acervos surgiram ou foram organizados? Quais foram os sujeitos que geraram aquela documentação?

À medida que a documentação começou a ser manuseada foi possível a constatação de que é um acervo de cunho político e social extremamente relevante para a compreensão da história brasileira e latino-americana das décadas de 1960 e 1970.

Também se considera da maior importância preservar a memória, sobretudo a memória social, entendida como: manifestações, comemorações, representações de indivíduos e grupos sociais processados pela evocação do passado numa contextualidade de tempo, espaço e movimento, explica Fragoso (2009).

A questão a ser averiguada durante a pesquisa em andamento diz respeito à compreensão de como se deu o surgimento do fundo documental pertencente ao IMA, em específico as fontes que compõem a Série Exílio (referente aos anos em que Arraes esteve exilado na Argélia, 1965 – 1979). Neste sentido, pretende-se entender qual o uso atribuído àqueles documentos durante a fase de sua acumulação, além do deslocamento de sentido que os documentos sofreram com o passar dos anos; sendo hoje não mais um acervo com fins correntes, mas sim um *lugar de memória*.

Aspira-se então analisar o fenômeno da memória social através do percurso percorrido por um acervo que nasceu da iniciativa de um grupo minoritário, constituindo-se numa memória subterrânea, como coloca POLLAK (1989). Hoje, 50 anos após seu surgimento, essa memória tornou-se parte da memória coletiva, institucionalizada e oficial, num movimento político inverso ao que foi construída.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da compreensão da dinâmica que perpassa a relação entre acervos pessoais e as conceituações de memória, elencadas no referencial teórico é possível observar a constituição do acervo correspondente aos anos de exílio do ex-governador Miguel Arraes, no sentido de compreender sua composição e objetivos originais.

A documentação da Série Exílio do Instituto Miguel Arraes, ao ser disponibilizada para a sociedade representa uma forma de divulgação, mas também uma maneira de sensibilizar o governo quanto a importância da preservação do patrimônio cultural de uma cidade, o que vai exigir dos governantes uma política pública de preservação da memória.

A pesquisa encontra-se em andamento e certamente será possível investigar a relação entre os temas propostos, especialmente memória social, cujo foco se aproxima entre outros autores, de Oliveira (2010) quando defende os registros da informação como memória



socialmente construída, representada e compartilhada por um grupo, institucionalizado, ou não.

## REFERÊNCIAS

- COOK, T. e SCHWARTS, J. Archives, records and power: the making of modern memory> **Archival Science** 2:1-19, 2002. Kluwer Academic Publishers.
- CRUZ, F. L. **Frente Brasileño de Informaciones e Campanha:** os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França(1968-1979) 2010. 167 f. Dissertação. (Mestrado em História Social) Universidade de São Paulo, 2010.
- FRAGOSO, I. S. **Instituições-memória:** modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.
- LAVILLE, C; DIONNE, A. **A construção do saber:** manual de metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora Artes-Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LIMA, M. G.; MIRANDA, M. O.; BORBA, V. da R. A memória e os sistemas memoriais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: Enancib, 2011. p. 3328 – 3339.
- MORESI, E.(Org.) **Metodologia da Pesquisa.** Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2003.Disponível em: [http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/metodologia da pesquisa](http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/metodologia_da_pesquisa). Acesso em: 10/03/2014
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares> **Revista Projeto História** n.10, São Paulo: PUC, dez.1993
- OLIVEIRA, E. B. de. **O conceito de memória na Ciência da Informação no Brasil:** uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação, 210. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação. PPGCI/UNB, Brasília, 2010.
- PEREIRA, E. M. & Weber, R. Halbwachs e a memória: contribuições à história cultural. **Revista Territórios e Fronteiras.** V.3, N.1. Jan/Jun 2010. Programa de Pós-graduação – Mestrado em história do ICHS/UFMT.
- POLLAK M. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro:v.5, n.10,p. 200-212,1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>. Acesso em: maio 2014.
- POLLAK M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos:** Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, 1989, p. 3-15.
- POLLAK M. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, n. 17, 1996, p.85–91.
- ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93 - 101.

THIESSEN, I.. **Informação, verdade e conhecimento:** memórias em litígio. Comunicação Oral. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013). GT1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação.

## **A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO NO BRASIL: O CASO DAS COLEÇÕES DE LIVROS RAROS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS EM OURO PRETO (MG)**

*THE PROTECTION OF BIBLIOGRAPHIC HERITAGE IN BRAZIL : THE CASE OF RARE BOOKS COLLECTIONS ON FEDERAL PUBLIC INSTITUTIONS IN OURO PRETO (MG)*

Renata Ferreira Santos  
Maria Conceição Carvalho

**Resumo:** As coleções de livros raros são parte do patrimônio bibliográfico, isto é, o conjunto de fontes bibliográficas relevantes para a memória e a cultura de um povo. No Brasil, o patrimônio bibliográfico é uma categoria dos bens culturais móveis que tem merecido pouca atenção como objeto de estudo de pesquisadores do campo do patrimônio cultural e da Ciência da Informação. Observa-se que mesmo em locais consagrados à preservação do patrimônio como as cidades históricas em Minas Gerais, a tutela e a gestão de bens culturais móveis, em sua maioria, é responsabilidade de órgãos públicos federais, instalados em edifícios tombados. Entretanto, o tombamento de imóveis históricos não inclui os bens móveis custodiados nestes espaços como acervos de livros raros, coleções de museus e documentos de arquivos. Este trabalho é parte do projeto de pesquisa de mestrado, em andamento, que visa discutir a questão do patrimônio bibliográfico no Brasil, a partir das características das coleções de livros raros e das práticas de proteção de acervos bibliográficos, identificados nas seguintes instituições públicas federais em Ouro Preto: Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, Biblioteca do Museu da Inconfidência e Biblioteca do Centro de Estudos do Ouro do Museu Casa dos Contos. A pesquisa exploratória de base qualitativa utiliza o estudo de caso como metodologia. Este estudo prevê a revisão de literatura sobre a correlação entre os conceitos de patrimônio cultural, patrimônio bibliográfico e livros raros no Brasil. A pesquisa documental e as entrevistas analisam as características das coleções de livros raros, os processos de tombamento de seus edifícios, as práticas de proteção adotadas até o presente. O projeto inclui a análise de formas alternativas para salvaguarda do patrimônio bibliográfico em Ouro Preto.

**Palavras-chave:** Livros raros. Patrimônio bibliográfico. Patrimônio cultural. Ouro Preto (MG).

**Abstract:** The rare books collections are part of the bibliographic heritage, ie, the set of relevant bibliographic sources for the memory and culture of a people. In Brazil, the bibliographic heritage is a category of cultural property furniture that has received little attention as a subject of study for researchers in the field of cultural heritage and information science. It is observed that even in places devoted to heritage preservation like the historical cities in Minas Gerais, the guardianship and the management of movable cultural property, in most cases, it is responsibility of federal agencies, installed in old and protected buildings. However, the legal protection of historic buildings does not include chattels custody in these spaces as collections of rare books, museum collections and archival documents. This work is part of Masters research project, that discusses the issue of bibliographic heritage in Brazil, from the characteristics of collections of rare books and the practices to protect library collections, identified the following federal public institutions in Ouro Preto: the Rare Books School of Mines Library of the Federal University of Ouro Preto, the Library of The Inconfidencia Museum and the Library of the Studies Center Gold of the Casa dos Contos Museum. The exploratory research of qualitative base uses the case study as a methodology. This study provides a review of literature on the correlation between the concepts of cultural

heritage, bibliographic heritage and rare books in Brazil. The desk research and interviews analyze the characteristics of collections of rare books, the process of legal protection their buildings, protection practices adopted to the present. The project includes analysis of alternative ways to safeguard the bibliographic heritage in Ouro Preto.

**Keywords:** Rare books. Bibliographic heritage. Cultural heritage. Ouro Preto (MG).

## **1 INTRODUÇÃO**

No processo de construção do patrimônio cultural brasileiro, a cidade de Ouro Preto (MG) se destaca como palco de fatos marcantes da história do país, mas também como espaço de experimentação de medidas de proteção de bens culturais por órgãos nacionais e internacionais. Ouro Preto é a primeira cidade brasileira reconhecida como monumento nacional pelo Estado, em 1933, e agraciada com o título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, em 1980.

Hoje parte dos casarões e monumentos instalados no centro histórico da cidade são tombados e abrigam instituições públicas federais. Estes edifícios guardam acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos relacionados às diferentes fases da história da antiga Vila Rica. Porém, o tombamento considerado o principal instrumento de proteção do patrimônio cultural no Brasil, não é uma ação defesa estendido a estes acervos, apesar de ser dever do Estado a adequada salvaguarda dos mesmos, sob a vigilância do Ministério Público.

Este trabalho centra-se na discussão dos acervos bibliográficos detentores de coleções de livros raros, enquanto categoria dos bens culturais móveis e parte do patrimônio bibliográfico brasileiro. Diante da diversidade cultural do nosso país e a noção das cidades históricas como espaços consagrados à preservação do patrimônio cultural, o problema proposto para esta pesquisa visa identificar como é realizada a proteção do patrimônio bibliográfico por instituições públicas federais, detentoras de coleções de livros raros em Ouro Preto. A pesquisa pretende analisar ainda a viabilidade do tombamento e de outras formas de proteção para as coleções de livros raros.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Revisão de literatura**

As coleções bibliográficas raras ou coleções de livros raros são formadas por monografias encadernadas no formato de volume cujos exemplares são os únicos conhecidos, são os primeiros impressos em determinado local, foram produzidos de forma artesanal, são as primeiras edições de um autor ou de um assunto específico, foram censuradas e recolhidas, possuem exemplares numerados ou assinados, são valorizadas pelo requinte das ilustrações e

outros detalhes gráficos, são especiais para seu proprietário, são difíceis de localizar no mercado livreiro ou em bibliotecas. (PINHEIRO, 2009; GREENHALGH e MANINI, 2013).

Os livros raros e antigos constituem uma categoria de bens culturais, conforme definição expressa pela *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property*, aprovada pela Assembleia Geral da UNESCO em 14 de novembro de 1970:

(...) the term 'cultural property' means property which, on religious or secular grounds, is specifically designated by each State as being of importance for archaeology, prehistory, history, literature, art or science and which belongs to the following categories: (...) (h) rare manuscripts and incunabula, old books, documents and publications of special interest (historical, artistic, scientific, literary, etc.) singly or in collections. (...). (UNESCO, 1970, p. 4-5).

Assim, as coleções de obras raras integram patrimônio bibliográfico nacional, isto é, o conjunto das espécies bibliográficas, acumuladas ao longo dos séculos e que vinculam a herança cultural de um povo, seja qual for o seu suporte. (FARIA e PERICAO, 2008, p. 585). Em um contexto mais abrangente, o patrimônio bibliográfico está implícito na noção de patrimônio cultural, porém as discussões sobre essa modalidade de patrimônio, seu conceito e suas características, bem como as alternativas de proteção, guarda e gestão ainda são incipientes.

Nos últimos anos, as questões ligadas ao patrimônio cultural vêm ganhando espaço na Ciência da Informação tendo em vista a função de bibliotecas, arquivos e museus como lugares memória<sup>128</sup>. O conceito lugares de memória, cunhado por Pierre Nora (1993), é comumente empregado em trabalhos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia com intuito de resgatar a função de guarda da memória registrada em fontes de informação físicas (livros, documentos e objetos), destas instituições, também designadas unidades de informação e instituições de memória. No entanto, o termo lugares é amplo e pode incluir o local físico onde estas instituições estão instaladas, como o patrimônio edificado. O lugar de memória também pode significar o ambiente urbano, o local onde o edifício está instalado, sobretudo, em contextos específicos de preservação do patrimônio cultural, a exemplo das cidades históricas. Entretanto, interessa saber como estes lugares de memória são percebidos, valorizados e protegidos pela sociedade brasileira.

---

<sup>128</sup> Ver os Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), a partir da criação do GT09 - Museus, Informação e Patrimônio, em 2009, e do GT10 – Informação e Memória, em 2010.

No campo da Biblioteconomia, o estudo realizado por Murguia e Yassuda (2007), comprova que no Brasil, as ações de tombamento de bibliotecas são consequência do tombamento dos prédios que as abrigam, mesmo que seus acervos reúnam obras raras. Em 2013, o *site* do IPHAN informava que os Bens Culturais sob Proteção incluem 834 mil livros e documentos bibliográficos tombados, mas não há nenhuma menção às características desse material (obras raras ou contemporâneas), à identificação de suas coleções de origem e bibliotecas de custódia. Na *Lista dos bens culturais inscritos nos Livros de Tombo (1938-2012)*, os acervos tombados são tratados de modo generalista, sem especificar se trata de itens bibliográficos. Na relação de bens em processo de tombamento não há nenhuma biblioteca inscrita.

Contudo, a proteção do patrimônio bibliográfico é prevista na legislação brasileira em nível federal, cujo objetivo principal é controlar a saída de livros raros do país. O valor artístico de coleções bibliográficas raras é destacado pela Lei nº 5.471, de 09 de julho de 1968, que dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. O Decreto nº 65.347, de 13 de outubro de 1969, regulamenta a lei anterior. A norma mais recente sobre o tema está vinculada a prática do comércio de obras de arte, conforme determina a Instrução Normativa do IPHAN, nº 1 de 11 de junho de 2007, que dispõe sobre Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros.

Apesar do pequeno número de normas dedicadas à proteção de livros raros em nosso país, estes materiais continuam salvaguardados principalmente por instituições públicas. Dessa forma, é necessário não só conhecer estas coleções, levantar os fatores que justificam sua guarda, bem como identificar as modalidades de proteção adotadas até o momento. Para isso, optou-se pela delimitação desta pesquisa na cidade de Ouro Preto, diante das especificidades de sua história, a sua visibilidade no cenário nacional no que tange as práticas de preservação do patrimônio cultural.

## **2.2 Metodologia**

A análise das práticas de proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil, especificamente em coleções de obras raras de instituições públicas federais em Ouro Preto, constitui uma pesquisa exploratória de base qualitativa a ser desenvolvida através da metodologia do estudo de caso.

Segundo Yin (2010, p. 38-39), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade em seu contexto de vida real. Esta

modalidade de pesquisa foi escolhida pela possibilidade de analisar as coleções de obras raras de Ouro Preto dentro do contexto peculiar no qual estão inseridas, isto é, uma cidade histórica reconhecida como espaço de preservação do patrimônio cultural.

A primeira etapa da metodologia consiste na revisão de literatura sobre patrimônio cultural, coleções de livros raros e patrimônio bibliográfico, com base na evolução de conceitos e normas adaptados a realidade brasileira.

A segunda etapa compreende a apresentação da amostra selecionada, que inclui três instituições de autarquia federal: a Biblioteca do Museu da Inconfidência, subordinada ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a Biblioteca do Centro de Estudos do Ouro do Museu Casa dos Contos vinculada ao Ministério da Fazenda (MEF), e a Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto, unidade do Ministério da Educação (MEC). As instituições foram identificadas pela consulta ao *Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional de Acervo Raro* (2012). Em seguida, foram selecionadas as bibliotecas que possuem coleções de livros raros e estão instaladas em edifícios tombados pelo governo federal e situados no centro histórico da cidade. A amostra visa conhecer a fundo estas coleções e comparar as autarquias federais quanto à intenção de guarda, as modalidades de acesso e as formas de proteção destes acervos.

A terceira etapa constitui a coleta de dados a partir da consulta de fontes impressas sobre as coleções de livros das instituições selecionadas: catálogos impressos<sup>129</sup> e catálogo *online*. A pesquisa documental inclui o histórico das instituições selecionadas, bem como a análise da documentação sobre os processos de tombamento dos edifícios que abrigam as coleções bibliográficas, disponível no Arquivo Central do IPHAN. O estudo histórico pretende verificar quais os critérios adotados na época para proteção destes edifícios, bem como a existência ou não de acervos originais remanescentes em suas dependências.

Esta etapa compreende ainda a realização de entrevistas semiestruturadas com os gestores dos acervos de obras raras e instituições mantenedoras para verificar quais as práticas de proteção empregadas atualmente, se há planejamento de ações alternativas, quais os órgãos de apoio, e etc.

---

<sup>129</sup> CENTRO DE ESTUDOS DO CICLO DO OURO (Ouro Preto, MG). Obras raras da Biblioteca “Luis Camillo de Oliveira Netto”: guia do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro Preto. Ouro Preto: CECOP, 1993. 23p. COLEÇÃO Especial da Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto: UFOP, 2006. RELAÇÃO de obras existentes na Biblioteca do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Casa dos Contos, em Ouro Preto (MG). [Ouro Preto]: [s.n.], [1986]. 259p.

A quarta etapa trata da análise dos dados colhidos na etapa anterior, através da análise de conteúdo.

Este estudo incluirá a pesquisa sobre outras formas de proteção praticadas em nível estadual e municipal em Minas Gerais, a exemplo do ICMS Cultural, a fim de servir de parâmetros as ações implementadas pelo governo federal para proteção de acervos em Ouro Preto.

#### **4 CONCLUSÕES PARCIAIS**

A necessidade de identificar as práticas de proteção do patrimônio bibliográfico no Brasil exigiu a delimitação da amostra da pesquisa, devido às peculiaridades dos itens que compõem as diferentes coleções de livros raros encontradas pelo país, sua história, seus valores e a realidade de cada local onde estão instaladas.

O caso específico das coleções de livros raros em instituições públicas federais em Ouro Preto (MG) tem demonstrado que o contexto de preservação do espaço urbano, não necessariamente assegura garantias totais de preservação de todos os bens culturais móveis. Os dados coletados até o momento indicam que as coleções de livros raros em Ouro Preto são preservadas por esforço das instituições mantenedoras, cuja guarda é em si a principal estratégia de proteção. Recentemente, a musealização e a fiscalização do Ministério Público têm sinalizado duas novas perspectivas para a proteção destes acervos, mas o debate é polêmico.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei n. 5.471, de 9 de julho de 1968. Dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográficos brasileiros. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5471.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5471.htm)>. Acesso em: 1 maio 2014.

BRASIL. Decreto nº 65.347 de 13 de outubro de 1969. Regulamenta a Lei n. 5.471, de 9 de julho de 1968. Disponível em:  
<[http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil\\_decreto\\_65347\\_13\\_10\\_1969\\_por\\_orof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/brazil_decreto_65347_13_10_1969_por_orof.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. 292p.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Instrução Normativa nº 01, de julho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros, e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao\\_Normativa\\_Negociantes\\_012007.pdf](http://portal.iphan.gov.br/files/Instrucao_Normativa_Negociantes_012007.pdf)>. Acesso em: 1 maio 2014.



BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Lista dos bens culturais inscritos nos Livros de Tombo (1938-2012)*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2013. 160p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>>. Acesso em: 1 dez. 2013.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Ed. USP, 2008. 768p.

GREENHALGH, Raphael Diego; MANINI, Miriam Paula. Segurança de obras raras como possível objeto de estudo da Ciência da Informação. *TransInformação*, Campinas, v. 25, n. 3, p. 255-261, set./dez., 2013. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

GUIA do Patrimônio Bibliográfico Nacional de Acervo Raro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012. 110p.

MURGUIA, Eduardo Ismael; YASSUDA, Silvia Nathaly. Patrimônio histórico-cultural: critérios de tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 65-82, set./dez. 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PINHEIRO, Ana Virgínia. *Livro raro: formação e gestão de coleções bibliográficas especiais*. 2009. 33p. Apostila.

UNESCO. *Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property*, Paris, 14 november 1970. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133378mo.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

## RESGATANDO A MEMÓRIA PELA IMAGEM FOTOGRÁFICA

### *RESCUING THE MEMORY THROUGH PHOTOGRAPHIC IMAGE*

Lucineia Maria Bicalho  
Gerson Antonio Pianetti  
Betânia Gonçalves Figueiredo

**Resumo:** Este trabalho apresenta pesquisa que teve como objetivo avaliar em que medida a extroversão de acervo de fotografias históricas pode influenciar no resgate e no fortalecimento da memória do ofício e da formação profissional de uma área do conhecimento. A fundamentação teórico-metodológica inicia-se com pesquisa bibliográfica de caráter exploratório que identifica na literatura aspectos teóricos básicos para desenvolvimento do tema. Nesta etapa, o estudo baseia-se no conceito de memória (LE GOFF, 2003 e outros), passando pela construção da história social da área da farmácia (FIGUEIREDO, 2005; Furtado, 2005 e Edler, 2006), e traz reflexões sobre a fotografia, principalmente de caráter histórico documental, com base em estudos apresentados por estudiosos como Dubois (1993) e Kossoy (2014 e 2011). Em segundo momento, realiza análise do material a ser utilizado, finalizando com a realização de entrevistas com membros da comunidade e historiadores, para, à luz da literatura estudada, obter informações completas e importantes para a seleção dos documentos mais representativos historicamente. Os resultados obtidos mostraram que a atividades de exposição de acervos fotográficos históricos são eficazes para evocar o pertencimento individual das pessoas à comunidade da área, resgatando e fortalecendo sua memória coletiva. Também se mostrou um instrumento de reconhecimento da própria instituição de memória como partícipe e responsável pela guarda dessa memória. A repercussão de mídia e o grande número de visitantes também são fatores que demonstram o forte impacto desse tipo de atividade sobre a comunidade. Resultou, ainda, na percepção interna dos idealizadores do projeto sobre a importância da preservação e da adequada documentação desse tipo de acervo para uso na pesquisa.

**Palavras-chave:** memória; fotografia; farmácia; história; centro de memória.

**Abstract:** This work presents research that aimed to evaluate the extension that the extroversion of collection of historical photographs can influence in the rescue and strengthen the memory of craft and vocational training of an area of knowledge. The theoretical-methodological reasoning begins with bibliographical research of exploratory character that identifies the basic theoretical aspects in literature for development of subjects. In this fase, the study was based on the concept of memory (LE GOFF, 2003 and others), passing by the construction of the social history of the field of Pharmacy (FIGUEIREDO, 2005; Furtado, 2005 and Edler, 2006), and brings reflections about photography, mostly of historical documentary character, based on studies submitted by scholars like Dubois (1993) and Kossoy (2011 and 2014). In a second moment, performs analysis of the material to be used, ending with the realization of interviews with community members and historians, to obtain complete and important information in order to select the most representative documents historically, considering the literature. The results obtained showed that the exhibition activities of historical photographic collections are effective to evoke the individual people belonging to the community of this area, rescuing and strengthening its collective memory. Also proved to be an instrument of recognition memory of the institution itself, as participant and responsible for the guard of that memory. The impact of media and the large number of visitors are also factors that demonstrate the strong impact of this type of activity on the community. It resulted, also, in the perception of internal project creators about the

importance of preserving and adequating documentation of this type of collection to use in researches.

**Keywords:** memory; photography; Pharmacy; history; History Center.

## 1 INTRODUÇÃO

é preciso dar ‘voz’ às mensagens codificadas nas imagens fotográficas, ultrapassar sua tênue superfície iconográfica e buscar por significados não explícitos [...] (KOSSOV, 2014)

A preocupação em recuperar, preservar e divulgar acervos diversos que registram a memória e a história ganha espaço cada vez maior nas universidades. Surgem, sob várias denominações, órgãos que buscam interpretar a história ou dar re-significação a eventos, instituições e personagens que fazem parte da memória de muitos que compõem uma comunidade única.

Para fortalecer essa memória, os acervos institucionais organizados em seus vários tipos – artísticos, arquivísticos, museológicos, bibliográficos – em diversos tipos de suportes, têm papel de destaque. Entre estes, o acervo fotográfico apresenta características muito peculiares e poderosas para resgatar memórias individuais e coletivas importantes. A fotografia é essencialmente um suporte de memórias, podendo servir, ao mesmo tempo, como recurso de documentação e testemunho da história ou como ilustração artística da mesma.

Este trabalho descreve pesquisa realizada com o objetivo de avaliar como a extroversão do acervo fotográfico histórico pode afetar a construção da memória do ofício e da formação profissional da área da Farmácia.

## 2 ESPAÇOS DE MEMÓRIAS

Le Goff (2003) trata a questão da memória individual e da memória coletiva. Diante da evolução da sociedade, a segunda é colocada como um “elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1992, p. 469). A memória coletiva representa, ainda de acordo com o mesmo autor, importante instrumento e objeto de poder, fazendo parte das grandes questões sociais da atualidade, e sendo importante para qualquer tipo de sociedade ou classe.

A memória individual é sustentada pela memória coletiva, uma vez que o grupo é o responsável pela elaboração das lembranças representadas por códigos sociais, como a linguagem, segundo Halbwachs (2006). Entretanto, diz o autor, processos altamente complexos e forças de mudança atuais, como a globalização, impactam diretamente aspectos culturais que acabam por afetar as identidades em níveis nacionais com consequências locais

ou particulares. A propósito dessas mudanças, Meneses (2007, p. 56) chama a atenção para um paradoxo que o homem estaria vivendo: com a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação seria ele, hoje, um “homem desmemoriado, mas detentor de uma extraordinária memória extra corpórea”.

A memória tem, portanto, a importante missão de contribuir para a percepção de ser, individualmente, e de pertencer a um grupo de passado comum que compartilha memórias. A memória coletiva é uma forma de identidade calcada numa memória sociabilizada no campo histórico (real) e no campo simbólico. Dessa forma, espaços que resgatam, registram e disseminam a memória e a história têm sido criados nas universidades como forma de preservar a história por meio de símbolos que representam áreas do conhecimento específicas. São reconhecidos, entre outros fatores, porque estabelecem conexões com o passado, resgatando e preservando a história e a cultura de grupos que se autorreconhecem nas representações e na organização que criam (BICALHO, 2011). Nesses lugares há uma associação no nível do material (por seu conteúdo), do simbólico (por caracterizar por um acontecimento ou experiência vividos) e do funcional (por garantir a lembrança e sua transmissão), simultaneamente e em diferentes graus (MENEZES, 1999).

Um centro de memória de uma área de conhecimento trabalha com as memórias de comunidades acadêmicas e profissionais específicas. “Esses espaços costumam retratar a diversidade dos olhares, a partir de pontos de vista particulares com os quais cada área de conhecimento construiu sua cultura” (BICALHO, 2013). O Centro de Memória da Farmácia da UFMG (Cemefar) desenvolve pesquisa<sup>130</sup> voltada para o estudo, a documentação, a divulgação e o gerenciamento dos elementos que compõem a história da farmácia e da profissão farmacêutica, local e regional, como também das questões e práticas culturais envolvidas. Para isso, privilegiou a extroversão de parte de acervo fotográfico, foco deste trabalho, como forma de cumprir os objetivos norteadores de suas ações.

### **3 UM POUCO DA HISTÓRIA DA FARMÁCIA**

O que hoje é conhecido por Farmácia, nos tempos coloniais, era denominado Botica: estabelecimento destinado ao preparo de medicamentos e ao atendimento de “pacientes”. As boticas podiam também ser portáteis, conhecidas como “uma caixa que continha os medicamentos a serem utilizados” (FURTADO, 2005, p.32), que foram as trazidas para o Brasil pelas primeiras expedições européias. Preocupados com o tratamento dos doentes, os

---

<sup>130</sup> Projeto de pesquisa mais amplo, em nível de pós-doutorado, do programa PNPd/CAPES.

jesuítas instituíram as boticas em seus colégios, no Brasil, sendo muito utilizadas por todos. Segundo Furtado (2005), além de lugar de venda de medicamentos, a botica, em Minas Gerais, por exemplo, era um estabelecimento de encontro e troca de ideias, o que tornou os boticários pessoas populares e muito respeitadas pelos moradores das vilas.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1807, a história da Farmácia mudou. Em 1818, foi criado um laboratório químico prático onde eram treinados os candidatos à habilitação profissional para as boticas. Após a reforma do ensino de Medicina, em 1932, criaram-se os primeiros cursos de Farmácia no Rio de Janeiro e na Bahia, ambos oferecidos pelas duas únicas Faculdades de Medicina do Império. Em 1839, foi criada a primeira escola dedicada ao Curso de Farmácia: a Escola de Farmácia de Ouro Preto (EDLER, 2006). O Curso de Farmácia da UFMG foi criado em 1911, mas somente em 1963, quando houve a separação dos dois cursos, Farmácia e Odontologia, fora criada a Faculdade de Farmácia.

Ao longo do século XIX, no Brasil, as boticas ficaram associadas a uma prática tradicional de manipular medicamentos e tratar clientes, enquanto as farmácias passaram a ser vinculadas a uma prática mais moderna, rompendo com a tradição, a partir do momento em que se apoiaram na formação acadêmica (FIGUEIREDO, 2005). As farmácias atuais assumiram outro formato e no campo de atuação do profissional farmacêutico, tem ocorrido ampliação para áreas como análises clínicas, bioquímica e indústria farmacêutica.

#### **4 A FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO**

A imagem fotográfica é suporte de memória, pois documenta o passado, testemunhando algo ocorrido (DUBOIS, 1993). Assim sendo, representa um valioso meio para resgatar, testemunhar e fortalecer a memória coletiva de uma comunidade. Entretanto, de acordo com Dubois (1993) ela tem sua forma própria de representar, de acordo com aspectos culturais e não representa o todo, apenas parte daquele passado, não sendo possível, portanto, concebê-la fora de suas circunstâncias de produção. Para Kossoy (2014), a fotografia é “um dispositivo de ver o entorno e também de ver o que não pode ser visto fisicamente: cenários, personagens e fatos desconhecidos de espaços geográficos remotos e tempos pretéritos” (KOSSOY, 2014). Pode ser uma manifestação artística, um documento ou uma fonte de informações.

Enquanto objeto musealizado, a fotografia possui características variadas que precisam ser evidenciadas devido às suas peculiaridades que exigem considerações que extrapolam a informação contida na imagem, segundo Kossoy (2001, apud PADILHA; ARRUDA, 2013). Na documentação fotográfica, portanto, deve ser considerado também seu conteúdo externo:

ambiente, fotógrafo, contexto de produção etc. Os itens apontados como relevantes para a recuperação da fotografia histórica pelo o mesmo autor são: a) identidade e características do documento: registro, localização física, procedência, conservação; b) assunto: tema representado; c) fotógrafo: autor do registro; d) tecnologia empregada: processos e técnicas, incluindo detalhes de acabamento e características físicas.

No campo da reconstrução de memórias, Halbwachs (2006) afirma que uma imagem pode ser utilizada para completar as informações que o indivíduo já disponha em sua memória, como também para reforçar ou enfraquecer o que já é de seu conhecimento sobre determinado evento. Dessa forma, é possível reconstituir o todo com inclusão de partes que foram esquecidas, substituindo as referências antigas.

## **5 METODOLOGIA**

Os procedimentos tiveram início com estudo preliminar de todo o acervo, à luz da literatura pesquisada. Foram analisadas em torno de 3300 fotografias, sendo 17 relativas ao ano de 1931, 45 ao período de 1953 a 1963, 1000 do período 1964 a 1999, e as demais relativas ao período de 2000 a 2011. A grande maioria do acervo pertence à Faculdade de Farmácia da UFMG. Um conjunto menor é fruto de doações ao Cemefar. Os referidos períodos em que as fotos foram classificadas correspondem a acontecimentos ocorridos nos locais que serviram de sede da Faculdade, ao longo de sua história. Para seleção dos documentos foram também realizadas entrevistas com três membros da comunidade a fim de complementar a documentação do acervo, com informações que extrapolam a imagem estática, concedendo-lhe “vida e movimento”.

As fotos foram selecionadas em função de seu valor como documentos que retratam aspectos importantes da trajetória da instituição e de seus personagens, como também pela sua qualidade artística e técnica. Foram agrupadas em torno dos conjuntos temáticos Moradias (26 imagens), Eventos socioinstitucionais (60 imagens), Formação acadêmico-profissional (73 imagens); Memória pelos objetos (22 imagens) e Memória pelos livros (19 imagens), utilizados para contar a história da instituição e da formação oferecida por ela.

A organização física da exposição, montada em frente à entrada do Cemefar, buscou ressaltar o Cemefar como local de memória da área, por meio da utilização de “corredores” de painéis que guiavam os visitantes à entrada do Centro. Os temas foram agrupados em conjuntos de painéis encaixados entre si, mas distintos por suas cores, formando sequências cronológicas representativas da história de cada tema.

Na última fase, procurou-se sensibilizar toda a comunidade da Faculdade – servidores docentes e técnico-administrativos em atividade e aposentados e alunos – para a importância de sua visita à exposição. Para isso, foi criado digitalmente convite para a exposição, enviado a todos os servidores e a órgãos ligados aos alunos como colegiados e diretório acadêmico, bem como a todos os visitantes do Centro que haviam deixado registro no livro de visitas.

Outras formas de divulgação geral também foram utilizadas: no Boletim impresso, rádio, televisão e *fanpage* da UFMG, publicação na *fanpage* do Cemefar e na da Rede de Museus da UFMG.

## **6 RESULTADOS**

A avaliação dos resultados confirmou expectativas e também apresentou surpresas que levaram a reflexões que indicam uma necessidade de mudança de postura no cuidado com esse tipo de acervo.

Os resultados mostram que o projeto atingiu seus objetivos, tendo conseguido resgatar e fortalecer a memória do ofício e da formação profissional entre os membros da comunidade da Farmácia, tendo conseguido ainda evocar sentimentos de pertencimento das pessoas à comunidade da área.

A exposição realizada foi visitada por um público de mais de 150 pessoas, no curto período em que ficou montada, o que representa um crescimento enorme no número de visitantes do Cemefar, ao longo de toda sua existência. Foi matéria de anúncios e de uma reportagem especial que foi ao ar na Rádio UFMG Educativa, inclusive, com depoimentos de pessoas que contaram suas histórias de vida na Faculdade a partir de fotografias que estavam expostas.

Ao ser apresentado publicamente, o acervo fotográfico passou a ser visto também como fonte documental útil a pesquisas a serem desenvolvidas no âmbito do Centro de Memória.

Finalmente, como resultado importante para um espaço de memória, percebeu-se que houve maior reconhecimento do papel do Centro de Memória da Farmácia como partícipe de uma história e como responsável pela guarda e preservação de sua memória coletiva.

## **7 CONCLUSÕES**

A pesquisa objetivou avaliar a utilização de exposição fotográfica histórica como meio para incentivar a preservação e o uso desse tipo de documento no resgate e no fortalecimento da memória do ofício e da formação do profissional na área de farmácia. Os resultados obtidos mostram que esse tipo de iniciativa é muito eficaz às finalidades propostas.

As profundas conexões estabelecidas por vários visitantes da exposição mostram visões diferentes que costumam se encontrar em vários pontos quando construídas historicamente por pessoas que trabalham em torno de um objetivo comum, como na comunidade da Farmácia. Para um espaço de memória, a iniciativa é importante pelo poder de inserção que adquire a partir desse tipo de atividade, bem como é significativa a forma como muitos visitantes se sentiram inseridos em um contexto mais humano de formação acadêmico-profissional apresentado nas fotografias.

Ressalta-se, ao final, que toda atividade envolvendo a questão da memória em ambiente museológico exige a formação de equipe interdisciplinar para o seu desenvolvimento para que obtenha bons resultados, ao longo de todo o processo.

## REFERÊNCIAS

BICALHO, Lucinéia Maria. **Centros de Memória em Espaços Acadêmicos**. 2011. 19f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2011.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. 13 ed. Campinas: Papyrus, 2010.

EDLER, Flavio Coelho. **Boticas & Pharmacias: Uma História Ilustrada da Farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. As farmácias no século XIX em Minas Gerais. In: STARLING, H. M. M.; GERMANO, L. B. P., SCHIMIDT, Paulo. **Farmácia: Ofício e História**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005, p. 63-104.

FURTADO, Júnia F. Boticários e Boticas nas Minas do Ouro. In: STARLING, H. M. M.; GERMANO, L. B. P.; SCHIMIDT, Paulo. **Farmácia: ofício e história**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005, p. 15-62.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSSOY, Boris. **Um olhar sobre o Brasil: a fotografia na construção da imagem da nação**. Folheto. Centro Cultural Banco do Brasil, 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, Patrimônio e Memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP: FAPESP, 1999. p. 11-29.

PADILHA, Renata Cardozo; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. O museu como espaço de pesquisa: proposta para descrição do acervo fotográfico histórico. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., Florianópolis/SC. **Anais... eletrônicos**. ANCIB: 2013. CD-ROM.